

Imaginamundos

Interfaces entre educação ambiental e imagens

Organizadores

Rafael Nogueira Costa

Celso Sánchez

Robson Loureiro

Sergio Luiz Pereira da Silva





Organizadores

Rafael Nogueira Costa

Celso Sánchez

Robson Loureiro

Sergio Luiz Pereira da Silva

Projeto gráfico

Luan Freitas

Ilustração capa

Priscilla Menezes e Nathalia Ferreira

Apoio

Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD)





1920 | 2020

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitora

Denise Pires de Carvalho

Vice-Reitor

Carlos Frederico Leão Rocha

Pró-Reitora de Graduação

Gisele Viana Pires

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Denise Maria Guimarães Freire

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Eduardo Raupp de Vargas

Pró-Reitora de Pessoal

Luzia da Conceição de Araújo Marques

Pró-Reitora de Extensão

Ivana Bentes Oliveira

Pró-Reitor de Gestão e Governança

André Esteves da Silva

Pró-Reitor de Políticas Estudantis

Roberto Vieira



Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade

Diretor

Rodrigo Nunes da Fonseca

Vice-Diretor

Francisco de Assis Esteves

Diretor Adjunto de Apoio a Pós-Graduação

Fábio Di Dario

Diretor Adjunto de Apoio a Pós-Graduação

Pedro Hollanda Carvalho

Diretora Adjunta Administrativa

Adriana Furtado Lima

Diretora Adjunta de Pesquisa

Cíntia Monteiro Barros

Diretora Adjunta de Extensão

Mirella Pupo Santos

© 2021 dos organizadores
Direitos reservados desta edição
NUPEM Editora

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei no 9.610/98

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação CIP

C837i

Imaginamundos: Interfaces entre educação ambiental e imagens / Rafael Nogueira Costa... [et al.]. – Macaé: Editora NUPEM, 2021.

461 p. : il. ; 13,7 Kb.

ISBN 978-65-87507-11-8

1. Educação ambiental. 2. Audiovisual. 3. Cinema. 4. Fotografia. 5. Educomunicação. 6. Ecologia. I. Costa, Rafael Nogueira. II. Sánchez, Celso. III. Loureiro, Robson. IV. Silva, Sergio Luiz Pereira da.

CDD: 333.710981

Letícia Corrêa Dias

IMAGINAMUNDOS volume 1

A presente obra é uma compilação de artigos científicos e ensaios de autores e autoras de várias universidades que tecem comentários sobre os múltiplos usos da imagem (cinema, audiovisual, fotografia) na nossa sociedade. São textos de intelectuais de 8 universidades no Brasil: UFRJ, UERJ, Ufes, Uneb, Unirio, UNIFESSPA, FURG, UFMT. Além do Instituto Federal Fluminense e da Argentina.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Esta obra foi produzida no âmbito do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD) da CAPES, que possibilitou a realização da formação continuada do Prof. Dr. Rafael Nogueira Costa (um dos organizadores da obra) no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, sob supervisão do Prof. Dr. Robson Loureiro.



SOBRE A CAPA

“Desdomesticar a imaginação” é um desenho em nanquim sobre papel feito em abril de 2020 durante o período de isolamento social decorrente da pandemia de Covid-19. Ao constatar a emergência do potencial imaginativo nesse período em que temos nossos futuros em suspenso, quis dar forma a esse corpo que, mesmo isolado, ativa relações com outros seres e paisagens através da imaginação, desviando da rota uniforme das causalidades e praticando a multiplicidade do possível. A desdomesticação, nesse sentido, diz respeito à rebeldia praticada em relação aos dispositivos que visam colonizar as nossas capacidades de pressentir, fabular, intuir e figurar imagens e, através delas, possibilidades de vir a ser. Contra a uniformização de nossos imaginários, uma imaginação ao relento, disponível às multiplicidades, aberta às alianças e atenta às possibilidades de mundo que estão por vir.

Por **Priscilla Menezes**

SU- má- rio

	Apresentação	11
	Reinaldo Luiz Bozelli	
capítulo 01	Imaginamundos: a importância do ato de imaginar como apropriação e ressignificação de si e do mundo Rafael Nogueira Costa, Robson Loureiro, Celso Sánchez, Sergio Luiz Pereira da Silva	27
capítulo 02	Produção de vídeos ambientais e educação profissional crítica: desafinando o coro dos contentes Maria Inês Paes Ferreira	47
capítulo 03	Cinema de Fronteira, Ativismo Político-Pedagógico e a Luta Camponesa no Front da Amazônia Oriental Evandro Medeiros	68
capítulo 04	Representação Social do Meio Ambiente Sergio Luiz Pereira da Silva	93
capítulo 05	Interface entre Educomunicação e Educação Ambiental nas políticas públicas e em teses e dissertações brasileiras Beatriz Truffi Alves, Claudemir Edson Viana	108
capítulo 06	Circuito Tela Verde - Entrevistas Narrativas sobre o percurso do projeto 2007-2019 Rachel Hidalgo, José Vicente de Freitas	137



SU- má- rio

- capítulo 07 **Imagens de Iemanjá e uma Cosmovisão Afrobrasileira** **157**
Washington Ferreira, Eliane Renata Steuck, Beatriz Rodrigues
- capítulo 08 **A imagem, o sujeito e a Educação Ambiental: pensando nos processos construtivos e (inter)implicações críticas** **179**
Eduardo Silva de Freitas, Sônia Cristina Vermelho
- capítulo 09 **Imagem, Imaginário, Imaginação em Sebastião Salgado** **203**
Paulo Maia
- capítulo 10 **Sertão vivo, em cores: linguagem fotográfica, leitura de imagem e percepção visual do meio ambiente da Caatinga** **221**
Antenor Rita Gomes, Sergio Luiz Pereira da Silva
- capítulo 11 **Tecendo uma rede de Educação Ambiental no sertão da Bahia: movimentos de fiação** **240**
Danilo Pereira da Rocha, Emanuela Oliveira Carvalho Dourado, Rosiléia Oliveira de Almeida
- capítulo 12 **A imagem da comida: considerações acerca do consumo de alimentos** **267**
Julia Horta Nasser, Francisco Romão Ferreira, Larissa Escarce Bento Wollz, Shirley Donizete Prado



SU- má- rio

- 
- capítulo 13 **Trilhas das águas: imagem, memória e Educação Ambiental de base comunitária no Vale do Jequitinhonha** **285**
Daniel Renaud Camargo, Samira Lima da Costa,
Celso Sánchez
- capítulo 14 **Reflexos da sociedade excitada no Ensino Superior: O vício em imagens e a supersaturação dos sentidos como obstáculos no ensino-aprendizagem de Bioquímica** **305**
Juliana Barbosa Coitinho, Emerson Campos
Gonçalves
- capítulo 15 **A rede sociotécnica da relação entre ribeirinhos e onças no Amazonas costurada por imagens** **321**
Joana Macedo, Fátima Branquinho, Helena Bergallo
- capítulo 16 **Ecologias: A natureza entendida a partir de diferentes cosmovisões** **355**
Gustavo Arantes Camargo, Rafael Nogueira Costa
- capítulo 17 **Educomunicação e emergência climática: o imaginário quilombola em tempos de resistência** **375**
Thiago Cury Luiz, Michèle Sato
- capítulo 18 **Filmes e vídeos na Educação Ambiental e espectador (cri)ativo: Reflexões sobre uma trajetória na pesquisa e extensão em educação** **395**
Américo de Araujo Pastor Junior

SU- má- rio

capítulo 19	Las dos caras del dios Jano o cómo conviven las dos imágenes encontradas de una misma ciudad: Santa Fe de la Vera Cruz	413
	Francisco Sempere Ruiz	
posfácio 1	Gaia no cinema	431
	Fabio Rubio Scarano	
posfácio 2	Visualidade: imagens, imaginação e etnografia	440
	Marco Antônio Gonçalves	
posfácio 3	Atirei o pau no gato sim. E daí? Você sabem com quem está falando?	456
	Philippe Pomier Layrargues	
	Créditos finais	469





apre- senta- ção



Reinaldo Luiz Bozelli

Professor Titular em Ecologia
Universidade Federal do Rio de
Janeiro

Coube-me uma tarefa difícil, de grande responsabilidade, mas ao mesmo tempo de grande privilégio. Na minha profunda timidez aceitei, pois os organizadores, compreendendo o desafio, foram de grande generosidade dando-me liberdade na forma de fazê-la. E assim, depois que Imaginamundos fermentou dentro de mim por vários dias, fui tirando dos meus poros bolhas e vapores, cheiros e cores, sons e dores, suspiros e amores, essências e prazeres... materiais com os quais borrei minha timidez e esbocei uma singela e personalizada apresentação de cada um dos 20 capítulos únicos, de obra única.

Aos autores quero pedir compreensão e embora, com raríssimas exceções, não os conheça, dediquei-me aos vossos textos e para cada um, como numa exposição de artes, materializei

minha reação à obra com que me presentearam. Foi para cada texto que escrevi, com tudo que em mim já trago de tanto tempo. Perdoem-me, uma pontuação esquisita, uma palavra diferente, um ritmo ofegante, uma poesia ingênua, um lembrar infantil, uma brincadeira, uma ironia. Foi com muito respeito que me aproximei de cada palavra que escreveram. Para cada um tem um presente escondido em algum lugar e as palavras em itálico não são usos heréticos, são reverências à vossa capacidade.

E aos leitores, a quem tanto queremos prender, digo que se soltem, que soltem sua imaginação e sorvam a exuberância de cada um dos capítulos. Que minha breve e talvez estranha apresentação de cada um deles não seja a razão decisiva para a vossa leitura, mas apenas a demonstração clara de como fui impressionado e inspirado por cada um dos capítulos que compreendem esta singular e arrojada obra.

1

Imaginamundos: a importância do ato de imaginar como apropriação e ressignificação de si e do mundo

Partiu? Diriam uns jovens. Cai dentro! diriam outros jovens. Simbora, diria eu já bem mais velho, vem comigo, insistiria... Tem aqui uma porta aberta, uma passagem para uma outra dimensão. Provocam-nos até o limite, irritam-nos a ponto de não ser possível resistir. Pois o mundo já o lemos... agora podemos imaginá-lo, urge-nos imaginá-lo. Imagina imaginá-lo. Ousa imaginá-lo. Imagina-o.

E se não for ligado à concretude da vida, vale menos nosso imaginarmundos? Diriam ser devaneio, perda de tempo, desvario... que seja desvario... para um mundo de tantas bizarrices, melhor enfrentá-lo a partir do desvario, do onírico, do revolucionário, do não-pensado, do ainda-não-imaginado, capaz de surpreender o próprio descabro do mundo, porque é possível transformar a realidade imaginária em concreta.

Eu fui... estou certo que você não resistirá e também irá! Espero você entre as ideias que estes irreverentes autores largaram pelo caminho ou parágrafos que astutamente ergueram. Atrás de uma palavra única, de um autor inegável, bem antes do ponto final.

2

Produção de vídeos ambientais e educação profissional crítica: desafinando o coro dos contentes

Um jogo de esconde e mostra, de pequenos e grandes desafios para entender o mundo. Jongando nos cutucam, mas nos dão a ferramenta pondo na mesma frase o sim e o não, dando a eles sentidos... nos fazendo entender que podemos estar excluídos mesmo sendo incluídos. Nos enredam, nos fismam para querer mais, pedras raras que descobrimos escondidas nas suas tramas que segui resfolegando. Ainda bem que o fiz, se não fizesse, não descobriria que "nós poderia até voltar o rio no curso antigo, porque se esse rio voltasse no curso antigo, o que ia acontecer? Os nossos banhados voltariam a se umedecer naturalmente e

ali estaria a segurança da nossa casa, dos nossos animais, do nosso peixe... voltaria tudo ao normal." Quanto já estragamos, quanto por consertar. Rio é rio, represa é represa... trabalhador é gente, não apertador de botão... que luta ter que formar para ser cidadão e não apenas ganhador de salários.

Você pensaria uma flor no mangue? Não, quase ninguém pensaria. só o pode quem tem os olhos dentro do coração, no cérebro, na palma do pé, em cada ponta de fio de cabelo... Só se for Lurdinha... que não muitos conheceram... pois se tivessem, o mundo seria melhor, seria uma e a grande flor de mangue. Não haveria rios para voltar ao curso e os banhados estariam úmidos. Joga este jongo, joga este jogo.



Cinema de Fronteira, Ativismo Político-Pedagógico e a Luta Camponesa no Front da Amazônia Oriental

É preciso que existam pessoas que se esquecem de si mesmas, e aceitam, e entendem, e constroem, e sofrem, e morrem pela missão de guardar a memória do coletivo, que em sendo de todos acaba curada por ninguém. E isto importa também para que a mesma postura egoísta que não cuida do coletivo, egoisticamente não se aproprie de forma privatista, como costuma acontecer a tantos de nós, e muito aos políticos profissionais, daquilo que foi luta do povo.

Que o verde não nos engane, por baixo pode estar sangrando. Se não ainda, deveríamos ter perdido a inocência há muito, por muitas formas, por muitas vezes. Mas aprendi que não existem forças que possam ocultar a história e não há dor que possa silenciar a dignidade humana. Aprendi que no escrito cabe o musicado (essas coisas de família e de dinheiro eu também nunca entendi bem; e porque a força da poesia desse rapaz latino americano também me consome e me nutre nesses últimos 40 anos), e no escrito e musicado também cabe o filmado, e no escrito-musicado-filmado deste autor, cabe uma existência, quase todo o vivido. Só não cabe tudo ainda porque no front se está a serviço da re-existência dos excluídos em luta pela terra e por

direitos sociais, e nessa luta há muito que imaginar, há mundos que imaginar.



4

Representação Social do Meio Ambiente

Sentei-me e comecei a olhar a natureza (ops!)... a humanidade (ops!)... a sociedade (ops!)... o meio ambiente (ops!)... pachama-ma (ops!)... sei lá, olhar em volta de mim... olhar e pensar, pensar e olhar... a cada dia tanta coisa que eu não entendia, mas entendia que existiam, construía, e mesmo que eu não entendesse, alguém haveria de entender... Sentado, só a pensar, fui mudando a minha vida, minha forma de encarar... nunca imaginara tão concretamente que eu só tinha fragmentos e então decidi que iria caminhar para ver. Tomei uma estrada longa quase infinita, meu pescoço girava como o de uma galinha, uma câmera google street view. Sempre em câmera lenta eu fui filmando tudo. Um dia, uma semana, um mês, um ano, vários anos, uma vida, muitas vidas. As nuvens eram a própria nuvem para guardar estes infinitos dados, todos os fragmentos que capturei no mundo, desde o big-bang até a borda do universo maximamente expandido. Quando passar a pandemia vou juntar tudo e superar a minha visão fragmentada, de tudo.



5

Interface entre Educomunicação e Educação Ambiental nas políticas públicas e em teses e dissertações brasileiras

Ali tem uma ponta solta e parece ligada ao sol que não pode não raiar cada dia. Outra ponta mais à frente vem da terra e está muito próxima daquela que parece ser a origem de toda

água. Várias pequenas pontas são suspiros vitais e outras menores ainda são partículas de energia pois vibram muito, para todo lado, ainda que soltas. Há muitas pontas-gritos, pontas-sussurros ou pontas-longos-discursos. Há também pontas medo e susto, querer e esquecer. Há pontas e pontas, pontinhas e pontonas, coloridas e desbotadas, velhas e esgarçadas. Precisamos atá-las. Vou começar e depois vocês me ajudam, pois só se formos todos conseguiremos atar todas e encontrar a ponta de tudo, a do sentido da vida!



Circuito Tela Verde - Entrevistas Narrativas sobre o percurso do projeto 2007-2019

Da cabeça ao coração, do coração à cabeça, com coração, cabeça e pulsação. Ora Imaginamundos nos pede pouco, ora nos pede muito, ora quer a cabeça, ora o coração, ora pede tudo... até aqui vem pedindo que deixe a areia queimar e o espinho furar seu pé, e siga por experiências e sonhos e imagens coalhadas e curtidas, assadas e explodidas pela criatividade de por uma ferramenta de poucos, na mão de muitos.

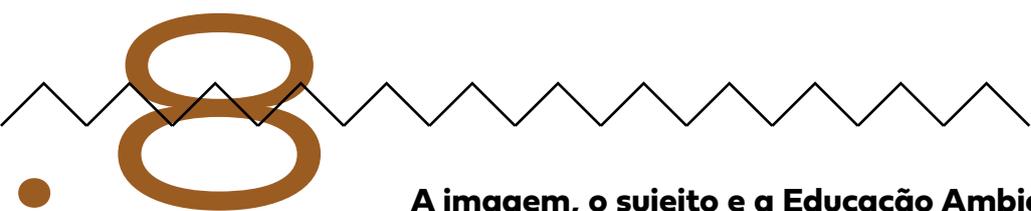
Porém, não passa rápido demais por estas páginas, não tenta voar se seus pés estão furados ou queimando, o que certamente incomoda. Pare, se entregue, aceite a tragicidade enunciada pelo filósofo: de afundar sob um peso que não consegue carregar, nem tão pouco lançar fora.

Imagine mas não voe, nem que seja pela ânsia faminta de entender tudo logo, caminhe guiado pela narrativa envolvente que vem lá do Sul, da história rica de um ator que nos move e é central nesta obra. Não voe, caminhe, pois os autores nos alertam que há uma narrativa hegemônica para benefício de poucos, enquanto aos vulneráveis é destinado todo o rastro de perda e degradação, caminhemos e se necessário retornemos por cima deste rastro para deixar um outro rastro, aquele que amplie os espaços de decisão, o diálogo entre saberes e a participação política.



Imagens de Iemanjá e uma Cosmovisão Afrobrasileira

Existem tantas coisas que não fazem parte do meu mundo. Hoje muito menos do que havia um tempo. Mas ainda existem.... Ah... esse tempo, nem tão distante que já era responsável para a sociedade que habitava. Queria ser igual à sociedade que habitava, devia ser igual à sociedade que habitava, era mais fácil querer ser igual à sociedade que habitava a ir contra ela... sempre foi mais fácil assim. Mas também sempre foi mais mísero assim, menos diverso assim, menos colorido assim, menos humano assim. Muito, mas muito menos assim. Hoje ainda é um pouco, pois tem um tanto em mim que entendi precisar mudar e aprendi a fazê-lo. Porém, atado ainda tenho um pé e isto foi por conta de algo que não podia controlar, eu sequer existia, veio pronto para mim... mais que isto, veio em mim, na primeira roupa que vesti, e me tiraram a possibilidade de vestir tantas outras, no primeiro brinquedo que ganhei enquanto outros tantos foram anulados entre minhas possibilidades, na primeira fé que professei, sem sequer ao menos tê-la. Mas qual? Não me abato porque sigo vivo, o grilhão eu arrebento ao (re)conhecer e estabelecer o diálogo com o diverso, e meu mundo pequeno será infinito quando se conectar com o mundo de mundos que já estão por aí... estes não precisa nem imaginar, estão por aí, vindo de um suspiro, um raio, uma lágrima ou até mesmo de um pensamento.

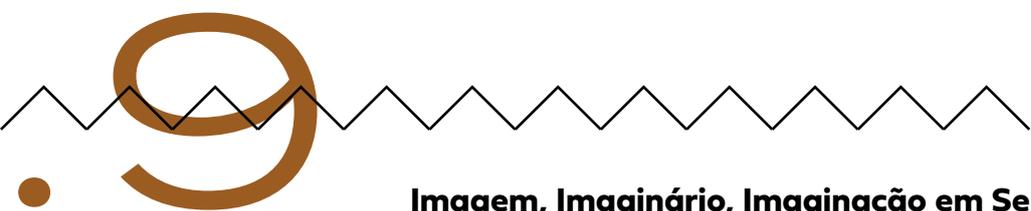


A imagem, o sujeito e a Educação Ambiental: pensando nos processos construtivos e (inter)implicações críticas

Sempre tive a certeza que se tivesse que abandonar minha casa e só pudesse levar uma coisa, levaria minhas fotos. Sem elas fico sempre pensando que teria que recomeçar tudo, pois entraria num loop infinito de tentativas de ser o que fui...

Em um sentido, nunca de forma absoluta, adoro a modernidade que me permite ter as minhas fotos todas na nuvem... não sei onde, não importa, na nuvem... para buscá-las quando quiser. Isto porque me faz sentir mais livre, sabendo que tudo passa,

mas meu passado está em parte guardado para ser remexido sempre que for de novo preciso para me (re)descobrir, (re)começar. Rasgado ou emoldurado, compartilhado, ironizado, ridicularizado, celebrado. Puxando-as, puxo nós de uma rede, pois cada uma esconde mil passagens atrás dela, sob ela, ao lado dela. Esta rede sou eu. Sou como me constituí, o que e como vivi. O presente vivo, o futuro viverei, o passado já está, são minhas fotos, uma de minhas poucas chances de autodeterminação, pois que tudo é produção e consumo, falsas necessidades criadas pela Indústria cultural.



Imagem, Imaginário, Imaginação em Sebastião Salgado

Lá no meio do nada, de nada ser, de nada ter.

O que tinham ficou pelo caminho, o que eram queriam tirar da memória.

Alguém ousou se levantar, e pela força do seu olhar se ofereceu professor.

E igual força de outros olhares, com aquele se cruzaram, e se quiseram alunos.

E no meio do nada se plantou a esperança pois o fundamental ali já estava.

E este olhar quem me deu foi outro olhar que agora dou ao seu olhar.

Era uma multidão de pessoas obedientes ao destino.

Alinhadas, com esperança de algo que viria pela tecnologia.

E que os resgataria daquela não-existência.

Temo que aquele trem não veio, não trouxe, não levou.

Ficaram apenas as imagens de quem sofreu e clicou.

E conosco agora a dor maior por não podermos não-imaginar,

O que com cada um se passou.

Ali havia apenas uma porta, mas quem a pôs podia imaginar uma casa.

Parece ser por aquela porta, o caminho a seguir, mas também o fim, por ali sair.

Nenhuma porta ou porteira se abrirá sem luta, nem tão pouco impunemente.

Afinal, o que é o real senão um imaginário que deu certo?

Treva e luz, liberdade e opressão, autocracia e democracia.

Trazemos impressas em nossas memórias essas nossas escolhas.

Importa agora lembrar que as portas estão sempre fechadas.

Porém, atravessá-las depende de nova imaginação parida com dor.



Sertão vivo, em cores: linguagem fotográfica, leitura de imagem e percepção visual do meio ambiente da Caatinga

Em busca de entender a angústia encontrei Baudrillard entre escritos aos pedaços, como fotos tingidas por cores delirantes. Encontrei objetos, que sempre supus inertes e mudos, dotados de paixão, de vida própria, explodindo da passividade de seu uso, adquirindo autonomia e talvez até capacidade de vingarem-se de um sujeito que os quer submissos.

Na infância berlinense de Benjamim, entre desgraças e crimes e a caixa de costura encontrei que janelas coloridas (e paredes, e...) são do querer universal e que as cores podem saltar para meus olhos e se desfazerem em meu coração.

E Barthes me lembra da importância do prazer, o motivo mais facilmente compreendido e possivelmente o mais sólido para colocar a cor no centro do palco.

Agora, mais que nunca, quero minha polaroide para explorar o sertão vivo, a cores e expor no varal da cerca, ao lado das minhas roupas, os instantes que captar, pois já sei que o saber fotográfico, intenta emancipação, na forma de perceber o retratável, que é definido pelo visível e pelo sensível.



Tecendo uma rede de Educação Ambiental no sertão da Bahia: movimentos de fiação

Com linha e agulha ensinou-me minha mãe, ainda que arriscasse furar os dedos. Não seria grave.

Assim alcancei minha independência costurando pequenos saquinhos que enchia de arroz para o joga-e-pegá.

Brinquedos de um tempo, de um mundo simples e pobre.

Assim conquistei minha independência até hoje, para pregar meus botões, costurar minhas meias ou minhas roupas para a festa Junina.

Com outra agulha e outra linha ensinou-me primeiro minha vó, quando nos punha em rodas a fazer intermináveis correntinhas de crochê.

Depois ensinou-me, uma doce aluna e pessoa, quando então ousei e fui para o ponto baixo, para o ponto alto.

Não conquistei minha independência crochética com a blusa que faria para minha amiga, e que chegou a ter a barra e umas fileiras, mas parou quando perdi a agulha que ganhara de minha mestra.

Mas muito aliviou minhas tensões das madrugadas macaenses de avaliação.

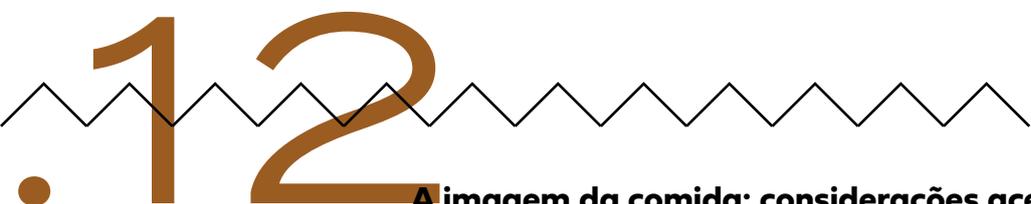
Agora preciso aprender a tecer a vida, no mundo.

Puxar fios, atar nós, prender e soltar amarras, preciso aprender a tecer junto, superar minhas experiências solitárias.

Pois o desafio é tal que só fará sentido se

Enredar o todo, enredar todos, enredar tudo

Assim não vai puir, assim não vai esgarçar, assim não rasga jamais.



A imagem da comida: considerações acerca do consumo de Alimentos

Fiz meu prato e me sentei do seu lado.

Estava à procura de nutrientes, para o corpo e também para a alma.

No prato tinha um tanto de comida que não precisava, apenas consumi.

Que ali estava quase inocente, mas completamente atravessada de interesses.

Você tinha tudo para minha alma, e sobrava.

Tudo tão propositadamente ali, sempre sem interesse.

Era tão natural que assim fosse, nutria-me todo,

Era tão prazeroso assim ser, felicidade, posse, sucesso.

Ainda assim, perfeito não era.

Você, eu, nossa comida éramos apenas elementos em meio a regras e sanções.

Meros sujeitos-objetos-mercadorias do consumo.

Ainda que para nós tenha sido sempre um rito.

Nosso desejo pondo tudo a perder, nosso maior risco

Despudoradamente, obsolescentemente embutido.

Quando peguei sua mão, e a puxei sem perguntar

E nos arrastamos para dentro das imagens que construímos,

Queria apenas encontrar um punhado de farinha

Uma pedra vermelha de quente onde assar o pão

Que faria com a água e o sal do nosso suor e

Que mataria nossa fome de tudo para sempre.



Trilhas das águas: imagem, memória e Educação Ambiental de base comunitária no Vale do Jequitinhonha

Imaginei um mundo diferente, um mundo sempre atualizado. Uma das coisas diferentes era o sistema que tratava do nome das localidades, uma lei proposta por um político da antiga cidade de Buraco Fundo, agora chamada Paraíso Dourado, que alegrara imensamente a sua população. Pela lei as localidades eram obrigadas a atualizar seus nomes diante das mudanças naturais do mundo em constante e frenética transformação. No dia da votação da lei o empenhado político foi enfático ao defender que ela era mais que necessária para atrair o capital e dar segurança aos investidores do mundo global que deveriam estar esclarecidos sobre onde poriam seus recursos. Afinal, era

um mundo pleno de informação, transparente. Rapidamente, ao lado de Paraíso Dourado, Rio Pequeno virou Rio Grande e Pedregal virou Campo Florido. Nesse mundo as leis “pegavam” e tal desenvolvimento não tardou a se propagar. Rio Cristalino tornou-se Rio Preto, Monte Alto virou Grande Vale, Sossego era agora Agitópolis, entre outras realísticas mudanças. Grande Floresta foi um caso muito especial, teve que mudar de nome 3 vezes em poucos anos. Primeiro virou Mato Alto, depois Matinha e finalmente Desertópolis. Sempre atento à correta sinalização ao capital. Ali os processos eram tão acalorados e dispendiosos que não sobrou recursos para mais nada, a saúde foi abandonada e as crianças não foram para a escola. Estava pensando em uma próxima lei que fora protocolada e dizia que as pessoas perderiam seu nome após perder os pais, que eram a origem do nome, devendo adotar um novo nome, quando fui surpreendido. Percebi a imagem eloquente do ancião de Paraíso Dourado, que com uma foto antiga de Buraco Fundo clamava pela memória da população reunida na praça e pedia o retorno ao nome antigo, pois o Paraíso se tornara escuro pela fumaça do progresso que os impedia de se verem e que nos tempos de outrora ao menos lutavam juntos para tapar o buraco.



Reflexos da sociedade excitada no Ensino Superior: O vício em imagens e a supersaturação dos sentidos como obstáculos no ensino aprendizagem de Bioquímica

Ei! Ei! Ei você leitor dedicado, viajando de forma frenética ou contida neste infinito de possibilidades desta obra tão real quanto imaginária, ao mesmo tempo real e imaginária. Ei você professor, às vezes cansado às vezes insatisfeito com o andamento das suas aulas, e por isto querendo mudar algo, mudar tudo. Ei você aluno, sedento de saber mais, deslumbrado com a bioquímica mas ainda tropeçando em compostos, ligações, proteínas, enzimas, no espaço, no tempo e nas formas. Ei você bioquímico da bancada, do mundo paralelo, do pedestal das descobertas cotidianas que circularão nas revistas científicas

mais importantes mundo a fora. Ei você, apenas um curioso. Acheque-se, ouse atravessar este capítulo. Aqui tem um tesouro, que não será difícil descobrir, que não será difícil possuir. Pegarão na sua mão e te mostrarão um montão de joias para a vida e você entenderá tudo. Trarão debates teóricos muito pertinentes e sem exageros. À sua frente estarão de forma clara os limites e as contradições quando nos excedemos em usar soluções educativas aparentemente testadas e aprovadas, sem perceber que serão lançadas em um mundo que já pode estar supersaturado, viciado até em determinados signos. E ainda segurando na sua mão, mas massageando muito seu cérebro e seu olhos afastarão um pouco e de forma sensata da cena recursos educativos que sempre julgamos infalíveis, para iluminar alternativas que já carregamos conosco. Não vou contar mais, se joguem, pois as joias serão suas. Quando atravessei, a excitação deu lugar ao deleite, eu sabia que utopia seguir e como faria: filosofar-imaginar-bioquimicar-filosofar-imaginar-bioquimicar...



A rede sociotécnica da relação entre ribeirinhos e onças no Amazonas costurada por imagens

Faz parte de mim desde os tempos de criança as histórias de onças.

Um tempo em que ainda não éramos tão saturados de informação.

Era sempre de noite, à meia luz, pela força da narrativa do meu pai,

Quando um universo mágico e impensado me punha em excitação.

Com frequência o bicho levava a pior, crianças precisam de heróis.

Às vezes perdia do macaco na ladinice, e do gavião que sabia voar.

Mas como ninguém na floresta, mesmo em noite de breu puro, Sabia sorrateira da vítima se achar sem nem mesmo um graveto estalar.

E nada me impressionou mais que saber que a onça sabia falar e escalar.

Nos meus tempos de adulto as histórias de onças continuaram lá.

Conheci o mundo de valentias e aperreios de Manoel Mata-Onça no Pará.

O mesmo mundo de ficção de minha infância, mas também do ribeirinho.

Eu as encontrei muito pouco, uma nadando, uma sedada, outra atropelada.

Desejo encontrá-las sempre de novo a cada nova entrada na floresta.

Pois o que me impressionara na infância ainda me impressiona como adulto.

Lá pros lados de Mamirauá, quando a água chega prá tudo molhar,

A onça escala o Apuí, para lá em cima por meses morar.

E vem também de lá dos lados do Mamirauá este consistente relato.

Que me deu certeza de que no mundo comum as onças falam.

Quando em simetria se (des)velam todos os atores e toda sua rede.

O fio tá aí, é só seguir...



Natureza e cosmovisão: do que se fala quando se fala em natureza?

Você eu meus pais e nossos vizinhos os velhos e os novos os sábios os letrados pela letra e os letrados pela vida pela pedra pela dor e pelo tomo estudo recito maravilhosamente o filósofo os filósofos ajunto alguns sociólogos e um cientista político sempre me robustecem muito. Quão erudito posso ser? Quem me levou para a mata e me tirou dela foi quem? Quem derreteu meus ouvidos quando o coração virou uma cabeça de alfinete e os meus olhos dois buracos negros foi quem? O doce cantar aprendido do vento na cachoeira na folha seca que estala no

ensurdecido barulho do silêncio do infinito nada que me segue como um rabo de foguete na desembestada busca em nada vi ninguém ouvi ou considerei afinal pensei estas outras coisas penduradas no alto do céu enganchadas numa gota de felicidade ou explodindo de todo ser que é todo pleno em todo lugar. Só então decidi olhar para trás, olhar para cima para baixo e para frente já estava tudo lá sempre estive só que usurpado por jeito de ser que não é jeito não é nada... eu só não poderia ter dito que não sabia que não queria que não entendia aí uma bola de imaginação estourou na minha cara e eu fiquei pensando sonhando sentindo vivendo gritando nunca nada foi tão real e tão imaginário e tão vivo e tão morto tão erudito e tão povo.



Educomunicação e emergência climática: o imaginário quilombola em tempos de resistência

Eu sempre soube que ali não ficaria, não parado, não quieto, não mudo. Se era dali não quer dizer que só seria dali, ali seria uma parte de estar em todo o mundo.

Eu não queria ficar ali porque queria um outro conhecimento e urgia buscá-lo.

Só faria sentido se tivesse todo o conhecimento e precisava do todo para ter tudo.

Tudo é terra. Tudo é água. Tudo é fogo. Tudo é ar.

E na terra que eu já pisava, mais eu pisei, nela me afirmei, signifiquei meu existir. A resistência dela deu sentido à minha resistência, comi a terra e ele me nutriu na jornada. Desejei ter a terra e descobri que se ela não fosse de todos melhor seria que fosse de ninguém. Disfarcei-me de terra, pintei-me de terra, enfiei-me na terra.

A água chegou molhando, dissolvendo, derretendo e misturando tudo.

Não mais havido o seco, o árido, o morto. Com a água penetrei espaços ínfimos, corri planícies intermináveis e evaporei para cair como lágrimas dos seus olhos.

Onde não fui como água, levou-me o fogo, no qual ardi até me desfazer em ondas de calor. Foi pelo fogo que o mais duro derreteu e o mais puro se formou.

Achei então que conhecera o tudo que estivera buscando e me perguntei: Cheguei?

Mas só pude de fato conhecer quando o ar bafejou: Se chegou eu não sei, mas estou certo que você saiu... e isto basta.



Filmes e vídeos na Educação Ambiental e espectador (cri)ativo: Reflexões sobre uma trajetória na pesquisa e extensão em educação

Só as bolhas que eu fiz não bastaram. Nem as de chiclete, nem tão pouco as de sabão.

As de chiclete me traziam satisfação, sempre maiores e aquele barulhão.

Na infância me traziam atribulação, pois como nadar e assoviar, eu nunca faria não.

Quando aprendi a fazer, parece que cresci, colava a cara e cabelos com prazer.

Conquistada esta vitória, parei de mascar, nojento, é parte de minha trajetória.

Já as de sabão são outra história, desde muito atrás, sempre parte da memória.

Era com o talo do mamão, e a barra de sabão, assim fazia minha imaginação.

Uma, duas, dezenas, uma pequena, uma média, uma grande, centenas.

Forrei o céu e todo o chão, com muitas bolhinhas, era minha falação.

Mas não bastaram, as bolhas que fiz, todas elas, de mim, voaram.

Tudo mudou quando minha bolha a tua encontrou.

Era agora um bolhão, que uniu produção e recepção num diálogo que se fez pura comunicação.



Las dos caras del dios Jano o cómo conviven las dos imágenes encontradas de una misma ciudad: Santa Fe de la Vera Cruz

Todos corremos logo para as cidades,
Tornamo-nos uma população predominantemente urbana.
Os sistemas naturais nos sustentam, mas deles só queremos tirar,
Nos aglomeramos como muitas estratégias de viver.
A verdade é que talvez os prejuízos sejam maiores.
Símbolos máximos de quanto podemos nos desenvolver.
Construir, ligar, levantar, remover, poluir.
Curioso que com frequência é o medo que nos domina.
Nos metemos em cubículos, pois não há espaço para todos.
Horas e horas no transporte, em filas, tudo quase impossível.
Seremos capazes um dia de nos encontramos e descobrir a verdadeira riqueza das cidades que são seus habitantes?

Imaginamundos: a importância do ato de imaginar como apropriação e resignificação de si e do mundo

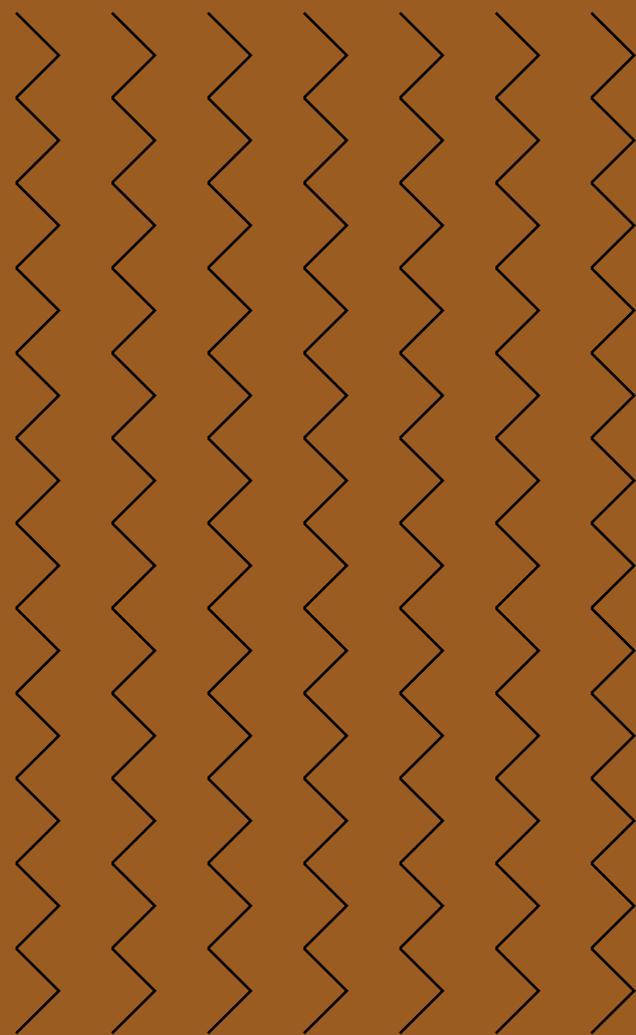
Rafael Nogueira Costa

Robson Loureiro

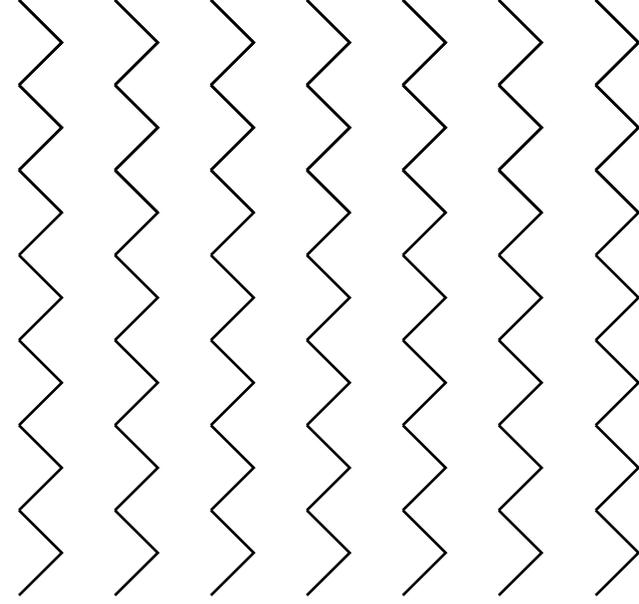
Celso Sánchez

Sergio Luiz Pereira da Silva

01.



Introdução



Não há mudança sem sonho,
como não há sonho sem esperança
(FREIRE, P. 2019b, p. 126).

O nosso imaginário está em disputa. Por diversos caminhos, diariamente, pessoas e corporações tentam conquistar nossa forma de imaginar o mundo. As mensagens que piscam e saltam às inúmeras telas que nos cercam são exemplos dos artifícios para a captura de nossa atenção e funcionam como flechas que atravessam nosso imaginário. Máquinas de espalhar imagens, conceitos, ideologias e visões de mundo. Assim funciona o “vírus da mente”, parasitas que “colonizam” nosso imaginário, como os “memes”, termo cunhado pelo zoólogo Richard Dawkins, na obra *O gene egoísta* (TORRES, 2016). Surgindo de inúmeras direções, todas essas flechas miram o mesmo alvo, o nosso imaginário.

A proposta deste texto parte da urgência de imaginar novos mundos! Para isso, é necessário produzir e disputar imagens de coisas reais e as consciências, o que Sartre chamaria de “imagens mentais”¹ (SARTRE, 1996).

Neste capítulo, o imaginário é pensado como construção de sonhos possíveis, desejos, vontades. A disputa do desejo é algo que em algum momento foi esquecido no projeto progressista. De Galeano a Paulo Freire, o desejo da utopia está apontado, seja como horizonte que acompanha os passos do caminhante e o faz caminhar, como nos ensina o escritor uruguaio, seja para o que o educador brasileiro chamou de inédito-viável².

Na disputa para conquista do imaginário, o dominador, o agente do poder hegemônico, precisa de uma estratégia: produzir a cegueira. A perda da capacidade de enxergar com os “olhos da mente”, aphantasia (ZEMAN; DEWAR; SALA, 2015), é fundamental para que as forças dominadoras possam operar com seus

tentáculos, como nos mostrou Saramago, em 1995, em sua obra Ensaio sobre a cegueira.

Em nossa sociedade, de outras cegueiras sem ensaio, esse fenômeno não é apenas individual, é social. Para uma sociedade anestesiada, robotizada, distraída pelos múltiplos estímulos, quase sempre enganada por um turbilhão de informações e notícias falsas, criam-se os “gabinetes do ódio” (produtores de cegueira). Para manter-se no poder, com seus privilégios de elite dominante, as forças dominadoras e hegemônicas temporárias precisam de seus cegos errantes.

No caso do Brasil, recortado racial e patriarcalmente por um projeto supremacista de ódio, historicamente emasado a comportamentos heteronormativos e violentos, torna-se necessário produzir estímulos para a imaginação de novos mundos.

Os colonizados jamais poderiam ser vistos e perfilados pelos colonizadores como povos cultos, capazes, inteligentes, imaginativos, dignos de sua liberdade. [...] Pelo contrário, os colonizados são bárbaros, incultos, ‘a-históricos’, até a chegada dos colonizadores que lhes trazem a história (FREIRE, 2019b, p. 211, grifo nosso).

Portanto em que medida o cinema crítico e dialógico pode contribuir, para ampliar a capacidade imaginativa, tanto de quem produz quanto do público que tem sido cativo do modelo estético afirmativo³ da cinematografia hegemônica? Ao nosso ver, tanto para quem milita no campo específico da educação, como para aqueles que

atuam diretamente no métier cinematográfico, a partir de uma perspectiva crítico-dialógica, porque em sintonia com as múltiplas vozes e corpos silenciados, rejeitados, excluídos, oprimidos, tem-se a chance de se produzir uma estética negativa àquela hegemônica no cinema do mainstream.

Apesar das especificidades, das inúmeras diferenças típicas de cada métier, qual seria a principal característica que se poderia considerar própria, tanto do set de filmagem como do “set” da sala de aula? De fato, ainda que dificilmente se possa romper com a racionalidade cognitiva, parece que ambos os espaços de produção exigem uma relação de trabalho coletivo, guiada muito mais pela imaginação criativa que pela racional-cognitiva. Mas, será que esse tipo de atividade tem sido estimulada, nos processos educativos das escolas, na educação básica e nas universidades? Será que tanto as relações de produção cinematográfica do cinema do mainstream, como aquelas que acontecem no âmbito da produção e socialização do conhecimento, nas escolas e universidades, têm seguido os antigos métodos pautados na memorização, na repetição e na competitividade?

Nossa hipótese encontra-se centrada na ideia de que o cinema pode ser um potente espaço de formação, quando produzido de maneira crítico-dialógica, ao possibilitar a troca de experiências e o encontro com outras visões de mundo.

Consideramos que as narrativas individuais e coletivas são experiências que estimulam a imaginação criativa. Elas são essenciais para todo o

processo de compartilhar aprendizagens. Por sua vez, o ato de imaginar pode ser considerado mediador, autor-reflexivo e constitutivo da consciência do sujeito (SODRÉ, 2012, p. 99). Para esse autor, a criatividade está vinculada à imaginação e tem um potencial libertador que permite ultrapassar a racionalidade mecânica. Longe de ser um ato irracional, “[...] a criatividade é a gestão de algo novo em um contexto inteiramente novo” (SODRÉ, 2012, p. 104-105).

Enquanto as instituições educativas limitarem os processos imaginativos e criativos, os discentes continuarão na árdua tarefa de serem “[...] consumidores de mensagens pré-fabricadas” (FREIRE; GUIMARÃES, 2013, p. 25). Dessa forma, em muitos espaços educativos, o lado ativo e criador dos alunos e das alunas não é central o processo.

No diálogo entre Paulo Freire e Sérgio Guimarães, que se lê em *Educar com a mídia* (FREIRE; GUIMARÃES, 2013), os autores acenam caminhos possíveis para uma prática educativa mais ativa e que vá em busca da realidade:

Imagina agora que a criançada tivesse, inclusive, uma disciplina. ‘Você tem quinze dias para fazer a sua escrita do mundo e trazer pra gente’ [...] essa escrita do mundo podia ser visualmente fixada também, porque podia ser a fotografia do mundo. [...] Essa escola, fazendo isso, já está introduzindo a meninada na pesquisa, num certo tipo de pesquisa, numa certa metodologia que não é tradicional. [...] E por que não fazer o corpo

docente uma reunião, aproveitando o material da escuta do mundo, da fotografia do mundo? Uma discussão com a meninada em volta, falando sobre as fotos, por exemplo, que, no fundo, são verdadeiras codificações!” (FREIRE; GUIMARÃES, 2013, p. 36, grifo nosso).

Nesse livro, Paulo Freire comenta uma prática educativa por ele realizada, em um curso na Faculdade de Educação da Universidade de Genebra (Suíça), onde foi professor por alguns anos. Ele montou dois seminários, para serem realizados, durante um semestre: um era “A escuta da realidade”, que seria realizado pelos discentes com o auxílio de gravadores de som e o outro era “fotografia do mundo”.

Em grande parte do Brasil era possível fazer isso também. Partir para uma experiência grande da meninada ouvindo gente, gravando gente, gravando passarinho, gravando buzina de carro! A meninada podia fazer uma excelente gravação da poluição auditiva desta cidade, como poderia fazer uma fotografia da poluição visual deste município. Só não poderia gravar nem fotografar o mau cheiro. (risos) Mas o resto poderia filmar, gravar e trazer, discutir e debater (FREIRE; GUIMARÃES, 2013, p. 36).

Apesar do tom apocalíptico e exagerado⁴, Vilém Flusser nos faz refletir sobre as imagens⁵ e os sons nos processos de mediação, segundo o qual funcionam de “maneira ambivalente, subjetiva, inconsciente” e serve como um veículo de propagação de

mensagens (FLUSSER, 2007, p. 115). Essa “[...] revolução no mundo da comunicação influencia nossa vida com mais intensidade do que tendemos habitualmente a aceitar” (FLUSSER, 2007, p. 127). Ou seja, chegamos ao “[...] mundo tecnoimaginário” dos modelos, que entre outras questões, codificam os conceitos (FLUSSER, 2007, p. 136). Em outras palavras:

Não há paralelos no passado que nos permitam aprender o uso dos códigos tecnológicos, como eles se manifestam, por exemplo, numa explosão de cores. Mas devemos aprendê-lo, senão seremos condenados a prolongar uma existência sem sentido em um mundo que se tornou codificado pela imaginação tecnológica (FLUSSER, 2007, p. 137).

Uma das funções das excitantes tecnoimagens é codificar e significar o mundo. Entretanto, “[...] elas podem se tornar opacas para ele, encobri-lo e até mesmo substituí-lo” (FLUSSER, 2007, p. 143). Nesse sentido, o imaginário entra em disputa pela produção de imagens, aprisionando as pessoas.

A imaginação não mais supera a alienação, mas torna-se alucinação, alienação dupla. Essas imagens não são mais ferramentas, mas o próprio homem se torna ferramenta de suas próprias ferramentas, ‘adora’ as imagens que ele mesmo havia produzido (FLUSSER, 2007, p. 143).

Fica evidente, nessa passagem de Vilém Flusser, a potência da produção de imagens na disputa pela

construção do imaginário e do discurso sobre a realidade. Desta forma, precisamos responder à seguinte questão: como fortalecer o processo de imaginação pela produção de imagens que potencializem a maior quantidade possível de formas de vida?

De acordo com Paulo Freire, não é pela substituição da escrita e dos livros que se fará a história. Até porque, ele foi um leitor voraz e apresentava uma verdadeira veneração pela palavra e pela escrita. Não obstante, como ele nos sugere, começar pelo mundo (ordinário, do senso comum, do mundo da vida, do imediato) para propor transformações.

Se atualmente vivemos em uma excitada sociedade do espetáculo imagético-eletrônico (ZUIN, 2013), cujo contexto social, a esfera pública, tem sido dominada pelos aparelhos, aparatos, pelas tecnologias da informação e da comunicação, não se trata de eliminar a escrita e a leitura do processo formativo das crianças e adolescentes, muito pelo contrário.

Da “palavramundo” para o “imaginamundos”

[...] foi pela imbricação de sentimentos, emoções, observação, intuição e razão que ele [Paulo Freire] criou a sua “leitura de mundo”, uma epistemologia, uma teoria do conhecimento, uma compreensão crítica da educação na qual disse a sua palavra lendo o contexto do mundo ditado pelo “texto” que seu corpo consciente lhe dizia e ele “escutava” e sobre ele refletia (Ana Maria Araújo FREIRE, 2015, grifo nosso).

No livro-palestra *A importância do ato de ler*, Paulo Freire nos apresentou com sua “palavramundo”. Para ele, a “leitura” do mundo, que teve início no pequeno quintal, à sombra da mangueira no Nordeste brasileiro, precisava estar associada à “leitura da palavra”. Ou seja, para aprender a ler e escrever, é preciso, antes, apropriar-se do mundo, do concreto e do real, de maneira indissociável (FREIRE, 1989).

Imaginar um filme da vida de Paulo Freire é imaginar uma criança de corpo franzino, brincando de ler o mundo em um quintal à sombra de uma mangueira. O jardim da casa era a sua escola, uma escola contornada por árvores, colorida e repleta de vida. Nesse filme imaginário, o chão de terra representa o quadro negro, a textura do graveto riscando o chão cria palavras e canções, como um lápis de um poeta⁶.

Aquele menino da geração dos lampiões, os quais davam luz às ruas, amplia o seu horizonte, quando sua família se muda para Jaboatão, no Recife. Aos dez anos de idade, o menino Paulo conhece a miséria, a fome e a pobreza no Morro da Saúde.

Sua “palavramundo” foi se constituindo política, pelo contraste social a que era exposto, ao transitar entre a periferia e os bancos escolares e universitários, primeiramente do Colégio Osvaldo Cruz e, em seguida, na Faculdade de Direito de Recife, atual Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Deixou de lado a profissão de advogado para se tornar professor de português. A partir de então, começou a pôr em prática suas imaginações em favor dos oprimidos, na

indissociabilidade entre a “leitura do mundo” e a “leitura da palavra”. Ou seja, a “[...] linguagem e a realidade se prendem dinamicamente” (FREIRE, 1989, p. 9). Por isso, foi preso, durante 75 dias na ditadura militar de 1964, ao experimentar junto com alunos e alunas do setor de Extensão Cultural da Universidade de Recife, a “alfabetização” vinculada à “conscientização”.

No livro *Pedagogia do oprimido* (FREIRE, 2013), escrito no exílio, quando estava no Chile, Freire consolidou suas observações em prol das transformações do mundo e em favor da vida. Existir, para ele, passou a ser pelo direito de pronunciar o mundo e modificá-lo (FREIRE, 2013).

A partir das suas “andarilhagens”, Paulo Freire pôde dialogar com o diferente, e ampliar ainda mais a sua leitura de mundo a qual se deu não só na concretude do real, mas também foi alimentada pela literatura científica. Sua obra é recheada de diálogos com autores de áreas distintas: Albert Memmi, Álvaro Vieira Pinto, Vygotsky, Franz Fanon, Marcuse, Karel Kosik, Søren Kierkegaard, Josué de Castro, Gramsci, Karl Marx, Kant, Hegel, Gaston Bachelard, Hegel, Jean-Paul Sartre, Gyorgy Lukács, Amílcar Cabral, Agnes Heller, Simone Weil, Wright Mills, Boal, Fals Borda, entre outros. São autores e autoras que ampliaram suas leituras no mundo.

Mas, sem dúvida, foi em contato com outras realidades que se fez Ser mais, enquanto teórico e pensador. Paulo Freire se tornou potente, ao pisar em outros solos, os solos frios da Europa e os solos quentes da África:

Em equipe, debatêramos, em Genebra, a melhor maneira de, na Guiné-Bissau, ver e ouvir, indagar e discutir, de que resultaria o programa de nossa contribuição. Programa, portanto, a nascer lá, em diálogo com os nacionais, em torno de sua realidade, de suas necessidades e de nossas possibilidades, e não em Genebra, feito por nós para eles (FREIRE, 2019, p. 23).

O conceito imaginamundos, que reivindicamos neste capítulo e que foi estímulo à organização deste livro, está vinculado à realidade concreta, como nos ensinou Paulo Freire. Ou seja, “[...] a superação da contradição opressor-oprimido”, exige a “[...] inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora”. Para ele, o reconhecimento verdadeiro é aquele que conduz à inserção crítica e à ação transformadora da realidade objetiva:

Este é o caso de um reconhecimento de caráter puramente subjetivista, que é antes o resultado da arbitrariedade do subjetivista, o qual, fugindo da realidade objetiva, cria uma falsa realidade “em si mesmo”. E não é possível transformar a realidade concreta na realidade imaginária (FREIRE, 2013, p. 53, grifo nosso).

A especificidade da imaginação está relacionada com a necessidade da “conquista”. Para a subjugação de Abya-Yala e de Pindorama, foi preciso imaginar o Novo Mundo e inventar a Europa (Dussel, O encobrimento do outro); para a Guerra Fria, foi preciso inventar e imaginar de super-heróis e

invasões alienígenas. “Imaginar para conquistar” tornou-se tão importante quanto “dividir para conquistar”. Por isso, disputar o imaginário, pode ser também uma ação contra-hegemônica. Para nós, o cinema é trincheira, arte de atirar com imagens.

A guerra da imagem. Assim como age o “dominador antidialógico”, destacado por Paulo Freire, para quem o dominador, “[...] nas suas relações com o seu contrário, o que pretende é conquistá-lo”. Para isso, utiliza-se de mil artifícios, “[...] das mais duras às mais sutis; das mais repressivas às mais adocicadas, como o paternalismo” (FREIRE, 2013, p. 186). Um dos objetivos dessa disputa pelo imaginário é apresentar o mundo como algo estático, a que os homens e mulheres se devem ajustar, em vez de lutar por sua transformação:

Daí que os opressores desenvolvam uma série recursos através dos quais propõem à “ad-miração” das massas conquistadas e oprimidas um falso mundo. Um mundo de engodos que, alienando-as mais ainda, as mantenha passivas em face dele. Daí que, na ação da conquista, não seja possível apresentar o mundo como problema, mas, pelo contrário, como algo dado, como algo estático (FREIRE, 2013, p. 187).

Dessa disputa do imaginário, surgem os mitos, “[...] indispensáveis à manutenção do status quo” (FREIRE, 2013, p. 188), criados por uma engenhosa máquina de propagar falsas notícias, com slogans e comunicados, comprovando sua “eficiência” na

eleição para a presidência, senado e congresso em 2018. Isto é, “[...] os conteúdos e os métodos da conquista variam, historicamente, o que não varia, enquanto houver elite dominadora, é esta ânsia necrófila⁷ de oprimir” (FREIRE, 2013, p. 190).

Na base de qualquer processo emancipatório está a faculdade da imaginação, que exige dinâmicas próprias. Educar para imaginar é pressupor a fortuna crítica acumulada, nos debates materializados na literatura específica. Ou seja, o ponto de partida (do ato educativo) é a realidade (imediate, ordinária, o mundo cotidiano) para o processo de ampliação do nível de experiência e consciência.

Busca-se superar a realidade concreta, aquilo que se apresenta de forma imediata: a miséria, a pobreza, a opressão, as condições aviltantes de produção da existência material (do corpo) e simbólica (a cultura). No caso da apropriação do saber, trata-se de se apropriar não daquilo que já se conhece (a menina, o menino inserido no contexto rural já conhece e lida com a terra), mas somente com base naquilo que supostamente conhece, no âmbito da superficialidade, de forma ingênua. O conhecimento relativo às ciências agrárias, por exemplo, que pode ajudar a melhorar a produção da plantação, de leite, ovos entre outros; o conhecimento da matemática, da física que elevam a qualidade do trabalho dos operários da construção civil. Partir da palavra⁸ tijolo, que é o objeto de trabalho do operário, do pedreiro da construção civil, para se chegar, por meio da palavra-conceito, do diálogo horizontal, pelas mediações, a

compreender todo o universo que diz respeito à sua realidade. Na consciência ingênua, não se tem condições de apreender o fenômeno, a não ser em sua superficialidade, em sua imediatez; àquilo que se apresenta. A consciência crítica opera com as mediações, com a apropriação do clássico/erudito, do conflito gerado pelas relações dialógicas – leitura/discussão/problematização.

Assim, a educação para a imaginação possibilita a projeção de inéditos viáveis, não como futuros distantes ou ficcionais, mas como momentos presentes possíveis ou um futuro entendido de suas ações a imaginações. Logo o conceito que defendemos, imaginamundos, parte de uma situação-limite, para se nutrir no “inédito viável”, pois a imaginação é o primeiro passo, para a realização dos sonhos possíveis, ou seja, o início da caminhada para alcançar a utopia:

Os inéditos viáveis, além de serem sonhos coletivos, deverão estar sempre a serviço da coletividade, não tem um fim em si mesmos. São, portanto, sonhos fundamentalmente democráticos a serviço do mais humano que existe em nós seres humanos (ANA FREIRE In: STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017, p. 226).

Imaginamundos é um impulso para a defesa da vida e da compreensão da interdependência e da impermanência, ou seja, a característica ecossistêmica dos seres vivos. Todos os seres vivos estão conectados ecossistemicamente entre si, trocando matéria e energia constantemente, fazendo

a roda da vida girar no seu ciclo de nascimento, reprodução e morte. Desencantamento pode ser sinônimo de morte existencial, imaginar correto é se encantar. Como nos afirmam Luis Antonio Simas e Luis Rufino, em Flecha no tempo, “[...] o contrário da vida não é a morte, mas o desencanto” (SIMAS; RUFINO, 2019, p. 5).

Contudo mais do que a criação de um método, no campo da educação, uma das principais contribuições de Paulo Freire foi a Pedagogia libertadora, cuja menina dos olhos é o processo de alfabetização. Nesse processo, a “leitura de mundo” antecede a “leitura da palavra”, conforme comentado nesta seção.

Inspirado nessa proposição, pensar uma ética/estética do audiovisual, em especial, do cinema, que contextualize e emoldure um sentido para as imagens, talvez seja um caminho viável capaz de uma reeducação do imaginário.

Guiado pela obra de Paulo Freire, esta proposta visa romper com a heteronomia (consciência ingênua) e produzir a consciência crítica (autonomia e emancipação), mediadas por um “cinema” libertador das amarras/esquematismos da indústria cultural hegemônica (LOUREIRO; ZUIN, 2010; LOUREIRO, 2018). Uma estética crítica e libertadora para o cinema não descarta o desejo pela leitura do texto escrito, caso contrário, a fantasia/imaginação e criatividade estarão sob o domínio dos operadores da indústria cultural hegemônica que sustenta a excitada sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997).

O auxílio do cinema para provocar imaginações outras

A imaginação como potência. A imaginação nos provoca não só a contemplação, mas também a ação, não só chorar nossos mortos, mas também confrontar nossos algozes, não só a fazer a crítica da realidade, mas projetar um outro tipo de existência, não lamentar o fim de um velho mundo, mas elaborar as bases de um mundo novo. O exercício da imaginação radical é uma possibilidade de transfiguração do mundo (Francis Vogner dos Reis, 23a Mostra de Cinema de Tiradentes, 2020).

Com os filmes, produtos mais imediatos da indústria cinematográfica, o público pode proporcionar uma experiência, tanto para consumir os inúmeros aspectos neles contidos, de forma fugaz e descomprometida, tal como se exige do entretenimento corriqueiro e usual, como também ter uma experiência autêntica e negativa, repleta de descobertas⁹, que é “acompanhado “[...] por um processo de imaginação que ao mesmo tempo se nutre do imaginário social e o alimenta” (NOVAES, 2008, p. 465).

O cinema prevê, ainda, um lugar para a subjetividade dos/das cineastas-pesquisadores/as no processo de observar e interpretar a realidade. Conforme Bleger (1975), “[...] observar, pensar e imaginar coincidem e constituem um só processo dialético. Quem não usa a fantasia poderá ser um bom verificador de dados, mas não um pesquisador”.

Para isso, é necessário respeito à pluralidade, criando formas democráticas, circulares e que proporcionem o diálogo e a comunicação. Esse tipo específico de cinema cria um movimento intelectual que possibilita a entrada de vozes ausentes e silenciadas pelo modelo hegemônico de conhecimento. O cinema que defendemos gera um processo de reflexão, durante o seu processo de construção, entre o/a cineasta-pesquisador/a mediatizados pelo outro e pelo ambiente.

Por isso, defendemos um cinema que caminha no sentido da emancipação humana, conforme descreve Lopes (2012):

Podemos dizer que uma obra cinematográfica assim construída, trará benefícios incomensuráveis não só para a educação, mas para o próprio cinema e estará, seguramente, não só sinalizando caminhos, mas construindo-os numa perspectiva não colonial. Esse cinema - de que precisamos e desejamos na qual alie beleza formal com conteúdos que promovam reflexão. Precisamos, em suma, de um cinema que rompa com modelos estereotipados, que possa desvincular-se da produção em série, da 'linha de montagem' (LOPES, 2012, p. 135).

Imaginar pelo cinema é construir roteiros dialógicos, em contextos escolares e não escolares, criar narrativas imagéticas com base em lógicas horizontais. O cinema pode ser uma proposta educativa, na qual a sua produção, inspirada em conceitos freirianos, propicia suscitar o sonho de produção

de uma sociedade livre dos grilhões que produzem, além da danificação individual e coletiva, também, a destruição da natureza.

O mundo ao avesso nos ensina a padecer a realidade ao invés de transformá-la, a esquecer o passado ao invés de escutá-lo e a aceitar o futuro ao invés de imaginá-lo: assim pratica o crime, assim o recomenda. Em sua escola, escola do crime, são obrigatórias as aulas de impotência, amnésia e resignação. Mas está visto que não há desgraça sem graça, nem cara que não tenha sua coroa, nem desalento que não busque seu alento. Nem tampouco há escola que não encontre sua contraescola (Eduardo GALEANO, livro: De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso, 2018, p. 8).

A nossa hipótese é que podemos dividir a imaginação em duas vertentes diferentes: a imaginação passiva e a imaginação ativa. A imaginação passiva é constantemente disputada pelos operadores do capital. A publicidade e o marketing atuam nesse imaginário. As propagandas buscam, de maneira sutil, transformar os sujeitos em objetos de desejos, máquinas desejantes. A imaginação passiva está sendo disputada com o uso de metadados e algoritmo das emoções¹⁰, que geram propagandas direcionadas, a partir do suposto interesse dos sujeitos, que navegam nas redes sociais on-line, impulsionados pelas possibilidades abertas da internet. No paradigma clássico da Modernidade, imaginava-se a natureza como um tapete, em que se

poderia não apenas apreender as leis da natureza, mas explorá-la, retirar dela toda a potência de vida.

As coisas que os brancos extraem das profundezas da terra com tanta avidez, os minérios e o petróleo, não são alimentos. São coisas malélicas e perigosas, impregnadas de tosses e febres, que só Omama conhecia. Ele, porém, decidiu, no começo, escondê-las sob o chão da floresta para que não nos deixassem doentes. Quis que ninguém pudesse tirá-las da terra, para nos proteger. Por isso devem ser mantidas onde ele as deixou enterradas desde sempre. A floresta é a carne e a pele de nossa terra, que é o dorso do antigo céu Hutukara, caído no primeiro tempo. O metal que Omama ocultou nela é seu esqueleto, que ela envolve de frescor úmido. São essas as palavras dos nossos espíritos, que os brancos desconhecem (Xamã Davi Kopenawa Yanomami).

Com relação à imaginação ativa, produz mudanças corporais e neurofisiológicas como forma de apropriação do mundo, por isso, ela é cri-ativa. Ela produz novas redes neurais. É o que acontece quando lemos Júlio Verne, por exemplo, ou quando temos um insight, durante um filme, como *Bacurau*¹¹. Essas experiências produzem uma imaginação ativa, que nos obrigam a reorganizar as memórias e os sentimentos e nos impactam de uma maneira muito diferente. Somos nós quem produzimos as imagens no cérebro por nós mesmos, em função de toda a experiência vivida. Na imaginação ativa, estimulam-se caminhos e

redes neurais pré-existentes, por meio de simples associações. Acreditamos que esse tipo de experiência possa liberar neurotransmissores ligados ao prazer, ao desejo e à necessidade de mudança, como: dopamina, gaba, acetilcolina e serotonina. Já na imaginação passiva, muitas vezes ligada ao consumo, pode desencadear uma “relação entre estressores, estresse e ansiedade” (MARGIS et al., 2003).

Na imaginação ativa, a natureza já não é produto e recurso e, sim, parte integrante do ser, que, ao estar conectada a ela, passa a reivindicar sua saúde. Reivindicamos a imaginação ativa e a posse da capacidade criativa e inventiva pelos sujeitos. De mudança de sujeito consumidor desejante para sujeitos críticos, capazes de identificar os processos de subjetivação que o transformam em coisas, mercadorias. Dessa forma, vemos um sujeito que ganha a propriedade do seu tempo e a sua capacidade de ser e existir em plenitude. O sujeito proprietário de sua imaginação se torna protagonista e aponta para a transformação do real.

Educar seria, então, potencializar imaginações? Em tempos atuais, notamos uma disputa de narrativas, visualidades e virtualidades. Em discursos recentes, emitidos pelo “alto” escalão do Governo Federal, assistimos à falácia de que a educação é o caminho para se atingir um certo ideal de sociedade, formatado a partir de padrões impostos por seus idealizadores. Por isso, Paulo Freire passou a ser alvo de disputas e considerado um dos maiores riscos para a sociedade.

Contudo, compreendemos que, em lugar de apropriar-se do mundo,

é fundamental aprendermos a nos apropriar do ato de imaginar, que é também um ato de produzir mundos. A disputa do imaginário consiste em possibilitar que a nossa capacidade de sonhar e de existir não seja roubada.

Ladrões de bicicleta e de imaginações

O filme *Ladrões de bicicleta* (1948), do diretor Vittorio De Sica, é um belo representante da estética do “neorrealismo italiano”¹². Nesse filme, um operário, Antônio Ricci, percorre as ruas de Roma, procurando a bicicleta que lhe fora roubada. O que há de mais extraordinário na narrativa é que os atores são todos amadores, sem experiência no teatro e no cinema e todo o filme é gravado na rua, numa Itália devastada pós-segunda guerra mundial.

O roubo da bicicleta é o elemento central da história. Mas não era uma bicicleta qualquer. Para aquele operário, a bicicleta era o passaporte para um emprego como “colador de cartazes”. Mesmo sem bicicleta, o operário aceita o emprego. Em casa, sua esposa, Maria Ricci, encontra uma forma de conseguir de volta a bicicleta, que tinha sido empenhada para comprar alimentos e que tiraria seu marido do desemprego. Ela resolve vender os lençóis e deixa a cama nua. A partir daquele momento, dormiriam em cama sem lençol. São seis lençóis, quatro usados e dois novos, vendidos por sete mil e quinhentos. Por sei mil e cem, o operário pega de volta a bicicleta que o colocaria no mercado de trabalho.

O operário chega ao emprego abraçado à bicicleta como se ela fosse um troféu, sobe as escadas e procura o

“chefe da seção”. Está empregado e sua esposa feliz. Pai de dois filhos, o operário acorda cedo para começar seu dia de trabalho. Com uma escada de madeira, um balde de cola e cartazes, começa sua rotina de trabalhador.

No alto da escada, ele assiste a um ladrão subir em sua bicicleta e sumir no meio da multidão. Corre desesperado, em vão, começa aí a busca do principal objeto que o mantinha na labuta. Dessa forma, “a bicicleta era seu instrumento de trabalho e, se não a encontrar, ele ficará, sem dúvida, desempregado” (BAZIN, 2018, p. 344). A corrida revela muitas camadas de um local marcado por seu tempo:

Do mesmo modo, a escolha da bicicleta como objeto-chave do drama é característica a um só tempo dos costumes urbanos italianos e de uma época em que os meios de transporte mecânicos são ainda raros e onerosos. Não vamos insistir: outros cem detalhes significativos multiplicam as anastomoses do roteiro à atualidade, situam-no como um evento da história política e social, em tal lugar, em tal ano (BAZIN, 2018, p. 345).

São estes os elementos do filme: a cidade em ruínas, o operário, a bicicleta e o roubo, que “[...] não passaria de um infortúnio banal sem o espectro do desemprego que o situa na sociedade italiana de 1948” (BAZIN, 2018, p. 345). Portanto o filme só ganha “sentido em função da conjuntura social (e não psicológica ou estética) da vítima” (BAZIN, 2018, p. 345).

Participa desse drama, o filho do operário, um garoto chamado Bruno

Ricci, um ator do povo “descoberto na rua entre os curiosos” (BAZIN, 2018, p. 345). No filme, o garoto segue o pai em busca da bicicleta roubada pelas ruas e vielas, debaixo de chuva, no meio do povo, sujo e faminto, [...] “[...]ele é a fenomenologia do roteiro” (BAZIN, 2018, p. 351), em outras palavras:

[...] a criança constitui uma espécie de reserva dramática que, dependendo do caso, serve de acompanhamento, ou passa, ao contrário, para o primeiro plano melódico. Essa função interior à história é, aliás, perfeitamente sensível na orquestração da caminhada do garoto e do homem (BAZIN, 2018, p. 350).

Após uma longa e frustrada busca, no final do filme, a criança “[...] dá à aventura do operário sua dimensão ética e cria uma perspectiva moral individual nesse drama que poderia ser apenas social” (BAZIN, 2018, p. 348).

O pai resolve roubar uma bicicleta e tenta esconder sua decisão do filho. Para isso, ele entrega um dinheiro ao garoto e pede para que o ele pegue o bonde até o Monte Sacro, para ali se encontrarem. A criança perde o bonde e decide voltar ao encontro do pai. O que ele vê, a partir daí, é o seu herói virar um ladrão. Acontece uma inversão dos papéis, o operário que corria atrás do ladrão, virou o ladrão em fuga. Uma multidão o cerca e frustra o seu projeto. A criança corre em direção à multidão, e o dono da bicicleta, comovido com a presença do filho naquele momento, resolve não prestar queixa à polícia e libera o operário.

Nas últimas cenas do filme, os dois andam pelas ruas de mãos dadas. O pai sem palavras, desmancha em lágrimas. O dois somem na multidão e revelam o lado ordinário da vida: “[...] a vergonha social do operário desmascarado e esbofetado em plena rua não é nada perto daquela de ter tido seu filho por testemunha” (BAZIN, 2018, p. 349).

Ataque ao imaginário: o perigo da imaginação única¹³

O filme analisado na seção anterior traz elementos para se pensar as transformações nos territórios¹⁴, que convertem as paisagens em cenários monocromáticos. Nesse capítulo, chamamos atenção para Macaé (RJ), que teve seu território modificado por causa de uma atividade mineradora de extração de petróleo.

A “Princesinha do Atlântico” foi “roubada”, para dar lugar à instalação de um complexo petrolífero, no final da década de 1970, que alterou completamente o território do município. A estratégia de ocupação foi suficiente para descaracterizar praias e restingas. Uma analogia com o filme pode ser feita a partir da busca por empregos. Em tempos de recessão, os empregos são apresentados como moeda de troca. Tudo pode ser feito, desde que gere empregos. Sendo assim, as imaginações que circulavam em torno da “Princesinha do Atlântico” foram “roubadas” para dar origem à “Capital do Petróleo”.

A estratégia funcionou muito bem até a crise do petróleo de 2015, que revelou aos moradores e transeuntes,

o lado mais perverso dessa história. É como se o ladrão fosse flagrado. Não restou outra possibilidade, senão chorar na crise. Com a saída de empresas, para locais mais próximos ao pré-sal, que se encontra na Bacia de Santos, o receio do que será a “Capital do Petróleo” continua presente. Não resta outra saída, senão imaginar novos mundos, novos arranjos econômicos, sociais e ambientais para esse território. Alguns intitulam a transição para “Cidade do conhecimento”¹⁵, outros apostam no turismo por abrigar a maior Unidade de Conservação que protege a restinga, no Brasil, um arquipélago de ilhas oceânicas próxima à costa e praias com águas próprias para esportes de ação, como canoagem, surfe, kitesurf, entre outros.

Não resta dúvida, é necessário repensar os arranjos socioeconômicos e ambientais, investir em políticas públicas transparentes, fundamentadas no diálogo horizontal com a comunidade e que vise ampliar a qualidade do transporte público, do saneamento urbano, além de estimular o ecossistema de inovação, conectar as universidades públicas com o poder público e com os movimentos sociais locais, assim como as empresas, potencializar múltiplas interações. Tornar a cidade referência de casos de sucesso.

Quebrar a monocultura do petróleo e proporcionar o multiculturalismo. Valorizar a arte, a liberdade de expressão, o cinema, a música, as instituições, os ecossistemas e sua biodiversidade. Criar áreas protegidas, como Unidades de Conservação. Proteger a bacia hidrográfica, caixa d’água da cidade e transformar os espaços

públicos em áreas próprias para o convívio entre humanos e natureza. Incentivar o comércio local, a produção de alimentos pelos movimentos sociais, aplicar e poupar os royalties para o período pós-petróleo. Proporcionar espaços de encontro e reduzir as desigualdades sociais. Parece muito? Nossas imaginações fazem o corpo trabalhar e, para que essas transformações possam ocorrer, sigamos imaginando novos mundos, se possível sem desigualdades, injustiças sociais, sem a exploração do homem pelo homem, tampouco da natureza. Um mundo viável possível. Não apenas na imaginação.

Considerações finais

Com este texto procuramos pensar a imaginação como campo em disputa. Utilizamos o arsenal freiriano, para entender que há muito as forças hegemônicas já conhecem e dominam as estratégias sutis, de produzir e operar a cegueira, por meio de uma insistente excitação e entorpecimentos dos sentidos. Disputar o imaginário é parte da nossa tarefa, enquanto sujeitos históricos oprimidos no caminho para a libertação.

Imaginamundos é um princípio do ato de imaginar. É não aceitar o mundo da forma como é imposto, predeterminado. A imaginação é absolutamente necessária para a formação dos sujeitos críticos. A não aceitação de predeterminações cria nos indivíduos uma possibilidade de imaginação, que é um elemento essencial do pensamento libertador. Não se pode ser crítico sem imaginar outros mundos.

A imaginação que defendemos pelas trocas de olhares possibilita novas reflexões, não só pela denúncia das mazelas do mundo, mas, sobretudo, pelo anúncio de outros mundos possíveis.

Apropriar-se do ato de imaginar é também apropriar-se da possibilidade tanto de produzir como de transformar realidade social injusta que danifica as subjetividades e destrói a natureza. É assumir o alvo da flecha no tempo. De mirar as utopias e produzir o encantamento. Urgente e fundamental, para outros mundos possíveis. A imaginação ativa é como caminho para o imaginamundos, como uma grande tela de cinema, onde projetamos inéditos viáveis. Essas são as nossas apostas para um cinema engajado, afinado, com princípio pedagógico crítico e libertador e com a possibilidade de superação das opressões. Se imaginar serve para conquistar, oprimir e explorar, ela também pode e deve servir para libertar. A última e a primeira fronteira da liberdade é a imaginação.

Agradecimentos

Somos gratos à leitura e comentários, na primeira versão deste texto às seguintes pessoas: Américo de Araujo Pastor Júnior e Jeanete Simone Fendler Höelz. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) - Código de Financiamento 001.

Referências

ADICHIE, C. N. O perigo de uma história única. Companhia das Letras,

2019.

BAZIN, A. O que é cinema? Tradução: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Ubu Editora, 2018. 448 pp.

BUENO, C. Algoritmo das emoções. Revista Ciência e Cultura, São Paulo, v. 69, n. 4, p. 62-64, 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602017000400019>.

CANDAU, V. Apresentação. In: CANDAU, Vera. (org.). Interculturalizar, descolonizar, democratizar: uma educação "outra"? Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2016.

CARDOSO JUNIOR, W.; CANDAU, V. M. F. Interculturalidade e ensino de artes visuais do Colégio Pedro II. Educação, Revista Santa Maria online, v. 43, p. 721-740, 2018.

COUSINS, M. História do cinema: dos clássicos mudos ao cinema moderno. Tradução Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FLUSSER, V. Filosofia da caixa preta. Título do original alemão: Für eine Philosophie der Fotografie. Tradução do autor. Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia (Hucitec), São Paulo, Brasil, 1985. p. 92.

FLUSSER, V. O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo, Cosac Naify, 2007.

FREIRE, A. M. A. A leitura do mundo e a leitura da palavra em Paulo Freire. Caderno Cedes, Campinas, v. 35, n. 96, p. 291-298, 2015.

FREIRE, A. M. A. Paulo Freire: uma história de vida. 2ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2017.

FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 23ª ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 54ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. 44ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 20ª Ed. Paz e Terra, 2019a.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 25ª Ed. Paz e Terra, 2019b.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GALEANO, E. De pernas pro ar: a escola do mundo ao avesso. Por Alegre, RS: L&PM Editores, 2018.

GONÇALVES, M. A. T. O real imaginado. Etnografia, cinema e surrealismo em Jean Rouch. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008. 250p.

GUNNING, T. Review: Etienne-Jules Marey: A Passion for the Trace by François Dagognet, Robert Galeta, Jeanine Herman; Picturing Time: The Work of Etienne-Jules Marey (1830-1904) by Marta Braun, Etienne-Jules Marey. Film Quarterly, University of California Press Journals, v. 47, n. 1, 1993. p. 44-46.

KAWAHALA, E.; SOLER, R. D. V. Uma leitura acerca da imaginação em Sartre. Revista da Abordagem Gestáltica, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 123-125, 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672017000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 mar. 2020.

LOPES, J. S. M. Trocando olhares: educação e cultura na contemporaneidade. Belo Horizonte: Teia de Textos, 2012.

LOSSO, E. G. B. Sagrado e profano na escrita. Vilém Flusser e Christoph Türcke. Flusser Studies, v. 16, p. 1-17, 2013.

LOUREIRO; R.; ZUIN, A. A. S. (Orgs.). A teoria crítica vai ao cinema. Vitória, ES: Edufes, 2010.

LOUREIRO, R. (Org.). A teoria crítica volta ao cinema. Vitória, ES: Edufes, 2018. 224 p.

MARGIS, R. et al. Relação entre estressores, estresse e ansiedade. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 25, supl. 1, p. 65-74, 2003.

DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-81082003000400008>.

MBEMBE, A. Necropolítica. 3a ed., São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.
NOVAES, S. C. Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 455-475, 2008.
Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132008000200007>.

SANTOS, L. L. C. P. Dilemas e perspectivas na relação entre ensino e pesquisa. In: O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. ANDRÉ, M (org.). Campinas, SP: Papirus, 2001.

SARTRE, J. P. A imaginação. Tradução Paulo Neves. Por Alegre, RS: L&PM, 2008. 144 p.

SARTRE, J. P. O imaginário. Tradução Duda Machado. São Paulo: Ática, 1996.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. Flexa no tempo. Rio de Janeiro, Editora Mórula, 2019.

SODRÉ, M. Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes. 518. Petrópolis/RJ: Editora Vozes Ltda., 2012. v. 1. 279 pp.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). Dicionário Paulo Freire. 3a ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. Dicionário Paulo Freire. 3a Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

TORRES, Ton. O fenômeno dos memes. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 68, n. 3, p. 60-61, 2016.
<http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000300018>.

ZEMAN, A.; DEWAR, M.; SALA, S. D. Reflections on aphantasia. *Cortex*, 2015. Doi:10.1016/j.cortex.2015.08.015

ZUIN, A. A. S. A sociedade do espetáculo e a reconfiguração da autoridade pedagógica. *Educar em Revista*, Editora UFPR, n. 50, p. 207-222, 2013.

NOTAS

Capítulo 1

1. A Imagem e o Objeto: A Imagem como Realidade

1 Para Sartre (1996, p. 37), “[...] não se pode estudar à parte a imagem mental. Não há um mundo das imagens e um mundo dos objetos. Mas todo objeto, quer se apresente à percepção, quer apareça ao sentido íntimo, é suscetível de funcionar como realidade presente ou como imagem.

2 Categoria trabalhada na obra *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 2013). A força teórica desta categoria está descrita detalhadamente na obra *Dicionário Paulo Freire* (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2017).

3 Diz respeito à estética que reforça o modelo de produção do cinema clássico, de praticamente toda a história do cinema pós-Hollywood até os dias atuais.

4 Losso (2013) tece reflexões que relativizam a tese de Vilém Flusser. Para ele, existe uma “[...] confiança exagerada no estético”, o que “[...] pode diminuir o valor de verdade da teoria e somente garantir seu valor ficcional” (LOSSO, 2013, p. 5). Mesmo sabendo disso, consideramos suas ideias para refletir sobre o papel da imagem na nossa sociedade.

5 O filósofo Jean-Paul Sartre, ao traçar “uma história da imaginação” na obra *A imaginação*, aborda os contrastes inerentes ao conceito de

imagem, ao observar como alguns filósofos clássicos pensaram o conceito da consciência à luz da fenomenologia. Sartre, conclui que “a imagem é um certo tipo de consciência. A imagem é um ato e não uma coisa. A imagem é consciência de alguma coisa” (SARTRE, 2008, p. 137). Para ele, “o Ser é aquele que possui consciência da sua existência” (KAWALA; SOLER, 2017, p. 123).

6 Para conhecer profundamente sobre a vida do andarilho da utopia, sugerimos a amorosa biografia escrita por Ana Maria Araújo Freire (FREIRE, 2017).

7 O filósofo camaronês Achille Mbembe produziu uma obra com bastante rigor teórico ao interpretar o processo de colonialidade, a partir da macroestrutura das políticas da morte (MBEMBE, 2018).

8 No processo de alfabetização, Paulo Freire trabalhava muito com imagens, apesar de considerá-las “um ponto de apoio visual”, mas que poderiam ser usadas “como um recurso eficaz para ‘domesticar’ como para servir a propósitos libertadores” (FREIRE, 2019a, p. 126). Dois pintores foram muito atuantes em seus trabalhos, Francisco Brenand e Vicente de Abreu (FREIRE, 2018).

9 A relação entre imaginação, etnografia e cinema foi experimentada em grande parte da obra de Jean Rouch. Na produção fílmica-etnográfica de Rouch, o imaginado estava presente como percepção do real, pois para ele a construção da realidade passa necessariamente pela imaginação (GONÇALVES, 2008).

10 De acordo com Bueno (2017), os algoritmos de análise de emoções já são utilizados por várias empresas para direcionar os seus produtos, conforme o interesse e o estado psicológico das pessoas. Suas aplicações ultrapassam o uso em publicidade e já estão sendo direcionadas para as áreas da saúde, educação e segurança.

11 Bacurau (2019) um filme de Kleber Mendonça Filho e Juliano Dornelles.

12 Com a devastação da segunda guerra mundial, uma nova linguagem cinematográfica se fez presente. Conscientes dos acontecimentos que ocorriam em sua volta, os cineastas escreveram na história e levaram o realismo para o cinema. Na Itália, na década de 1930, “[...] o cinema ainda era tingido pelos ideais fascistas de Mussolini [...]. Em busca de novos temas e estilos para refletir a mudança da realidade, desenvolveram o neorealismo” (COUSINS, 2013, p.188).

13 Em homenagem à Chimamanda Ngozi Adichie e suas reflexões em O perigo de uma história única (ADICHIE, 2019).

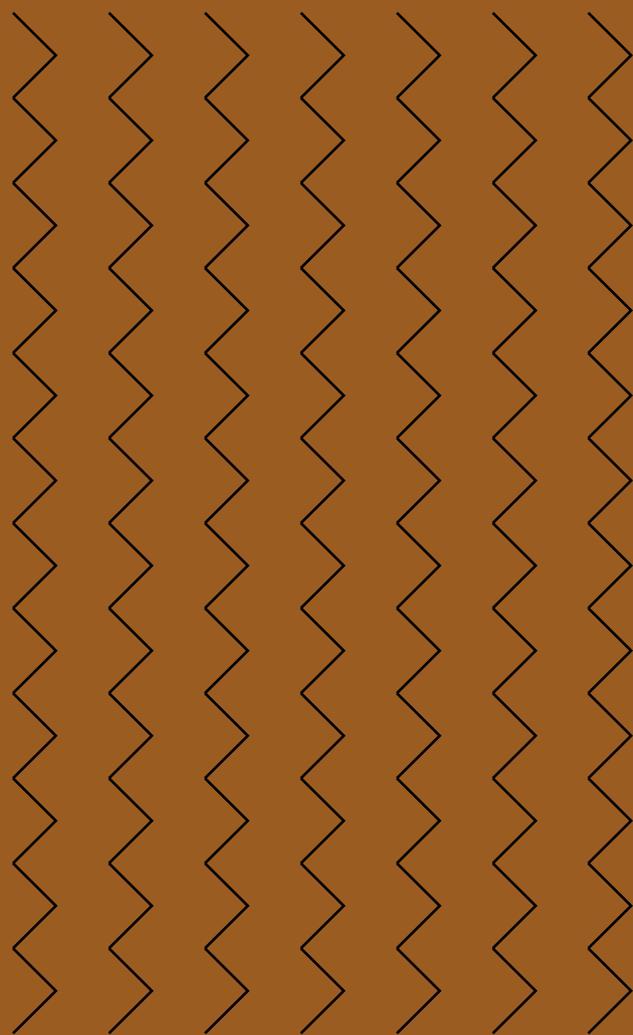
14 A América Latina é um palco para a compreensão deste tipo de ataque. No Brasil, na história recente, podemos destacar a “lama laranja”, fruto do rejeito de minério, que invadiu as imaginações em Mariana em 2015 e em Brumadinho em 2019.

5 Por exemplo, no livro “Macaé do caos ao conhecimento: olhares acadêmicos sobre o cenário da crise econômica” organizado pela prefeitura de Macaé e publicado em 2019.

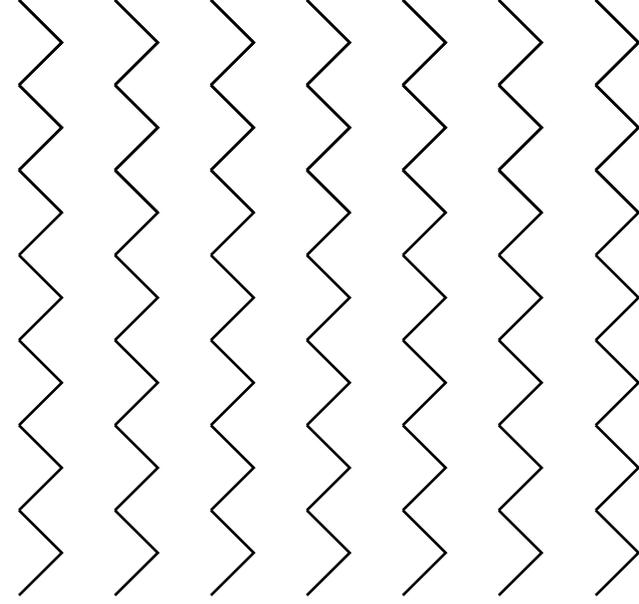
Produção de vídeos ambientais e educação profissional crítica: desafinando o coro dos contentes

Maria Inês Paes Ferreira

02.



Introdução



E eis que o Anjo me disse,
Apertando a minha mão,
Com um sorriso entre dentes:
Vai, bicho,
Desafina o coro dos contentes.
Torquato Neto

O trabalho de produção de vídeos ambientais associado à formação profissional de jovens estudantes de nível médio que ora será apresentado iniciou-se na virada do Século XXI, em pleno burburinho das mudanças trazidas pela desvinculação entre ensino médio e ensino técnico profissionalizante, introduzidas pelo Decreto 2.208/1997. Apesar da resistência oferecida por educadores da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, defensores da formação integral e crítica do trabalhador (CIAVATTA; RAMOS, 2012), a promulgação do Decreto cristalizou de forma inequívoca a pedagogia do trabalho no contexto da acumulação flexível, que promove a inclusão subordinada de segmentos sociais vulneráveis – “a exclusão includente de setores precarizados”, e simultaneamente conduz o trabalhador de setores produtivos mais complexos a um processo de redução ontológica, pautado em estratégias educativas voltadas à flexibilização do trabalho e de suas relações (KUENZER, 2006), com o discurso midiático de estímulo às capacidades de flexibilidade e adaptabilidade a um ambiente laboral de transformações organizacionais associadas à garantia da competitividade e à maximização dos lucros corporativos (BATISTA, 2011; KUENZER, 2006). O Decreto reafirmou a histórica dualidade estrutural da educação de nível médio no Brasil, separando a formação propedêutica, de conteúdos fundamentalmente teóricos e bases científicas, destinada às elites e à classe média, da formação eminentemente prática, destinada às classes trabalhadoras (MOURA, 2007), reforçando um “modelo societário neoliberalizante” (RAMOS, 2002), financiado por organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Banco

Mundial (BATISTA, 2011; CIAVATTA; RAMOS, 2012; RAMOS, 2002). Afinal, a perspectiva de formação integral, para além do “apertar de botões” fordista/taylorista, não possui aderência ao trabalho alienado, fundante do capitalismo, que reinventa continuamente sua práxis, hoje materializada na acumulação flexível do mundo globalizado e nos Estados-Corporações (MARQUES, 2016), dominados por grupos hegemônicos diversos, que no presente trabalho são metaforicamente denominados “o coro dos contentes”.

Em plena transição capitaneada pelo Decreto 2.208/97, na então Unidade de Ensino Descentralizada de Macaé do Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos dos Goytacazes (hoje Campus Macaé do IF Fluminense), construída pelo Governo Federal em parceria com o Poder Público municipal e a PETROBRAS, iniciou-se uma experiência inovadora com estudantes de nível médio dos cursos técnicos integrados à formação propedêutica, que o Decreto e os financiadores internacionais pretenderam extinguir. A opção pela produção de vídeos do tipo documentário-ficção de temática ambiental, que apresentam a história da ocupação da mesorregião de atuação do IF Fluminense, de forma lúdica e ao mesmo tempo popular, foi elencada como estratégia para sensibilização da sociedade, independentemente da faixa etária e do grau de escolaridade. Além disso, no processo de construção coletiva dos vídeos, ao buscar envolver os membros da comunidade em todas as etapas de produção (desde a adaptação do roteiro, dramatização, pesquisa de locação e

de imagens, filmagens e edição), estamos permanentemente debatendo acerca dos problemas socioambientais locais, divulgando as ações concretas que porventura estejam desenvolvidas na região, trocando saberes e experiências acerca das causas e das consequências da ‘acelerada degradação ambiental em curso no Brasil. Na perspectiva da ecologia política, adotamos a etnografia dos conflitos socioambientais (LITTLE, 2006) para iluminar as reflexões que subsidiaram a elaboração dos vídeos de educação ambiental produzidos pela equipe da InSitu Produções.

Inicialmente desvinculados do projeto político-pedagógico institucional da Unidade Macaé, implementada para prover a indústria do petróleo de mão-de-obra técnica especializada, os vídeos de Educação Ambiental eram idealizados e produzidos por equipes voluntárias de professores, servidores e alunos de nível médio, em atividades extra-classemulti e inter disciplinares, contando com apoio de parceiros externos. Apesar de desafinar o coro dos contentes, a linguagem resultante do diálogo de saberes envolvidos nesse processo de construção coletiva institucionalizou-se como projeto de extensão após a premiação nacional do vídeo “A Flor do Mangue”, em 2007, originando assim a InSitu Produções (equipe produtora de vídeo associada ao Núcleo de Pesquisa em Petróleo, Energia e Recursos Naturais do IF Fluminense (NUPERN) e ao Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental do IF Fluminense (PPEA-IFF).

Em dois “movimentos temáticos”, relatam-se a seguir algumas

experiências desenvolvidas em cerca de quinze anos de atividades protagonizadas por jovens de classes trabalhadoras, que vivenciaram e vivenciam as contradições de uma formação que, se por um lado os prepara para o ingresso num setor complexo, permeado de inovações tecnológicas sedutoras e simultaneamente propulsor do aquecimento global, por outro lado, “desafina” e os incita ao questionamento sobre o planeta que herdarão do status quo que ruma, de crise em crise, para o colapso ambiental a níveis local, nacional e global (MARQUES, 2016).

Allegro: Conflitos pelos usos de recursos hídricos e transposição de bacias hidrográficas: afinados com quem?

Os sistemas socioambientais são caracterizados por relações internas assimétricas derivadas da assimetria de poder entre “dominadores” e dominados” (LAYRARGUES; LIMA, 2014), que possuem interesses diversos quanto ao uso e à apropriação dos recursos naturais, caracterizando assim conflitos ambientais, os quais por sua vez resultam em espaços concorrenciais e territórios em disputa (IBAMA, 2002; LEFF, 2015; LOUREIRO, 2003). No caso da gestão de recursos hídricos, os usos múltiplos da água e o controle desse recurso com vistas à geração de energia elétrica em detrimento aos usos agrícolas de pequenos e médios proprietários geraram um conflito ambiental na região do alto curso da bacia hidrográfica do rio Macabu, materializado na transposição entre as bacias dos rios Macabu e Macaé, do hoje parcialmente desativado

“Complexo Hidrelétrico Macabu-Glicério. Concluída na década de 50, a obra era na época considerada a maior hidrelétrica da América Latina e graças à represa da Sodrelândia (localizada na localidade denominada Tapera, em Trajano de Moraes) deixa secos quase 5 km do rio Macabu, privando de água propriedades ribeirinhas à jusante (FREITAS et al., 2015).

Por outro lado, a então recém-promulgada Política Nacional de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997), ao dizer em seu art. 1º, VI, que “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades”, o fez sem eleger distinções entre os segmentos componentes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH. O Estado brasileiro como principal mediador dos processos de gestão ambiental, deveria, portanto, promover mecanismos diversos para possibilitar aos indivíduos perceberem-se como sujeitos sociais capazes de compreender a complexidade da relação sociedade&natureza, e atuar de que o processo de gestão de recursos hídricos de forma qualificada, sendo esta a principal motivação da equipe de produção de vídeos do NUPERN, no sentido de promover a divulgação de diferentes saberes relacionados à história socioambiental que levou e leva o estado do Rio de Janeiro à situação preocupante na qual se encontra.

Desde 1998, na onda da promulgação da Lei das Águas, a comunidade da então UNED Macaé já estava comprometida com a gestão participativa, integrada e descentralizada das

águas, abrigando em suas instalações o Centro de Referência do Movimento de Cidadania pelas Águas (MCPA) de Macaé. O MCPA era uma iniciativa do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do estado do Rio de Janeiro (CREA-RJ), que apoiava a divulgação da PNRH e de ações ambientalmente sustentáveis que colaborassem com a conservação dos recursos hídricos, viabilizando material de folheteria e organização de encontros de sensibilização, mobilização e troca de experiências entre estudantes, ambientalistas e técnicos da área ambiental. No Centro de Referência do MCPA de Macaé reuniam-se voluntários de diversas formações e estudantes de nível médio que realizavam coleta e análise de águas da região, em parceria com o curso técnico em Química da sede da instituição, localizada em Campos dos Goytacazes. Os estudantes conseguiram o apoio da Comissão Pró-agenda 21 local de Macaé e se autodenominaram Grupo PQP ("pra que poluir?") e entre 1998 e 2000 apresentaram os resultados de contaminação das águas do rio Macaé e do Rio Sana por esgoto doméstico em diversos eventos de caráter local e regional, com a irreverência que posteriormente viria a caracterizar os trabalhos da InSitu Produções.

Adicionalmente, a década de 90 trouxe para a educação profissional desafios pedagógicos e tecnológicos associados à defesa de uma formação profissional abrangente e crítica versus o reducionismo do "adestramento de trabalhadores" voltado à inserção em setores produtivos específicos. Especificamente no caso dos cursos técnicos dotados de formação geral de nível

médio, a contradição entre a formação profissional e formação geral estava explicitada nos documentos oficiais, como as à época recém publicadas "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica", apontavam a necessidade de democratização do conhecimento e dos bens do progresso, bem como de resolução de problemas socioambientais. Apoiada e justificada pelo discurso hegemônico das exigências do mercado de trabalho por um trabalhador cujos atributos principais fossem "a criatividade e as capacidades de transferência, de integração e de adaptação do conhecimento a pronta resolução de problemas", a equipe da UNED Macaé lançou-se à tarefa de promover "práticas pedagógicas voltadas à formação integral do educando", entendendo "a questão ambiental como especialmente adequada ao desenvolvimento de metodologias de superação da fragmentação do saber, característica da formação tecnicista praticada em nosso país nas décadas de 70 e 80" (AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012; FERREIRA; MELLO, 2003; RAMOS, 2002).

Transcendendo o currículo oficial da formação técnica de cursos ofertados na época (Eletrônica e Eletromecânica), formatados para prover com mão-de-obra o mercado de trabalho regional, voltado para a economia do petróleo, as ações do MCPA/ Grupo PQP ganharam visibilidade no movimento ambiental, em municípios vizinhos. Com a bandeira "Queremos nosso rio de volta", ambientalistas e professores de uma escola estadual situada em Conceição de Macabu procuraram o então CEFET Campos (hoje

Instituto Federal Fluminense) solicitando apoio técnico para a execução de um projeto intitulado “Pelos Águas da Bacia do Rio Macabu”, com o objetivo de mobilizar a comunidade local em prol da reversão da transposição. Partindo das análises de água para uma contextualização multidisciplinar coordenada por professores de Química, Biologia, História e Geografia das duas instituições envolvidas, diversas ações de mobilização foram planejadas, contando com a participação de atores sociais governamentais e não governamentais, destacando-se a Comissão Pró-comitê da Bacia Hidrográfica do rio Macabu e as prefeituras municipais de Conceição de Macabu, Trajano e Santa Maria Madalena (FERREIRA; MELLO, 2003). Para dar maior visibilidade às questões ambientais relativas ao uso e ocupação das terras da bacia hidrográfica em questão, entre 2002 e 2003, os participantes do “Projeto Pelos Águas da Bacia do rio Macabu” optaram por produzir um vídeo de “Educação Ambiental e mobilização popular”, que resgatasse de forma leve e crítica à história ambiental do município.

Como o projeto foi inicialmente concebido por docentes sem qualquer experiência em produção multimídia, procuramos especialistas no assunto para capacitar a equipe de participantes, conseguindo o apoio da TV Pinel, associada à Universidade Federal do Rio de Janeiro. Após oficinas de roteirização, fotografia e direção, num rico processo de construção coletiva, coordenado por uma estudante do curso técnico de Eletromecânica, nasceu o vídeo “Lendas das Águas”, que relata

de forma lúdica como brancos, negros e índios da região serrana relacionaram com o ambiente, culminando na situação ambiental daquela bacia hidrográfica. Paralelamente à etapa de pesquisa de campo necessária para a filmagem das cenas idealizadas no roteiro, os jovens participavam de reuniões com representações da comunidade, num processo que resultou na elaboração de um Diagnóstico Ambiental Rápido Participativo (DARP) da região da Cachoeira da Amorosa.

Essa metodologia foi adotada em diversos vídeos da InSitu: a equipe de produção e direção do vídeo estabelece coletivamente o eixo-norteador do roteiro a ser trabalhado, o qual será detalhado a nível de adaptação para a linguagem cinematográfica, decupagem de cenas e storyboard. Após concluído o storyboard, o grupo dá início à escolha do elenco e estabelece o cronograma de filmagens, nos locais inicialmente pesquisados, e em locações específicas destinadas a simular a história roteirizada. À filmagem segue-se a edição do vídeo, por equipe com conhecimentos específicos em informática, escolhida entre os participantes do projeto, sempre acompanhada da equipe de direção. O vídeo editado é então renderizado e copiado para distribuição gratuita ao público-alvo, e lançado em eventos específicos, no CEFET e na comunidade, seguido de mesa-redonda e/ou debates sobre a questão ambiental abordada no trabalho.

Durante o processo de produção e divulgação regional do “Lendas das Águas”¹⁶, foi decisivo o apoio do Consórcio Intermunicipal da Macrorregião

Ambiental Nº 5 do estado do Rio de Janeiro (Consórcio MRA-5), que coordenava juntamente com o CREA/MCPA a Comissão Pró-comitê da Bacia Hidrográfica do rio Macabu. Cabe destacar que a Política Estadual de Recursos Hídricos criou por meio da Lei 3.239/1999 o Sistema Estadual de Gestão de Recursos Hídricos (SE-GRHI), cujas diretrizes e regulamentos estaduais foram implementados pelo Decreto Estadual 26.058/00 (RIO DE JANEIRO, 2000), que dividiu o estado do Rio de Janeiro em macrorregiões para efeitos de gestão ambiental inspirou-se no conceito de gestão territorial integrada por bacia hidrográfica (ODUM, 1971). Para implementar as regiões macrorregiões ambientais, o governo estadual estimulou a formação de consórcios intermunicipais, envolvendo municípios, usuários de recursos naturais e organizações da sociedade civil como co-responsáveis pelo planejamento e gestão ambiental, incluindo entre suas atribuições diversificadas a promoção e implementação de comitês de bacia hidrográfica.

É importante ressaltar que a ecorregião fluminense está situada na sub-região do Litoral do Estado do Rio de Janeiro (Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste), classificada como de baixa disponibilidade de água por habitante pelo Plano Nacional de Recursos Hídricos. Do ponto de vista da qualidade dos recursos hídricos, a análise síntese do documento supracitado demonstrou o comprometimento da disponibilidade hídrica pelo lançamento de efluentes domésticos e industriais sem tratamento, que atinge inclusive mananciais de abastecimento

da população. A análise feita permitiu verificar que os principais desafios que a Região Hidrográfica do Atlântico Sudeste tem a enfrentar quando se trata de garantir uma perspectiva satisfatória para o aproveitamento dos recursos hídricos estão relacionados ao tratamento dos efluentes domésticos e industriais, a melhora da eficiência no consumo da água, a compatibilidade entre abastecimento doméstico (mananciais), as atividades de exploração mineral e a recuperação ambiental (nascentes, matas ciliares e áreas degradadas), tarefas que estavam dentro do escopo de atuação do Consórcio MRA-5, que congregava representações de onze municípios, grandes empresas ligadas à produção de energia, concessionárias de saneamento e instituições da sociedade civil (organizadas numa Plenária de ONGs).

Foi o Consórcio MRA-5 que juntamente com a Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias do CEFET Campos viabilizaram os cinegrafistas que deram apoio à equipe de estudantes envolvidos na produção do vídeo, que captou imagens e falas de assentados e quilombolas da região, descendo a serra de Trajano de Moraes e Conceição de Macabu até a "baixada dos Goytacazes, aonde deságua o rio Macabu. A história de dominação homem-natureza e homem-homem é explicitada de diversas formas nas três personagens centrais: o branco ("a história de Mota Coqueiro"), o negro (Carucango Rei) e o índio ("A índia Amorosa"). Em Quissamã, o depoimento da quilombola "Dona Cheiro" comove por sua crueza: o avó de ex-escravos tornou-se o capataz da fazenda, algoz

de negros desobedientes e fujões e é entremeada pela dramatização da fala do líder quilombola, Carucango Rei, conclamando seus companheiros a resistir, antes de ser massacrado pelas tropas portuguesas. A índia Amorosa, atacada, estuprada e morta pelo conquistadores simboliza a mesma Natureza que Lord Bacon queria torturada para revelar aos homens seus segredos...A proposta surgida durante a execução do "Projeto Macabu" foi a de transformar a área da Cachoeira da Amorosa em uma Área de Proteção Ambiental (APA). Por abranger três municípios (Conceição de Macabu, Trajano de Moraes e Santa Maria Madalena), a Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável estadual até hoje não foi criada, mas a região da Cachoeira encontra-se perpetuamente protegida por duas UCs de Proteção Integral do tipo Reservas Particulares do Patrimônio Natural estaduais, resultado inequívoco do projeto: as RPPNs Águas Claras I e Águas Claras II, localizadas à montante do principal atrativo turístico de Conceição de Macabu, em área adquirida em 2009 pela autora do presente trabalho.

Entre 2004 e 2005, o segundo vídeo produzido pela equipe já contou com os próprios estudantes como cinegrafistas e editores e detalha a temática originalmente e motivadora do projeto "Pelas Águas da Bacia do rio Macabu: os conflitos oriundo da transposição para a bacia do rio Macaé, para fins de geração de energia elétrica, privilegiando esse uso em detrimento de outros usos locais, como relatado na obra de ficção-científica "Bem vindo à Tapera. Volte Sempre"¹⁷. O título remete

à localidade da transposição (Tapera, em Trajano de Moraes), influente e moderna na década de 50, mas posteriormente abandonada pelos trabalhadores que vieram para a execução da obra, altamente impactantes (FREITAS et al., 2015; FREITAS; SANTOS, 2015). No vídeo, uma viagem no tempo é a estratégia usada pela jovem roteirista para abordar as questões da barragem e da transposição do rio Macabu, que configuravam conflitos de uso da água e incompatibilidades com os fundamentos da PNRH.

Segundo a Lei Federal n.º 9.433/97, que instituiu a PNRH, a gestão de recursos hídricos deve proporcionar o uso múltiplo das águas, priorizar o abastecimento humano, considerar a bacia hidrográfica como unidade de gestão e reconhecer a água como bem público dotado de valor econômico. No entanto, ao observarmos alguns casos específicos relacionados às pressões de demanda existentes, como o caso da transposição das águas do Rio Macabu para a Bacia Hidrográfica do Rio Macaé, muitas questões relativas à PNRH não são inteiramente consideradas, fazendo-se necessário soluções institucionais de integração entre as bacias hidrográficas, como por exemplo: o repasse de recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, a implementação de projetos de conservação e preservação dos mananciais e o estabelecimento de parcerias que visem dirimir os conflitos quanto ao uso dos recursos hídricos.

Marcando o estilo da InSitu, o documentário-ficção desvelou de forma pioneira a interferência que a barragem e a transposição provocaram

na Bacia Hidrográfica do rio Macabu. Esse debate foi posteriormente incorporado pelos atores do CBH Macaé, beneficiário das águas da transposição, numa proposta ao Comitê de Bacias do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Comitê BPSI). Afinados com a comunidade local e com as questões apontadas nos dois vídeos citados nesta seção, os membros do CBH Macaé buscam apoiar a construção de um programa de pagamento por serviços ambientais (PSA) para agricultores familiares de territórios impactados pela transposição, como forma de ajudar a reverter o quadro de degradação da Bacia do rio Macabu, considerada inadequadamente contemplada pelos instrumentos de gestão das águas implementados no estado. A comunidade da região da Tapera busca recompor a identidade rural do seu território, incorporando em seu dia-a-dia a represa, que impacta as comunidades a sua jusante e diminui a força da água do rio Macabu, principal afluente da Lagoa Feia, bacia situada na jurisdição do Comitê BPSI, que responde pela mediação dos conflitos relativos à gestão integrada das águas daquele território e pelo menos um jovem local envolvido no projeto na época é hoje Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental do Instituto Federal Fluminense, que desenvolve e desenvolve atividades de pesquisa e extensão na região, além de participar dos dois Comitês de Bacia que buscam a mediação do conflito.

Andante: Gerenciamento costeiro, usos múltiplos do território e conhecimento

local (descompasso na sinfonia hegemônica)

O crescimento da atividade econômica esteve sempre intimamente relacionado aos estuários e ambientes marinhos pelos seguintes motivos: são locais adequados para a instalação de portos; são férteis e podem produzir grandes quantidades de matéria orgânica; como ecossistemas os estuários constituem o habitat natural de muitas espécies de aves, mamíferos e peixes, é o ambiente de desova e criação de muitas comunidades biológicas e também desempenham papel importante nas rotas migratórias de peixes de alto valor comercial. Além disso, as comunidades se utilizam de algumas destas espécies para a sua alimentação e sustento. As áreas de manguezais são, portanto, de extrema importância para as populações, uma vez que delas provem boa parte das proteínas (mariscos e peixes), tão essenciais para subsistência. No entanto o importante não é somente conhecer o que os manguezais têm a nos oferecer, mas também entender que deles dependem milhares de vidas de animais aquáticos e terrestres (NUPEM, 2003).

Com relação às regiões estuárias, estas são os receptáculos de substâncias naturais e de produtos de atividade antrópica, os quais podem ocasionar a degradação da qualidade da água e a contaminação dos organismos que nela vivem, podendo este efeito ser magnificado, atingindo os níveis superiores da cadeia trófica, inclusive o homem. A descarga de água doce na parte interna, a entrada de água do mar, e os

transportes associados de sedimentos em suspensão e nutrientes orgânicos e inorgânicos são processos que desempenham e continuam desempenhando, uma grande importância para o desenvolvimento urbano, social e econômico das regiões estuarinas e costeiras. Uma parte dessas substâncias é utilizada como alimento pelos organismos marinhos e os poluentes, que também são transportados juntamente com as substâncias naturais, podem afetar uma grande variedade da biota estuarina e marinha e representar uma ameaça para a saúde das populações que utilizam estes recursos naturais como alimento. Sendo assim, é de fundamental importância identificar os efeitos passados da influência do homem nos processos que ocorrem nestes ambientes e contemplar estudos sobre futuras interferências benéficas e predatórias nestes importantes corpos d'água.

No Norte Fluminense, no estuário secundário do rio Paraíba do Sul, encontra-se o segundo maior fragmento de manguezal conservado do estado do Rio de Janeiro. Apesar de impactado por lançamento de esgoto in natura e resíduos de processamento de pescado, expansão periurbana desordenada e cortes de árvores de mangue para finalidades diversas (ROCHA; FERREIRA, 2016; SANTOS; FERREIRA, 2016; SOFFIATI, 2007), o manguezal de Gargau resiste, e além de abrigar rica biodiversidade, sustenta uma comunidade local de pescadores artesanais e catadores de caranguejo. Em contraponto, ainda no Norte Fluminense, o manguezal de Macaé agoniza em decorrência de um processo acelerado de

ocupação desordenada, impulsionada pelo afluxo de migrantes na região, atraídos pelas promessas de trabalho da economia do petróleo. O coro dos contentes canta alto! Mas em descompasso não só com a capacidade de regeneração dos ambientes por eles impactados, mas também com os modos de vida das populações residentes nesses ambientes estuários, diretamente dependentes do extrativismo para sua subsistência. Privados dos recursos naturais que alimentavam suas famílias e inseridos numa lógica produtiva que os impacta negativamente e na qual não conseguem inserção, quer seja por falta de afinidade ou de capacitação técnica, o que resta a tais populações locais? Essa é a reflexão trazida pela trilogia sobre os manguezais fluminenses, que aborda de forma comparativa um manguezal razoavelmente conservado (o de Gargau, em São Francisco do Itabapoana), um manguezal com estado de conservação intermediário (em barra de São João) e um manguezal altamente e estressado (no estuário do rio Macaé).

O primeiro vídeo da trilogia foi concebido em 2006 após uma visita de campo de estudantes de cursos técnicos da ainda UNED Macaé ao manguezal, propiciada graças a uma parceria informal com a Colônia de Pesca Z-3 e aoseu representante no Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé, das Ostras e Lagoa Imboassica (cujo nome fantasia é CBH Macaé, denotando a importância estratégica desse rio como manancial de abastecimento de mais de 200000 pessoas e provedor de toda a água utilizada para as atividades de exploração de petróleo

offshore na Baía de Campos). Impressionados com a visão de enormes canos de esgoto in natura sendo lançados no rio e com a degradação social e a prostituição infantil observada ao percorrer suas margens, num ângulo só observável com a ajuda da baterra do pescador, brotou a poesia que roteirizada deu origem ao vídeo "A flor do mangue".

O título foi plasmado por Maria de Lourdes Coelho, a "Lurdinha" do Escritório Regional do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) de Campos dos Goytacazes, uma semana antes do seu falecimento. Lurdinha relatou ser delicioso o cheiro que invade os manguezais em flor, ressaltando que a floração não ocorre de forma expressiva em ambientes muito impactados, como o manguezal macaense. Flor do Mangue era um dos apelidos de Lurdinha, fiscal do IBAMA de rara sensibilidade para com as questões relacionadas às populações tradicionais, esposa de pescador e defensora dos manguezais. Obra, a ela dedicada, A Flor do Mangue representa todas as "mulheres e meninas do mangue", sejam elas técnicas, professoras, ambientalistas, catadoras de caranguejo ou prostitutas, por um lado, e por outro lado a neta de pescador, personagem das fictícias, que procura mas não acha a "flor do mangue", também uma metáfora para o ambiente estuarino não impactado, mas ao mesmo tempo para a pureza das tradições e de alma, que postulamos perdidas na relação de exploração que se estabelece entre populações locais e o capital. O contraste com o manguezal de Gargau e a preocupação dos

pescadores da Colônia Z-1 com o fim dos manguezais fazem o contraponto com a situação de Macaé, onde a pesca artesanal teima ainda por desafinar o coro dos contentes e, apesar dos descompassos, consegue resistir.

Apesar da pouca repercussão institucional do produto, exibido em diversas ocasiões na Sede e na UNED Macaé do CEFET, a qualidade das produções do NUPERN foi consagrada nacionalmente por meio da premiação do vídeo "A Flor do Mangue" na 3ª Olimpíada Brasileira de Saúde e Meio Ambiente promovida pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), em 2007, na qual obteve o primeiro lugar na categoria Arte e Ciência, no nível de Ensino Médio. A premiação resultou ainda na exibição do vídeo em na Praça Veríssimo de Mello, no centro de Macaé, em 2007, no convite à equipe de estudantes para elaboração de um programa semanal de TV, de uma hora de duração, o "Código Verde", em parceria com a TV Litoral (que foi ao ar em 2008 semanalmente por seis meses, em canal fechado de abrangência regional), na parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (Grupos Solidariedade e Técnica – SOLTEC e UFRJ-Mar) e na inclusão da instituição no projeto PAPESCA (Pesquisa-ação na Cadeia Produtiva da Pesca em Macaé), coordenado pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia Naval e Oceânica – PENO/UFRJ.

Em dezembro de 2006, a exibição do vídeo no II Seminário Gestão e Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros do estado do Rio de Janeiro deu visibilidade às questões levantadas pelas

lideranças de pescadores do Norte Fluminense e aproximou a equipe de estudantes da ALA – Associação Livre de Aquicultores da Bacia do rio São João. A região de atuação da ALA havia sido contemplada com recursos de compensação ambiental do empreendimento “Atividade de Aquisição de Dados Sísmicos Marítimos 3D, do Bloco BM-C-28, da Bacia de Campos”, graças à articulação de diversos parceiros atuantes no Município de Casimiro de Abreu. A ALA foi a proponente do projeto para execução de tais recursos, composto por três subprojetos, a saber: (i) “Ampliação do cultivo de *Crassostrea rhizophorae* no estuário do Rio São João”; (ii) “Recifes artificiais – projeto de recuperação da biota do Rio São João”; e (iii) “Projeto da Reserva Extrativista (RESEX) Marinha em Casimiro de Abreu: do controle social à legitimação de uma proposta de sustentabilidade”. Entre as diversas metas dos subprojetos aprovados pelo empreendedor, o PEEA colaborou posteriormente na avaliação da possibilidade de implementar unidades demonstrativas de ostreicultura que seriam implantadas (VERÍSSIMO; FERREIRA, 2014; VERÍSSIMO; FERREIRA, 2014), e o vídeo a ser produzido integraria o material didático de um programa municipal de Educação Ambiental, em Casimiro de Abreu.

Assim, finalizada a etapa de divulgação do “A Flor do Manguê”, deu-se início à produção desse novo vídeo, destinado a debater a questão dos impactos nos manguezais regionais com estudantes do Ensino Fundamental, que era o público que a ALA vislumbrava sensibilizar. No segundo semestre

de 2007 a equipe de estudantes entrevistou representantes da ALA, realizou trabalhos de campo e filmagens na região do estuário do rio São João e acompanhou a apresentação de trabalhos no I Encontro de Manguezais da Costa do Sol, promovido pela ONG, enquanto era elaborada a animação que retrata uma das lendas locais acerca do porquê do ainda razoável estado de conservação do manguezal de Barra de São João (distrito de Casimiro de Abreu). A lenda atribui à entidade “amiga dos pescadores”, a “Vovó do Manguê” a proteção daquele ecossistema e a “expulsão” de pessoas que queiram causar impactos a sua biodiversidade. Contada musicalmente por um grupo de artistas locais, a “estória” animada para crianças é entremeada por trechos da clássica Carta do Chefe Seattle, numa emocionante narração de Helianna Barcelos, do Espaço Cultural José Carlos Barcelos (em Quissamã), ambientalista regionalmente conhecida por sua atuação na região da Restinga de Jurubatiba. Dona Leninha (como é conhecida regionalmente) encarna no vídeo a voz da “Vovó do Manguê”, advertindo que “a água é o sangue de nossos ancestrais” e não uma “coisa” “que pode ser saqueada” e que “tudo o que , acontece aos animais acontecerá ao homem” e que não podemos evitar “nosso destino comum”¹⁸. Mais uma vez, como em “A Flor do Manguê”, recorreu-se a Chico Science na trilha sonora, fechando-se o vídeo com efeitos de edição psicodélicos inseridos por estudantes de graduação dos cursos de Tecnologia em Petróleo e Gás e de Engenharia e Controle e Automação (ECA), atraídos pela

vertente tecnológica de capacitação em softwares de edição do projeto.

Com a inclusão de graduandos e mestrandos à equipe, paralelamente à consolidação do PPEA, a missão da produção de vídeos do NUPERN ganhou em amplitude e institucionalização. Os vídeos ambientais passaram a ser vistos como estratégia de divulgação científica dos trabalhos do Mestrado, ficando a cargo de mestrandos e bolsistas de Iniciação Científica e Tecnológica a transposição de linguagem científica para o processo de roteirização e produção capitaneado por jovens de nível médio, que editavam os vídeos juntos com graduandos da ECA. Em 2008 teve início o processo de licenciamento do Complexo Portuário do Açú, cujos impactos negativos à pesca artesanal e/ou à biodiversidade dos municípios de Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana vinham se constituindo objeto de estudo de diversas dissertações do PPEA (BARRETO; JÚNIOR, 2013; COUTINHO et al., 2009; SOUZA; OLIVEIRA, 2010; SOUZA; TERRA; OLIVEIRA, 2009). Dando continuidade às reflexões acerca da prevalência dos interesses corporativos de curto-médio prazos sobre os interesses ambientais médio-longo prazos, que desconsideram a importância dos manguezais e das lagoas costeiras do nosso estado, no vídeo "O mangue da Moça Bonita e o moço bonito do mangue" foi resgatada a lenda local que também atribui ao sobrenatural o bom estado de conservação do Mangue da Moça Bonita (localizado em Gargau) importância dos manguezais. No caso, a "Moça Bonita" (beldade mulata de

olhos verdes que namora um pescador) é cortejada e cobiçada por um rico senhor de engenho (o "moço bonito do mangue").

Numa mistura com depoimentos de catadoras de caranguejo, moradores de Gargau (São Francisco do Itabapoana) e de São João da Barra e pesquisadores, a lenda é apresentada ao público. Na dramatização, a Moça Bonita encarna as populações locais e a própria Natureza, cobiçada, estuprada e morta pelos setores hegemônicos da sociedade capitalista (o moço bonito), deixando em desespero o pescador que tanto a amava e era por ela amado, na cena final e inconclusiva do vídeo¹⁹. O moço bonito personificaria portanto não só a dominação da natureza pelo homem, mas também a que as classes dominantes opressoras exercem sobre trabalhadores, formais e informais (KUENZER, 2006). Na voz da pesquisadora Marina Susuki, a obra antecipa o problema da salinização da Lagoa de Iquipari, associada à implantação do "Super Porto do Açú", empreendimento que encheu de promessas de prosperidade a população local, mas cujos impactos e ônus em muito superam os bônus, principalmente às parcelas da comunidade menos favorecidas tratada economicamente.

Muitos dos impactos socioambientais negativos não estavam adequadamente descritos, nem mesmo previstos, no estudo de impacto ambiental apresentado na etapa de obtenção da licença prévia do empreendimento. Para além da trilogia sobre os manguezais aqui apresentada, produzido entre 2008 e 2009, o vídeo "InDefeso" debate especificamente a

questão da ocupação desordenada associada à degradação dos ecossistemas costeiros no município de Macaé²⁰. O título remete ao debate sobre a necessidade de alteração dos períodos de defeso de pesca, que segundo as representações locais de pescadores deveria ser ajustado de forma regional e não nacionalmente. Por outro lado, também é uma alusão à situação de vulnerabilidade em que se encontram os pescadores artesanais do município, que já não conseguem viver da pesca, e à alienação dos contingentes de trabalhadores periféricos ou na centralidade da economia do petróleo, ambos os segmentos “indefesos” ante ao avanço das corporações e ontologicamente alienado.

Remonta-se aqui ao conceito de alienação da obra de Marx, revisitado por Foster (2005), que debate a estreita relação entre a produção capitalista e a degradação ambiental, também presente nas reflexões do economista e filósofo alemão. Separado de sua essência, a serviço da acumulação capitalista, que nutre-se incessantemente do consumo de bens manufaturados, o trabalhador desprovido dos meios de produção e separado da sua essência (a Natureza) é alienado, assim como o é o peixe (cuja a essência é a água limpa), intoxicado por águas poluídas pelas atividades humanas (FOSTER, 2005).

No “metabolismo social capitalista”, o valor de troca prevalece sobre o valor de uso e a Natureza precificada torna-se mercadoria, recurso natural, a serviço da maximização do lucro e da mais valia, que explora trabalhadores e ecossistemas, numa incessante

sinfonia regida com a batuta da aceleração da produção, que tem por diapasão a propaganda e a obsolescência planejada, ecoando nos ouvidos de uma audiência por vezes surda e por outras atônita (em nossa metáfora a sociedade brasileira) como geração de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, desflorestamento, escassez hídrica, redução da biodiversidade, pobreza e psicopatologias urbanas variadas. A contaminação da biosfera e o envenenamento do tecido social – a “falha metabólica” é inerente à sociedade do antropoceno, plena de territórios em disputa. Questionar o capitalismo, maestro da sinfonia, por meio da formação crítica e integral do cidadão-trabalhador não interessa à educação profissional, afinada com os interesses que mantém o coro dos contentes em seu tom e que reproduz no sistema educacional as vozes (práticas pedagógicas) necessárias ao moto-contínuo da engrenagem da acumulação. Os ritmos de produção e de consumo requeridos à acumulação capitalista são incompatíveis com o modo de vida e a capacidade de produção de atividades artesanais, como a pesca, da forma que era historicamente conduzida no Norte Fluminense.

Na ocasião da produção do vídeo In-Defeso, o município de Macaé possuía cerca de um quarto de sua população envolvida direta ou indiretamente da pesca, apesar de até o momento não realizar ações expressivas de monitoramento ambiental associado à avaliação dos estoques pesqueiros. Com tal quadro, é inequívoca a importância da mobilização social objetivando o manejo sustentável da pesca e a

identificação de possíveis fontes difusas ou pontuais de poluição hídrica que possa por em risco a atividade pesqueira do ponto de vista biológico e da saúde pública. No tocante ao manguezal do rio Macaé, além dos impactos sofridos na década de 60, advindos das obras realizadas pelo extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento, que resultaram na formação das ilhas Colônia Leocádia e da Caieira, o crescimento urbano desordenado e acelerado pelas atividades econômicas relacionadas à indústria do petróleo transformaram esse precioso ecossistema num dos mais estressados do Norte Fluminense (SOFFIATI, 1998), como evidenciou-se no vídeo "A Flor do Manguê". Além disso, de forma geral, os royalties do petróleo reverteram efetivamente em prol da melhoria da qualidade de vida das populações existentes na área de influência dos empreendimentos de exploração e produção de óleo e gás na Bacia de Campos (PESSANHA; NETO, 2004).

A narrativa do "InDefeso" transbordada de angústia dos jovens estudantes, institucionalmente preparados para se transformarem em mão-de-obra criativa para o capitalismo globalizado. Eles não poderão beber "hidrocarbonetos" - trecho de uma propaganda do Jornal Macaense, peça ficcional que interliga depoimentos diversos à história da personagens jovens "sem nome" em estado de depressão leve e submetidos à violência urbana, e da sua perplexidade anestesiada pelo consumismo, no shopping... Numa pungente poesia escrita coletivamente pela equipe de produção, o vídeo

é finalizado com a forte afirmação: "quando você desistiu de lutar, eu não pude desistir de correr", como se, a nível planetário, houvesse para onde correr!

O vídeo descreve ainda "os três equívocos do discurso dos royalties" que ele explica com bastante clareza: os royalties não são um ressarcimento ao município por sediar a produção de petróleo, uma vez que tal recurso pertence a toda a sociedade brasileira; não estão relacionados ao dano ambiental ocasionado à exploração de petróleo (pois se assim o fosse, todos os empreendimentos impactantes teriam que pagar royalties) e finalmente não destinam-se a compensar os municípios pelo crescimento populacional associado à exploração de óleo e gás (pois o município que cresce arrecada mais impostos, que deveriam ser destinados à provisão de infraestrutura e equipamentos urbanos. O economista e pesquisador Rodrigo Serra conclui a explicação afirmando que a verdadeira razão para o pagamento de royalties seria "preparar o município para um futuro sem o petróleo". Após diversas exposições da obra em praça pública em Macaé, a equipe foi procurada por uma empresa de consultoria, contratada por uma corporação multinacional para executar projetos de Educação Ambiental associados às medidas compensatórias de licenciamento de um empreendimento de exploração de óleo e gás offshore na Bacia de Campos. É interessante relatar que, para uma instituição de Educação Profissional a inserção desses estudantes no mercado de trabalho seria um objetivo a perseguir, afinal eles seriam

contratados pela empresa contratada. Porém, receosos de possível cooptação por parte dos atores hegemônicos que eram contrapostos nos vídeos produzidos, nenhum dos estudantes aceitou a proposta. Todos contudo concordaram em participar como voluntários nos vídeos que seriam produzidos com o envolvimento de comunidades locais em Macaé, inserindo-se pelo menos um em cada equipe do projeto em questão, para trabalhar com grupos socioambientalmente vulneráveis definidos pelos agentes econômicos locais, evidenciando interesse e vigor para participação diferenciados de outros jovens macaenses (COSTA et al., 2017). Atribuímos este comportamento diferenciado à autonomia dada aos jovens para trabalhar temas e questões ambientais de seu interesse, assim como à percepção de engajamento no processo real de gestão ambiental, sempre comprometidos com a Educação Ambiental crítica e libertária (COSTA et al., 2017; IBAMA, 2002; LAYRARGUES; LIMA, 2014; LOUREIRO, 2003, 2006), de forma à dar voz aos segmentos dele tradicionalmente excluídos.

Esse sentido de estar realmente “fazendo alguma coisa” foi retomado em um período de desinstitucionalização do projeto “InSitu”, vivenciado após expressivo corte nas bolsas de ensino e extensão destinadas aos jovens de cursos técnicos dos Institutos Federais, em 2016, com a produção do curta-metragem de três minutos, S.O.S. Restinga do Barreto²¹, de forma a responder à demanda do movimento Xô Porto, que desde 2013 vem enfrentando a ameaça, cada vez mais concreta, de instalação de um grande

terminal portuário na Zona Norte do município de Macaé, juntamente com atores do Conselho do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (PARNA Jurubatiba). Produzido com a participação de jovens do Curso Técnico de Meio Ambiente (integrado ao Ensino Médio) e contando com a parceria do Curso de Cinema Ambiental da UFRJ Macaé (CUCA) e trilha sonora composta por egresso do PPEA, o vídeo possui andamento delicado e conteúdo explicativo, ressaltando a importância regional, nacional e internacional dos fragmentos de restinga que ainda restam na região, situada no entorno do PARNA Jurubatiba. O trabalho foi concluído em maio de 2016, e apresentado na Feira de Responsabilidade Social e Empresarial da Bacia de Campos. Destacamos que a frustração vivenciada pelos estudantes do recém-criado curso, que em 2017 teve sua oferta de vagas reduzidas à metade, de forma a privilegiar outros cursos que no olhar da gestão institucional do Campus possuem maior aderência às demandas do mercado regional, foi contraposta ao contentamento em ver criada uma Unidade de Conservação Municipal de Proteção Integral na área focada pelo vídeo: o Parque Natural Municipal da Restinga do Barreto foi criado em dezembro de 2016.

Considerações finais

Para cumprir plenamente seus objetivos, a Educação Ambiental deve incentivar a participação dos cidadãos, principalmente de forma coletiva, na formulação das políticas de gestão dos recursos ambientais e nas decisões que

afetam a qualidade do seu ambiente. Associada às metodologias participativas (como a pesquisa-ação e o monitoramento ambiental participativo), a produção de vídeos de educação no processo de gestão ambiental, aliada a outras ações de extensão, é capaz de promover a ressignificação de saberes, criando condições para a transformação da realidade social, com vistas à promoção da melhoria da qualidade de vida local, podendo assim ser conceituada como crítica, dialógica e libertária. Por outro lado, a Educação Profissional está voltada à formação de mão-de-obra para alimentar e validar as práticas capitalistas, sendo complexa sua conceituação como Educação Profissional crítica, pois a crítica ao modo de produção vigente não é de interesse das corporações. Muitas dificuldades de execução foram vivenciadas por inadequada institucionalização do projeto de produção de vídeos ambientais do atual Campus Macaé do Instituto Federal Fluminense, ao longo de cerca de quinze de existência "paralela" às atividades oficiais de formação de mão-de-obra para a economia do petróleo. A nível institucional, é reconhecido o mérito das ações educativas desenvolvidas, por envolverem estratégias educacionais interdisciplinares, relacionadas à pedagogia de projetos.

O quadro de degradação dos rios, das lagoas, dos manguezais e da qualidade de vida das populações que deles dependem para seu sustento (pequenos agricultores, pescadores artesanais e catadores de caranguejo, por exemplo) infelizmente não é exclusivo de Trajano de Moraes, Conceição

de Macabu e Macaé, e se estende a outras comunidades da região, destacando-se a de Gargaú, no município de São Francisco do Itabapoana, com um dos IDHs mais baixos do país, e Barra de São João, no município de Casimiro de Abreu.

Na percepção dos participantes do processo de produção de vídeos, a importância do trabalho para a divulgação de informações de diagnóstico e/ou monitoramento produzidas pela academia com adequada transposição de linguagem é importante para que a questão ambiental possa encontrar maior eco junto à sociedade, não apenas na comunidade escolar (uma vez que a escola é o nosso ponto de fomento de uma nova visão das relações sociedade & natureza), mas na comunidade regional em geral. O trabalho de educação no processo de gestão ambiental tem proporcionado ampliação de parcerias interinstitucionais e o debate das questões expostas nos vídeos produzidos vem colaborando para aumentar o envolvimento de diferentes segmentos sociais na realização de ações concretas, com vistas a contribuir com a melhoria das condições de vida locais para a efetiva participação no processo de gestão integrada de recursos hídricos integrada ao gerenciamento costeiro na região. Destaca-se que a implantação do Curso de Mestrado em Engenharia Ambiental fortalece e alimenta com novas questões equipes sempre renovadas mas que vem se revezando num trabalho que segue sem discontinuidades, desde 2002, apesar de todos os desafios, desafinando o coro dos contentes.

Agradecimentos

A todos os estudantes e servidores do Instituto Federal Fluminense; aos ex-alunos e professores da Escola Estadual Maria Lobo Viana; ao CNPq, às ONGs e municipalidades das regiões dos Lagos e Norte Fluminense; aos professores Marcelo Abreu Gomes, Ricardo Pacheco Terra e Dalila Silva Mello; à Phelipe Perboires, Bárbara Hilda e Henrique Ludgério (representando todos os ex-alunos que coordenaram atividades da InSitu); ao "Filé," da TV Pinel; aos assentados do Assentamento Capelinha; às catadoras de caranguejo e à comunidade de Gargau; ao pescador Tio Jorge; a Luiz e Sival, da ALA; à Marcio Vecci, Paulo Roberto Marinho, Sandra Wyatt e a todos os ambientalistas que resistem, também desafinando o coro dos contentes; à Lurdinha e Dona Cheiro (in memoriam).

Referências

BARRETO, N. M. DE S.; JÚNIOR, L. DE P. Q. A (re)produção do espaço capitalista nas áreas de grandes empreendimentos: uma análise comparativa entre os conflitos socioambientais nos Complexos Portuários do Açú e de Suape. *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego*, v. 6, n. 1, p. 57–67, 21 jan. 2013.

BATISTA, R. L. A ideologia da nova educação profissional no contexto da reestruturação produtiva. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

BRASIL. Lei no 9.433, de 08 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art.21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei no 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

ClAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. *Retratos da Escola*, v. 5, n. 8, p. 27–41, 4 maio 2012.

COSTA, R. N. et al. A vulnerabilidade socioambiental na educação ambiental praticada no âmbito do licenciamento federal em Macaé (RJ). *Ambiente & Sociedade*, v. 20, n. 1, p. 127–146, mar. 2017. Doi: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20150057v2012017>

COUTINHO, R. R. et al. Avaliação da sustentabilidade ambiental das comunidades ante as transformações socioambientais oriundas da implantação do Complexo Portuário Industrial do Açú. *Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego*, v. 3, n. 2, p. 11–22, 2009.

FERREIRA, M. I. P.; MELLO, D. S. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL: Perspectivas, impasses e desafios. *Revista Vértices*, v. 5, n. 2, p. 25–38, 2003.

FOSTER, J. B. A ecologia de Marx:

materialismo e natureza. Primeira ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2005.

FREITAS, L. N. et al. Barragem e transposição do Rio Macabu: conflitos gerados pelo uso da água e a integração de bacias hidrográficas no gerenciamento de recursos hídricos. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, v. 8, n. 2, p. 57–75, 9 dez. 2015.

FREITAS, L. N.; SANTOS, K. P. D. Diagnóstico ambiental da bacia hidrográfica do Rio Macabu. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, v. 8, n. 2, p. 101–126, 9 dez. 2015.

IBAMA. Como o IBAMA exerce a educação ambiental. Brasília: Edições Ibama, 2002.

KUENZER, A. Z. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. Educação e Sociedade, v. 27, n. 96, p. 877–910, 2006.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. DA C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. Ambiente & Sociedade, v. 17, n. 1, p. 23–40, 2014.

LEFF, E. Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 35, p. 29–64, 24 dez. 2015.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. Horizontes

Antropológicos, v 12, n 25. Porto Alegre Jan/Jun 2006.

LOUREIRO, C. F. B. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. AMBIENTE & EDUCAÇÃO - Revista de Educação Ambiental, v. 8, n. 1, p. 37–54, 2003.

LOUREIRO, C. F. B. Aspectos políticos e pedagógicos da educação ambiental no Brasil. Sinais Sociais, v. 1, n. 2, p. 44–83, 2006.

MARQUES, L. Capitalismo e colapso ambiental. Segunda ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2016.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. HOLOS, v. 2, 2007.

NUPEM/UFRJ. Projeto ECOlagos – Descobrimos os Ecossistemas – VIII Curso de educação Ambiental para Professores do Ensino Fundamental de Macaé e Região. NUPEM (ed.), 2003, Macaé.

ODUM, E. P. Fundamentals of ecology. 3d ed ed. Philadelphia: Saunders, 1971.

PESSANHA, R. M.; NETO, R. S. (orgs). Economia e desenvolvimento no Norte Fluminense – da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo. Campos dos Goytacazes: WTC Editora, 2004.

RAMOS, M. N. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. Educação & Sociedade, v. 23, n. 80, p.

401–422, 2002.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual 26.048 de 14 de março de 2000. Define as macrorregiões ambientais do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/532ff819a4c-39de50325681f0061559e/cc6b9edb-433f50ff83256cd2006230f6?OpenDocument>. Acesso: 01 set 2017.

ROCHA, E. F. C.; FERREIRA, M. I. P. Gestão ambiental de zonas estuarinas: uma proposta de conservação das águas e da biodiversidade para o manguezal do estuário do Rio Paraíba do Sul, Gargau, RJ. Disponível em: http://www.srhidro2016.iff.edu.br/ckeditor_assets/attachments/49/gestao_ambiental_de_zonas_estuarinas_-_uma_proposta_de_conservacao_das_aguas_e_da_biodiversidade_para_o_manguezal_do_estuario_do_rio_paraiba_do_sul_gargau_rj.pdf. Acesso em: 6 set. 2017.

SANTOS, R. DE S. F. DOS; FERREIRA, M. I. P. Indicadores e índices de salubridade ambiental aplicados a regiões estuarinas: o caso da comunidade de Gargaú, São Francisco do Itabapoana/RJ. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, v. 10, n. 1, p. 139–164, 30 dez. 2016.

SOFFIATI, A. São Francisco de Itabapoana – RJ: ecossistemas nativos, problemas ambientais e perspectivas futuras. In: Anais do I Encontro Científico da Estação Ecológica Estadual de Guaxindiba.

Campos dos Goytacazes: INEA - Instituto Estadual do Ambiente, 2007. p. 10–38.

SOFFIATI, A. A. Entre Câncer e Capricórnio – Argumentos em defesa dos manguezais do Norte do Estado do Rio de Janeiro. Campos dos Goytacazes: Soffiati (ed.). 1998,.

SOUZA, T. N. DE; OLIVEIRA, V. DE P. S. DE. Conflito socioambiental entre atividades de pesca artesanal marinha e implantação de atividades portuárias no Norte Fluminense. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, v. 4, n. 2, p. 219–230, 2010.

SOUZA, T. N. DE; TERRA, R. P.; OLIVEIRA, V. DE P. S. DE. Implantação do Complexo Portuário do Açú e atividades de pesca artesanal marinha do Norte Fluminense: um conflito socioambiental. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, v. 3, n. 2, p. 23–30, 2009.

VERÍSSIMO, F. A. DOS R.; FERREIRA, M. I. P. Aplicação do Índice de Qualidade da Água (IQA) para caracterização do baixo curso do Rio São João. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, v. 7, n. 2, p. 181–197, 8 jan. 2014.

VERÍSSIMO, F. A. DOS R.; FERREIRA, M. I. P. Avaliação da viabilidade da ostreicultura no baixo curso do Rio São João através da aplicação do Índice de Proteção da Vida Aquática. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, v. 7, n. 2, p. 221–239, 8 jan. 2014.

NOTAS

Capítulo 2

6 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pJoC98U-_Qs e <https://www.youtube.com/watch?v=395uDy5MKMs>>. Canal da InSitu Produções no YouTube.

7 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=w__TIHGj-b0 e <https://www.youtube.com/watch?v=oCIOMfpzI9s>>.

8 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W8mwNmd-9X4>>.

9 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wa5FulUk4Zs>>.

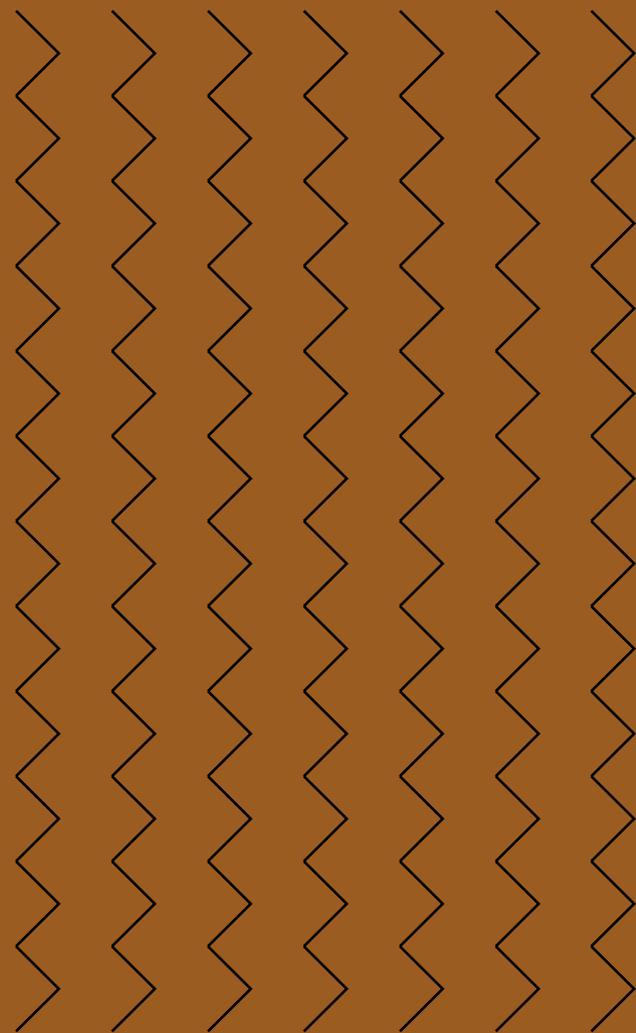
20 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3gN4_ALCnIA>.

21 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NWWzW90jJy8>>.

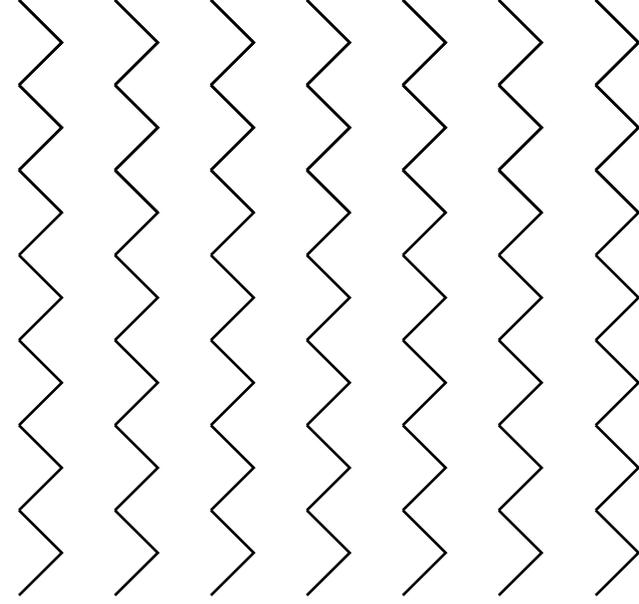
Cinema de Fronteira, Ativismo Político-Pedagógico e a Luta Camponesa no Front da Amazônia Oriental

Evandro Medeiros

03.



Introdução



“Presentemente eu posso me considerar um sujeito de sorte
Porque apesar de muito moço me sinto são e salvo e forte
E tenho comigo pensado deus é brasileiro e anda do meu lado
E assim já não posso sofrer no ano passado
Tenha sangrada demais, tenho chorado pra cachorro
Ano passado eu morri mas esse ano eu não morro”
(BELCHIOR “Sujeito de Sorte”, 1976)

Então aqui estou, aceitando o convite para refletir sobre minhas experiências como realizador audiovisual e atuação político-pedagógica na Amazônia, em especial por conta da experiência que vivenciei no ano de 2016 - ano passado - quando “me tornaram” réu em um processo na justiça movido pela Mineradora Vale, uma “Queixa-Crime” que me acusava de liderar uma manifestação em solidariedade as vítimas da tragédia de Mariana – MG em 2015. Segundo a empresa, o ato do qual participavam estudantes, professores e membros de uma comunidade pobre – e eu no meio – colocara em risco o trânsito do trem de carga de minério e de passageiros, assim fui alçado à condição de “querelado” numa primeira ação movida pela Mineradora Vale na vara cível e “indiciado criminalmente”, numa segunda denúncia da empresa, na delegacia da Polícia Civil da cidade de Marabá – PA, com previsão de pena de até 5 anos de prisão caso fosse julgado culpado.

Certos encontros inusitados entre fatos e datas simbólicas marcariam o ano de 2016 como num tipo de coincidências fílmicas roteirizadas, que me colocaram a tensão dos dias e suas silenciosas narrativas mais presentes aos olhos, coração e mente e, “por força deste destino”, me fizeram repensar mais profundamente o contexto de minhas experiências políticas, pedagógicas e artísticas vivenciadas no sul e sudeste do Pará por quase duas décadas, como professor universitário e, exatamente, no aniversário de 10 anos como realizador audiovisual com produção de documentários, organização de ações-eventos de cinema e educação

junto aos movimentos sociais e população camponesa da região. Minhas lembranças e comemorações teriam que conviver com a apreensão pessoal e profissional desta situação jurídica inesperada.

A notícia sobre o caso com a Mineradora Vale logo ganhou as redes sociais e sites de jornais nacionais e internacionais, projeção alavancada pelo drama da lama que afogara o Rio Doce em Minas Gerais e colocava a Mineradora Vale sobre os holofotes da mídia. A primeira audiência judicial aconteceria, ironicamente, no dia 5 de março, exatos seis meses após a tragédia provocada pela Samarco-Vale em Minas Gerais. A consciência sobre o caráter simbólico de tal coincidência aumentariam a indignação, sentimento de injustiça e sensação de impotência que me acompanhariam por esses tempos, um tipo de situação em que, na hora do almoço, diante da mesa, comida e tristeza, seu coração deserta e isso lhe arrasta moço e te faz pensar nas coisas da vida (BELCHIOR,1976).

Por que uma grande empresa internacional teria dado tanta importância a um ato político de pouca representatividade e visibilidade social, que teve a participação de por aproximadamente 50 pessoas, visto que não ocorrera o bloqueio dos trilhos como registrado na denúncia junto à justiça? Por que esta empresa estaria interessada em processar um professor universitário específico desconsiderando a participação de outros professores e lideranças políticas presentes na mesma manifestação? Por que esta empresa, aparentemente, teria ignorado a repercussão de sua ação jurídica num

momento em que ela própria estava sendo denunciada internacionalmente como responsável pela maior tragédia socioambiental já ocorrida no Brasil?

Este texto, como um canto torto, tenta dialogar com estes questionamentos num exercício de especulação sobre como a ação judicial da Mineradora Vale se constituiu numa tentativa de criminalização das lutas sociais, colocada no campo das disputas de poder simbólico e da ostentação da hegemonia de num discurso de progresso e desenvolvimento que camufla a intensa violência contra a natureza e a sociedade em curso no sul e sudeste do Pará nos últimos 50 anos e que se faz sob a ordenação institucional dos poderes do Estado, em que o capital encontra apoio para legitimar sua ação predatória na apropriação dos recursos naturais na Amazônia. É bom que se diga que é preciso perceber dialeticamente este contexto como parte de um projeto oficial alavancado e mantido pelas sucessivas gestões frente ao Governo Federal desde a Ditadura Militar, sem esse esforço crítico não há como entender os fatos - as situações de violência e impunidade - através dos quais se desenrolam as disputas reais na região. Por outro lado, é bom que todos saibam, ao vivo é muito pior.

Ao longo da história recente o cinema cumpriu importante papel no registro in loco e ao vivo de décadas de destruição e massacres na Amazônia, considerada o último eldorado do país, a última fronteira a ser explorada e incorporada ao desenvolvimento nacional. O cinema documental, esta arte de viver de perto a realidade em sua tragédias para poder narrá-las de

modo acessível a todos olhos, corações e mentes e, pela experiência sensível, fomentar leituras e estranhamento reflexivo sobre o real entre os mais comuns dos homens, ainda mais quando estes como expectadores encontram nos enredos e personagens características históricas, sociais e culturais que espelham traços de sua própria existência e da realidade social em que vivem.

Por isso, é especialmente com o cinema que tento ler e escrever sobre o mundo que vejo. É com o cinema que tento comunicar ideias - em especial sobre Amazônia como fronteira do capital e front das lutas populares - e me fazer entender aos demais leitores do mundo em qualquer escolaridade ou ainda sem ela. Não me fiz um professor de "artigos acadêmicos", eis um esforço particular aqui em curso. Assim, neste texto, elaborado como uma tentativa de ensaio auto-biográfico, pontuo algumas de minhas escolhas, reflexões e ações ao longo de 10 anos tomando a produção em cinema como recurso acadêmico e artístico de leitura-intervenção sobre a realidade e junto às lutas populares no sul e sudeste do Pará, a Amazônia Oriental, para situar o contexto em que se dá a ação judicial da Mineradora Vale e especular sobre seus reais objetivos com tal ação.

De início, começo rememorando meu encontro com a produção fílmica a serviços da memória das lutas populares no sudeste do Pará, tomando como referência histórias e narrativas relacionadas às obras fílmicas que produzi em parceria com os movimentos sociais. Recorro (re)encontro

da juventude sem-terra, indígenas, militantes de movimentos sociais e a comunidade acadêmica do sudeste do Pará com grandes diretores de cinema que passaram pela região nos anos de 1970-1990 (Adrian Cowell, Vicente Rios, Jorge Bodanzky e Vincent Carreli), cujas obras fílmicas que narram parte da memória da ocupação recente da Amazônia e as tragédias dela decorrentes. Destacando as ações institucionais e não-institucionais que serviram de estímulo à cena de produção e circulação de obras fílmicas na e sobre a região, pondero sobre os elementos que apontam para o resurgimento no sudeste do Pará do Cinema de Terceiro Mundo na forma de cinema de fronteira, como cinema do front, realizado pelos sujeitos que aqui vivem (professores, estudantes, camponeses, indígenas, quilombolas, etc) e afirmado como instrumento de denúncia e enfrentamento contra as atividades predatórias e violações de direitos cometidos por empreendimentos capitalistas na região, entre eles, a Mineradora Vale S/A. E por fim, tendo situado a realidade em que me fiz "visível e ameaçador" ao capital - me entendam a ironia - retorno a reflexão sobre as reais motivações da ação judicial movida pela empresa que me fez réu perante o Fórum de Justiça de Marabá.

Sobre a escrita que segue, longe de ser um ensaio acadêmico aos moldes tradicionais, desde já peço licença para seja apresentada em primeira pessoa, em certa medida numa linguagem informal, inclusive com incursões poéticas e trilha sonora, para assim deixar tudo soando bem aos ouvidos (Chico Science e Nação Zumbi).

Então, adiante camaradas, um passo a frente...

Direitos Humanos, Instinto-Escrita Fílmica e o Cinema pelo Grito dos Excluídos!

*“A minha alucinação é suportar o dia-a-dia e meu delírio é a experiência com coisas reais, (...) amar e mudar as coisas, me interessa mais”
(BELCHIOR, “Alucinação”,1976)*

Nasci e cresci entre cidades do nordeste paraense, me formei pedagogo e desde jovem atuo junto a movimentos populares, de educador de meninos de rua a formador de professores sem-terra, me tornei professor universitário em 2002 e desde então vivo e trabalho no sudeste do Pará, sediado em Marabá, na região denominada geopoliticamente como Amazônia Oriental. A “terra sem homens para homens sem terra”, a região tem sido historicamente cenário de graves conflitos sociais, desencadeados pelo projeto de desenvolvimento iniciado pelos governos na Ditadura Militar (1964-1985), quando a Amazônia foi tomada como “última fronteira” do território brasileiro a ser “integrada ao desenvolvimento nacional”, gerando tragédias que teriam como um dos seus mais tristes episódios o Massacre de Eldorado dos Carajás (1996), além de outros massacres não revelados ao público nacional e internacional.

Apesar de pequenos ensaios com edição de pequenos vídeos sobre a luta pela terra, comecei a produzir filmes documentários de modo mais

sistemático no ano de 2004, era ano em que o Grito dos Excluídos²² tinha como tema “Brasil: na força da indignação, sementes de transformação” e no sudeste do Pará, considerando as peculiaridades que marcam a região como um contexto de conflitos agrários históricos e cenário de miséria crescente nos centros urbanos, os movimentos sociais resolveram organizar a mobilização do ato a partir da reflexão sobre os sub-temas “Trabalho, Casa, Pão e Terra”. Sob a preocupação com o refluxo político que vinha marcando a manifestação nos últimos anos, havia um consenso que emergia da avaliação conjuntural feita pelos seus organizadores: era preciso investir numa mobilização de caráter pedagógico desde os assentamentos rurais, bairros e comunidades pobres. Foi aproveitando este ensejo que sugeri a produção de um vídeo que ilustrasse as realidades relacionadas aos sub-temas escolhidos com imagens e narrativas das próprias pessoas que os movimentos tentavam mobilizar a participação na manifestação, um vídeo que pudesse ser apresentado assim como instrumento pedagógico de mobilização política ao Grito dos Excluídos.

Apesar das expressões de incredulidade num primeiro momento, os dirigentes e representantes dos movimentos sociais aceitaram a ideia. E assim, em parceria com o historiador Ailton Pereira - que atuou como produtor - e com logística e equipamentos disponibilizados pela Comissão Pastoral da Terra - CPT, nos colocamos a produção-circulação do vídeo denominado ‘Grito dos Excluídos de Marabá’,

apresentando a realidade de trabalhadores ambulantes e desempregados nas ruas da cidade de Marabá, a situação de famílias de sem-teto sobre ameaças de despejos de áreas chamadas de "invasões urbanas", a ação da polícia militar contra trabalhadores rurais sem-terra e a resistência destes em seus acampamentos no campo e na cidade. O vídeo seria apresentado e debatido nos bairros, escolas, igrejas, acampamentos rurais, etc e ajudaria a chamar a atenção da sociedade local para tais problemas, mas, mais que isso, em especial entre sem-tetos e sem-terras, ajudaria as próprias personagens a refletir sobre suas lutas de uma outra forma, animadas pelo cinema e animando-se para a resistência em seus fronts de lutas por direitos, terra, trabalho e pão.

Eis um dos potenciais político-pedagógico do cinema documental, possibilitar aos desamparados do presente (FRANÇA, 2003) se perceberem e se fazerem perceber para além de sua condição social imediata, para além dos estereótipos, pois ocupam também protagonismo na elaboração da narrativa fílmica afirmada por meio de seus próprios depoimentos sobre o que vivem ou viveram, por meio de memórias narradas, sentimentos explicitados e cenas de seu cotidiano projetados à tela. O cinema povoado pelos desamparados do presente que oferece outras formas de visibilidade aos estereotipados e/ou marginalizados, que pode provocar os espectadores a perceberem os sujeitos e dinâmicas sociais existentes num determinado contexto tematizado e/ou ajudar a refletir

sobre suas complexidades, densas e paradoxais (FRANÇA, 2003).

Sempre gostei de assistir filmes e ficar pensando sobre eles, sobre os aspectos densos e paradoxais de suas narrativas discursivas e imagéticas, muitas vezes tomados por emoções e sentimentos por eles provocados, seus conteúdos fariam parte de minha formação humana, política e profissional. Tarantinamente, diria que não fiz faculdade de cinema, o cinema me ensinou fazer cinema. Assim, mesmo sem formação acadêmica na área, seguindo algo como um 'instinto fílmico' dado pela percepção sensível e crítica da realidade e uma ânsia em querer narrá-la em seus detalhes e tensões pra ver se ela se transforma, iniciei minha carreira como realizador audiovisual, no exercício de um cinema dos excluídos, como um cinema de denúncia e combate às contradições do mundo capitalista no sudeste paraense.

O êxito da primeira empreitada motivaria o interesse da Comissão Pastoral da Terra – CPT e a Sociedade Paraense de Direitos Humanos – SDDH por novas produções, então associada a dois julgamentos históricos que aconteceriam naquele mesmo segundo semestre de 2016: o julgamento do pistoleiro que havia assassinado em 2002 o sindicalista José Dutra da Costa, o Dezinho, e o julgamento do fazendeiro mandante do assassinato do líder comunitário e da chacina na Fazenda Ubá, em 1985. Desta nova produção resultaram duas obras fílmicas: "Dezinho, sonho, vida e luta"²³ e "Ubá, um massacre anunciado"²⁴. O primeiro, produzido pela CPT, novamente tendo Airton Pereira como

parceiro, traz relatos de parentes, sindicalistas e camponeses sobre as histórias de luta, os sonhos e as ameaças de morte sofridas por Dezinho por sua atuação frente ao sindicato de trabalhadores rurais de Rondon do Pará. O documentário foi em grande parte composto por imagens de vídeos do arquivo pessoal do sindicalista, que, em certo momento de sua atuação política, passou a andar constantemente acompanhado de um cinegrafista que registrava em vídeo reuniões e depoimentos e situações vividas pelos camponeses em meio à luta pela terra num região governada por latifundiários. A escolha de Dezinho em andar acompanhado de um cinegrafista talvez se deu por conta do episódio do Massacre de Eldorado de Carajás em 1996, cujas imagens captadas em vídeo por uma equipe de reportagem colocaram em evidência internacional a violência dos conflitos agrários no Pará. Talvez Dezinho tivesse a expectativa de que a presença da câmera inibiria seus inimigos. Talvez Dezinho tenha reconhecido o poder da imagem em movimento sobre a sociedade e como uma arma no combate-denúncia contra aqueles que se beneficiam da opressão e na defesa dos excluídos em luta pela terra e por direitos sociais, coincidentemente o cinegrafista não o acompanhava no momento em que foi assassinado, infelizmente.

No caso de "Ubá, um massacre anunciado", produção da SDDH coordenada por psicóloga Maria Regina Ceo, a intenção foi narrar a história do massacre ocorrido no município de São Domingos do Araguaia em 1985, contada 21 anos depois por sobreviventes

e testemunhas da violência cometida por pistoleiros no assassinato de 11 trabalhadores rurais, entre eles uma mulher grávida nunca identificada e José Pereira da Silva, o Zé Pretinho, líder dos posseiros que ocupavam a Fazenda Ubá. Essas duas obras têm um importante valor histórico, pelo registro da memória de luta daqueles que morreram em defesa dos direitos dos trabalhadores e por ajudarem a mobilizar a opinião pública da sociedade paraense para atenção com os casos de violência no campo num momento em que algozes desses crimes – pistoleiro e fazendeiro mandante – foram a julgamento, ambos sendo condenados. Além disso, pelo conteúdo de suas narrativas as obras teriam uma importância acadêmica, a própria psicóloga Maria Regina Ceo a tomaria como fonte de dados em sua pesquisa de mestrado sobre memória, luto e violência sofrida por mulheres viúvas de lideranças camponesas assassinadas na região sudeste do Pará.

Essa experiência inicial com a produção de três obras fílmicas em menos de seis meses que me levou a uma aproximação radical às situações de violência e injustiça social que marcam a realidade de vida de camponeses pobres na região sudeste do Pará. Os dias de contato com sobreviventes e vítimas dessa violência e suas histórias de vida me fizeram compreender como a obra fílmica documental, para além de um instrumento de denúncia das violações de direitos humanos, poderia ajudar também na afirmação dos sujeitos excluídos e oprimidos como sujeitos históricos, cujas memórias precisam ser afirmadas politicamente

e empoderadas socialmente como forma de disputar o lugar na memória coletiva e história social mais ampla, neste caso, na história da Amazônia.

É neste momento que, não adepto à cultura dos artigos acadêmicos, faço uma escolha profissional pela produção audiovisual como forma privilegiada de escrever minhas percepções acadêmicas sobre a realidade social na fronteira amazônica, como um recurso textual de fácil acesso, de amplo alcance e inteligível a todos independente da formação escolar. A imagem cinematográfica como uma forma de escrita do pensamento e o pensamento do cinema como grafia, não meramente a imagem como representação, semelhante, analogia ou reprodução (FRANÇA, 2003), mas como ferramenta discursiva e analítica no tratamento acadêmico de temas, realidades e histórias invisibilizadas e silenciadas social e politicamente, histórias que não podem ser sepultadas pela violência que as querem silenciar.

Tomado por essa perspectiva, assumindo a escrita fílmica como minha produção acadêmica privilegiada e buscando garantir logística profissional para continuar a produção dos documentários, trabalhei para constituir formação de novos documentaristas e ajudei um grupo de jovens a organizar a primeira micro-empresa de produção audiovisual independente do sudeste do Pará, a Produtora Labour Filmes, comandada por Waarlen Lourenço, jovem “jedi” da área da informática. Esta iniciativa permitiu a produção de obras importantes que circulariam em espaços universitários e circuitos de cineclubes de organizações

de defesa de direitos humanos em âmbito nacional. A primeira destas obras foi o filme “Mulheres, Mães e Viúvas da Terra” (2009), capturado em formato HDV e finalizado em película [35 mm] em laboratório no Rio de Janeiro, algo possível devido ser uma obra financiada através de edital da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (SAV/MinC, 2008-2009), que permitiu também a constituição da logística material com aquisição de equipamentos profissionais para produtora. O filme, inspirado no livro “Viúvas da Terra”, de Kléster Cavalcanti, compôs uma trilogia - juntamente com os dois anteriores - que se iniciou com a narrativa da história de assassinato de lideranças camponesas (Dezinho e Zé Pretinho) e a trajetória das mulheres e suas famílias nos anos que seguiram após os episódios de violência. Era uma dívida moral originada de um sentimento da necessidade de superar o “luto” presente nos dois primeiros documentários e assim foi, narrando as histórias do luto à luta vividas por Maria Joel - viúva de Dezinho que assumiu o lugar do marido na presidência do sindicato após seu assassinato -, Marina Alves - viúva de Zé Pretinho, que permaneceu na luta pela terra e conquistou um lote em assentamento de reforma agrária, por meio do qual sustentou os filhos após o assassinato do marido - e Geraldina Canuto, uma nova personagem, símbolo da luta por justiça e direitos humanos na região pela coragem e esforço empreendido na prisão dos assassinos do marido sindicalista João Canuto e filhos mortos na década de 1980, a mando de

fazendeiros no município de Rio Maria, sul do Pará.

Infelizmente Dona Geraldina, como era carinhosamente conhecida, faleceu em outubro de 2009 antes da apresentação do filme concluído. Emocionada a família agradeceu às cópias do filme em DVD, declarando “ela esperou vocês para poder dar seu testemunho final e agora temos ele eternizado no filme”. Naquele momento a emoção tomou a equipe, assim como a certeza da importância daquilo que estávamos fazendo como um cinema a serviço da memória coletiva e da celebração da vida de luta daqueles que se fizeram militantes históricos da luta pela terra e direitos humanos na Amazônia.

Campo Sagrado, Memória e Cinema na Fronteira Amazônica

“Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!

Não sou da nação dos condenados!

Não sou do sertão dos ofendidos!

Você sabe bem: Conheço o meu lugar!”

(BELCHIOR, “Conheço o meu lugar”, 1979)

Ao longo dos últimos 40 anos, em diferentes períodos, as contradições e conflitos decorrentes da ocupação da região amazônica e sua “integração” aos projetos de desenvolvimento do país, foram sendo tematizadas por inúmeros filmes de ficção e documentários que ajudam a construir uma memória coletiva e uma memória imagética sobre a Amazônia e sua

“descoberta” pelo Brasil em meados do século XX (HALBWACHS, 2004). Em especial desde os anos de 1970, a região, como cenário de belezas diversas e palco tragédias de todos os tipos, se tornou um lugar sobre o qual se referem objetos estéticos, e o cinema olhou a fronteira Amazônica como um novo mundo a se descobrir (OLIVEIRA, 2012). E neste período foram produzidas obras clássicas do cinema brasileiro sobre a região que se configuram como documentos históricos que ajudam a desvelar essas tragédias socioambientais com narrativas que abordaram os impactos causados pela abertura da Rodovia Transamazônica sobre a vida das populações da região, a história da Guerrilha do Araguaia e das operações do Exército Brasileiro que impactaram na dinâmica social de comunidades camponesas e indígenas e a dinâmica conflituosa do trabalho e vida no garimpo de Serra Pelada - motivador de uma onda de intensa migração para região durante as décadas de 1970 e 1980 - e a cenas de destruição da floresta e conflitos agrários envolvendo latifundiários e camponeses, estes morrendo e os primeiros matando por terras²⁵.

Assim como na educação escolar e textos escritos, no cinema aquele que decide narrar a história de uma sociedade tem o poder de decidir sobre o que deve ser lembrando e também sobre o que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um grupo sobre o outro, é a memória sendo afirmada como um objeto de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos, que leva a afirmação do que será lembrado e celebrado como

histórias consideradas importantes para todos (KESSEL, 2009). As obras cinematográficas com suas imagens/narrativas reinscrevem os acontecimentos dispersos de um cotidiano e podem fornecer material para o imaginário simbólico de uma sociedade, ao passo que se alimenta desse mesmo imaginário (FRANÇA, 2012), se apropriando de elementos das realidades que constituem tal sociedade para sobre ela, como arte, produzir representações e propor criativamente reflexões sobre esta sociedade.

Tendo esta compreensão, desde que cheguei à região me esforcei profissionalmente para articular e fomentar a relação cinema e educação, em especial com uso de obras fílmicas na formação acadêmica e continuada de professores da educação básica, assim como realizando sessões de cineclube e mostra de filmes em escolas públicas e eventos organizados pela universidade, em especial com filmes que tematizavam a história do sudeste do Pará. Com o tempo, tendo sido alçado a condição de realizador de obras fílmicas, a partir de minhas experiências tentei 'ensinar' e estimular a produção do cinema como recurso dinâmico na crítica e desvelamento de versões sobre fatos históricos que foram se conformando hegemonicamente a memória social coletiva e consagrando como sujeitos de poder e visibilidade aqueles que, auto-intitulados sujeitos-entidades do progresso, se beneficiaram das situações de injustiça, violência e destruição ecológica que continuam em curso no sudeste paraense e toda Amazônia. Além de sessões de cineclubismo e oficinas de

produção audiovisual ofertadas através do Núcleo de Arte-Educação do Sul e Sudeste do Pará – NAESSP/UFGA, juntamente com a equipe da LaBour Filmes, seguiríamos produzindo vários documentários, entre eles alguns sobre iniciativas em Educação do Campo desenvolvidas pelas universidades e movimentos sociais e sobre os impactos das atividades de mineração da Mineradora Vale em áreas de assentamento no sudeste do Pará – filme "Carajás XXI"²⁶, sobre o qual tratarei posteriormente –, mas duas novas experiências profissionais contribuiriam fortemente para influenciar e alavancar a cena de produção fílmica por outros realizadores locais, a produção do filme "Araguaia, Campo Sagrado" (2010/2011) e minha atuação junto ao setor cultural da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis – PROEX/Unifesspa (2014-2016).

A produção do filme "Araguaia, Campo Sagrado" (2010/2011) foi uma iniciativa originada dos anseios de Emersom Mendes e Fábio Oliveira, respectivamente, cinegrafista e produtor da LaBour Filmes que sonhavam em produzir um filme sobre a Guerrilha do Araguaia contada a partir dos sujeitos locais. E assim fizemos! Apesar de ser sonho antigo, o filme teve seu start no discurso de Paulo Abrão, na época presidente da Comissão Nacional de Anistia, que estava em visita a São Domingos do Araguaia por conta do processo de oitivas de depoimentos ligados aos 'pedidos de anistia' e reparações (indenizações) de camponeses envolvidos no caso da Guerrilha do Araguaia. Na oportunidade, num ato em praça pública, ao lado de camponeses idosos,

Paulo Abrão dizia que se sentia muito emocionado com aquele momento, pelo seu valor histórico e por estar pisando no solo de um “campo sagrado”, onde haviam sido enterradas pessoas que lutavam por liberdade e democracia e onde viviam os camponeses. Esta metáfora nos chamou atenção, sinalizou que era esse o momento da produção e batizou nosso filme com o campo sagrado.

Como uma crítica sutil aos filmes anteriores sobre a temática, partimos do argumento de que “não existem forças que possam ocultar a história” e que “não há dor que possa silenciar a dignidade humana”, o filme trabalhou com as narrativas de camponeses sobre o episódio da Guerrilha do Araguaia, que romperam um silêncio-medo de décadas para nos contar sobre suas relações de amizade e colaboração mútua com os “paulistas” e revelando seus testemunhos da violência praticada pelos militares do exército na perseguição, tortura e assassinato dos guerrilheiros e camponeses na região. Estão presentes também no filme ex-soldados e mateiros, nativos da região que foram usados na caça aos guerrilheiros. Além de publicizar a voz de parte dos personagens históricos invisibilizados politicamente, o filme traz registros poéticos do Festejo do Divino Espírito Santo, realizado no topo da Serra das Andorinhas, ambiente dos combates do Exército Brasileiro na caçada aos guerrilheiros e camponeses. O festejo, que ajudou a fortalecer mais ainda nossa metáfora sobre o sagrado, tinha como um dos seus organizadores Seu Beca, sobrevivente das torturas dos militares e

testemunha-personagem central em nosso filme documentário²⁷.

Através do circuito universitário o filme ganhou o cenário nacional, seria objeto de debate em seminários sobre cinema e direitos humanos, apresentado em diferentes cineclubes de todo o país, entrou para a grade de exibição da TV Cultura do Pará, foi exibido em sessão especial no Cinema Olympia em Belém - considerado o cinema mais antigo em funcionamento no país -, exibido em sessões da Comissão da Verdade de São Paulo, durante o Seminário “Verdade e Infância Roubada”, promovido pela comissão na Assembleia Legislativa de São Paulo, em 2013 e usado em diversos eventos e debates pelas organizações sociais que lutam pelos direitos dos sobreviventes da Guerrilha do Araguaia. Cumprindo sua função político-pedagógica academicamente, o filme também seria fonte de dados para elaboração de diversos artigos acadêmicos e dissertações de mestrado relacionadas as pesquisas sobre a Guerrilha do Araguaia, memória, violência e a história da luta pela terra no sudeste do Pará²⁸.

A experiência em produzir e mostrar minhas próprias obras fílmicas oportunizada pela relação com os movimentos sociais e as lutas populares locais, os resultados materiais e políticos dessa experiência, iriam coincidir com um novo momento de produção fílmica sobre a região, numa continuidade da história do cinema que narra a história da região, mas, agora, com obras produzidas desde a perspectiva autoral dos sujeitos que nela vivem. Isso certamente dá outra qualidade ao cinema como um instrumento a

serviço da memória de uma sociedade, quando ele é produzido localmente pelos sujeitos que desejam relatar as memórias suas e de seus pares, como na perspectiva originada da antiga ideia do Terceiro Cinema²⁹, um cinema da fronteira do capitalismo, da periferia, feito pelos sujeitos dos fronts como um instrumento de denúncia das contradições que emergem dos processos capitalistas voltados à apropriação dos recursos naturais destes territórios, como na Amazônia.

A projeção nacional do filme "Araguaia Campo Sagrado" colocaria a cena local em evidência, ganharia os noticiários jornalísticos e animaria jovens realizadores iniciantes ao debate sobre a importância e possibilidade de se fazer cinema documental a partir da perspectiva de quem vive a fronteira amazônica, assim se evidencia aquilo que passamos a chamar de cinema do front!

Co.Inspirando Ideias e Tramando Teias por um Cinema do Front na Amazônia

"Tenho ouvido muitos discos, conversado com pessoas caminhando meu caminho, papo, som, dentro da noite. E não tenho um amigo sequer que ainda acredite nisso não... Tudo muda!" (BELCHIOR, "Apenas Um Rapaz Latino-americano", 1976)

O momento de produção pós-Araguaia Campo Sagrado foi marcado pela realização de diversas oficinas de produção audiovisual para novos realizadores e pela articulação de

uma rede colaborativa - a Co.Inspiração Amazônica - que mobilizava a participação de diferentes militantes 'vídeo-ativistas' que começavam a ensaiar suas próprias produções, como pequenos vídeos que evidenciaram conflitos constantes entre as empresas mineradoras e garimpeiros de Serra Pelada; a violência praticada por pistoleiros a mando de fazendeiros contra trabalhadores rurais sem-terra; a ilegalidade do uso de carvão proveniente de desmatamento e a realidade da produção nas siderúrgicas; acidentes e alagamentos causados pelas obras de estrada de ferro da Mineradora Vale, etc. Através dessa rede colaborativa seriam produzidos os documentários "Dia de Mangal" (2012)³⁰ e "Mulheres do Mangue" (2012)³¹, nos quais atuei na direção e que visavam colocar em debate a realidade de vida e trabalho comunidades localizadas reservas extrativistas na região bragantina, litoral paraense, filmes produzidos em parceria com pesquisadores da Universidade Federal do Pará.

Em 2013 essa intensa cena de vídeo ativismo levaria parte dos envolvidos a organização de uma nova micro-empresa de produção audiovisual, a Trama Teia Filmes, que objetivou também profissionalizar as atividades de produção fílmica, adquirir e estruturar nova logística de produção e agregar uma nova geração de profissionais em formação, agora na época da produção digital com câmeras full HD e da relativa democratização da produção audiovisual provocada pelo avanço tecnológico e, em certa medida, pelo barateamento do acesso aos mecanismos-equipamentos de produção. A

nova produtora seguiria os passos da LaBour Filmes na realização de documentários em parceria com universidades, organizações sociais e financiado por editais públicos de fomento a produção audiovisual, o que resultaria na produção de obras sobre a educação em escolas rurais de áreas de quilombo no sul do Tocantins³² e o sobre a realidade de jovens pobres que moram em áreas impactadas pela mineração em Marabá³³.

Em 2014 o ativismo político-pedagógico com cinema e a experiência de uma década produzindo e exibindo filmes em mostras e cineclubes me renderam o convite para assumir a Coordenadoria de Cultura da Diretoria de Ação Intercultural da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis da Unifesspa (DAI/PROEX) e, posteriormente, o cargo de Diretor de Ação Intercultural, no período 2015-2016. Junto a uma equipe responsável por gestar a política cultural-extensionista da universidade, através da DAI/PROEX, passamos a ter a oportunidade de planejar grandes ações no campo do audiovisual, pautadas pela ideia-eixo do Cinema de Contestação e Educação Estética, que preconizava a realização de ações de extensão voltadas à formação, produção e exibição envolvendo obras audiovisuais voltadas a promoção de reflexões críticas sobre questões que envolvem a vida em sociedade e afirmem a arte em seu caráter humanizador, tanto pelo entretenimento-prazer estético como por sua dimensão educativa, estimulando a realização de obras de diretores locais e a constituição de público com gosto

por cinema crítico (PROEX/UNIFESSPA, 2015).

Entre as ações que ajudariam a fomentar a produção fílmica e a fortalecer o trabalho com o cinema em sua dimensão político-pedagógica em Marabá e região, destacaram-se: o “Prêmio Proex de Arte e Cultura” e o “Festival Internacional Amazônida de Cinema de Fronteira – FIA CINEFRONT”. O “Prêmio Proex de Arte e Cultura”, criado em 2014, se constituía numa ação de fomento a produção artísticas de estudantes da universidade, com concessão de recursos financeiros por meio de edital público lançado anualmente e voltado ao incentivo e financiamento de projetos nas áreas do Teatro, Literatura, Música, Cinema, Artes-Visuais, Fotografia e Expressões Populares (PROEX/UNIFESSPA, 2015). Entre os anos de 2014 e 2016, o Prêmio PROEX financiaria a produção de vídeos documentários sobre abordariam a realidade de vida e cultura de povos indígenas moradores de reservas criadas no período da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (1970-1980); a realidade em comunidades impactadas pela Ferrovia Carajás narradas a partir da perspectiva das mulheres; e as histórias e contradições que caracterizam o bairro do Cabelo Seco, “bairro negro” que deu origem a cidade de Marabá³⁴.

Juntamente com outras obras produzidas localmente, as obras financiadas pelo Prêmio Proex também passaram a partir de 2015 a mostra anual do “Festival Internacional Amazônia de Cinema de Fronteira – FIA CINEFRONT”, evento concebido numa parceria com o jornalista e cineasta

Felipe Milanez (CEES Universidade de Coimbra e UFRB) e a fotógrafa Alexandra Duarte (Tramateia Filmes), que ao concluir seu curso de Ciências Sociais pela Unifesspa, como parte de seu Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, iria conceber e dirigir o documentário "Aquém Margens: juventude e exclusão social em áreas de mineração" (2016), financiado pelo Edital Jovem Doc (Unifesp/Sav Minc, 2015).

O FIA CINEFRONT foi projetado tendo como objetivo principal colocar em debate a história e realidade socioambiental das áreas de fronteira do capitalismo mundial, entre elas a Amazônia Oriental, buscando, no entanto, promover a percepção da fronteira reinventada desde dentro, desde o front, segundo as perspectivas das lutas sociais, como o centro dos embates, da resistência, o lugar dos combates físicos e epistêmicos, cujas transformações podem ter força de impacto além-front (Folder do FIA CINEFRONT 2016).

Organizados para ser um espaço de mostra de filmes de diretores-produtores locais, nacionais e internacionais, o FIA CINEFRONT foi pensado como um momento de visibilidade e celebração política do cinema, onde pudessem ser apresentados e homenageados diretores e filmes comprometidos com a denúncia social e com o tornar público as narrativas de personagens de esferas marginalizadas da sociedade, na maioria das vezes invisibilizados e/ou criminalizados social, cultural e politicamente por se colocarem na contramão dos interesses do sistema capitalista mundial. Buscando oportunizar ao público o acesso a obras

fílmicas históricas – muitas inéditas na região – e promover a reflexão sobre tal realidade em áreas consideradas fronteira do capitalismo, o evento foi concebido também como forma de estimular a continuidade ao movimento de produção cinematográfica por sujeitos da e na Amazônia Oriental, feito por realizadores do e no front, com a perspectiva estética e política elaborada desde dentro da fronteira, em especial produzindo obras com conteúdos que ajudem a questionar a lógica de desenvolvimento que subordina a Amazônia aos interesses dos chamados centros econômicos nacionais e internacionais, obras fílmicas que problematizem entre outras coisas a presença e atividades de empresas e empreendimentos que materializam tais interesses exploradores.

Realizado por meio de uma parceria entre universidades, movimentos sociais e secretarias municipais de cultura, a programação do festival foi concebida para acontecer anualmente como parte da agenda cultural do aniversário da cidade de Marabá e como parte da agenda cultural e política dos movimentos de luta pela terra na região, sendo realizado sempre na segunda quinzena do mês de abril como parte do atos e eventos em memória dos trabalhadores rurais mortos no Massacre de Eldorado dos Carajás - dia 17 de abril de 1996. Assim, o FIA CINEFRONT tem como palcos principais o cinema histórico de Marabá (Cine Teatro Marrocos) e o Acampamento da Juventude Sem Terra do MST montado todos os anos às margens da rodovia PA 150, na chamada "Curva do S", em Eldorado dos Carajás e desta forma

colabora com o fortalecimento da memória de luta pela terra e na formação de jovens militantes camponeses na região. Paralelo às exhibições no Cine Teatro Marrocos e no Acampamento Sem-Terra, durante aproximadamente 10 dias acontecem as sessões nos campi da Unifesspa em diferentes municípios – Marabá, Xinguara, Santana do Araguaia, Rondon do Pará e São Félix do Xingu -, na Aldeia Indígena Gavião no município Bom Jesus do Tocantins, além de sessões especiais em Belém realizada em parceria com a Fundação Cultural do Pará, e nas cidades de Lima e Tarapoto, no Peru, numa parceria e intercâmbio de obras fílmicas com o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Visual, da Pontifícia Universidad Católica del Perú - PUCP.

Acontecendo concomitantemente em oito cidades e em dois países, cada edição do festival apresenta em média 20 filmes, realizando aproximadamente 50 sessões de exibição e debates sobre as obras e alcançando um público aproximado de 4 mil pessoas anualmente. A cada sessão um diretor é homenageado e filmes selecionados entre o conjunto de suas obras são apresentados e debatidos, em 2015 o festival homenageou Adrian Cowell e Vicente Rios; no ano seguinte, em 2016, o festival receberia o diretor homenageado Vincent Carelli e fortaleceria a participação dos povos indígenas e exhibições nas aldeias; e em 2017, ao ser homenageado, o diretor Jorge Bodanzky se emocionaria ao agradecer a oportunidade de pela primeira vez, depois de 40 anos, apresenta e discutir com o público sua obra clássica

filmada na região, o filme “Iracema, uma transamazônica”.

Na primeira edição do FIA CINEFRONT (2015), a presença de obras de realizadores e produtores locais evidenciaram a emergência do cinema do front decorrente daquilo que iniciamos coletivamente em 2006 com uso do cinema como arma político-pedagógica, novamente a CPT mobilizaria a produção de obras fílmicas nessa perspectiva, três de uma só vez: “Minerando Conflitos” (2014), direção de Thiago Martins, cientista social formado pela Unifesspa³⁵; “Terra para Quem?”, produzido em caráter de oficina de audiovisual comunitária coordenada por Camila Fialho e José Viana³⁶; e “Ameaçados”, dirigido por Julia Mariano³⁷. Filmes que tratavam, respectivamente, da realidade vivida em comunidades atingidas pelas atividades de mineração e a passagem da ferrovia da Mineradora Vale no Pará e Maranhão; histórias de bairros pobres gerados por ocupações urbanas em Marabá e Tucuruí, decorrentes de correntes migratórias estimuladas pelo discurso que ilustra o sudeste do Pará como um lugar de progresso econômico; e a situação de risco de morte enfrentada por diversos sindicalistas e defensores de direitos humanos por conta de suas denúncias de degradação ambiental provocada pelos empreendimentos capitalistas na região e/ou devido na defesa de trabalhadores envolvidos na luta por reforma agrária.

O público do festival teria a cada ano também o privilégio de assistir filmes que estavam sendo lançados ou que ainda se encontravam em cartaz nacionalmente e que seus diretores e

produtores gentilmente cederiam gratuitamente o direito de exibição, como "O Sal da Terra" (Wim Wenders, 2014), "Osvaldão" (2014) dos diretores Vandrê Fernandes, Fábio Bardella, André Michiles e Ana Petta, e "Branco Sai, Preto Fica" (2014), de Adirley Queirós, além de filmes internacionais sobre a realidade africana - sempre trazidos por Felipe Minlenez, que se tornou curador do festival - e outros sobre a situação dos povos indígenas na Amazônia Peruana, estes acessados através da parceria com a PUCP. Pela sua magnitude, por conta da presença dos diretores homenageados e pela rede institucional e política que se construiu, o FIA CINEFRONT já na sua primeira edição viraria notícia na mídia local e nacional, sendo pauta de reportagens da revista-site Carta Capital³⁸, do Jornal Brasil de Fato³⁹, da TV Cultura do Pará e diversos blogueiros nacionais e internacionais envolvidos com os movimentos sociais e com cinema engajado⁴⁰.

O FIA CINEFRONT se tornaria um evento de consagração daquilo que vínhamos construindo na região sudeste do Pará como um movimento de realizadores de audiovisual e, subjetivamente para mim, seria um momento de coroamento da escolha que fiz pelo cinema como arma político-pedagógica voltada à formação crítica e mobilização política das pessoas na defesa das causas populares, comprometido com a denúncia das violações de direitos e mazelas socioambientais consequentes do avanço dos empreendimentos capitalistas sobre a Amazônia. Minha certeza é que, mais que filmes e eventos de cinema, nos últimos anos

produzimos conceitos, ideias e práticas engajadas num movimento de cinema do front a serviço da reexistência dos povos indígenas, camponeses e trabalhadores pobres em luta pela terra e por direitos sociais na fronteira amazônica.

Eu, réu da "Queixa Crime" da Mineradora Vale S/A [?]

"Tudo tá como o diabo gosta,
tá!
Já tenho este peso, que me fere
as costas
e não vou, eu mesmo, atar mi-
nha mão!
(...) Sempre desobedecer!
Nunca reverenciar!"
(BELCHIOR, "Como o Diabo
Gosta", 1976)

Em 2016, minhas comemorações pelos 10 anos como realizador de obras fílmicas carregadas com identidade do cinema do front teve que conviver com a tensão de ter sido tornado réu em um processo movido pela Mineradora Vale. O processo movido pela empresa tem como fato de acusação um ato público realizado por um conjunto de professores, estudantes e membros da comunidade de um bairro atravessado pela ferrovia por onde é escoado o minério de ferro explorado na região. Realizado em 20 de novembro de 2015, era um ato de solidariedade às vítimas do desastre provocado pelo rompimento de uma barragem de rejeitos da Samarco/Vale em Mariana, Minas Gerais. A Mineradora Vale que alegou o ato colocara em risco a segurança

da ferrovia, paralisando o trânsito do trem de passageiros e podendo gerar acidente com trem de carga, me acusou de ser o líder da manifestação e, através de uma investigação privada (portanto, não realizada pela polícia), baseada em fotografias do ato e em comentários nas redes sociais, construiu seu argumento de “autoria e materialidade” que, segundo ela, provava que eu tentara praticar algo como “justiça pelas próprias mãos”, portanto caberia responder criminalmente por meus atos ilícitos⁴¹.

Assim, fui indiciado pela 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá acusado de “fazer justiça pelas próprias mãos, para satisfazer pretensão, embora legítima, salvo quando a lei o permite”, conforme artigo 345 do Código Penal, que tem como pena detenção de 15 dias a um mês ou multa. Sob o mesmo argumento a empresa fez denúncia na delegacia de Marabá e desta feita fui indiciado também criminalmente pela Polícia Civil em dois artigos do Código Penal: 260 (impedir ou perturbar serviço de estrada de ferro) e 286 (incitar, publicamente, a prática de crime), com penas prevista de até 5 anos de reclusão. Este segundo processo ainda está em andamento e ainda não fui acionado pela justiça por conta dele.

Como “nada é misterioso, não”, três fatos podem ter contribuído diretamente para a escolha da empresa em me tornar réu de processos criminais, o primeiro foi a produção do documentário Carajás XXI (2010), que trouxe a público as denúncias feitas por camponeses, pesquisadores e ex-funcionários de transportadora de minérios

contra a Mineradora Vale, acusando seus prepostos de assédio moral durante a remoção de moradores de comunidades rurais em áreas requeridas pela empresa, interdição de vicinais, destruição de rios e córregos, poluição do ar, desmatamento e violação de direitos de moradores de assentamentos de reforma agrária no sudeste do Pará. Produzido pela LaBour Filmes em parceria com Centro de Educação Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP/Marabá), o documentário teria minha direção e seria exibido em diversas mostras de cinema, comunidades rurais, eventos de movimentos sociais, universidades e no Festival de Cinema Curta Carajás, evento patrocinado pela empresa e realizado em Parauapebas, município sede da Mineradora Vale no Pará.

A produção do documentário “Aquém Margens”, de Alexandra Duarte, em que colaborei na captura de imagens e edição, ocorria naquele mesmo bairro e no mesmo período em que aconteceu o ato que gerou o processo na justiça, e este talvez seja segundo fato motivador da ação da Mineradora Vale, pois se tratava de uma obra fílmica sobre a realidade de impactos sociais e ambientais causados pela passagem da ferrovia e do trem de cargas pelo bairro, destacando como as ações de duplicação do trilho e a construção de um muro em seu entorno criavam mais dificuldades e riscos ao trânsito da população. Em seus depoimentos os personagens do documentário haviam sido categóricos em criticar a omissão da empresa em relação a obras de infraestrutura e implantação de serviços públicos como

escola e postos de saúde no bairro, que julgam ser obrigação da Mineradora Vale como investimentos em compensação aos impactos gerados por sua ferrovia e circulação de trens. Nossa circulação pelo bairro produzindo o documentário animou mais as críticas certamente.

O terceiro fato está relacionado à realização da primeira edição do FIA CINEFRONT, em 2015, no mesmo ano do ato que originou o processo movido pela empresa, ano em que os homenageados do festival foram Adrian Cowell e Vicente Rios e uma das obras apresentadas em diversas sessões do festival foi *Montanhas de Ouro (1990)*, que narra a dinâmica econômica, social e ambiental na província mineral Carajás no período de instalação e início do funcionamento da infraestrutura de exploração mineral da, ainda não privatizada, Companhia Vale do Rio Doce - CVRD. A apresentação e debate sobre o filme em sessões lotadas colocou em foco toda a história de conflitos e contradições que marcam a atuação da empresa desde sua inauguração e o rastro de destruição ambiental e violações de direitos que se acumulam desde então. No último dia do festival, na sessão de encerramento na Praça São Félix de Valoir, um espaço tradicional de entretenimento cultural de Marabá, no momento em que o diretor Vicente Rios foi homenageado, intensificando mais ainda o debate após a última projeção do filme *Montanhas de Ouro* naquela edição do evento, como coordenador do FIA CINEFRONT chamei ao microfone para manifestação pública as lideranças indígenas do povo Gavião, da

Reserva Indígena Mãe Maria, naquele mesmo dia eles haviam organizado um protesto no entorno dos trilhos da ferrovia da Mineradora Vale que atravessa a reserva e uma liminar da justiça federal havia ordenado a polícia federal expulsar os índios do local, ainda que dentro da terra indígena. Os indígenas ganharam o apoio da organização do FIA CINEFRONT e de seu público, sua denúncia feita naquele instante ganhou a mídia nacional e no fervor do momento também devo ter feito duras críticas a Mineradora Vale, um discurso inflamado como pediam as circunstâncias, muito provavelmente fi-lo. Por fim, creio que ambos os fatos e todas as circunstâncias devem ter desagradado os representantes da empresa, que por certo tomaram conhecimento do ocorrido via imprensa local e nacional⁴².

Eu não seria o primeiro e nem o último ativista a ser processado pela Mineradora Vale na região, existem inúmeras ações movidas pela empresa na justiça contra lideranças comunitárias, militantes de movimentos sociais e membros de organizações de assessoria técnica e política aos atingidos pela mineração. A intenção da empresa é clara nesses casos: criminalizar, intimidar, desgastar emocionalmente e desmobilizar politicamente aqueles que fazem críticas e organizam lutas contra seus interesses. Nessa perspectiva, numa espécie de instalação do medo como dispositivo de desarticulação social da crítica, talvez processar um professor universitário daria resultados mais ampliados e com alcance a um número bem maior de pessoas e

conter possíveis críticas e ameaças futuras de atos contra a empresa.

Por conta do primeiro processo eu fui convocado para uma audiência de conciliação perante a juíza, realizada no dia 5 de março de 2016, quando fez seis meses da tragédia de Mariana – MG, triste coincidência. Durante a audiência o Ministério Público e a Mineradora Vale fizeram a proposta de pagamento de multa no valor de um salário mínimo ou prestação de serviços à comunidade como forma de “cumprir minha pena” por conta de meu ato ilícito.

O que é que pode fazer o homem comum neste presente instante senão sangrar? Conheço meu lugar (Belchior, 1976). Com uma vida dedicada ao trabalho com comunidades em luta por direitos, a “pena” seria fácil de ser cumprida, mas seria indigno assumir a culpa de um crime que não cometi, não aceito o acordo e respondo na justiça pelos meus atos se assim for, assim me pronunciei perante as interrogações da juíza do caso. E assim foi, uma nova audiência seria marcada para ouvir as partes e “julgar” o caso em sessão única, agendada para o dia 10 de novembro de 2016, novamente outra triste coincidência, seria no mesmo mês em que a tragédia de Mariana – MG completaria um ano, cinco dias depois pra ser exato⁴³.

Isso tudo viraria notícia rapidamente, com repercussão em sites de jornais de renome internacional e geraria um abaixo-assinado de solidariedade também com milhares de assinaturas de pessoas de todo o Brasil e de outros países – entre elas assinaturas de personalidades políticas e acadêmicas

mundialmente conhecidas, como Boaventura de Sousa Santos, da Universidade de Coimbra, e o peruano Aníbal Quijano, da Universidad de San Marcos -, o que atrairia mais ainda atenção pública e da imprensa, algo que a Mineradora Vale, muito provavelmente, não esperava⁴⁴.

Em minha defesa trabalhariam os advogados da Comissão Pastoral da Terra – CPT, os mesmos advogados de defesa de tantos trabalhadores rurais e militantes de lutas populares vítimas da violência e tentativas de criminalização praticadas por latifundiários e pela própria Mineradora Vale. Em minha defesa a mesma CPT com quem iniciei minha carreira como realizador de cinema do front 10 anos atrás produzindo o “Grito dos Excluídos de Marabá”... isto foi um bom sinal, certamente, uma feliz coincidência fílmica.

Considerações finais: Para não concluir...

*“Palavra e som são meus caminhos pra ser livre, e eu sigo, sim, faço o destino com o suor de minha mão. Bebi, conversei com os amigos ao redor de minha mesa e não deixei meu cigarro se apagar pela tristeza. Sempre é dia de ironia no meu coração!”
(BELCHIOR, “Não Leve Flores”, 1976)*

A parada pra pensar em minha trajetória ao longo de 10 anos como realizador de obras fílmicas documentais me fez perceber a construção de um movimento em cinema que ajudei a

fomentar e ao mesmo tempo com o qual fui crescendo junto. Em uma década (2006-2016) várias obras fílmicas foram produzidas na região sudeste do Pará por realizadores locais - 16 são citadas neste texto e duas delas foram vencedoras de editais lançados nacionalmente para financiamento da produção -, são obras comprometidas em promover a visibilidade das múltiplas existências que compõem a nação dos esquecidos neste país e que, na mais plena pegada do cinema como "uma ideia na cabeça e uma câmera na mão" (Glauber Rocha), resultaram de um cinema de pouco recursos e muito potencial crítico-criativo na busca narrativas de um Brasil profundo, da Amazônia profunda, desde o âmbito de seus conflitos e reafirmando um estética fílmica reveladora da capacidade de reexistência dos segmentos populares que ali vivem. Ainda que superação do debate sobre terceiro mundismo tenha levado ao fim a ideia de Terceiro Cinema na década de 1980, o que aconteceu nas duas décadas iniciais deste século no sudeste paraense reflete como os sujeitos da Amazônia Oriental, para além das lutas sociais, se fazem presentes num cenário mundial de "reinsurgência da periferia" ou "reencenação da subalternidade" no campo do cinema (PRYSTHON, 2006).

A produção de um atual cinema engajado no sudeste do Pará emerge influenciado pelo contexto social da fronteira - terra fértil para temas e proposta de roteiros fílmicos e de pesquisa que estejam afim de colocar em debate contradições socioambientais de todos os tipos - e, especialmente, como consequência do trabalho

de jovens realizadores que, em sua vida acadêmica e profissional, como pesquisadores, assessores técnicos e educadores, tomaram os movimentos sociais como parceiros privilegiados para colaboração político-pedagógica. Assim, são obras resultantes dessa parceria em que o cinema é assumido como instrumento de combate e produção de front, fundadas na ideia do cinema como mecanismo indutor de debates sobre a realidade e tecnologia educacional a serviço da formação de consciência social e política em escolas, universidade e comunidades pobres e periféricas, rurais e urbanas: o cinema do front!

A consolidação do FIA CINEFRONT, a aproximação com diretores históricos do cinema de fronteira, a contínua produção de novas obras financiadas anualmente pelo Prêmio Proex-Unifesspa e a manutenção e ampliação das sessões de cineclubismo ajudaram a estimular e fortalecer este movimento do cinema do front e isto tudo em algum momento iria reverberar sobre nosso mundo de algum modo. E reverberou!

A ação jurídica da Mineradora Vale é a prova disto!

Confesso que não foi um ano fácil emocionalmente - inclusive foi o ano que me descobri hipertenso! rs -, mas, longe de sucumbir à intimidação, não me restava outra escolha digna a não ser enfrentar o processo até suas últimas consequências, já que o cinema do front se faz com boas histórias de luta pra contar, mesmo quando não transformadas em obras fílmicas.

Mas se foi por conta do cinema que a empresa me processou, com

o cinema reagimos! Durante todo o ano de 2016, em parceria com o Grupo Debate e Ação (PA) e Justiça nos Trilhos (MA), seguiríamos realizando uma mostra permanente denominada "Mostra Nacional de Cinema Vale de Crimes", em escolas, universidades, praças públicas e eventos dos movimentos sociais, exibindo e debatendo filmes sobre a tragédia de Mariana – MG e a realidade de impactos de mineração no sudeste do Pará. Também ao longo desse ano, em menção ao trabalho de cobertura de manifestações e denúncia de situações de violação de direitos feito nacionalmente por mídia-ativistas, no sudeste do Pará, lançamos o selo Matinta Mídia, com produção e postagens de vídeos nas redes sociais cobrindo os atos contra a Mineradora Vale e denunciando a repressão praticada por seus seguranças e forças policiais a seu serviço, inclusive com relatos das lideranças comunitárias e de movimentos sociais processadas pela empresa⁴⁵.

No início do mês de julho de 2017 saiu a decisão sobre o processo gerado pela "Queixa Crime" da Mineradora Vale. A juíza avaliou que o fato de ir às ruas e manifestar nas linhas férreas, em apoio às vítimas do desastre de Mariana - MG, não configurou crime, e que a manifestação não durou muito tempo e que não há provas efetivas de que tenha atrasado o transporte de cargas e/ou passageiros⁴⁶. Como decisão final do processo, em primeira instância, a juíza me absolveu e a Mineradora Vale perdeu, não conseguiu provar o crime do qual me acusava. Um dia quem sabe eu conte a história

do ocorrido na sessão de julgamento em novembro de 2016.

Agora, por enquanto, espero que finde o prazo de "pedidos de recurso" para então começar outra batalha: um processo de danos morais contra a empresa... Como diria Belchior não me peça que eu lhe faça, uma canção como se deve, correta, branca, suave, muito limpa, muito leve, sons, palavras, são navalhas e eu não posso cantar como convém, sem querer ferir ninguém... (BELCHIOR, "Apenas Um Rapaz Latino-americano", 1976).

Esse filme continua... Seguimos no front!

Referências

FRANÇA, A. Terras e fronteiras no cinema político contemporâneo. Rio de Janeiro: 7 Letras; Faperj, 2003.

_____. A invenção do Lugar pelo cinema brasileiro contemporâneo. Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual, ano 1, número 1. 2012.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

KESSEL, Zilda. Memória e memória coletiva. Disponível em: www.museudapessoa.net. Acesso em: 10/08/2009.

OLIVEIRA, Relivaldo Pinho de. Antropologia e Filosofia: experiência e estética no cinema e na literatura da Amazônia. Belém, Pará: Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2011.

PRYSTHON, Angela. Imagens periféricas: os Estudos Culturais e o Terceiro Cinema. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Belo Horizonte: Compós, 2006.

Discografia

BECHIOR, Antônio Carlos. Álbum Alucinação. Brasil: Philips/Phonogram, 1976.

BECHIOR, Antônio Carlos. Álbum Era uma Vez um Homem e Seu Tempo. Brasil: Warner Bros, 1979.

NOTAS

Capítulo 3

22 O Grito dos Excluídos é uma manifestação popular que ocorre no Brasil anualmente desde 1995, no período da Semana da Pátria e, visando denunciar a exclusão e injustiça social que marcam a realidade do país, tem sua culminância no dia 7 de setembro como ato político em meio aos desfiles em comemoração a “independência nacional”.

23 Link do filme “Dezinho: Vida, Sonho e Luta”: <https://www.youtube.com/watch?v=mapXixgtFGs>

24 Link do filme “Ubá, uma massacre anunciado”: <https://www.youtube.com/watch?v=9zitP9MFVz0>

25 Entre os exemplos destas obras estão “Iracema, uma transa amazônica”, de Jorge Bodanzky e Orlando Senna (1975), o conjunto das obras do projeto “Vídeo nas Aldeias” do antropólogo, indigenista e documentarista franco-brasileiro Vicente Carelli e a produção de Adrian Cowell e Vicente Rios, em especial a série “A década da destruição” (1980-1990), produzida ao longo de mais de vinte anos em viagens pela Amazônia, desencadeada pela parceria com irmãos Villas Boas e a amizade com Chico Mendes, a obra de Cowell e Rios narra a realidade de indígenas, ribeirinhos, camponeses e garimpeiros em meio a destruição da floresta amazônica no contexto da ocupação territorial originada na gestão dos militares no governo federal. Fazem parte da série os filmes “Montanhas de Ouro” (1990), sobre a

relação de conflitos entre a mineradora Companhia Vale do Rio Doce e os garimpeiros de Serra Pelada; "Barrados e condenados" (2001), que evidencia a construção e impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí; e "Matando por terras" (2012), com imagens da década de 1980 e narrativas de fazendeiros e posseiros sobre situações de pistolagem e mortes em meio a luta pela terra na região sudeste do Pará.

26 Link do filme: "Carajás XXI": <https://www.youtube.com/watch?v=3ARWexe8mRo&t=486s>

27 Link do filme "Araguaia, Campo Sagrado": <https://www.youtube.com/watch?v=e44hXBBaHrw>.

28 Vide "O pensamento radical no movimento camponês: história e memória da luta camponesa em Conceição do Araguaia-1975/1985" (Dissertação de Fabio Tadeu de Melo Pessoa, 2013), "Memória Social e Guerrilha do Araguaia" (Dissertação de Naurinete Fernandes Inácio Reis, 2013) e "Memórias da violência na América Latina: Araguaia - Campo Sagrado, Kamchatka e Linha de Passe" (Artigo Acadêmico de Deurilene Sousa Silva e Veridiana Valente Pinheiro, Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo, nº 13).

29 As obras de diretores Jorge Bodansk, Vincent Carelli, Adrian Cowel e Vincent Rios, tanto pelas características de suas produções como pelo momento histórico em que foram realizadas, certamente refletem em muito a perspectiva da proposta do Terceiro Cinema: tematizam a pobreza, violência e situações de exclusão, realizam produções com baixos custos e equipes reduzidas, utilizam técnicas abertas e simples anti-estúdios hollywoodianos, fazem opção por uma estética que apresenta a realidade em linguagem direta, crua, contraditória e conflituosa. Estas obras e diretores influenciaram diretamente a concepção e proposta do Cinema do Front na Amazônia Oriental.

30 Link do filme "Dia de Mangal": <https://www.youtube.com/watch?v=hq51GGBxKto>.

31 Link do filme "Mulheres do Mangue" <https://www.youtube.com/watch?v=PhmugY8CL4Q&t=154s>.

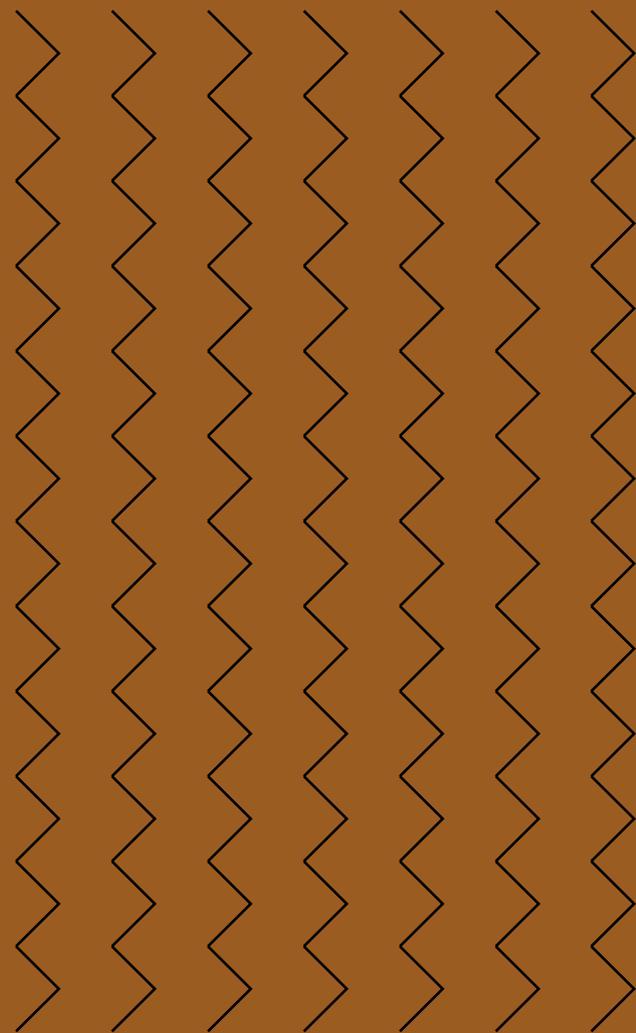
32 Link do filme "Escola Quilombo": <https://www.youtube.com/watch?v=ZUqbAPy5bzw&t=785s>.
Link do filme "Escola Quilombo, Educação Cultivada": <https://www.youtube.com/watch?v=9WDS p0RA5zQ&t=688s>

- 33 Link do filme "Aquém Margens: Juventude e Exclusão Social em Áreas de Mineração": https://youtu.be/BFAd_ddR110.
- 34 Produção de documentários financiados pelo Prêmio Proex/Unifesspa: "Línguas em Narrativas: território, práticas culturais e cosmologia Akrātikatêjê", (2014-2015), de Rita de Cássia; "A valorização da língua dos Akrātikatêjê: um enfoque na relação cantos e práticas rituais" (2015-2016), Ruticléa Oliveira; "Mulheres e mineração: vidas cruzadas por uma ferrovia na Amazônia" (2015-2016), de Kezia Vieira; e "Imagens e memórias do Cabelo Seco" (2015-2016), de Vranlei Júnior e Thiago Torres.
- 35 Link do filme "Minerando Conflitos": <https://www.youtube.com/watch?v=nvSrIQbHLdc>
- 36 Link do filme "Terra pra quem?": https://www.youtube.com/watch?v=8jfJuhq_Ch0
- 37 Link do filme "Ameaçados?": <https://www.youtube.com/watch?v=rGyid2IIKLO>
- 38 <https://www.cartacapital.com.br/revista/847/o-cinema-mostra-o-rosto-da-amazonia-6473.html>
- 39 <https://www.brasildefato.com.br/2017/04/13/para-festival-internacional-de-cinema-mostra-a-resistencia-dos-povos-da-amazonia/>
- 40 Blog Peruano: <http://www.inforegion.pe/220504/cinefront-se-realizara-por-primera-vez-en-lima/>
Site Português: <https://entitleblog.org/2015/05/05/a-strange-mirror-in-the-amazon-frontier/>
- 41 <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-gigante-vale-contra-o-professor-no-para>
- 42 <https://www.cartacapital.com.br/revista/847/o-cinema-mostra-o-rosto-da-amazonia-6473.html>
- 43 <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/10/vale-processa-professor-da-universidade-federal-sul-e-sudeste-do-para/>
- 44 https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/08/politica/1468007821_923226.html
- 45 <https://www.youtube.com/watch?v=7nXWRB0HOg8&t=189s>
- 46 <https://www.correiodecarajas.com.br/post/professor-vence-primeira-batalha-contra-a-vale>

Representação Social do Meio Ambiente

Sergio Luiz Pereira da Silva

04.



Introdução

A discussão sobre o meio ambiente suscita uma investigação entre duas áreas de análise com base em duas perspectivas, que são: 1. HEP (Human Environmental Perspective) e 2. NEP (Natural Environmental Perspective). As compreensões sociológicas isoladas a partir dessas duas premissas, inibem a formulação de uma análise interdisciplinar sobre o meio ambiente. Além do mais, o meio ambiente, em sua complexidade, necessita de uma análise interativa entre o HEP e o NEP dentro de um esquema metateórico como visto na perspectiva de Tindall (1995) e Buttel (1997) que envolva a relação entre vários elementos de análise: micro e macro, subjetividade e objetividade, instituições, ação e risco social, sujeito/objeto e mudança ambiental, dentre outros aspectos não menos importantes como o "constructo" entre o natural e suas alterações.

Tal perspectiva é sugerida em trabalhos de autores como: Buttel (1997); Catton (1978); Giddens (1996); Beck (1994) dentre outros. Trabalhos que tratam sociologicamente o meio ambiente dentro de um contexto integral e interrelacional e que, de maneira geral, identificam a necessidade emergente de uma sociologia do meio ambiente conectada com questões humanas e naturais.

Compreendemos com isso que tal perspectiva metateórica possa ser pensada também através de uma discussão sobre modelo reflexivo de representação da realidade ambiental. Ou seja, no aspecto da construção de uma visão tanto subjetiva como objetiva sobre a realidade concreta do meio ambiente em seu contexto geral, natural e humano reflexiva e compreensivamente composto. Giddens (1996), por exemplo, abre uma discussão com essa perspectiva enfocando

a questão relacional entre ecológica e política ambiental. Vejamos o que é dito:

Seria possível ver na extraordinária explosão das idéias verdes, nas últimas décadas, as origens de um radicalismo político renovado? Com certeza os defensores das teorias ecológicas acreditam que sim. Carolyn Merchant, por exemplo, diz que a ecologia radical propõe uma nova consciência de nossas responsabilidades em relação ao resto da natureza e aos outros humanos. Ela busca uma nova ética da natureza e da formação de pessoas. Ela dá às pessoas o poder de fazer mudanças no mundo que sejam coerentes com uma nova visão social e uma nova ética." (Giddens, 1996, p.223).

Como é possível perceber a perspectiva natural e humana se encontra no centro da questão. Nesse sentido, propomos uma discussão sobre o aspecto do pensamento político e o pensamento ecológico como elementos de compreensão do meio ambiente. E, sendo assim, estes devem estar ancorados numa análise sobre representação para que possa referenciar, de forma relacional, a perspectiva natural e humana como pontos relevantes de investigação.

A preocupação deste ensaio não é o de definir limites claros entre o HEP e NEP, ou de situar limites entre outros elementos de investigação sobre o meio ambiente. Em vez disso a preocupação deste texto é o de refletir sobre o entrelaçamento e a interação dessas

bases de análises na tentativa de formular uma reflexão sobre homem-natureza e natureza-homem no sentido de uma sociologia compreensiva de um suposto "homoecologicus", com base no que chamamos de habitus sócio-ambiental promovido pela experiência ecológica e política da sociedade contemporânea. E assim focar esses elementos como dado referencial de preocupação da vida social nos dias atuais. Dentro desse contexto, vejamos como a Sociologia do Meio Ambiente estrutura uma base para tal reflexão.

A constituição do conceito de habitus e pensamento político-ambiental

Para definir a noção conceitual de "habitus" com maior propriedade, recorreremos a alguns autores que trabalham com tal noção: Pierre Bourdieu (1989) e Nobert Elias (1989/1994/1998). Enfatizamos que o conceito de Habitus nos dois autores tem noções teóricas distintas, mas nos servem como base estrutural de conceituação. Utilizaremos também outros autores que trabalham a categoria de habitus como elemento de análise em seus trabalhos que são: Jean-Hugues Déchaux (1993) e Jurandir Malerba (1996) e nos ajudam a compor uma definição sintética do conceito de habitus.

Podemos definir o habitus, segundo a noção de Bourdieu, como um contexto simbólico que se contextualiza como "estrutura estruturada e estruturante". Segundo essa base, Jean-Hugues Déchaux afirma que o habitus

(...) consiste em esquemas de percepção, de apreciação e de ação

inculcados pelo contexto social e se analisam em uma incorporação das estruturas sociais. Mas simultaneamente, este sistema de disposições adquiridas é produtor de práticas. Ele é matriz de percepções, de apreciações e de ações, o princípio gerador dos comportamentos. Como escreve P. Ansart, o habitus 'é ao mesmo tempo o produto da interiorização das condições objetivas e a condição das práticas' (Jean-Hugues Déchaux 1993, p.4).

Na perspectiva de Elias, a noção de habitus refere-se a psicogênese das formações sociais na relação Nós-Eu mediante os processos de relações sociais e os processos de formações culturais, nesse sentido o habitus estaria definido próximo a um conceito de caráter nacional, fruto do processo de figuração social das sociedades.

Análises sobre sociedades antigas a partir dessa questão são referenciadas dentro da sociologia histórica demonstrando a relação do caráter de formação simbólica da relação entre o gênero humano de vida e o meio ambiente físico dentro da relação Nós-Eu. Nobert Elias (1998) toca nessa questão discutindo as relações entre o ambiente físico e formas de organizações sociais de culturas antigas numa análise sobre a questão de constituição do habitus na percepção do "Tempo". Esse autor demonstra como o raciocínio das formações sociais antigas, a partir da relação homem-natureza, constituíram seu habitus a partir de percepções objetivas sobre o meio ambiente. Essas percepções referenciavam a relevante

contribuição de elementos do meio ambiente biofísico sobre essas formas de organizações sociais e constituiu a formação do processo de representação simbólica da realidade dessas sociedades.

Em seu trabalho "Sobre o Tempo", o autor mostra a relevância do ponto de intercessão na relação homem-natureza e com isso desenvolve, de forma fundamentada, uma compreensão sociológica sobre processos culturais antigos que se formaram ancorados no contexto de percepção do meio ambiente (sol, lua, vento, chuva, clima, natureza etc.) e como essa questão influenciou a constituição de habitus que incidiram em práticas de condutas sociais. Dentro desse contexto, determinadas formações sociais antigas, segundo o autor, desenvolveram compreensões e elaborações sobre o "Tempo" com base em hábitos institucionalizados de suas práticas sociais sob o aspecto físico-natural e cultural no processo de formação de suas sociedades.

Embora estejam ancoradas em noções conceituais diferentes, a idéia de habitus em Bourdieu e Elias delimitam o aspecto operacional do habitus como categoria de análise sociológica envolvendo dimensões mais estruturais simbólicas, como no caso de Bourdieu, e dimensões mais individuais que envolvem o Nós-Eu (percepção e representação), como no caso de Elias.

Nesse sentido, a noção hipotética de "habitus sócio-ambiental" contemporâneo, que procuramos desenvolver, tenta refletir os aspectos dos dois autores. Além desse contexto, procuramos também enfatizar a

dimensão política para discutir nossa questão. E para tanto recorreremos às análises atuais que discutem a política e o meio ambiente na sociedade global.

A idéia de “habitus sócio-ambiental” que argumentamos nesse texto refere-se a um aspecto de realidade emergente que está presente em nossos dias a partir de questões da chamada “sociedade de risco” analisada por Alan Irwin (1997), Ulrich Beck (1992), Giddens (1996), Elizabeth Shove (1997) e a partir das questões e das análises sobre “mudança ambiental” feita por autores como: F. Buttel (1997); Catton e Dunlap (1978); Dunlap (1997); C. Rootes (1997); M. Redclif e G. Woodgate (1997) e J.A. Padua (1997).

Estes autores discutem com propriedade a emergência dos problemas ambientais na sociedade contemporânea enfatizando de maneira geral a complexidade da questão. Dentro desse contexto as noções de mudanças ambientais e riscos sociais são enfatizados por esses autores a partir de análises sobre como o crescimento e desenvolvimento sócio-econômico vem se desenvolvendo como um modelo hegemônico. Particularmente a sociedade de risco e a mudança no meio ambiente constitui a base da formação de um modelo crítico de percepção da realidade social contemporânea. Estamos nos referindo à percepção social sobre o meio ambiente por parte dos atores sociais e a percepção sobre o meio ambiente nas dimensões institucionais de políticas públicas a partir de um enfoque político-econômico. Nesse sentido, o movimento ambiental é apenas um reflexo mais objetivo de

constituição desse “habitus sócio-ambiental”, ou seja, dessa disponibilidade de percepção, compreensão e representação estruturadora e estruturante de ações e práticas sociais.

É fato que a ideia de consciência ambiental e ecológica e a noção de destradicionalização, discutida por Giddens (1996), como assunto de uma agenda sóciopolítica dos nossos dias é também reflexo da constituição desse habitus sócio-ambiental contemporâneo. Isso indica que a forma de organização e desenvolvimento social de nossos dias obriga-nos a um posicionamento político em relação ao meio ambiente⁴⁷. Como exemplo simples podemos dizer que a prática voluntária da seleção doméstica do lixo, ou uma determinação governamental instituída sobre a obrigatoriedade da seleção de todo o lixo produzido na sociedade, ou a conscientização voluntária de poupar energia nos horários críticos (horários de maior consumo); ou a penalização instituída pelo governo sobre gasto excessivo de energia; ou o uso inadvertido de um spray que contenha propriedades destrutivas à camada de ozônio; ou sua proibição; ou mesmo a discussão institucional (ciência/governo) ou popular (agricultores e consumidores) sobre alimentos transgênicos nos dias atuais, dentre inúmeros outros exemplos que poderíamos elencar, são aspectos que se constituem dentro ou a partir do que chamamos hipoteticamente de “habitus sócio-ambiental” do mundo contemporâneo.

Nesse contexto, definiremos o “habitus sócio-ambiental” da seguinte forma: uma disposição de padrões comportamentais, perceptivos,

representacionais e simbólicos que estão ancorados numa dimensão prática e interativa das relações e ações sociais, com uma perspectiva natural (ambiental) e humana (sócio-individual) dentro do sistema de desenvolvimento global do mundo contemporâneo.

Sob esse aspecto real, faz sentido uma discussão sobre elementos de formação da sociedade global. Vivemos numa sociedade global antes de mais nada pelo fato do meio ambiente social e natural se constituir num sistema global. Diante desse argumento, afirmamos que todas as formações sociais historicamente constituídas, no mais remoto passado, sempre estiveram dentro de um sistema global. E sendo assim se constituíram por um habitus ambiental mutanti que relaciona meio ambiente natural e meio ambiente social, ou como os analistas contemporâneos como Catton e Dunlap (1978) conceituam como limites e relação entre HEP-NEP.

Como esquema de percepção da realidade, essa noção hipotética que desenvolvemos de "habitus sócio-ambiental" se estrutura dentro de um contexto emergencial da sociedade contemporânea. Contexto esse que envolve as várias regiões e as várias formações culturais, políticas e econômicas num processo de compreensão e representação entre o "social" e o "natural". Isto talvez incida na forma de percepção do meio ambiente como um sistema ecossocial que funcione interligado entre as várias áreas e regiões.

Como afirmou Giddens:

(...) existe uma série de situações em que nas quais a humanidade deveria se afastar das intervenções que afetam o meio ambiente, ou tentar eliminar os efeitos colaterais. Entretanto, a maioria dos modos de vida com os quais temos que lidar são sistemas ecossociais: eles dizem respeito ao meio ambiente socialmente organizado.(...).Na maioria das áreas ambientais, não poderíamos começar a desenredar o que é natural e o que é social – mais importante ainda, procurar fazer isso é geralmente irrelevante para os esforços a fim de elaborar programas de ação. Isso nos livra da tarefa impossível de ter de afirmar que Los Angeles é, de alguma forma menos natural que um vilarejo inglês; e nos incumbe de fazer julgamento sobre todas as paisagens ou arenas ecológicas. 'O meio ambiente' não deveria ser usado como uma forma sub-reptícia de contrabandear a 'natureza'. Los Angeles é uma parte do meio ambiente tanto quanto uma campina (1996; p.239).

Dessa forma, todas as formações sociais envolvendo cultura, política, economia e os vários atores envolvidos em todos esses campos, estão inseridos na relação intrínseca do HEP-NEP contextualizando um lugar social de formação desse "habitus sócio-ambiental" na constituição da sociedade contemporânea".

Ecologia e natureza em representação: Pressupostos da Sociologia do Meio Ambiente

O conceito de "natural" é uma construção social ao mesmo tempo que o "social" encontra no natural e no simbólico os próprios elementos de sua efetivação conceitual, talvez isso reflita uma posição dialética, ou talvez não haja uma síntese mas um processo de ruptura entre os dois pontos, o natural e o social.

Vejam os então as bases da Sociologia do Meio Ambiente no que se refere a essa questão. O que determina o que? As construções sociais e culturais são hegemônicas sobre a natureza (meio ambiente) ou a natureza à sua maneira determina os constructos socioculturais? Essa é uma questão de fundo não só da Sociologia do Meio Ambiente (SMA), mas do pensamento sociológico de base materialista.

O materialismo histórico, dentro de um contexto bem mais amplo, também ancora uma discussão a partir da relação homem/natureza e de toda relação material que daí decorre. É fato que a própria Sociologia do Meio Ambiente sofreu e sofre ainda hoje influências desse paradigma de análise social. Frederick Buttel (1997) propriamente afirma que a SMA tem uma tradição materialista desde seu início.

Com isso, essa disciplina científica tende a perceber a relação de influência do ambiente biofísico na vida social de forma complexa e interrelacional. Buttel (1997) compreende que de forma efetiva os processos sociais, os sistemas culturais e as relações de poder estabelecidos nas sociedades complexas (mediante sua forma de organização, funcionamento e desenvolvimento) estão ancorados num

substrato material que em última instância é natural.

Não apenas Buttel, mas outros autores dentro do campo da SMA como Catton e Dulant (1978) enfatizam a relação entre o contexto biofísico e o contexto cultural como um modelo de análise necessário à sociologia, especificamente à Sociologia do Meio Ambiente. No que toca às análises sobre capitalismo avançado e mudança ambiental, por exemplo, Buttel (1997) refere-se à questão ambiental, do ponto de vista sociológico, com uma preocupação institucional no que se refere a legitimação da forma como a sociedade implementa um modelo de desenvolvimento político-econômico cada vez mais acelerado. Um modelo que incide no processo de exploração e mudança ambiental dentro de um contexto de degradação. A análise de Buttel segue a lógica de um neo-materialismo, tanto no que concerne à questão concreta da natureza (meio ambiente biofísico) como no que toca ao contexto de conscientização crítica sobre o meio ambiente por parte dos atores sociais no contexto individual e institucional.

Dentro desse aspecto, ele busca examinar o aspecto institucional da mudança ambiental com ênfase no papel da política econômica e na análise das instituições sócio-culturais no que toca a degradação ambiental.

A idéia de uma consciência ecológica define de forma simbólica o background da questão ambiental, pois de forma global os impactos da mudança ambiental dizem respeito à vida social como um todo. Dentro desse contexto, a consciência coletiva de um suposto

homoecologicus estaria aquém da realidade social.

Além desse aspecto fundamental e estrutural é válido ressaltar que as bases da própria estruturação da SMA estão também ancoradas num outro substrato, este por sua vez é a consciência política ambiental. Inclusive a Sociologia do Meio Ambiente surgiu das práticas de mobilização do movimento ecológico moderno. Nesse caso a ligação dessa sociologia com a idéia de consciência ecológica é muito forte (Buttel, 1997).

Nesse sentido, essa sociologia sofreu uma influência fundamental dos movimentos ambientalistas e ecológicos que atuam na sociedade global acerca de vinte e cinco anos, o que faz com que a prática política ambiental seja a marca emblemática dessa disciplina.

A relevância dessa última questão incide no fato de que o ambientalismo se transformou num dos movimentos sociais mais atuante da sociedade contemporânea, dessa forma os chamados "Novos Movimentos Sociais" têm se transformado em veículos de expressão de um ativismo político atuante e visível.

A noção de representação do meio ambiente, dentro desse contexto, estrutura uma discussão entre duas esferas de ações sociais: o mundo da vida (ambiente da vida cotidiana) o qual é o universo de visibilidade dos movimentos sociais e o mundo do sistema normativo (este referido ao sistema político-econômico e jurídico), duas esferas separadas no contexto do processo social. Visto que o problema ambiental refere-se a uma questão bem mais

ampla que setorial, a implicação da análise sociológica sobre esse aspecto reflete a necessidade de aproximação dessas duas esferas da sociedade, pois as categorias de análises do problema caracterizam-se num modelo conjuntural de investigação. Nesse sentido, o movimento social atua com um catalisador das questões ambientais e visivelmente implementa ações sociais como ato simbólico-discursivo, ou seja, atua como ator de uma representação emergente no qual o significado efetivo refere-se a uma questão concreta.

No contexto normativo, as políticas de controle e preservação ambiental implementadas pela esfera executiva, no nível Estadual e Federal, refletem a demanda de preocupações sociais de caráter emergencial que também referem-se a questões concretas. Do ponto de vista material e simbólico o habitus do ambientalismo, como prática ou como conhecimento disponível em forma de cultura concretizada, liga a perspectiva natural e humana de forma fundamental e nesse ponto se forma o ethos do que convençionamos chamar "homoecologicus".

Alan Irwin (1997), em seu trabalho "Risk, the environment and environmental knowledges" toca de forma peculiar na questão entre cultura e natureza discutindo sobre o natural, o social e o científico como categorias interligadas na análise da SMA. Refletindo de forma crítica sobre o conhecimento ambiental, o autor enfoca uma compreensão desses três elementos de forma aproximada uns dos outros e assim nos indica um caminho para a compreensão da racionalidade ambiental que pretensamente nos levaria

as bases de formação desse “homoeologicus” contemporâneo. Vejamos como discutir essa questão a partir de categorias sociológicas como: representação social, racionalidade e ação sócio-política.

Representação ambiental como habitus político

No início desse ensaio elencamos algumas categorias de análise que nos servem como instrumento de reflexão, tais como “ambiente biofísico”, “ação social” e “pensamento ambiental e político”. Esses elementos trabalhados no campo da SMA se complementam com outro elemento não menos sociológico a “representação social”.

Dentro desse contexto, a categoria de representação social será utilizada aqui como instrumento operacional de discussão nesse ensaio. Para tanto devemos defini-la conceitualmente.

Basicamente podemos dizer que a representação social é uma forma de produção e propagação do conhecimento que se constitui no mundo da vida do cotidiano. Autores especialistas nesse campo de estudo como: Serge Moscovici (1976), Denise Jodelet (1988), Jorge Valla (1992), Celso Sá (1993), dentre vários outros, definem as representações sociais como um modelo de conhecimento específico embasado no senso prático do saber comum que tem como função estruturar comunicação, conhecimento, comportamento e práticas sociais.

Nesse contexto, as representações sociais, dentro do cotidiano, traduzem em conhecimento prático e popular as informações veiculadas na

vida social, o que faz com que a realidade se materialize nas ações dos sujeitos tanto de forma social quanto de forma política.

Importa-nos aqui a dinâmica social e política da representação no que toca ao meio ambiente que é uma realidade material processada socialmente. Em outras palavras, importa-nos a dinâmica social e política do pensamento ambiental ancorados numa análise de representação social.

Então vejamos a definição conceitual de pensamento político referente a essa questão. O pensamento político é uma forma reflexiva de atingir objetivos dentro do que Pierre Bordieu (1989) chamou de “mercados de bens de poder” dentro dos campos simbólicos, especificamente dentro do chamado campo político. A política nesse sentido se fundamenta como uma posição estratégica no contexto das relações dos sistemas institucionais, culturais e econômicos. A questão ambiental ou mais especificamente o pensamento político ambientalista encontra nesse pressuposto de relações instituintes um lugar social para sua ação.

Retomando as reflexões de Buttel (op. cit.) compreendemos como o complexo institucional da sociedade está ligado de forma geral à questão político-ambiental, especificamente no que toca as mudanças e transformações do meio ambiente como um dado de realidade urgente. E por isso, para ele, a tradição materialista de análise do meio ambiente tende sempre a perceber a relação de influência do meio ambiente biofísico na vida social e de

como isso se traduz numa linguagem política.

Dentro desse contexto, os processos sociais, os sistemas culturais e as relações de poder (econômico e político) estão ostensivamente ancorados nesse substrato ambiental. Vemos por exemplo, as discussões sobre política de usos dos recursos naturais, sustentabilidade, organização espacial, dentre outros assuntos, como questões que são tratadas dentro de um aspecto da racionalidade ambiental mesmo quando se referem ao processo de degradação do meio ambiente, o que quase sempre acontece.

O importante para nossa reflexão é justamente o aspecto que ancora o pensamento político e a representação ambiental. Para Buttel essa questão de fundo encontra-se na base de formulação de um paradigma sociológico ambiental, que é um problema central em suas análises.

No mesmo sentido, para autores como Giddens (1996) a relação entre política e meio ambiente e pensamento político-ambiental reflete o problema que tratamos aqui. Para Giddens, ancorado em Bookchin, "o pensamento ecológico pode recuperar ideias de uma crítica radical da vida social" (p.225). Isso é afirmado num contexto em que o chamado pensamento radical, dentro do aspecto de crise dos paradigmas, perdeu sua identidade e, conseqüentemente, seu espaço político e vê surgir um pensamento da "política verde" que procura expressar questões políticas e sociais num contexto de crise social, ambiental e econômica.

A racionalidade política do movimento ambiental, é fruto do processo

situacional desse momento de crise na qual a sociedade global se encontra. E como atores políticos, esses movimentos ambientais representam social e ativamente uma forma de relação política do meio ambiente.

Sobre esse aspecto Marco Reigota (1997) afirma que a representação social sobre o meio ambiente reflete uma forma diferencial de percepção do mesmo. Porém, mesmo com essa diferenciação há um consenso sobre a base de definição do significado conceitual e prático do meio ambiente.

Ele propõe que o meio ambiente mesmo como uma representação social se contextua na seguinte definição:

O lugar determinado ou perdido, onde os elementos naturais e sociais estão em relação dinâmica e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (Reigota; 1997; p. 14).

A questão relevante no que toca a relação entre o meio ambiente e sua forma de representação, por parte dos vários atores sociais, é que o meio ambiente é percebido de forma plural e diferenciada. E isso se dá pelo fato dos indivíduos compreendê-lo a partir de uma perspectiva subjetiva ancorada numa realidade concreta.

Dentro desse contexto, é fato que o meio ambiente é enfatizado como uma determinação natural (por mais subjetiva que seja sua compreensão). E sobre essa compreensão se fundamenta uma prática social,

cultural e política por parte dos atores sociais. Podemos inclusive afirmar que nas representações sociais sobre o meio ambiente encontramos elementos que pertencem ao H.E.P e ao N.E.P. ao mesmo tempo e isso se dá pelo fato dos indivíduos compreenderem de forma simples a relação intrínseca entre o natural e o humano percebendo que um só tem sentido em relação ao outro. Pelo menos é o que demonstra a análise da pesquisa feita por Reigota⁴⁸ (1997).

Podemos abstrair essa discussão para tentar refletir como o meio ambiente é percebido no contexto da sociedade global, na medida em que os problemas ecológicos e ambientais são difundidos amplamente na sociedade global. Com base numa divulgação mass media o meio ambiente passa a ocupar um lugar privilegiado nos lares e vida cotidiana da sociedade globalizada. Mas isso não significa objetivamente afirmar que a comunicação mass media sobre questões ambientais produza uma consciência ecológica e ambiental em nível global, como é possível perceber nas argumentações de Hanningan⁴⁹. Porém, podemos afirmar que isso de maneira indireta e simbólica ajuda a constituir o que chamamos hipoteticamente de "Habitus sócio-Ambiental" contemporâneo que discutiremos mais adiante.

É fato que a definição de meio ambiente, no contexto das representações sociais, é enfatizado com uma determinação de base natural. Nesse sentido, a sociedade de maneira geral tem uma relação de compreensão sobre o meio ambiente no que toca a visualização da natureza física, no seu

contexto de degradação ou de conservação. E de forma subliminar enfatiza-se as questões políticas e sociais, pois essas últimas revelam objetivamente a importância do meio ambiente para as formas de vida e organizações sociais.

Porém é importante salientar que cada vez mais nos dias atuais o conteúdo político está sendo enfatizado com maior força. Nesse sentido, a percepção representativa do meio ambiente tende a enfatizar cada vez mais um conteúdo político-instrumental.

Podemos partir desse tipo de afirmação com base em análises feitas por Giddens (1996), Beck (1992) e Buttel (1997), autores que enfatizam o conteúdo político na percepção e mudança do meio ambiente. Isso significa que a idéia de compreensão sobre o meio ambiente ganha uma dinâmica sócio-cultural e simbólica cada vez mais forte e essa força se revela no contexto político no qual está ancorada e que contribui para a formação de um ethos ambiental.

Considerações Finais

Este texto, buscou dissertar sobre idéias e categorias de análise, pertinentes à compreensão contemporânea sobre o meio ambiente no contexto de relação entre o social e o natural. Transcorrendo no aspecto da interdisciplinaridade o desenvolvimento dessa investigação percorre um caminho de pretensa formação de novas categorias e conceitos, como é o caso do "habitus sócio-ambiental contemporâneo", nos fazendo tomar emprestado, arquétipos consolidados da sociologia e relacioná-los com outras

áreas de conhecimento e investigação social. Porém, o mais importante dessa questão não é o aspecto de formações de novos conceitos, mas o de saber se os mesmos se sustentam enquanto elemento de análise ou se há pelo menos um contexto de aplicação para os mesmos.

A perspectiva interdisciplinar nos proporcionou condições de, através de uma investigação mais livre, interrelacionarmos uma variada gama de autores e conceitos no propósito de construirmos um argumento objetivo. Esse argumento objetivo foi mediado por um argumento maior e mais estruturado, no campo da Sociologia do Meio Ambiente, que é a relação do processo social e natural na formação dos sistemas ecossociais, aqui mencionado por Giddens (1996), Buttel (1997) e Irwin (1997).

A pertinência dessa análise refere-se a uma possível contribuição da racionalidade contemporânea no que toca à investigação do meio ambiente físico e social visto que a partir dos argumentos discursivos dos autores que tratamos.

Como foi possível perceber, a noção de habitus sócio-ambiental além de se ancorar em conceitos já antes discutidos na sociologia, busca ainda dimensões no campo da política e com isso dinamiza-se na noção de seu próprio conceito.

Os resultados desse ensaio talvez não se apresentem nessas últimas palavras mas no desenvolvimento de análises futuras no campo de nossas investigações interdisciplinares a partir da sociologia, com a

tentativa de operacionalizar melhor o que argumentamos.

Referências

ALLMARK, T. "Environment and Society in Latin America", in *The International Handbook of Environmental Sociology*. Michael Redclift and Graham Woodgate, eds. p. 390-402 Northampton, MA: Edward Elgar, 1997.

BECK, Ulrich. "A Reinvenção da Política". In: GIDDENS, A. et alii. *Modernização Reflexiva*. São Paulo. Unesp, 1995.p. 89-114.

BOURDIEU, Pierre. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo. Perspectiva, 1989.

BUTTEL, F. H. "Social Institutions and Environmental Change", in *The International Handbook of Environmental Sociology*. Michael Redclift and Graham Woodgate, eds. P. 40-55 Northampton, MA: Edward Elgar, 1997.

CATTON, W. R. DUNLAP, R.E. "Paradigms, Theories and the Primacy of the HEP-NEP Distinction" *The American Sociologist* 13, 1978.

DÉCHAUX, Jean Hugues. *Nobert Elias et Pierre Bourdieu: analyse conceptuelle comparée*. *Archives Européennes de Sociologie*. Cambridge, 34, 365-85, 2. 1993.

DUNLAP, R. E. *The evolution of Environmental Sociology: A Brief History And Assessment of the*

American Experience", in The International Handbook of Environmental Sociology. Michael Redclift and Graham Woodgate, eds.p. 21-39 Northampton, MA: Edward Elgar. 1997

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1994.

_____. O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização. V. 2. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1988.

GIDDENS, A. As Conseqüências da Modernidade. São Paulo: Unesp.1991
_____. Para Além da Esquerda e da Direita: o futuro da política radical. São Paulo. Unesp.1996
_____. "Modernidad e Autoidentidad". in Las consecuencias Perversas da Modernidade: contingencia y riesgo. Et alli Barcelona. Anthopos.1996

IRWIN, A. (1997) "Risk, the Environment Knowledge" , in The International Handbook of Environmental Sociology. Michael Redclift and Graham Woodgate, eds. P. 218-266 Northampton, MA: Edward Elgar

JODELET, Denise. (1988). La representación Social: fenomenos, Concepto y teoria. In MOSCOVICI, S. (org.) Psicologia Social II. Barcelona. Paidos.

JONES, R. E. DUNLAP, (1992)"The Social Bases of Environmental Concern: Have They Changed Over Time?" Rural Sociology Vol. 57 (1): 28-47

MALERBA, J. (1996) "Sobre Norbert Elias" in A Velha História: Teoria, Método e Historiografia. Malerba, J. (1996) Campinas.São Paulo. Papirus.

MOSCOVICI, Serge. (1978). A Representação Social da psicanálise. Rio de Janeiro. Zahar.

_____. y Hewstone, Miles. (1988). de la Ciência al sentido comun. In

MOSCOVICI, S. (org.) Psicologia Social II. Barcelona. Paidos.

_____. y Doise, Willem. Las Decisiones en grupo. In MOSCOVICI, S. (org.) Psicologia Social II. Barcelona. Paidos.

_____. (1990). A Máquina de Fazer Deuses. Rio de Janeiro. Imago Editora.

_____. (1991). "La fin des représentations sociales?". In AEBISCHER, Verena et al. Idéologies et Représentations Sociales. Suíça: Delval.

PADUA, J. A. (1997) "Biosphere, History and Conjuncture in the Analysis of the Amazon Problem, in The International Handbook of Environmental Sociology. Michael Redclift and Graham Woodgate, eds. P. 403-417. Northampton, MA: Edward Elgar.

REIGOTA, M. (1997) Meio Ambiente e representação social. 2.ed. São Paulo. Cortez

SHOVE, E. (1997) "Revealing the Invisible: Sociology, Energy and the Environment" in The International Handbook of Environmental Sociology. Michael Redclift and Graham

Woodgate, eds. P. 261-237.
Northampton, MA: Edward Elgar.

TINDALL, D. "What is Environmental Sociology? An Inquiry into the Paradigmatic Status of Environmental Sociology" in *Environmental Sociology: Theory and Practice*, Michael Mehta and Eric Ouellett (eds) London: Captus Press, 1995.

VALLA, Jorge. MONTEIRO, Maria
Benedita Psicologia Social. Lisboa.
Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

NOTAS

Capítulo 4

47 Ao nos referirmos a posicionamento político e consciência ambiental, não estamos nos referindo às políticas partidárias simplesmente, mas a uma consciência política coletivizada incorporada pelos vários atores na sociedade global que envolve governos, cidadãos, instituições públicas e privadas.

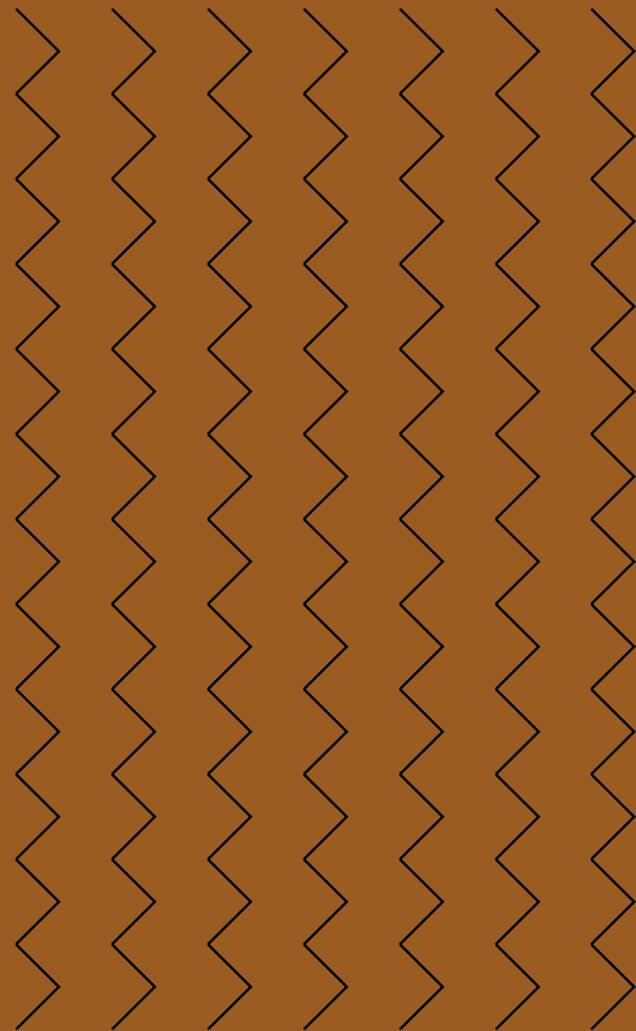
48 Nesse livro, que tem como título Meio ambiente e Representação social, Marcos Reigota faz uma análise sobre o conceito de meio ambiente a partir da forma como educadores compreendem e definem o meio ambiente, e como esse contexto de definição está ancorado na prática cotidiana de relação prática e conceitual do mesmo.

49 Sobre esse aspecto ver J. A. Hanningan (s/d) "New Media and Enviromenmtal Communications".

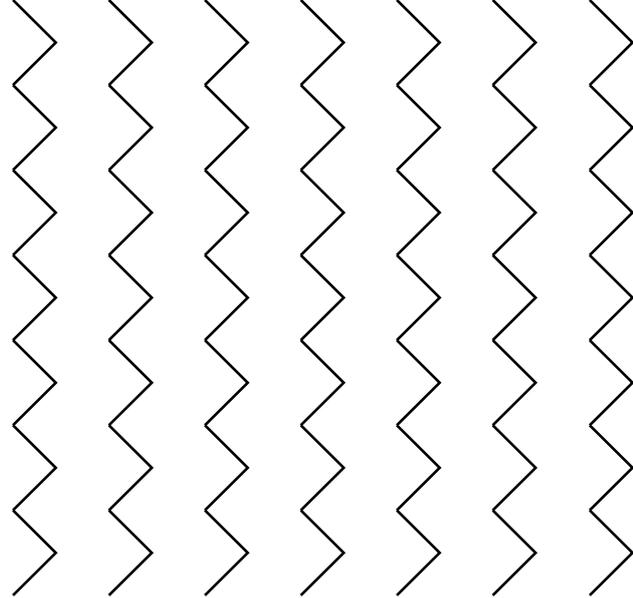
Interface entre Educomunicação e Educação Ambiental nas políticas públicas e em teses e dissertações brasileiras

Beatriz Truffi Alves
Claudemir Edson Viana

05.



Introdução



O artigo apresenta resultados de pesquisa⁵⁰ realizada como conclusão do curso de Licenciatura em Educomunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. O desafio do trabalho foi compreender as aproximações, as contribuições e, efetivamente, as interfaces entre duas áreas de atuação emergentes: Educomunicação e Educação Ambiental.

De um lado, a Educomunicação nos aponta para a necessidade de reconhecer as relações entre os campos da Comunicação e da Educação a fim de buscar respostas aos processos formativos formais, não formais e informais no quadro de profundas mudanças culturais vivenciadas a partir da intensificação das relações com as mídias, destacando-se, ainda, a importância da democratização dos processos comunicacionais, em suas diferentes perspectivas, nas atividades humanas e na sociedade (SOARES, 2011; MARTÍN-BARBERO, 2014; KAPLÚN, 1998).

De outro lado, a Educação Ambiental nos evidencia a intersecção entre o campo Ambiental e a Educação, para a reflexão e problematização das relações que envolvem a sociedade, a educação e o meio ambiente, com vistas ao enfrentamento de desafios para a transformação do modo de vida e do modelo de produção econômica hegemônicos (LOUREIRO, 2004a; LIMA, 2005), visando o atendimento de preceitos da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) para a construção, sob a responsabilidade de toda a sociedade, de um meio ambiente ecologicamente equilibrado que garanta a qualidade de vida das presentes e futuras gerações.

Nesse contexto, reconhecemos que, tanto a Educomunicação como a Educação Ambiental se relacionam diretamente com o campo da Educação, bem como propõem por meio e a partir do processo educativo, uma perspectiva de mudança de relações, seja sob o aspecto das relações entre os sujeitos ou instituições, seja de suas relações com o meio ambiente e a sociedade nos quais se inserem.

A concepção de educação atrelada a ambas as perspectivas, portanto, reconhece o processo educativo como uma prática social e histórica concreta, ou ainda, como mediação da sociabilidade humana (SEVERINO, 1994) e como instrumento importante e decisivo no processo de transformação da sociedade (SAVIANI, 2009).

A legitimidade desse processo, que caracteriza a formação humana, está diretamente ligada à comunicação (SAVIANI; DUARTE, 2010), a qual permite a troca dos elementos culturais, sejam percepções, valores, símbolos, atitudes ou habilidades.

Embora a educação e a comunicação sejam entendidas como fenômenos distintos, “a interconexão entre elas é requerida pelas próprias exigências da vida em sociedade” (SOARES, 2011, p. 17).

De acordo com Soares (2011, p.17, grifos do autor), “a educação só é possível enquanto ‘ação comunicativa’, uma vez que a comunicação configura-se, por si mesma, como um fenômeno presente em todos os modos de formação do ser humano” e, ainda, que “toda comunicação – enquanto produção simbólica e intercâmbio/ transmissão de sentidos – é, em si, uma ‘ação educativa’”.

Os diferentes modelos de comunicação adotados, bem como as diferentes concepções de educação determinam, nesse sentido, a identidade e os resultados do processo educativo, influenciando em sua capacidade de manutenção ou transformação da realidade.

A comunicação e a educação, portanto, precisam ser reconhecidas em sua essência como dialógicas, ou como define Freire (2011b, p. 91), “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Para que de fato possamos ter uma verdadeira educação, Freire (2011a, p. 115) ainda reforça que “somente o diálogo, que implica um pensar crítico é capaz, também de gerá-lo. Sem ele, não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação”.

Se estamos em busca de uma educação que almeje mediar a transformação das relações humanas e sociais temos que considerar, intencionalmente, as formas mais adequadas para que isso aconteça.

Na esfera da relação entre a Educação e a Comunicação, Kaplún (1998) aponta que os diferentes tipos de educação correspondem também a determinadas concepções e práticas de comunicação, as quais orientam o fazer educativo e os resultados do processo educacional.

No campo da Educação Ambiental, reconhece-se que essa se inscreve e dinamiza na própria educação (LOUREIRO, 2004b), a qual é tomada como um processo social e político intermediado pela relação com o outro, que

perpassa a convivência com o indivíduo, com o(s) grupo(s) e a sociedade (SANTANA, 2005).

Para Sorrentino et al (2005), a busca individual e coletiva por mudanças culturais e sociais estão dialeticamente indissociadas nos processos deflagrados pela educação ambiental de caráter crítico e emancipatório.

Ao reivindicar que a problemática ambiental está relacionada, essencialmente, ao questionamento da racionalidade econômica e tecnológica dominantes, Leff (2010) defende que há uma crise de conhecimento do mundo ou, como ressalta o autor, uma “crise civilizatória”, na qual ele identifica a necessidade de problematização dos paradigmas de conhecimento estabelecidos, que permita criar uma nova demanda de metodologias capazes de orientar a reconstrução do saber, buscando uma análise integrada da realidade; e propõe, assim, uma reflexão sobre a integração de campos diversos do saber a fim de criar uma racionalidade ambiental ou um saber ambiental que sejam capazes de construir outra realidade social.

Assim, nos parece fazer sentido a aproximação e o alinhamento de diferentes estratégias voltadas à consolidação de relações que promovam um “saber ambiental” e contribuam dessa forma à construção de uma sociedade justa, economicamente viável e ambientalmente equilibrada; o que nos impulsiona à busca por compreender as possibilidades de inter-relação entre a Educomunicação e a Educação Ambiental para essa finalidade.

Nesse contexto, observamos, ao longo dos últimos anos, em especial a

partir do início dos anos 2000, que as relações entre a Educomunicação e a Educação Ambiental estão presentes em discussões acadêmicas brasileiras, refletindo-se em publicações científicas em diversas áreas e, ainda, integrando os textos de normas legais e de programas e diretrizes específicos de políticas públicas de educação ambiental no Brasil.

Podemos reconhecer, nesse sentido, que já no início das discussões que preconizam a definição da Educomunicação como campo de intervenção social, foram identificadas ações que abordavam sua relação com a temática ambiental (SOARES, 1999), assim como, posteriormente, evidenciaram-se perspectivas de sua integração em práticas sociais, como é o caso do livro de Soares (2011) que dedica um capítulo exclusivo a abordar o “Tratamento educ comunicativo para o tema do meio ambiente”.

No âmbito da Universidade de São Paulo, instituição na qual considera-se que o conceito da Educomunicação tenha sido sistematizado no período entre 1997 e 1999, a criação, em 2014, de uma disciplina de Educomunicação Socioambiental na grade curricular do curso de Licenciatura em Educomunicação oferecido desde 2011 pela Escola de Comunicações e Artes (ECA), é também um indicativo de que a relação entre as áreas de atuação parece se consolidar no meio acadêmico.

No setor das políticas públicas de educação ambiental observamos que é a partir de 2005 que a Educomunicação começa a ser apontada como uma perspectiva a ser articulada às linhas de ação e políticas comunicacionais

relacionadas ao processo educativo ambiental. A publicação de normas legais, bem como de programas e diretrizes que associam a Educomunicação à Educação Ambiental vêm, assim, se enraizando na implementação das políticas públicas brasileiras que abordam a educação ambiental.

Reconhecendo esse cenário e considerando nossa própria trajetória e relação com as áreas de atuação, o artigo apresenta os resultados de pesquisa voltada a estudar as inter-relações que vêm se configurando entre a Educomunicação e a Educação Ambiental a partir da observação e análise de documentos produzidos no contexto das políticas de educação ambiental no Brasil e de produções científicas publicadas em Programas de Pós-Graduação brasileiros; com o objetivo de construir um panorama que nos permita desvendar, em ambas as perspectivas, as possíveis interfaces entre as áreas que constituem o objeto de estudo.

Metodologia e procedimentos de pesquisa

A pesquisa teve como orientação metodológica a abordagem documental de natureza qualitativa (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; DEMO, 1989), utilizando como estratégia a definição de um corpus documental composto por textos de leis e de programas e diretrizes atrelados à educação ambiental, bem como por textos, em especial resumos, de teses e dissertações brasileiras.

A coleta de dados foi realizada em diferentes fontes e em três etapas: 1) Levantamento dos textos da política

nacional de educação ambiental e dos programas e diretrizes de educação ambiental, em âmbito nacional, que abordam a educomunicação como estratégia; 2) Levantamento dos textos das políticas estaduais de educação ambiental; 3) Pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da Capes para o levantamento das teses e dissertações que abordam a relação entre Educomunicação e Educação Ambiental.

Cabe ressaltar que em todos os levantamentos realizados priorizou-se a seleção de materiais que apontassem especificamente o termo "educomunicação", ou termos associados, não se integrando à coleta de dados materiais que pudessem abordar a relação Comunicação e Educação utilizando-se de outros termos ou expressões. Embora reconheça-se que a relação entre Comunicação e Educação não está restrita ao termo "educomunicação" e que esteja presente na produção científica e acadêmica, conforme apontado por Soares (1999) e Pinheiro (2013); a definição do critério utilizado, assim, faz parte da opção metodológica adotada e visa potencializar as discussões específicas ao paradigma da Educomunicação.

A análise dos dados foi inspirada no referencial teórico da análise de conteúdo (LÜDKE; ANDRÉ, 1986; BARDIN, 2011) e organizada em três momentos: a) pré-análise; b) exploração do material; e c) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Faz-se importante esclarecer que a escolha pela análise documental foi priorizada a fim de possibilitar a criação de um panorama geral sobre a forma como a educomunicação vem

sendo apresentada e está sendo aprendida nos documentos selecionados, não havendo a intenção, tendo em vista as limitações do trabalho, de discutir ou detalhar a forma de sua implementação em ações desenvolvidas na prática social.

Educomunicação nas políticas públicas de Educação Ambiental no Brasil

O caminho para a análise de como a educomunicação é apresentada e se insere nas políticas de educação ambiental brasileiras foi organizado em dois percursos: a) Análise do texto da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e de textos de programas e diretrizes de educação ambiental, em âmbito nacional, que apontam a educomunicação como estratégia; b) Análise dos textos dos documentos legais que instituem as políticas estaduais de educação ambiental.

Política Nacional de Educação Ambiental: documento legal, programas e diretrizes

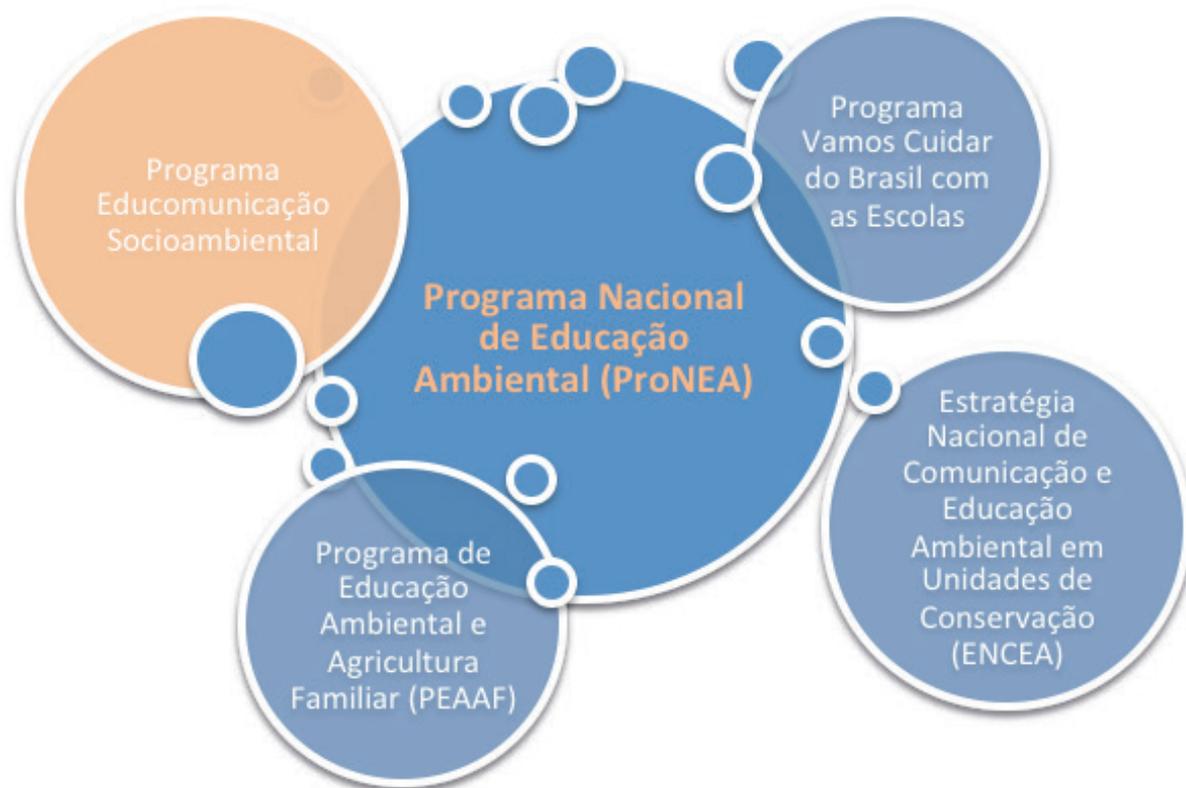
A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi publicada em 1999, pela Lei Federal nº 9.795, e regulamentada, em 2012, pelo Decreto Federal nº 4.281. Em ambos os documentos observa-se a ausência do termo “educomunicação”, o que pode ser compreendido pelo fato de o campo ainda estar em consolidação neste período⁵¹.

Embora os documentos legais da PNEA não apontem ou citem a educomunicação, observa-se sua inserção nos textos de programas e diretrizes

nacionais que orientam a implementação da educação ambiental no país.

Dentre os programas e diretrizes selecionados para compor o corpus documental da pesquisa, identifica-se que as publicações se concentram principalmente a partir do ano de 2005 e podem ser caracterizadas por linhas e diretrizes gerais para a implantação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e por programas voltados a públicos ou setores específicos (Figura 1), como o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) e a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA).

Destaca-se a instituição de um programa específico de Educomunicação Socioambiental, criado a partir do ano de 2005, que aborda a integração das perspectivas da educomunicação às estratégias de comunicação vinculadas às políticas de educação ambiental a serem implementadas no país.



Em sua maioria, os documentos têm o envolvimento dos ministérios que compõem o Órgão Gestor da PNEA: Ministério da Educação e Ministério do Meio Ambiente e; no programa que envolve as unidades de conservação (ENCEA) há o envolvimento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão desses territórios; e no Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, o envolvimento da UNESCO.

A fim de sistematizar a análise dos programas e diretrizes selecionados, apresentamos no Quadro 1, os documentos, o termo utilizado e a forma de apresentação das perspectivas da Educomunicação.

Figura 1 - Programas e Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental

Fonte: Alves, 2017, p. 48.

Programas/ Diretrizes		
Documentos	Termo utilizado	Forma de apresentação
Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA		
Brasil-MMA-MEC (2014; 2005)	Educomunicação Socioambiental	Destaca a criação da Rede de Educomunicação Socioambiental, em 2004, durante o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental
Programa de Educomunicação Socioambiental		
Brasil-MMA (2008); Brasil-OGPNE (2005);	Educomunicação Socioambiental	Apresentada como política integrada de comunicação ambiental no âmbito do ProNEA, na linha de ação “Comunicação para a educação ambiental”
Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas		
Lopes, Melo e Barbosa (2012); Mello e Trajber (2007)	Educomunicação	Apresentada como estratégia para a democratização da comunicação, envolvendo a produção comunicativa no ensino formal e; como possibilidade de contribuição para a construção de relações entre os sujeitos e com o meio ambiente
Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação – ENCEA		
Brasil-MMA-ICMBio (2011)	Educomunicação Socioambiental	Apresentada como estratégia para o estímulo à prática de comunicação participativa e coletiva com foco educativo na gestão ambiental, em especial de unidades de conservação
Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF		
Brasil-MMA (2015)	Educomunicação	Apresentada como estratégia pedagógica voltada à democratização do acesso aos meios de comunicação e à informação
Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente nº 422		
Brasil-CONAMA (2010)	Educomunicação	Apresentada como diretriz para a abordagem de campanhas, projetos e ações de comunicação e educação ambiental, visando a gestão e difusão de conhecimentos que considerem e valorizem as diferentes experiências e realidades socioambientais brasileiras
Resolução Conselho Nacional de Educação nº 02		
Brasil-CNE (2012)	Educomunicação	Apresentada como estratégia para o estímulo ao uso de recursos tecnológicos na aprendizagem e de diferentes linguagens para a produção e a socialização de ações e experiências coletivas no âmbito do planejamento curricular e da gestão das instituições de ensino

Quadro 1. Educomunicação nos programas e diretrizes nacionais de educação ambiental

Fonte: Alves, 2017, p. 61.

Dois termos aparecem nos documentos analisados: “educomunicação” ou “educomunicação socioambiental”; o que pode nos indicar que ainda não há uma preponderância acentuada ou convenção sobre a utilização específica do termo “educomunicação socioambiental” como possibilidade exclusiva para representar a inter-relação entre a Educomunicação e a Educação Ambiental.

A partir do início dos anos 2000, a inserção da perspectiva da educomunicação às estratégias tanto do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, como e especialmente das políticas de comunicação no âmbito do ProNEA por meio da criação do Programa de Educomunicação Socioambiental, nos conduzem a afirmar que há o reconhecimento explícito da inter-relação entre Educação Ambiental e Educomunicação.

Nesse cenário, nos parece que o desenho da política nacional de educação ambiental, sob a forma de programas ou diretrizes, está marcado pela apresentação da educomunicação como estratégia ímpar e indissociável à implantação da educação ambiental no país.

As características das relações estabelecidas entre os campos nesses documentos indicam e apontam para a necessidade, no espaço da educação ambiental, de fortalecerem-se ações e estratégias voltadas à valorização de processos pedagógicos sobretudo baseados no dialogismo, na participação e na autonomia; que possam contribuir, dentre outros aspectos, para:

- a democratização e defesa do direito à comunicação;
- a possibilidade de promoção de ecossistemas comunicativos abertos e democráticos;
- a construção de processos formativos para o desenvolvimento de habilidades comunicativas;
- a construção de relações entre as pessoas e o espaço em que habitam, possibilitando que possam construir interpretações e intervir em sua realidade.

Políticas estaduais de educação ambiental no Brasil

Dentre os 27 entes federativos brasileiros, foram encontrados os textos das políticas de educação ambiental de 21 estados (Quadro 2), identificando-se que seis já apontam explicitamente o termo “educomunicação” em seu texto, os quais foram selecionados para compor o corpus documental da pesquisa.

Estado	Documento	Ano	Educomunicação
ACRE*	-	-	-
ALAGOAS	Lei Estadual 7.804	2016	SIM
AMAPÁ	Lei Estadual 1.295	2009	NÃO
AMAZONAS	Lei Estadual 3.222	2008	NÃO
BAHIA	Lei Estadual 12.056	2011	SIM
CEARÁ	Lei Estadual 14.892	2011	NÃO
DISTRITO FEDERAL	Lei Distrital 3.833	2006	NÃO
ESPÍRITO SANTO	Lei Estadual 9.265	2009	SIM
GOIÁS	Lei Estadual 16.586	2009	NÃO
MARANHÃO	Lei Estadual 9.279	2010	NÃO
MATO GROSSO	Lei Estadual 7.888	2003	NÃO
MATO GROSSO DO SUL*	-	-	-
MINAS GERAIS	Lei Estadual 15.441	2005	NÃO
PARÁ*	-	-	-
PARAÍBA	Lei Estadual 7.718	2005	NÃO
PARANÁ	Lei Estadual 17505	2013	SIM
PERNAMBUCO*	-	-	-
PIAUI	Lei Estadual 6.565	2014	NÃO
RIO DE JANEIRO	Lei Estadual 11.730	2002	NÃO
RIO GRANDE DO NORTE*	-	-	-
RIO GRANDE DO SUL	Lei Estadual 11.730	2002	NÃO
RONDÔNIA*	-	-	-
RORAIMA	Lei Estadual 445	2004	NÃO
SANTA CATARINA	Lei Estadual 13.558	2005	NÃO
SÃO PAULO	Lei Estadual 12.780	2007	SIM
SERGIPE	Lei Estadual 6.882	2010	SIM
TOCANTINS	Lei Estadual 1.374	2003	NÃO

Quadro 2 – Políticas estaduais de educação ambiental no Brasil

* Estados nos quais não foram identificadas políticas de educação ambiental publicadas pelo poder executivo.

Fonte: Alves, 2017, p. 42.

De maneira geral, identifica-se o início da promulgação das políticas a partir de 2002, ano em que há também a regulamentação da PNEA. Observa-se, ainda, entre os anos de 2002 e 2005, um maior número de publicações, fato que pode estar atrelado à impulsão dada pela política nacional; e crescimento das publicações entre os anos de 2009 e 2011 (Gráficos 1 e 2).

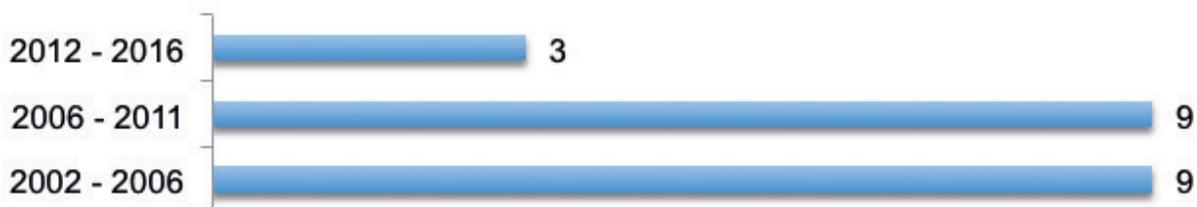
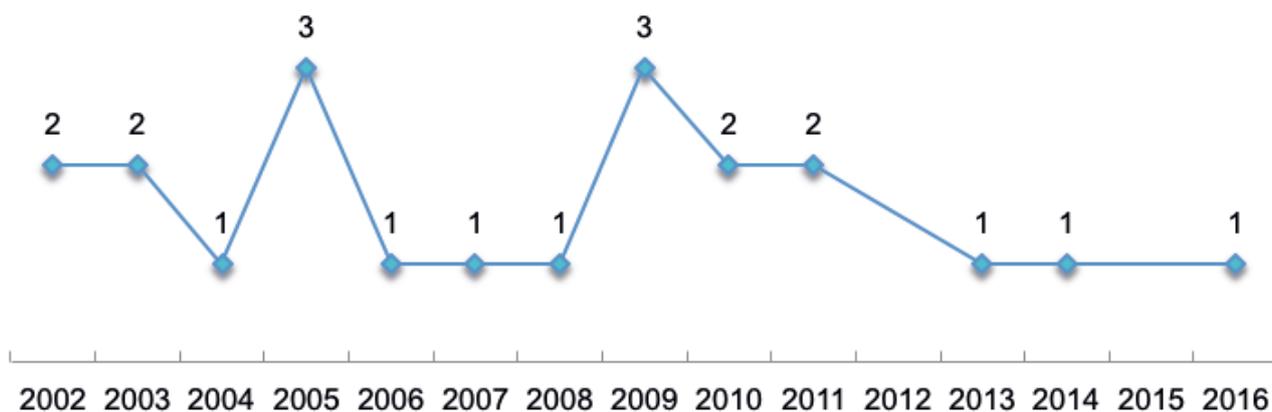
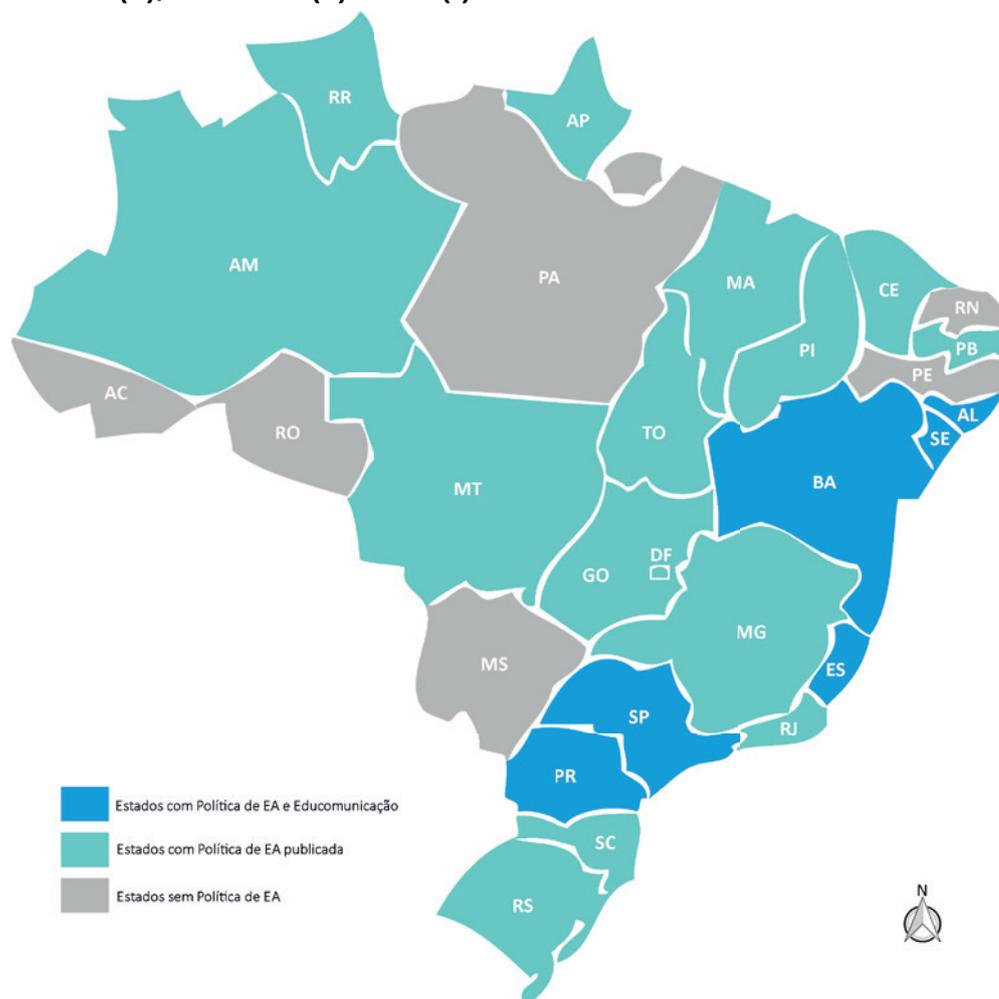


Gráfico 2 - Número de políticas por período
Fonte: Alves, 2017, p. 63.

O registro das primeiras menções à “educomunicação” é identificado a partir de 2007 com a publicação da Política de Educação Ambiental do Estado de São Paulo; seguido, em 2009, pelo Espírito Santo; em 2010, por Sergipe; em 2011, pela Bahia; em 2013, pelo Paraná e; em 2016, por Alagoas. O aparecimento da educomunicação

atrelada às políticas de educação ambiental estaduais pode ser associado ao impulso iniciado em âmbito nacional, em especial, a partir de 2005, com a criação do Programa de Educação Socioambiental, e com seu fortalecimento em demais programas e diretrizes publicados a partir do período.

Considerando as regiões brasileiras (Mapa 1), observa-se que os estados que ainda não possuem política de educação ambiental (EA) estão localizados no Norte (3), Nordeste (2) e Centro-Oeste (1) do país, já os estados que trazem o termo “educomunicação” no texto de suas políticas de educação ambiental estão localizados nas regiões Nordeste (3), Sudeste (2) e Sul (1).



Mapa 1 - Estados com política de educação ambiental

Fonte: Alves, 2017, p. 64.

Dentre os seis estados brasileiros que trazem a palavra “educomunicação” explicitamente no texto de sua política de educação ambiental, os quais representam quase 30% dos estados com políticas publicadas, buscamos analisar quais os artigos e incisos do documento legal que abordam o tema, o termo utilizado, bem como a forma de sua apresentação, conforme exposto no Quadro 3.

ANO - ESTADO - Documento legal/Data de publicação		
Capítulo, Artigos e incisos	Termo utilizado	Forma de apresentação
São Paulo - Lei Estadual 12.780, de 30 de novembro de 2007		
Artigo 7º - inciso II; Artigo 22 - inciso II	Educomunicação	Apresentada como estratégia para os meios de comunicação e como instrumento para implementação das políticas estadual e municipais de educação ambiental não formal
Espírito Santo - Lei Estadual 9.265, de 15 de julho de 2009		
Artigo 10 - inciso XI; Capítulo VII; Artigo 21; Artigo 22	Educomunicação Ambiental	Apresentada como parte integrante do Programa Estadual de Educação Ambiental
Sergipe - Lei Estadual 6.882, de 08 de abril de 2010		
Artigo 10 - inciso VII	Educomunicação	Apresentada como diretriz para a produção de material educativo na educação ambiental formal
Bahia - Lei Estadual 12.056, de 07 de janeiro de 2011		
Artigo 10 - inciso III; Capítulo VI; Artigo 21; Artigo 22	Educomunicação Socioambiental	Apresentada como área temática do Programa Estadual de Educação Ambiental
Paraná - Lei Estadual 17.505, 11 de janeiro de 2013		
Artigo 10 - inciso VII	Educomunicação Socioambiental	Apresentada como linha de atuação do Programa Estadual de Educação Ambiental
Alagoas - Lei Estadual 7.804, 17 de junho de 2016		
Artigo 10 - §2º - inciso VI; Capítulo VI; Artigo 26; Artigo 27; Artigo 28	Educomunicação Ambiental	Apresentada como área temática do Plano Estadual de Educação Ambiental

Quadro 3 - Educomunicação nas políticas estaduais de educação ambiental

Fonte: Alves, 2017, p. 64.

Percebe-se que há uma leve variação entre os termos utilizados, porém sem uma tendência aparente. Nesse sentido, a distinção registrada parece indicar não haver, ainda, uma homogeneidade sobre a utilização de uma terminologia única para descrever a relação entre a educomunicação e a educação ambiental; fato, porém, que embora tenha sido aqui destacado carece de uma melhor análise, visto que não pode ser sugerido como uma inconsistência.

Observando as perspectivas apresentadas para a educomunicação também encontramos distinção. De um lado, alguns apontando para diretrizes ou instrumentos específicos voltados exclusivamente ao ensino formal ou não formal ou aos meios de comunicação e, de outro lado, a educomunicação apontada como linha ou área temática dos Programas ou Planos Estaduais de Educação Ambiental. Essa última perspectiva parece se destacar, visto que quatro das seis políticas analisadas apontam essa característica, o que nos permite registrar que a ideia de criação de uma política de comunicação sob a perspectiva da educomunicação e integrada aos Programas de Educação Ambiental vem sendo consolidada nos estados brasileiros.

Pondera-se ainda que três estados dedicam no texto de sua política um capítulo exclusivo que aborda a educomunicação, apresentando sua definição e objetivos, são estes: Espírito Santo, Bahia e Alagoas.

Nas definições de educomunicação apresentadas nas três leis verifica-se certa aproximação, com pouca ou quase nenhuma alteração de

conteúdo. Estas tomam como base princípios e conceitos voltados à: utilização de práticas comprometidas com a ética da sustentabilidade; participação; articulação entre setores e saberes; democratização dos meios de comunicação.

Em relação aos objetivos elencados para a educomunicação, identifica-se grande aproximação, sendo a maioria dos incisos comuns a todos os textos, com pequenas variações ou particularidades. Estes envolvem desde o apoio à redes de educação e comunicação ambiental ou à criação de núcleos de educomunicação até a formação de educadores socioambientais, destacando-se ainda objetivos voltados à democratização das informações socioambientais e à promoção e produção de campanhas educativas, bem como apoio e incentivo às experiências locais e regionais de educomunicação e à contribuição para a elaboração de planos de comunicação em projetos e programas socioambientais.

Os aspectos destacados nos permitem identificar preocupação dos estados na criação de ações estratégicas que apoiem, incentivem e viabilizem a integração da perspectiva educativa aos seus programas de educação ambiental e, conseqüentemente, à implementação de suas políticas de educação ambiental. Nessa direção, podemos perceber, em certa medida, o fortalecimento da inter-relação educomunicação e educação ambiental nos estados brasileiros.

Relações entre educomunicação e educação ambiental nas teses e dissertações brasileiras

O desafio de mapear e discutir a produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento é característica de pesquisas conhecidas como “estado da arte” ou “estado do conhecimento” (FERREIRA, 2002). A utilização de resumos de trabalhos para organização da produção de uma certa área do conhecimento nesse tipo de pesquisa, de acordo com Ferreira (2002), envolve dois momentos: 1) quantificação e identificação de dados que auxiliem ao mapeamento da produção em um determinado período, local e área; 2) a possibilidade de identificar aproximações ou distanciamentos entre os trabalhos, bem como tendências e ênfases que orientem a descrição de uma possível história sobre uma área do conhecimento. Embora a autora reconheça posições diversas sobre a utilização de resumos e suas limitações, busca apontar para a necessidade de reconhecê-los como um gênero discursivo e, nesse sentido, considera que esses devem ser lidos pelos elementos que os constituem e à finalidade específica a que se propõem, não devendo ser confundidos com o todo do que é enunciado nos trabalhos (FERREIRA, 2002).

Na proposta dessa pesquisa, boa parte das análises foram realizadas com base na leitura dos resumos dos trabalhos selecionados para compor o corpus documental, tendo em algum aspecto ou outro buscado analisar parcialmente os trabalhos completos.

As análises contemplam os dois momentos apontados por Ferreira (2002), trazendo: 1) um panorama geral sobre a educomunicação nas teses e dissertações brasileiras e, posteriormente, uma perspectiva sobre a relação entre a educomunicação e a educação ambiental nos trabalhos selecionados e; 2) identificação de possíveis aproximações ou distanciamentos entre as pesquisas que compõem o corpus documental, as tendências e ênfases que nos orientem a observar as relações entre a educomunicação e a educação ambiental na produção acadêmica brasileira.

É mister esclarecer que a análise realizada não tem a intenção de descrever ou explicitar as metodologias ou mesmo os objetos específicos das pesquisas selecionadas, mas buscam mapear a forma de apresentação e apreensão dos conceitos da educomunicação na tentativa de elucidar possíveis contribuições da Educomunicação na interface com a Educação Ambiental.

Educomunicação nas teses e dissertações brasileiras: panorama geral

Para a identificação das teses e dissertações que compõem o corpus documental da pesquisa elegemos o Banco de Teses e Dissertações da Capes, o qual é reconhecido por ser uma fonte representativa de acesso e disponibilização da produção acadêmica dos cursos de Pós-Graduação no Brasil. A busca foi realizada utilizando-se o termo “educomunica*”, com o objetivo de incorporar aos resultados além

do termo “educomunicação”, outros correlacionados à este como “educacional”, “educativo” ou “educador”.

Obteve-se como resultado inicial um total de 292 trabalhos publicados até o ano de 2016 (Gráfico 3), sendo: 47 teses de doutorado, 217 dissertações de mestrado e 28 dissertações de mestrado profissional.



Embora o total de trabalhos não represente um número expressivo se comparado a outras áreas do conhecimento, nos impressiona o crescimento da produção acadêmica relacionada à temática nos últimos 5 anos ao compararmos ao total de 97 teses e dissertações encontradas por Pinheiro (2013), no estudo realizado em sua tese de doutorado, que levantou trabalhos publicados até o ano de 2011.

De acordo com Pinheiro (2013), há expressivo crescimento de publicações a partir dos anos 2000, o que parece

Gráfico 3 - Número de trabalhos publicados por ano.

Fonte: Alves, 2017, p.70.

se consolidar como uma tendência ao observarmos que esse crescimento vem se acentuando no período dos últimos cinco anos, apresentando crescimento de mais de 200%, confirmando as afirmações da autora sobre o fortalecimento do campo e das discussões sobre a Educomunicação no âmbito dos Programas de Pós-Graduação brasileiros.

Ainda no universo de estudo apresentado por Pinheiro (2013), as dissertações de mestrado representam o maior percentual da produção acadêmica, o que também se confirma no período aqui analisado, no qual identificamos 74% dissertações de mestrado publicadas.

Contudo, é interessante observarmos que há, nos últimos anos, o surgimento de trabalhos de programas de mestrado profissional, que já representam 10% do total, e um salto significativo no número de teses de doutorado publicadas a partir do ano de 2014, embora essas ainda representem 16% do total.

A maioria da produção acadêmica, assim como já identificado por Pinheiro (2013) está concentrada em Programas de Pós-Graduação das áreas de Comunicação ou Educação. Atualmente, ambas identificadas com o mesmo percentual de trabalhos, cerca de 43% do total (Gráfico 4).

A terceira área que aparece como destaque está associada às Ciências Ambientais, com 5% dos trabalhos. Apesar do percentual não ser tão representativo, ao compararmos o total de trabalhos relacionados a essa área com as demais identificadas, tendemos a afirmar sua importância ao

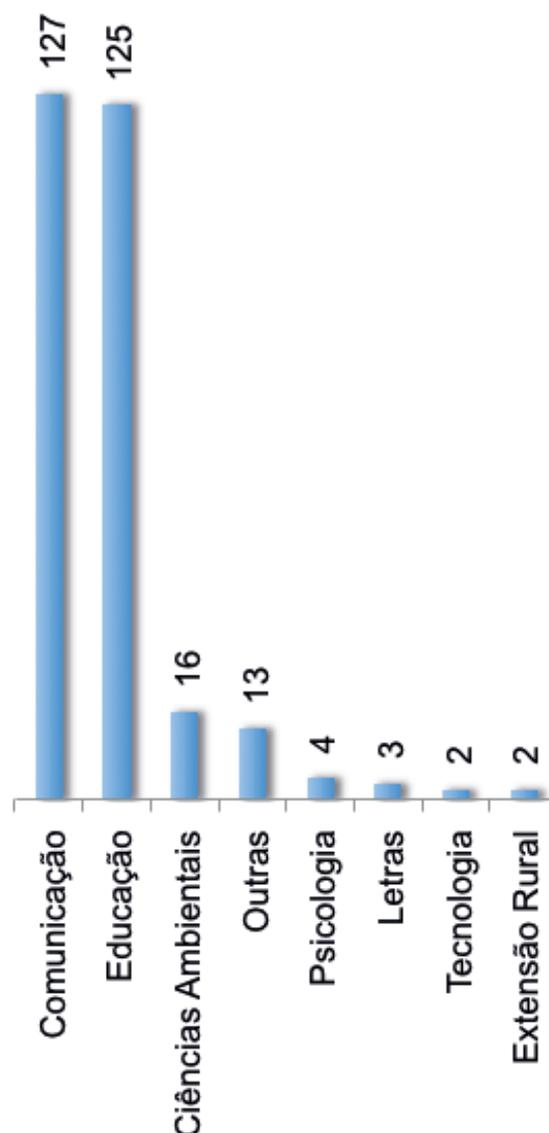


Gráfico 4 - Número de trabalhos por área
Fonte: Alves, 2017, p. 71.

destacar que a inter-relação entre a Educomunicação e o campo Ambiental parece se acentuar e configurar como uma possível tendência na produção acadêmica brasileira, o que nos permite fortalecer as justificativas em que baseiam o objeto de estudo de nossa pesquisa.

Em relação à distribuição geográfica, identificamos que a produção acadêmica sobre educomunicação está presente em Programas de Pós-Graduação de Instituições de Ensino localizadas em todas as regiões brasileiras, porém ainda com acentuada concentração na região Sudeste (53%), bem como com baixo índice na região Norte, com apenas 2% do total (Gráfico 5).

Teses e dissertações que abordam a inter-relação Educomunicação e Educação Ambiental

Do material resultante da pesquisa, fez-se um refinamento para identificar as teses e dissertações relacionadas ao objeto de estudo, restringindo-se a seleção aos trabalhos que continham palavras ou expressões relacionadas ao campo da Educação Ambiental, obtendo-se como resultado um total de 50 teses e dissertações. Destas, foram encontrados 39 trabalhos completos, resumos e palavras-chave por meio de buscas no Banco de Teses e Dissertações da Capes e em repositórios de Instituições de Ensino Superior.

Por fim, para a definição do corpus documental da pesquisa, foi realizada busca textual simples nos trabalhos completos para identificação da presença do termo "educomunicação", tendo como resultado final 30

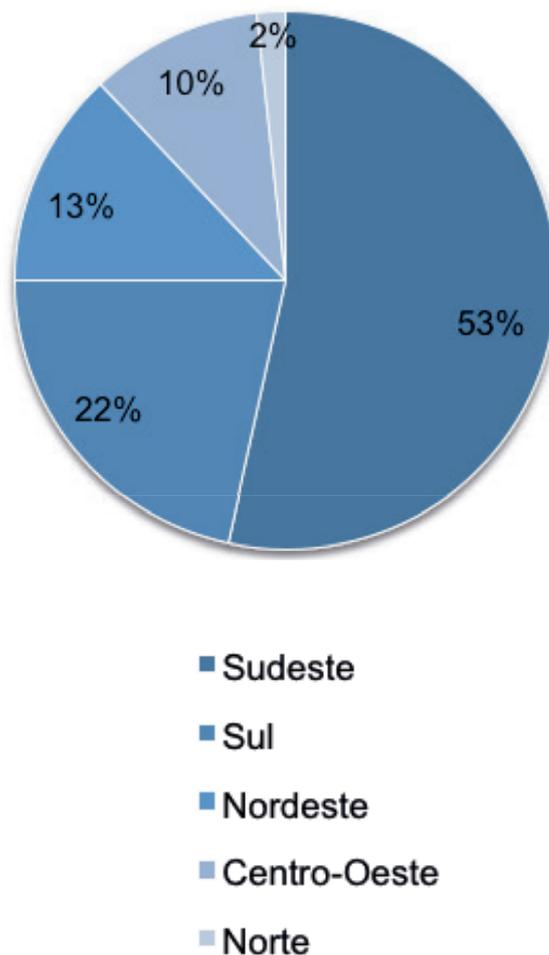
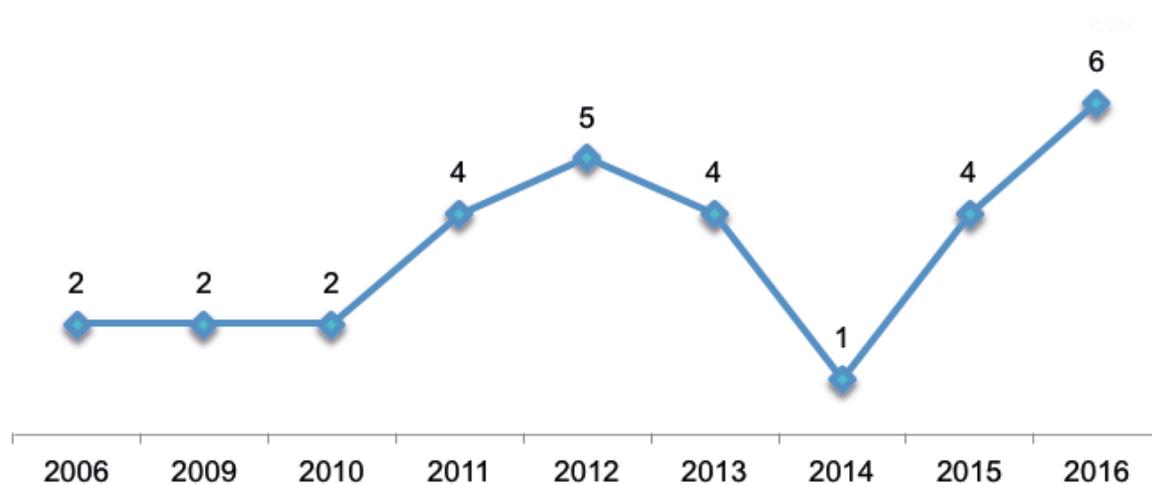


Gráfico 5 - Distribuição dos trabalhos por região

Fonte: Alves, 2017, p. 72.

trabalhos⁵² selecionados, os quais representam 10% do total, sendo: 4 teses de doutorado, 22 dissertações de mestrado e 4 dissertações de mestrado profissional.

Observa-se que esses trabalhos foram publicados entre os anos de 2006 e 2016, em 20 Instituições de Ensino Superior e em 21 programas distintos, tendo crescimento entre os anos de 2011 e 2013 e, posteriormente, entre os anos de 2015 e 2016 (Gráfico 6).



Os trabalhos estão concentrados, em sua maioria, em áreas relacionadas às Ciências Ambientais (40%), Educação (33%) e Comunicação (20%), conforme Gráfico 7; o que nos parece indicar, como já apontado no panorama geral, que há um movimento de forte aproximação do campo Ambiental à Educomunicação, o qual entendemos que precisa ser melhor explorado na tentativa de se compreender as relações que se estabelecem entre esses, assim como, as formas e características presentes nesse contexto.

Gráfico 6 - Número de teses e dissertações por ano.

Fonte: Alves, 2017, p. 73.

Em relação à distribuição geográfica, as teses e dissertações selecionadas foram desenvolvidas em Programas de Pós-graduação de Instituições localizadas no Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste (Gráfico 8). Os percentuais indicados, com exceção à região Norte (não representada no recorte), indicam semelhança de concentração ao panorama geral, novamente com destaque para o elevado percentual de trabalhos na região Sudeste, com 44% do total das produções.

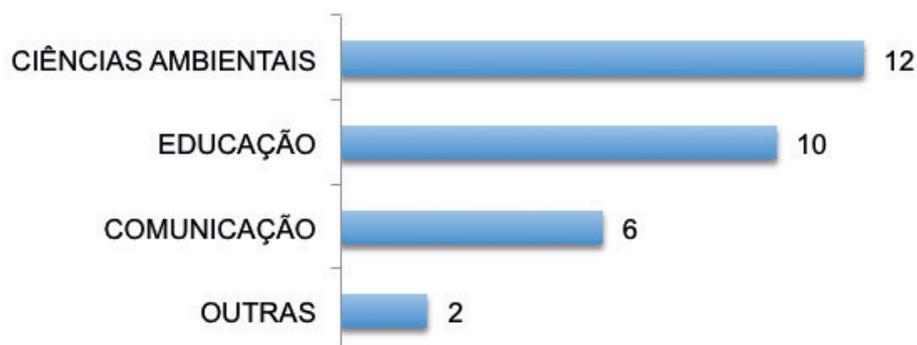


Gráfico 7 - Número de teses e dissertações por área.

Fonte: Alves, 2017, p. 73.

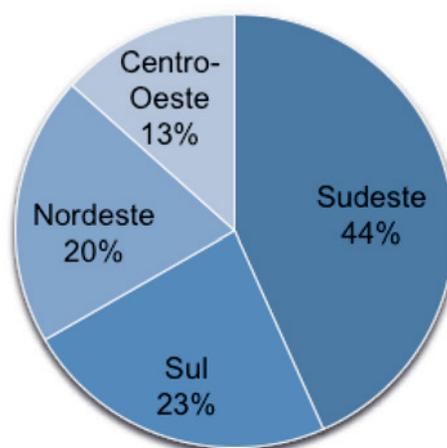


Gráfico 8 - Distribuição das teses e dissertações por regiões brasileiras

Fonte: Alves, 2017, p. 74.

Aprofundando um pouco mais a análise e visando caracterizar a produção acadêmica com o intuito de especificar o foco temático ambiental abordado como objeto de investigação e estudo, buscamos, em análise aos resumos, apontar algumas categorias, identificando que: 12 trabalhos (40%) estão relacionados à Educação Ambiental (EA) no ensino formal, seja em escolas de nível fundamental, médio ou profissionalizante, ou no ensino superior; 6 (20%) abordam a Comunicação Ambiental e 5 trabalhos (17%) se relacionam à Gestão Ambiental, tratando da gestão de recursos hídricos ou da gestão de unidades de conservação e; apenas um trabalho (3%) foca-se na abordagem de Políticas Públicas de Educação Ambiental (Gráfico 9).

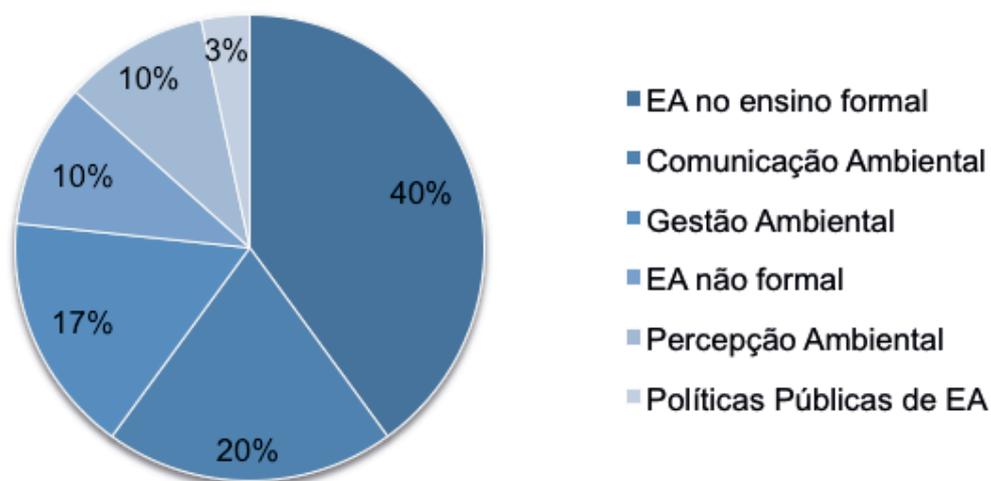


Gráfico 9 - Foco temático ambiental das teses e dissertações

Fonte: Alves, 2017, p. 74.

Ao abordar as temáticas ambientais, buscamos, em análise parcial dos trabalhos completos, identificar as políticas públicas de educação ambiental citadas pelos pesquisadores, em especial ao tratar de sua relação com a educomunicação. Como resultado desse levantamento, constatamos que o Programa de Educomunicação Socioambiental é o documento mais citado, tendo sido apontado em 20 dos trabalhos analisados. Além desse documento, verificamos grande número de referências ao ProNEA, que aparece em 13 trabalhos; e à PNEA, citada em 10 trabalhos. Identificamos, ainda, que o Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas é apontado em 5 trabalhos, a ENCEA, em 3; e o PEEAF, a Resolução CNE nº 2 e a Resolução CONAMA nº 422 aparecem citados em apenas um trabalho cada. Outras políticas de educação ambiental, como Coletivos Educadores (1) e Projeto Salas Verdes (1) também aparecem nas teses e dissertações, porém identificamos ausência de qualquer referência às políticas de educação ambiental em um número significativo de 8 dos trabalhos analisados, que representam 27% do total.

Em relação à abordagem específica da educomunicação, identificamos que 57% dos trabalhos que compõem o corpus documental apresentam o termo “educomunicação” ou termos associados em seu título e 70% nas palavras-chave.

Observando, ainda, parcialmente os trabalhos completos, constatamos que a maior parte das teses e dissertações selecionadas, 93%, apresenta seções que buscam abordar teoricamente os

princípios, conceitos e fundamentos da Educomunicação, o que parece nos indicar preocupação com seu fortalecimento teórico e epistemológico.

Dentre os termos utilizados pelos autores nos trabalhos, observamos a presença de três: “educomunicação”, “educomunicação socioambiental” e “educomunicação ambiental”; sendo que 12 trabalhos citam os termos “educomunicação” e “educomunicação socioambiental”; 9 trabalhos utilizam apenas o termo “educomunicação”; 7 trabalhos citam os três termos e 2 trabalhos citam os termos “educomunicação” e “educomunicação ambiental”.

Resgatando, ainda, as áreas de intervenção da educomunicação, mapeadas como potenciais para materialização da inter-relação Comunicação e Educação (SOARES, 2014; ALMEIDA, 2006), e sistematizadas de maneira didática a partir de uma possível interpretação de seu foco principal (Quadro 4), buscamos, por meio da leitura dos resumos das teses e dissertações que compõem nosso corpus documental, identificar o foco principal de intervenção apresentado (Gráfico 10).

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	FOCO PRINCIPAL
Educação para a comunicação	Capacitar os participantes para a prática da comunicação dialógica, usando – ou não – as tecnologias
Pedagogia da comunicação	Usar recursos da comunicação para facilitar a construção de conhecimento
Gestão da comunicação	Implantar e otimizar fluxos de comunicação em ecossistemas comunicativos
Produção midiática educativa	Produzir conteúdo midiático com intencionalidade educativa
Mediação tecnológica na educação	Promover processo educativo mediado por tecnologias
Expressão comunicativa por meio da Arte	Dialogar, usando a criação e as linguagens artísticas
Epistemologia da Educomunicação	Estudar a Educomunicação

Quadro 4 - Foco principal das áreas de intervenção educacionais

Fonte: Alves, 2017, p. 27.

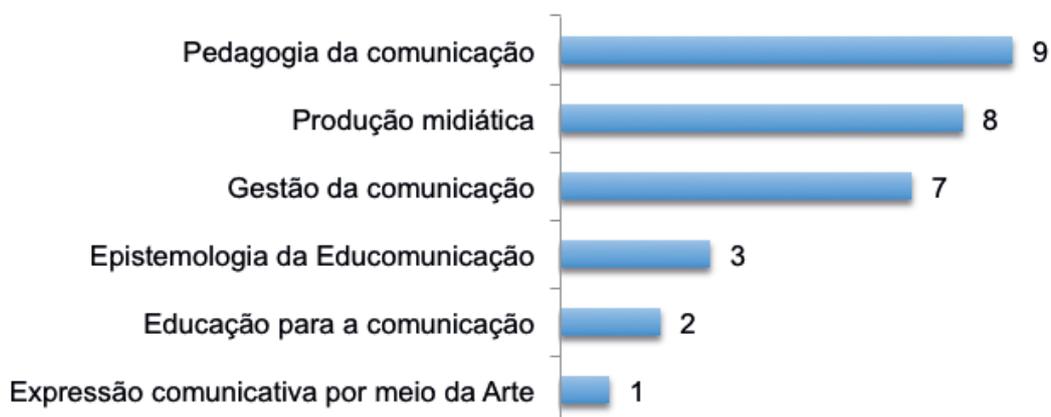


Gráfico 10 - Número de teses e dissertações por áreas de intervenção da educomunicação

Fonte: Alves, 2017, p. 76.

É importante ressaltar, no entanto, que nossa intenção não foi delimitar apenas uma área de intervenção às estratégias educacionais expostas em cada um dos trabalhos, porém reconhecer, em nossa interpretação ao texto dos resumos, àquela que se sobressai às demais áreas ou a qual é dada maior ênfase, considerando, ainda, ser pouco provável o desenvolvimento de apenas uma única área de intervenção nas práticas ligadas à educação (SOARES, 1999; PINHEIRO, 2013; ALMEIDA, 2016).

Como síntese da análise, apresentamos no Quadro 5, uma possível interpretação sobre as relações das áreas de intervenção com o foco temático ambiental das pesquisas analisadas e das perspectivas e contribuições da educação à educação ambiental.

Quadro 5 - Áreas de intervenção da educação, tema ambiental e contribuições da educação à educação ambiental

Fonte: Alves, 2017, p. 88.

Área de intervenção da educação*	Foco temático ambiental	Contribuições da educação à educação ambiental
Pedagogia da comunicação (9)	EA no ensino formal; EA não formal; Percepção ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • compreensão sobre as relações socioambientais • formação de cidadãos críticos e atuantes • participação • desenvolvimento de princípios da educação ambiental crítica
Produção midiática educativa (8)	Comunicação ambiental; EA no ensino formal	<ul style="list-style-type: none"> • potencialização da conscientização ambiental • difusão de conhecimentos sobre temas ambientais • democratização da comunicação
Gestão da comunicação (7)	Gestão Ambiental; Comunicação Ambiental; EA no ensino formal	<ul style="list-style-type: none"> • democratização da comunicação • emancipação • empoderamento • mobilização • participação
Epistemologia da Educação (3)	EA no ensino formal; Políticas Públicas de EA	<ul style="list-style-type: none"> • empoderamento • protagonismo • emancipação • participação
Educação para a comunicação (2)	Percepção Ambiental e EA no ensino formal	<ul style="list-style-type: none"> • aproximação da mídia, tendo em vista sua importância como instrumento de educação e sua capacidade potencial de expressar demandas sociais
Expressão comunicativa por meio da Arte (1)	Comunicação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • criação de um ambiente comunicativo

* Entre parênteses, identifica-se o número de trabalhos analisados e correspondente a cada uma das áreas de intervenção.

A partir dos cenários desenhados até aqui, podemos reconhecer que há um caminho fecundo na inter-relação da Educomunicação e da Educação Ambiental, o qual entendemos que precisa ser melhor explorado em pesquisas acadêmicas, bem como em sua aplicação prática.

De antemão, no entanto, mesmo reconhecendo os limites de nossa pesquisa, o que podemos apontar é que a interface entre a Educomunicação e a Educação Ambiental parece estar se constituindo, tanto nas políticas públicas como na produção acadêmica, alicerçada na valorização dos princípios e conceitos do paradigma da Educomunicação e em suas contribuições ao desenvolvimento da Educação Ambiental de caráter crítico, emancipador e transformador, possibilitando o fortalecimento tanto das práticas educacionais como das práticas de educação ambiental, em diferentes cenários, espaços e setores sociais.

Considerações finais

O percurso realizado nesta pesquisa nos leva à aproximação com as concepções atreladas às áreas da Educomunicação e da Educação Ambiental e de sua indissociável relação com o campo da Educação.

Nesse ideário, nos debruçamos a observar pontos que interligam a educomunicação e a educação ambiental, buscando identificar, a partir da análise de políticas públicas de educação ambiental e de teses e dissertações que abordam ambas áreas, perspectivas que nos auxiliem a orientar um fazer educativo que contribua para a

superação dos desafios colocados no meio social.

Na história que se constrói pelos documentos analisados, podemos confirmar que a interface entre as áreas de atuação vem se consolidando ao longo dos últimos anos, em especial a partir do início dos anos 2000, com a criação de políticas de educação ambiental que reforçam essa ótica e pelo esforço, na produção científica, de mapear as trilhas que orientam esse fazer educativo: educacional e ambiental. Apontando para contribuições relevantes na interseção dessas áreas de atuação na solidificação de estratégias pedagógicas e metodológicas que valorizem o diálogo e a participação e contribuam para a compreensão da realidade e, nesse sentido, para a possibilidade de sua transformação.

Embora os caminhos que vimos desenhando ao longo do trabalho nos apresentem perspectivas positivas na interface entre as áreas, é mister apontar a necessidade de aprofundamento de estudos sobre a temática, tendo em vista que tanto a educomunicação como a educação ambiental, sob a ótica da construção de um processo educativo democrático e de caráter crítico, requerem atenção em sua práxis. Nesse sentido, a observação e análise das formas como se manifesta essa inter-relação no fazer e na prática social devem ser exploradas, a fim de criar possibilidades para sua aplicação à uma educação que busque transformar as relações que orientam a construção das diversas realidades brasileiras.

Nos limites a que está restrita essa pesquisa, as contribuições deste

trabalho têm como intenção abrir a possibilidade de diálogo com as discussões que permeiam as áreas de atuação colocadas como objeto de investigação, na intenção de fortalecer e consolidar uma perspectiva possível para o enfrentamento dos desafios sociais e, sobretudo, dos desafios impostos à própria educação. Idealizando o desenvolvimento de uma formação humana capaz de criar condições para problematizar as relações que envolvem a sociedade, a comunicação, a educação, e o meio ambiente em busca da transformação de nossas concepções, compreensões, de nossas práticas e interações, a fim de possibilitar a construção de uma sociedade socialmente justa, economicamente viável e ambientalmente equilibrada!

Referências

- ALMEIDA, L. B. C. Projetos de intervenção em educomunicação. Campina Grande, PB, v. 1.6, 2016.
- ALVES, B. T. Interfaces entre Educomunicação e Educação Ambiental: caminhos desenhados a partir de políticas públicas e de teses e dissertações brasileiras. 2017. 119 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educomunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. MMA. MEC. Programa Nacional de Educação Ambiental. 3a ed. Brasília, 2005.
- BRASIL. MMA. MEC. Programa Nacional de Educação Ambiental. 4a ed. Brasília, 2014.
- BRASIL. MMA. MEC. Programa de Educomunicação Socioambiental. Brasília, 2005.
- BRASIL. MMA. Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação. COSTA, Francisco de Assis Morais da (Org.). Brasília: MMA, 2008.
- BRASIL. MMA. ICMBio. Diretrizes para a Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação. Brasília: MMA-ICMBio, 2011.
- BRASIL. MMA. Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar: Caderno conceitual do PEAAF. Brasília: MMA, 2015.
- DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais. 2a ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1989.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.
- FREIRE, P. Extensão ou Comunicação? 15a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011a. _____ . Pedagogia do Oprimido. 50a ed. rev. e atual. São Paulo, Paz e Terra, 2011b.

KAPLÚN, M. Una Pedagogía de la Comunicación. Madrid: La Torre, 1998.

LEFF, E. Epistemologia ambiental. 5a ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, G. F. C. Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: emergência, identidades, desafios. 2005. [s.n.] Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

LOPES, G.; MELO, T.; BARBOSA, N. Passo a passo para a Conferência de Meio Ambiente na Escola + Educomunicação: escolas sustentáveis. Brasília: MEC, Secadi; MMA, Saic, 2012.

LOUREIRO, C. F. B. Trajetória e fundamentos da educação ambiental. São Paulo: Cortez, 2004a.
_____. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004b. p. 65-84.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTÍN-BARBERO, J. A comunicação na educação. São Paulo: Contexto, 2014.

MELLO, S. S.; TRAJBER, R. (Coord.). Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na

escola. Brasília: UNESCO, 2007.
PINHEIRO, R. M. Educomunicação nos centros de pesquisa do país: um mapeamento da produção acadêmica com ênfase à contribuição da ECA/USP na construção do campo. 2013. 224 fl. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Departamento de Comunicações e Artes – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTANA, L. C. Educação Ambiental: de sua necessidade e possibilidades. In: International Workshop on Project Based, 2005, Guaratinguetá. PBLTech 2005 - International Workshop on Project Based. Learning and New Technologies, 2005.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 41a ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, D.; DUARTE, N. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. Revista Brasileira de Educação, v. 15, n. 45, p. 422-433, set./dez. 2010.

SEVERINO, A. J. Filosofia da Educação: construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1994.

SOARES, I. O. Comunicação/ Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. Contato, Brasília, v. 1, n. 2, p. 19-74, jan./mar. 1999.
_____. Educomunicação – o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

SORRENTINO, M.; TRAJBER, R.;
MENDONÇA, P.; FERRARO JUNIOR, L.
A. Educação ambiental como política
pública. Educação e Pesquisa, São
Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago.
2005.

NOTAS

Capítulo 5

50 Trabalho de Conclusão de Curso concluído em 2017, com o título “Interfaces entre Educomunicação e Educação Ambiental: caminhos desenhados a partir de políticas públicas e de teses e dissertações brasileiras”, sob orientação do professor Dr. Claudemir Edson Viana.

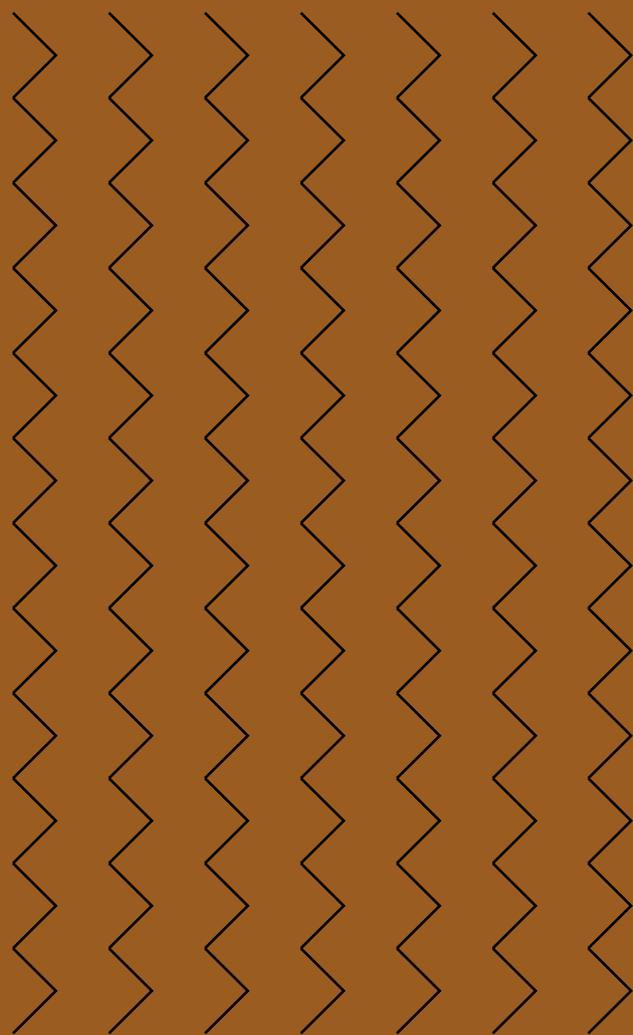
51 Ao final de 1999, publica-se os resultados dos primeiros estudos do Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) da Universidade de São Paulo (USP) que abordam a constituição do campo da Educomunicação (SOARES, 1999).

52 Alguns trabalhos apresentavam o termo “educomunicação” dentre os temas abordados no título das linhas de pesquisa, porém durante a consulta aos trabalhos completos pode-se identificar que esses não tratavam especificamente do objeto de estudo da pesquisa e, assim, foram excluídos do corpus documental.

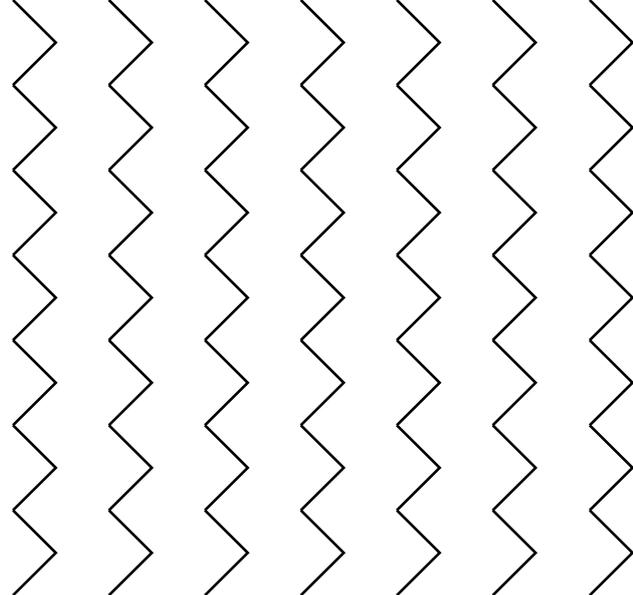
Circuito Tela Verde - Entrevistas Narrativas sobre o percurso do projeto 2007-2019

Rachel Hidalgo
José Vicente de Freitas

06.



Introdução



“Questões sobre sociedade, política, poluição, conservação da natureza, entre outras, são misturadas e montadas coletivamente em forma de artesanato digital”⁵³. Assim descreveu o Circuito Tela Verde - Mostra Nacional de Produção Audiovisual, o Prof. Dr. Rafael Nogueira Costa.

Costa tem envolvimento com o Circuito Tela Verde desde sua época como professor de biologia da rede pública, em uma escola experimental de pescadores/as em Macaé⁵⁴, enquanto residia na cidade vizinha, Rio das Ostras, no Estado do Rio de Janeiro. Na época, ele não imaginava que estava participando daquilo que viria ser a primeira edição de uma mostra de vídeos socioambientais do Ministério do Meio Ambiente com alcance de 9 mil espaços exibidores em todo o Brasil até o ano de 2018 (GUIA DE MOSTRAS, 2018).

Para conhecermos o projeto de outra perspectiva, vamos explorar um pouco da experiência que o originou a partir da lembrança do professor. Em seguida, serão apresentadas informações sobre a sua execução, além de alguns resultados disponíveis por meio de uma pesquisa finalizada em fevereiro de 2019⁵⁵.

A cidade de Rio das Ostras faz parte das Baixadas Litorâneas do Rio de Janeiro, ao norte do Estado, com uma distância de, aproximadamente, duas horas da capital. Esse local, como outros dez municípios cariocas, seria afetado pelas atividades da empresa exploradora de petróleo Devon Energy do Brasil que, como medida compensatória pela interferência na região, patrocinou um Projeto de Educação Ambiental- PEA exigido pelo Ibama⁵⁶. Tal medida está, desde o final dos anos 90, em consonância com a Política Nacional de Educação Ambiental

- PNEA (1999), que aponta os PEAs como maneiras de controlar a atuação da exploração junto às populações afetadas pelos impactos ambientais produzidos (WALTER; ANELLO, 2012).

A responsável pela condução do projeto foi a empresa de consultoria Abaeté Estudos Socioambientais que desenvolveu a Oficina de Cinema Ambiental HumanoMar⁵⁷ com a participação de antropólogos/as, cineclubistas e outros/as especialistas de imagem e som. O objetivo era a criação de filmes documentários realizados com, e não somente sobre, as populações afetadas que abordassem as questões socioambientais causadas pela indústria petrolífera. Ainda que benéfico em alguma instância, ações como essa são vistas também como controversas, já que são feitas sob a égide da própria empresa exploradora - algo que pode inibir as críticas relacionadas às temáticas dos filmes.

Os elementos que contribuem para a contradição relacionada ao investimento nas cidades que abrigam empresas petrolíferas, por meio de royalties, e os impactos ambientais produzidos com a atividade econômica, estão relacionados com a concepção de "riqueza" e "progresso" fixadas na narrativa hegemônica, com vistas a beneficiar somente uma pequena parcela da população, enquanto aos grupos sociais mais vulneráveis são destinados todo o rastro (de riscos ambientais, degradação, poluição e outros) deixado por elas no caminho (ACSELRAD, 2013).

Essa foi, justamente, a primeira questão que chamou a atenção de Costa:

A gente que mora nessas cidades com esse tipo de movimentação econômica fica muito preocupado, o que é isso que chega no município fazendo a maior divulgação? O que está por trás? Então, no primeiro momento, eu fui mais para tentar entender. Eles estavam oferecendo uma proposta de cinema ambiental e eu me interessei porque já desenvolvia esse tipo de trabalho, mas era um grupo com uma lógica de empresa de petróleo.

O projeto contava com 40 vagas na cidade por meio da Secretaria de Cultura e muitas pessoas que esperavam se tornar ator/atriz de televisão e/ou produtor/a de cinema se inscreveram, ao lado de educadores/as e outros/as interessados/as no processo de aprendizagem junto às comunidades locais; agentes vinculados/as à pesca; turismo; atuação em atividades culturais e sociais; e defesa do meio ambiente. "Era realmente uma coisa nova, no interior a gente não tem muita opção cultural, não é como no Rio de Janeiro, cidade grande, então quando tem alguma coisa, vai todo mundo". E a mesma dinâmica ocorreria, mais adiante, com outras nove cidades litorâneas⁵⁸ completando cerca de 400 participantes do PEA ao todo.

A dinâmica de Rio das Ostras foi replicada, salvo pelas especificidades de cada local, nos outros municípios. Primeiramente, foram cinco encontros em que as pessoas divididas em grupos sugeriram temas e desenvolveram argumentos para os filmes. A próxima fase eram as saídas de campo para as gravações, por mais cinco

dias, munidos/as de câmera e equipamentos de áudio, os/as participantes captaram imagens e realizaram entrevistas. A última etapa era para as montagens, que aconteciam em salas sediadas pela prefeitura, instituições escolares e outros.

Costa chama a atenção para a heterogeneidade como característica principal dos agentes sociais que participaram do processo de produção do qual fez parte. De acordo com ele, como consequência, o mesmo aconteceu na escolha dos/as entrevistados/as que protagonizaram os filmes: "Nos agradecimentos, pode-se comprovar as diferentes relações que foram estabelecidas por esta prática".

E, assim, entre os outros grupos, o seu escolheu gravar a história de um pescador que trabalhava em parceria com uma pescadora, algo que causava certo transtorno na família da mulher e também entre o/as colegas de profissão, majoritariamente, homens. O assunto é abordado na introdução do filme e depois vemos os conflitos entre o poder público e os/as pescadores/as em geral, que é a tese principal do curta metragem.

O tema foi estimulado pelo professor de biologia que já estava habituado a trabalhar com o assunto de território de pesca "excluído", por conta dos investimentos públicos direcionados para outros setores, que não os de produção, como agricultura e a pesca. E ele prosseguiu, participando de todo o processo de escolha de lugares a serem filmados, gravação, edição e outros, até concluir um documentário de aproximadamente 15 minutos intitulado "Vai Vendo".

A Petrobras eu detesto, porque ela se diz brasileira e só traz danos pra gente, só machuca a gente, só maltrata o meio ambiente, apesar do botinho cor-de-rosa, tartaruguinha e tudo. Mas na verdade é uma tremenda de uma sacana, a gente já tem ação ganha na justiça [...] quando procuram a gente é para dar um queijo envenenado achando que a gente é um rato (PESCADOR ENTREVISTADO NO CURTA "VAI VENDENDO", 2007).

O depoimento acima revela o teor do conteúdo produzido pelos grupos de Rio das Ostras, sendo que as outras produções realizadas na cidade captaram histórias sobre a diminuição do pescado, lançamento de esgoto e também as alterações que percebiam no manguezal a partir de depoimentos de moradores/as das áreas periféricas e outros/as. Na posição de produtores/as audiovisuais, os/as participantes seguiam os direcionamentos teóricos e metodológicos da apostila oferecida na oficina, que apresentava breves conteúdos sobre a teoria cinematográfica, histórico, cinema digital, modos de documentário, dicas para abordagem e entrevistas, sugestões de filmes como referência e um texto introdutório sobre meio ambiente. Na apresentação do material impresso, um estímulo para o grupo: "Durante a Oficina serão produzidos documentários sobre a realidade socioambiental de sua cidade totalmente idealizados, filmados e dirigidos por vocês" (APOSTILA, DEVON, 2007).

Apesar do trabalho desenvolvido a partir de uma câmera não ser, necessariamente, uma novidade para o

professor de biologia, com a experiência em seu próprio território, visualizou uma possibilidade diferente de pesquisar como os grupos sociais estavam, realmente, compreendendo o processo de “desenvolvimento” diante da exploração de petróleo na cidade: “Quando vi o trabalho que estávamos fazendo, eu acreditei no projeto. Como era um processo novo, muita gente do público-alvo acreditou. E, por isso, todos queriam se empenhar o melhor possível”.

Costa lembra que, para ele, tratou-se de uma forma legítima da auto representação: “De afirmações dos modos de se pensar, de expressões de mundo”, em que o grupo estava livre para tomar as decisões sobre o quê filmar, o quê falar, de quê forma abordar os/as entrevistados/as selecionados/as por eles/as. Em outras palavras, a dinâmica das oficinas de produção audiovisual fizeram com que as pessoas contassem suas histórias, narrassem as histórias dos/as outros/as e pudessem, em meio ao diálogo compartilhado, mostrar um tipo de vivência e percepção que lhes eram próprias. E complementa:

Os olhares e as perspectivas de quem viu e emprestou valor ao ponto de decidir por registrar no vídeo são eternizados pelas construções das narrativas. São cortes, recortes, escolhas, enquadramentos, posicionamentos de câmera, cores, texturas, diversas nuances representadas e produzidas pelos “observadores” do ambiente.

Somente a última etapa, de montagem, era reservada à equipe executora do projeto, por necessitar de um conhecimento técnico que, pelo tempo de que dispunham na oficina, ficava a cargo dos/as especialistas. A edição é uma parte de suma importância no processo audiovisual, que define, por fim, a mensagem representada no filme. Dessa forma, ainda que com o acompanhamento de todos/as do grupo, os últimos acertos eram realizados pelos/as membros/as da firma de consultoria.

Com a finalização do material audiovisual, vinha a próxima etapa da oficina, a exibição dos documentários. Este era o momento em que os/as produtores/as, entrevistados/as e público em geral assistiam as produções em um mesmo local. Costa comenta que o microfone estava aberto ao público presente, que participou e questionou a situação das desigualdades, fruto da exploração de petróleo:

Era um projeto bem pioneiro. As exposições eram em praças públicas, todas as pessoas que participaram da construção do filme iam pra lá, as pessoas do município, o secretário de meio ambiente, do poder local, todos iam para a praça. E alguns filmes batiam mesmo, eram críticos mesmo, botavam o dedo na ferida, então tinha um potencial enorme, tinha algo de diferente que estava acontecendo.

Após a conclusão da oficina em Rio das Ostras, ele passou a se aproximar cada vez mais da equipe executora HumanoMar: assessorou as próximas atividades realizadas na cidade

vizinha, Macaé; organizou reuniões com outros/as participantes; elaborou estratégias de divulgação; e outras necessidades do grupo:

Eu queria ajudá-los em Macaé porque conhecia uns caminhos interessantes, consegui uma sala para as atividades do curso, mostrei a Escola de Pescadores, foi uma experiência de ajudar eles também. E depois eles foram indo para outros municípios, subindo cada vez mais ao norte e aí eu não pude mais ajudar, mas acredito que teria feito, se pudesse.

A fala de Costa transparece um bom trabalho realizado pela equipe executora da Oficina de Cinema Ambiental HumanoMar e um envolvimento dialógico e transformador entre equipe, público e espaço. A visualização dos filmes⁵⁹ deixa o/a espectador/a com a mesma sensação positiva de um projeto de educação ambiental com o “objetivo alcançado”.

O PEA HumanoMar cabe em um arcabouço institucional legal que contempla leis, decretos e notas técnicas. O instrumento jurídico que ampara o projeto em questão, na Bacia de Campos, foi baseado na Nota Técnica no 01 de 2010 do Ibama (Brasil, 2010) que estabelece parâmetros a serem atendidos na execução da educação ambiental, como a Lei nº 7.661 de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro; a Lei nº 10.257 de 2001 (Estatuto da Cidade), estabelecendo “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos

cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”; o Decreto no 99.274 de 1990, que regulamenta a Lei no 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente; o Decreto no 5.300 de 2004, que regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988, que “institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências”; ademais Resoluções CONAMA no 009 de 1987 e no 237 de 1997, que, respectivamente, regulamentam o papel das Audiências Públicas e o papel do licenciamento ambiental (COSTA et al, 2016).

No entanto, por mais que o universo do licenciamento ambiental do petróleo no Brasil, e a Educação Ambiental habilitada para tal, seja extenso, as atividades elaboradas para efetivação deste carece de reflexões mais aprofundadas para que haja coerência entre os/as que planejam, os/as que executam e os/as que se beneficiam da referida ação, além da necessidade de se chegar à clareza do caráter obrigatório dos PEAs “[...] que não são entendidos como um direito legal e, portanto, como uma obrigação da empresa junto à sociedade” (SERRÃO, 2012, p.230).

No caso específico do PEA HumanoMar, ainda que precursor no uso do audiovisual para discussão de questões socioambientais, Serrão (2012, p.268) avalia que os princípios permaneceram

pautados no mesmo projeto político neoliberal que é característica comum entre as empresas representantes de um setor econômico que é o mais poderoso do mundo. Assim, ainda que a sua execução tenha sido realizada de acordo com uma proposta crítica, baseada em valores democrático-participativos, a empresa patrocinadora, Devon Energy do Brasil, mais tarde, conseguiu deslocar o projeto de seu sentido público, transformando-o em ações sociais "voluntárias em prol da cidadania". Neste sentido, compartilhando o "produto" das oficinas com seus/suas clientes, parceiros/as e instituições governamentais, sem contudo informar que foi implementado como uma exigência para o licenciamento ambiental.

Neste percurso, por mais que na ocasião da execução do projeto, o público-alvo tenha se envolvido em uma perspectiva positiva e de real transformação, anos depois, nenhum problema levantado por eles/as nos filmes se tornou agenda para busca de soluções, além de manter a lógica empresarial na utilização de PEAs, incorporados em uma ação de marketing para melhorar a imagem da empresa.

Nos estudos de Serrão (2012), os PEAs implementados por empresas de petróleo e gás no Brasil foram analisados de forma cuidadosa, incluindo os realizados no âmbito da Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, em 2007. Em sua tese é possível acompanhar com mais profundidade questões que envolvem o licenciamento ambiental. Costa, que passou a pesquisar o assunto após findada a sua participação nas oficinas, aponta para reflexões

na mesma direção em que a autora: "eu entrei no projeto com uma perspectiva de questionar o que era tudo aquilo. Durante a prática, todos acreditaram muito no projeto, mas foi tudo muito intenso e rápido. Foi só uma passagem".

Uma passagem que teria deixado fortes marcas no professor. No ano seguinte, ele entrou para o mestrado em Engenharia Ambiental no Instituto Federal Fluminense - IFF, no qual desenvolveu trabalho de análise da qualidade ambiental do estuário do rio Macaé, mas não deixou de acompanhar o desenvolvimento das produções audiovisuais que eram realizadas nas outras cidades, mesmo a distância. Dois anos depois, recebeu duas notícias: o fim do projeto HumanoMar e a de que os filmes produzidos no âmbito da primeira versão das oficinas, das quais ele havia participado, comporiam a primeira edição de uma mostra organizada pelo Ministério do Meio Ambiente como linha de ação estratégica da comunicação para a Educação Ambiental.

O Departamento de Educação Ambiental, por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental e do Ministério do Meio Ambiente, já vinha trabalhando em possíveis estratégias para políticas públicas que atuassem em consonância com os princípios e objetivos da Lei no 9.795/99, que institui a PNEA, e com o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). Depois do lançamento de um programa de Educomunicação Socioambiental em 2005, com atualização em 2008, a Educomunicação tornou-se efetivamente uma linha

de ação do governo, com “o objetivo de proporcionar meios interativos e democráticos para que a sociedade possa produzir conteúdos e disseminar conhecimentos, através da comunicação ambiental voltada para a sustentabilidade” (BRASIL, MMA, 2018).

Os projetos utilizaram como texto-base o Programa de Educomunicação Socioambiental: Comunicação Popular e Educação (BRASIL, MMA, 2008). E, em 2009, uma outra estratégia estava sendo planejada utilizando a Educomunicação Socioambiental como conceito norteador. A proposta inicial era criar uma mostra em que os filmes apresentados “teriam conteúdo ecológico produzidos por cineastas profissionais, muitos deles premiados em festivais de cinema” (SERRÃO et al, 2009) com o intuito de atender à demanda de material multimídia apresentada por educadores/as ambientais. Porém, por conta de entraves com relação à liberação dos direitos autorais dos vídeos profissionais selecionados, o projeto ficou parado por dois anos.

Após tomar conhecimento de um PEA exigido pela Ibama em 2007, que tinha como resultado 30 vídeos que abordavam questões socioambientais nas cidades litorâneas do Rio de Janeiro e cujos direitos autorais já estavam liberados, o DEA, então, substituiu o conteúdo da mostra e passou a criar novas orientações para o programa. “Um projeto, aprovado pelo Ibama, com objetivo de retratar a realidade socioambiental de grupos sociais afetados pela indústria do petróleo, serviu como ponto de partida” (SERRÃO et al, 2009).

E no dia 17 de abril de 2009, no Espaço Tom Jobim do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, às 10 horas da manhã, os ministros da Cultura, Juca Ferreira, e do Meio Ambiente, Carlos Minc, realizaram uma cerimônia de lançamento:

Hoje foram lançados dois programas: o Circuito Tela Verde, de exibição de curtas metragens realizados por comunidades que têm sofrido os impactos da indústria do petróleo, e o Edital Curtas de Animação, de apoio a projetos de animação de um minuto. Com esses projetos, comunidades passam a ter mais uma oportunidade de discutir e desenvolver um olhar crítico sobre seus processos e de registrá-los em filmes a serem exibidos nas tevês e nos espaços públicos de exibição, como os cineclubes, os Cines Mais Cultura e as Salas Verdes (BLOG CIRCUITO TELA VERDE, 2009).

Assim, a primeira edição do Circuito Tela Verde - Mostra Nacional de Produção Audiovisual era divulgada - ao lado de um edital para produção de curtas de animação sobre o tema de mudanças climáticas. Dessa forma, os 30 vídeos produzidos no âmbito do processo das Oficinas de Cinema Ambiental HumanoMar, em que o professor Costa havia participado, seriam compilados em cinco DVDs e distribuídos para 250 espaços exibidores, entre Salas Verdes, Coletivos Educadores, Pontos de Cultura, cineclubes, prefeituras, escolas públicas e associações comunitárias.

Junto aos filmes, a 1ª edição do CTV oferecia um cartaz para divulgação e

identificação do espaço exibidor, além de um Manual Orientador:

O Circuito Tela Verde inaugura uma parceria inédita entre a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania ambiental, por meio do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e a Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura (MinC). O objetivo é facilitar o trabalho de educação ambiental por meio da linguagem audiovisual, com uma mostra de vídeos que traz experiências de projetos de EA, utilizando a Educomunicação como referência para as produções. Uma iniciativa que visa contribuir com o processo de construção de valores culturais comprometidos com a qualidade ambiental (MMA, MANUAL ORIENTADOR, 2009, p.1, grifo nosso).

O Manual Orientador apresenta informações com a intenção de que a sociedade civil possa ser protagonista da ação de educação ambiental; sublinha a relevância da organização de um debate após a exibição, “visando promover a reflexão e o aprofundamento dos conteúdos apresentados” (MANUAL ORIENTADOR, 2009, p.3); e traz também o endereço de um blog, pelo qual organizadores/as das mostras poderiam se comunicar com o DEA, além de acompanhar a realização do circuito em outras localidades. Atualmente, a página eletrônica está desativada, apesar de continuar online.

E logo na primeira página do material, é afirmada a adesão ao conceito

de Educomunicação: “[...] uma mostra de vídeos que traz experiências de projetos de EA, utilizando a Educomunicação como referência para as produções” (MANUAL ORIENTADOR, 2009, p.1).

Os curtas produzidos na oficina de cinema HumanoMar substituíram aqueles previstos anteriormente. Porém, ao serem distribuídos os kits, pouco se falou sobre o contexto no qual esses filmes foram produzidos e várias perguntas ficaram no ar para aqueles que participaram do projeto (BLOG CIRCUITO TELA VERDE, 2009)

Escreveu Monica Serrão, na época, uma das analistas ambientais que participavam do projeto, no blog que era o canal de comunicação entre os/as organizadores/as de mostras e o DEA. A mesma autora que, mais tarde, concluiria aprofundamento sobre o mesmo material em sua tese de doutorado. E continua:

Nos filmes, os cineastas ‘amadores’ buscam desvelar e revelar as causas dos impactos socioambientais vivenciados em seu cotidiano. Eles compreenderam o seu papel e se tornaram os olhos e a voz de seus vizinhos, da sua comunidade. O que se desenrolou ali foi de fato um processo educativo que tomou uma dimensão inimaginável (BLOG CIRCUITO TELA VERDE, 2009).

Vale atentar para o fato de que, tanto a história compartilhada pelo professor Costa sobre a sua experiência na gravação dos documentários,

quanto o depoimento da analista ambiental Mônica Serrão no blog do CTV pouco tempo depois, sobre a produção audiovisual realizada nas oficinas, demonstram a quebra no fluxo do PEA mencionado anteriormente.

Anos depois, já trabalhando na pesquisa para a sua tese de doutorado em Meio Ambiente, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, com o tema "Contribuições do audiovisual para o campo da educação ambiental: hibridismo e democracia na Capital do Petróleo" (2016) em que faz uma discussão das múltiplas narrativas da produção audiovisual no campo da Educação Ambiental, Costa acompanhou o percurso do Circuito Tela Verde, na mesma medida em que ia se apropriando sobre a relação entre educação e comunicação: "Quando eu estava estudando essas questões, eu consegui ler bastante sobre Educomunicação, fui em eventos e me aproximei do campo. É um campo interessante, está crescendo, tem uma diversidade interessante".

E ainda que a apostila da oficina HumanoMar não fizesse menção ao campo da "Educomunicação", relativamente novo naquele momento, apontava para o desenvolvimento da cidadania, da preservação do ambiente e da valorização cultural, tornando-se, assim, um material que cabe a ações educacionais (SOARES, 2002).

Os filmes do HumanoMar foram feitos com as ferramentas da Educomunicação, mas tem gente que faz Educomunicação e não fala, não sabe, né?! Mas tinham vários elementos, você via claramente essa discussão

no momento da montagem das oficinas, as discussões feitas com o público participante, a gente que escolhia as temáticas, onde ia ser filmado, todo processo era bem dialógico.

Tanto a compreensão pelo campo de intervenção social da Educomunicação, como a pesquisa mais aprofundada sobre licenciamentos ambientais foram momentos que ocorreram após as oficinas para o professor Costa. No entanto, hoje, mais de dez anos depois, ele faz uma boa avaliação do projeto HumanoMar na época, considerando fortuito o encontro com o Circuito Tela Verde:

Eu acho que uma coisa interessante é que uma aluna de Macaé, que participou de um dos filmes, fazia faculdade de biologia e depois foi fazer mestrado. E a pesquisa dela era em cima de uma experiência que ela teve com o filme, participando do HumanoMar. Ela foi estudar o Parque de Jurubatiba e a remoção de grupos que moravam na unidade de conservação, defendeu o mestrado dela em Ciências Ambientais e fez a discussão da dissertação por meio dessa produção, procurando entender essa relação através do filme. Foi a experiência de produção que inspirou ela, então esse é o resultado de um projeto. É muito bom que ele tenha chegado ao CTV.

A experiência das oficinas de produção de documentários em Rio das Ostras e as atividades de assessoria em Macaé, como acompanharmos até aqui, foram marcantes para o

pesquisador. Tanto que as duas experiências o levaram a Brasília para colaborar com o projeto e trabalhar diretamente com a equipe do Ministério do Meio Ambiente. Dessa forma, de 2015 a 2018, contribuiu em determinadas ações, além de dedicar uma parte de sua tese ao Circuito Tela Verde. Em seu texto, defendido um ano depois, Costa (2016, p. 51) descreve a dinâmica no escritório do MMA:

Todo ano é o mesmo movimento, o protocolo do prédio do Ministério de Meio Ambiente é “invadido” por filmes, um servidor leva o material direto para as salas 926/936, no nono andar, as salas do Departamento de Educação Ambiental. Nas salas, os analistas ambientais preparam uma caixa de papelão, identificam com uma caneta marcadora o número e ano do Circuito Tela Verde. A partir daí começam a armazenar as produções nesta caixa. Quando a data de envio dos filmes termina, começa o processo de organização do material. Os filmes chegam por diferentes mídias, CDs, DVDs, pen drives, acompanhados das fichas de inscrição, que trazem informações sobre a obra, os nomes dos produtores, o local onde foram produzidos, uma sinopse e as principais questões que o filme se propõe a estimular nos espectadores, no ponto de vista dos produtores.

Hoje em dia, Costa é professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordena um coletivo de pesquisa em cinema ambiental (CUCA/UFRJ), entre outras atividades relacionadas à temática socioambiental.

Para ele, o CTV é uma ação com grande relevância para o campo de Educação: “Você estimular a produção de filmes independentes, criar um espaço de exibição e depois de distribuição desses filmes, é algo poderoso”.

O Circuito Tela Verde em 2018

Com nove anos de percurso, o projeto continuava a promover a Educação como um de seus referenciais, além de incitar o campo como um de seus critérios para a seleção dos vídeos que são selecionados para a composição das mostras, ainda que não seja um critério definitivo. E a engrenagem pela qual funcionava segue as seguintes etapas:

1 - Chamada Pública: é divulgado um edital na página eletrônica⁶⁰ do Ministério do Meio Ambiente, em que se solicita o envio de filmes produzidos em todo o território brasileiro, nas diversas linguagens audiovisuais, realizados por diversos/as atores/atrizes sociais.

2- Seleção dos filmes: as produções inscritas passam por uma curadoria realizada pela equipe do CTV, seguindo critérios eliminatórios e classificatórios, como:

Critérios eliminatórios para seleção dos vídeos:

- não preenchimento do formulário de cadastramento;
- não preenchimento do formulário online de dados do vídeo;
- possuir conteúdo inadequado para qualquer faixa etária;

- possuir conteúdo ofensivo, agressivo ou que atente contra terceiros;
- o tema central do vídeo não tratar de questões socioambientais;
- vídeos com tempo superior a 60 minutos;
- vídeos com baixa qualidade de áudio e imagens, que impossibilite a análise;
- vídeos fora do formato solicitado;
- vídeos montados exclusivamente com sequência de fotos;
- vídeos com imagens não autorais, sem os devidos créditos;

Critérios classificatórios:

- impacto do vídeo (efeito de impressão);
- abordagem crítica;
- qualidade de áudio e vídeo;
- potencial do vídeo para ser aproveitado em processo de Educação Ambiental não formal, apresentando diálogo com a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA;
- o vídeo foi feito em um processo educacional;
- o vídeo possui duração de até 30 minutos;
- vídeo produzido nos últimos dois anos;
- o vídeo foi feito com algum recurso que contribua para a inclusão de público com deficiência auditiva;
- o vídeo possui legenda em outros idiomas (GUIA ORIENTADOR DE MOSTRAS, 2018, grifo nosso).

3- Chamada pública para espaço exibidores: formulário de

cadastro de instituições interessadas em exibir os filmes, seja qualquer agrupamento social, como associações comunitárias, escolas, universidades, espaços de cultura e outros.

4- Elaboração dos kits: DVDs dos filmes selecionados, guia de mostras com orientações de como organizar uma exibição e um debate, além de referenciais teóricos sobre a Política Nacional de Educação Ambiental, com princípios e fundamentos da EA; sinopses dos filmes e perguntas norteadoras para a promoção de debates pós-exibição.

5- Envio dos filmes: os filmes selecionados são encaminhados para os espaços exibidores através dos Correios.

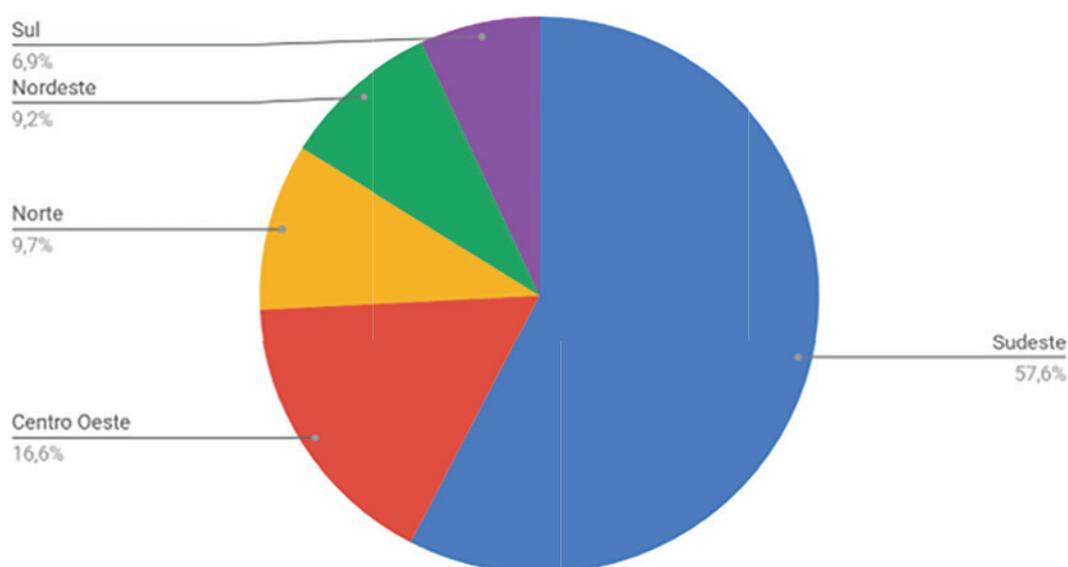
6- Realização: fase em que ocorre as mostras locais pelos espaços exibidores e debates que são estimulados por meio do guia de mostras, geralmente, na Semana do Meio Ambiente⁶¹.

7- Avaliação: as mostras são avaliadas a partir do preenchimento de formulário eletrônico por parte dos/as organizadores/as.

A sistematização acima foi elaborada com o acúmulo de experiência da mostra ao longo das edições e também por meio de elementos que surgiram com o aprofundamento teórico do campo da Educação Ambiental, além da abordagem crítica estimulada pela PNEA (1999), conforme explicou em entrevista⁶² a analista ambiental Patrícia Fernandes Barbosa, hoje, a coordenadora e mais antiga integrante do projeto em atividade.

Pode-se reparar que somente a primeira edição da mostra contou

com um “pacote” de filmes, realizados em uma mesma lógica de produção, em apenas um estado brasileiro. As edições subsequentes foram compostas a partir da abertura do edital de seleção, em que produtores/as de várias localidades do país inscreveram produções audiovisuais realizadas em diferentes contextos, como em escolas, organizações sem fins lucrativos, espaços educativos não formais, unidades de conservação e outros, salas verdes, universidades, agrupamentos comunitários, prefeituras, além de produções autorais e de agentes promotores/as de iniciativas com a temática socioambiental.



O gráfico acima foi elaborado para visualização das regiões do Brasil de onde provém os filmes selecionados pelo Circuito Tela Verde, da 2ª a 9ª mostra (2010-2018), a partir da indicação contida nas próprias produções e/ou nos guias orientadores fornecidos pelo CTV. Foram excluídos do diagrama as animações da “Mostra Curtas de Animação” - apoiados pelo edital Cine Ambiente, em parceria com os

Gráfico - Regiões dos filmes selecionados do 2º ao 9º CTV.

Fonte: elaboração própria.

ministérios de Meio Ambiente e Cultura e fazem parte da produção cinematográfica especializada; e mantidos os trabalhos da “Mostra de Vídeos Curta Ambiental”, realizado no âmbito do contexto escolar. As duas mostras paralelas, bem como a “Parceria Vila Sésamo”, são exposições de vídeos que também acabam por compor algumas edições do Circuito Tela Verde, ampliando o espectro de filmes.

Por fim, o que se pode perceber a partir do gráfico é, ainda, a intensa participação de produções oriundas da região sudeste do Brasil, no eixo Rio-São Paulo-Minas Gerais, locais em que a tradição de produção audiovisual é alimentada pela forte distribuição de filmes e onde forças complexas interagem, como a cultural, econômica e política (MASSAROLO et al, 2015). Vale ressaltar também que algumas edições comportam filmes inscritos da Índia e do Peru, alguns deles em cooperação com o Distrito Federal -DF.

Barbosa ingressou no projeto a partir da IV edição e, em 2018, além dela, faziam parte da equipe mais três servidoras, uma engenheira ambiental, uma agrônoma e uma geógrafa. De todas, somente ela tem certo vínculo com a comunicação, já que está cursando, neste momento, uma licenciatura em Educomunicação. Considerando que a equipe do CTV desenvolvia uma primeira etapa de trabalho, aquela que fornece subsídios para atividades educacionais - recolhendo materiais, selecionando conteúdos, direcionando produções audiovisuais à agentes da sociedade civil e produzindo material teórico digital - tais dados remetem à pesquisa do NCE/USP,

sobre o perfil do “Educomunicador”⁶³, que apontou a predominância do sexo feminino, à razão de 59% de mulheres para 41% de homens, que atuam na inter-relação entre comunicação e educação. Além disso, a presença de profissionais de outras áreas que encontram confluências com o campo de intervenção social.

Quando chegou ao MMA por meio de um concurso público para analista ambiental, após dez anos de trabalho como técnica de enfermagem e uma licenciatura em Ciências Biológicas, sua primeira experiência com a educação ambiental estava relacionada com a agenda de resíduos sólidos. Somente depois de uns meses passou a participar de outros processos dentro do departamento, até chegar à coordenação do CTV e, assim, ouvir falar, pela primeira vez, no conceito de Educomunicação:

Quando eu entrei no DEA, já existia essa questão das agendas que eles chamavam de educacionais, que era o CTV e as Salas Verdes, que é outro projeto do departamento. Ali, a gente já começou a ter um pouco de contato com esse conteúdo e colocou isso como um critério. Um dos critérios de seleção do Circuito é se o vídeo foi feito em um processo educacional, então, no material a gente coloca um pouco sobre o conceito de Educomunicação para tentar também orientar as pessoas que vão produzir a terem esse olhar⁶⁴.

Neste sentido, é possível encontrar textos que abordam o conceito no site do MMA, no qual, inclusive, está

também disponível para download o Programa de Educomunicação Socioambiental (BRASIL, MMA, 2008), apontado como texto-base das iniciativas. Por outro lado, no material difundido a partir dos kits do CTV, são encontrados somente informações sobre a Educação Ambiental, relacionadas aos seus princípios e fundamentos.

Independente dos esforços empenhados pelo DEA, por meio da linha de ação de comunicação para a educação ambiental, logo na segunda edição do Circuito Tela Verde é possível visualizar a seleção de filmes que não possuem caráter educutivo. E a maneira pela qual se nota a ausência desta característica é a atenta visualização de alguns vídeos que foram realizados em um contexto de divulgação de iniciativas e outros. Certamente, tal consideração ainda está em desenvolvimento, afinal, trata-se de uma limitação de pesquisa explorar o caráter educutivo de produções audiovisuais a partir do resultado final, isto é, do filme pronto, uma vez que este campo de intervenção se efetiva no processo.

Neste intento, reconhecemos que, ainda que o projeto tenha sido criado a partir da linha de ação de Educomunicação no Ministério do Meio Ambiente, há uma variação de filmes submetidos à mostra procedentes, expressamente, de processos educutivos. Sobre este dado, Barbosa explica que:

Os vídeos são avaliados por vários critérios e pontuados. Não é obrigatório que ele tenha sido feito em um processo educutivo, pois este não é um critério eliminatório. Se ele foi feito em processo

educutivo, o produtor pontua ou não pontua. Em alguns vídeos é mais fácil identificar isso, em outros não é tão claro assim. Nós reconhecemos que existem algumas iniciativas que podem ter sido feitas em processos que não são educutivos mas que trazem resultados efetivos para a realidade de algumas pessoas. A gente tenta ver potencial em vários materiais e também para recebermos outros gêneros e conhecer outras realidades.

Contudo, consideramos que a direção educutiva do projeto não se concentra em um material multimídia educutivo, mas sim no estímulo de ações que podem se tornar educutivas a partir dos subsídios oferecidos pela mostra, no momento da realização de debates sobre as questões socioambientais presentes nos vídeos. Elemento de suma importância presente em uma linha de ação do governo.

Costa, que no começo deste texto narra a sua trajetória de envolvimento com o projeto, acredita que o Circuito Tela Verde - a partir dos filmes que são incorporados ao projeto - age como um difusor de informações importantes para toda a sociedade, além de estimular que agentes sociais em diversos grupos passem a gerenciar, de forma autônoma, mostras e debates.

“Com ações desse tipo, você faz com que o olhar sobre as coisas fique o mais heterogêneo possível”. Rememorando, anuncia que os filmes produzidos no contexto do PEA HumanoMar apresentam abordagens variadas e

certamente relevantes, ainda que, em sua opinião, não se direcionem aos impactos gerados pela atividade de exploração de petróleo diretamente. Ele conta que no ano seguinte das gravações “o uso do audiovisual no diagnóstico participativo do PEA da empresa Devon Energy Brasil” foi premiado na categoria de Educação Ambiental pelo Prêmio Brasil Ambiental 2008⁶⁵. Isso, é claro, além de ir parar nas mãos dos ministros da Cultura e do Meio Ambiente, abrindo a primeira edição de uma mostra promovida pelo governo federal. Para além disso, ele reconhece que:

A produção dos filmes agitou alguns coletivos e mudou muitas coisas para as pessoas que estavam ali, na época, alguns ficaram estimulados a entender as conexões que percebiam. É o tipo de trabalho que não tem como quantificar.

Como o professor, acreditamos que trabalhos que atuam nessa mesma perspectiva ainda estão em um longo processo de desenvolvimento, realizado como ponto-chave de inúmeros projetos de mitigação do licenciamento ambiental brasileiro, mas também em escolas, universidades e outros espaços pedagógicos. Como um paradigma identificado nos movimentos sociais anti-ditadura nas Américas Latinas (HIDALGO, 2019), o interessante é que este conceito, a Educomunicação, seja desenvolvido, segundo Soares (2011, p. 44): “[...] levando em conta as potencialidades dos meios de comunicação e suas tecnologias”, permitindo diálogo entre diversos discursos. Tal

processo, deve, fundamentalmente, ser democrático, assegurar o direito à expressão e aprofundar o uso dos recursos comunicacionais na legitimação do modelo de aprendizagem.

Por isso, a extrema importância de que trabalhos que atuam nessa égide sejam realizados nas três esferas da gestão ambiental, ampliando os espaços de decisão, diálogo entre saberes e participação política. Entretanto, com a chegada de um novo governo em 2019, e a extinção de agrupamentos importantes da macropolítica brasileira, como o Departamento de Educação Ambiental - órgão gestor de projetos como o Circuito Tela Verde - até o momento, não contamos mais com a mostra para a sociedade civil. No início de 2019, todos/as os/as interessados/as que se inscreveram naquela que viria a ser a décima edição receberam um e-mail do Ministério do Meio Ambiente explicando que os “critérios de participação dos filmes seriam revistos⁶⁶”.

Ao abrir a página eletrônica⁶⁷ destinada às ações do Circuito Tela Verde no MMA, até o dia 3 de fevereiro de 2020, não há novas informações. Consta apenas um infográfico com as atividades passadas, sem qualquer menção a uma nova edição. E o percurso de nove anos de um projeto, que ainda tinha muito a evoluir nas mãos de educadores/as e outros/as envolvidos/as de diversas localidades do país, se adensa no entrave político atual - assim como outros espaços de fomento à cultura brasileira a exemplo da própria Agência Nacional do Cinema - ANCINE, a Lei Rouanet e outros canais

que já tinham sido conquistados no percurso político do país.

Referências

ACSELRAD, Henri. Desigualdade ambiental, economia e política. Astrolabio, 2013.

APOSTILA "Oficina de Cinema Ambiental – Programa de Educação Ambiental, Humano Mar", Devon, 2007.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL. PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Programa de Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação. Brasília: MMA, 2008. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/txbase_educom_20.pdf. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Política Nacional de Educação Ambiental, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL. Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1997.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SECRETARIA DE

ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL. Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 4ª ed., 2014. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80221/pronea_4edicao_web-1.pdf. Acesso em 3 de dezembro de 2018.

CONAMA, Resolução Nº. 004 de 18 DE SETEMBRO DE 1985. O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE tendo em vista o que estabelece a Lei, v. 4, 4. Disponível em: https://cetesb.sp.gov.br/licenciamento/documentos/1985_Res_CONAMA_4.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2018.

COSTA, Rafael Nogueira. Contribuições do audiovisual para o campo da educação ambiental: hibridismo e democracia na 'Capital do Petróleo', 2016. 263 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente). Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.ppgmeioambiente.uerj.br/teses/defendidas?download=277:73-contribuicoes-do-audiovisual-para-o-campo-da-educacao-ambiental-hibridismo-e-democracia-na-capital-do-petroleo&start=60>. Acesso em 10 de novembro de 2018.

Guia de Mostras da 9ª edição do Circuito Tela Verde - Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente - Departamento de Educação Ambiental, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental,

Ministério do Meio Ambiente.
Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80219/Guia_CTV_9_final_20.08.18.pdf. Acesso em 20 de novembro de 2018.

HIDALGO, Rachel. Mar à vista da Educomunicação Socioambiental: Apropriações socioambientais da zona costeira no Circuito Tela Verde (Edição de estreia) (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande - PPGA/FURG - 2019. Disponível no link: <https://www.argo.furg.br/?BDTD12291>. Acesso em 14 de dezembro de 2019.

Manual Orientador da 1ª edição do Circuito Tela Verde - Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente - Departamento de Educação Ambiental, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Ministério do Meio Ambiente.

MASSAROLO, João; MESQUITA, Dario; MARLET, Ramon. Centros de Mídia e inovação: um estudo sobre o mercado audiovisual brasileiro contemporâneo In: XIV Congresso Internacional Ibercom, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/2EIJd7o>. Acesso em 8 de dezembro de 2018.

SERRÃO, Mônica; ANELLO, Lucia. BLOG CIRCUITO TELA VERDE. 2009. Disponível em: <http://circuitotelaverde.blogspot.com>. Acesso em 10 de julho de 2017.

SERRÃO, Mônica. Remando contra a maré: o desafio da educação

ambiental crítica no licenciamento ambiental das atividades marítimas de óleo e gás no Brasil frente à nova sociabilidade da terceira via, 2012. 402 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: http://lieas.fe.ufrj.br/download/teses/TESE-MONICA_SERRAO-2012.pdf. Acesso em 8 de dezembro de 2018.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e cidadania: a construção de um campo a partir da prática social. 2002. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/6.pdf> Acesso em 20 de agosto de 2017.

VAI VENDENDO. Produção: Oficina de Cinema Ambiental HumanoMar, Abaeté Estudos Socioambientais. Rio de Janeiro: DEVON, 2007. (15'30").

WALTER, Tatiana; ANELLO, Lúcia F. S. A educação ambiental enquanto medida mitigadora e compensatória: uma reflexão sobre os conceitos intrínsecos na relação com o Licenciamento Ambiental de petróleo e gás tendo a pesca artesanal como contexto In: Ambiente e Educação, v.17, n.1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/2657/1669> Acesso em 30 de novembro de 2018.

NOTAS

Capítulo 6

53 Entrevista concedida no dia 12 de novembro de 2018, especialmente, para a dissertação “Mar à vista da Educomunicação Socioambiental: Apropriações socioambientais da zona costeira no Circuito Tela Verde (Edição de estreia) - (HIDALGO, 2019).

54 O Colégio Municipal de Pescadores de Macaé foi encerrado. Ver: COSTA, R. N; OLIVEIRA, V. A. N; LIANZA, S; PEREIRA, C. S. Quando a universidade vai à escola: a experiência em educação ambiental do Colégio Municipal de Pescadores de Macaé/RJ, 2007-2010 In: Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental – REMEA. v.31, n. 2, p.261-279, 2014.

55 Hidalgo, Rachel. “Mar à vista da Educomunicação Socioambiental: Apropriações socioambientais da zona costeira no Circuito Tela Verde (Edição de estreia) (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande - PPGEA/FURG - 2019.

56 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, criado pela Lei nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989 e vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, desenvolve atividades para a preservação e conservação do patrimônio natural, exercendo o controle e a fiscalização sobre o uso da natureza como recurso.

57 O PEA HumanoMar foi o primeiro projeto que utilizou o audiovisual como prática da educação ambiental no licenciamento de petróleo do Brasil (COSTA, 2016, p.218).

58 As cidades participantes do PEA HumanoMar foram: Arraial do Cabo, Araruama, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Armação dos Búzios, Cabo Frio, São Francisco de Itabapoana, Macaé, Niterói e São João da Barra.

59 Atualmente, o PEA HumanoMar é conhecido como Observação e os filmes realizados em 2007, bem como os que se seguiram, podem ser visto no Canal do PEA no YouTube: <https://www.youtube.com/channel/UCpuNY9D-63d3GIPU0mnbDIA/videos>.

60 Página do Ministério do Meio Ambiente: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/educocomunicacao/circuito-tela-verde>.

61 O Dia Mundial do Meio Ambiente é comemorado em 5 de junho. A data foi recomendada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia. Através do Decreto Federal 86.028, de 27 de maio de 1981, o governo brasileiro também estabeleceu que neste período em todo território nacional se promovesse a Semana Nacional do Meio Ambiente que tem por finalidade apoiar a participação da comunidade nacional na preservação do patrimônio natural do País (MMA, 2018).

62 Entrevista concedida no dia 10 de dezembro de 2018, especialmente, para a dissertação "Mar à vista da Educomunicação Socioambiental: Apropriações socioambientais da zona costeira no Circuito Tela Verde (Edição de estreia) - (HIDALGO, 2019).

63 A pesquisa realizada pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, coordenada pelo professor Dr. Ismar de Oliveira Soares foi realizada entre os anos de 1997-1998, sobre a qual apresentamos detalhes qualitativos no primeiro capítulo desta dissertação. Mais informações sobre os dados da pesquisa, ao que se refere aos números, podem ser acessados em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/140.pdf>. Acesso em 8 de dezembro de 2018.

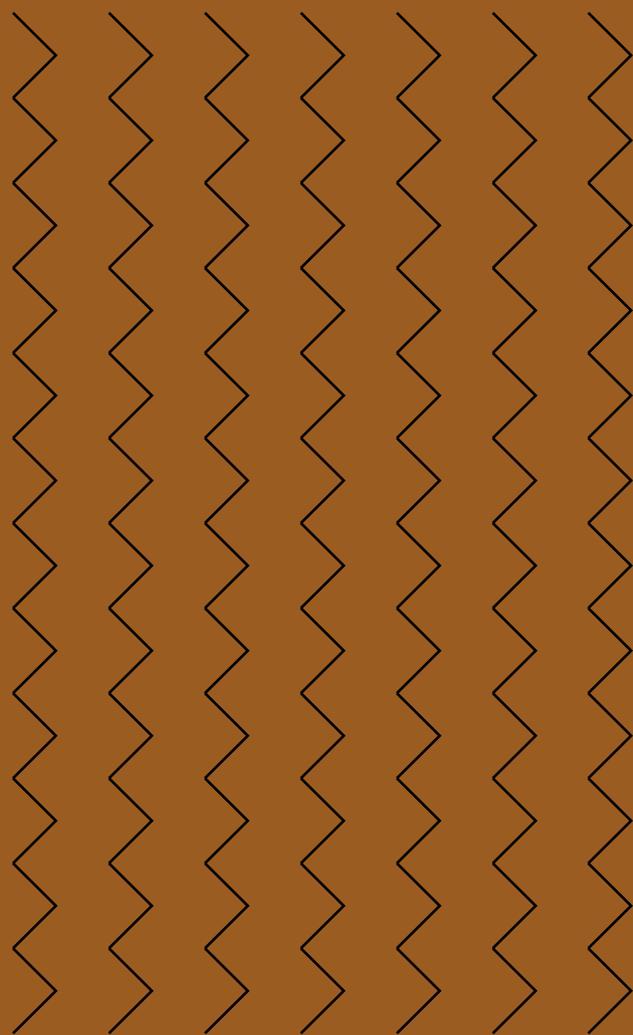
64 Entrevista concedida no dia 27 de novembro de 2018, especialmente, para esta dissertação.

65 O prêmio Brasil Ambiental foi criado por "uma das mais tradicionais entidades empresariais do País, em funcionamento desde 1916" (COSTA, 2016, p.223), chamada Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro, e tem como objetivo promover as relações bilaterais do Brasil com os Estados Unidos.

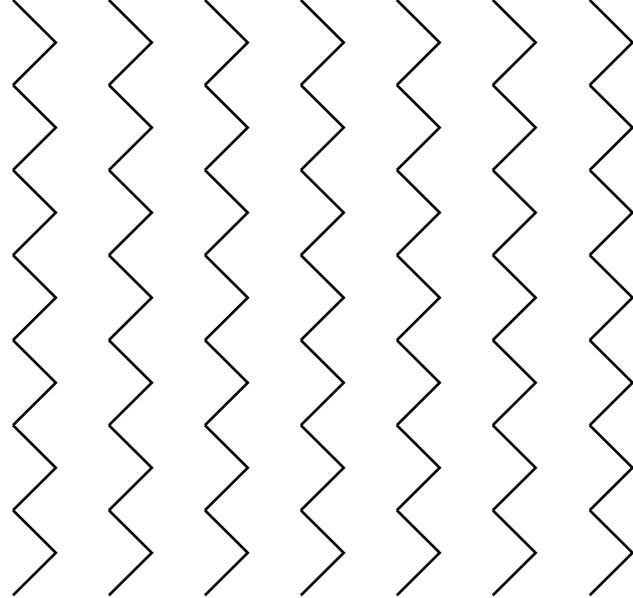
Imagens de lemanjá e uma Cosmovisão Afrobrasileira

Washington Ferreira
Eliane Renata Steuck
Beatriz Rodrigues

07.



Introdução



A pluralidade de processos do multiverso cultural afro-latino-americano é reconhecida pela aderência à identidade cultural e ecossistêmica dos respectivos grupos sociais, etnias e territórios. Dentre estes, se destacam – pelo vasto contingente social, e por seu impacto simbólico —, os cultos religiosos. Esta nova percepção converge para a sua compreensão como parte integrante e indissociável do patrimônio cultural universal:

A partir da década de 1990, os apontamentos feitos por Huizinga, Burckhardt, Marc Bloch e Pettazzoni na primeira metade do século XX, ganharam força sob uma nova roupagem, denominada pelos especialistas de História Cultural das Religiões (...). A proposta era aplicar ao estudo histórico das religiões as práticas de pesquisa que vinham sendo incorporadas aos estudos da chamada História Cultural. Conceitos como o de representação; poder simbólico e apropriação passaram a ser incorporados aos estudos de cunho histórico da religião (PETERS, 2015: 95; grifos nossos).

Partindo da perspectiva etnográfica, vimos há alguns anos, efetuando o registro fotográfico dos eventos religiosos⁶⁸ da Festa de Iemanjá (na praia do Cassino) e da Procissão de Nossa Senhora os Navegantes (entre as cidades de São José do Norte e Rio Grande), junto ao Estuário da Lagoa dos Patos e região costeira adjacente, no litoral sul do Rio Grande do Sul. Conduzimos estes procedimentos de acordo com a Observação-participante (MALINOWSKI, 1922), pela qual

os pesquisadores se envolvem com o cotidiano de atividades e processos de pesquisa, na intenção de garantir a maior fidedignidade dos registros, efetuados com a máxima deferência e respeito aos interlocutores e sujeitos de pesquisa (sacerdotisas e fiéis destas expressões religiosas).

Neste ensaio, apresentamos e discutiremos sobre imagens (de nossa autoria) do orixá Iemanjá e/ou relativas às cerimônias e rituais em sua homenagem no sul do Brasil, e (de outros autores e contextos culturais), disponíveis em coleções virtuais. Conduzimos os procedimentos de acordo com a Observação-participante (MALINOWSKI, 1922), com a máxima deferência e respeito aos interlocutores e sujeitos de pesquisa (sacerdotisas e fiéis destas expressões religiosas). Na interpretação deste material, utilizamos a análise documentária de fotografias, procurando identificar os atores sociais e os respectivos papéis no contexto cultural e sociopolítico regional:

A Semiótica propõe pensar a imagem como Ícone (como espelho da realidade: representação em que há uma relação de analogia entre a imagem e seu referente), Índice (imagem como vestígio, indício, registro da realidade: representação por conexão/contiguidade física entre a imagem e o referente) e Símbolo (imagem sobre a qual recaem elementos tais como ideologia, cultura, sociedade, estética e até mesmo técnica: trata-se de uma representação por convenção) (MANINI, 2002, p. 152-153; grifos nossos).

Outras fontes às quais recorreremos se referem a imagens literárias, ou narrativas visuais, nas quais identificamos alguns dos atributos constituídos sobre este orixá, através da releitura da Deusa do Mar, em outras personagens mitológicas e/ou historiográficas, em diferentes contextos étnico culturais.

O texto se encontra organizado em diversas seções independentes, porém interconectadas, que vão inserido, detalhando e contextualizando o Arquétipo da Senhora das Águas; a identidade de Iemanjá, Rainha Negra do Mar; as interações entre narrativas visuais da literatura e a Deusa do Mar; as representações da Deusa do Mar em outros contextos étnico culturais; as grandes convergências entre a Deusa do Mar e o mito da Grande Mãe; e, nas Considerações Finais, nossas reflexões sobre a Resiliência Cultural e a Cosmologia Afro-Brasileira.

O Arquétipo da Senhora das Águas

No Estuário da Lagoa dos Patos (RS), as cidades de São José do Norte, Rio Grande e Pelotas concentram grande contingente populacional associado às atividades pesqueiras, navegantes e portuárias. Nestas comunidades, persistem muitos mitos pretéritos; as relações familiares e sociais que as permeiam magnificam o alcance e a importância da devoção coletiva:

[...] Seja qual for o contexto histórico em que se encontra, o Homo religiosus acredita sempre que existe uma realidade absoluta, o sagrado, que transcende este mundo, que aqui

se manifesta, santificando-o e tornando-o real. Crê, além disso, que a vida tem uma origem sagrada e que a existência humana atualiza todas as suas potencialidades, na medida em que é religiosa, ou seja, participa da realidade [...]. Reatualizando a história sagrada, imitando o comportamento divino, o homem instala-se e mantém-se junto dos deuses, quer dizer, no real e no significativo (ELIA-DE, 1992, p. 97).

Entre tais elementos, destaca-se o respeito e devoção ao arquétipo regional da Senhora das Águas, representada/cultuada simultaneamente através das religiões de matriz africana, como Iemanjá, e pelos fiéis católicos, como Nossa Senhora dos Navegantes:

Como festas religiosas consolidadas, tornaram-se referências culturais importantes nas referidas cidades, pois mobilizam não apenas grupos religiosos de matriz africana, mas também devotos leigos, curiosos e indivíduos que, independentes do direcionamento religioso, carregam e expressam fé neste orixá, Iemanjá, conhecida popularmente como Rainha do Mar (TAVARES, SCHIAVON, 2015, p. 159).

A complementaridade destas manifestações, embora marcadas pelo processo do sincretismo religioso (como estratégia de sobrevivência cultural em meio a um contexto histórico pregresso de intolerância), e as suas respectivas particularidades, denotam uma profunda complexidade que, apesar da

convergência, lhes assegura a identidade própria:

O encontro de epistemologias segue através de uma multiplicidade crescente, nunca se fundindo em um uno. O compartilhar de conceitos utilizados para delinear fenômenos da natureza, como o Oceano e a Lagoa dos Patos, através da orixá Iemanjá e da santa Nossa Senhora dos Navegantes, não se dá de forma a encontrar hipóteses comuns, de maneira a homogeneizar pontos de vista distintos, mas procura preservar a diversidade através de mediações nas intensidades do ato. Neste sentido, o encontro cosmológico entre o catolicismo popular e as religiões afrobrasileiras pressupõe um território permeável e impreciso, que toma a forma da própria natureza, através de sua multiplicidade (BITTENCOURT, ROSA, MOURA, 2017, p. 115).

Para além do mundo do trabalho, no qual estão imersas e entrelaçadas as referidas categorias sociais, os mundos das relações familiares e sociais que as permeiam magnificam o alcance e a importância do respeito mútuo e a devoção à Senhora das Águas, resgatando o senso de comunidade, cooperação e participação ativa entre o(a) s sacerdote(isa)s, fiéis e simpatizantes de ambas religiões.

Iemanjá, Rainha Negra do Mar

Para compreendermos alguns dos muitos atributos de Iemanjá, é necessário navegarmos, mesmo que superficialmente, na fértil e bela

diversidade étnica e cultural do continente ao qual denominamos África, e percebermos como muito de sua história foi (e vem sendo) subestimada pela visão colonialista eurocêntrica, que nos foi também imposta:

Para compreendermos um pouco mais as complexidades que o Continente Africano apresenta, é elementar reconhecer suas especificidades, diversidades, pluralidades de povos, generalidades, geografias, culturas línguas, religiosidades e seus sistemas de valores é preciso buscar os referenciais africanos, e ou, outros reconstruídos a partir de referenciais positivos do continente. Nesse contexto, para afirmarmos valores que fazem parte do processo civilizatório africano brasileiro é basilar alicerçar nossa base histórica, cultural, psicológica e lingüística dentre outras (SANTANA, 2012, p. 06-07).

Para ser coerente com a cultura destes povos originários, tal percepção deve ser orientada pelos mestres das respectivas culturas e tradições locais:

Estudiosos, pesquisadores e líderes fundados na tradição africana antiga aos que se construíram com os pressupostos do colonialismo europeu, assim como os dois lados do Panafrikanismo e os contemporâneos colaboram para desmontar as distorções da história eurocêntrica. Exemplos, como Cheikh Anta Diop⁴, Aimé Césaire, Joseph Zizerbo, Van Sertina, Basil Davidson, Franz Fanon, Leon Gontran Damas, Leopold Sedar Senghor, Kabengele Munanga, Hampatê

BA, Clifford Geertz, Victor Turner, Evans Pritchard, Theóplile Obenga, dentre outros (SANTANA, 2012, p. 07).

Revisitando autores enraizados e representativos da história e cultura do continente-mãe, podemos nos aproximar das contradições que permeiam a percepção das cosmogonias africana e afrobrasileira:

Outro nome que não se pode olvidar, em prol de uma melhor compreensão do mundo africano, é o de Honorat Aguessy. Em *Visões e percepções tradicionais* ("Introdução à Cultura Africana", 1977), Aguessy oferece o que se pode considerar uma verdadeira síntese acerca da cultura africana. Segundo ele, a Europa construiu algumas "visões e percepções" sobre o continente africano, que se constituíram em edifício de característicos preconceitos: pensar que as sociedades não europeias nunca tivessem ideias similares às dos europeus; pensar que as similaridades advinham sempre de influência europeia (CANTARELA, 2013, p. 96).

A potência simbólica das imagens arquetípicas que associam o domínio do Oceano, como aquele orixá que gera, nutre, protege e ensina seus filhos (e, por vezes também os suprime, assim como o grande Mar), se aloja no inconsciente coletivo da humanidade e transcende os limites ilusórios entre culturas e etnias. Segundo a complexidade da cosmogonia lorubá,

Olodumare, o Ser Supremo e um grande número de divindades, entre

as quais Orixalá (também chamado Obatalá ou Oxalá), Orunmila (também chamado Ifá) e Exu habitavam o orun. Abaixo, havia uma infinita extensão de água e desertos pantanosos, sobre os quais reinava Olokun, o Deus do Mar. Olodumare ponderou: poderia essa grande e monótona extensão de água ser habitada por divindades e outros seres vivos? (RIBEIRO, 1996, p. 37).

Nas religiões afrobrasileiras, tal arquétipo das águas salgadas é representado por lemanjá, a Deusa do Mar. Sobre a identidade étnica negra de lemanjá, e seu papel central na cultura e religiosidade afrobrasileira, vale recordar os ensinamentos daqueles que viveram/vivem plenamente este universo:

[...] Como bem definiu Pierre Verger, os orixás são ancestrais divinizados que outrora, devido à força de sua existência, estabeleceram relações com elementos da natureza e com diversas funções sociais. A função social da maternidade, por exemplo, coube a Oxum e a lemanjá, sendo a primeira mãe das crianças e a segunda, dos adultos (...). A essa mãe negra, de seios fartos e ventre abençoado, recorrem todos os brasileiros a cada 02 de fevereiro, a cada 31 de dezembro (PAI RODNEY, 2018; grifos nossos).

Concentramos nossa leitura na perspectiva ontológica, que compreende o indivíduo como pertencente “ao cosmos e ao universo, mantendo-se ligado a estes e a seus

antepassados, pelos elementos comuns compartilhados”:

[...] Por força do nascimento e das iniciações ritualísticas, os vários elementos que a compõem vão sendo adquiridos um a um: ara (corpo), emi (força vital), ori (cabeça), bara (princípio dinâmico, também chamado de exu-bara), axé (força divina imaterial), odu (signo) e, finalmente, o orixá (último elemento a ser integrado à pessoa) (LEME, 2006: , p. 60-61).

Os orixás se apresentam como arquétipos, compondo a psique, de maneira a orientar e/ou explicar condutas humanas:

O papel, ou melhor, a introdução da mulher como uma das principais figuras de manutenção e resistência de diversos cultos e segredos designados do “Axé” foi de suma importância para os processos de manutenção constitutivos das africanias no Brasil (...). Essas mulheres, designadas de Macotas nos candomblés de procedência Banto (...), ou Ekedes nos candomblés de nação Keto, desempenham importantes posições entre suas obrigações dentro e fora dos perímetros do terreiro, estabelecendo o controle das trocas comerciais nas feiras livres e outros mercados (VIDAL, 2011, p. 04).

A cosmogonia lorubá, de milenar tradição, também se detém a explicar a criação dos homens e mulheres, o seu relacionamento com o divino, e as causas que teriam determinado a ruptura com o mesmo:

... incumbido, a seguir, de moldar os corpos dos homens com o pé da terra, Orixalá os moldava perfeitos ou defeituosos, desde que a forma resultante pudesse receber a essência da Vida, que aí seria insuflada por Olodumare (...). No início havia harmonia, comunhão e confraternização entre os homens e o mundo espiritual. Por vezes os homens viajavam ao Orun para pedir o que necessitavam. Entretanto, um fato separou o céu da terra e uma barreira interpôs-se entre ambos. Que fato foi esse? Segundo algumas tradições, uma mulher teria tocado o céu com a mão suja. Segundo outras, um homem teria se comportado mal, servindo-se em excesso do alimento comum. Eis a cosmogonia iorubá apresentada por Idowu (1977:18) [RIBEIRO, 1996, p. 37-38].

Esta concepção tem muito a nos dizer sobre a origem dos mitos compartilhados pela humanidade, especialmente aqueles tão prezados pela cultura judaico-cristã (e sua arrogante pretensão de servir de modelo aos demais povos). Derivado do contexto cultural iorubá, o culto à lemanjá no Brasil assume características ainda mais complexas, pela integração dos seus atributos específicos, associados às águas, à fartura e à fertilidade, com outros derivados de sua relação com a visão de mundo e potência feminina:

No panteão africano, lemanjá figura como a senhora das grandes águas, mãe e protetora dos deuses, homens e peixes, cuja feminilidade a caracterizam enquanto orixá da beleza e

doçura. Dentre os mais diversos nomes dados a divindade estão: Caiala, Dandalunda, Dona Maria, Janaína, Deusa Janaína, Inaê, Princesa do Mar, Oxumalê, Olôxum, Rainha das águas, Sereia Mucunã, Malemba e mais tanto outros nomes, a depender da nação que a cultua (MIRANDA et al., 2014, p. 04).

Segundo variantes regionais da cosmogonia iorubá, a primazia de lemanjá sobre as águas do mar teria duas origens: uma, por ela ser filha de Olokum; outra, pelo presente com mágicos poderes, recebido de sua mãe:

lemanjá era a filha de Olokum, a Deusa do Mar (...). Certa vez, antes do seu primeiro casamento, lemanjá recebera de sua mãe, Olokum, uma garrafa contendo uma poção mágica pois, dissera-lhe esta: "Nunca se sabe o que pode acontecer amanhã. Em caso de necessidade, quebre a garrafa, jogando-a no chão". Em sua fuga, lemanjá tropeçou e caiu. A garrafa quebrou-se e dela nasceu um rio; as águas tumultuadas deste rio levaram lemanjá em direção ao oceano, residência de sua mãe Olokum (VERGER, 1997, p. 53-55).

O nome e os atributos de lemanjá, como a Grande Mãe, também demandam interpretações múltiplas:

...seu nome deriva da expressão *lyê Oman Ejá* ("a mãe cujos filhos são peixes"), talvez por isso tenha se tornado também protetora dos pescadores e associada à figura das sereias (...), festejada nos litorais de

Norte a Sul, com suas longas madeixas, sua túnica azul, suas ancas largas, seu diadema de estrelas e seus braços acolhedores sempre abertos (PAI RODNEY, 2018; grifos nossos).

As narrativas visuais da literatura e a Deusa do Mar

Imagens outras sobre a Deusa do Mar, além daquelas materialmente constituídas (esculturas, relicários, fotografias), mas diretamente associadas a lemanjá, provém da literatura, cujas fontes estão impregnadas da vida e das crenças. Na literatura brasileira, "Mar Morto" (de Jorge Amado) apresenta um romance que se entrelaça com a crença dos personagens em lemanjá – a única capaz de ser mãe e esposa simultaneamente – cujos atos explicam porque pode ser doce a morte no mar:

Ela é a mãe d'água, é a dona do mar, e por isso, todos os homens que vivem em cima das ondas a temem e a amam. Ela castiga. Ela nunca se mostra aos homens, a não ser quando eles morrem no mar. E aqueles que morrem salvando outros homens, esses vão com ela pelos mares afora [...]. Destes ninguém encontra os corpos, que eles vão com lemanjá [...]. Será que ela dorme com todos eles no fundo das águas? (AMADO, 2004, p. 15; grifos nossos).

Filha de Obatalá (o Céu) e Odudua (a Terra), lemanjá deu à luz Orungã, o qual nutriu pela mãe um amor incestuoso, de maneira que esta foi sua mãe e amante. Em "Mar Morto", Guma

sentia-se como Orungã: "... por isso, talvez, lemanjá o amasse, protegesse as suas viagens nos saveiros (...); para que ele não ficasse igual a Orungã, ela devia dar-lhe uma mulher bonita, quase tão bonita como dona Janaína mesmo" (PRANDI, 2004, p. 71; grifos nossos).

O romance apresenta o arquétipo da mulher que não se permite definir e controlar, mas que toma em suas mãos a própria história; a mulher que está além do que se pode enquadrar, a Deusa-Mulher, "impossível de ser abarcada por teorias discriminatórias" (BRIGLIA, SACRAMENTO, 2016, p. 19).

A Deusa do Mar em outros contextos étnico culturais

Outras cosmogonias cultuam deidades distintas, porém equivalentes e com tal intimidade e prevalência sobre os processos e criaturas marinhas, assim como a Deusa do Mar. No contexto biogeográfico e cultural, distinto da religiosidade afrobrasileira, das Ilhas Maurício e seus entornos (entre a costa leste da África, a imensa Madagascar e o Oceano Índico), encontra-se uma variante hindu dos atributos, conhecimentos e habilidades da Deusa do Mar:

...ao voltar para o Diamante, no fim da tarde, vi pela primeira vez aquela que em seguida chamei de Suryvati, força do sol (...); quando a maré baixa, Surya pesca ao longo do recife. É a hora em que a luz declina, e o vento enfraquece. Ela está (com as aves marinhas); eles vêm do Diamante, ela caminha no meio deles, sobre o

recife, cercada por seus gritos. É uma Deusa do Mar. É como a vi a primeira vez, fina e longa, deslizando a superfície da água. Ergue seu arpão, golpeia e tira da água o polvo, cujos braços se enrolam em volta da haste (LE CLÉZIO, 1997, p. 62; 282; grifos nossos).

Também a obra “Encantadora de Baleias”, do neozelandês Witi Ihimera (1987), apresenta a história de uma menina Maori (Kahu) contra o patriarcalismo exercido por seu avô (Koro Apirana), o qual insiste no não reconhecimento da dádiva ancestral e heroica presente em sua neta:

Em sua narrativa poética, Ihimera consegue combinar, através de surpreendentes imagens sublimes, a aproximação entre a cultura contemporânea e os ritos remotos do povo Maori. O autor busca, através da obra, revelar o dom antigo dos “cavaleiros da baleia”, um mito conhecido e glorificado na Polinésia, necessariamente atribuído aos filhos primogênitos e do sexo masculino, na personagem feminina Kahu, utilizando-se, para tanto, da narrativa épica de Hawaiki (grupo de ilhas apinhadas em torno de Bora Bora, na Polinésia Francesa), com o intuito de questionar os ideais patriarcais gravados na sociedade Maori contemporânea (RICCI, 2016, p. 231-231).

O romance expõe a rejeição e segregação da mulher, culminando na ação heroica de Kahu que, mesmo contrariando o avô, se lança nas águas para libertar o grande cachalote encalhado

na praia. Entoando cantos ancestrais, comunica-se com antepassados que se comunicam com a baleia. Assim, Kahu quebra a ideia hegemônica de que apenas os homens poderiam fazer este trabalho, e monta a baleia, salvando sua vida:

Ela era Kahutia Te Rangi. Ela era Paikea. Ela era o cavaleiro da baleia. Hui e, hauimi e, taiki e. Que seja feito. A tribo inteiro chorava na beira da praia. A tempestade ia embora levando Kahu. O coração de Vó Flowers queria sair pela boca e as lágrimas jorravam num rio caudaloso que escorria pela face. Enfiou as mãos nos bolsos em busca de um lenço, e seus dedos se fecharam em torno da pedra esculpida (IHIMAERA, 2012, p. 146).

Convergências entre a Deusa do Mar e o mito da Grande Mãe

Iemanjá, a Deusa do Mar, fonte de vida e felicidade para os seus fiéis, apresenta grande convergência com reminiscências mitológicas, compartilhadas por diversas culturas do passado da humanidade, que evocam a deidade da Grande Mãe, ícone da fertilidade e potência de vida.

Frente as evidências arqueológicas, pode-se afirmar que o tempo em que a humanidade se relacionou com um princípio feminino genetriz, cuja sacralidade era imanente a natureza, foi muito mais longo que o tempo em que foi relegada a essa invisibilidade (...), percebemos com nitidez esta continuidade religiosa em deidades

tão conhecidas quanto Ísis, Nute e Maat, no Egito; Ishtar, Astarte e Lilith, no Crescente Fértil; Deméter, Core e Hera, na Grécia; e Atárgatis, Ceres e Cibele, em Roma. Mesmo depois, em nossa própria herança judaico-cristã, ainda podemos identificá-la na Rainha dos Céus, cujos arvoredos são queimados na Bíblia, na Sheklina da tradição cabalística hebraica, e na Virgem Maria católica, a Sagrada Mãe de Deus (EISLER, 1997: 21; in INGRASOTANO, 2018, p. 161-162; grifos nossos).

Estes referenciais estão impregnados de atributos à vida, à gestação e cuidado para com todas as formas de vida, inerentes à condição feminina:

De fato, ofuscou-se da memória coletiva a Mãe potente, a Grande Mãe, aquela com seios proeminentes e ventre volumoso, com sensualidade e sexualidade, capaz de gerar a vida, assegurá-la, acolhê-la e nutri-la dentro de si, para em seguida, devolvê-la ao mundo, em um movimento de criação e retorno, no qual a morte, também, era considerada como parte do processo de encantamento de viver (...). Dessacralizou-se a Terra e suas criaturas, e, assim, o passo que se segue nos deixa assujeitados(as) ao paradigma dominante (INGRASOTANO, 2018, p. 162-163; grifos nossos).

Dentre os achados arqueológicos do período Paleolítico, acredita-se que a representação feminina se dá em razão da crença de que as pequenas estatuetas femininas seriam

amuletos relacionados com o culto à fertilidade, fator decisivo para a sobrevivência do grupo (AGUIAR, sd; grifos nossos). Destaca-se, deste contexto, a imagem da Vênus de Willendorf (Fig. 02).

A religião da Deusa existiu e ocupou, durante milênios, um espaço significativo no Oriente Próximo e Médio, antes da chegada do patriarcado, iniciado por Abraão, primeiro profeta da divindade masculina:

As teorias sobre as origens da Deusa neste período são fundadas na justaposição de costumes da mãe-mãe ao culto dos ancestrais (...), das numerosas esculturas de mulheres encontradas nas culturas do Paleolítico Superior (algumas datam de 25.000 aC). Estas pequenas figuras femininas, feitas de pedra e osso e argila, são muitas vezes referidas como figuras de Vênus; estas estátuas de mulheres, algumas aparentemente grávidas, foram encontradas em todos os locais do Gravettian-Aurignacian, espalhados em áreas tão distantes como Espanha, França, Alemanha, Áustria, Tchecoslováquia e Rússia (SHAKTI, 2018, p. 03; grifos nossos).

Outro artefato arqueológico, a escultura da Mulher Sentada de Çatalhöyük (Fig. 03), pode ser a representação da mulher protetora da colheita e dos grãos, indicando diversas faces da Deusa (SHAKTI, 2018); segundo Norma Telles (historiadora e antropóloga da PUC de São Paulo), a mesma é equivocadamente relacionada somente à fertilidade, pois “na realidade, a Deusa

não é aquela que só gera; ela é também guerreira, doadora das artes da civilização, criadora do céu, do tecido e da cerâmica, entre muitas outras coisas” (ZANCHETTA, 2016, p. 01).



Figura 02 - Escultura da Vênus de Willendorf
Fonte: AGUIAR, sd: 01.



Figura 03 - Escultura da Mulher Sentada de Çatalhöyük
Fonte: SHAKTI, 2018, p. 07.

Também em alguns dos escritos sagrados judaico-cristãos, incorporados na Bíblia, estão representadas a presença da simbologia da Grande Mãe:

As reformas de Ezequias (2Rs 18,3-4) e Josias (2Rs 23,4-14), bem como diversos relatos de Reis que inseriram a Deusa no templo, por exemplo Manassés (2Rs 21,3-7), indicam a presença de Asherah no templo de Jerusalém, e também a presença de outros Deuses. Conforme Anthonioz (2014: 139), havia uma representação oficial da Deusa que ficava no templo principal, o que de fato corresponde com os relatos bíblicos em alguns momentos da história israelita e judaíta, mas também havia muitos santuários no alto das montanhas e colinas, onde havia a liberdade e acessibilidade para qualquer pessoa adorar a Deusa (MATOS, 2019, p. 354; grifos nossos).

Contudo, os processos de colonização eurocêntrica, que dominaram (e continuam atuantes, com sua intencionalidade dominadora) sobre corpos e mentes de uma imensa pluralidade de etnias e culturas originárias da África, Américas, Ásia e Oceania, foram determinantes para a reificação da exploração, pela colonização dos pensares e sentires coletivos:

Passamos agora a outro eixo da colonialidade, a do ser, com conexões com as demais (...). Ela remete à ontologia decorrente do eurocentrismo moderno, eminentemente antropocêntrico, produtora de estereótipos e definidora de critérios

de humanidade, pelos quais, inferioriza, subalterniza e desumaniza o ser diferente do parâmetro branco europeu. Tornando-o invisível suas racionalidades e a dignidade de sua humanidade. Nisso, encontramos a essencialização da diferença e, consequentemente, anulação da alteridade (RODRIGUES, CAVALCANTI, SOUSA, 2016, p. 06; grifos nossos).

Tal colonialidade ultrapassa os saberes acadêmicos e avança no sentido de limitar a relação com o sagrado, desqualificando saberes ancestrais, na tentativa de homogeneizar os modos de ser, desconsiderando as múltiplas cosmovisões, o que significa desconsiderar “a forma de pensar-agir, de conviver no mundo que tem cada cultura” (Pérez Morales, 2008: 22).

Com isso, percebemos que a colonialidade da Mãe Natureza, vista de forma imbricada às demais, origina-se com a consolidação do antropocentrismo reinante nas sociabilidades, na ciência e nos modos de produção industrial. Parte da separação entre razão e mundo, natureza e cultura, a colonialidade volta-se para a própria existência e as cosmovisões reflexos das múltiplas experiências de vida e do viver. Diante disso, empenha-se em universalizar uma experiência particular (europeia moderna) com o questionamento de outros modos de sacralização dos povos, a inserção da dualidade sagrado/profano, ocidental europeu e a exaltação da mitificação da ciência moderna (RODRIGUES, CAVALCANTI, SOUSA, 2016, p. 06-07).

Na descrição de Iemanjá, Rainha Negra do Mar, destacamos as expressões: suas ancas largas, seus braços acolhedores sempre abertos; essa mãe negra, de seios fartos e ventre abençoado. Tais atributos fenotípicos e comportamentais remetem às características femininas de fertilidade e amorosidade, tão estimadas nas culturas de diferentes etnias africanas, e incorporadas à religiosidade afrobrasileira (Fig. 04).

Neste sentido, constatamos o progressivo abandono das imagens com características identitárias africanas e/ou afrobrasileiras, perpetuadas ainda nos espaços de resistência e afirmação da identidade étnico cultural religiosa, das Casas de Santo e nos espaços virtuais associados às mesmas (Fig. 05).

Paralelamente, constata-se o crescente predomínio de representações caucasoides eurocêntricas:

Souza (2011), defende que a associação do orixá às sereias, ao longo da história recebeu elementos que lhe afastam da representação africana o que, em certa medida infere até mesmo na caracterização física do orixá. Ou seja, a incorporação de valores sociais possui a capacidade de descaracterizar as imagens do sagrado, atribuindo às mesmas atributos que se distanciam do real. A imagem de uma Iemanjá de tez branca, jovem, longos cabelos lisos em nada se assemelha a imagem da orixá africana negra, de fartos seios e aspecto guerreiro (MIRANDA et al, 2014, p. 05; grifos nossos).



Figura 04 - Antiga representação afrobrasileira de Iemanjá

Fonte: SELJAN, 1967: capa.

Figura 05 - Representações afrobrasileiras de Iemanjá

Fontes: A (www.identidademandacaru.blogspot.com.br); B (www.epilogo.art.br); C (www.astrocentro.com.br); D (www.jornalqqn.com.br); E (<https://candombledabahia.wordpress.com/2012/08/13/yemanja-iemanja/>); F (www.vs.com.br); G (www.pinterest.com); H (www.urbanarts.com.br); I (www.portaldasmissoes.com.br); J (www.hipercultura.com); K (www.coisasdeterreiro.jex.com.br).

Tais mudanças na forma de representação do sagrado africano no Brasil podem ser atribuídas (em parte) ao intenso processo de sincretismo intercultural, ao longo do qual foram sendo mesclados os mitos e respectivos padrões de referência, de distintas etnias e comunidades originárias do continente africano, raptadas e oprimidas na condição de escravos, para sustentação do modelo colonial aqui imposto pelos portugueses.

Bastide (1971) alerta para o fato da justaposição dos cultos de matriz africana e o culto católico, o que substanciaria na relação entre lemanjá e a Virgem Maria. Destarte, tal associação sincrética não acontece sem recodificar aspectos tidos como impróprios para o imaginário. Ou seja, trata-se do jogo, das adaptações as quais as religiões de matrizes africanas se submeterem para que seus cultos pudessem permanecer vivos (MIRANDA et al, 2014, p. 05).

A Grande Mãe foi, assim, gradativamente apagada da memória; entretanto, pela impossibilidade de negar sua existência, a energia feminina foi compreendida apenas pela força criadora, a geradora de vida: o arquétipo da mãe intercessora (Nossa Senhora) junto ao pai criador e ao filho salvador.

Neste processo, um dos seus pérfidos desdobramentos, que se perpetua e incrementa, implica na negação e desvalorização dos referenciais, valores e símbolos da identidade pan-africana; tal situação é recorrente, mesmo em algumas comunidades afrodescendentes e “casas de religião” que

cultuam os orixás, mas promovem/compactuam com uma estratégia de “embranquecimento” das imagens representativas dos mesmos.

No caso de lemanjá, isto é muito facilmente perceptível: da representação de Deusa do Mar, por seus atributos originais (bacia volumosa e grandes seios), muito próxima daquelas relativas ao mito da Grande Mãe (como fonte da vida e fertilidade), muitos dos “novos” modelos adotam linhas e traços de uma mulher branca, alta e magra, com cabelos lisos, pele clara e nariz aquilino. A indumentária e os adereços destas “novas” representações são predominantemente europeizados e “madonizados”: os antigos trajes abertos (mais condizentes com o clima e cultura tropical original africana), de fartos decotes e pernas expostas (exibindo a sensualidade característica da personalidade atribuída a orixá) são substituídos por invólucros pudicos; os longos e coloridos mantos (como referência as peles sagradas e aos elementos de seu domínio) obliterados por capas que, a pretexto de enobrecer, escondem e encapsulam o corpo feminino (quase como uma versão judaico-cristã da burca islâmica) da Deusa do Mar (Fig. 06).

Outra interpretação (complementar) para tais variações nestas representações pode ser associada com os “novos” padrões de beleza, impostos pela mídia sobre o corpo feminino, de modo a torná-lo mais “vendável”, ampliando a tendência de “coisificação” do mesmo. Assim, a substituição do biotipo africano nos modelos de representação de lemanjá, por aquela construção publicitária de modelo de

mulher “moderna”, alta, magra e de pele clara, visaria instituir no coletivo uma nova percepção e ideal de consumo, demandando toda uma série de produtos e serviços estéticos afinados com tal modelo. Em tais circunstâncias, não faltam também registros de ocorrências de flagrante incitação ao preconceito e intolerância étnico religiosa, como a tentativa de destruição de uma imagem (excepcionalmente, Negra) de Iemanjá, no bairro de Ribeirão da Ilha, Florianópolis, SC (Fig. 07).

Historicamente, assim como toda a Ilha de Santa Catarina (Florianópolis, SC), nesta comunidade de ascendência tipicamente açoriana, de identidade cultural pesqueira e agrícola, e religiosidade católica (atualmente, com forte incidência evangélica), também estão presentes e atuantes muitos núcleos afro-brasileiros (remanescentes do período escravocrata da economia local).

Considerações finais: A Resiliência Cultural e a Cosmovisão Afro-Brasileira

Nos cenários e contextos interculturais onde (ainda) predominam a tolerância e o respeito, as diferenças entre as crenças são muito menos importantes para suas populações do que o reconhecimento de que cada uma das múltiplas formas de devoção é, em si, reveladora do caráter sagrado da vida, e os ritos são entendidos e assumidos como a expressão diversificada do divino no humano. Este reconhecimento é essencial, tanto na convivência na/pela diversidade étnico cultural e religiosa, como nos muitos e contínuos (re) arranjos sincréticos entre as mesmas.



Figura 06 - Representação eurocêntrica e “madonizada” de Iemanjá

Fonte: Wa Ching (Praia do Cassino, RS: 16/ Julho/2019).

Desmontar essa matriz colonial, em decorrência, requer superar a matriz eurocêntrica e a hegemonia do pensamento moderno ocidental, através de alternativas que sejam baseadas em outras lógicas, racionalidades, modos de ser e de con-viver no mundo. Exige, portanto, pautar-se em diálogos com outros pensamentos e cosmovisões que re-façam a re-licação humano-natureza e do mundo bio-físico e espiritual. Envolve experienciar ensinagens e visibilizar saberes que reconheçam a mãe natureza como condição de todas expressões do viver. É urgente, dessa maneira, outras formas de convivência em que o maior legado seja a pluralidade de saberes e o desejo maior de re-integração com a natureza. Dentre outras possibilidades, optamos por focar a potência descolonial da mãe natureza existente na cosmovisão africana (RODRIGUES, CAVALCANTI, SOUSA, 2016, p. 08).

Frente ao panorama de subjugação, faz-se necessário repensar, compartilhar e difundir outras percepções de mundo, referidas nas culturas e cosmogonias originárias, enquanto estratégia de (re)existência decolonial.

Tais conexões implicam em descolonialidades expressas em disposições éticas e políticas decorrentes, sobretudo, da menor dissociação entre os ambientes físicos e humanos (...). O que reflete, portanto, a premissa descolonial de que o mundo é diverso de epistemologias, cuja pluralidade de formas de conhecimento vão muito além da hegemonia moderna de

cientificidade, merecendo um cuidado epistêmico maior (RODRIGUES, CAVALCANTI, SOUSA, 2016, p. 09).

Superar as raízes colonialistas, reconhecer e aceitar outros modos de ser e habitar o mundo, destituir o pensamento moderno ocidental da supremacia que tem ocupado, exige (re)conhecer e (re)estabelecer "diálogos com outros pensamentos e cosmovisões, que re-façam a re-licação humano-natureza e do mundo bio-físico e espiritual. Envolve experienciar ensinagens e visibilizar saberes que reconheçam a mãe natureza como condição de todas expressões do viver" (RODRIGUES, CAVALCANTI, SOUSA, 2016: 08).

Tendo em mente tais devires, fechamos este ensaio com uma imagem representativa da sacralidade, beleza e vitalidade do culto a Iemanjá, como possibilidade criativa de festejo da existência, baseada na cosmovisão afrobrasileira (Fig. 08).



Figura 08 - manifestação religiosa em homenagem a Iemanjá (Cassino, RS).

Fonte: Beatriz Rodrigues (Praia do Cassino, RS: 2014).

Seguem tal imagem as reflexões (espelhos d'alma), que com a mesma dialogam, de uma fotorreportagem sobre um espetáculo cênico, concebido e executado com a consciência do potencial catalisador das imagens – imagi(n)ação – para (re)tratar temas tão densos, profundos e humanos, como a cosmogonia afrobrasileira e o mito da Grande Mãe:

Oxum, lemanjá, lansã e Nanã dançaram para mim. Ao som de tambores, dançaram para mim. Rodaram suas saias, contaram sua história. Me fizeram chorar e dançaram para mim. Tendo como pano de fundo as narrativas das orixás femininas – as Yabás Oxum, lansã, lemanjá e Nanã – as bailarinas e bailarinos contaram através da dança as diversas faces da resistência da mulher. Infelizmente uma abordagem pouco explorada e discutida, pelo menos artisticamente: o arquétipo feminino da mitologia africana (...). Próxima a mim, uma mulher chora na plateia. lemanjá, ao encontrar o bebê, pega-o em seus braços e o cria como seu. Na passagem do tempo, com Obaluaê já adulto, lemanjá chama Nanã e o apresenta ao seu filho: "Naná, este é nosso filho". A cena construída através de uma coreografia tocante e muito expressiva foi de uma delicadeza profunda. No escuro, meu rosto está lavado em lágrimas. Oxum, lemanjá, lansã e Nanã dançaram para mim. Me fizeram chorar e dançaram para mim (FREITAS, 2016).

Deixemos que tais imagens e palavras, que rodopiam continuamente

nossas emoções, nos conduzam pelo oceano compartilhado dos sonhos, formas pensamento natantes do inconsciente coletivo, para adentrarmos outros níveis de percepção e interação, que nos conectam com seres e dimensões outras, para muito além do racional, mas sobre o qual retornamos – fortalecidos, pela diversidade étnico cultural e religiosa que nos sustenta e enobrece.

Navegando pelas imagens de lemanjá, percorremos uma (dentre muitas) corrente fluídica, que resgata nossa identidade e dívida cultural com a Mãe África, e reforça a ligação ancestral de cada indivíduo com a Grande Mãe, a Deusa. Entendemos que este eu coletivo, esta alma afrobrasileira, tão repleta de contradições, constitui uma cosmovisão afrobrasileira, como contribuição ao mundo, enquanto possibilidade de reconstrução efetiva e afetiva de outros modos de vida, mais justos e solidários, mais resilientes e felizes.

Referências

AGUESSY, Honorat. Visões e percepções tradicionais (pp: 95-135). In: AGUESSY, Honorat et al. Introdução à Cultura Africana. Lisboa: Edições 70, 1977.

AGUIAR, Lilian. A arte da pré-história nos períodos Paleolítico e Neolítico. Portal Eletrônico "Brasil Escola", sd (03 p). Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/a-arte-prehistoria-nos-periodos-paleolitico-neolitico.htm>

AMADO, Jorge. Mar Morto. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Record, 2004.

ANTHONIOZ, Stéphanie. Astarte in the Bible and her relation to Asherah (pp: 125-139). In: SUGIMOTO, David T. (Ed). Transformation of a Goddess: Ishtar, Astarte, Aphrodite. Fribourg: Academic Press Fribourg, 2014.

BÂ, Amadou Hampaté. A tradição viva (pp: 181-218). In: KI-ZERBO, Joseph. (Coord.). História Geral da África: Metodologia e Pré-História da África (vol. 1). São Paulo, SP: Ática, 1982.

BASTIDE, Roger. As Religiões Africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo, SP: Pioneira / Ed.USP, 1971.

BRIGLIA, Tcharly Magalhães; SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira. Mulheres, deuses e mitos nas ondas de Mar Morto. 2016 (20 p). Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/60064645/Mulheres-Deuses-e-Mitos-Tcharly-Briglia>

CANTARELA, Antonio Geraldo. Traços do proprium cultural africano e sua relação com o sagrado. Horizonte (Belo Horizonte, MG), 11 (29): 88-108, Janeiro-Março/2013 (ISSN: 2175-5841) [DOI: 10.5752/P.2175-5841.2013v11n29p88].

CORDOVIL, Daniela. Espiritualidades Feministas: relações de gênero e padrões de família entre adeptos da Wicca e do Candomblé no Brasil. Revista Crítica de Ciências Sociais, 110: 117-140, Setembro/2016.

ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1992 (109 p). 1ª edição (Tradução de Rogério Fernandes). Disponível em: <http://gepai.yolasite.com/resources/O%20Sagrado%20E%20O%20Profano%20-%20Mircea%20Eliade.pdf>

FREITAS, Douglas. O Feminino Sagrado na Mitologia Africana. Revista Eletrônica Nonada – Jornalismo Travessia (Porto Alegre, RS, 24/ Agosto/2016. Disponível em: <http://www.nonada.com.br/2016/08/fotorreportagem-o-feminino-sagrado/>

IDOWU, E. B. Olódúmáre: God in Yoruba belief. London: Longmans of London, 1962/1977.

IHIMAERA, Witi. A Encantadora de Baleias (tradução: Roberto Cattani, Katia Maria Bortoluzzi). São Paulo, SP: Barany Editora, 1987/2012.

INGRASIONTANO, Patrícia Maria. Ontologia do Sagrado Feminino: a outra história precisa ser contada. Curitiba, PR: Appris, 2018 (189 p).

KI-ZERBO, Joseph. História da África Negra. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.

LE CLÉZIO, I. M. G. A Quarentena. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1997 (363 p) [Tradução: Maria Lúcia Machado].

LEME, Fábio Ricardo. Usos do Imaginário nos Estudos

Afro-Brasileiros e no Culto Umbandista. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Ribeirão Preto, SP, 2006 (193 p) [Orientador: José Francisco Miguel Henriques Bairrão].

LOPES, Júlio Mendes. Joseph Ki-Zerbo: o desaparecimento de um "baouba" da enciclopédia africana. *Cezame*, 02; Fevereiro/2007. Disponível em <http://www.proffint.com>.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. (edição original de 1922). São Paulo, SP: Abril Cultural, 1976. Coleção "Os Pensadores", vol. XLII.

MANINI, Miriam Paula. *Análise Documentária de Fotografias: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários*. Tese de Doutorado. São Paulo, SP: ECA - Escola de Comunicações e Artes / USP - Universidade de São Paulo, 2002 (226 p) [Orientadora: Johanna W. Smit]. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-23032007-111516/publico/Tese.pdf>

MATOS, Sue'Hellen Monteiro. *As Sagradas de Asherah: culto à Deusa no antigo Israel*. *Caminhos* (Goiânia, GO), 17 (01): 352-370, Janeiro-Junho/2019 [DOI 10.18224/cam.v17i1.7000].

MIRANDA, Eduardo Oliveira; SILVA, Helen Mabel Santana; COSTA JÚNIOR, Cales Alves; CASTRO JÚNIOR, Luis Vitor. Símbolos do Povo de Santo na Festa de Iemanjá: uma análise interdisciplinar entre Geografia

Cultural, Fotografia e Memória (16 p). *Africanias*. com (Salvador, BA: UNEB - Universidade do Estado da Bahia), 05, 2014 (16 p). Disponível em: http://www.africaniasc.uneb.br/pdfs/n_5_2014/eduardo_oliveira_miranda.pdf

PAI RODNEY, Candomblé. Iemanjá é Negra. *Revista Eletrônica Carta Capital*, 02/Fevereiro/2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/tag/iemanja2-de-fevereirocandomblepai-rodney/>
PÉREZ MORALES, Patricia. Espaço-tempo e ancestralidade na educação ameríndia: desdobramento de Paulo Freire na província de Chibanzo no Equador. São Paulo, SP: 2008.

PETERS, José Leandro. *A História das Religiões no Contexto da História Cultural*. *Fases de Clio - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História* (Juiz de Fora, MG: UFJF), 01 (01): 87-104, Janeiro-Junho/2015. Disponível em: <http://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/1.6.Artigo-Jos%C3%A9.pdf>

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

RIBEIRO, Ronilda Iyakemi. *Alma Africana no Brasil: os iorubás*. São Paulo, SP: ED. Oduduwa, 1996 (148 p).

RICCI, Rodrigo Antunes. Kahu e o destronar da hegemonia patriarcal maori em "A Encantadora de Baleias", de Witi Ihimaera (pp: 231-278). In: VIEIRA, Érika Viviane Costa; OLIVEIRA,

Dileane Fagundes (Orgs.). Figurações do Feminino e suas Dobras. Cabo Frio, RJ. Ed. Mares, 2016 (420 p).

RODRIGUES, Beatriz. Mais Além do Fim do Mar [Exposição do registro etnofotográfico interanual dos rituais em homenagem à Iemanjá na Praia do Cassino]. Espaço Cultural ArtEstação (Rio Grande, RS), Janeiro/2014. Disponível em: <http://pontodeculturaartestacao.blogspot.com/2014/01/mais-alem-do-fim-do-mar-exposicao-de.html>

RODRIGUES, Eleomar; CAVALCANTE, John Anderson Machado; SOUSA, José Maclecio. Por Outros Dizeres de Educação Ambiental: um ensaio sobre a descolonialidade da mãe natureza pela cosmovisão africana (11 p). In: III CONEDU – Congresso Nacional de Educação (Natal, RN: 2016).

SELJAN, Zora A. O. Iemanjá e suas Lendas. Rio de Janeiro, RJ: Gráfica Record Editora, 1967.

SHAKTI. A Grande Deusa: histórico. Portal Eletrônico "Saberes do Sagrado Feminino" 26/Junho/2018 (10 p). Disponível em: <http://sagradofeminino.saberes.org.br/saberes-ancestrais-femininos-sabedoria-espiritualidade-psicologia-saude-danca-feminina/grande-deusa-historico/>

TAVARES, Mauro Dillmann; SCHIAVON, Carmem Gessilda Burgert. "Vou levar flores no mar": referências religiosas, culturais e patrimoniais nas festas de Iemanjá das praias do Cassino

e do Laranjal no Rio Grande do Sul. Revista Memória em Rede (Pelotas, RS: UFPEL), 07 (13): 157-171, Julho-Dezembro/2015 (ISSN: 2177-4129). Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/download/6313/4542>

VERGER, Pierre Fatumbi. Lendas Africanas dos Orixás [ilustrações: Carybé; tradução Maria Aparecida da Nóbrega] (4a ed). Salvador, BA: Corrupio, 1997. (96 p). Disponível em: <http://vidaorixa.blogspot.com/2011/04/iemanja-por-pierre-verger.html>

VIDAL, Rogério Lima. Guardiãs do Segredo: narrativas de iniciação das mulheres que já nascem grandes. Africanias.com (Salvador, BA: UNEB), 01 (12 p), 2011.

VIEIRA, Érika Viviane Costa; OLIVEIRA, Dileane Fagundes (Org.). Figurações do Feminino e suas Dobras. Cabo Frio, RJ. Ed. Mares, 2016 (420 p).

ZANCHETTA, Maria Inês. As Divindades Femininas: no princípio eram as Deusas. Revista "Super Interessante" on line (São Paulo, SP: Editora Abril), 31/Outubro/2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/cultura/as-divindades-femininas-no-principio-eram-as-deusas/>

NOTAS

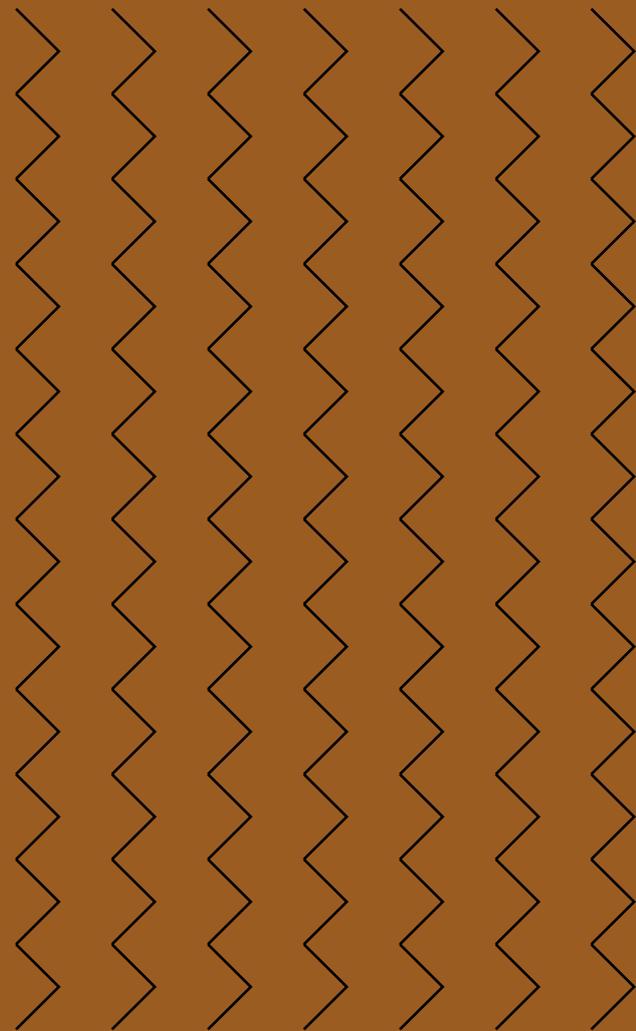
Capítulo 7

68 As festas demarcam um fazer coletivo, que representa um momento oposto à rotina dos sujeitos, uma vez que nela é possível celebrar as identidades. Para Duvignaud (1983), a festa, assim como o transe, permite às pessoas e às coletividades sobrepujarem a “normalidade” e chegarem ao estado onde tudo se torna possível, porque o indivíduo, então, não se inscreve apenas em sua essência humana, porém em uma natureza, que ele completa pela sua experiência, formulada ou não (SILVA et al., 2014, p. 03-04).

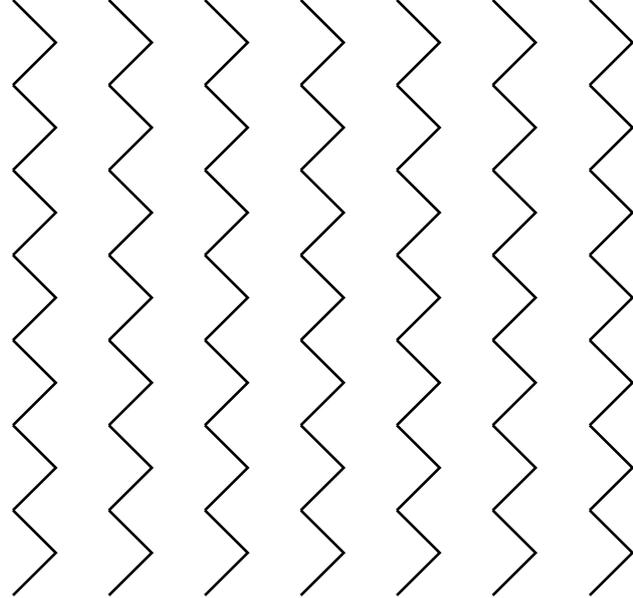
A imagem, o sujeito e a Educação Ambiental: pensando nos processos construtivos e (inter)implicações críticas

Eduardo Silva de Freitas
Sônia Cristina Vermelho

08.



Introdução



A retórica da imagem significa questionar as formas e os sentidos das mensagens visuais em diferentes níveis. Certamente, podemos afirmar que o procedimento de confundir o quadro (ou os limites) da imagem e a borda do suporte, tem consequências particulares sobre o imaginário do espectador. Quando olhamos uma imagem, o corte realizado para sua produção, atribuído mais à dimensão do suporte do que a uma escolha de enquadramento, pode ou não levar o espectador a construir imaginariamente o que não se vê no campo visual da representação, mas que se completa. Sabemos que na construção da linguagem visual, o ângulo de tomada e a escolha da objetiva (lente) são determinantes, pois é o que reforça ou contradiz a impressão de realidade vinculada ao suporte fotográfico. As objetivas com grande profundidade de campo, conferem uma ilusão de profundidade à fotografia e parecem aproximar-se, assim, quase perfeitamente da visão natural. A noção de profundidade é devida à utilização de objetivas de distância focal curtas. Outras objetivas, com distância focal mais longa (inclusive as teleobjetivas), jogarão com o flou e o nítido, esmagarão a perspectiva e farão representações mais expressivas.

Joly (2007), no clássico sobre a leitura de imagens, nos indica que o sentido da leitura é determinante, da esquerda para a direita para os ocidentais, e o modelo mais convencional é a construção sequencial, que consiste em fazer com que o leitor percorra o conteúdo, publicitário, por exemplo, para que o olhar recaia, no final do percurso, sobre o produto. O trajeto é em Z, que começa no alto à esquerda, descendo o olhar até chegar ao final da direita. Mesmo sem ter a

consciência, somos influenciados pela forma como os objetos estão disponibilizados, em um supermercado, ou como os textos são apresentados nas revistas, jornais, blogs e livros diversos.

Esses recursos provavelmente são largamente utilizados em livros didáticos, pois se tratam de técnicas básicas de diagramação de material impresso. Para esse tipo de uso da imagem, Barthes (1984) nos indica que a relação da imagem com o texto pode ser de dois tipos: com relação à imagem, o texto pode cumprir uma função de "ancoragem" ou uma função de "revezamento". No caso da educação, em geral, a imagem não exclui a linguagem verbal/escrita, porque a segunda quase sempre acompanha a primeira, na forma de comentários, legendas, artigos de imprensa, slogans, conversas, textos etc. A função de ancoragem consiste em compor texto e imagem de forma a criar uma "cadeia flutuante do sentido", para fugir da polissemia necessária que a imagem geraria caso ficasse à solta no suporte físico. Isso aparece muito comumente no uso da legenda da imagem. Já a função de revezamento se manifesta quando a mensagem linguística vem suprir as carências expressivas da imagem, tendo que substituí-la.

Para além dos muros escolares, vivemos num contexto social em que as imagens alimentam as imagens: encontramos filmes que contam histórias de quadros ou de fotografias. A própria publicidade está cheia de citações de outras imagens, de outras publicidades, de obras de arte, de imagens de televisão, de imagens científicas etc. Esses desvios permanentes

possibilitam uma experiência cultural em que parte da imagem veiculada pela mídia não remeta a nenhum real, mas a ela própria, o que constitui um universo autorreferente. Atualmente, essa prática cultural é ampliada pelas imagens digitais veiculadas pela web, nas plataformas de relacionamento, conhecidas como "Redes Sociais", criando uma instância de práticas culturais na qual não se tem controle algum sobre a vinculação da imagem com o real.

Sobre essa prática cultural de criar imagens, cabem algumas questões para compor nossas reflexões. Roland Barthes (1984) distingue três formas distintas de práticas relacionadas a fotografia: "o fazer" que se refere ao operador; "o olhar" que se refere ao espectador; "o sofrer" que se refere ao spectrum. Segundo Barthes, a fotografia de uma pessoa numa cabine fotográfica ou em uma foto de família, de moda, de reportagem ou "de arte", não significará a mesma coisa.

Dubois (2001) ressalta que uma foto pode ser considerada uma "prova de existência", porém nem por isso é considerada uma prova de sentido. Barthes se debruça sobre as fotografias e discute fascinado a dupla conjunção entre a realidade e o passado que carrega a imagem. Uma imagem nos lembra que, se esse real existiu, é porque não existe mais, e a fotografia torna-se então o próprio signo de que somos mortais. E com isso, um novo elemento de fascínio aparece, o da ligação entre a fotografia e a morte. Por isso, Barthes fala-nos de spectrum quando aborda o sentimento do "sofrer" que a fotografia suscita: a partir

do momento em que sou fotografado, torno-me um espectro, uma sombra. O mesmo vale para as imagens produzidas sobre o mundo externo, a natureza.

Considerando a imagem fotográfica, ela tem sido associada aos processos que ocorrem no nosso aparelho psíquico. Dubois (2001), apoiado em alguns textos de Freud, encontra elementos que relacionam os processos psíquicos aos processos de produção da fotografia. Nessa produção, ocorre uma cisão, como afirma esse autor, no ato de tomada de um instante do real procede-se um corte definitivo do cordão umbilical que vinculava aquela imagem ao mundo. Essa lacuna de tempo – entre o click e sua visualização – e que ainda não está concretizada no suporte de revelação, é uma imagem latente, que nos proporciona a revelação de um tempo e lugar longínquos, por mais próximo que estejam (DUBOIS, 2001). A materialização da imagem num suporte é a concretização do passado e do presente, é a memória que se concretiza num suporte material. Essa relação indefinível entre temporalidades, o presente e o passado, nas imagens registradas do passado que são trazidas ao presente, ilustram de maneira complementar o funcionamento do aparelho psíquico (DUBOIS, 2001).

Os traços mnésicos escondidos em nosso inconsciente estão ao mesmo tempo sempre todos ali, e sempre inteiros. Só sua ascensão à superfície é seletiva. Todas as virtualidades são registradas, mas as atualizações na consciência, as revelações são feitas

pontualmente, de acordo com mil procedimentos, que são como tantos filtros (...) (DUBOIS, 2001, p. 321).

A leitura de uma imagem fotográfica é sempre seletiva. Uma fotografia sempre esconde mil imagens, atrás dela, sob ela ou à sua volta (DUBOIS, 2001). É um recorte idealizado e realizado pelo enquadramento dado e que imprime e esconde imagens do real. No entanto, a relação amorosa que temos com a fotografia emerge, em grande medida, e isso desde sua origem, à vontade, ao desejo humano de conservar traços de uma presença que irá desaparecer com o tempo, é o "(...) trabalho sobre a temporalidade e o jogo complexo entre duração e o instante, a presença marcada, numa das versões, do autorretrato, com suas impossibilidades e seus paradoxos enunciativos" (DUBOIS, 2001, p. 139), que vai estar presente no ato de olhar para uma foto e que marca profundamente nossa relação com esse tipo de imagem.

Por outro lado, Roland Barthes (1984) justifica que a imagem fotográfica não pode ser aprofundada "[...] por causa de sua força de evidência". Isso em função de que "[...] na imagem, o objeto se entrega em bloco e a vista está certa disso – ao contrário do texto ou de outras percepções que me dão o objeto de uma maneira vaga, discutível, e assim me incitam a desconfiar do que julgo ver" (BARTHES, 1984, p. 157). A imagem nos apresenta como uma totalidade em si, que não abarca a totalidade do real, mas que no processo de sua leitura a apreendemos na sua totalidade, ao contrário da mensagem

escrita que difere daquela pela sequencialidade com que apreendemos seu conteúdo. Entretanto, ainda assim, com essa diferença, pode-se dizer que textos e imagens podem conviver, “mas a expulsão da letra pela imagem asfixia o processo de reflexão. E sem reflexão nada se conquista” (RAMOS-DE-OLIVEIRA, 1988, p. 29).

Nos seus primórdios, recoberta pelas noções de similaridade e realidade, a fotografia ligava-se à verdade, garantindo autenticidade ao objeto. Concebida como espelho do mundo, ganhava estatuto da imitação mais perfeita da realidade. Ainda que esse discurso sobre a fotografia em parte esteja vencido, a ação de uma imagem fotográfica sobre a subjetividade humana permanece carregada do indício de veracidade, pois, como coloca Dubois (2001, p. 26), ao nos depararmos com uma foto, subsiste, apesar de tudo, “[...] um sentimento de realidade incontornável do qual não conseguimos nos livrar apesar da consciência de todos os códigos que estão em jogo nela e que se combinaram para a sua elaboração”. Ou, como dizia Barthes (1984, p. 132), “[...] na fotografia, de um ponto de vista fenomenológico, o poder de autenticação sobrepõe-se ao poder de representação”.

A imagem seria portadora de um sentido cativo da significação imaginária, um sentido figurado, constituindo um signo intrinsecamente motivado, ou seja: um símbolo. Para Joly (2007),

Uma visão panorâmica das diferentes utilizações da palavra imagem, ainda que não exaustiva, provoca

vertigens e traz-nos à lembrança o deus Proteu; parece que a imagem pode ser tudo e também o seu contrário – visual e imaterial, fabricada e natural, real e virtual, móvel e imóvel, sagrada e profana, antiga e contemporânea, ligada à vida e à morte, analógica, comparativa, convencional, expressiva, construtora e desconstrutora, benéfica e ameaçadora... (JOLY, 2007, p. 29).

Também é importante recordar de nossos ancestrais que um dos sentidos do termo “imagem” é para designar a máscara mortuária usada nos funerais na antiguidade romana. Há que exemplificar que no campo da religiosidade: “Deus criou o homem à sua imagem”, cujo uso deixa de evocar uma representação visual para evocar uma semelhança. Nossa relação com a imagem, portanto, remonta os processos de significação e constituição da própria linguagem. Instrumento de comunicação, divindade, a imagem assemelha-se ou confunde-se com o que representa. Visualmente imitadora, pode enganar ou educar. Ainda se emprega o termo “imagem” para falar de certas atividades psíquicas, como as representações mentais, o sonho, a linguagem por imagem etc. A imagem mental é elaborada de maneira quase alucinatória, e parece tomar emprestadas suas características da visão. Vê-se.

Apesar da diversidade de significações da palavra “imagem”, que nem sempre remete ao visível, apresenta alguns traços emprestados do visual e depende da produção de um sujeito: imaginária ou concreta, a imagem

passa por alguém que a produz ou reconhece. Esse sujeito – podemos expandir para as sociedades em geral – é bombardeado por uma imensa quantidade de imagens que acabam por abalar o pleno exercício da mente humana. Isto se dá por múltiplos flancos na realidade brasileira: 1) poucos hábitos de leitura de textos escritos, que fortalece o poderio da imagem em detrimento dos textos e diminui a autonomia para a reflexão; 2) o controle implacável dos meios de comunicação pela mídia também dificulta o pleno exercício crítico dos indivíduos (e sociedade); 3) com a diminuição do exercício da crítica, “a imagem entra em nossa mente como entravam os monstros da infância: sem restrição, sem limites, no escuro”; e 4) não conhecemos muito sobre a forma de ação das imagens (RAMOS-DE-OLIVEIRA, 1988, p. 29).

Para Joly (2007), a imagem é uma ferramenta de expressão e de comunicação. Expressiva ou comunicativa, podemos admitir que ela seja uma mensagem para o outro – mesmo quando esse outro somos nós mesmos. De fato, nem sempre é inútil lembrar que as imagens não são as coisas que representam, elas se servem das coisas para falar de outras coisas. Essa reflexão é importante dentro de nosso texto, como pretendemos demonstrar ao longo de nossa exposição.

Em face dessas questões, voltamos nossa atenção para pensar sobre o processo formativo na sociedade atual, considerando sua importância e a relação que esse processo tem com a vida urbana que pressupõe uma intensa convivência com as imagens em

formatos, suportes e funções das mais diversas.

Sociedade urbano-industrial

Para uma reflexão sobre os processos sociais e o indivíduo, duas questões nos parecem centrais: o modo como a sociedade (re)produz a vida humana e as instâncias formativas. Sobre a primeira, nossas reflexões se ancoram no marxismo e a segunda sobre a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Importante ressaltar essa delimitação, pois, em se tratando da sociedade ocidental urbano-industrial, ela nos obriga a trazer certas questões para o debate, e nos desobriga de outras. Por exemplo, não cabe nesse marco falar de subjetividades ou identidades, de viés pós-moderno.

Compreendemos que o processo de socialização ao qual somos submetidos, bem como a formação (formal ou informal) da qual compartilhamos, estão estruturadas sobre as mesmas bases, portanto, considerar que as possibilidades dadas pela sociedade atual de que seria possível emergir subjetividades ou identidades distintas, permite-nos inferir que tais distinções só são possibilitadas, se coadunadas com as expectativas de consumo de produtos distintos, indicando antes uma especialização e diversificação do mercado para responder à necessidades econômicas, do que possibilitar efetivamente que essas subjetividades e identidades distintas, na verdade, se constituam em experiências sociais e subjetivas diferentes.

Com isso, pretendemos aqui estabelecer a relação entre uma reflexão

mais ampla sobre o modo como a sociedade ocidental urbana e industrial possibilita a reprodução da vida e a discussão sobre a imagem por meio do conceito de Indústria Cultural, expressão cunhada pelos pensadores Theodor Adorno e Max Horkheimer.

Inicialmente, portanto, consideramos que a maneira como a sociedade do Século XX construiu sua narrativa, nos permite inferir que a formação da subjetividade atual pode ser compreendida quase como a forma “natural” de inserção social. Isso acaba sendo um obstáculo para necessárias transformações sociais. Nesse processo, naturaliza também a dominação e o sofrimento por meio de mecanismos que atuam na subjetividade, desde a mais tenra idade. Explicado por diversas formas, desde muito cedo somos acostumados com a violência, com o sofrimento e com a falta de perspectiva de que um dia a sociedade possa ser mais do que isso que vivemos, mais e além do que nos é dado. De forma muito precoce, nosso aparelho psíquico vai sendo ajustado aos interesses relacionados à manutenção dessa sociedade. Ou seja, somos “educados” para reproduzir a sociedade, muito mais do que transformá-la. Concordamos com a afirmação de Crochik (1999):

Se a formação individual só é possível através da interiorização da cultura, a incorporação (...) [da ideologia da racionalidade tecnológica] pressupõe necessidades psíquicas que a sustentem, uma vez que toda ideologia também é representada pelos membros da cultura, sendo que tal representação não é imediata e sim

mediada pelas percepções daquele que se torna um indivíduo (CROCHIK, 1999, p. 261).

Os processos de mediação pelo qual transcorre a formação humana estão circunscritos num aparato tecnológico, o qual submete a cada um certas experiências durante sua vida. Em síntese: somos inseridos num círculo relacional afetivo ao nascer (a família), depois o círculo relacional da formação social (a escola), depois a um círculo de formação de subsistência (o trabalho). Essas experiências, salvo as exceções (que existem), fazem parte da experiência humana na sociedade ocidental urbano-industrial. Compreender o indivíduo hoje somente é possível se buscarmos compreendê-lo na sua relação com a sociedade e com a cultura da qual faz parte, cuja marca, em todos esses círculos de relacionamento, implica o fenômeno da Indústria Cultural, ideologizada pela racionalidade tecnológica. É necessário registrar que do ponto de vista da produtividade, não é irracional destruir pessoas e o meio ambiente para garanti-la.

Esse traço da formação humana que, apesar de todo sofrimento visível e iminente, sustenta e defende essa sociedade (ocidental urbano-industrial, alicerçada no consumo) é explicado, em boa parte, porque essas condições, desumanas e destrutivas, encontram nos indivíduos as condições psíquicas para a sua permanência: a frieza é uma dessas condições, representando a capacidade de anular sentimentos em relação ao outro, condição relacionada com um determinado tipo de

personalidade. Nesse sentido, Crochik (1999) argumenta que,

Para suportar o sofrimento mundano e se adaptar, é necessário desenvolver a frieza. A sua justificativa se dá pela escolha do mal menor ou pela plena resignação. Mas se o sofrimento deve ser evitado, não podendo ser enfrentado, o prazer obtido na relação com os outros também é negado. Os interesses individuais devem buscar conforto e abrigo no 'eu' (CROCHIK, p. 266).

Com isso, a adaptação – ou socialização como queiram – pressupõe a incorporação da frieza, em medidas distintas para cada um é certo, mas também ao tentar evitar o sofrimento que ainda subsiste, apesar da frieza, se nega também a possibilidade do prazer. Nesse sentido, Freud indaga: “Como foi que tantas pessoas vieram a assumir essa estranha atitude de hostilidade para com a civilização?” (FREUD, 1997, p. 38). É certo que para vivermos em coletividade temos de renunciar à satisfação de muitos dos nossos desejos individuais; o recalamento é o que garante a formação do eu e as simbolizações sucessivas à qual submetemos nossas pulsões. Mas o que vemos, conforme Freud (1997) nos esclarece, é que nossos desejos individuais, sublimados ou reprimidos, não estão sendo compensados com o alívio da angústia e do sofrimento para (re) produção da vida.

Continuamos reprimindo nossos desejos individuais em nome de uma vida melhor e, sistematicamente, ela nos é negada porque a sociedade não

é capaz de realizá-la. Dentro dessa lógica, a sociedade tem se constituído historicamente por meio de um aparato tecnológico e por uma cultura que mantém uma condição na sua base constitutiva: a necessidade de dominação, de exploração do outro e da natureza. A sua forma mais atual – sociedade capitalista – inseriu mais um elemento que é a dita “liberdade individual”, o que acabou por colocar a todos como inimigos diante do quadro de concorrência no mercado de trabalho. Por isso,

se os conflitos sociais forem atenuados, eles voltam a se manifestar entre os indivíduos que mutuamente se reconhecem como inimigos. A dominação presente na relação com a natureza, que supostamente foi necessária para a sobrevivência da espécie, reproduz-se no nível individual. A abdicação da consciência do que seria possível pela ação coletiva racional nos impele à sobrevivência individual (CROCHIK, 1999, p. 266).

Na sociedade, isso vem se expressando por um contexto social que nos coage, levando-nos a uma relação com o outro calcado na competitividade, marcada por uma crescente racionalização de todas as esferas da vida. Crochik (1999) defende que essa organização social fornece as condições para que, sob a égide da tecnificação, se escamoteie a ação destrutiva dos indivíduos em relação ao meio ambiente e aos outros. Do ponto de vista estritamente psíquico, de alguma forma a energia psíquica reprimida para se inserir socialmente tem que

ser sublimada, e nos marcos da sociedade capitalista, a sublimação canaliza a energia tendencialmente para a violência, e para a frieza, o que acaba por gerar grupos sociais com comportamentos e características pautados pelo preconceito, pela violência.

Nos tempos modernos poderíamos citar inúmeras situações noticiadas pelas mídias sobre extermínios/vulnerabilidades de índios, negros, islâmicos etc. Tudo que foge do padrão de comportamento do ocidental europeu branco, é considerado diferente. Alguns "diferentes" já são tolerados em função dos séculos de luta contra a discriminação, caso dos negros, mas outros ainda estão na mira das balas dos fuzis capitalistas. Destacamos que essa "tolerância" é bem relativa, ao passo que não podemos simplesmente pensar em uma "noção socialmente indiferenciada das populações afetadas" (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 12). Os processos capitalistas vulnerabilizatórios que tensionam esses grupos são fortemente presentes em nossas sociedades, trazendo riscos iminentes.

Também é essa frieza que marca nossa formação subjetiva que permite a cada um suportar os números de morte publicizados pelos dados estatísticos, proclamados como meras cifras; só com pouca ou nenhuma sensibilidade com a morte e com o sofrimento alheio é que é possível suportar tamanha violência, vislumbrada todos os dias na rua e nas imagens veiculadas pela mídia. A frieza aparece como uma máscara para esconder o sofrimento gerado pela luta para a autoconservação.

Nesse sentido, ao tratar do processo formativo, tendemos a considerar que essa sociedade atua muito mais no sentido da manutenção do estado de minoridade dos indivíduos, dificultando a todos a plena consciência da irracionalidade desse modo de organização social e utiliza, para tanto, mecanismos que atuam no aparelho psíquico. Alguns desses mecanismos foram tratados pelos estudos da Escola de Frankfurt, condensados sobre os conceitos de glamourização, estandarização e pseudo-individualização⁶⁹, cujo resultado é a regressão do indivíduo a estágios da infância de seu desenvolvimento psíquico.

A formação do indivíduo no processo civilizatório, desde os tempos mais remotos, caminha em parceria com a contradição, que expressa mecanismos cada vez mais sofisticados de dominação, seja da natureza, seja dos próprios homens, desenvolve, por outro lado, a possibilidade de libertação, uma vez que acirra o sofrimento. Essa última face formativa se dá pela necessidade de buscar a sobrevivência material por meio de um trabalho alienante e degradante, e pela compreensão desses mecanismos, já que as possibilidades de libertação vêm sendo negadas.

A prometida libertação no mundo material objetivo é adiada porque no plano subjetivo ocorre uma real subordinação e dominação. Nessa trajetória, aquilo que nos permitiu sair da animalidade, nosso pensamento reflexivo na relação com o real, vem sendo aniquilado. Como disseram Adorno e Horkheimer, "no trajeto da mitologia à logística, o pensamento perdeu o

elemento de reflexão sobre si mesmo, e hoje a maquinaria mutila os homens mesmo quando os alimenta” (1985, p. 48). Isto tem feito com que os indivíduos busquem outras formas de compensação pelo aumento da repressão das pulsões, por uma repressão da satisfação dos desejos que é maior do que a necessária para manter a vida em coletividade, o que Marcuse (1975) vai chamar de mais-repressão. O resultado é que tem gerado cada vez mais personalidades com características narcisistas, o que foi observado indiretamente nas investigações de Adorno et al. (1965) e de Crochik (1999).

O narcisismo está vinculado a uma personalidade com traços fortemente individualistas, daí a frieza. Os mecanismos sociais para fazer frente ao individualismo estão sendo praticamente eliminados da experiência humana. Na sociedade convivemos com regras, normas, costumes os quais atuam exaltando o individualismo, somos submetidos ao longo da vida a situações em que o que se valoriza é o sucesso individual: vale mais aquele que se esforça individualmente; só vence na vida quem aposta em si mesmo e na sua valorização; meritocracia, empreendedorismo individual e assim por diante. E por outro lado, por cinismo ou ignorância, lemos e escutamos discursos em prol da fraternidade, da cooperação, da solidariedade, da preservação; e é o que menos vemos na prática.

A formação em nossa sociedade, considerando o individualismo vivido e as ilusões que nos apresentam na prática, não vem formando-nos, de fato, como indivíduos. Formação tem relação com a conquista da autonomia

pelo indivíduo mediante a formação de um ego bem estruturado, capaz de lidar com as limitações que o coletivo coloca sem cair necessariamente nas malhas da integração total. É um indivíduo que tem real liberdade de escolha, não liberdade de escolha entre aquelas que melhor sirvam ao mercado e a acumulação de capital, fenômeno cada vez mais naturalizado em nosso tempo.

A sociedade atua sobre os indivíduos limitando ou cerceando escolhas e eliminando sua capacidade de decidir autonomamente. O movimento da Ilustração tem relação com isso, pois prometeu uma dada formação que deveria ter permitido a vida em sociedade longe dos medos, sofrimentos e riscos que a natureza nos impunha, bem como da necessidade de labuta para garantir a sobrevivência. Essa formação estava intimamente ligada a uma ideia de sociedade “sem status e sem exploração” (ADORNO, 2005, p. 5). Entretanto, aquilo que era pressuposto para a realização dessa formação, a autonomia, “No entanto, o a-priori do conceito de formação propriamente burguês, a autonomia, não teve tempo algum de constituir-se e a consciência passou diretamente de uma heteronomia a outra” (ADORNO, 2005, p. 7).

Se em tempos remotos éramos guiados pelos dogmas e pelas leis divinas, atualmente as leis que nos comandam são engendradas pelo mercado, pela economia e também pela Indústria Cultural. A base da exploração continua a ser as relações de produção, e isso ainda não foi modificado. O que se configura de novo no sistema capitalista é que, se anteriormente essa

condição de minoridade estava dada basicamente aos trabalhadores, aos despossuídos das condições de acesso aos bens culturais, a partir da ascensão da burguesia e da concretização da sociedade baseada nas trocas mercantis, a heteronomia se estende a todos mediante a pseudoformação cultural. A pseudoformação entendida como "(...) o espírito conquistado pelo caráter de fetiche da mercadoria" (2005, p. 15-16), tende a levar todos à não diferenciação e à não elevação do eu à condição de autodeterminação.

A sociedade atual, administrando a vida das pessoas até as instâncias mais íntimas, como afirma Adorno (2005, p. 10), "modelada até as últimas ramificações pelo princípio da equivalência", consegue reproduzir-se a si mesma e, conseqüentemente, reproduz esse estado de pseudoformação nos sujeitos, e este, por seu turno, "não se confina meramente ao espírito, adúltera também a vida sensorial. E coloca a questão psicodinâmica de como pode o sujeito resistir a uma racionalidade que, na verdade, é em si mesma irracional" (ADORNO, 2005, p. 15). Como expõe Crochik (1999):

A realização efetiva do homem, a possibilidade de viver a vida com um fim em si mesmo, depende de sua retirada do mundo do trabalho alienado. Esse, contudo, tem sido a base da constituição do indivíduo desde a antiguidade, aparentado que foi à ideia de sacrifício em nome da coletividade. Isso significa que o que conhecemos como indivíduo, nos dias de hoje, é a sua negação (CROCHIK, 1999, p. 14).

Para além do mundo do trabalho, isso concretamente coloca a questão de que atualmente vivemos "(...) em face da inimaginável pressão exercida sobre as pessoas, seja simplesmente pela própria organização do mundo, seja num sentido mais amplo, pelo controle planejado até mesmo de toda realidade interior pela Indústria Cultural" (ADORNO, 1995, p. 181), fazendo com que os meios para a superação da pseudoformação estejam sendo cada vez mais danificados. Entretanto é somente a partir de uma crítica à pseudoformação que conseguiremos construir alternativas concretas para a superação desse estado.

Então, qual direção seguir? As saídas pela virtualidade, nos refúgios das Redes Sociais, estão muito em voga atualmente como alternativa ao caos social no qual vivemos, contudo, qualquer alternativa que deixe ao largo a transformação das bases reais, materiais e subjetivas, dessa sociedade é ilusão, é mito; portanto, contribui muito mais para a sua manutenção tal como está do que para sua transformação. A sociedade vem perpetuando a contradição social, contrapondo os indivíduos na busca pela sobrevivência e dificultando suas realizações conforme suas próprias determinações e, "enquanto isto ocorre, a sociedade forma as pessoas mediante inúmeros canais e instâncias mediadoras, de um modo tal que tudo absorvem e aceitam nos termos desta configuração heterônoma que se desviou de si mesma em sua consciência" (ADORNO, 1995, p. 181). Essas instâncias mediadoras são também os meios de comunicação de massa, as mídias, as produções

culturais que apresentam um simulacro de sociedade que, em muitas situações, constrói imagens a partir de imagens, vendendo um mundo imaginário como sendo o real.

A Indústria Cultural subordinou a produção de bens culturais fazendo com que sua dimensão crítica se tornasse um conjunto de fórmulas prontas e inofensivas ao sistema. Ela atua de forma dinâmica e cria um amálgama para as contradições da sociedade, alicerçando em boa parte as condições para sua manutenção (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Com isso, a realização da pseudoformação, da coisificação da consciência, da neutralização das forças de resistência é o que a sociedade tem proporcionado como experiência social. As consequências são visíveis na formação de personalidades cuja frieza lhes permitem projetar armas de guerra mais eficazes; criar tecnologia para liminar postos de trabalho, sabendo que só se garante a vida material com trabalho; de criar sementes transgênicas sem se preocupar com os resultados para as próximas gerações; em distribuir agrotóxicos para garantir a produtividade etc.

Em decorrência, o narcisismo individual e coletivo ao voltar-se para si mesmo ou para interesses coletivos do endogrupo, faz com que as pessoas tenham cada vez mais dificuldades em se identificarem com o outro. Como seus instintos estão sendo reprimidos em níveis cada vez maiores, acabam buscando vários outros canais para liberarem suas insatisfações: podendo ser o espaço em que convive, a natureza ou o próprio homem. As

possibilidades de autodeterminação são poucas, pois a vida se torna um tempo de produção e de consumo de produtos que não são fruto de necessidades reais, mas criadas pela indústria da produção e forjadas como necessidade pela Indústria Cultural.

A possibilidade de relações calcadas na solidariedade e na fraternidade está se tornando cada vez mais difícil, pois ao invés de nos aproximarmos porque entendemos que formamos uma coletividade, que é mais que a soma de cada um individualmente, lançamo-nos uns contra os outros para garantir a própria sobrevivência. O resultado disso é que as pessoas se sentem cada vez mais sozinhas, ameaçadas, carentes de afeto e de amor, ainda que os mecanismos de socialização e os meios de comunicação estejam se ampliando e ficando cada vez mais sofisticados. Apesar de vivermos num tempo em que as possibilidades de comunicação humanas nunca foram tão desenvolvidas, contraditoriamente nos distanciamos cada vez mais das pessoas, nos comunicamos cada vez menos, pois nossa capacidade de ouvir, sentir, de reagir a tudo e a todos que nos cerca vem sendo diminuída. Essas são tendências que marcam nosso tempo.

Diante disso é que propomos que seja trazida para pensar essa sociedade urbano-industrial, bastante marcada pelo consumismo, ainda cindida em classes, e formadora de desigualdades, a Educação Ambiental Crítica e sua relação com o uso das imagens. Sem pretensões de esgotar o assunto, delimitamos um fragmento do campo da Educação Ambiental – o

espaço – para realizar esse exercício de reflexão.

Espaço urbano capitalista

A escolha da categoria espaço para essa discussão tem motivações políticas. É no espaço e na forma como é organizado que se vê materializado de maneira mais evidente o processo de destruição e aniquilamento da sociedade em nome da produtividade e lucratividade do capital, que utiliza e despreza a natureza e as pessoas em nome de sua manutenção. Um exemplo cruel são as favelas no Brasil em expansão nos grandes centros, resultadas em grande parte pela eliminação de parcela da população do mercado de trabalho. A formação dos bairros dos excluídos faz parte de uma trajetória de exclusão de parte da população, que ora é reserva de mercado, ora é expurgo mesmo. Para manutenção do sistema produtivo e econômico, os capitalistas não precisam mais desse contingente das favelas. A solução: isolamento da área; delimitação para criar barreiras para que essa população não saia de lá; eliminação de políticas que faz com que fiquem ao seu próprio destino; e eventualmente o Estado lhes dá alguma sobrevivência para manter as aparências.

Desse exemplo, invariavelmente duas situações acontecem na forma como a Indústria Cultural trata a favela: ora a mídia trata de vitimizar, ora de criminalizar; a população, com a imagem construída sobre esse espaço, ora o ignora (apagando-o da memória social), ora o teme (excluindo-os subjetivamente por meio do preconceito).

No caminho do mal menor, a população imbuída da frieza que constitui tendencialmente a psique, trata desse problema como “anomalia” e, na impossibilidade de resolvê-lo, ignora e nada faz para transformar esse contexto. Em relação ao espaço urbano, para compor nossas reflexões, cabem algumas considerações.

De acordo com Santos (1988), o espaço é um objeto privilegiado da Geografia, no entanto, vários outros campos do conhecimento vêm se aventurando a discuti-lo. Segundo o autor: “O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas” (SANTOS, 1988, s/p.). Tal ideia é ratificada por Gil Filho (2005), no que diz respeito à forte característica de interdependência presente nessa categoria.

Também Lefebvre (2006) aproxima-se desse entendimento: “Desse espaço, deve-se dizer que ele implica, contém e dissimula relações sociais. Se bem que não seja uma coisa, mas um conjunto de relações entre as coisas (objetos e produtos)” (LEFEVRE, 2006, p. 125). Assim, podemos falar em um espaço que se caracteriza por uma realidade relacional que se dá a partir da articulação social entre pessoas e objetos, sendo a percepção subjetiva do sujeito, o modo pelo qual edifica-se o conhecimento do espaço. O espaço não seria um fenômeno cristalizado, mas um ambiente de possibilidades relacionais e nesse processo constitutivo se estabelece talvez a mais importante forma de se relacionar com a natureza, que é o trabalho.

Os campos científicos não são unívocos a respeito da conceituação do termo 'espaço', o que conduz Pino (1996) ao entendimento de que o conceito de espaço demanda uma noção multidisciplinar, e não apenas um agregado de pontos de vista diferentes. O argumento desse autor é que o espaço é representado por nós, não apenas como algo em si, mas associado a uma experiência sensível. Por isso, o espaço pode ser entendido como relacional e que abarca tanto a 'coisa em si' como a 'coisa percebida'⁷⁰, sendo esta a única forma de acesso à realidade, expressa por uma conversão de sinais.

Na condição de sujeito-objeto de observação, o homem não só percebe o movimento dos seres vivos em interação e as mudanças de posição dos objetos em relação a outros objetos, mas percebe também seus próprios movimentos em interação com os dos outros, sujeitos ou objetos, que constituem seu meio.

A afirmação de que o espaço também é uma representação feita por indivíduos implica a posição de que o espaço real é relativo, e não apenas material, pois depende de uma série de fatores associados às produções sociais. Para Santos (2006), além dos objetos geográficos, dos objetos naturais e dos objetos sociais, a vida participa também da constituição do espaço, dito de outra forma, o espaço constitui-se também pela sociedade em movimento, que preenche e anima-o. Dessa forma, espaço reúne a materialidade e a vida que o anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência

material própria, mas sua existência social somente lhe é dada pelo fato das relações sociais estarem presentes e atuantes (SANTOS, 2006).

A produção do espaço, no caso, urbano capitalista, é fruto de acúmulos de ações criadas por aqueles que produzem e consomem espaço, os agentes sociais concretos. Estes agentes são, de acordo com Corrêa (1993), os proprietários dos meios de produção; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os trabalhadores e os grupos sociais excluídos. Carlos (2007, p. 11) argumenta que o espaço, que foi apropriado e transformado pela ação humana, é o elemento central que constitui a existência humana, e o espaço urbano, de forma específica, se revela "condição, meio e produto da ação humana – pelo uso – ao longo do tempo", caracterizando-se em um lugar de amplitudes, abrangendo as possibilidades de projetos que podem garantir ou não nosso futuro. Importante salientar que a decisão sobre o uso do espaço fica sempre para aqueles que se apropriaram do espaço físico: os proprietários fundiários e imobiliários. Aos demais grupos humanos cabe ajustar-se aos seus interesses ou ficar fora dos espaços delimitados pelos proprietários.

Exemplo disso são as "zonas de sacrifícios", conceito discutido pelo movimento de justiça ambiental, "onde as vidas são mais baratas e os perigos e riscos de acidentes invisibilizados ou subestimados" (RAMIARINA, 2016, p. 66); e a correlação que faz essa autora, com a expressão "populações de sacrifícios". Para ela,

(...) estas pessoas mesmo ao saírem da localidade onde moram sofrem outros tipos de violação de direitos nos precários deslocamentos proporcionados pelo sistema público de transporte (sobretudo entre regiões populares), no tratamento a elas destinado em sistemas de saúde públicos, nas baixas expectativas a elas atribuídas em suas trajetórias escolares, no preconceito que sofrem por sua cor, por seus trajes, por sua fala. Tal termo destaca então a articulação de violações de determinados direitos individuais e coletivos em duas dimensões: enquanto destinadas a moradores de zonas de sacrifício e quando estes moradores saem de seu local de moradia e transitam pela cidade. Compondo, enfim, a grande parte da população a qual se destina o ônus da manutenção de um modelo de desenvolvimento pautado numa estrutura societária desigual na distribuição dos bens e na qualidade de vida e que tem sua humanidade reduzida à esfera discursiva (RAMIARINA, 2016, p. 66-67).

A cidade, como espaço urbano, permite uma abordagem particular a partir da percepção que seus habitantes, ou algum de seus segmentos, têm dela e de suas partes. O estudo das cidades nos possibilita tratar e reconhecer os conflitos sociais onde se manifestam e se aprofundam as contradições do mundo moderno (CARLOS, 2007). Nota-se que a complexificação da vida contemporânea vem reclamando, e mesmo impondo, um redirecionamento de nossas ações para esses aspectos, contraditórios por natureza.

O espaço urbano é tratado por Corrêa (1993) como um complexo conjunto de usos da terra. Fragmentado e articulado, é expressão da sociedade capitalista, tanto das ações do presente como daquelas realizadas no passado, que deixaram suas marcas dos períodos e das fases econômicas e tecnológicas do sistema econômico.

Sennet (2014), no estudo que faz do espaço público, explicita como as grandes cidades europeias dos séculos XVIII e XIX – Paris e Londres – mudaram a configuração da cidade em função da passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. A industrialização e a produção em escala de produtos trouxeram como resultado uma profunda transformação nos processos de uso do espaço, e Londres e Paris reformaram o espaço urbano para se adequar às exigências que esse modelo econômico trazia. Paris abriu grandes bulevares para permitir um deslocamento melhor entre os consumidores e os centros de venda de produtos; Londres organizou os bairros em função dos níveis socioeconômicos, estratificando também o comércio.

Aqui no Brasil, esse movimento urbanístico ficou evidente a partir da década de 1920, com o surgimento do urbanismo, uma nova disciplina, que trazia uma concepção mais sistêmica da cidade (no cenário da capital – Rio de Janeiro), visando seu embelezamento. Essa disciplina, de certa forma, complementava a visão médico-científica e foi durante este período que as campanhas contra as favelas no país foram intensificadas. Diante disso, a remodelação do Rio foi pensada e

várias fotos, tiradas das favelas cariocas por simpatizantes à causa da remoção desses espaços, foram usadas como justificativas nesse processo. Mas, foi através de um filme de cerca de dez minutos, realizado por Mattos Pimenta, "As favelas", patrocinado pelo Rotary Club do Rio de Janeiro, que se ampliou o sucesso dessa empreitada em desqualificação do espaço das favelas, afinal, "um filme, bem divulgado, deveria causar, com suas imagens, impacto muito maior junto à opinião pública, sobretudo em respaldo a uma grande campanha" (VALLADARES, 2000, p.16). Podemos perceber que a questão da imagem é recorrente nos processos socioeconômicos.

Nota-se, entretanto, que a despeito das metas urbanísticas e das visões médico-científicas que defendiam essa interferência no espaço físico da Capital Federal, havia também uma preocupação de base econômico-desenvolvimentista que sustentava essas justificativas de remoção que então ocorreram. É possível afirmar que o espaço urbano é mutável e condicionante da sociedade, sendo marcadamente um espaço de intensas desigualdades, guardando similitude com o próprio sistema que o organiza, o que nos permite nomeá-lo de espaço urbano capitalista.

Oliveira (2002) argumenta que o espaço urbano é demarcado como um campo "complexo onde se posicionam interesses e paixões, apresenta desafios concretos para os responsáveis pela política urbana nos grandes centros e tem consequências palpáveis no cotidiano das cidades" (OLIVEIRA, 2002, p. 11). Tal entendimento parece

evidenciar, ainda de forma mais enfática, a questão de poder que perpassa a organização do espaço urbano e suas contradições, que se apresentam em diferentes grupos de interesse.

O espaço urbano evidencia uma contínua guerra espacial, revelando-se como um campo de batalha (BAUMAN, 1999), onde uma elite, pequena, pode se defender através de grades e outros instrumentos de segurança, condição não compartilhada pelo 'resistente' da população, pelos trabalhadores. Como excluídos, respondem de alguma forma a esse processo. Como explicita Bauman (1999):

Aqueles incapazes de fazer de sua vida separada uma questão de segurança estão na ponta receptora do equivalente contemporâneo dos guetos do início dos tempos modernos (...). Os habitantes desprezados e despojados de poder das áreas pressionadas e implacavelmente usurpadas respondem com ações agressivas próprias; tentam instalar nas fronteiras de seus guetos seus próprios avisos de "não ultrapasse" (BAUMAN, 1999, p. 29).

Nesse sentido, podemos dizer que as imagens construídas pelos veículos de comunicação – não exclusivamente, mas especialmente – sobre os locais destinados aos pobres nas cidades alimentam uma narrativa sobre esses lugares, cuja representação ancora em larga medida os processos de socialização: são locais perigosos, portanto devem ser evitados; os moradores não são confiáveis ou não são pessoas que se esforçam na vida, por isso essa

condição. Na lógica do individualismo e da meritocracia, a imagem que se cria das favelas e, por corolário, de seus moradores, é de que o mundo é ruim por culpa deles. São imagens representativas que escondem por trás a verdadeira face do sistema econômico capitalista: a exclusão e a miséria que é gerada pela forma como esse sistema organiza a vida em sociedade. A favela, como um tipo de uso do espaço urbano, não é uma excepcionalidade, é a regra no capitalismo. Pode-se encontrar favelas mais ou menos estruturadas, mas que não deixam de ser favelas.

Como observou Fernandes (2005), o que se pensa sobre as favelas revela que ela seja

(...) o lugar por excelência da violência, onde nascem e vivem os bandidos da cidade. Cabe considerar, que esta visão não é recente; aparece nos noticiários da época que relataram o surgimento das primeiras favelas da cidade (FERNANDES, 2005, p. 3).

Certamente, para a sociedade, há que se criar uma narrativa sobre a favela para que não mostre o que realmente ela é: resultado direto do modo de produção capitalista. Para Preteceille e Valladares (2000, p. 460), "Tudo faz crer, assim, que a representação tradicional e a imagem consagrada da favela devam ser revistas e atualizadas". No sentido de um dado encobrimento da realidade, uma das revisões que são feitas pelos próprios setores dominantes é o de transformação do espaço das favelas, justificando que a convivência nas grandes cidades tem

sido algo de difícil mobilidade. Reconhecem que:

(...) a presença das favelas é algo já consolidado – muito embora o desejo remocionista ainda permaneça – os setores dominantes da sociedade carioca tiveram que criar mecanismos que possibilitassem a manutenção de seu modo de vida, sem que para isso fosse necessário explodir as favelas, como muitos desejariam (FERNANDES, 2005, p.10).

Um desses mecanismos implantados pelos setores dominantes é o de transformação do espaço de favelas como destino turístico⁷¹, portanto uma (re) produção do espaço urbano. O termo favela é, inclusive, utilizado como importante marca, como nos demonstra Freire-Medeiros (2007). A favela que é resultado do expurgo de parte da população, é transformada de objeto de observação turística, retornando em capital aos já possuidores de capital: a favela ao mesmo tempo que é "lixo" pois é improdutiva para o sistema produtivo, torna-se um "lixo" lucrativo para o sistema de serviços, pela via do turismo. Freire-Medeiros (2007) afirma que os moradores das favelas praticamente não usufruíam das benesses do mercado turístico, pois não havia distribuição de lucros e o reinvestimento do capital era mínimo, configurando-se em geral através de caridade. Isto demonstra que o desenvolvimento social na favela praticamente inexistente, reproduzindo assim as desigualdades lá encontradas pelos turistas. Os favelados permanecem na condição de assistidos, quando muito. Esse contexto

mostra uma das facetas mais obscuras do capitalismo: de transformar tudo em produto a ser comercializado, inclusive a miséria que engendra. É a exploração da miséria. Como compreender essa irracionalidade, senão por mecanismos psíquicos já assimilados por grande parte da população?

Também é interessante nessas reflexões incluir as questões ambientais, em especial as representações que a sociedade faz do meio ambiente. Isto porque tais abordagens, bem como àquelas do espaço, são muito importantes para pensarmos as possibilidades para uma Educação Ambiental Crítica.

Meio Ambiente, aparência e essência

A educadora Michèle Sato (1997, p. 3) defende que as representações sobre o meio ambiente "(...) bem como as suas modificações ao longo do tempo que importam: é nelas que se busca intervir quando se trabalha o tema ambiente". Assim, sobre o entendimento que se tem sobre meio ambiente, suas representações ou imagens, é que deve atuar a educação ambiental.

De acordo com Freitas (2006), a partir de uma investigação a respeito das representações sociais de um espaço florestal, essas questões apareceram. A pesquisa tratou de uma área de proteção ambiental, remanescente de mata atlântica, de inegável riqueza socioambiental que teve sua importância para o bioma obscurecidos pela imagem que se construiu do lugar ligada ao entretenimento, ao lazer, de forma marcadamente utilitária. Surpreendeu o pesquisador, que diante de um

complexo biodiverso tão significativo, os sujeitos entrevistados pudessem desconsiderar as potencialidades de um meio ambiente equilibrado para suas vidas, direcionando o referido espaço ao apetite do mercado imobiliário. Chama a atenção o fato de que os diversos grupos sociais que utilizam o local, predominantemente trabalhadores, não reconhecem as tensões sociais presentes naquele espaço, sequer compreendem, que os mais afetados com a destruição daquele bioma serão eles mesmos, pois os donos dos recursos moram em outros lugares.

Isso é recorrente na sociedade urbana capitalista, e é por isso que, recuperando o pensamento de Sato (1997) de que devemos nos concentrar nas representações, discordamos parcialmente dele, entendendo que conhecer as representações torna-se importante, mas para além disso, devemos pensar e atuar sobre as causas (essência) dessas representações (aparências), pois elas são impulsionadas pela mídia articulada ao sistema econômico vigente que vem alimentando, de forma contínua, a voracidade do sistema capitalista e sustentando lógicas sociais que afastam o reconhecimento da importância de um meio ambiente equilibrado. Nesse sentido, nos parece adequada a conceituação de espaço de Henri Lefebvre (2006), quando afirma que esse se apresenta como um instrumento de controle, que auxilia o capitalismo a manter o status quo, mas também, nos dizeres de Baltazar (2010), um instrumento para a resiliência⁷², tanto para a adaptação quanto para a transformação social.

O problema é que o uso do espaço, predominantemente, tem servido à economia capitalista como um mecanismo de resiliência adaptativa, alicerçando o controle de modos alternativos de produção. Foi isso que vinculou a produção capitalista com um dado crescimento econômico, o qual gera um mal-estar insustentável nos dias atuais, na busca por uma vida melhor, grosso modo, que não nos é permitida pela irracionalidade e pelas contradições inerentes ao capital, conforme discutido anteriormente.

Em direção a uma síntese

Tentaremos agora articular as questões discutidas acerca das imagens, da formação dos sujeitos na sociedade capitalista e a questão ambiental, extremamente importantes na contemporaneidade. Retomemos alguns aspectos relacionados à imagem.

Primeiramente, gostaríamos de retomar a noção de spectrum de Barthes, do sentimento associado à imagem, operador pela cisão que a imagem provoca no mundo, desassociando o real de uma representação sobre ele. Dessa cisão, emerge uma relação indefinível entre temporalidades, reconstruindo nosso aparelho psíquico em termos de suporte à noção de tempos passado, presente e futuro. A criação de imagens alicerça a noção de tempo linear, o que sustenta subjetivamente – e em seguida objetivamente – a sensação de que a vida e o mundo estão presos à dimensão temporal linear. Os sentimentos de nostalgia e de esperança que alimentam nosso cotidiano conformam um modo de

ser e de viver. As imagens alimentam a “alma” e surgem ou desaparecem de nossa memória a partir de “filtros” criados pelas experiências que o enfrentamento com o real nos coloca. Por outro lado, elas, por sua velocidade instantânea, incorporam-se às nossas experiências, de forma que não temos tempo para metabolizá-las de forma adequada muitas vezes. É no exercício crítico que podemos mitigar esse processo, tendo em vista certa autonomia do pensamento.

Para além das necessidades estritamente biológicas, essenciais para manutenção da vida física, as ditas necessidades subjetivas são alimentadas fortemente pelas imagens com as quais lidamos no cotidiano que ora nos induzem para um lado, ora para outro. Basta pensar sobre o que é a moda. Moda é uma invenção humana que opera no nível do desejo subjetivo, em geral, absolutamente desnecessário, mas que por meio das imagens e ideias veiculadas em torno dos objetos, criam nas pessoas a condição subjetiva para seu consumo, o que está no cerne do que Karl Marx denomina de “Fetichismo da Mercadoria” e Herbert Marcuse atualizando o conceito passa a chamar essas necessidades de “Falsas Necessidades”.

Pensamos que nossa relação, por exemplo, com a fotografia, advém de nossa incapacidade em nos manter vivos, a certeza da morte na cultura ocidental ainda não é aceito; o desejo humano de conservar traços de uma presença que irá desaparecer com o tempo, revigora e potencializa a produção de imagens e a incorporação das mesmas nos processos sociais.

É como se fosse natural hoje termos imagens circulando em todos os lugares e momentos, imagens de outros lugares – reais ou fictícios – nos transportam rompendo com os limites do espaço e da nossa capacidade de locomoção.

Complexificando a questão, a imagem, em especial a fotográfica, nos toma por sua força de evidência e em bloco. Diferentemente do texto, a leitura da imagem se dá num todo, o olhar é tomado como as experiências com o real, pela totalidade que o compõe. Porém a imagem não é o todo, é um recorte dele, portanto, passível de mostrar partes do real. Novamente a imagem vem superar uma limitação humana: além do tempo, a imagem atua na percepção do espaço. A força que a imagem possui, quase a coloca como uma evidência clara do real. A fotografia teria sido um dia, compreendida como documento de verdade.

Nossa relação com a imagem remonta os processos de significação e constituição da subjetividade humana. Porém, a subjetividade se constitui a partir das relações que estabelecemos ao longo da vida, e a sociedade ocidental urbano-industrial tem um modo de operar que traz consequências determinantes – mas não deterministas – para o sujeito. A vida em sociedade tem hoje o objetivo de reproduzir de forma ampliada o capital, não tenhamos muitas ilusões quanto esse fato, de forma que as decisões são tomadas do ponto de vista político e econômico, com objetivo de manutenção do status quo. O capitalismo é tomado, nesse sentido, como um sistema econômico transhistórico, como se não tivesse tido

um início e não pudesse ter um fim. Devemos estar atentos para isso. À sedução e à força provocada pela imagem, precisamos contrapor, construindo e reconstruindo a crítica cultural.

O uso que é dado às imagens opera muito mais no sentido de reforçar essa ideia – de perpetuação do capitalismo enquanto forma de organização social – do que de mostrar suas mazelas e a necessidade de sua superação. A classe trabalhadora está sendo prejudicada e parte dela dizimada pelo sistema. As distopias cinematográficas não são suficientes para apontar a superação do capitalismo, em sua maioria se limitam a desconstruir a sociedade, mas não expõe e propõe a superação da dominação enquanto elementos constitutivos da relação que temos com a natureza e entre os sujeitos. Vide, como exemplo, os indivíduos que possuem dificuldades para ter uma moradia digna e são cotidianamente estereotipados e afetados pela abrangência do sistema, como os habitantes das favelas. A natureza/meio ambiente sofre bastante com isso também, pois são transformadas apenas em recursos.

A Indústria Cultural opera muito fortemente para mascarar as relações de dominação e de exploração que sustentam esse sistema econômico e social. Nos espaços e momentos de lazer a sociedade é submetida a uma superexposição visual em que o central é a manutenção dos princípios, falsamente alimentados pelo sistema de que todos têm liberdade, igualdade e que devemos promover a fraternidade. Do ponto de vista crítico que defendemos, a liberdade é uma mentira, assim como a igualdade, e falar

em fraternidade é quase sinônimo de cinismo nos dias atuais. Há um esforço da indústria cultural em direcionar sensibilidades, valorizando o consumo e desvalorizando práticas de leitura crítica.

Tem um fio condutor que relaciona a formação na sociedade atual, a educação ambiental e as imagens: o falseamento do real. Entendemos que uma Educação Ambiental Crítica não pode prescindir de buscar, na Economia Política, na Sociologia e na Filosofia os subsídios para compreender os fundamentos dessa sociedade, e na Arte como uma das formas de representar o mundo. Contudo, não é qualquer Economia, Sociologia, Filosofia ou Arte que podem auxiliar-nos nessa tarefa; mas somente aqueles pensadores e teorias que tiveram e tem o compromisso de desvelar o funcionamento do sistema social que vivemos em sua essência, não em sua aparência apenas. Que consegue trazer à tona a forma distorcida com a qual o sistema usa o meio ambiente explora suas riquezas, ocupa e desocupa os espaços, cria fluxos migratórios para um lado ou para outro. Esse sistema social tem donos e não somos nós, classe trabalhadora. Nós estamos à serviço. Por mais que a Educação tenha no discurso a premissa da necessidade da educação para libertar o sujeito, se encontra delimitada pela lógica burguesa, e nos marcos do sistema atual, a educação tem funcionado para adaptar as novas gerações à essa sociedade; o que certamente nunca consegue na totalidade. A força das evidências reais – a pobreza, a fome, a miséria humana – por mais estetizadas que sejam por meio

das imagens, mostram que algo não está certo.

Sobre essa contradição evidente – do sofrimento e da morte escondida nos arrabaldes das cidades, presas em uma espécie de submundo, mascarada pelas imagens distorcidas que são feitas sobre elas – é que pensamos que reside a força e a potencialidade de uma Educação Ambiental Crítica de qualidade. Aproximando-nos do fim de nossas reflexões, pensamos que toda educação, especialmente a educação ambiental crítica, deve pensar disputar e explorar os novos meios de comunicação na intenção de evitar a heteronomização das novas gerações pela grande mídia.

Referências

- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ADORNO, T. W. et al. La personalidad autoritaria. Buenos Aires: Editorial Proyección, 1965.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos. 2ª ed. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ADORNO, T. W. Teoria da pseudocultura. Primeira Versão. Ano IV, n. 191, Volume XIII mai-ago., Porto Velho, 2005.
- ADORNO, Theodor W. Educação e Emancipação. Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

- BALTAZAR, A. P. Sobre a resiliência dos sistemas urbanos: devem eles ser resilientes e são eles realmente sistemas? In V!RUS. N. 3. São Carlos: Nomads.usp, 2010. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus03/invited/layout.php?item=1&lang=pt>. Acessado em: 10 mar 2018.
- BARTHES, R. A Câmara Clara: notas sobre a fotografia. Tradução: Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BAUMAN, Z. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- CARLOS, A. F. A. O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1993.
- CROCHIK, J. L. A ideologia da racionalidade tecnológica e a personalidade narcisista. São Paulo: IPUSP. Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para o concurso de Livre Docência, 1999.
- DUBOIS, P. O ato fotográfico e outros ensaios. Tradução: Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus, 2001. (Série Ofício de Arte e Forma).
- FERNANDES, F. L. Os discursos sobre as favelas e os limites ao direito à cidade. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 2(3), 37-62, 2005.
- FREIRE-MEDEIROS, B. A construção da favela carioca como destino turístico. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.
- FREIRE-MEDEIROS, B. A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. Rev. bras. Ci. Soc., v. 22(65), 61-72, 2007.
- FREITAS, E. S. O discurso do sujeito coletivo e a representação social do Parque Natural Municipal da Freguesia: o que os "Amigos do Bosque" nos contam? Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2006.
- FREUD, S. O mal-estar na civilização. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- GIL FILHO, S. F. Geografia Cultural: estrutura e primado das representações. Espaço e Cultura, v. 19-20, 51-59, 2005.
- JOLY, M. Introdução à Análise da Imagem. Lisboa, Pt: Edições 70, 2007.
- LEFEBVRE, H. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.
- MARCUSE, H. Eros e Civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- OLIVEIRA, L. L. (Org.). Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

PINO, A. A categoria de 'espaço' em psicologia. In: MIGUEL, A.; ZAMBONI, E. Representações do espaço – multidisciplinaridade na educação. Campinas: Autores Associados, 1996.

PRETECEILE, E.; VALLADARES, L. A desigualdade entre os pobres – favela, favelas. In: Henriques, Ricardo (Org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2000.

RAMIARINA, N. T. R. Educação Ambiental e Direitos Humanos na formação inicial de professores de Ciências Biológicas. Tese (Doutorado), PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil, 2016.

RAMOS-DE-OLIVEIRA, N. Reflexões sobre a educação danificada. In ZUIM, A. A. S.; PUCCI, B.; RAMOS-DE-OLIVEIRA, N. A educação danificada: contribuições à teoria crítica da educação. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1998

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica, e tempo, razão e emoção. 4ª ed., 2ª reimpr. São Paulo: EDUSP (Coleção Milton Santos; 1), 2006.

SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SATO, M. Educação para o ambiente amazônico. São Carlos: SP, 1997. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. SENNET, R. O declínio do homem público. Trad. Lygia Araujo Watanabe – 1ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

VALLADARES, L. A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais. Rev. bras. Ci. Soc., v. 15(44), 2000.

NOTAS

Capítulo 8

69 Esses conceitos são bastante complexos para serem tratados no escopo desse artigo. Para um aprofundamento sugerimos a leitura dos textos: ADORNO, Theodor W e SIMPSON, G. 1986. Sobre a música popular. In: COHN, Gabriel. Theodor W. Adorno: sociologia. São Paulo: Ática. ADORNO, Theodor W. 1971. Teoria da pseudocultura. In: HORKHEIMER, M e ADORNO, T. W. Sociológica. Madrid: Taurus.

70 Podemos dizer que, de modo analógico, a 'coisa percebida' seria constituída de representações, sendo a esfera da 'coisa para si', onde se dão as propriedades do objeto, o mundo semântico e o reino do simbólico (Gil Filho, 2005).

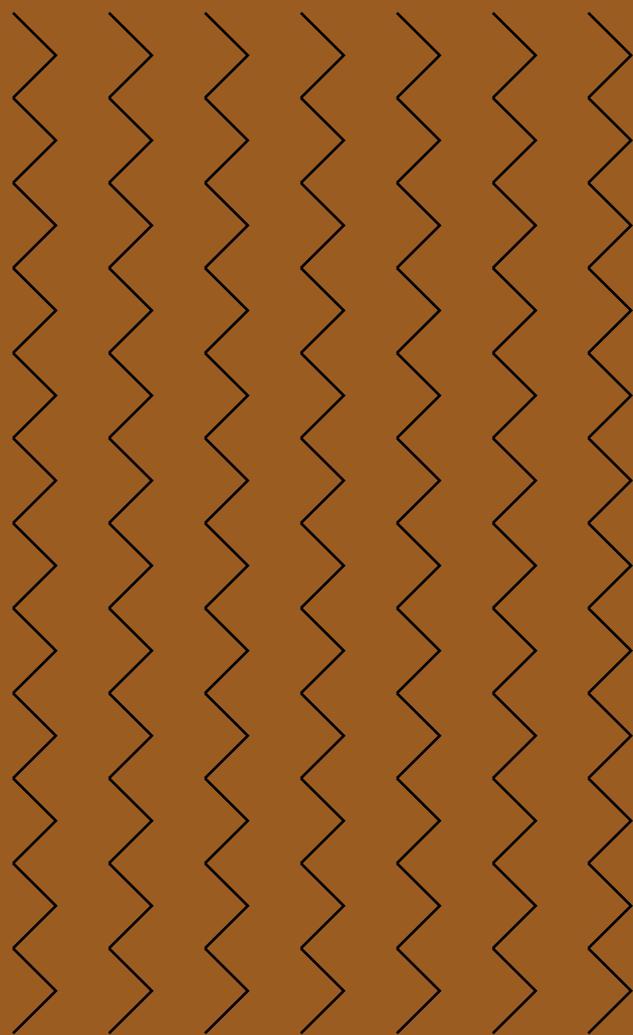
71 O marco fundador da favela como destino turístico foi a Eco-92 (FREIRE-MEDEIROS, 2006). Não é objeto de nosso trabalho aprofundar esta problemática, mas vale ressaltar que há favelas em que a exploração do turismo é feita por agentes externos privados [Rocinha], por lideranças locais [Morro da Babilônia], por ONGs [Morro dos Prazeres] e pelo Governo – Prefeitura do Rio de Janeiro [Morro da Providência] (FREIRE-MEDEIROS, 2006; 2007).

72 A palavra resiliência tem relação com elasticidade, capacidade de resistir à forças externas. De modo figurativo representa a capacidade de se recobrar facilmente ou se adaptar à má sorte ou às mudanças cotidianas.

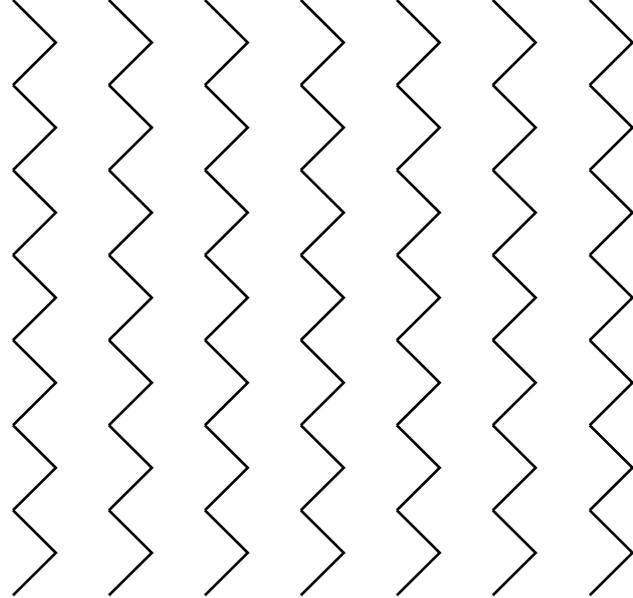
Imagem, Imaginário, Imaginação em Sebastião Salgado

Paulo Maia

09.



Introdução



Este capítulo⁷³ busca compreender a transformação do olhar, da memória e do imaginário na fotografia de Sebastião Salgado. Sua fotografia documental a partir dos anos 60 demonstra uma perspectiva comprometida com as camadas populares da periferia do capital. Seu procedimento fotográfico, que o afasta do fotojornalismo, o conduz a um gênero narrativo conhecido como documental humanista, que depende de um longo tempo de produção. Fenômeno fotográfico é como Sebastião chama a convivência que estabelece com as comunidades que fotografa desde que partiu para um autoexílio durante a ditadura militar no Brasil. Ao longo de suas viagens por mais de 40 países, ele registrou transformações geopolíticas e geoculturais operadas pela “nova morfologia do trabalho” (ANTUNES) e por suas consequências: empobrecimento, guerras e migrações forçadas gerando uma enorme quantidade de refugiados em diferentes territórios no planeta. Êxodos (2000) é um ensaio que engloba os três anteriores, numa pesquisa que durou 23 anos (1977 a 2000): Outras Américas (1986), Trabalhadores: uma arqueologia da era industrial (1996) e Terra (1997).

Neste processo, sua perspectiva política se intensificou, suas memórias foram atravessadas com as urgências daqueles que fotografou, seu olhar trocou um tom de observação passiva dos problemas evocados por outro tom cuja forma propõe resistência e luta. Há um sentimento de travessia em cada imagem de Salgado na sua trajetória. Suas fotos demonstram a curiosidade do estudante, a atenção do antropólogo e o esforço de todos os trabalhadores com quem conviveu. Sentimento de travessia é o acúmulo das experiências de Salgado. Não há

álibi nem conserto para a história que ficou sendo sua. Uma consciência da história, um inventário de imagens que evocam a transformação no planeta e na subjetividade do próprio fotógrafo, um imaginário sem palavras nem voz.

Olhar



Que tipo de imaginação desperta uma imagem como esta? Sob árvores, há um quadro de anotações e um homem em pé com um apagador na mão. Seu olhar estabelece uma linha que se liga aos olhares de jovens sentados à sua frente. Ele parece falar coisas muito importantes para esses ouvintes atentos. É uma aula. No primeiro plano da imagem, uma árvore enraíza-se num barranco e divide a cena em duas partes, como uma balança. Unidade, equilíbrio e harmonia. Professor e alunos em uma composição cuja harmonia se dá no contraste

Fig. 1 - Êxodos, 2000. Campo de refugiados no Quênia. Guerra Civil no Sudão 1994.

entre as posições ocupadas na cena. Assim, há uma única e enraizada direção sintonizada para a transmissão do conhecimento. Além disso, a tranquilidade conotada pela imagem dos gestos do professor e a atenção concentrada dos alunos conferem uma tensão que sustenta o conjunto.

Os símbolos são tão fortes que mesmo sem legenda é fácil chegar a este sentido. Entretanto, se poderia olhar para a imagem e também imaginar um miliciano dando instruções a jovens forçados a lutar na guerra civil no Sudão no início dos anos 90. Tanto estado quanto milícias recrutavam sumariamente jovens em diferentes regiões do país para forçá-los ao combate. Isso obrigava muitos a fugirem para os países vizinhos, para campos de refugiados da ONU como este retratado acima, onde jovens sudaneses tem aula de acordo com o currículo do Quênia. Tal como nos informa a legenda preparada por Sebastião Salgado em seu livro *Êxodos* (2000).

A fotografia isola os indivíduos, estetiza o objeto, naturaliza a experiência. Sebastião Salgado convive intensamente com seus fotografados e suas fotografias resultam do acordo estabelecido. O fotógrafo produz imagens do nosso tempo, seus princípios políticos e todos os outros que dão forma às suas composições remontam estratégias clássicas. Suas obras são alegorias épicas que remetem a transformações radicais de nossa natureza no fim do século XX. O tema é fundamental, o livro denuncia mobilizações forçadas em massa, identificando grupos de refugiados em todos os continentes. "Fenômeno fotográfico" é como Salgado

chama seu procedimento de investigação, negociação e produção fotográfica. É um momento único, um instante construído com muita delicadeza e atenção pelo seu olhar.

A informação sobre a utilização do currículo do Quênia e a formatação que analisamos acima, no entanto, sugerem uma cultura desativada, pois tornada refém, tornada passiva. A legenda de Salgado ainda nos informa que muitas comunidades do Sudão eram seminômades até alguns anos antes da produção do ensaio fotográfico. Sendo assim, deviam também ter outras formas de organização do trabalho e da educação, outras culturas desautorizadas pela guerra. Ao fugirem do autoritarismo do estado e das milícias, estes jovens são salvos em abrigos no país vizinho, o Quênia. É importante que tenham sido recebidos e que tenham tido acesso a algum tipo de educação formal. Do contrário, estariam ainda mais perdidos em suas culturas de origem, completamente devastadas. É necessário, contudo, observar a ideologia que parece atravessar a experiência registrada no olhar do fotógrafo e como isso passa a também atravessar o nosso imaginário. A imagem documenta uma aula e isso não é difícil identificarmos.

Haverá outras interpretações da imagem; porém, a legenda deve ocupar um papel modalizador (SONTAG, *Sobre a fotografia*, 1977). O eixo dos olhares em diagonal, a posição de destaque do professor e do quadro com informações na composição da foto e a legenda estabelecem um padrão de comunicação em canal fechado. O problema não está no conteúdo da

imagem, mas na forma da experiência representada. A forma, discreta ou ostensivamente, será ela mesma o verdadeiro conteúdo da relação estabelecida entre os sujeitos retratados. Verdadeiro não é irrefutável. Por isso, há formas variadas de trabalho e comunicação, assim como há todo tipo de autonomia e liberdade. Os jovens sudaneses, nesse caso, fugiram de um território perigoso, de um espaço hostil e opressor, para conquistar autonomia. Isso se analisarmos a questão sob uma perspectiva idealista e teleológica, desconsiderando que caça e caçador tem esperanças simultâneas. Sob outro prisma, entretanto, podemos questionar: estes jovens estariam aprendendo mais do que ouvir e observar? Parece que não, parece que aprendem obedecer e reproduzir. E nós com eles, pois é tal imaginação que uma imagem como esta desperta em nosso imaginário, desperta ou encontra uma identificação.

Imagem

Êxodos (2000) conta a história das migrações forçadas, dos refugiados e exilados por razões bélicas, sanitárias e econômicas no final do século XX em diferentes regiões da periferia do capital. O fotógrafo percorreu diferentes lugares, atravessou diversas culturas e foi atravessado pelo impasse comum que as aproximava.

Este livro conta a história da humanidade em trânsito. É uma história perturbadora, pois poucas pessoas abandonam a terra natal por vontade própria. Em geral, elas se tornam

migrantes, refugiadas ou exiladas constrangidas por forças que não têm como controlar, fugindo da pobreza, da repressão ou das guerras. Partem com os pertences que conseguem carregar, avançam como podem a bordo de frágeis embarcações, espremidas em trens e caminhões, a pé... Viajam sozinhas, com as famílias ou em grupos. Algumas sabem pra onde estão indo, confiantes de que as espera uma vida melhor. Outras estão simplesmente em fuga, aliviadas por estarem vivas. Muitas não conseguirão chegar a lugar nenhum. (SALGADO, Êxodos, p. 9)

A fotografia de Salgado é fruto de um sentimento, na medida em que ele afirma a vivência que recria em seus retratos. Sentimento de travessia poderia ser o modo como reconhecemos o seu procedimento. Há um percurso realizado, um tempo vivido e, sobretudo, memórias atravessadas no processo de construção de suas narrativas fotográficas. Memórias de um narrador viajante e, de certa forma, também migrante, já que ele mesmo se autoexilara do Brasil depois do golpe militar em 1964.

Nos anos 1990, uma guerra civil paralisou o Sudão, tirou o país do trilho da história, ou destinou a ele um lugar especialíssimo fora da locomotiva do progresso. Por fim, milhares de sudaneses foram obrigados a fugir para países vizinhos, como a República Democrática do Congo. Sebastião Salgado estava na África para fotografar a experiência dos médicos sem fronteira no combate à poliomielite e foi envolvido por diferentes conflitos civis.



Figuras 2 e 3 - Êxodos, 2000. República Democrática do Congo, 1997.

A perspectiva e o autocontraste nas imagens deste ensaio despertam memórias insólitas. A silhueta funciona como uma evidência da partida. As linhas do trilho dão profundidade e volume ao conjunto, equilibrando a composição e alargando a dimensão da tragédia. Salgado viaja ao contexto dos conflitos para documentar as movimentações populacionais forçadas no continente. O fotógrafo reelabora suas memórias da experiência vivida com imagens de um colecionador de fragmentos de mundos estilhaçados. Sob este aspecto, podemos aproveitar a perspectiva sobre memória que Walter Benjamin desenvolve em O narrador.

O filósofo divide em duas categorias o que chama de narrador clássico, aquele que tiraria da memória a sua legitimidade. O narrador agricultor sedentário seria um artesão local que nunca saiu de sua comunidade e, por isso, tem uma visão detalhada daquele grupo, cujas experiências repassa às novas gerações. O narrador marinheiro, ou viajante, por outro lado, seria aquele que deve passar por muitos lugares diferentes e trazer ao seu grupo de origem uma visão fragmentária de diferentes culturas visitadas. Um contribuiria para a manutenção da tradição necessária à reprodução da vida daquela comunidade; o outro traria de diferentes povos as novidades técnicas e culturais para a renovação. O primeiro seria responsável pela conservação de sua comunidade, o segundo pela sua modernização. Os dois seriam necessários ao enriquecimento das experiências comunicadas pelos narradores clássicos. Mesmo que eles

não existam mais objetivamente, seus traços permanecem em alguns narradores. Sebastião Salgado é um narrador que narra com seu olhar, com suas memórias, com seu imaginário, com sua imaginação.

Salgado pode ser associado com um narrador marinheiro, aquele que ouve muitas histórias e registra muitos gestos no decurso de suas viagens. São, no entanto, histórias e gestos de terror que ele registra em seu livro Êxodo. O termo bíblico se refere à expulsão de um povo de suas terras, daquelas que lhes teriam sido "prometidas". Outras Américas também tratava da expulsão de um povo de seu lugar. Em Êxodos, entretanto, o fotógrafo aprofunda o debate sobre o trânsito do "homem em desespero" revelando a impotência de um povo ante qualquer resistência ou emancipação.

Ao mostrar os marginalizados na América Latina, na África e em outros lugares do planeta as suas travessias, as migrações forçadas, o êxodo, o fotógrafo relaciona esses movimentos com as contradições no mundo do trabalho. No final do século XX, a transformação das forças produtivas e a mundialização do capital impõem uma dura realidade para os trabalhadores, cada vez mais explorados, desagregados e despojados de sua tradição, de sua cultura e autonomia. Os homens e mulheres fotografados por Salgado ou estão encurralados ou em fuga sem destino certo. Os ensaios fotográficos de Salgado revelam a ele próprio que a principal desagregação causada pela expansão do capital atingiu principalmente o mundo do trabalho. Progressivamente, suas narrativas organizam

as memórias da desagregação, as observadas e as do observador, e alegorizam o mundo, tornando-o símbolo da derrota. Ricardo Antunes chama este processo histórico de uma nova morfologia do trabalho, marcada pelo fim da era industrial e reorganização da produção de forma automatizada. O capital busca outros modos para se multiplicar, suas cifras agora são digitais, o seu lastro é a especulação. Ao capital não interessam as memórias do trabalho e da técnica, está tudo automatizado, ou naturalizado.

Imaginário

O primeiro livro de Sebastião Salgado intitula-se *Outras Américas* (1986). Produzidas nos anos 70, as imagens deste ensaio retratam o processo acelerado de diluição das comunidades rurais de pequenos agricultores organizados com base na agricultura familiar. O momento histórico marcado no campo pelo êxodo rural transformou profundamente a geografia e a sociedade latino-americanas. Os pequenos produtores, perdendo suas terras para a monoprodução automatizada, adensavam a demografia de regiões marginalizadas e sem infraestrutura nas grandes cidades de todos os países da América Latina, atraídos pelo mercado de serviços domésticos e no comércio nos grandes centros. Esta década, fundo histórico de *Outras Américas*, é ainda marcada pelas ditaduras militares em alguns países latino-americanos, em especial pelo recrudescimento da ditadura no Brasil. O ensaio todo, apesar de não tocar nos pontos nevrálgicos da política e da resistência no

campo, assume em sua forma o sentido dos limites políticos do processo social em curso. Salgado documenta as transformações no mundo do trabalho e na distribuição da terra, principal instrumento de poder e meio de produção em todo o continente. Seu olhar contempla a derrota sem luta, suas memórias estetizam a distopia, conciliam com o abismo. As imagens são belas, terrivelmente belas. E nisso assenta uma questão ética complicada, como aponta radicalmente Susan Sontag, no livro *Diante da dor dos outros* (2004).

A porta aberta, na imagem acima, vista por uma ótica desiludida, acusa a melancolia da derrota e sugere uma saída desprovida de sentido, uma sugestão vazia. Não há paredes ao redor dessa porta, tudo parece igual tanto de um lado como de outro. Vista por outra ótica, esta passagem, feita com um gradeado firme de madeira cujos encaixes desenham uma esquadria desencaixada do contexto, se fixa sobre uma estrutura rústica e frágil e se abre a um céu acinzentado, melancólico. As expressões asfixiantes e a ausência de saída atribuem ao declínio um desconforto e uma perigosa beleza.

O primeiro livro de Sebastião Salgado é estetizado, apesar do tema. É um livro muito bonito, e distópico. O olhar do fotógrafo é ainda apressadamente curioso, suas memórias estão maculadas pela revolta de um indivíduo exilado. A forma de *Outras Américas* é uma fórmula que apenas observa o problema. Não há revolta ou rebelião no seu imaginário. Em *Memórias do futuro*, André Bueno fala num dilema do processo social e histórico em curso.

Como dar forma à violência e à barbárie sem estetizar a miséria humana, sem fazer da dor dos outros um espetáculo, para lembrar aqui Susan Sontag? Como dar a dimensão dos problemas mais fundos sem folclorizar, reduzir, estetizar, tornar apenas espetáculo e fruição passiva os limites mais difíceis da experiência social? Sem esquecer, desde logo, que a recepção de toda forma estética é inseparável do seu momento de fruição, de prazer associado à forma elaborada do material, mesmo quando se trata da violência e da barbárie. Mas também é verdade que a dimensão estética, ao tratar desses extremos difíceis, pode vir acompanhada de uma dimensão ética, que dê à configuração dignidade e se ponha à altura de seu assunto. (BUENO, 2009, p. 24)

Salgado balança, neste livro, entre a tensão indiciada pela imagem e a sua beleza. No ensaio de estreia, Salgado reproduz uma ordem visual passiva que naturaliza o desconforto alheio. Porém, ao longo dos projetos, o fotógrafo reelaborará seu imaginário, como ele mesmo afirma no prefácio do livro *Êxodos*, uma década e meia mais tarde.

A experiência operou profunda mudança em mim. Ao dar início a este projeto, eu estava habituado a trabalhar em condições difíceis. Pensava que minhas convicções políticas ofereciam respostas para um grande número de problemas. Acreditava sinceramente que a humanidade avançava num rumo positivo. Estava despreparado para o que veio a seguir. (SALGADO, *Êxodos*, p. 10)



Figura 5 - Êxodos, 2000. Abrigo no Sudão do Sul.
Guerra Civil no Sudão 1994.

Esta imagem apresenta uma outra porta menos estetizada. Trata-se de um abrigo no território sudanês durante a guerra civil nos anos 90. Estes jovens, ao contrário daqueles de que se falou no início deste texto, não haviam ainda conseguido fugir para campos de refugiados nos países vizinhos, como o Quênia, onde eles frequentariam escolas improvisadas nos abrigos da ONU, como mostra a primeira fotografia comentada. Entretanto, estes jovens não conseguiram se refugiar e escondem-se do estado e das milícias que os capturariam e os forçariam a lutar contra seus irmãos caso os encontrassem.

Durante mais de 20 anos, Sebastião Salgado viajou por mais de 40 países registrando as transformações no mundo do trabalho, representando o chamado fim da era industrial e a sua nova morfologia ideológica, chamada globalização. O resultado disso foi mostrado em três ensaios fotográficos. Nestes livros, no entanto, o fotógrafo revela a falácia desta ideologia. Escondida por trás da face técnica e política do novo arranjo no modo de produção capitalista, a permanência das contradições entre centro e periferia, entre setor industrial e setor de produção de commodities, revela-se no olhar, nas memórias e no imaginário do fotógrafo. As transformações geopolíticas e geoprodutivas mantêm a dialética da colonização e recolonização da periferia. O autocontraste da imagem acima permite que se formem feixes de luz que cortam a fotografia em diagonal. Como facas, representando a guerra doméstica, tais feixes atravessam simbolicamente estes meninos

paralisados. O ponto de fuga indica a porta iluminada do abrigo à qual os personagens da composição viram as costas. Tragicamente impedidos de sair, seus terríveis olhares, através da lente do fotógrafo, cruzam suas memórias, interferem em seu imaginário e se dirigem a nós, cobrando uma saída verdadeira para o terror que vivem.

Salgado experimentou nestes olhares o surgimento de uma dúvida: se o processo de transformação do trabalho e da exploração do capital impõe uma mobilização populacional ao mesmo tempo no planeta, não há movimentos de resistência? Daí surgirá o projeto de construção de um livro dedicado à luta dos trabalhadores sem terra no Brasil.

Muito distante da idealização do primeiro ensaio, o livro *Êxodos* é uma síntese das transformações operadas no planeta a partir da nova morfologia do trabalho na era pós-industrial. A imagem estetizada da violência imposta à periferia do capital pelo arranjo dos interesses hegemônicos se transforma numa imaginação afirmativa da resistência e pela emancipação. A sugestão se dá na fotografia da ocupação de uma área rural improdutiva no sul do Brasil pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST.



Fig. 6 - Êxodos, 2000. MST ocupa fazenda improdutiva no Paraná, 1996.

A cerca que se estende para além do portão e o forte alicerce em que toda a estrutura se equilibra contrastam radicalmente com a fotografia analisada de Outras Américas. As imagens do MST neste ensaio foram realizadas no final dos anos 90. Homens com ferramentas para lavrar a terra, bandeiras e mãos erguidas abrem a porteira e ocupam a Fazenda Giacometti, latifúndio improdutivo de exploradores madeireiros do Sul. A fazenda, desapropriada pelo Ministério da Reforma Agrária, no início da década de 80, ainda estava em posse dos madeireiros graças ao arquivamento do processo, motivado pela proximidade do grupo com o governo do estado do Paraná.

A imagem sugere e incita a resistência e a luta no campo. O ângulo em que ela foi tomada deixa entrever a coluna de pessoas que se perde na sua profundidade, ressaltando a força e a coerência do movimento, legitimado em suas diversas bandeiras. Aqueles que estão fora da propriedade privada, irrompem na direção do espaço daqueles que os veem como intrusos. Eles abrem a porteira da propriedade de fora para dentro, na direção confortável, aliás, em que nós, espectadores, os vemos entrar. À frente, um homem com sua foice erguida simboliza a vanguarda e a liderança. Símbolo clássico na representação das lutas dos trabalhadores rurais pela apropriação da sua força de trabalho, a foice funciona como uma espécie de guia à coluna que a segue.

Todo o ensaio parece convergir em direção a uma saída para aquele emaranhado. Essa saída não é a fuga

individual, mas a concentração de energia para uma luta coletiva contra o processo intenso de desagregação no campo. A fotografia, além de evidenciar, tornar pública e reafirmar a luta do MST, reverbera a voz dos milhares de trabalhadores reunidos para resistir. A resistência ganha o apelo épico na legenda da fotografia dos trabalhadores rurais rompendo a porteira da fazenda.

Era impressionante a coluna dos sem-terra formada por mais de 12 mil pessoas, ou seja, 3 mil famílias, em marcha na noite fria daquele início de inverno no Paraná. O exército de camponeses avançava em silêncio quase completo. Escutava-se apenas o arfar regular de peitos acostumados a grandes esforços e o ruído surdo dos pés que tocavam o asfalto. [...]

Anda rápido um camponês: 22 quilômetros foram cobertos em menos de cinco horas. Quando chegaram lá, o dia começava a nascer. A madrugada estava envolta em espessa serração que, pouco a pouco, foi se deslocando da terra, sob o efeito da umidade do rio Iguaçu, que corre ali bem próximo. Pois o rio de camponeses que correu pelo asfalto noite adentro, ao desembocar defronte da porteira da fazenda, para e se espalha como as águas de uma barragem. As crianças e as mulheres são logo afastadas para o fundo da represa humana, enquanto os homens tomam posição bem na frente da linha imaginária para o eventual confronto com os jagunços da fazenda.

Ante a insistência de reação por parte do pequeno exército do latifúndio, os homens da vanguarda arreben-tam o cadeado e a porteira se escan-cara; atrás, o rio de camponeses se põe novamente em movimento; foi-ces, enxadas e bandeiras se erguem na avalanche incontida das esperan-ças nesse reencontro com a vida – e o grito reprimido do povo sem-terra ecoa uníssono na claridade do novo dia: “REFORMA AGRÁRIA, UMA LUTA DE TODOS!” (ÊXODOS, p. 143)

As fotografias que sugerem traves-sia, não têm aqui a mesma poética contemplativa do primeiro livro. Se em Outras Américas a travessia é concilia-dora, em Êxodos a travessia é a força que move a possibilidade de trans-formação numa realidade marcada pela combinação de concentração de riquezas e inanição da classe trabalha-dora. A travessia em Outras Américas sugere a impotência, o embotamento, o conformismo; a mesma síntese for-mal no ensaio de 2000, por outro lado, provoca e promove o enfrentamento. Entre os dois ensaios, o olhar, as me-mórias e o imaginário de Sebastião Salgado são transformados pelo seu trabalho como pesquisador e fotógrafo, pela sua experiência dialetizada, relacionando pontos de vista distintos do mesmo processo: a renovação da hegemonia capitalista, ou a nova mor-fologia do capital, como é definido o contexto pelo economista Ricardo An-tunes. A transformação das imagens de Sebastião Salgado remete a uma transformação pessoal que ele próprio reconhece e que chamamos de senti-mento de travessia. Ao mergulhar nas

imagens do fotógrafo de maneira ati-va, buscando desconstruir suas tensões tecnicamente forjadas por argumentos históricos e dialéticos, também trans-formamos nosso olhar, nossa memória e nosso imaginário para os problemas de ontem e de hoje. Retomando Bra-cher, na epígrafe, “a nossa imagem no mundo é a soma dos rumores, dos passos que demos e dos que não an-damos, passaram por nós. Não há álibi nem concerto para a história que fica sendo nossa.”

Imaginação

Quando escrevi a tese de doutora-do Sentimento de Travessia: imagem, imaginário e imaginação em Sebas-tião Salgado, havia uma crença coleti-va, uma esperança e um otimismo de que seria possível enfrentar as trans-formações violentas sobre a morfologia do trabalho pós-industrial. O Brasil vivia um momento de crescimento com expansão de direitos civis e humanos e ampliação do acesso à formação profissional, técnica e intelectual, com investimento em saúde, educação e elementos básicos de cidadania. 2011 foi um ano com muitas apostas no futuro, a manutenção de um governo com projetos progressistas, a primeira mulher a assumir o poder depois que o primeiro operário havia governado o país durante oito anos. O sentimento de que atravessávamos a fronteira e nos afastávamos, mesmo que lenta-mente, do abismo das contradições sociais cavadas em nossa formação colonial era uma imagem forte. Todos sabíamos que o buraco em que sem-pre nos afundamos estava longe de

ser superado, mas talvez a imaginação nos levasse a um mundo que não correspondia à realidade, um mundo possível à frente. De lá para cá, a uberrização deu nova forma ao trabalho, os trabalhadores se transformaram em sujeitos empreendedores, inovadores e destituídos de todos os seus direitos, os grupos ultraconservadores atingiram a hegemonia política com cartilhas neoliberais e projetos de desmonte do estado e de desmantelamento de políticas públicas de proteção social, ambiental, cultural, previdenciária, sanitária, educacional, a lista segue. O mundo imaginado virou apenas uma fotografia na parede, uma recordação difusa na confusão do tempo presente. E afinal, qual será o retrato do tempo presente? que mundo começar a imaginar a partir de agora?

Não é possível saber, mas talvez seja interessante olhar para imagens do passado e sentir seu movimento, sua mensagem, a imaginação que as agitava quando foram sacadas. Buscar nessas imagens inspiração nos levará a selecionar a iconografia que interessa servir como modelo para a nova imaginação do mundo novo. August Sander, fotógrafo alemão do entre guerras, fez um projeto nos anos 1930 para captar a fisionomia e a pluralidade dos alemães sobretudo em ambientes de trabalhadores populares na cidade e no campo. Na imagem abaixo, um entregador de carvão sai para realizar seu trabalho pelas ruas de Berlin. Sua postura é retida, seu olhar é duro, a porta por onde passa é incerta. Mas suas mãos são seguras e seu passo é objetivo. O Homem do século XX, título do projeto que organizaria o ensaio de

Sander, seria abandonado com o exílio do fotógrafo pouco depois, após perder o filho, o estúdio e muitos originais pelas mãos persecutórias, violentas e arianistas, desejosos de uma imagem única e pura para a nova Alemanha. Depois da guerra, o mundo imaginado pelos nazistas ruiu junto com o mundo imaginado por Sander. Provavelmente não havia mais entregadores de carvão, pelo menos não com a mesma segurança com que o modelo de Sander atravessou aquela porta numa manhã gelada no limiar entre dois mundos muito distintos. As portas de Salgado se abriam para ideias de esperança e de resistência em um contexto no qual era possível identificar tais imagens. O olhar de Sander torna possível perceber as fragilidades de qualquer imaginário. Os dois projetos fotográficos, à luz da época de descrença generalizada em que nos encontramos, podem sugerir que as portas estão sempre abertas. Porém, eles também ensinam que toda porta depende de nova imaginação sobre como atravessá-la. Imagem, Imaginário e imaginação analisa em algumas fotografias sobre o trabalho a forma e as transformações ambientais, sociais e subjetivas operadas.



Fig. 7 - Berliner Kohlenträger. "Face of Our Time: Sechzig Aufnahmen deutscher Menschen des 20^o Jahrhunderts.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 10. ed. rev. e aum. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 13. ed. rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2008.

BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BUENO, André. Memórias do futuro. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 24

MAIA, Paulo. Olhar, memória e imaginário. Revista Scriptorium, Porto Alegre: PUC/RS, v. 3, nº 2, 2017.

SALGADO, Sebastião. Êxodos. Projeto Gráfico: Lélia Wanick Salgado. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

_____. Outras Américas. Prefácio de Alan Riding. Projeto Gráfico de Lélia Wanick Salgado. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

_____. Terra. Introdução de José Saramago. Versos e canções de Chico Buarque. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

_____. Trabalhadores: uma arqueologia da era industrial. Introdução de Sebastião Salgado e Eric Nepomuceno. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

SONTAG, Susan. Sobre fotografia. Trad. Rubens Figueiredo. SP: Cia. das Letras, 1973.

_____. Diante da dor dos outros. Trad. Rubens Figueiredo. SP: Cia. das Letras, 2003.

SANDER, August. Face of Our Time: Sechzig Aufnahmen deutscher Menschen des 20^o Jahrhunderts. Munique: Schirmer/Mosel Verlag, 2010.

NOTAS

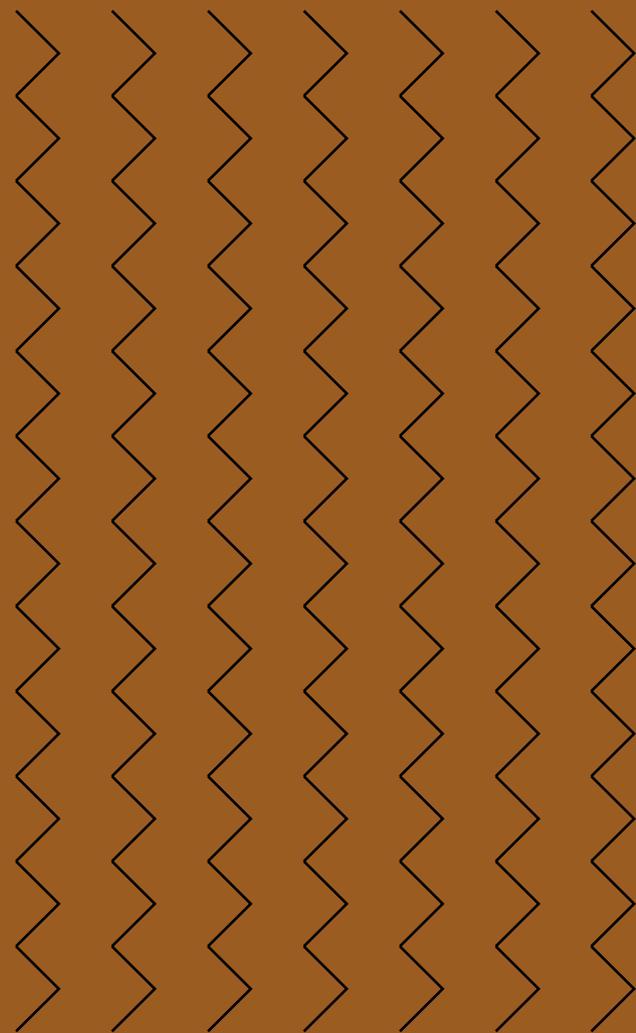
Capítulo 9

73 Este texto teve uma primeira versão na Revista Scriptorium (v. 3, nº 2) em 2017. Esta é uma versão revista e ampliada.

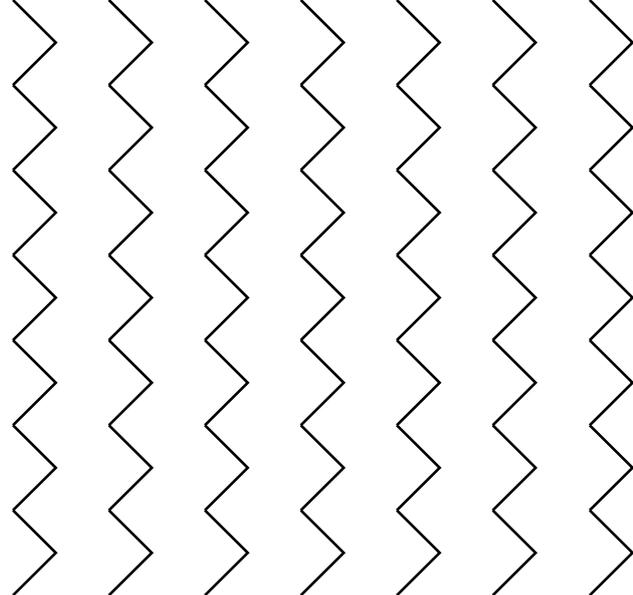
Sertão vivo, em cores: linguagem fotográfica, leitura de imagem e percepção visual do meio ambiente da Caatinga

Antenor Rita Gomes
Sergio Luiz Pereira da Silva

10.



Introdução



A expressão da realidade através do realismo estético, presente nas imagens fotográficas, vídeo, cinema e nos meios de comunicação, constitui-se como um senso comum que permeia a percepção do cotidiano na modernidade (JAGUARIBE, 2007, p.15). Realismo e ficção, disputam status de representação objetiva da realidade nessa sociedade da informação visual de valores efêmeros.

O processo de reprodução da imagem e as referências simbólicas nela incorporados, são estruturados procurando atingir setores diferenciados por seguimentos de classes, grupos, respeitando valores ideológicos relativos a comunicação visual. Há nesse processo, uma lógica instrumental e tecnicamente elaborada de se produzir uma comunicação visual, com base na qual os elementos ideológicos da cultura ocidental são publicizados. É importante lembrar que a imagem tem sido objeto de estudo de vários ramos da ciência que a tomam como problemas decorrentes da própria realidade, portanto, pode ser estudada pela Psicologia, pela História, pela Arte, pela Literatura, pela Neurologia etc., fazendo com que cada vez mais a imagem seja entendida como objeto de leitura transversal e multidisciplinar.

Essa lógica interdisciplinar, em certa medida, tem na centralidade do olhar e da imagem, uma relação de afinidade entre imagem, simulacro e realidade. Sendo assim a disputa pela representação do real, constituído imagetivamente, entra em choque com a própria realidade.

O paradoxo do realismo consiste em invenções e ficções que pareçam realidades.

[...] A realidade é socialmente fabricada, e uma das postulações da modernidade tardia é a percepção de que os imaginários culturais são partes da realidade e que o nosso acesso ao real e à realidade somente se processa por meio da representação, narrativas e imagens. (JAGUARIBE, 2007, p. 16).

A cultura visual presente nesse processo de construção social da realidade pelo olhar ancora uma ação social na forma de ver e um diálogo sobre o que vemos. Consumidores de imagens, que somos todos nós, lidamos com formas de representações dentro de uma lógica da ação social, ou seja dotamos um sentido ao que vemos e é a partir dele que se instaura o nosso processo de sociabilidade na sociedade da informação. A ação social do nosso olhar, nos permite uma compreensão do mundo imediato dentro da nossa cultura.

A ação social do olhar no ator do ver se constitui em um canal privilegiado de aprendizagem, pois o gesto de olhar e observar se traduz em um tipo de experiência e estabelece relações diretas com a pessoa e com os sentidos. Lemos com os olhos ou com outras formas táteis de percepção. O ato de observar é uma experiência formativa. Em alguns tipos de pesquisa a observação é a principal forma de conhecer. Observar é um gesto de produção de sentido desde o momento da escolha do objeto, do ângulo da observação

e das alterações provocadas no cenário. É por causa disto que se diz que o observador altera a cena observada e é modificado por ela. Ademais o alcance da observação depende da capacidade do olhar da pessoa. Assim, ler é olhar e interpretar o que se vê.

O olhar de cada pessoa vai até onde a sua capacidade de produzir sentido é capaz de chegar. É comum que duas pessoas observem a mesma cena e tenham entendimentos distintos, por que são distintas as formações e as informações que cada um detém sobre o mundo e sobre os fatos. De qualquer forma, a experiência do olhar estabelece uma relação privilegiada com a memória, com a pessoa e com as aprendizagens. As imagens possuem uma materialidade que possibilitam a observação. Diferentemente das palavras que se ancoram em representações mentais, as imagens já são elas mesmas formas de representações que carecem, não de intermediação, mas de atenção e sensibilidade para ler e reproduzir aquelas ou novas representações. São, portanto, materiais decisivos na construção de significados e de aprendizagens significativas. São matérias para serem lidas.

Dentro desse sentido do olhar, são construídas as representações dos diversos espaços. As representações visuais socializadas, sobretudo pelos meios e processos de comunicação se incorporam à nossa memória dando origem ou manutenção às percepções que temos dos lugares, pessoas, fatos e coisas. Assim passamos a distinguir e valorar o campo e a cidade, o novo e o velho, o sertão e o litoral etc.

No caso do sertão brasileiro, associado, à pobreza, à seca, à miséria e ignorância, as percepções visuais que nos chegam comumente retratam-no com poucas cores e prioritariamente em tons acinzentados. Esta percepção socialmente partilhada ao longo de anos torna difícil a compreensão do colorido da vida que pulsa em um sertão em movimento intenso e profundo. Para que isto ocorra é necessário que se crie e se partilhe novas percepções.

Pensando, pois nisso e no fato de compreender que o gesto de olhar uma realidade, percebê-la e retratá-la é um gesto de leitura e interpretação que envolve uma epistemologia e o domínio de uma linguagem é que nos dedicamos, neste artigo, a pensar nas contribuições da linguagem fotográfica para a construção da memória visual. Tomamos aqui, como referência e ponto de partida as fotografias do projeto “Cores do Sertão”, desenvolvido pelo Núcleo de Cultura Visual, Educação e Linguagem – Cult-Vi do Departamento de Ciências Humanas, UNEB – Campus IV, Jacobina – BA, para ilustrar um sertão vivo e dinâmico.

Sertão ao Vivo e em Cores



O impressionismo fez com que a pintura, se emancipasse em relação a retratação da realidade, como queria o renascimento, esse salto emancipatório influenciou a todas as áreas das artes visuais e como não poderia deixar de ser, influenciou também a fotografia. Pessoas de lugares distintos e em momentos distintos, disseram que as duas fotografias acima, produzidas para o projeto "Cores do sertão", mais pareciam uma pintura impressionista. Ficamos lisonjeados e felizes, mas longe de querer parecer impressionistas na fotografia, ou coisa do gênero, fizemos essa fotografia sob a inspiração de um processo estético. O que intentávamos, era recontextualizar o sertão em sua ampla magnitude cromática e em sua forma de expressão viva em cores.

Imagem 01 - Foto Sergio Luiz Silva - Fonte: Projeto Cores do Sertão, 2012 - Cult-Vi, UNEB - DCH4

Nada contra os tons de cinzas que brilhantemente expressam a alma do sertão através de fotógrafos renomados como Evandro Teixeira. Queríamos dar um olhar, mais cromático e mais saturado ao sertão, por esse motivo, tentamos transbordar em cores. As formas, o cotidiano e a cultura aqui representadas por uma linguagem fotográfica na qual a cor é o elemento de fundamentação da nossa fotografia. A fotografia como linguagem de expressão e representação visa capturar a expressão cromática de uma realidade sertaneja. Não sei se podemos chamar a isso de realismo cromático, expressionismo cromático, mas em sendo possível, acreditamos que essa saturação cromática nos revela outro sertão, que por motivos outros não o vemos quando estamos imersos em seu cotidiano.

Essa capacidade que as imagens têm de representar a realidade é uma das características que faz da linguagem visual, em particular a fotográfica, uma das mais potentes formas de linguagem e persuasão. O cérebro tende a acreditar no que vê. A visão é um dos nossos sentidos mais confiáveis. Através dele o mundo em nossa volta ganha forma e se materializa, portanto, até mesmo as mais toscas representações visuais fixam um fato num plano mental. Isto lhe dá um enorme poder argumentativo e possibilita outras formas de aprendizagem, posto que ler imagem é como viajar, conviver, aventurar-se, etc., uma vez que ao aceitar a representação e interagir mentalmente com ela, o leitor expectador está de certa forma, vivendo e dialogando com ela.

O simulacro criado pela linguagem visual pode possibilitar um rápido acesso a certas compreensões que, de outro modo, seriam necessários muitos argumentos. A representação visual, diferentemente da representação verbal forja e traz consigo a cena, o fato, o cenário, o foco da observação e o ponto de vista a um só tempo. Este modo relativamente “pronto” de dizer, esta forma condensada de falar para seu leitor/expectador cria uma espécie de impacto visual que desperta a atenção e se liga diretamente com o sentido e a cognição.

Embora a representação visual antecipe e imponha elementos que a representação verbal deixa a cargo da imaginação do leitor/ouvinte, a imagem, ao traduzir um ponto de vista, é densa e subjetiva o que abre novas possibilidades de sentido e oportuniza a organização de situações significativas de leitura e aprendizagem.

O olhar estrangeiro e o simulacro imagético

Uma das questões mais importantes a ser considerada na leitura das imagens é a questão do simulacro. Segundo Baudrillard (1981) nesta nossa era as imagens e os símbolos têm mais força do que a própria realidade. Os simulacros são as simulações do real, que contrariamente, são mais atraentes ao espectador do que a própria realidade representada. Portanto, entender que a imagem não é a realidade, mas a representação dela, uma simulação, um simulacro já é em si uma grande tarefa da atividade de leitura. Esta percepção é condição básica

também para se ler a imagem COM e COMO reflexão crítica da realidade. Entender que as imagens são representações é uma grande oportunidade de aprendizado sobre a gramática das imagens, sobre as ideologias dos discursos e, sobretudo, sobre a própria realidade e as representações existentes dentro dela. Além do mais, as imagens que criam o simulacro, também colocam a realidade em questão e desafiam o espectador a sua reflexão.

Ao representar por meio do simulacro, a imagem pressupõe histórias, experiências e sentidos que se aproximam da experiência cotidiana dos leitores/espectadores, possibilitam ações e projeções mentais através das quais os sujeitos vivem os dramas e aventuras que levam a diversas descargas emocionais que possibilitam a purificação dos seus sentimentos.

Viver a aventura projetada na imagem é uma forma de viver determinadas realidades sem sair do seu tempo e espaço, por esta razão é um excelente meio para viver as aprendizagens de modo significativo. É, em síntese, a forma mais profunda de viver e se representar dentro das representações. Quando a leitura da imagem chega a este ponto é o mesmo que chegar ao clímax, ao êxtase e ao gozo, pois confunde expectador com a cena observada e os limites entre ficção e realidade tornam se tênues.

Levar os sentidos a este ponto durante o processo de leitura de uma fotografia é tornar a experiência significativa, não só do ponto de vista intelectual, mas também do ponto de vista espiritual e isto se faz de modo encarnado à vida do sujeito.

A fotografia se expressa como interpretação da realidade, a partir de um jogo de representação. Ao vermos registramos sentidos e não a realidade. A fotografia é um exemplo disso. Expressa um sentido composto pelo assunto, a técnica, o cromatismo, o contraste e a composição na produção de um sentido representado.



Imagem 03 - Foto Sergio Luiz Silva - Fonte: Projeto Cores do Sertão, 2012 - Cult-Vi, UNEB - DCH4

Esse cromatismo fotográfico, no caso em questão, nos revela apenas uma diferente forma de ver cores e imagens, com base num conjunto de representação de uma realidade, nesse caso uma realidade "severina", "árida" e "dura", dos grandes sertões brasileiros. Esta percepção nos leva a discutir o processo de construção de uma cultura visual, no qual a intervenção cromática, com técnica de saturação e contraste, com captura e manipulação digital, é parte da ação social do nosso olhar, na forma subjacente de produção fotográfica.

Não podemos nos furtar de dizer que os olhares gerados pela cultura visual resultam de técnicas criadas na modernidade e acabam por influenciar a nossa forma de perceber as condições sociais presentes nas cores.

Benjamin (1996) já havia assinalado o caráter técnico dessa cultura visual e seu processo de descontextualização histórica, ou seja, o deslocamento da consciência do homem mediante a representação da imagem em sua forma de reprodução técnica.

Benjamin referiu-se à forma de aparência presente na objetivação técnica do olhar na modernidade nos seguintes termos:

uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem. (...) Porque não é uma renovação autêntica que está em jogo, e sim uma galvanização. (...) Qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós? (...) Sim, é preferível confessar que essa pobreza de

experiência não é mais privada, mas de toda a humanidade. Surge assim uma nova barbárie (1996, p. 168).

A forma de visão estruturada no aparato tecnológico constitui-se no olhar que se realiza pela verossimilhança e retira o seu conteúdo histórico. É uma forma de olhar instrumental, que atende a critérios de uma pretensa realidade objetiva, o olhar do outro fetichizado que me compele a olhar como ele, roubando de mim a liberdade e a unidade existente entre o olhador e o que é escolhido para ser olhado e usufruído (BRASIL, 1982).

É neste contexto que as imagens do Projeto "Cores do Sertão" aqui trabalhadas ganham relevância e status de percepção de sertão vivo pois, impele à construção do belo sertanejo além de construir um conhecimento que vai da regulação para a emancipação.

O caráter transversal da linguagem visual

Outro fator importante para a compreensão da fotografia é a natureza da linguagem visual que é transversal e híbrida. É muito freqüente que os textos visuais, em particular as fotografias se apresentem ao observador de forma híbrida, articulando-se, em sua constituição, com outras formações de linguagem. Além disso, o texto visual é eminentemente transversal e extrapola a todas as áreas do conhecimento.

A linguagem imagética é aberta, imprecisa e plural. Os sentidos produzidos a partir dela são incomensuráveis e renitentes, por isto é uma linguagem

de difícil substituição pelo aparato verbal. Representa uma dificuldade para as práticas escolares afeitas às nominalizações, previsões, disjunções e reduções.

Como signo linguístico a imagem é uma representação socialmente partilhada que se presta a diversos fins e intenções; transmite mensagens e informações, de modo pouco explícito e não literal, criando uma rede de significados sub-reptícios que contraria a lógica da objetividade estruturante. Os sentidos do imagético escapam à mera tradução verbal. Cria um espaço próprio do dizer; faz transgressões e transmutações; forja sentidos insuspeitados relacionados ao inconsciente e ao enigmático. Uma cadeia flutuante de significados que atravessa e vai além do sentido conotativo e denotativo, simplesmente.

O processo de produção de sentido das imagens é complexo, híbrido e transversal. A cognição que dá sentido à imagem não é aquela da fragmentação ou mapeamento dos territórios do conhecimento, ao contrário, é um pensar sem fronteiras e de aparente falta de nexos. O texto verbal é apenas aproximativo do texto imagético, a linguagem de um não pode ser traduzida pela do outro, apesar da coexistência "pacífica" e da relação de complementaridade que elas podem estabelecer entre si. Não existem parâmetros ou estruturas que regulem o sentido, sobretudo, não há como regular o sentido das imagens. Não se pode prever com segurança o sentido que uma imagem vai tomar frente a seu intérprete, por isso, quando um texto de linguagem imagética é exposto aos

alunos, a cultura estruturante da escola, pautada no texto verbal, fica em suspenso ou em risco (GOMES, 2012, p 13-14).

A narrativa visual fotográfica e o Sertão Vivo em Cores

O saber fotográfico, aqui presente intenta emancipação, na forma de perceber o retratável, que é definido pelo visível e pelo sensível. As camponesas (foto abaixo) seguindo a trilha de chão batido, são parte de uma dinâmica ontológica dessa realidade feita pelo saber diário e nômade, em busca da vida.

A retração estética tenta ser mais que um registro documental, e sim uma forma alegoricamente cromática de representar a realidade.

Não podemos negar a inspiração dessa imagem no Exodius, do fotógrafo mundialmente conhecido, Sebastião Salgado. Essas duas senhoras em seu deslocamento migratório nos compeliram a conhecê-las e pedir permissão para capturar suas imagens. Seguramente, havíamos feitos alguns clicks iniciais, antes de suas aproximações, mas nos mostramos inteiros no sentido de nos conceder permissão e manter a captura daquela imagem e outras novas que desejávamos.



Imagem 04 - Foto Sergio Luiz Silva - Fonte: Projeto Cores do Sertão, 2012 - Cult-Vi, UNEB - DCH4



Imagem 05 - Foto Sergio Luiz Silva - Fonte: Projeto Cores do Sertão, 2012 - Cult-Vi, UNEB - DCH4

Reproduzimos essas imagens destacando a forma de olhar sobre o todo e as partes, o punctum e studium, para citarmos Barthes (1984) em sua explicação sobre epistemologia fotográfica, o chão quente e amarelado pelo barro, as marcas de pneus impressas no chão pela passagem de veículos, a aridez do lugar e seu clima seco e quente, a saturação do terreno pela baixa presença de chuva, a distância das casas, o calor cáustico sobre as nossas cabeças, duas mulheres se deslocando num ato de migração na busca de uma melhor forma de vida, dentro desse sertão diverso.

Chama-nos atenção no primeiro momento as cores das vestes das duas senhoras. Cores vivas, tons cromáticos fortes: o amarelo da blusa, o vermelho nas listras das saias e do chapéu, dentre outros detalhes que adereçavam as duas senhoras, é uma forma de afirmar a presença no lugar. O uso das cores vivas nas vestimentas, os espaços das casas são formas de alegrar a vida de todos. As cores são formas de afirmação identitária e são pautadas em duas questões: a percepção da beleza e da alegria. Nesse sentido, os tons quentes das cores formam uma pertença cromática frente a aridez do ambiente.

Seguindo viagem nos deparamos com novas pertencas cromáticas no interior das residências e das pessoas; é o caso da cerca de arame farpado, que funciona como um colorido varal de secagem ao sol.

As roupas (calças, toalhas, camisas, blusas dentre outras peças) penduram cores sob o sol, flamulam ao sabor do vento do sertão, em Paraíso, Jacobina/BA.



Imagem 06 - Foto Sergio Luiz Silva - Fonte: Projeto Cores do Sertão, 2012 - Cult-Vi, UNEB - DCH4

O céu compõe com seu tom celeste e branco a moldura superior. O chão cinza e marrom com a vegetação seca e morta, compõe a moldura inferior da tela multicolor. Esta imagem é a representação de um sensorium, da realidade. Segundo Benjamin (1996) o processo de reproduzibilidade da imagem na sociedade moderna, em particular a imagem fotográfica, se insere numa formação tecnicificante de desenvolvimento, com base no qual se instaura um novo sensorium, o qual é hiperdesenvolvido no âmbito da cultura ocidental. A técnica da visualidade é parte constitutiva do efeito que a modernidade impôs à cultura visual, hoje presente nas mais variadas formas de sociabilidade. Imagens e formas, esteticamente definidas, dão referências que guiam as ações sociais dos sujeitos nos espaços públicos e privados.

A imagem desse varal é uma representação técnica da exposição do olhar no espaço público. A fotografia das vestimentas, exposta no espaço público da rua nos leva a perceber uma relação entre público e privado na composição das formas de representação do sujeito. Expor as vestimentas é uma forma de se expor e se relacionar livremente com o espaço. Não se trata apenas na possibilidade de secá-las ao sol. Há neste gesto uma relação de pertencimento e domínio do espaço que é ao mesmo tempo, público e privado.

A auto-referência do sujeito e sua representação estética retratada na sua imagem e na imagem de seu ambiente social, dá ao sujeito a possibilidade de se auto-construir visualmente perante o mundo social.

[...] as representações sociais da imagem têm uma relação dialética entre realidade e sistema de interpretação que terá como síntese sua identificação, ou seja, a identidade da imagem. Por exemplo, na produção documental videográfica e fotográfica de uma determinada cultura, é possível enxergarmos os ícones simbólicos de significação de poder, reconhecimento, representações sociais e ideologias que demarcam o conjunto simbólico das identidades em questão, em um determinado espaço social. A auto-referência da imagem é recheada de significantes identitários que equilibram realidade e representação que são, ao mesmo tempo, estética e documentalmente relevantes (SILVA, 2006, p. 40).

Nesse caso muito particular, vemos as bases de consolidação do olhar como uma ação social, que dentre outras coisas possibilita uma forma de inclusão visual. Ou seja, o sujeito ver a si próprio dando assim ao auto-retrato certo poder de produzir uma mensagem estética de si mesmo. Nesse sentido, o varal de roupas, exposto publicamente é uma prática comum desta cultura, uma marca identitária das comunidades do sertão.

No exterior e interior das residências as formas e as cores não são diferentes, a força cromática dos tons vivos, verde, róseo, vermelho, azul, etc. mantêm a mesma forma de representação cromática da alegria e da beleza. Abaixo vemos o exterior da casa do Sr. Paulo em Paraíso (Jacobina). O tom verde piscina é uma opção cromática

que contrasta com a cor areia de todo o entorno da residência.

Na parte interna dessa mesma casa, se vê, curiosamente, um ambiente vazio de mobília, mas cheio de cor. Nesse caso, a presença da cor verde claro forte, representa um valor estético, certamente, vinculado a esperança. O detalhe de uma manta de chita colorido (tecido muito encontrado na região) compõe a imagem como objeto complementar.

Situação semelhante, temos no interior da casa abaixo. O detalhe de adereços e objetos instalados na parede vermelha e branca, a manta que se fixa na parede de cor igualmente forte como um background do sofá, coberto por outra manta feita de lindos retalhos coloridos, é uma representação da alegria presente naquele lar.



Imagem 07 - Fotos Sergio Luiz Silva - Fonte: Projeto Cores do Sertão, 2012 - Cult-Vi, UNEB - DCH4



Imagem 08 - Foto Sergio Luiz Silva - Fonte: Projeto Cores do Sertão, 2012 - Cult-Vi, UNEB - DCH4

Os elementos estéticos nos tornam visíveis e identificáveis aos olhos alheios. Nossa pertença visual é assim: nosso emblema, cartão de visita, rótulo; Este fato ocorre quando se valoriza mais a fotografia do que a imagem concreta da pessoa vista a olho nu. Valoriza-se mais a cor captada ou saturada do que o ato representado. Nesses casos há a superação do valor da coisa representada pelo valor da representação.

Considerações finais

Percepções visuais se pautam numa epistemologia que favorece a desconstrução de olhares estereotipados posto que contém especificidades ligadas ao tipo de texto e de linguagem que exige atenção para algumas questões .

A leitura da imagem mantém uma relação muito próxima da estrutura narrativa, não só porque se presta ao serviço de narrar, mas, sobretudo, porque traz em si uma narrativa interna: um antes e um depois. As narrativas visuais contam histórias e organizam percepções sobre temas e situações. São muito comuns as historietas visuais que dispensam as palavras. Além disso, um quadro visual ao retratar uma cena se revela como parte de uma narrativa e representa um determinado momento, pressupondo uma sequência de fatos.

Nas práticas pedagógicas a estrutura narrativa subjacente às imagens possibilita a organização de atividades criativas de montagem e desmontagem de organização e reorganização de sequência, criação e recriação de narrativas sejam elas paralelas ou

complementares. Desse modo, o caráter narrativo da imagem possibilita um trabalho de manipulação que se aproxima do trabalho de edição, o que possibilita ao estudante o conhecimento da gramática e da arquitetura dos grandes textos e peças visuais.

Referências

BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e Simulação. Lisboa: Relógio D'Água. 1981

BARTHES, Roland. A Câmera Clara. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

BENJAMIN, Walter. Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política. São Paulo, Brasiliense, 1996.

BRASIL, Sérgio de Souza. Sobre o olhar nas imagens. Revista Contracampo, n. 2. UFRJ. 1982. Disponível em: < <http://www.uff.br/mestcii/sbrasil1.htm> > Acesso em 20/07/2012.

CULT-VI. Cores do Sertão: Visualidade e Educação para além da seca. Núcleo de Cultura Visual, Educação e Linguagem, Departamento de Ciências Humanas, Campus IV - Universidade do Estado da Bahia/ UNEB. 2012.

GOMES, Antenor. Lectura de imagen y aprendizaje significativo. Revista Hachetepe número 04. Grupo de Investigación para la Educación en Medios de Comunicación, Departamento de Didáctica de la Universidad de Cádiz, Espanha. 2012. p. 137-146

JAGUARIBE, Beatriz. O Choque do Real: estética, mídia e cultura. Rio de Janeiro, ROCCO, 2007.

SILVA, Sérgio Luiz P. Identidade e novas mídias: a cultura visual no processo de investigação das ciências sociais. Rio de Janeiro. In, Interseções: revista de estudos interdisciplinares. 2006.

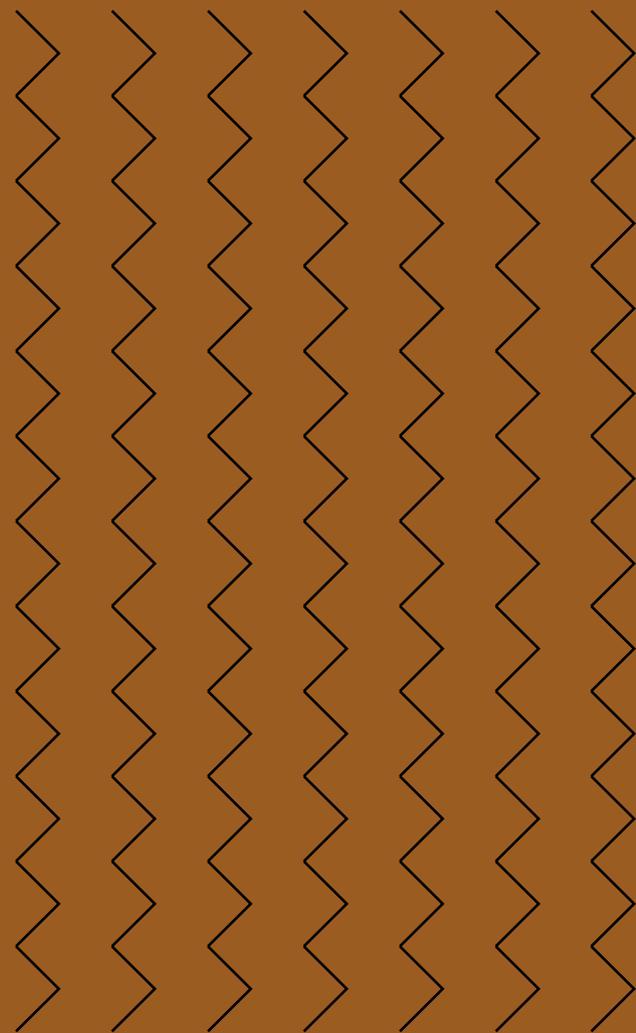
Tecendo uma rede de Educação Ambiental no sertão da Bahia: movimentos de fiação

Danilo Pereira da Rocha

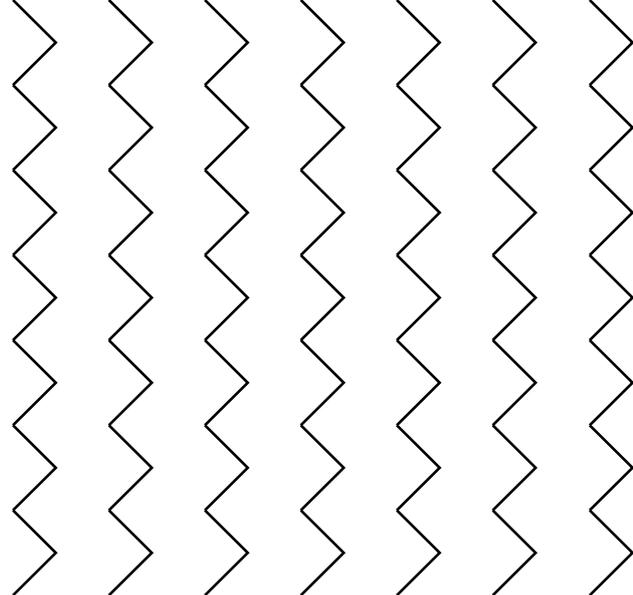
Emanuela Oliveira Carvalho Dourado

Rosiléia Oliveira de Almeida

11.



Introdução



Este capítulo apresenta um trabalho investigativo para uma intervenção em Educação Ambiental em rede, como resultado de estudo do Mestrado Profissional em Educação: Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas, da Universidade Federal da Bahia (MPED-UFBA). Ele procura demarcar que a crise ambiental não é uma crise ecológica, mas uma crise da razão, do conhecimento (LEFF, 2010, p. 10). A busca por uma racionalidade que se distanciasse dos métodos positivistas que corroboraram para a construção/agravamento da atual crise ambiental planetária marcou todo o processo de produção deste trabalho. Por esse motivo, as soluções para a crise ambiental não podem ser construídas com base nessa racionalidade que busca a dominação e o aprisionamento da natureza. Logo, a solução para ela perpassa por uma outra racionalidade, que engloba uma racionalidade ambiental e, neste caso, tecida em rede.

A racionalidade ambiental abre caminho para uma reerotização do mundo, transgredindo a ordem estabelecida que foi pervertida pelo poder do saber. Ela mobiliza a relação com o outro, elaborando categorias para apreender o real desde o limite da existência e do entendimento. A racionalidade ambiental abre um mundo pleno de muitos mundos por meio de um diálogo de seres e saberes, da sinergia da diversidade e da fecundidade da outredade, de uma política da diferença (LEFF, 2009, p. 18-22).

Deste modo, uma racionalidade outra é uma racionalidade para além da razão que aprisiona, domina e destrói a natureza e seus seres. Ela compreende que as (in)certezas e o caos fazem parte da dinâmica da vida. Uma racionalidade

outra se constrói no diálogo eu-outro-mundo, e propicia a compreensão de que a ciência e o conhecimento surgem a partir da percepção do ser no mundo-vida. Uma racionalidade outra fomenta o entendimento de que a linguagem acadêmica abarca outras formas de linguagem e, assim, a poética do mundo assume seu lugar nas linhas deste trabalho.

É nesse contexto e a partir dessas compreensões que mais uma vez se interroga a Educação Ambiental. Assim, como afirma Bicudo (2011, p. 23-24), uma

[...] *interrogação persiste, muitas vezes, ao longo da vida de um pesquisador, ou mantém-se durante muito tempo com força que, como a physis, faz brotar e manter-se sendo. [Persiste mesmo que a pergunta] específica de um determinado projeto seja abordada, dando-se conta do indagado.*

De tal modo, a interrogação que direcionou este trabalho se move nesse processo de ser sendo, numa itinerância pelo mundo, mas aportada numa determinada localização, que pode ser expressa da seguinte forma: como a Educação Ambiental é tecida no mundo-vida de docentes das redes de educação dos municípios de Irecê, Ibititá e Lapão (BA)? Desse modo, a pesquisa intencionou fornecer elementos sobre a realidade em que se pretende intervir via proposta de criação de uma Rede de Educação Ambiental que envolva, inicialmente, os três municípios que compuseram o MPED da UFBA entre 2013 e 2015 (ROCHA, 2015).

Nesta perspectiva e buscando uma racionalidade outra, propôs-se uma pesquisa qualitativa de natureza fenomenológica. Para Bicudo (2011), a pesquisa qualitativa se preocupa com a qualidade do fenômeno percebido. Dessa forma, a qualidade do fenômeno é percebida e mostra-se na percepção do sujeito que percebe. Assim, a pesquisa qualitativa se configura como “[...] um modo de proceder que permite colocar em relevo o sujeito do processo, não olhado de modo isolado, mas contextualizado social e culturalmente” (BICUDO, 2012, p. 17). Esse aspecto da pesquisa qualitativa caracteriza a natureza fenomenológica que este trabalho assume em sua constituição. Para Masini (1989, p. 61), a pesquisa de natureza fenomenológica “[...] caracteriza-se pela ênfase no ‘mundo cotidiano’, pelo retorno àquilo que ficou esquecido, encoberto pela familiaridade (pelos usos, hábitos e linguagem do senso comum)”. Merleau-Ponty (2004) afirma que sempre somos tentados a esquecer parte do mundo em que vivemos, ignorando-o na postura prática do dia a dia. Essa familiaridade citada por Masini, e revelada por Merleau-Ponty, faz-nos ignorar ou esquecer o mundo vivido. Deste modo, é então tarefa de uma pesquisa qualitativa de natureza fenomenológica procurar compreender a experiência do mundo-vida dos sujeitos coautores da pesquisa. Esse sentido se faz valer à medida que olhamos atentamente para o mundo e buscamos compreendê-lo com sua força, implicando o que aí está e, ao mesmo tempo, sendo implicado. Portanto, mutante, temporizado, espacializado. Assim o sentido

que faz para nós é o de um mundo que é vida, onde estamos umbilicalmente ligados, nutrindo-o e sendo por ele nutrido (BICUDO, 2011, p. 35). Para Merleau-Ponty (2014, p. 3), todo o universo da ciência emerge a partir da experiência no mundo-vida:

Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é expressão segunda.

A percepção tem um papel importante nesse processo de retorno às coisas mesmas, pois é através dela que compreendemos o mundo, é através dela que “[...] a verdade do existente, enquanto tal, mostra-se a nós como presença” (BICUDO, 2011, p. 32). É preciso, então, compreender que o ser-está-no-mundo, “[...] e é no mundo que ele se conhece. Quando volto a mim a partir do dogmatismo do senso comum ou do dogmatismo da ciência, encontro não um foco de verdade intrínseca, mas um sujeito consagrado ao mundo” (MERLEAU-PONTY, 2014, p. 6). Desta forma, o sujeito não pode ser separado do mundo e sua significação do mundo só se dá pela percepção, que implica que o ser esteja inserido incondicionalmente no mundo. “Construímos a percepção com

o percebido [...]. Estamos presos ao mundo e não chegamos a nos destacar dele para passar à consciência do mundo” (MERLEAU-PONTY, 2014, p. 26).

Como ser-no-mundo e pela compreensão da tessitura da Educação Ambiental no mundo-vida dos docentes das redes públicas de educação dos três municípios circunvizinhos, foi elaborado um projeto de intervenção, “produto” do Mestrado Profissional, como resultado de um estudo investigativo.

Investigar para intervir na educação ambiental

Considerando as ideias fundantes apresentadas, a primeira ação no campo da pesquisa foi a realização de uma Desconferência: intervenções do/ no cotidiano, um evento coletivo que teve como objetivo levantar discussões sobre as temáticas das pesquisas que eram realizadas pelos mestrandos do programa e, através de diálogos colaborativos com os membros (professores, gestores, coordenadores) das três redes que compõem o Mestrado Profissional em Educação da UFBA, discutir possibilidades para a construção dos projetos de intervenções. O uso da desconferência como uma metodologia de pesquisa colaborativa corrobora com o posicionamento de distanciamento da racionalidade positivista, e se sustenta na busca por uma racionalidade outra. Desta forma, ela possibilitou que os professores das Redes Municipais de Educação se manifestassem sobre a problemática estudada, para uma possível intervenção,

tornando-os realmente coautores dos trabalhos. Ainda na busca por essa racionalidade outra, foram realizadas entrevistas narrativas com docentes das três redes. Elas foram precedidas de um contato com obras de arte, fomentando assim uma experiência estética, aguçando suas percepções/interpretações via narrativas, para compreender como a Educação Ambiental é constituída no mundo-vida dos docentes entrevistados.

Portanto, foi considerando a complexidade da tessitura das narrativas dos docentes dos três municípios – Irecê, Ibititá e Lapão – localizados no sertão baiano e parceiros do MPED-UFBA, que foi iniciada a deriva investigativa. São localidades próximas e que têm suas histórias tecidas pela relação ser humano-natureza, quer seja pela forte estiagem que deu início a tudo, a qual deixou o chão seco para que os pés e patas o transmutassem em poeira a ser levantada pelos passos que seguiam por caminhos incertos, quer pelo abrigo da primeira morada feita embaixo de uma quixabeira, como no surgimento do povoamento do município-sede e que deu nome ao Território de Identidade de Irecê (TII). Neste sentido, as suas histórias e as dos demais municípios que compõem o TII têm uma forte ligação com o ambiente; pelo grau de derivação antrópica e pelas imagens de satélite, pode-se constatar que a situação ambiental dos três municípios, bem como de todo o TII, é cada vez mais crítica. Ela foi gravemente afetada pela agricultura desenvolvida, especialmente, nos anos

de 1970 e 1980, quando o governo federal intensificou o financiamento do plantio e colheita nesses municípios. A agricultura era centrada basicamente na produção do chamado tri-consórcio feijão – milho – mamona, e o sistema de produção utilizado configurou-se como um “[...] elemento de forte pressão sobre o ambiente e de fragilização dos mecanismos de convivência da população com os recursos naturais” (LOPES, 2010, p. 88). É evidente o alto nível de desmatamento e degradação ambiental, que foi acelerado nessas décadas, mas que tem seu ápice atualmente, com sinais visíveis de desertificação, com alto nível de poluição, salinização das áreas de produção, pela devastação da vegetação e o comprometimento dos lençóis freáticos, associado à contaminação pelo uso de agrotóxicos e o uso intenso dos recursos hídricos para irrigação, pela abertura de grande número de poços tubulares de “[...] forma descontrolada, sem a existência de fiscalização e de um monitoramento do uso da água” (LOPES, 2010, p. 92).

Com essa realidade que atinge o cotidiano e ameaça o futuro do TII e com o intuito de conhecer as preocupações educacionais dos três municípios com a Educação Ambiental, foram realizadas, inicialmente, visitas às suas Secretarias Municipais de Educação, para conversar com os coordenadores responsáveis pela Educação Ambiental, e/ou com os coordenadores técnicos, coletando informações e documentos para, de antemão, compreender como a Educação Ambiental é tratada

institucionalmente pelos municípios pesquisados. Em conversa com os coordenadores, foi possível perceber que em nenhuma das redes há uma regulamentação para a Educação Ambiental. A temática nem mesmo é tratada nos textos curriculares. Entretanto, no município de Lapão já existe uma tentativa de institucionalizar a Educação Ambiental como política pública na rede de educação. Para isso, o município criou em 2011 a Proposta de Educação Ambiental, que traz orientações didáticas visando dar suporte aos educadores. Elas são baseadas no Programa de Educação Ambiental do Sistema Educacional da Bahia (Pro-EASE – BA) e no Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA). Em relação ao município de Ibititá, a única menção em documento oficial sobre a Educação Ambiental é no Plano Municipal de Educação, Lei n.º 650, de 14 de março de 2011. No documento, é afirmado como um dos objetivos do Plano a oferta de cursos de formação continuada em Educação Ambiental para professores e gestores que atuam no Ensino Fundamental. As formações, segundo o texto, deveriam ter começado no primeiro semestre de 2011. Porém, nenhuma formação nesse sentido foi iniciada. No município de Irecê, há uma iniciativa em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-AR/BA), o Programa Despertar, mas que não foi iniciado até o momento da investigação. Ela visa atender somente escolas das comunidades rurais do município. Entre os objetivos do programa está o de formar cidadãos capazes de valorizar e preservar o meio ambiente em que

vivem e habilitar educadores para desenvolver ações estratégicas sobre os temas transversais, com atividades pedagógicas significativas, a partir de projetos interdisciplinares. Embora os municípios de Ibititá e Irecê não possuam programas ou propostas específicas para a Educação Ambiental, as escolas e principalmente os professores afirmam realizar ações e atividades em Educação Ambiental no seu cotidiano, contudo em nenhuma das visitas realizadas foi possível observar atividades em Educação Ambiental acontecendo. Foram realizadas duas visitas a duas escolas dos municípios de Ibititá e de Irecê. Essas etapas de visitas foram imprescindíveis para a produção dos dispositivos de coletas de informações: desconferência e entrevistas narrativas.

A desconferência foi realizada em 2014, no Parque da Cidade, localizado no município de Lapão. O objetivo do evento era a construção de diálogos com os membros (professores, gestores, coordenadores) das três redes que compõem o MPED-UFBA. O evento foi organizado pelos 20 mestrandos do programa, como uma saída para romper com um ou mais aspectos de uma conferência convencional. Assim, os participantes foram convidados a se movimentarem pelos espaços, a interagirem, a conversarem, fugindo da perspectiva de figurantes ou ouvintes de uma preleção. Seu uso de cunho acadêmico e voltado para a pesquisa corrobora com a ideia inicial de escuta dos profissionais da educação dos municípios como coautores. Neste sentido, o evento foi organizado em três espaços/momentos que, no seu

acontecer, deu vida ao que chamamos desconferência.

O primeiro dos espaços/momentos era a alameda, que se constituiu como o espaço de entrada dos participantes, espaço de acolhimento e provocação, no qual ficaram expostos os banners com as informações e indagações sobre as temáticas das pesquisas realizadas pelos mestrandos. Nos banners não havia informações sobre os mestrandos; o objetivo com isso era que os participantes escolhessem as mesas por afinidades com as temáticas, e não por afinidade com os mestrandos ou por serem de suas redes. Já a instalação tinha como objetivo a sensibilização e a provocação dos participantes, e foi construída com objetos que remetessem às temáticas da pesquisa. A instalação era composta por uma cama de gato que fazia com que os participantes se desequilibrassem ao andar pelos espaços, provocando a busca constante de equilíbrio. A cama de gato foi utilizada como metáfora para os problemas que acontecem no cotidiano escolar e na tentativa de busca de solução para esses problemas. A dinâmica de World Café foi utilizada para efetivação dos diálogos colaborativos entre os participantes do evento, em várias rodas de conversas que acontecem simultaneamente em diversas mesas. As rodas tinham um tempo determinado para o seu acontecer. Ao final desse tempo, os participantes deviam se levantar e escolher outra mesa, para que pudessem tecer um novo diálogo/conversa. O WC foi composto por quatorze mesas divididas de acordo com as temáticas das pesquisas dos mestrandos

do programa. A mesa de Educação Ambiental foi uma delas e recebeu importantes contribuições. Foram realizadas quatro rodadas de conversas com dez participantes a cada rodada. Cada rodada de conversa teve vinte minutos de duração, o final do tempo era sinalizado com música tocada ao vivo. E por mais que o fim da conversa acontecesse de forma um tanto abrupta, ainda no calor das discussões, as músicas deram melodia e vida à dinâmica da metodologia. Cabia aos mestrandos, durante a desconferência, o papel de coadjuvantes, de instigadores das conversas, ouvintes das prosas que eles tomavam para si.

Na dinâmica do evento, algumas pessoas, no calor da conversa, não se apresentaram, impossibilitando sua identificação nas gravações. Desta forma, os participantes foram identificados apenas como professoras. Para desencadear os primeiros diálogos foi lançada a indagação: como a Educação Ambiental acontece nas escolas? A conversa é iniciada por uma fala de uma professora que propõe que a Educação Ambiental seja inserida nos currículos municipais como disciplina específica, expondo um debate histórico da Educação Ambiental, que parecia ter sido superado, mas que sempre ressurge como uma maneira de tornar as ações em Educação Ambiental nas escolas mais frequentes. Contudo, no tecer da conversa, as falas de outras professoras demonstram outras formas de pensar e compreender essa questão, sendo que a própria legislação vigente que dispõe sobre a Educação Ambiental, a Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, institui como um dos

princípios da Educação Ambiental a perspectiva inter, pluri, multi e transdisciplinar, e os Parâmetros Curriculares Nacionais, desde 1997, tratam o Meio Ambiente como tema transversal. No entanto, um aspecto bastante importante revelado nos fios da conversa é a não contextualização dessas práticas com os problemas ambientais da região, que, naquele momento, devido a uma forte seca e aos problemas de gestão hídrica, passava por um racionamento de água. O trecho da conversa mostra como esse aspecto é exposto:

Professora A: “- É uma questão curricular, ela como disciplina. Cobrado realmente para ser realizado”. Professora B: “- Eu vou mais além da cobrança disciplinar, eu vou mais para o olhar do próprio professor”. Professora C: “- Se o professor não tiver esse olhar ambiental...”. Professora B: “- Porque já tem tanta coisa que é cobrada no currículo, mas não acontece”. Professora D: “- Porque é uma questão transversal, a própria lei diz que é transversal”. Professora B: “- Os PCN já trazem isso. Mas falta esse olhar ambiental. Quando a gente faz um evento na escola, ou que vai trabalhar mesmo o Dia do Meio Ambiente, aí a gente vê muitos professores cortando galhos verdes para decorar o espaço. Eu posso decorar com galhos secos, com folhas secas. Eu tenho outras opções, mas eu só tenho isso se eu parar para refletir que se eu tiver quebrando o galho, eu estou no dia do meio ambiente agredindo o meio ambiente”. Professora D: “- Ou faz a passeata pela conscientização

para produzir menos lixo, e distribui panfleto de papel!”. Professora B: “- E outras coisas, diversas coisas que acontecem. No Dia da Criança, muitas escolas fazendo banho de mangueira, e nós estamos passando por racionamento de água, a gente não sai do racionamento já há uns três anos. Mas toda escola fez o banho de mangueira. Eu estou incentivando meu aluno a chegar em casa e a fazer o banho de mangueira qualquer dia que ele quiser. Aí em minha aula eu falo: usar o balde para limpar a casa ou carro, usar o balde, não usar a mangueira, aí eu vou e faço banho de mangueira na escola. Então são pequenas coisas que a gente faz na escola que reflete muito na vida das crianças” (DESCONFERÊNCIA, 2014).

Essa e outras questões suscitaram boas reflexões acerca das políticas municipais relacionadas à Educação Ambiental, como o não aparecimento nos currículos de orientações para o trabalho nas escolas ou a produção de materiais que deem suporte para as ações dos professores, que estão diretamente relacionadas à falta, também, de formação continuada para os professores. Contudo, emergem na conversa falas que mostram que, apesar da ausência de políticas públicas específicas, projetos são enviados pelas Secretarias de Educação para as escolas trabalharem, embora os professores deixem transparecer em suas falas que as temáticas dos projetos muitas vezes não estão contextualizadas com as realidades das escolas e das comunidades nas quais estão inseridas.

Deste modo, para interpretar-compreender melhor esse processo nas escolas, foram realizadas entrevistas narrativas. Elas nos possibilitaram conhecer as experiências dos entrevistados, visto que, como nos diz Dutra (2002, p. 377), “[...] o ato do sujeito de contar a sua experiência não se restringe somente a dar a conhecer os fatos e acontecimentos da sua vida. Mas significa, além de tudo, uma forma de existir-com-o-outro [...]”, existir como um ser a dois enquanto nossas experiências se fundem naquele momento, no ato de narrar e ouvir. Nesta perspectiva, as entrevistas narrativas foram realizadas com base nas recomendações de Jovchelovitch e Bauer (2014, p. 97). Primeiramente, nas visitas às escolas, foi feita a identificação de professores que desenvolviam atividades que envolviam a Educação Ambiental, para depois propor e realizar as entrevistas narrativas, que aconteceram da seguinte forma: foram apresentadas aos docentes reproduções de quadros de Antônio Carneiro (artista local que retrata a região), com objetivo de provocar e acionar suas memórias, embora não seja possível afirmar que o contato com as obras de arte tenha provocado uma experiência estética (GADAMER, 2014, p. 116). Mas acreditamos que o uso das obras de arte possibilitou uma maior interação com os professores, para que as narrativas fluíssem com maior naturalidade. Assim, logo após esse momento foi apresentado aos docentes o tópico inicial para narração: “Conte sobre suas experiências com a Educação Ambiental”. Após a provocação, eles iniciaram suas narrativas. Foram realizadas seis

entrevistas narrativas com os docentes dos referidos municípios, que foram interpretadas, compreendidas e categorizadas.

Foi um processo de análise que identificou fios imbricados que constituem o acontecer da Educação Ambiental. Eles foram produzidos ao agregar aspectos semelhantes do fenômeno, e foram nomeados a partir de inspiração da história do surgimento dos municípios nos quais o estudo foi realizado. Assim, os “Fios Aqua” receberam esse nome com base na história de Lapão, de sua fonte de água limpa. Inspirados nos rochedos imponentes de Ibititá, temos os “Fios Rupes”, e na quixabeira-mãe de Irecê temos os “Fios Arbor”. As nomenclaturas dos fios vêm do Latim: Aqua, água, cuja análise nos fala de fluidez (motivação e conscientização); Rupes, rocha, rochedo, traz-nos a ideia do que é consistente no trabalho para os docentes (conteúdos, temáticas e contextualização); Arbor, árvore, remete-nos ao fazer pedagógico, que se apresenta numa lógica arbórea, não transversal, ou inter-transdisciplinar. Elas denotam, pois, a interpretação-compreensão dos participantes da pesquisa, de modo que nos permitiu essa categorização. No entanto, é preciso explicitar que, apesar desses fios estarem apresentados na ordem que segue, nós os percebemos numa lógica de horizontalidade, portanto, não hierarquizados. Desse modo, com base nos conhecimentos e percepções do seu mundo-vida, o leitor tem a liberdade de suscitar uma outra forma de organização, questionando, inclusive, a nomenclatura de cada caracterização/invenção.

Fios Aqua: motivação e conscientização

A partir das leituras e análise das entrevistas foi possível perceber que das narrativas emergiam aspectos que mostram um caráter motivacional dos professores entrevistados para o trabalho com Educação Ambiental. Embora esses aspectos não apareçam em todas as narrativas, é possível perceber diferentes motivações para o trabalho, como a história pessoal, a formação acadêmica, a busca pela valorização do meio ambiente local e a perspectiva de mudança na organização social. O fragmento da narrativa da Professora 1, apresentado abaixo, mostra como a sua história pessoal e concepções movem seu trabalho com a Educação Ambiental:

Desde sempre eu luto muito pela questão ambiental, pelos vínculos de amizade, e fui buscando essa formação, fui até a Paraíba fazer um curso de produção de agricultura familiar, que é o Sistema Mandala de Produção, depois fiz uma pós-graduação na UNEB em Sustentabilidade Ambiental, tenho buscado essa formação. Estou sempre puxando, seja em qual disciplina for, a sardinha para meu lado, porque eu adoro, é o que eu acredito, essa questão da sustentabilidade, da permacultura, do cuidado com o meio é uma coisa que me move, me faz... (PROFESSORA 1, ENTREVISTA NARRATIVA, 2015).

A luta em defesa do meio ambiente move a busca por uma formação acadêmica/profissional que possibilite meios para o desenvolvimento de

ações e práticas em Educação Ambiental mais conscientes e contextualizadas com a realidade local. Em um fragmento da narrativa da Professora 2 podemos perceber a importância da valorização do meio ambiente local para a motivação em relação a esse trabalho. Segundo ela, "O que me motiva é que somos daqui, moramos na Caatinga, e isso faz com que a gente esteja valorizando o que é nosso" (ENTREVISTA NARRATIVA, PROFESSORA 2, 2015). A busca pela construção de uma sustentabilidade é outro fio condutor que move os professores no processo de realização da Educação Ambiental. Essa busca está atrelada à perspectiva de uma mudança mais profunda na estrutura da organização social e do abandono do modo de desenvolvimento capitalista. A narrativa da Professora 3 traz essa busca por uma transformação social:

Eu como professora de Filosofia trago a abordagem filosófica da questão ambiental, a discussão social, sempre trouxe nas minhas aulas de Filosofia quando era professora do Ensino Fundamental II, e trago agora para o 4º ano. Como isso acontece, eu discuto muito a questão do modo de produção capitalista, e a forma como esse modo de produção impacta na questão ambiental. E aquela ideia de sustentabilidade, que a meu ver não cabe dentro dessa organização social (PROFESSORA 3, ENTREVISTA NARRATIVA, 2015).

Nesse sentido, a motivação para o trabalho com Educação Ambiental está na idealização de construção de

uma sociedade que abandone e supere o modelo de produção capitalista. Nesse sentido, é preciso compreender os impactos causados por esse modelo de desenvolvimento. Para a professora, uma mudança dessa lógica desenvolvimentista englobaria e seria alicerçada no ideal de sustentabilidade. A formação inicial também tem um papel importante na motivação e no aspecto que as ações em Educação Ambiental terão, se em uma perspectiva voltada para uma discussão mais teórica ou em uma perspectiva voltada para ações mais práticas. E isso influencia diretamente como o papel da conscientização é visto dentro da Educação Ambiental. A partir dos fragmentos a seguir podemos compreender que o papel da conscientização é visto de forma completamente diferente por alguns professores:

Eu não acredito que consciência muda alguma coisa, se consciência mudasse, já teríamos mudado muita coisa. São ações mesmo, embora determinadas ações não vão mudar o problema, que é bem mais profundo, bem mais concreto. Eu acredito na mudança, numa mudança mais radical em relação ao modo como a gente vive, para a gente realmente ter uma solução. Mas isso não impede, eu passo para meus alunos isso, não impede da gente, ah! porque uma simples ação minha não vai mudar, eu não vou fazer isso, não, eu supervalorizo essas ações individuais, mas não deixo de dizer para eles que eles precisam ter consciência de que isso não vai mudar o mundo, isso são alternativas, paliativos para

gente enfrentar, enfrentar isso, mas mudança radical mesmo a gente não vai ter, isso não impede a gente de fazer, e incentivo sim desde a sala, a questão do lixo na sala, um ambiente limpo na sala de aula. (PROFESSORA 3, ENTREVISTA NARRATIVA, 2015).

Eu tenho buscado essa ligação com Educação Ambiental sempre que pode aqui na escola. Com os meus pequenos do 3º ano é plantar mudas, é tentar mostrar para eles a importância da água, a importância de não desperdiçar água, e fazendo esse sistema de conscientização no caminho, de conscientização e ação. Para evitar problemas futuros. (PROFESSORA 1, ENTREVISTA NARRATIVA, 2015).

Assim, a gente já contempla o conteúdo Biomas, mas eu procuro focar mais no nosso a Caatinga, isso não quer dizer que eu não trabalho os outros, mas eu acabo dando uma importância maior para o nosso, para que eles conheçam, para que eles tenham aquela visão, sabe, uma sensibilização, cuidando do meio ambiente, das plantas, dos animais, da vegetação. (PROFESSORA 2, ENTREVISTA NARRATIVA, 2015).

Através das narrativas compreendemos as diversidades de formas como os professores percebem o papel da conscientização dentro da Educação Ambiental. A conscientização, muitas vezes, é vista como uma forma de sensibilização para o cuidado com o meio ambiente, para fomentar uma preservação e conservação ambiental, ou até mesmo vista como algo dissociado de uma força capaz de realizar mudanças

sociais profundas. A conscientização nessa perspectiva é vista como geradora apenas de ações simples, de medidas paliativas para os problemas ambientais, mas não chegando a solucioná-los. Contudo, como podemos perceber na narrativa da Professora 3, a conscientização é algo mais complexo que a simples visão romântica que a rodeia.

Fios Rupes: conteúdos, temáticas e contextualização

As narrativas dos professores trazem em suas palavras e sentidos os conteúdos e temáticas que são trabalhados dentro da perspectiva da Educação Ambiental. As experiências narradas mostram que os conteúdos e temáticas estão ligados principalmente ao componente curricular de Ciências Naturais, mesclados, também, a algumas discussões filosóficas que englobam outras áreas. Mas existe uma tendência em compreender a Ciência (como eles nominam, especialmente, a Biologia) como o componente em que se aborda a Educação Ambiental, deixando de lado o seu caráter inter/transdisciplinar. Assim, os principais conteúdos e temáticas trabalhados que aparecem nas narrativas dos docentes são sobre ecossistemas, vegetação, lixo, consumismo, reciclagem e reutilização de materiais, e biomas – este com enfoque na Caatinga em uma tentativa de contextualização do conteúdo com a realidade local. São práticas que demonstram, especialmente, que alguns docentes, aonde quer que estejam, conduzem sua ação educativa mobilizados, também, pelos contextos dos

estudantes. Os fragmentos das narrativas a seguir mostram esses aspectos:

No 4º ano, um elemento que eu gosto de trabalhar, e tento transpor da melhor forma possível, para que eles possam compreender a sociedade, mas trazendo essas concepções filosóficas, é a etapa da produção, extração e o impacto na natureza [...] A questão do consumo dentro de casa, e todo o processo: fábrica, venda [...] e o lixo [...] que é outra etapa desse processo de produção, isso eu tento abordar com imagens, com vídeos, dentro do 4º ano [...]. Tem muita coisa para discutir, cada etapa dessa, tanto no aspecto ambiental quanto no aspecto social, como isso influencia na vida da gente e essa relação com o modo de produção capitalista é bem complexa. Em Ciências, outra disciplina que também leciono no 4º ano, em relação a questão do meio ambiente, eu trabalho os conteúdos que são programáticos para o ano, terceiro bimestre estamos trabalhando ecossistema, nisso tem toda a questão ambiental: a relação entre seres vivos, a respiração, alimentação; isso faz parte dos assuntos que está relacionado com o meio ambiente, e uma vez por outra a gente também traz em ciências essa questão da consciência mesmo, essa conscientização em relação ao tema. (PROFESSORA 3, ENTREVISTA NARRATIVA, 2015).

E a gente foi falando mais dessas plantas que sobrevivem na seca, até mesmo no lajedo. Aí programamos com eles para ir em Laranjeira, na Serra, depois de todas as atividades

feitas em sala de aula a gente foi para lá, passamos uma manhã com eles, nós subimos a Serra, aí mostramos cactos, o mandacaru, e fotografamos. E assim, lá foi mais para eles verem as plantas, e na sala de aula trabalhamos todo o conteúdo, como o mandacaru fica durante a seca, que ele não resseca ou morre, é uma planta sempre verde, que ele tem sempre aquela umidade, tem a água. (PROFESSORA 4, ENTREVISTA NARRATIVA, 2015).

Eu sempre trabalho com a questão da reafirmação da identidade, sempre que eu trabalho com caatinga, eu trabalho nesse sentido de reafirmar, de meios, de técnicas, de possibilidades de conviver com o semiárido, se tem uma coisa que me incomoda extremamente é uma pessoa dizer que quer combater a seca, ninguém combate seca, a gente convive com a seca. Sempre que eu trabalho os biomas, eu acabo entrando mais na caatinga, passo pelos outros, mas entro na caatinga, e aí vou visitar uma barriguda, vou visitar um pé de mandacaru que tem um aqui no nosso bairro que é lindíssimo, trago poemas que falam sobre a caatinga, a gente já saiu para fazer fotografias, produzimos poemas em cima das fotografias. Então, sempre com reafirmação, dando motivo de orgulho, e tentando mostrar a beleza da caatinga, a força que a caatinga tem, sempre nesse sentido de reafirmar, tanto com os alunos grandes, quanto com os pequenos. (PROFESSORA 1, ENTREVISTA NARRATIVA, 2015).

Contudo, há uma ênfase no conteúdo escolar. Assim, entre as temáticas abordadas na Educação Ambiental que emergiram nas narrativas, mescladas com a contextualização que apareceu como importante, podemos destacar o sistema de produção capitalista, como por exemplo a vegetação nativa, a extração de produtos naturais e o impacto na natureza, o consumo, a produção de lixo e sua implicação socioambiental. No conteúdo do componente curricular Ciências Naturais – e para os últimos anos do EF, a Biologia – as atividades são voltadas para fomentar uma conscientização da necessidade de reafirmação e construção de uma identidade local e para a necessidade de criar mecanismos para convivência com a seca e preservação da Caatinga. Embora seja forte essa visão da ligação da Educação Ambiental com o ensino de Ciências Naturais, existem algumas práticas, quase isoladas nas redes, que tentam romper com essa perspectiva. Neste sentido, algumas narrativas mostram a experiência de trabalhos envolvendo professores ligados aos componentes de Língua Portuguesa, Arte e, dentro do Programa Mais Educação, contraturno das aulas, na Oficina de Música. A busca por esse rompimento está atrelada, principalmente, à motivação e à formação dos professores para o trabalho com Educação Ambiental, de modo transversal, especialmente quando se trabalha com Ciências Naturais e outras áreas de conhecimento, o que nos dá pistas de que a formação de professores para a Educação Ambiental é realmente imprescindível. Vejamos:

Tenho trazido para sala de aula quando é possível, já que uma hora eu estou com Língua Portuguesa, outra hora estou com disciplina de Ciências, agora mesmo estou com Artes, mas sempre que dá eu estou encaixando. No início da minha formação eu comecei com o 6º com Língua Portuguesa no Colégio com o Sistema de Produção em Mandala [...] pequeninha em forma de horta. E trabalhando todos os conceitos de cuidado com o solo, do manejo do solo, manejo de cultura, e sempre trazendo esses conceitos para eles. Depois vim para Escola, tem seis anos que estou aqui na escola e estou sempre inserindo dentro do que é possível [...]. Fizemos por último um trabalho com arte sobre Vik Muniz, que é um artista plástico que trabalhou com lixo, com resíduo sólido, e em cima de produção de artistas nós trabalhamos com resíduos sólidos. Tem a produção final, mas aí tem todo um trabalho de conceitos antes, o que é resíduo sólido, o que é resíduo orgânico, o que eu posso fazer com esse lixo orgânico para que ele não seja jogado fora, e não se tornar o lixo que está Irecê. Nós fomos no lixão, nós tiramos fotos do lixão, e então discutimos quais são os danos que trazem à população o lixo ser colocado daquela forma, o assoreamento da terra, a poluição dos lençóis freáticos. (PROFESSORA 1, ENTREVISTA NARRATIVA, 2015).

As atividades em Educação Ambiental que acontecem a partir dessa abordagem trazem, de forma contextualizada, a realidade dos alunos, visto que existe um estudo sobre modos

alternativos de produção, baseados no princípio da sustentabilidade e da produção de alimentos orgânicos, objetivando que os alunos possam utilizar o conhecimento sobre essas técnicas com suas famílias em suas propriedades e produções. A contextualização também ocorre com outras questões ambientais, como a problemática dos lixões urbanos e o trabalho de alguns alunos com a coleta de lixo. Podemos perceber esse aspecto na narrativa a seguir:

Eu cheguei o ano passado nessa [escola] para trabalhar no Mais Educação, depois de uns três meses, quatro meses, percebemos a necessidade dos meninos trabalharem melhor a Oficina de Música, só que aí percebendo que alguns dos meninos tocavam bem tambor, timbau, instrumentos de percussão. Eu tive a ideia de confeccionar os nossos próprios instrumentos, e aí dentro da metodologia da escola, que não temos condições de comprar os instrumentos musicais que outras escolas têm, como banda marcial, a gente fez uso da sucata, tambores, latas, garrafa pet, latas, pedaços de pau, cano de pvc, sucata mesmo [...]. A gente começou a ensaiar, e hoje, graças a Deus, os meninos já tocam; como diz o nome do projeto Sucatocando, estão tocando sucata. [...]. Atualmente nós estamos fazendo uma parceria com o Ponto de Cultura, levando essas oficinas para outras escolas, porque a ideia justamente atender o máximo de escolas da Rede. E o bom do projeto é que ele trabalha com aquilo que ninguém quer, que é o

lixo [...]. Quando os meninos aqui demonstraram habilidade, eu não pensei duas vezes, e a música dá para trabalhar todas as disciplinas. E a ideia do meio ambiente, da questão ambiental, a gente enfoca nas letras das músicas [...]. E o fechamento do projeto foi muito bom, aqui no pátio com as músicas abordando assuntos que foram antes trabalhados na sala de aula sobre a questão ambiental [...]. Além dos muros da escola, aqui os meninos trabalham catando lixo, e é até uma forma de sobrevivência, de renda, eles trabalham catando lixo e sucata para vender. E na música nossa, de instrumento diferente só tem o violão, que dá o ritmo na música, mas as latas, os tambores, os chocalhos, tudo com materiais reciclados. (PROFESSOR 5, ENTREVISTA NARRATIVA, 2015).

Os fios que trazem em sua constituição os conteúdos e temáticas abordados dentro das atividades voltadas para a Educação Ambiental mostram, na sua maioria, a redução da Educação Ambiental em uma única disciplina, especialmente quando trabalhada na perspectiva do ensino de Ciências Naturais, ou só da Biologia. Entretanto, percebemos que outras perspectivas de ações que envolvem a Educação Ambiental estão acontecendo no cotidiano escolar, e para além dos muros das escolas, contextualizando a vida dos alunos com o processo educativo, como a prática narrada pelo Professor 5.

Fios Arbor: o fazer pedagógico

Das narrativas dos professores sobre suas experiências em Educação Ambiental emergem os fios que permitem compreender como acontece o fazer pedagógico de suas práticas e ações. Deste modo, após analisar as narrativas foi possível identificar aspectos do fazer pedagógico e compreender que as escolhas das metodologias utilizadas e o enfoque dado à Educação Ambiental pelos docentes estão intrinsecamente relacionados com suas crenças filosóficas, sua compreensão de mundo e sua motivação para o trabalho com a Educação Ambiental. Nesse sentido, foi possível compreender que o fazer pedagógico envolve diferentes metodologias e organizações, desde projetos, sequências de atividades e sequências didáticas, englobando dentro dessas organizações metodologias como aulas expositivas, discussões teóricas, debates, produções artísticas – principalmente com a reutilização de materiais, visitas a espaços fora da escola, realização de conferência e exibição de filmes e documentários. Nesse sentido, alguns fragmentos das narrativas emergem esse fazer pedagógico:

Eu começo com aulas expositivas, eles trazem amostras de plantas para a sala, a gente constrói o Cantinho da Caatinga. Os alunos fazem pesquisa sobre o tema, de plantas que já não existem mais, o porquê de essas plantas estarem extintas. A gente discute o que leva o ser humano a estar assim, invadindo sem equilíbrio o meio ambiente, a Caatinga.

(PROFESSORA 2, ENTREVISTA NARRATIVA, 2015).

Eu trabalho com reaproveitamento de material, assim com garrafa pet, com tampinhas. Para a horta a gente recolhe os vasilhames, cortamos, colocamos pedras, o material de adubo, depois de adubados, plantamos. Fazemos todo aquele processo que tem que fazer primeiro para depois começar. Os brinquedos, como carrinho, vaivém, boliche, que faço com garrafa pet, fizemos o boneco com tampinhas e vasos reciclados. Comecei a desenvolver esse trabalho no ano de 2012, eu vi que a carência é muito grande para isso, que tínhamos muitos vasilhames jogados fora [...]. Agora estamos fazendo a horta suspensa; a única coisa que a gente comprou foi o arame, mas as outras coisas é tudo reciclado. Primeiro eu explico aos alunos como recortar, a partir daí cada um vai cuidar da sua, vai molhar, vai cuidar da sua planta. Discuto com eles quanto tempo gasta cada material para se decompor. (PROFESSOR 6, ENTREVISTA NARRATIVA, 2015).

Eu trabalho desenvolvendo sequências didáticas. Dentro da matéria de filosofia fica mesmo atividades na sala, esse sair, trabalhar com materiais recicláveis, toda essa concepção eu não ando muito por aí, por uma questão mesmo de como eu acredito nessa sustentabilidade, porque de certa forma aquilo a gente defende influencia um pouco na forma como trabalhamos [...]. Daí eu deixo meio que para eles pensarem, gosto de começar minhas aulas sempre com perguntas, deixar mesmo

eles abordarem a forma como eles compreendem [...] depois eu inserir o conteúdo. Com os meninos maiores eu gosto de debate, eu trago o tema, pergunto muito para saber a compreensão deles sobre o tema, e aí vou entrando no assunto, vou trazendo filósofos, diferentes ideias, principalmente em debates [...]. Procuo inserir documentários, que abordam esse aspecto, tem um mesmo "A história das coisas", é um curta metragem que eu uso nas minhas aulas de filosofia, por que os meninos são maiores e eu tenho um retorno melhor nas discussões [...]. No 4º ano a seleção do documentário tem que ser bem criteriosa, se não eles não vão compreender, por exemplo, documentário legendado é bem difícil para eles entenderem [...]. (PROFESSORA 3, ENTREVISTA NARRATIVA, 2015).

As atividades às vezes são permanentes em sala de aula, outras vezes através de projetos. Nós tivemos já uma Conferência de Educação Ambiental aqui na escola com o 4º ano. Mas geralmente a gente monta uma sequência didática em cima do conteúdo, quando se constrói uma sequência didática tem-se um produto final, que pode ser a produção de cartazes, produção de painéis com lixos, ou a própria conferência que foi uma produção final. Dentro dessa conferência nós construímos um documento para escola, falando quais são as nossas metas, as nossas intuições com o meio ambiente, como escola atuando no meio ambiente. Através das sequências didáticas tem produções textuais, tem visualização de vídeos como "O veneno está na

mesa”, como “A história das coisas”, “A ilha das Flores”, que eu sempre trabalho com esses vídeos, tem outro agora que é “O veneno está na mesa 2”, que eu já estou pensando em utilizar. (PROFESSORA 1, ENTREVISTA NARRATIVA, 2015).

As metodologias utilizadas no fazer pedagógico em Educação Ambiental narradas pelos professores mostram que, apesar da diversidade de estratégias desenvolvidas, há, na sua maioria, uma tentativa de “domar” a condição não linear e complexa do conhecimento ambiental e sua abordagem inter/transdisciplinar, tentando encaixá-la em metodologias tradicionais da educação, como as aulas expositivas, ou tentando reduzi-la a uma única disciplina, ligada principalmente ao ensino das Ciências Naturais. Sem a pretensão de tecer qualquer julgamento sobre o fazer pedagógico dos professores, mas a fim de compreender melhor seu acontecer, e entrelaçando com as narrativas dos outros fios, é possível dizer que a ausência de formação continuada contribui para essas tentativas de redução da Educação Ambiental em temáticas ligadas ao ensino dessas Ciências, prioritariamente.

Deste modo, o objetivo foi compreender como acontecem as práticas em Educação Ambiental dentro dos municípios, a fim de obter elementos para a construção de uma proposta de intervenção. Ela precisa estar em consonância com os princípios para uma Educação Ambiental na escola, que perpassa por considerar a dinâmica já instituída pelo movimento do meio ambiente, contemporaneamente, que

legitima a ação em rede. E, neste caso, conectar as Redes Públicas de Educação em rede de Educação Ambiental.

Movimento ambiental e organização em rede

O entrelaçamento da Educação Ambiental com os ideais de organização em rede tem propiciado o seu fortalecimento e o desenvolvimento de práticas e ações. A Educação Ambiental tem se espalhado pelos nós das redes, mas tem um marco inicial ocorrido há mais de duas décadas. Durante a Rio-92, várias organizações, ambientalistas e educadores do mundo inteiro se reuniram no Rio de Janeiro para discutir sobre as questões ambientais e vias de ação. O clima de discussão, mobilização e envolvimento foi propício para gestação de várias ações em defesa do meio ambiente, entre elas a criação de Rede de Educação Ambiental. De acordo com Jacobi (2000, p. 146), foi a partir do ano de 1992 que algumas “[...] redes e coalizões passaram a se estruturar com o objetivo de enfrentar nacional e regionalmente [...] temas críticos que demandam organização, articulação e mobilização”. Foi nesse cenário que a Rede de Educação Ambiental da Bahia (Reaba) foi gestada por um grupo de ambientalistas e educadores ambientais baianos que participavam da Conferência, com o objetivo inicial de divulgação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, documento produzido durante a Conferência no Rio de Janeiro. A Reaba foi reativada em 2004 durante o Seminário de Educação Ambiental

promovido pela Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, desta vez com o objetivo de articulação dos educadores ambientais, visando fortalecer a implementação do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) e fomentar o relato de experiências e a formação de educadores para o fortalecimento da Educação Ambiental no estado da Bahia.

Para Martinho (2003), as organizações em redes apresentam-se como um desafio interessante para a promoção das transformações necessárias para uma nova forma de organização social, econômica e cultural entre pessoas e grupos, que se caracterize pela cooperação, interdependência, autonomia, solidariedade, respeito recíproco e convivência entre as diferenças.

Operando com padrões de dinâmica conectiva e morfológica, que se assemelham aos ecossistemas naturais, seus atores encontram neste ambiente/estrutura possibilidades de vivenciarem a perspectiva de mudanças de valores, hábitos e atitudes individuais e coletivas, tornando propenso o ambiente de rede para reflexões e práticas que podem contribuir na gestação de uma nova cultura em ebulição. (GUIMARÃES et al., 2009, p. 59).

De acordo com Guerra et al. (2008), as redes constituem uma alternativa de comunicação, informação e transformação cultural. Para esses autores, as redes são comunidades de relações que,

Por meio dos recursos virtuais das tecnologias e de encontros presenciais regionais e nacionais, aproximam pessoas comprometidas com os mesmos interesses e as tornam capazes de se unirem em torno de um objetivo comum. Assim, as redes tornam-se meios abrangentes de mobilização, sensibilização e informação para a participação individual e coletiva, visando atingir as finalidades de uma EA emancipadora e transformadora. (GUERRA et al., 2008, p. 81).

Assim entendidas, as redes de Educação Ambiental se configuram como uma “[...] real possibilidade de construção de espaço educativo, público e ampliado, constituído por aqueles que acreditam na importância do exercício da democracia participativa” (GUIMARÃES et al., 2009, p. 60). Como espaço para romper com o isolamento físico e das práticas educativas, as redes são um meio para a construção colaborativa e participativa da Educação Ambiental. Através da dinâmica de relações dentro das redes, cria-se a possibilidade de comunicação e articulação de pontos distantes, podendo ser no mesmo município ou entre municípios diferentes ou entre outras unidades territoriais. Deste modo, as práticas tecidas de forma solitária em Educação Ambiental dentro do cotidiano escolar ganham força e potencialidade para mudanças significativas das realidades por meio da conexão dos nós das redes de Educação Ambiental.

As redes de Educação Ambiental podem ser articuladas basicamente de duas formas: a primeira são as redes

românticas ou espontâneas, como as redes que surgiram em 1992 a partir das discussões e parcerias firmadas entre participantes da Rio-92 e eventos paralelos. As redes organizadas nessa perspectiva surgem com objetivos bem específicos, que se articulam em torno dos ideais em comum do grupo que compõe a rede. O segundo tipo de articulação é conhecido como redes induzidas ou tuteladas. As redes, nesse caso, surgem a partir de editais ou de projetos vinculados a instituições, empresas ou a órgãos governamentais, que têm função de regulação legal e de financiamento da rede. “A criação induzida traz o diferencial da dotação de recursos financeiros e um conjunto de atividades, produtos, a exigência de resultados e alguma institucionalização” (AMARAL, 2008, p. 23). No Brasil, o Fundo Nacional do Meio Ambiente lançou em 2001 um edital para seleção de projetos que visavam à estruturação e à criação de redes de Educação Ambiental. Foram no total cinco redes beneficiadas pelo edital, sendo que três delas surgiram a partir dessa iniciativa. Todavia, Amaral (2008, p. 23) afirma que as capacitações para o trabalho em rede possibilitadas através do edital foram importantes para superar a visão romântica inicial e reconhecer “[...] a necessidade de informação e formação específica para sustentação dos processos de horizontalização”. Para Lima (2007, p. 173), as redes induzidas ou tuteladas correspondem a uma solução organizacional concebida para funcionar enquanto mecanismo de coordenação, em resultado de uma ação direta e consciente no sentido de criar e financiar uma

rede. Nesse sentido, as redes tuteladas pelo poder público “[...] têm sido apresentadas como um padrão de coordenação característico de uma sociedade sem centro em que a função do governo seria a de permitir e incentivar as interações entre múltiplos atores” (LIMA, 2007, p. 176). Nesse sentido, as redes de Educação Ambiental tuteladas pelo poder público apresentam-se como possibilidade para o gerenciamento e a construção participativa de políticas públicas e projetos educacionais e configuram-se como uma abertura no processo de democratização da gestão pública. Contudo, é preciso incluir, dentro dos projetos de criação de redes tuteladas, mecanismos que garantam a descentralização e a gestão participativa e colaborativa. A não garantia desses aspectos pode acarretar o risco de que as decisões e ações da rede fiquem restritas às escolhas do agente financiador, descaracterizando assim o sentido da rede.

Embora as redes, como afirma Capra (2006), estejam presentes na dinâmica da vida, o entendimento de seus processos de auto-organização e horizontalização apresenta-se como um desafio para a criação, consolidação e continuidade das ações de uma rede. Para que o princípio de auto-organização possa acontecer é necessário que mecanismos e processos dinâmicos sejam acionados. Nesse sentido, faz-se necessário que as redes possuam uma coordenação que possa desencadear e mediar os processos de auto-organização. Nesse sentido, como afirma Amaral (2008, p. 27), “[...] se a coordenação estiver focada nas dimensões da horizontalidade e da auto-organização,

deverá trabalhar com a implementação e nutrir dinâmicas de cooperação". As regras devem ser claras e a transparência no processo de coordenação deve ser estabelecida, evitando assim que a mediação e a intervenção sejam vistas como impositivas. Outro ponto que pode limitar o processo e as ações de uma rede é o esfriamento das relações. Isso ocorre principalmente se a comunicação e as relações ficarem restritas aos meios digitais, o que é muito comum em ambientes virtuais de aprendizagem, listas de discussões através de e-mail e sites de fóruns. O esfriamento pode ser superado nos meios digitais através de facilitadores e animadores que têm como função promover e instigar as discussões, bem como pela realização de reuniões presenciais periódicas para planejamento e avaliação das ações da rede.

A formação continuada é uma possibilidade que surge através das redes de Educação Ambiental. A falta de formação continuada em Educação Ambiental é uma queixa comum entre professores, sendo que a rede de Educação Ambiental pode propiciar, através de elos, a oferta de cursos de formação em Educação Ambiental organizados a partir das necessidades e desejos apontados por seus membros, além de cursos específicos em Educação Ambiental. A rede pode organizar e oferecer cursos sobre as redes e seus princípios, possibilitando um maior entendimento sobre os processos de auto-organização e de horizontalização do seu funcionamento. Outra possibilidade que surge com as redes de Educação Ambiental, nesse caso principalmente com as redes tuteladas

pelo poder público, é a gestão participativa e colaborativa no processo de criação e desenvolvimento de políticas públicas. Os governos, através de abertura democrática ou em parceria com as redes de Educação Ambiental, podem dialogar, possibilitar e concretizar o desenvolvimento de ações, projetos e outros mecanismos no sentido de criar e desenvolver políticas públicas voltadas para a Educação Ambiental e para o meio ambiente. O fluxo de relações e informação não-linear dentro das redes possibilita a democratização da informação. Desta forma, a informação não fica centralizada e restrita a apenas um setor ou elemento, podendo fluir através de todos os pontos e nós da rede.

A coautoria e o diálogo também são possibilitados por meio das redes de Educação Ambiental. A dinâmica de relações não lineares das redes possibilita que os membros sejam parceiros e coautores no desenvolvimento e realização de projetos, rompendo com as práticas solitárias e isoladas. O diálogo também é fomentado pelas redes, não somente entre os membros e os elos, mas também entre instituições e organizações que não fazem parte da malha da rede, o que se apresenta como uma possibilidade para ampliação e fortalecimento das ações e práticas em Educação Ambiental e do próprio processo de abertura da rede. Assim, o processo de empoderamento é propiciado/fomentado através de formação permanente em Educação Ambiental. A participação nas redes possibilita conhecimentos para que os participantes possam empoderar-se, fomentando assim a realização e o fortalecimento

de ações, a reflexividade e a participação ativa nos processos democráticos da rede e na sociedade como um todo.

Tecer uma rede: movimentos de fiação

Tecer em conjunto talvez seja a principal ideia da proposta aqui apresentada. Os diálogos construídos no decorrer da pesquisa para elaboração desse trabalho mostraram que as práticas em Educação Ambiental têm sido realizadas de forma bastante solitária, por sujeitos que acreditam numa mudança de postura dos seres humanos em relação ao meio ambiente e buscam a construção de uma sociedade sustentável, ética e justa. Enredar essas práticas através de uma Rede de Educação Ambiental articulada e tutelada em parceria pelas Secretarias de Educação dos Municípios de Irecê, Ibititá e Lapão possibilitará que esses sujeitos e suas iniciativas deixem de ser solitários, tecendo a Educação Ambiental conectados em redes virtuais e não virtuais. A proposta é a abertura e a vinculação a outras Redes Municipais de Educação do Território de Identidade de Irecê, bem como a outros agentes de Educação Ambiental.

Nesse sentido, o objetivo da proposta interventiva é articular ações com vistas à criação e consolidação de uma Rede de Educação Ambiental, inicialmente, entre os municípios de Irecê, Ibititá e Lapão (BA), como forma de integrar, ampliar e fortalecer as ações e práticas em Educação Ambiental desenvolvidas nesses municípios. Para o alcance desse objetivo foram propostos cinco Movimentos de Fiação que orientaram a dinâmica para a sua

concretização que, embora se apresentem numerados, se movimentarão de forma concomitante, e estão explicitados a seguir.

O Movimento de Fiação 1 (MF1) – Da criação, gestão e consolidação da Rede de Educação Ambiental (REA): apresenta os primeiros passos para criação da REA e visa a articulação entre os municípios para definição das responsabilidades legais e financeiras no processo de criação e manutenção da rede. São previstos nesse movimento a implementação de mecanismo que visa garantir a participação e gestão democrática e colaborativa entre os participantes da rede, além de mecanismo para a consolidação da REA. São objetivos mais específicos: implantar a Comissão de Desenvolvimento do Projeto (CDP) para articulação entre os municípios; implementar mecanismos de gestão para a criação e consolidação da REA; definir direitos, deveres e acordo de convivência dos membros da REA; definir o processo para escolha do nome efetivo da REA; desenvolver o Planejamento Estratégico da REA (missão, visão, objetivos, princípios, linhas de ação e demais aspectos estratégicos) com a participação de todos os membros; elaborar e divulgar a identidade visual da REA.

Movimento de Fiação 2 (MF2) – Do fortalecimento dos elos e expansão da REA: nesse movimento são explicitados mecanismos para o fortalecimento dos elos que preveem o mapeamento das ações em Educação Ambiental nos municípios, a criação de grupos de trabalhos temáticos dentro da REA. Além desses mecanismos, são previstas ações que objetivam o fortalecimento

das relações entre os membros e elos, além da expansão da malha da REA por outros municípios do Território de Identidade de Irecê. Desse modo, deve, a partir da CDP: criar grupos de trabalhos em diferentes temáticas; mapear ações em Educação Ambiental nos municípios vinculadas a programas dos governos (Federal, Estadual e Municipal), de empresas, de universidades e demais organizações; realizar anualmente o Encontro da REA; desenvolver parcerias com outras redes de Educação Ambiental.

Movimento de Fiação 3 (MF3) – Do desenvolvimento de Políticas Públicas Educacionais e Socioambientais: apresenta ações que visam garantir a efetiva participação dos membros e elos da Rede de Educação Ambiental no desenvolvimento de políticas públicas educacionais e socioambientais. São previstas nesse movimento ações que objetivam a articulação da REA com órgãos municipais e estaduais de educação e meio ambiente, e a criação de Pontos de Educação Ambiental nos municípios integrantes da rede. Para tanto, será imprescindível: estruturar Pontos de Educação Ambiental nos municípios vinculados à REA; elaborar Documento Referencial para a Educação Ambiental em cada município vinculado à malha da REA; desenvolver parcerias com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente e com os Conselhos Municipais de Meio Ambiente dos municípios membros da REA; articular ações com a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) do estado da Bahia; realizar anualmente a Conferência Intermunicipal de Meio Ambiente.

Movimento de Fiação 4 (MF4) – Do fomento à uma Educação Ambiental do/no Sertão: busca uma Educação Ambiental contextualizada com as questões socioambientais dos municípios de atuação da REA. Visa à realização de ações que fomentem a construção de uma Educação Ambiental do/no Sertão, possibilitando a reafirmação da(s) identidade(s) e valorização da(s) cultura(s) municipal(is). Desse modo, será necessário, aos Poderes Públicos, em articulação com a Rede de Educação Ambiental: incentivar, apoiar e desenvolver práticas em Educação Ambiental contextualizadas com a realidade socioambiental; desenvolver estudos sobre as questões ambientais nos municípios de atuação da REA; articular parcerias com órgãos de pesquisa e proteção ambiental em nível municipal, estadual e federal; articular parcerias com famílias e associações de agricultores, de mulheres, e comunidades quilombolas e remanescentes quilombolas; articular parcerias com Universidades.

Movimento de Fiação 5 (MF5) – Dos mecanismos de divulgação de informações sobre atividades e projetos da REA: compreende que a divulgação das ações da REA é uma estratégia para o seu fortalecimento e consolidação e objetiva propor mecanismos de divulgação de informações sobre as atividades e projetos da rede. Para tanto, é necessário: criar site oficial da REA; desenvolver aplicativo para tablets e smartphones para divulgação das ações da REA; desenvolver periódico para divulgação dos resultados das pesquisas, cursos, projetos e atividades em Educação.

Esta proposta interventiva é resultado da ação conveniada entre a Faculdade de Educação da UFBA e a Rede Municipal de Educação dos municípios de Lapão, Ibititá e Irecê, no Sertão da Bahia, como explicitado. Contudo, e apesar do financiamento desses processos formativos pelos municípios, até o momento não há uma política para que as ações planejadas se efetivem, a exemplo da criação e desenvolvimento da REA.

Todos os projetos de intervenção, após aprovação pela Banca de Defesa na Universidade, foram apresentados em eventos oficiais promovidos pela Faced/UFBA e municípios que, de certa forma, desde a assinatura do convênio, comprometeram-se com o objetivo macro da formação que é a intervenção nas Redes Municipais de Educação, via seus agentes legítimos, pois todos os participantes são seus professores efetivos.

No entanto, alternativas estão sendo articuladas e gestadas para que este projeto se efetive. Assim, embora se continue tentando que as redes de educação assumam essa causa, também estamos buscando outras parcerias para ampliar e fortalecer a nossa luta por uma Educação Ambiental nas escolas, antecipando, inclusive, algumas ações pensadas para a criação posterior da CDP entre as três redes de educação. Como exemplo, algumas ações que já estão sendo catalisadas concernentes ao MF1: entrega do Projeto de Intervenção às novas gestões das Secretarias de Educação dos três municípios; reuniões com organizações da sociedade civil, universidades e outras instituições de ensino, a fim

de consolidar parcerias; adesão de pessoas físicas e jurídicas que tenham interesse em ser membros da REA; adesão e cadastro das instituições de ensino e demais organizações que firmarem parceria, visando à implantação da CDP e da sua Comissão de Gestão Participativa e Secretaria Executiva. Quanto ao MF2: mapeamento das ações em Educação Ambiental nos municípios (programas, projetos, práticas educativas e materiais) vinculadas a programas dos governos (Federal, Estadual e Municipal), de empresas, de universidades e demais organizações; planejamento de Encontro da REA, com a participação de organizações não governamentais e governamentais, bem como professores e profissionais envolvidos com a Educação Ambiental de outros municípios do Território de Identidade de Irecê; contatos para parcerias com a Rede de Educação Ambiental da Bahia e com outras redes de Educação Ambiental visando conhecer suas experiências, com o intuito de fortalecer as ações da REA. Nesse sentido, deverá se buscar também a integração da REA na malha da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA). Nesse sentido, o MF3 também prevê: a criação de Pontos de Educação Ambiental nos municípios para o desenvolvimento inicial de campanhas, produção e divulgação de materiais educativos, além da organização e implantação de formações para membros e demais profissionais que tenham interesse em realizar atividades em Educação Ambiental, em consonância com a legislação e os programas vigentes no âmbito nacional e estadual, articulando parcerias com

as Secretarias Municipais de Educação e com os Conselhos Municipais do TII, incluindo os de Meio Ambiente aonde houver, buscando articulação e desenvolvimento de ações com a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (CIEA) do Estado da Bahia que tem, dentre as suas finalidades e competências, a de "Fomentar e apoiar a criação de redes de educação ambiental no estado, assim como a produção de instrumentos socioeducativos para a sua maior divulgação" (BAHIA, 2009, p. 2). O MF4 busca articular ações em parceria com associações e famílias de agricultores, associações de mulheres, de comunidades quilombolas e remanescentes quilombolas e órgão de pesquisa e proteção ambiental, incentivando pesquisas e/ou outras ações que visem mitigar problemas ambientais dos municípios. O MF5 prepara divulgação do projeto e das ações em desenvolvimento via participação nos eventos e atividades dos coletivos da sociedade afim, da articulação com essas iniciativas de outras localidades, criação de coletivos online via redes sociais. Nesse sentido, podemos afirmar que este artigo já faz parte desse esforço de construção de parcerias e socialização.

Pela/na tessitura da rede...

A pesquisa realizada para elaboração deste projeto de intervenção propiciou compreensões acerca do fenômeno estudado, da tessitura e do acontecer da Educação Ambiental nos municípios nos quais o estudo foi realizado. Contudo, enquanto estudo de enfoque fenomenológico, este

trabalho se mostra aberto a novas compreensões, a novos olhares. Assim, a pesquisa não tem a intenção de ser um fechamento ou de abarcar a totalidade do mundo. Deste modo, este projeto de intervenção não é um fim em si mesmo, ele é uma abertura para o diálogo democrático entre governos municipais, entre os governos e a sociedade, entre professores, entre escolas, entre comunidades, visando ao fortalecimento e ampliação das ações de Educação Ambiental dentro dos municípios de atuação da Rede de Educação Ambiental. Todos estão convidados!

Como visto, desde o surgimento no Brasil, as redes de Educação Ambiental têm se apresentado como uma alternativa para articulação de educadores ambientais, propiciando a ruptura do isolamento das práticas, principalmente no cotidiano escolar. Além desses aspectos, as redes têm fortalecido os educadores ambientais que, a partir de sua articulação, ganham força para participação na construção de políticas públicas educacionais e socioambientais. Nessa perspectiva, a implementação de uma Rede de Educação Ambiental envolvendo os municípios supracitados possibilitaria uma abertura para o desenvolvimento e fortalecimento não somente das práticas em Educação Ambiental, fomentando a ruptura do isolamento dos educadores ambientais em suas escolas, mas também o fortalecimento do processo democratizado, visto que este projeto prevê a participação ativa e colaborativa de educadores e outros membros/elos da REA no desenvolvimento de projetos e políticas públicas

municipais voltados para a educação e desenvolvimento socioambiental.

Assim, acreditamos que a implementação da proposta aqui exposta, que objetiva a criação e consolidação da Rede de Educação Ambiental, e garantidos os princípios de horizontalidade e da gestão democrática, participativa e colaborativa, possibilita a construção de um espaço público educativo e democrático ampliado e amplificador da "cidadania terrestre" (MORIN, 2002, p. 113).

Como visto, há muitas dificuldades para a implementação desta proposta, que são de ordem política, econômica, de acesso, formativa... Contudo, acreditando que os empecilhos sempre surgirão e superado esse primeiro momento de espera de que o poder público, via Secretarias Municipais de Educação, assumisse a empreitada como política pública a ser desenvolvida e ampliada, o trabalho será de articulação para a criação de uma rede entre as pessoas físicas e jurídicas que se mobilizam cotidianamente, mesmo que de forma solitária, por uma Educação Ambiental. A crença é que essa rede contribua para uma mudança de postura e o abandono da racionalidade destrutiva em busca de uma racionalidade outra, possibilitando a abertura para o diálogo, a gestão colaborativa, horizontalizada e responsável. No mais, como ser-no-mundo que se move pela luta em defesa do meio ambiente e da Educação Ambiental, acreditamos que a implementação deste projeto de intervenção possibilitará uma mudança significativa no acontecer da Educação Ambiental dentro dos municípios do TII, ao

mesmo tempo que moverá diversos atores no processo de construção de uma sociedade democrática, solidária e sustentável.

Referências

AMARAL, Viviane. REBEA: processos e desafios de horizontalização. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, Brasília, n. 3, p. 15-33, jun. 2008.

BAHIA. Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia – CIEA-BA. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, BA, ano XCIII, nº 19.982, 12 de maio de 2009.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. A pesquisa em educação matemática: a prevalência da abordagem qualitativa. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 15-26, 2012.

_____. *Pesquisa qualitativa: segundo a visão fenomenológica*. São Paulo: Cortez, 2011.

CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

DUTRA, Elza. A narrativa como uma técnica de pesquisa fenomenológica. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 7, n. 2, p. 371-378, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2002000200018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 fev. 2015.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Revisão de tradução de Ênio Paulo Giachini. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GUERRA, Antonio Fernando Silveira et al. As redes no espelho: conceitos e práticas da cultura de redes de educação ambiental. Revista Brasileira de Educação Ambiental, Brasília, n. 3, p. 79-89, jun. 2008.

GUIMARÃES, Mauro et al. Educadores ambientais nas escolas: as redes como estratégia. Cadernos CEDES, Campinas, v. 29, n. 77, p. 49-62, jan./abr. 2009.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente e redes sociais: dimensões intersetoriais e complexidade na articulação de práticas coletivas. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p.131-158, nov./dez. 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Org.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 90-113.

LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 17-24, set./dez. 2009.

_____. Epistemologia ambiental. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Jorge Ávila de Lima. Redes na educação: questões políticas e conceptuais. Revista Portuguesa de Educação, Minho, Portugal, v. 20, n. 2, p. 151-181, 2007.

LOPES, Juliano da Silva. Análise de culturas energéticas oleaginosas para produção de biodiesel no Território de Irecê no Semiárido Baiano. 2010. 115 p. Dissertação (Mestrado em Regulação da Indústria de Energia) – Programa de Pós-graduação em Energia, Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2010.

MARTINHO, Cássio. Redes, uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília, DF: WWF-Brasil, 2003.

MASINI, Elcie F. Salzano. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, Ivani. Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989. p. 59-67.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Conversas - 1948. Tradução de Fábio Landa e Eva Landa. Revisão de tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. Fenomenologia da percepção. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez, 2002.

ROCHA, Danilo Pereira da. do chão
seco e do sol forte às flores da
barriguda: tecendo fios de uma rede
de Educação Ambiental nos municípios
de Irecê, Ibititá e Lapão – BA.
Projeto de Intervenção do Mestrado
Profissional em Educação Currículo,
Linguagens e Inovações Pedagógicas.
UFBA, 2015.

A imagem da comida: considerações acerca do consumo de alimentos

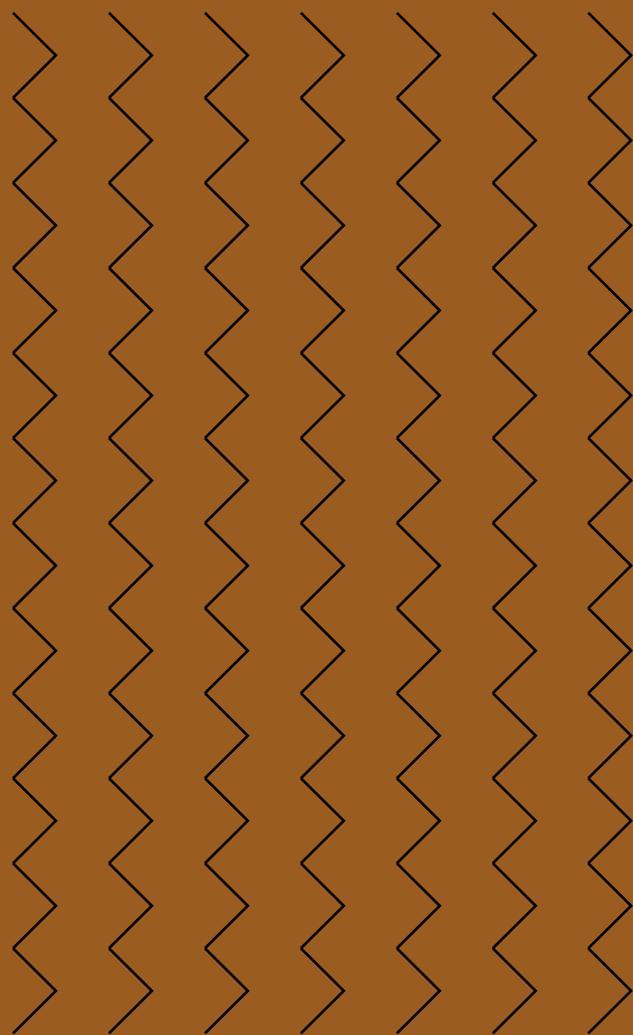
Julia Horta Nasser

Francisco Romão Ferreira

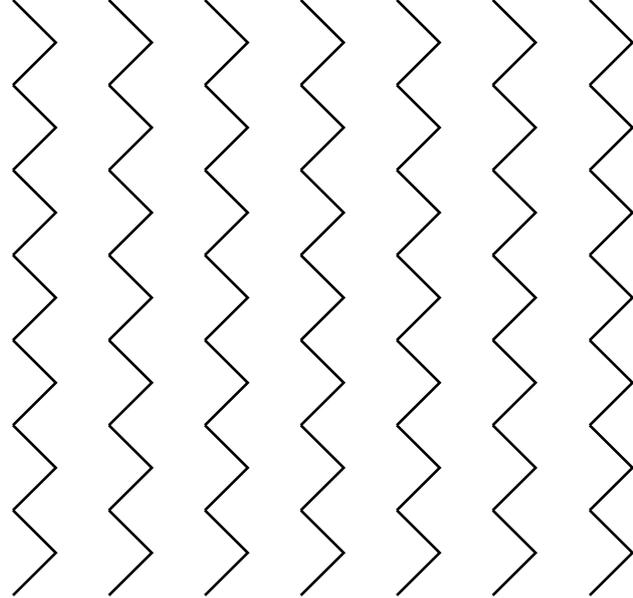
Larissa Escarce Bento Wollz

Shirley Donizete Prado

12.



Introdução



A partir da nossa inserção no campo da Alimentação e na Nutrição, podemos observar que os trabalhos científicos publicados na área da Nutrição, geralmente, analisam o “consumo alimentar” privilegiando diferentes aspectos do consumo de micro e macro nutrientes, os fatores de risco e a insegurança alimentar, a ingestão de elementos específicos entre escolares, crianças, adolescentes, idosos ou atletas, frequência de refeições, sempre com o foco nos resultados da ingestão ou no processo de absorção de um determinado nutriente. Nesta perspectiva, o hábito e o consumo alimentar são reduzidos à dimensão biológica e não incorporam os dados da cultura (KLOTZ-SILVA, 2016, 2017). Mas o consumo de alimentos vai além desta dimensão biológica (ou biomédica) e os aspectos subjetivos do consumo de alimentos nem sempre são abordados pelos trabalhos acadêmicos do campo, quando, na verdade, eles são de extrema importância para entendermos as escolhas que os sujeitos e as famílias fazem nas suas vidas cotidianas.

Ao almoçarmos com amigos, familiares ou colegas de trabalho não consumimos apenas macro e micro nutrientes, não ingerimos apenas uma massa bioquímica que irá saciar a fome biológica, somos seres inscritos na ordem da cultura e nos organizamos socialmente a partir dos códigos simbólicos da nossa sociedade. Portanto, ao comermos uma pizza com amigos nós ingerimos nutrientes e calorias, mas também consumimos um alimento simbolizado, ingerimos signos, comemos imagens que definem uma identidade, reforçam papéis sociais, produzem status, nos aproximam ou afastam de grupos sociais e produzem

hierarquias, ou seja, o simples fato de comer uma pizza, um sashimi, uma feijoada ou uma picanha na brasa pode produzir efeitos na nossa imagem que sequer imaginamos. A comensalidade cotidiana nos insere em sistemas de códigos sociais com papéis bem definidos (WOLLZ e PRADO, 2016).

Os diferentes modos de comer à mesa, a escolha dos pratos, as opções disponíveis, o ambiente, a percepção (ou não) da higiene do local, o barulho ou o silêncio das pessoas em volta, o preço da comida, os códigos de distinção social presente nas escolhas alimentares, as memórias gustativas e afetivas de cada um, os padrões de cada cultura com suas preferências ou interdições, são exemplos cotidianos de uma comensalidade que é tão natural que passa despercebida e nem notamos as convenções às quais estamos sujeitos. Comer, portanto, é uma escolha subjetiva, afetiva, altamente discutível e totalmente inscrita na "ordem da cultura", construída na história de cada povo ou grupo social, fazendo com que uma simples escolha revele uma cadeia de gostos, filiações, interdições, memórias e sentimentos ancestrais (MONTANARI, 2008).

Temos então duas dimensões opostas e complementares na hora de comer, "natureza e cultura", e cada uma dessas dimensões possibilita uma forma de compreensão do fenômeno. Mas estas duas ordens não são excludentes entre si, pelo contrário, são indissociáveis, pois os nutrientes, as calorias, a indústria de alimentos, os interesses do mercado e os símbolos culturais e códigos de distinção social estão no mesmo prato. Ao comer

uma refeição rápida na praça de alimentação de um shopping nós, ao mesmo tempo, alimentamos o nosso corpo biológico, nossa imagem social, alimentamos o mercado alimentício, reproduzimos códigos de distinção social, somos seduzidos por imagens do universo do consumo, construímos uma imagem e uma identidade quando postamos nosso prato nas redes sociais e entramos em contato com uma profusão de imagens e discursos que cercam o fenômeno da alimentação.

Imagem e discurso

O fenômeno da alimentação hoje é atravessado por saberes e discursos oriundos de diversas áreas e campos de atuação profissional. O assunto comporta muitas visões, perspectivas e posicionamentos variados e nem sempre convergentes. São profissionais ligados à Ciência dos Alimentos (que estudam a composição, processamento, conservação, qualidade e comercialização dos alimentos para o consumidor), os profissionais da Indústria Alimentícia (que produzem em segmentos que vão dos alimentos in natura até os ultra-processados), pessoas envolvidas na produção e distribuição (indo do pequeno produtor local até as empresas transnacionais), profissionais oriundos das Ciências da Saúde em suas diferentes especialidades (nutrólogos, nutricionistas e endocrinologistas), os responsáveis pela Vigilância Sanitária e pela regulação dos mercados, sem contar com setores da publicidade em diferentes mídias e atendendo uma clientela diversificada. Cada um desses agentes produz

discursos, sentidos e imagens sobre o alimento e o ato de comer. São diferentes visões do mesmo fenômeno.

Além desses atores sociais tradicionais temos também uma polissemia de discursos e produção de imagens sobre o fastfood ou a alimentação saudável, vegetariana, orgânica ou vegana proferidos pelas redes sociais e seus influencers com milhares (ou milhões) de seguidores. No Instagram, por exemplo, as nutricionistas da moda possuem milhões de seguidores e as estratégias discursivas passam, necessariamente, pela construção imagética, pois sabemos que a maioria das imagens que vemos não querem dizer alguma coisa, elas querem apenas nos vender alguma coisa. E nas redes sociais a imagem possui um estatuto próprio, peculiar, que compõe com a construção identitária do sujeito que está no perfil. O campo da gastronomia, da mesma forma, produz práticas, saberes, discursos e imagens cada vez mais valorizadas no meio social. E os alimentos estão no meio dessa guerra semiótica, dessa profusão de imagens que sempre querem nos dizer ou nos vender algo.

Somos consumidores visuais, mas como compreender essas imagens de alimentos que comunicam e transmitem mensagens, valores, ideias, desejos e visões de mundo?

Por um lado, lemos as imagens de uma maneira que nos parece totalmente "natural", que, aparentemente, não exige qualquer aprendizado e, por outro, temos a impressão de estar sofrendo de maneira mais inconsciente do que consciente a ciência de certos iniciados que conseguem nos

"manipular" ou seduzir, afogando-nos com imagens em códigos secretos que zombam da nossa ingenuidade. As imagens de comidas fastfood, veganas, orgânicas ou da gastronomia são pontos extremos que representam essa babel imagética que nos seduzem através de imagens bem elaboradas. Como resistir a um hambúrguer aparentemente delicioso e suculento? Mesmo sem saber se ele é feito de carne vermelha ou de soja com a aparência de carne moída, afinal, apenas pela imagem é impossível definir e adivinhar o que será encontrado após a mordida. Entre a imagem do hambúrguer e o sabor do hambúrguer há um abismo.

Vivemos cercados de imagens que são ícones do consumo, signos que representam o objeto do desejo que trará a nossa felicidade. Como um Narciso refletido no lago, buscamos nos objetos do consumo os reflexos da nossa imagem, construímos nossa identidade a partir das imagens dos produtos que desejamos. E as imagens do universo do consumo, do carro ao perfume, do filme às séries da TV a cabo, da roupa ao jantar romântico, são os códigos que dão sentido à existência. De tal forma que não conseguimos pensar em um mundo sem tais imagens e o que elas representam. São discursos, imagens e sentidos que organizam a vida social, de forma naturalizada, como se as imagens fossem espontâneas, neutras ou inocentes.

Para entendermos o contexto da comensalidade contemporânea temos que levar em consideração que a nossa sociedade é estruturada pelo consumo. Segundo Zigmunt Bauman (2008),

vivemos na Sociedade de Consumo, ou seja, o nosso modelo de sociedade se organiza no que ele chamou de cultura consumista. Os membros desta sociedade são encorajados, levados ou reforçados a escolherem um estilo de vida e uma estratégia consumista e os próprios sujeitos constroem identidades como se fossem produtos a serem consumidos. O consumo está no coração desse duplo processo de cooperação e de competição material, de inclusão e de exclusão social, de construção e de diferenciação indenitária e simbólica. Dentro desta perspectiva, o consumo de comida participa desse jogo simbólico que valoriza ou desvaloriza os sujeitos, hierarquiza a sociedade e normatiza os hábitos alimentares. Uma imagem de um prato, um jantar ou um restaurante no Facebook, Tinder ou no Instagram vale mais do que milhões de palavras.

Partimos do pressuposto de que os discursos imagéticos não são neutros, eles traduzem e representam atores sociais, agentes, instituições, empresas ou grandes conglomerados financeiros que atuam no nosso mercado. Seja a partir do pequeno produtor rural ou das grandes redes atacadistas, a produção, distribuição e consumo de produtos que acontecem numa escala global, por meio de empresas transnacionais, com produtos, marcas, rótulos, imagens e sabores comuns em diferentes pontos do planeta, todos produzem imagens e discursos. Mas o que chama a nossa atenção é que o consumo das imagens pelo público leigo sobre os alimentos (independente da sua origem industrial, orgânica, vegana ou ultraprocessada) é feita de

forma quase inocente, sem perceber os interesses que atravessam as imagens, seus processos de construção discursiva ou suas estratégias de persuasão ou dissimulação, pois sabemos que imagem é discurso (e discurso é ideologia). As imagens são naturalizadas no cotidiano e, geralmente, não percebemos que, por exemplo, os chocolates que estão na banca do camelô no ponto de ônibus são a ponta da distribuição de grandes empresas alimentícias, aparecem como produtos familiares, um simples bombom que remete a uma memória afetiva está ligada a uma empresa transnacional. O público leigo não imagina que por trás daquele produto aparentemente banal há uma guerra comercial global que passa pela construção da imagem da marca em cada mercado.

Partindo dessas ideias citadas acima propomos neste texto fazer uma problematização da produção e o consumo de imagens ligadas à indústria alimentícia. Acreditamos que as imagens circulam livremente pelo senso comum sem a percepção pelo grande público das implicações e filiações de tais imagens às suas origens e interesses econômicos, políticos e institucionais. E se mesmo alguns profissionais da área da saúde (como os nutricionistas, dietistas e nutrólogos) não necessariamente compreendem o processo de construção de tais imagens, quanto mais o senso comum e a clientela em geral. O que parece ser apenas uma questão estética ou semiótica (as imagens dos alimentos) pode ser visto também como um conflito ético e político.

Existe uma complementaridade entre imagem e linguagem, compondo uma falsa oposição, uma vez que a linguagem não apenas participa da construção da imagem visual, como a substitui e até a completa em uma circularidade ao mesmo tempo reflexiva e criadora. Temos então uma polifonia presente entre os atores sociais de cada um desses campos e subcampos, assim como uma polissemia de sentidos e significados que circulam nesses diferentes contextos. Os rótulos dos produtos, as imagens nas campanhas publicitárias ou o layout das lojas das grandes redes de fast food sempre informam muito mais do que um mero alimento para saciar a fome biológica, eles atualizam códigos, signos e estratégias variadas para estabelecer um canal de diálogo com o consumidor. Através das imagens da comida podemos ver a construção da linguagem da sociedade do consumo.

São muitos interesses nesse jogo social e, para compreendermos a profusão de discursos que circulam em cada um desses campos, temos que, primeiramente, saber quem é o autor do discurso, qual é a sua posição no campo, seus interesses no jogo e suas estratégias ideológicas ou discursivas. Cada imagem produzida em um desses campos corresponde a uma estratégia discursiva própria e o mesmo alimento pode ser representado de diversas formas, tons, cores e estilos, havendo uma correspondência entre a construção da imagem, a lógica discursiva e os interesses políticos e econômicos. A imagem não mostra tudo e não esclarece nada, pelo contrário, muitas vezes ela é construída com o intuito de

não mostrar, de dissimular, disfarçar a realidade.

Uma questão importante nos campos da Saúde e da Alimentação hoje é a pandemia de obesidade e boa parte da formação profissional em Saúde está voltada para o consumo de alimentos na perspectiva clínica, voltada para o controle do consumo de alimentos (sendo o consumo muitas vezes entendido apenas como ingestão), sem perceber que o consumo (não apenas de alimentos) envolve outros aspectos da cultura, do narcisismo, do hedonismo e da espetacularização da vida cotidiana.

O consumo de alimentos é um tema complexo, que pode ser abordado de inúmeras formas e sua redução à simples ingestão e contagem de calorias aponta para um empobrecimento da discussão. O protagonismo do alimento na cultura atravessa diferentes áreas e linguagens e reduzir o elemento da cultura ao caráter bioquímico do alimento é, da mesma forma, uma limitação da percepção dos seus significados e atributos simbólicos. É preciso então perceber a importância do alimento como um signo, como um artefato da cultura que organiza a vida social, propõe valores e produz significados, percebendo que por trás de uma imagem de uma comida orgânica produzida em pequena escala, de uma grande rede de fastfood ou de um suplemento alimentar (que é quase um medicamento), existem imagens que traduzem discursos, códigos, símbolos e perspectivas políticas distintas e conflitantes.

É preciso então olhar a imagem do alimento como quem vê a publicidade

de um partido político, de um banco de investimentos ou de uma montadora de veículos. Porque essa imagem geralmente é minuciosamente construída, ela não é neutra, ela diz muito mais do que aparece em termos de cores, tons, texturas e diagramação, ela nunca é banal, mas é preciso ter olhos para ver. Da mesma forma, as imagens dos corpos magros, definidos e valorizados contrastam na vida social com as imagens de corpos gordos, geralmente desvalorizados, fazendo da lipofobia uma sombra que acompanha as imagens bem elaboradas e deliciosas das comidas. Como resistir à gula e às imagens de comidas aparentemente deliciosas em um mundo marcado pela dieta e pelo controle? São as imagens conflitantes que encontramos no cotidiano.

Consumindo alimentos e imagens

Um dos primeiros aspectos que nos chama a atenção ao tentar conceituar o termo "consumo", é a ambiguidade de ideias que permeiam esta definição. Essa ambiguidade se inicia já na definição etiológica do termo. Consumo deriva do latim *consumere* que significa usar tudo, esgotar e destruir e do termo em inglês, *consummation*, que significa somar e adicionar. O senso comum, tradicionalmente, entende consumo a partir do sentido negativo do termo, relacionando-o a exaustão e/ ou a aquisição de bens, objetos e serviços. É importante ressaltar que a dimensão negativa do termo, relacionada a esgotamento, ultrapassa a questão que diz respeito à exaustão de bens materiais. Ela abrange também

uma dimensão física e emocional, relacionada a consumo do indivíduo. Barbosa e Campbell (2006) observam que com o interesse das ciências humanas e sociais pelo tema só fez ampliar essa ambiguidade. Os autores chamam a atenção para os problemas teóricos e as dificuldades conceituais que esta ambiguidade produz.

Uma outra observação importante que Barbosa e Campbell (2006) apresentam é de que o consumo é um processo social além de ambíguo, elusivo. Para explicar essa afirmativa, eles trazem a ideia de que toda e qualquer sociedade, para se reproduzir física e socialmente, faz uso do universo a sua volta. Mas, mesmo que o consumo seja imprescindível para satisfação da necessidade física e dos desejos psíquicos do indivíduo, os indivíduos, de uma forma geral, só tomam contato com a sua existência, quando o mesmo é classificado como supérfluo, ostentatório, espetacularizado, etc.

Seguindo esta linha de raciocínio, Douglas e Isherwood (2006) em *O mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo*, apresentam o termo consumo a partir de três enquadramentos preferencias, são eles: Hedonista, Moralista e Naturalista. Na perspectiva hedonista, o consumo é visto como essencial para a felicidade e realização pessoal. Segundo os autores a visão hedonista é a mais popular e famosa do fenômeno, onde o sucesso do indivíduo e sua consequente felicidade se traduz na posse de bens. Na visão moralista, o consumo é responsabilizado pelas diferentes mazelas da sociedade contemporânea, tais como violência urbana, individualismo,

desequilíbrio (mental, familiar, ecológico), isto é, a toda ordem dos chamados problemas sociais. Ainda segundo Douglas e Isherwood (2006), dentro da perspectiva moralista, existe um poder classificatório das categorias produção e consumo. A produção representa o mundo verdadeiro, algo nobre e valioso. O consumo, em contrapartida, está relacionada a algo fútil e superficial, representando um mundo falso e inconsequente.

Por fim, na perspectiva naturalista, o consumo ora atende as necessidades físicas, ora os desejos psíquicos. O consumo existe então, em razão da natureza, da biologia, ou da universalidade humana. Nesta perspectiva os autores discorrem que o consumo é colocado num plano que ela chama de infra-social, ou seja, é apartada da ideia de consumo a sua dimensão cultural e simbólica, tornando assim o consumo, biologicamente necessário, naturalmente inscrito e universalmente experimentado.

Como forma de dar conta desta complexidade posta, utilizaremos a definição de consumo apresentada por Douglas e Isherwood (2006). Os autores discorrem sobre uma teoria cultural sobre o consumo, definindo o mesmo como o uso de posses materiais que está além das relações comerciais (numa tentativa de sair a acepção econômica do termo) e é livre dentro da lei. O consumo é uma área do comportamento humano, cercado de regras e limitado por sanções sociais. Para os autores, consumo desempenha um papel central estruturante dos valores que constroem as identidades,

regulam as relações sociais e definem mapas culturais.

Em relação aos bens, Douglas e Isherwood (2006) trabalham com a ideia de que os mesmos são necessários não só para a subsistência humana ou para a manutenção do mercado e sim com a noção de que os bens são necessários para “dar visibilidade e estabilidade às categorias culturais” (p. 105). Ou seja, além das posses materiais que os bens proporcionam, eles estabelecem e mantêm as relações sociais. Os bens então possuem um duplo papel dentro de uma dada sociedade, eles provem a subsistência e marcam as linhas das relações sociais.

Uma outra definição posta por Douglas e Isherwood (2006) é de que o consumo é uma atividade ritual. Os autores discorrem que um dos grandes problemas da vida social numa dada sociedade é de fixar significados, de modo que os mesmos fiquem estáveis. Os rituais são convecções de um determinado grupo, que tem como foco conter as flutuações de significados. Dentro desta perspectiva, o consumo é um processo ritual que possui a função primária de dar sentido aos acontecimentos. Os bens aqui são parte visível da cultura, acessórios deste ritual. Daniel Miller (2001), afirma que ao utilizarmos bens e serviços, o objeto ou a atividade torna-se ao mesmo tempo uma prática sobre o mundo e uma forma pela qual nós construímos nossa compreensão de nós mesmos no mundo. De acordo com o autor, os indivíduos se constroem como sujeitos sociais pelo consumo. O consumo dá um “lugar social” ao indivíduo, ou seja, esse é reconhecido e enquadrado em

um lugar na hierarquia social a partir do que consome. Por fim se para Douglas e Isherwood (2006), o consumo é parte estruturante de uma dada sociedade, um fenômeno da ordem da cultura, o bem se torna o que os autores chamam de marcadores dos processos sociais que regem a vida do indivíduo. Os bens de consumo então, se constituem o sistema que organizam uma determinada sociedade.

Bauman (2008) no livro "Vidas para o Consumo: transformação de pessoas em mercadorias", afirma que umas das características mais importantes da pós-modernidade ou modernidade líquida é que nos transformamos numa Sociedade de Consumidores. Mas neste modelo societário a lógica é outra, ele se caracteriza por um tipo de sociedade onde seus membros seguem o que ele chama de cultura consumista, ou seja, como dito anteriormente, seus membros são encorajados, levados ou reforçados a escolherem um estilo de vida e uma estratégia consumista. O autor define consumismo como um tipo de arranjo social, atributo da sociedade resultante da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos, onde o consumo assume o papel-chave para a reprodução, integração e estratificação social. Na sociedade de produtores o trabalho assumia esse papel. Uma sociedade que possui sua base no consumismo, organiza suas redes de relações a partir dos objetos de consumo.

Na Sociedade de Consumo, segundo Bauman (2008), o desejo humano de estabilidade se transforma do principal ativo do sistema de organização moderno, para o seu principal risco.

Dentro desta lógica, o consumismo associa a felicidade a um volume sempre crescentes de desejos e no uso imediato de objetos para satisfazê-los. Bauman (2008) sugere que o surgimento do consumismo inaugura a era da "obsolescência embutida" dos bens oferecidos a população, visto que a cada nova necessidade, o indivíduo precisa de uma nova mercadoria que, por sua vez, produz novas necessidades (BAUMAN, 2008, p. 45).

A sociedade de consumo é estruturada então na insaciabilidade e na constante insatisfação. Na verdade, ela prospera "na perpétua insatisfação de seus membros" (BAUMAN, 2008, P. 64). Sobre isso Bauman nos diz:

A sociedade de consumo tem como base de suas alegações a promessa de satisfazer os desejos humanos em um grau que nenhuma outra sociedade do passado pode alcançar, ou mesmo sonhar, mas a promessa de satisfação só permanece sedutora enquanto o desejo continua insatisfeito; mais importante ainda, quando o cliente não está "plenamente satisfeito" – ou seja, enquanto não se acredita que os desejos que motivaram e colocaram em movimento a busca da satisfação e estimularam experimentos consumistas tenham sido verdadeira e totalmente realizados (2008, p. 63).

Ainda sobre a felicidade, Bauman (2008) diz que o valor supremo na sociedade de consumo é se ter "uma vida feliz" (2008, p. 60) e esta vida feliz, na sociedade de consumo é atrelada à busca de mercadoria. A ideia

aqui trabalhada por Bauman (2008), se aproxima muito da perspectiva hedonista do consumo trazida por Douglas e Isherwood (2006). Fragoso (2011) observa que atrelar a busca da felicidade ao consumo de mercadoria é tornar essa busca interminável e a felicidade inalcançável. O autor coloca que a grande sacada do mercado foi “transformar o sonho da felicidade de uma vida plena e satisfatória em uma busca incessante de “meios” para se chegar a isso” (FRAGOSO, 2011, P.112).

Nessa perspectiva, qualquer produto ou mercadoria pode se transformar no objeto do desejo, pode ter sua aura modificada, transformado em objeto sagrado ou mercadoria fetiche. Um simples pãozinho francês pode ser transformado em sonho de consumo, desde que ele seja preparado por um Chef famoso, seja vendido em uma Panetteria de um bairro chique ou seja o pãozinho preferido de uma celebridade.

O pão nosso de cada dia

O olhar acerca do alimento permite então a produção de diferentes discursos que se articulam e se sobrepõem, aumentando sua complexidade e revelando o dinamismo dos significados daquilo que chamamos de alimento, pois hoje o que é chamado de alimento sequer existia poucas décadas atrás. Alguns snacks e shakes oferecidos no mercado hoje sequer seriam reconhecidos como alimento décadas atrás. O consumo, cada vez mais, é influenciado pelas grandes cadeias produtivas e os mercados estão interligados de tal modo que uma chuva repentina ou

uma estiagem prolongada num país produtor altera imediatamente os preços no mercado global. A hibridização dos gostos nas cadeias global e local, a massificação na produção e distribuição dos produtos e o papel que o consumo exerce hoje na construção da identidade dos sujeitos e grupos colocam a necessidade de olhar para a comida como algo que extrapola os métodos convencionais de análise.

O pão, que é um alimento ancestral da cultura, possui um significado para o produtor, que pode ser ressignificado pelo consumidor, ou reapropriado de formas distintas pelo nutricionista ou pelo profissional da gastronomia, ou ainda apropriado de outra forma pela religião (o pão da vida), pela escola (o pãozinho da merenda), pelo hospital (o pão da dieta) ou pelo mercado (o pão multigrãos). Uma fatia de pão, dependendo do modo como é adquirido e consumido, pode remeter a um prazer ou um sacrifício, pode revelar um lugar de distinção social ou de carência e abandono, pode ser um produto inovador ou da tradição cultural. O pão, que já foi o corpo de Cristo, pode ser, ao mesmo tempo, o vilão da dieta ou o signo de status e distinção social nos cafés da moda. O pãozinho que se come na escola, no hospital, na igreja ou numa livraria sofisticada, decididamente, não é o mesmo pão. Em uma sociedade que convive com a fome ou com a obesidade, o mesmo alimento pode significar um problema ou uma solução. A mesma fatia de pão pode ser a salvação da pátria na hora da fome ou o vilão de carboidrato a ser combatido. O pão nosso de cada dia, que já foi um alimento sagrado,

atualmente é um dos produtos transformados pela indústria do consumo e carrega inúmeros signos que são “alimentados” pelos campos da biomedicina, da indústria, dos diferentes nichos de mercado ou dos direitos e desejos do consumidor.

Para compreender melhor as imagens, tanto na sua especificidade quanto nas mensagens que veiculam na publicidade, é necessário um esforço mínimo de análise. Porém, não é possível analisar essas imagens se não se souber do que se está falando nem porque se quer fazê-lo. As imagens possuem categorias de signos diferentes, especificidades, leis próprias de organização e processos de significação particulares. O pão francês, italiano, árabe, australiano ou alemão carrega uma história, um passado, uma memória e um discurso próprio, assim como possuem imagens e embalagens específicas para compor a imagem do produto. A confiabilidade ou a “qualidade” é minuciosamente construída a partir da dimensão visual, nada está ali por acaso.

O trigo é uma commodity importante no mercado global, seu preço varia em função de fatores que estão além do controle local e os diferentes tipos de pães oferecidos no mercado hoje apontam também para uma medicalização do que antes era um elemento básico do café da manhã. Os pães atualmente possuem diferentes grãos agregados, são vitaminados, possuem mais fibras, podem conter glúten ou não (de acordo com a exigência do mercado), e ainda podem ser comprados com diferentes estilos, formatos, sabores, texturas, origens e preços.

Para cada tipo de consumidor há um tipo de pão e a simbologia religiosa ficou perdida no passado remoto. Em uma gôndola de pães de um supermercado voltado para a classe média é possível encontrar pão francês, de forma, italiano, indiano, árabe, alemão, suíço, australiano, integral, multigrãos, baguetes, croissants, pães recheados, pão de milho, de centeio, etc.

A construção da imagem de um pão integral, feito de fibras naturais, sem glúten, com vários grãos e enriquecido com inúmeras vitaminas precisa de um aparato visual que decodifique todas essas mensagens e formas icônicas, muitas vezes imperceptíveis para os consumidores em geral. São signos que remetem ao sonho ou à fantasia, criando uma imagem mental que dá a ideia de um pão totalmente natural e sem impurezas. Ou então signos plásticos através de cores, formas e composição das embalagens, onde cada detalhe é importante. Os pães voltados para o público infantil, por exemplo, são mais ou menos valorizados de acordo com os super heróis que aparecem nas embalagens. Além disso temos também os signos linguísticos, que utilizam a linguagem verbal para remeter a algo artesanal, puro, mais próximo da natureza, como se fosse feito em casa.

Se tomarmos a construção das imagens dos pães supostamente artesanais, integrais ou multigrãos como exemplos, podemos perceber como cada detalhe representa a ideia do conceito do produto, cada cor ou tonalidade, corpo de letra, composição gráfica ou detalhe visual pode ser percebido como representação, como

discurso. Sua eficácia está em perceber que o produto é percebido como um signo – ele evoca, parece com o que é idealizado, se assemelha. Se essas representações são compreendidas por outras pessoas além das que as fabricam, é porque existe entre elas um mínimo de convenção sociocultural, em outras palavras, elas devem boa parcela de sua significação a seu aspecto de símbolo.

O pão deixa de ser um produto biológico com uma função nutricional e passa a ocupar um lugar sociológico, pois está inserido na lógica dos signos da cultura. Sua embalagem incorpora um significante linguístico por meio da sonoridade italiana e a ideia de artesanato, com um significante plástico ao incorporar um tom entre o bege e o marrom que remete aos grãos do trigo, além dos significantes icônicos com a embalagem plástica que lembra papel manteiga e dá um tom de delicadeza. Juntos constroem uma significação que remete a um produto artesanal, embora seja um produto industrial ultraprocessado.

Ao comer um pequeno pedaço de pão, portanto, o sujeito não se inscreve apenas numa ordem objetiva e universal que contabiliza suas calorias, pelo contrário, ele entra em um território de códigos sociais, sentidos e apropriações culturais, valores morais, símbolos estéticos, religiosos ou políticos. O pão se transforma em um artefato simbólico que vai muito além do seu valor nutricional, inscreve o sujeito em uma hierarquia social e participa na construção da sua identidade. Ao comer um pão de forma vendido por um camelô na rua, um pão francês em pé

na padaria, um pão de mel na livraria, um pão integral com 12 grãos em uma panetteria ou um pão de centeio numa casa de produtos naturais, o sujeito revela a constituição da sua identidade, o seu gosto “pessoal”, seu poder aquisitivo e o seu lugar na hierarquia social.

Uma pessoa que tivesse ficado em coma e fora do circuito dos mercados nos últimos dez anos, chegasse hoje ao Rio de Janeiro e fosse ao mercado comprar um pãozinho iria encontrar uma variedade imensa de opções, estilos, sabores, texturas e, principalmente, preços. Um verdadeiro “milagres dos pães”, dada a variedade de produtos. Os pães diversificaram, foram medicalizados, se sofisticaram e acompanharam o jogo simbólico da cultura e do mercado. Suas embalagens comportam diversas estratégias visuais sofisticadas de composição da marca e construção do produto. Para cada produto, estilo ou nacionalidade há uma identidade visual específica.

Os gostos, os diferentes paladares e referências gustativas, as técnicas de construção do corpo, a imitação prestigiosa ao comer ou as “boas maneiras” não podem ser reduzidos aos manuais que contam apenas as calorias e condenam o pão, principalmente o com glúten, ao lugar de inimigo público número um. Em tempos de obesidade o paladar não obedece apenas às regras racionais da saúde perfeita e da alimentação saudável, ele traduz também o estigma, as compulsões, os transtornos alimentares, o “habitus de classe”, os contextos sociais, familiares, os estados emocionais e os códigos do universo do consumo (local ou global). Gostar de comer algo, ou sentir nojo

de uma determinada comida, significa compartilhar os códigos de alguma cultura que valoriza ou desvaloriza os alimentos de acordo com as suas crenças e tradições. Sentir fome, comer e gostar de carne de cachorro, vaca, porco, rato ou escorpião não traduz apenas uma necessidade biológica, pois o apetite do corpo é influenciado pela cultura. Comer o tradicional pão francês, de farinha branca, da mesma forma, está fora de moda e pode ser visto como algo a ser menosprezado, a não ser que seja de uma padaria especial, feito por um grande chef ou de forma artesanal, aí então o jogo simbólico muda.

A partir deste exemplo do pãozinho tradicional podemos perceber o quanto as práticas alimentares constituem uma das principais formas pelas quais os sujeitos constituem suas identidades, interagem no meio social e criam uma compreensão da sua própria subjetividade e da sociedade na qual ele está imerso. Desde a sua infância ele reproduz ou nega o seu pertencimento familiar nuclear, valoriza ou desvaloriza o padrão gustativo da sua família ampliada, assimila ou rejeita os códigos da cultura, incorpora ou reconfigura os gostos tradicionais do seu grupo que revelam sua posição social, mas em todos os casos, é pela comida e pelo paladar que o sujeito se afirma como sujeito, cidadão ou pertencendo a um grupo étnico específico. O pão do rabino judeu, do padre cristão, do monge budista ou do muçulmano pode ter as mesmas calorias, mas não possui o mesmo significado nem os formatos do "pão francês", do "pão italiano" ou do "pão árabe". Cada um desses pães

não nos inclui imediatamente nessas culturas, eles já foram devidamente aculturados e ressignificados, e o que eles nos revelam hoje são como os sujeitos se constituem na relação com a comida, com os valores e com as relações sociais à mesa. A questão não é de nacionalidade, é de discurso, de formação, sabor e adequação ao momento.

Da mesma forma, o queijo, apesar da sua presença em diferentes contextos e culturas, não possui o mesmo significado na mesa do francês, no cheeseburger norte americano, no tofu (queijo de soja) oriental, no ambiente do produtor da Serra da Canastra, em Minas Gerais, ou no consumo de queijo coalho no nordeste. A identidade cultural que o queijo possui em cada um desses contextos revela processos identitários e históricos diferenciados, dando margem a diferentes narrativas, representações e apropriações culturais acerca do produto. Em cada contexto há um elemento sócio histórico que não apenas molda a culinária regional, mas também se constitui como uma referência simbólica de cada coletividade, fundamentando a construção identitária do sujeito e do grupo. As práticas alimentares, portanto, traduzem os modos como cada cultura se organiza e se reproduz. E o universo simbólico ou a carga afetiva de uma simples iguaria não poder ser transmitida e assimilada de forma rápida e imediata. Ao pedir um queijo quente na padaria de manhã o comensal não imagina a complexidade e a variedade de sentidos presentes naquele simples, tradicional e inocente lanchinho.

O significado do pão de queijo para o mineiro ou do queijo coalho com melado para o nordestino dificilmente será totalmente compreendido pelo produtor de vinhos gaúcho, pelo agricultor goiano, pelo empresário paulista ou pela nutricionista fitness, porque a comida é um dialeto que traduz valores daquele local e desconhecer tais valores significa ignorar toda uma tradição culinária, afetiva e cultural. E apesar de toda a globalização os sabores e sentidos produzidos no local nem sempre encontram ressonância no mercado global. O caso do Biscoito Globo nas Olimpíadas realizadas no Rio de Janeiro traduz esta impossibilidade ou dificuldade de traduzir sentidos, valores e os significados simbólicos de cada cultura. Ao falar mal do biscoito o jornalista atacou e ofendeu um bem cultural muito querido entre os cariocas, e a reação foi imediata⁷⁴. A comida então se torna uma linguagem, um meio de expressão que traduz uma sociedade, uma forma de comunicação, valoração e circulação de ideias. A comida medeia as relações e a comunicação pode acontecer em qualquer lugar, em casa, na padaria, no restaurante, na praia, no shopping ou no cinema.

Reduzir o pão, o queijo ou o pão de queijo às suas propriedades calóricas e nutricionais estabelecidas pelos saberes biomédicos e nutricionais sem levar em consideração o significado desses produtos nos diferentes contextos, é mais do que uma limitação, é uma forma equivocada e reducionista de pensar que empobrece a compreensão da realidade e produz (principalmente nos alunos dos cursos de Nutrição) um

olhar limitado para o mundo. Cada um desses produtos faz parte de uma rede imensa de produtos que são comercializados em diferentes escalas e contextos, incorporando diversos significados, permitindo a criação de diferentes discursos e se metamorfoseando a cada vez que um novo significado lhe é atribuído. O fenômeno da alimentação, assim como a cultura, é dinâmico e se transforma de forma incessante, fazendo com que os alimentos transitem entre os valores sociais com a mesma desenvoltura e oscilação presente nas bolsas de valores.

Nessa perspectiva, não podemos olhar a comida sem levar em consideração os gostos individuais e coletivos, o papel do mercado global, as tradições culturais locais à mesa, os fatores de construção de identidade de cada pessoa, local ou região, as constituições identitárias dos diferentes grupos étnicos e sociais, os aspectos simbólicos e religiosos da comida, as formas como cada sociedade se organiza em termos de produção, distribuição e consumo de alimentos, além dos gostos pessoais, compulsões e transtornos alimentares contemporâneos. A comida incorpora todas essas questões e vai além, ao trazer à tona os conflitos e as disputas simbólicas de cada cultura. Pensar a comida fora da cultura é um equívoco e uma limitação do olhar. Mas não podemos esquecer que estamos imersos em uma cultura global que é essencialmente visual e a imagem da comida, portanto, vai incorporar signos, memórias, conflitos e sentidos que circulam em cada contexto.

Considerações finais

O mercado produz valores, sentidos, modos de pensar e sentir que se disseminam por trás das máquinas tecnológicas de informação e comunicação que atuam na memória, na inteligência, na sensibilidade, nos gestos, nos comportamentos, nos afetos, e também se manifestam através da família, da educação, do meio ambiente, da religião, da arte, da indústria cultural e da publicidade, produzindo uma dimensão subjetiva da realidade que tanto pode trabalhar para o melhor como para o pior. Sendo o melhor, quando essa subjetividade potencializa a capacidade de criação dos sujeitos e a invenção de novas possibilidades de ação e compreensão do mundo, e o pior, quando produz uma subjetividade que embrutece e empobrece a vida, transformando, por exemplo, um cidadão em um mero consumidor de produtos.

Desta forma, o problema não está em consumir os objetos de que precisamos, mas no modo como o consumo se transforma no principal fator na construção da identidade. Este consumo sem crítica pode ser citado como um exemplo desta apropriação negativa e empobrecedora, apontando para um aprisionamento restrito a uma lógica capitalista que pode reduzir a capacidade de criação e expansão dos sujeitos. Ignorar todo o sentido simbólico da comida e transformar a dieta em uma simples fórmula, shake ou barra funcional é um exemplo deste empobrecimento. A Nutrição se transforma no lugar da contenção e do sacrifício, a gastronomia, pelo

contrário, se apresenta como o lugar do prazer visual e gustativo, sem a limitação imposta pela racionalidade biomédica. Mas ambas são capazes de transformar a comida em apenas um carreador de calorias, ou então, mera mercadoria, apagando ou deturpando sua história, sua memória e sua importância histórica.

A produção subjetiva acerca do consumo é, ao mesmo tempo, individual e coletiva, pois ela se desenvolve para além do indivíduo, das relações entre os indivíduos ou de suas famílias. Ela produz valores, afetos, formas de compreensão do mundo e códigos sociais de conduta. Sendo assim, o capitalismo é visto como um sistema que não produz apenas mercadorias, mas um sistema que produz sentidos e cria papéis, desejos, pontos de vista, comportamentos e padrões estéticos variados, utilizando-se de comportamentos que tanto se prestam à submissão como à libertação. Tal ordem é projetada na realidade do mundo e na realidade psíquica e produz os modos de relações humanas até em suas representações inconscientes. Ela se manifesta nas relações pessoais, nos códigos de conduta, nas formas de comer, trabalhar, amar, paquerar, falar, vestir, nos cuidados com o corpo, com a forma do corpo, com a produção de sentidos, de afetos, nos esquemas de conduta, de ação, de gestos, de pensamento, de sentido, de sentimento, etc.

Essa subjetividade não só atua individualmente emitindo estímulos diretamente ao inconsciente, produzindo indivíduos normalizados, submetidos a um sistema hierárquico de valores e expostos à submissão, como também

atua na produção de uma subjetividade social, que se manifesta na produção e no consumo, produzindo inclusive nossos sonhos, paixões, desejos, referências de mundo e projetos de vida. As formas de construção da identidade são fabricadas e modeladas na vida social, embora sejam vistas, compreendidas e reproduzidas como se fossem individuais. E simples possibilidade de comer carne vermelha, fastfood ou comida natural e orgânica revela o modo de pensamento permite supor alguns padrões de comportamento.

Escolher o que comer, longe de ser uma escolha individual, fruto da liberdade de escolha de cada um, passa a ser visto como uma espécie de filiação, de compromisso com os códigos de cada grupo, sujeitos a sanções, valorizações e desvalorizações. Do mesmo modo, comer acima do permitido, pode significar uma perda de capital simbólico, o sujeito pode sofrer algum estigma ou então preconceito de ordem moral. Ao colocar o problema da obesidade no âmbito da escolha e do tratamento individual, coloca-se o obeso (ou com sobrepeso) na categoria de "pessoa não confiável", "aquele que não consegue se controlar" ou aquele que não tem força de vontade para emagrecer. A comida então se transforma no veículo da culpabilização do sujeito, independente das questões emocionais, biológicas, sociais ou genéticas. Na nossa cultura a condenação do obeso é imediata e ele mesmo, muitas vezes, se sente culpado por não corresponder às expectativas sociais.

Em um mercado globalizado, com empresas transnacionais atuando em centenas de países e

monopolizando a participação nas vendas em boa parte deles, fica difícil também falar da liberdade de escolha individual. Se em todos os mercados, em vários países, estamos diante da oferta dos mesmos produtos, não há verdadeiramente uma liberdade de escolha, pelo contrário, há um direcionamento da escolha para os produtos das grandes empresas do mercado e um monopólio disfarçado na medida em que o produtor local ou nacional não tem condições de competir em condições de igualdade. O consumo é uma forma de manter a estrutura social em sua face perversa de desigualdade e omissão da arbitrariedade, impondo uma visão de liberdade de escolha, quando na verdade a escolha já está definida previamente e o consumidor sofre uma violência simbólica ao achar que ele é quem faz a escolha.

Ao ignorar o jogo simbólico presente no fenômeno da alimentação e não perceber o quanto a comida é atravessada por saberes de diversas áreas e campos de atuação profissional, dos interesses de comerciantes e produtores em diferentes escalas e setores da publicidade nas diferentes mídias, assim como não conhecer a produção, distribuição e consumo de produtos em escala global, reduzindo o conhecimento do consumo de alimentos à simples ingestão e contagem de calorias, pode vir a ser uma falha grave na formação dos(as) futuros(as) profissionais de saúde, nutricionistas, nutrólogos e educadores em geral.

Existe uma polifonia presente entre os atores sociais e uma polissemia de sentidos que colocam em evidência o elemento simbólico produzido pela

cultura como fator essencial para compreensão do fenômeno da alimentação, que é complexo e dinâmico. A produção de imagens do setor alimentício faz parte dessa engrenagem das grandes cadeias globais de produção e distribuição que levam à massificação dos produtos e o enfraquecimento da capacidade de escolha do cidadão. Mas as imagens do cotidiano também traduzem modos de ver e sentir, o pão artesanal, integral ou orgânico também possuem uma imagem própria, atualizando e reforçando seus códigos simbólicos e identitários. Do macro ao micro, a imagem é fundamental.

A imagem da comida se transformou em um código simbólico que organiza a vida em sociedade, um modo de subjetivação que define as identidades individuais, hierarquiza os grupos sociais, inclui ou exclui, agrega ou separa. Uma simples imagem de um jantar comporta muitos códigos, discursos e interesses. Mas é preciso olhar e ver.

Referências

- BARBOSA, L; CAMPBELL, C. Cultura, Consumo e Identidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BAUMAN, Z. Vidas para consumo: a transformação de pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- DOUGLAS, M; ISHERWOOD, B. O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- FRAGOSO, T. DE O. Modernidade e líquida e liberdade consumidora: o pensamento crítico de Zygmunt Bauman. Revista Perspectivas Sociais. Pelotas, Ano 1, volume 1, pp. 109-124, 2011.
- KLOTZ-SILVA, Juliana; PRADO, Shirley Donizete; SEIXAS, Cristiane Marques. A força do 'hábito alimentar': referências conceituais para o campo da Alimentação e Nutrição. Physis. Revista de Saúde Coletiva, v. 27, p. 1065-1085, 2017.
- _____ Comportamento alimentar no campo da Alimentação e Nutrição: do que estamos falando?. Physis (UERJ. Impresso), v. 26, p. 1103-1123, 2016.
- MILLER, D. (Ed.). Consumption. London: Routledge, 2001.
- MONTANARI, M. Comida como cultura. São Paulo: Senac, 2008.
- WOLLZ, L.E.B.; PRADO, S.D. Cinema e Comensalidade: aspectos simbólicos da comida a partir da linguagem cinematográfica. In FERREIRA, F.R.; PRADO, S.D.; VARGAS, E.P.; SEIXAS, C.M. Cinema e comensalidade – Volume 6. Curitiba: CRV, 2016.

NOTAS

Capítulo 12

73 Este texto teve uma primeira versão na Revista Scriptorium (v. 3, nº 2) em 2017. Esta é uma versão revista e ampliada.

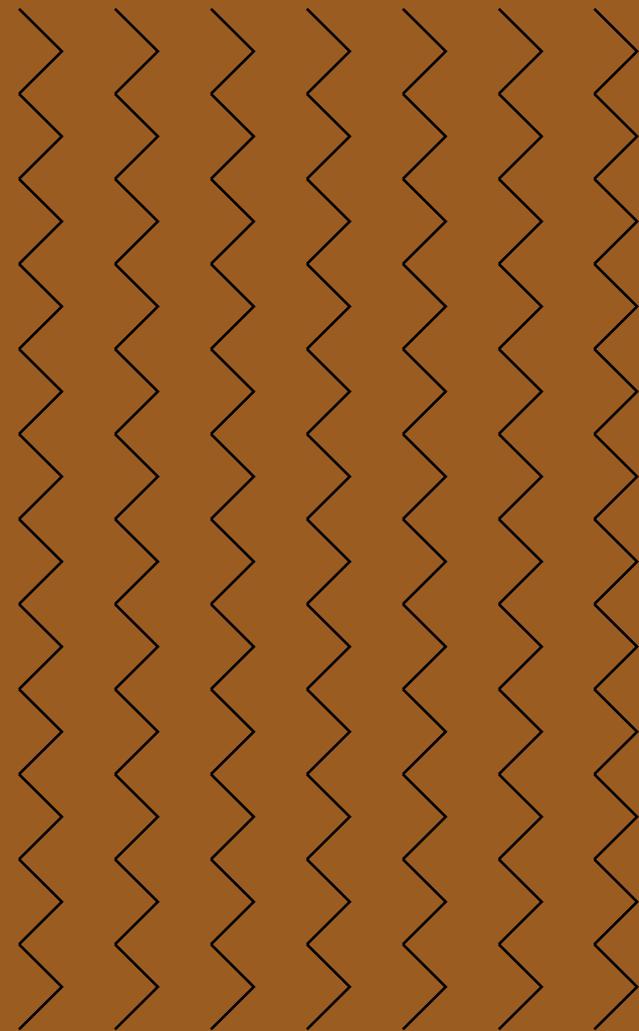
Trilhas das águas: imagem, memória e Educação Ambiental de base comunitária no Vale do Jequitinhonha

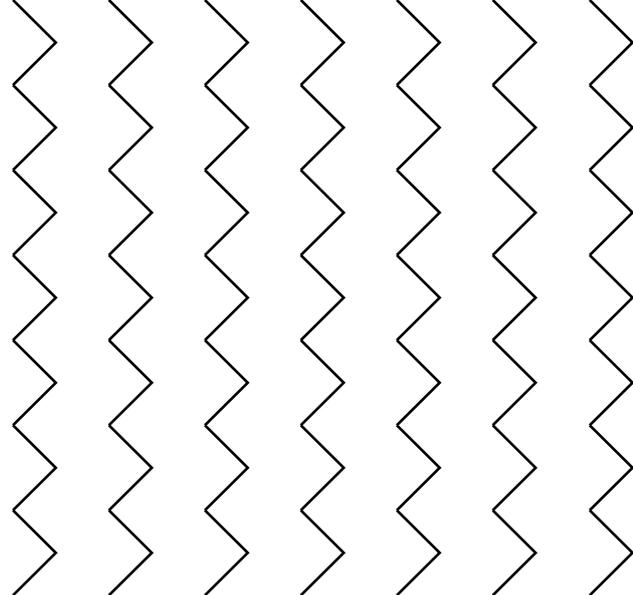
Daniel Renaud Camargo

Samira Lima da Costa

Celso Sánchez

13.

A decorative graphic element consisting of seven vertical columns of white zigzag lines on a brown background, located in the bottom right corner of the page.



No coração do Vale do Jequitinhonha, em meio ao sertão de Minas Gerais, se encontra o município de Chapada do Norte, um território cuja história de ocupação remonta ao período da exploração de ouro e pedras preciosas nesta região do país. Trata-se de um contexto marcado por um clima de extremos, com secas prolongadas e inundações no período chuvoso; e cuja população local tem uma cultura marcada por um forte sincretismo, manifestado nas figuras de benzedeiros, tropeiros, raizeiros e contadores de histórias, que resistem em meio à modernização, numa tentativa de preservar suas tradições.

O Vale do Jequitinhonha, por muito tempo reconhecido pelo estigma de “Vale da Miséria” e Bolsão de Pobreza, ao mesmo tempo em que amarga os resultados de séculos de abandono do poder público, também sofre os reflexos de um modelo predatório de exploração da natureza⁷⁶, que gerou marcas nas paisagens e nas memórias das populações locais (CAMARGO, 2017). Assim, os habitantes deste território se constituem em testemunhas vivas da história ambiental desta região, e abrigam, em suas memórias, as trilhas para a compreensão de como tais comunidades transformaram o meio ambiente ao longo do tempo...

Imagem, memória e Educação Ambiental de base comunitária

Partindo da compreensão de que os moradores deste território são guardiões de memórias sobre as relações estabelecidas entre as culturas locais e a natureza, encontramos as bases para pensar a elaboração de uma proposta

educativa atenta às especificidades das comunidades do Vale do Jequitinhonha: uma proposta que parta dos universos comunitários; das leituras de mundo dos sujeitos; dos saberes locais; das memórias bioculturais; e da história ambiental da região. Assim, apontamos para uma perspectiva de Educação Ambiental de Base Comunitária, pensando a Educação Ambiental a partir de uma articulação com a Educação Popular Latinoamericana e, em especial, com o pensamento de Paulo Freire.

Deste modo, lembramos que o presente texto reflete, especificamente, os resultados da dissertação de mestrado "Lendas, Rezas e Garrafas: Educação Ambiental de Base Comunitária e os Saberes Locais no Vale do Jequitinhonha" (CAMARGO, 2017), que elaborou uma proposta de Educação Ambiental Comunitária a partir da Abordagem Temática Freireana (FREIRE, 2014), propondo encharcar-se com a realidade vivida pelas comunidades para, a partir daí, seguir numa busca - entre cotidianos e memórias - pelos temas geradores que se revelam como significativos para a compreensão da realidade local, através das leituras de mundo dos sujeitos (FREIRE, 2014). Mas para além disso, o trabalho avança a partir das reflexões teóricas propiciadas pela pesquisa de doutorado.

Freire e Nogueira (1989) chamam a atenção para o fato de que "há modos de conhecer o mundo e as classes populares têm um modo peculiar de conhecimento..." (p. 20), assim, essa forma de conhecer e interpretar a realidade ou "leitura de mundo" representa aquilo que educadores populares

freireanos devem perseguir para adequar suas propostas pedagógicas aos universos vividos das comunidades educativas em que se inserem. Quanto a isto, Freire (2015) ressalta que:

[O] educador que respeita a leitura de mundo do educando reconhece a historicidade do saber, o caráter histórico da curiosidade, por isso mesmo, recusando a arrogância cientificista, assume a humildade crítica, própria de uma posição verdadeiramente científica (p. 120).

Sobre o processo de Escuta Sensível, na tentativa de reconhecer as leituras de mundo dos educandos, Freire destaca que "[e]scutar é obviamente algo que vai mais além da possibilidade auditiva de cada um. Escutar [...] significa a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura à fala do outro, ao gesto do outro, às diferenças do outro." (FREIRE, 2015, p. 117)

O processo de codificação se revela como uma das fases da Abordagem Temática de Paulo Freire (2014) na busca pelos temas geradores. Neste momento da investigação-educativa as situações-limite identificadas são apresentadas aos moradores da comunidade por meio de diferentes estratégias de codificação, ou seja, as situações são apresentadas a partir de inúmeras formas, adotando uma diversidade de linguagens-técnicas-perspectivas para representar as questões problemáticas, destacando-se neste processo o uso de imagens como possibilidade de codificação.

Assim, no caso deste estudo, foram consideradas fotografias, imagens de satélite e registros audiovisuais, como estratégias de codificação, buscando, a partir desta aposta, ativar os elos entre as memórias dos sujeitos e a trajetória socioambiental da região.

Partimos do pressuposto de que as imagens são capazes de reavivar a memória e, com isso, servir como uma ponte para o passado, ajudando a fortalecer e organizar as lembranças sobre determinada cena. Ou, como diria Loizos (2002) “as imagens fazem ressoar memórias submersas” (p. 143), e neste sentido a fotografia (entre outras linguagens e ferramentas que se utilizam de imagens) pode ser entendida como um “desencadeador para evocar memórias” (p. 143). Assim, é interessante ressaltar o papel das imagens, e em especial das fotografias, enquanto documentos históricos capazes de registrar um cenário, paisagem ou acontecimento em específico do cotidiano da comunidade.

Além disso, tomando por base a ideia de que a memória é viva e envolve uma partilha cultural dentro do seio de determinado grupo social, sendo, portanto, entendida aqui em termos de uma memória que, embora tenha em si uma dimensão pessoal e individual, será considerada enquanto elemento da coletividade e, portanto, como memória social (GONDAR, 2005; PERALTA, 2007; COSTA; MACIEL, 2009). Quanto a esta concepção de memória, Costa e Maciel (2009) assumem que:

[...] [A] memória social é mais que uma resignificação das histórias já

vividas a partir de uma vivência do presente: ela é inerentemente coletiva, uma vez que trata da construção permanente de um espaço e de um tempo coletivo, a partir de um olhar próprio de determinada cultura (p. 61)

Ainda sobre a noção de memória, ressaltamos uma outra conceituação relevante para nossa abordagem. A ideia de uma Memória Biocultural, defendida por Victor Toledo e Narciso Barrera-Bassols (2015), que destaca a importância de estudos específicos sobre a memória formada a partir dos processos interativos entre culturas locais e o meio ambiente e, em especial, com a Biodiversidade.

Também pautamos aqui a necessidade de recuperar a história ambiental (LEFF, 2003) deste território do sertão mineiro que, como nos diria Guimarães Rosa, “é marcado por silêncios e ausências”. Esta linha nos leva a refletir sobre como as relações estabelecidas entre a comunidade e o meio ambiente influenciaram, ao longo do tempo, tanto a comunidade, como o ambiente.

Portanto, neste trabalho refletimos sobre a aposta na imagem enquanto recurso para ativação de memórias que, por sua vez, serviriam de base para a elaboração de uma proposta de Educação Ambiental de Base Comunitária ciente das especificidades psicossocioambientais presentes na realidade local. Assim, conectando conhecimento científico a saberes locais, a história ambiental da região e as memórias bioculturais de seus habitantes, surge uma educação pautada na leitura de mundo e nos conhecimentos prévios da comunidade, uma

Educação comunitária que propõe refletir sobre os problemas atuais, a partir de um olhar crítico sobre a trajetória da relação comunidade-natureza.

As trilhas das águas

Seguindo pela margem esquerda do Rio Araçuaí, após subir e descer alguns morros, é possível avistar ao longe o distrito de Cachoeira do Norte. Com cerca de um século de existência, a pacata comunidade de Cachoeira possui por volta de mil habitantes. Trata-se de uma comunidade pequena, mas muito organizada, com praças arborizadas, ruas limpas, casas bem estruturadas e um povo acolhedor e festeiro. Uma comunidade típica do Vale do Jequitinhonha, construída em torno de uma pequena igreja, mas que logo à primeira vista já nos leva a repensar a ideia de um vale repleto de pobreza e miséria...

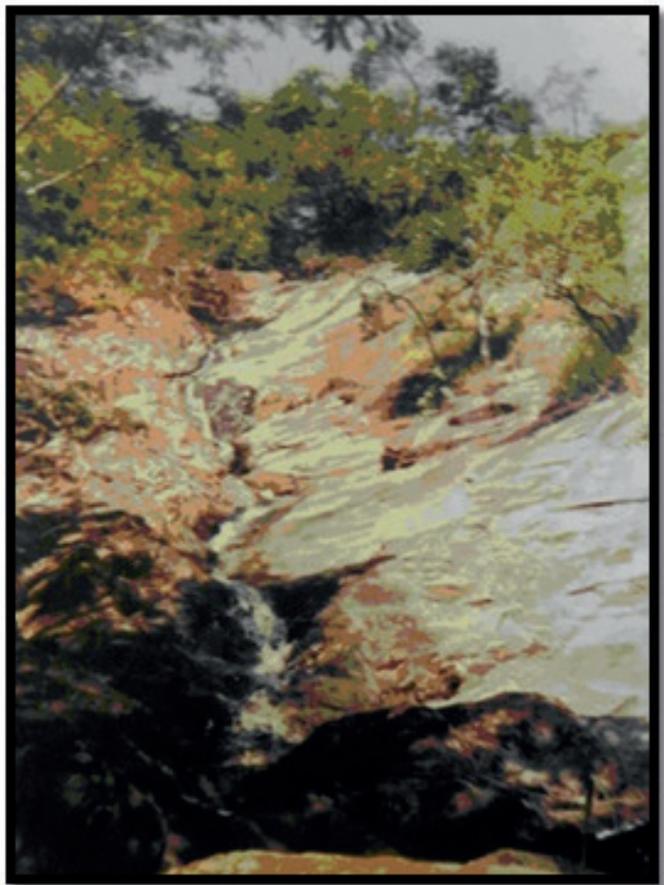
Porém nem tudo são flores, e alguns problemas se revelam logo de cara, quando nos questionamos, por exemplo, sobre o nome da comunidade: Cachoeira do Norte, mas afinal, que cachoeira é essa?

Ao indagar os moradores da comunidade sobre o nome do distrito nos explicam que a cachoeira que deu nome à comunidade deixou de existir após um acontecimento, e hoje esta apenas reaparece ocasionalmente diante de chuvas mais intensas – podendo ser admirada por alguns instantes, enquanto o fluxo de água da chuva escorre com força pelos caminhos do córrego⁷⁷.

Aprofundando esta busca somos conduzidos à escola da comunidade,

a Escola Estadual Olívia Lemos de Oliveira, onde nos apresentaram um documento - produzido pelos próprios professores e funcionários da instituição -, que compreende os resultados de uma investigação realizada pela equipe pedagógica sobre a memória oral dos mais antigos moradores da região, com fins de documentar a história local.

E foi justamente neste documento que encontramos uma imagem significativa, e a partir desta fotografia teve início uma busca sobre as memórias comunitárias da história ambiental deste território. Logo na capa do material se encontrava a imagem em questão: a cachoeira de Cachoeira do Norte. Um filete de água escorrendo em meio às pedras e rodeado por uma mata.



Fotografia da cachoeira que deu nome à comunidade - imagem retirada do relatório Cachoeira do Norte: Numa Perspectiva Histórico Cultural (2002), material produzido por professores da Escola Estadual Olídia Lemos de Oliveira.

Fonte: CAMARGO, 2017, p. 50.

Para além da foto da cachoeira, o documento nos forneceu informações sobre os resultados da pesquisa realizada pela escola estadual, permitindo compreender um pouco melhor a história da origem da comunidade.

Segundo o texto, o povoamento desta região teria se originado por volta da década de 1930⁷⁸ a partir do estabelecimento uma propriedade chamada Fazenda Cachoeira, que recebia tal nome em função da queda d'água que havia nas proximidades. A fazenda teria passado por diferentes donos até que no final da década de 1940 foi adquirida por Vicente Jorge e sua esposa Dejanira, que com ajuda da professora Olídia Lemos, criaram as condições para a formação da comunidade – surgida em torno: do culto à Santa Cruz; da escola de Olídia; e da oferta de serviços na Fazenda Cachoeira. Um detalhe interessante é que o documento afirma que na época de Vicente Jorge a força do córrego era tão forte que havia uma roda d'água, que era utilizada sobretudo para moer milho para fazer farinha e fubá, e era movida exclusivamente pela força das águas.

Agora retornando para a fotografia da cachoeira na capa do documento, com essa imagem em mãos indagamos os moradores sobre a localização exata deste lugar e então seguimos rumo ao local retratado na fotografia – afim de comparar a imagem do documento com a realidade atual. Saindo da escola descemos a rua e seguimos até uma parte mais afastada, numa das ruas de trás, onde pedimos autorização para uma moradora para descer o barranco pelos fundos de sua casa.

Com cuidado descemos pelas lapas e ao chegarmos no local exato nos deparamos com uma imagem bem diferente da foto da cachoeira. Não havia fluxo de água, apenas poças de água parada, sendo que tais poças se encontravam escurecidas e, em alguns casos, repletas de larvas de insetos. Além disso, avistamos alguns canos despejando esgoto diretamente sobre o córrego, o que tanto provocava mal cheiro, como gerava espuma na água (provavelmente por conta de água cinza).



Fotografia do local em que se encontra a cachoeira de Cachoeira do Norte - a imagem atual - proliferação de mosquitos, despejo de esgoto, água cinza etc.

Fonte: CAMARGO, 2017, p. 108.

Após encontrar um ambiente muito diferente do observado na fotografia, subimos o córrego tentando identificar elementos que contribuíram para a transformação. Realizamos alguns registros do local, incluindo fotografias e filmagens, e então seguimos na direção contrária a trilha da água.

O primeiro fator de transformação antrópica evidenciado neste caminho, para além do esgoto que estava sendo despejado na água próximo ao local da cachoeira, foi a canalização do córrego em determinado trecho em que o mesmo atravessa a rua principal da comunidade. Neste caso, ao invés de uma ponte ou passarela sobre a água, foi construída uma rua diretamente sobre o córrego, calçando a área e colocando um pequeno cano para a água fluir por baixo da passagem. Não é de se admirar que nos tempos das chuvas tal trecho fique inundado, a memória do córrego recupera seu espaço e reclama o terreno que lhe foi retirado.



Fotografias do local em que o córrego foi canalizado sob a rua principal do distrito: detalhe do cano sob a rua (esquerda) e imagem do mesmo local durante inundação (direita)

Fonte: CAMARGO, 2018, p. 106.

Saindo da rua e subindo um pouco mais a trilha das águas encontramos o que os moradores chamaram de “poço”. O local, em meio as lapas que se projetavam de ambos os lados, consistia em um pequeno reservatório formado a partir do represamento de um trecho do rio, uma obra simples, em que construíram uma pequena mureta de concreto durante o período de seca.

Subindo o declive por cima do “poço” atravessamos uma cancela e logo a frente nos deparamos com uma criação de cerca de 15 cabeças de gado vivendo em meio ao terreno do córrego, passando por cima sem nenhum tipo de restrição de acesso.

Mais acima, encontramos uma grande represa, que segundo os moradores foi construída há cerca uma década atrás e representou o início do fim da cachoeira de Cachoeira do Norte. Com o represamento do fluxo do córrego o filete que consegue escorrer da represa acaba sendo muito pequeno para que a cachoeira possa voltar a tomar corpo. Sobre esta questão, de um elemento da paisagem - e especificamente da hidrografia local - dar nome à comunidade, é interessante observar a reflexão de Seabra (2010) que destaca que “é fato aceito que a toponímia - ciência que estuda os nomes dos lugares - evidencia marcas da história social e das características do ambiente físico de uma determinada região” (p. 83, grifos nossos), e ainda refere-se à Linguística histórica - representada por Bynon (1995 apud SEABRA, 2010, p. 83) -, que destaca o potencial arqueológico da linguística histórica, assumindo que muitas vezes os nomes permanecem mesmo após o elemento de onde

se derivou o nome deixar de existir, ou de ocupar um papel central dentro da vida da comunidade em que se encontra, como é o caso da cachoeira do distrito de Cachoeira do Norte.



A Represa

Fonte: CAMARGO, 2018, p. 50.

Ao longo deste trecho é evidente que certas partes da mata ciliar fora devastada, bem como boa parte das matas circundantes, incluindo morros e grandes áreas convertidas em pastagens. Além disso, nas áreas mais altas, já próximo da nascente é possível avistar um eucaliptal. Seguindo na direção da nascente é possível encontrar ainda outra represa, menor que a primeira, mais próxima a entrada da mata densa que abriga a nascente.

Com a ajuda de um morador que conhecia muito bem esta mata conseguimos acesso até o ponto em que a água deveria estar brotando do solo, porém encontramos a terra seca, sem sinal da nascente – ao que o mateiro que nos acompanhava prontamente afirmou “nunca vi isso secar desse jeito. É a primeira vez em minha vida que vejo essa situação assim”.

Deste modo, seguindo as trilhas da água do córrego da cachoeira conseguimos perceber uma série de questões que afetam diretamente a condição socioambiental da comunidade e que, portanto, se manifestam como parte de um tema gerador. É importante destacar que tais trilhas foram realizadas sempre com a ajuda de guias locais que nos auxiliaram, inclusive, com a produção de registros (fotográficos e audiovisuais). Entre as questões evidenciadas nesta trilha, elencamos: o desmatamento, com destaque à perda da cobertura vegetal e derrubada da mata ciliar em diversos trechos do córrego; criação de gado, com livre acesso dos animais aos recursos hídricos; substituição da vegetação nativa por monoculturas de eucalipto; e o represamento da água

do córrego; e o mais grave, a aparente morte da nascente.

No fluxo do círculo de cultura: a Educação Ambiental que emerge das trilhas das águas

A Educação Ambiental de Base Comunitária reconhece a comunidade enquanto palco de sua ação e, justamente por isso, nesta aproximação entre Educação Popular e Educação Ambiental, deixa de fazer sentido limitar o ato educativo ao ambiente escolar (CAMARGO, 2018). Sendo assim, a abordagem comunitária extrapola fronteiras e se revela como uma educação que ocorre nos diversos espaços (e relações) existentes dentro do território no qual a comunidade evidenciada está contida: a comunidade - em sua totalidade - é o cenário da educação de base comunitária.

Desta forma, embora também possa estar presente na escola, a proposta em questão se desenrolou para além deste ambiente, optando por realizar encontros abertos no centro social da comunidade do distrito de Cachoeira do Norte, sendo que tais encontros foram concebidos no formato de oficinas oferecidas aos moradores das comunidades. Nestas oficinas, cujo público predominante envolvia moradores mais velhos – o que nos conecta à observação de Bosi (1994) quanto a representatividade da memória dos idosos para a compreensão da realidade comunitária -, os temas geradores evidenciados ao longo das imersões realizadas com as comunidades foram debatidos com os moradores em círculos de cultura (FREIRE, 2014). Costa

e Maciel (2009) destacam ainda o potencial de articulações intergeracionais na construção de relatos mais familiares – deste modo, os testemunhos das gerações mais antigas tenderiam a conduzir a uma maior identificação das novas gerações com tais memórias e histórias.

Em um destes momentos, ao apresentarmos a fotografia da cachoeira para os participantes do círculo, despertaram lembranças de um passado utópico em que a natureza se encontrava preservada e, portanto, havia água de sobra e o córrego corria durante a maior parte do ano. Os relatos descortinaram um cenário bem distinto do observado atualmente, revelando que antigamente a cachoeira era um local de lazer, sobretudo para crianças e jovens, que brincavam de escorregar nas pedras e, com isso, tinham uma relação de intimidade com os recursos hídricos locais desde cedo.

Em seguida, foram apresentados dois vídeos focando nas larvas de mosquitos presentes nas poças de água parada da “cachoeira morta”; e um vídeo da espuma e do esgoto que estava sendo despejado no córrego. Tais cenas geraram grande comoção, e levaram muitos a indignação de saber que a cachoeira de que se lembravam com tanto carinho se encontrava em tal situação⁷⁹.

Deste modo, a partir desta filmagem das larvas de mosquitos nas poças da cachoeira o círculo se converteu em um debate sobre a importância de conscientizar a população com relação aos riscos da proliferação de mosquitos vetores de doenças como Dengue, Zika e Chikungunya – diretamente

relacionados à presença de água parada, e a ausência de determinados predadores naturais como aranhas, anfíbios, pássaros e répteis.

Refletindo sobre tais doenças ficou evidente que os moradores consideravam que estas eram “doenças de turistas” (CAMARGO, 2018), pois normalmente são trazidas para a região pelos visitantes, sobretudo nos períodos festivos – incluindo a Folia de Reis, festa de Santa Cruz, casamentos etc.

Passando para outra imagem, diante da fotografia do trecho da rua principal que passa por cima do córrego (canalizado) durante uma inundação, os moradores logo associaram a imagem a um momento em que a água subiu muito rápido e chegou a atingir a casa de uma moradora que fica rente ao córrego tal construção atualmente encontra-se protegida por uma estrutura de concreto) e assim refletiram sobre essa situação e apontaram que de fato a obra teria sido mal planejada e que uma ponte ou passarela neste local poderia inclusive evitar eventuais acidentes, além de não prejudicar o percurso natural do córrego – mas ainda assim os participantes concordaram que seria muito difícil mudar tal situação, pois dependeriam da boa vontade do poder público local.

A partir de uma fotografia do “poço” – que basicamente mostrava uma pedra onde hoje se encontra uma barreira, que produz uma mini represa num trecho de declive do córrego – surgiram relatos de um momento do passado em que o lugar era conhecido como a lapa das lavadeiras, e a partir daí emergiram memórias das cantigas, do cheiro do sabão de mamona, da

espuma produzida a partir do esmagamento da frutinha de uma árvore que chamavam de "saboneteira" e até mesmo das simpatias dedicadas à Santa Clara para "deixar o tempo bom para secar roupas". Além disso, diante desta imagem, uma participante se lembrou que possuía uma fotografia que mostrava um quiosque que chegou a existir na beira deste trecho do córrego, e que também servia como ponto de lazer - com venda de bebidas e lanches para os banhistas - e deste comentário brotaram novas lembranças de um tempo em que o córrego era motivo de orgulho e alegria para a comunidade.

Seguindo na direção da nascente, mostramos para o grupo a imagem do local onde se encontra a criação de gado. Diante desta foto os participantes recordaram que antigamente tal região era um brejo - uma área alagada e que para atravessar a pessoa molhava as calças de tanta água -, mas que hoje secou tudo. Destacaram ainda como antigamente a mata era fechada e dava para ouvir o barulho do córrego da estrada; e associaram a perda de vegetação como uma das principais responsáveis pela piora da quantidade e qualidade de água no córrego.

Quando apresentados as imagens da represa, incluindo fotografias tiradas durante as caminhadas pelas margens do córrego, além de uma imagem aérea obtida com auxílio do programa Google Earth, muitos moradores esboçaram grande surpresa. Um grande número de participantes do círculo afirmou que embora soubessem da existência de tal represa jamais

tinham ido conferir com os próprios olhos, e não imaginavam a extensão da mesma.

Ficou evidente que o tema da represa era um pouco controverso dentro da comunidade, pois, embora representasse uma situação de conflito ambiental (ACSELRAD, 2015) a partir da apropriação privada de recursos naturais - no caso pela construção de uma represa particular - ainda assim, o fato de a represa ser propriedade de um membro da comunidade, parente de muitos dos participantes presentes, acabou fazendo com que evitassem personalizar o assunto, mesmo reconhecendo os prejuízos que uma grande represa pode gerar. Porém, apesar da dificuldade em abordar o tema, de um modo geral concordaram que um número maior de pequenas represas poderia, na opinião dos participantes, ser melhor para a situação local. Assim, embora a água tenha dono, e esteja atrás de uma cerca, falar sobre o assunto parece uma espécie de tabu.

Esse detalhe é interessante para pensarmos como o próprio debate em torno dos conflitos ambientais precisa ser problematizado em casos como este, em que o conflito surge dentro da própria comunidade, por parte de alguém de dentro do próprio grupo. Neste caso, não se trata de uma simples oposição entre um grupo opressor e um grupo de oprimidos, mas sim, de uma situação de injustiça produzida localmente por um agente local, inclusive ligado por laços familiares a outros membros da comunidade, ou seja, uma situação em que por motivos afetivos torna-se dificultada a identificação da situação enquanto conflito.

Continuando o jogo de codificação-decodificação proporcionado pelo círculo de cultura, apresentamos aos participantes imagens da nascente seca. Foi neste momento que os moradores mais demonstraram preocupação, muitos exclamando que desconheciam a situação, e não imaginavam que tal nascente poderia vir a secar. Neste momento a discussão foi se tornando mais acalorada e os participantes acabaram concordando que a comunidade teve culpa neste processo, que a comunidade foi conivente com a destruição ambiental e que, por isso, teria a responsabilidade de agir para fazer algo a respeito. Foi interessante perceber como os moradores tinham uma visão bem definida sobre os principais fatores que poderiam ter contribuído para tal situação, apontando em especial o desmatamento, as queimadas e a substituição da vegetação nativa por pastagens e monoculturas de eucalipto.

Assim, os participantes demonstraram consciência sobre as transformações socioambientais vivenciadas localmente e puderam contribuir, a partir de suas memórias, com a reconstituição de momentos da história ambiental da região, e para uma melhor compreensão das dinâmicas psicossocioambientais presentes neste território.

Além disso, os participantes aproveitaram a oportunidade para pensar sobre possíveis soluções para os problemas locais. Este processo, de identificar situações limites e refletir sobre caminhos possíveis para sua superação se refere ao que Paulo Freire chamava de Inéditos viáveis, o que

consistiria em uma reflexão crítica sobre a realidade dos sujeitos. Dentre tais caminhos possíveis, ou inéditos viáveis, apontados pelos participantes do círculo destacamos: considerar que muitas represas pequenas podem ser mais interessantes e democráticas do que poucas represas grandes; o Reflorestamento e a recuperação ambiental se colocam como questões urgentes, com destaque a proteção e regeneração de nascentes; conscientização com relação às queimadas; cercamento de córregos e nascentes; projetos contínuos de educação ambiental; campanhas contra a proliferação de mosquitos transmissores de doenças etc.

Considerações finais

Em meio às trilhas das águas foram reveladas pistas sobre as relações estabelecidas entre as comunidades locais e o meio ambiente, considerando as memórias dos moradores como base para a reconstituição da história ambiental da região. Neste sentido, o presente capítulo reforça o potencial das imagens enquanto ativadores de memórias e, conseqüentemente, reconhece a importância das imagens como ferramentas para a história ambiental, através de relatos de memória oral – sendo especialmente relevante no caso de comunidades que apresentam um histórico de isolamento e carência de registros documentais sobre a história local.

Os círculos de cultura se revelam como espaços privilegiados para a produção de reflexões críticas e coletivas acerca da complexa realidade psicossocioambiental das comunidades

participantes, destacando-se como uma importante metodologia para criação de discussões elaboradas a partir dos saberes prévios das comunidades, das memórias bioculturais dos moradores locais e das experiências de vida dos participantes. Deste modo, o círculo de cultura fornece subsídios para a construção de Educação Ambiental de Base Comunitária, influenciada pelo legado de Paulo Freire, da Educação Popular Latinoamericana e da perspectiva de Educação Ambiental Crítica e Transformadora.

Com relação a influência de Freire destacamos que o trabalho reforça a importância das palavras do universo vivido das comunidades (incluindo aí as toponímias – tal como o nome do distrito), para a compreensão da história ambiental de um território, cujo próprio nome é derivado de um elemento da paisagem. Neste sentido, o presente capítulo aponta que há uma relação entre a imagem, a paisagem e a palavra, assumindo ainda que a memória pode se constituir como um elo entre tais elementos.

Assim, uma pesquisa de Educação Ambiental de base Comunitária se propõe a desenvolver seu olhar calcado em uma estreita parceria com as comunidades as quais se destina, reconhecendo suas memórias e histórias e seguindo as trilhas existentes em seu território. No caso do Vale do Jequitinhonha, e em especial no caso da comunidade de Cachoeira do Norte, as trilhas das águas se revelaram como um importante percurso para a apreensão de informações sobre as condições socioambientais da região, bem como pistas sobre a história ambiental

deste território – que puderam ser contrastadas com as memórias de moradores, reavivadas pelo estímulo visual.

Referências

ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. *O Social em Questão*, Ano XVIII, n. 33, p. 57-68, 2015.

BYNON, Theodora. Can there Ever be a Prehistorical Linguistics? In: *Cambridge Archaeological Journal*, Londres, p. 261-265, 1995.

BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMARGO, Daniel Renaud. *Contos, Bênçãos e Mezinhas: Educação Ambiental Popular como Ferramenta de Proteção dos Saberes Locais*. (Trabalho de Conclusão de Curso) Graduação de Bacharelado em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

_____. *Lendas, Rezas e Garrafadas: Educação Ambiental de Base Comunitária e os Saberes Locais no Vale do Jequitinhonha* (dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018.

COSTA, Samira Lima da; MACIEL, Tânia Maria de Freitas Barros. *Os Sentidos da Comunidade: a memória de bairro e suas construções*

intergeracionais em estudos de comunidades. *Arquivos brasileiros de psicologia*, v. 61, n. 1, p. 60-72, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido* 57ª ed rev. e atual., Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

_____. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários para a Prática Educativa*. 51ª ed, Paz e Terra, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. *Que Fazer: Teoria e Prática em Educação Popular*. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1989.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs). *O que é memória social?*. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1ª ed, v. 1, 2005, 162p.

LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andréa. *Desenvolvimento, Água e Mudança social: Experiências no Vale do Jequitinhonha*. In: SOUZA, João Valdir; NOGUEIRA, Maria das Dores (orgs). *Vale do Jequitinhonha: Desenvolvimento e Sustentabilidade*, Belo Horizonte, MG, UFMG/PROEX, 2011.

LEFF, Enrique. *Construindo a História Ambiental da América Latina*. *Revista Esboços* nº 13. 51º Congresso Internacional de Americanistas, Simpósio de História Ambiental Americana, Santiago, Chile, 2003.

LOIZOS, Peter. *Vídeo, Filme e Fotografias como documentos de pesquisa*. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (tradução de Pedrinho A. Guareschi). Editora Vozes, 4ª ed, Petrópolis, RJ, 2002.

PERALTA, Elsa. *Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica*. *Arquivos da Memória. Antropologia, Escala e Memória*. N. 3, (nova série), Centro de estudos de Etnologia Portuguesa, 2007.

SEABRA, Maria Cândida. *Toponímia do Vale: Passado e Presente*. In: SOUZA, João Valdir; HENRIQUES, Márcio Simeone (orgs) *Vale do Jequitinhonha: Formação histórica, populações e movimentos*. PROEX, UFMG, Belo Horizonte, MG, 83-96p, 2010.

TOLEDO, Victor & BARRERA-BASSOLS, Narciso. *A Memória Biocultural: A Importância Ecológica das Sabedorias Tradicionais* (Tradução de Rosa Peralta). *Expressão Popular*, 1ª ed, São Paulo, SP, 2015.

NOTAS

Capítulo 13

75 As discussões apresentadas aqui são fruto de um prolongado contato com a comunidade do Distrito de Cachoeira do Norte, iniciado em 2012, a partir de minha participação em um projeto social, e que posteriormente se aprofundou a partir de meus projetos de trabalho de conclusão de curso da graduação (CAMARGO, 2015) e dissertação de mestrado (CAMARGO, 2018), e que atualmente prossegue através da investigação do doutorado. Os dados de pesquisa apresentados neste capítulo são decorrentes do trabalho de mestrado (CAMARGO, 2018) abarcando também reflexões teórico-metodológicas propiciadas pela trajetória no doutorado.

76 Sobre tal modelo me refiro à discussão levantada por Laschefski e Zhouri (2011) sobre os diferentes ciclos de desenvolvimento econômico impostos ao Jequitinhonha – incluindo a mineração, a agropecuária e monoculturas (com destaque para a eucaliptocultura).

77 É importante destacar que a cachoeira de cachoeira do Norte, mesmo em seu período de esplendor, era uma cachoeira intermitente, ou seja, dependia de um córrego que naturalmente costumava secar temporariamente nos períodos de secas mais intensas - comuns nesta região do sertão mineiro.

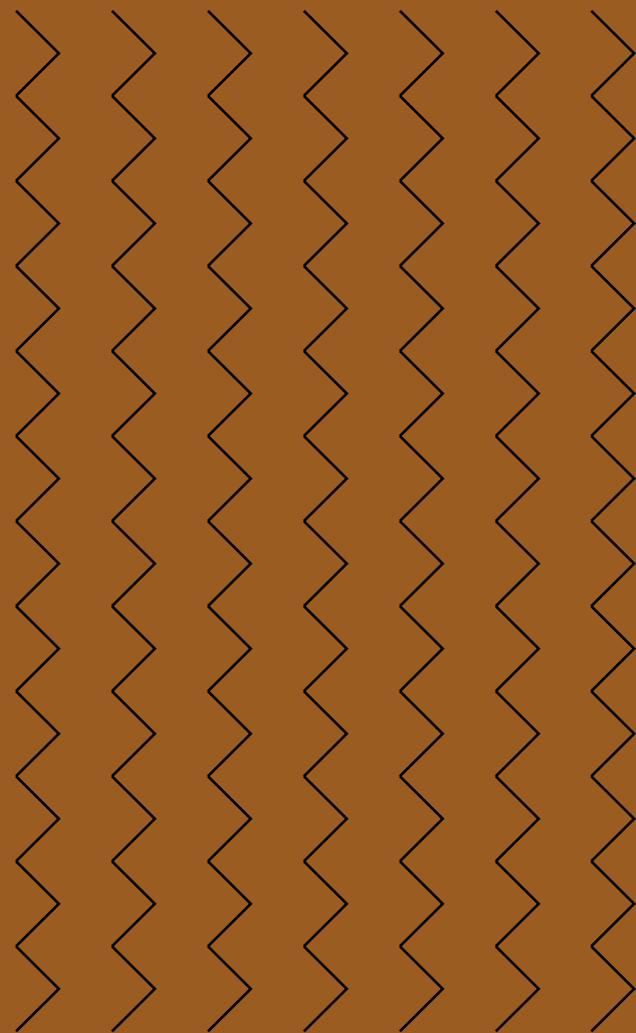
78 Posteriormente, ao longo da investigação da dissertação de mestrado (CAMARGO, 2017) tal informação veio a ser questionada por moradores que garantiram que a ocupação deste território teria se iniciado nas décadas anteriores (em algum momento entre 1900 e a década de 1930, visto que, segundo tais relatos na década de 1930 os primeiros moradores da região já estavam estabelecidos há algum tempo.

79 Atualmente o terreno se encontra com o mato alto e não é frequentado pelos moradores, até por medo de acidentes com quedas e animais peçonhentos.

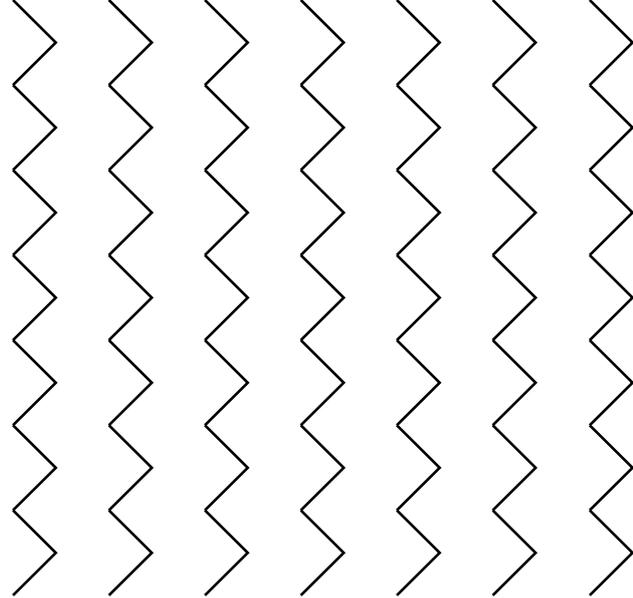
Reflexos da sociedade excitada no Ensino Superior: O vício em imagens e a supersaturação dos sentidos como obstáculos no ensino-aprendizagem de Bioquímica

Juliana Barbosa Coitinho
Emerson Campos Gonçalves

14.



Introdução



Os seres vivos, mesmo sendo muito diferentes macroscopicamente (como os nossos olhos ousam antecipar), apresentam inúmeras semelhanças ao nível molecular, de forma que a Bioquímica constitui um tema de estudo unificante de todos os seres e da vida em si, abrangendo conhecimentos importantes para diferentes campos e contribuindo para avanços na biotecnologia, medicina, agricultura, ciências do meio ambiente, ciências forenses, entre outras. Contudo, apesar dessa significativa importância, a disciplina é comumente taxada – por docentes e discentes – como uma “matéria de árdua apreensão”. Sobremaneira, isso ocorre por causa da complexidade dos conteúdos abordados em seu currículo básico, já que trata de fenômenos a nível molecular difíceis de serem abstraídos, visualizados e compreendidos, que muitas vezes são preditos apenas por modelos e fórmulas e que, num contexto de sala de aula (ou mesmo de laboratório), não podem ser visualizados pelo olho humano, ainda que com a ajuda de sofisticados equipamentos e lentes. Essa particularidade faz com que, além da dedicação aos estudos individuais e leitura, a imaginação – ou a capacidade imaginativa – seja uma faculdade fundamental para que os educandos experimentem uma aprendizagem significativa e/ou efetiva do conteúdo estudado.

Considerando a característica supramencionada, parecia ser consenso entre docentes e pesquisadores até então (e talvez ainda pareça), que a adoção de diferentes modelos imagéticos, simples ou tridimensionais, era uma ação facilitadora necessária (e quase obrigatória) para a compreensão dos conteúdos ministrados na Bioquímica. Em outras palavras, uma via de acesso mais rápida e

potente para garantir que os estudantes “imaginassem” o processo de forma adequada (ou para que “não pensassem os pensamentos errados”, nos termos da crítica adorniana aos sujeitos anti-intracéptivos), uma mediação através da imagem entre o fenômeno molecular que não pode ser visualizado e o aluno, que – na condição de sujeito “educando” – passa a ter na representação sígnica sua via direta de acesso a esse conhecimento.

Todavia, na esteira da atual sociedade excitada, cuja principal marca é a multiplicação exponencial de imagens técnicas e o entorpecimento/vício dos indivíduos a partir dessas (TÜRCKE, 2010), a experiência do cotidiano da sala de aula nos sugere o predomínio de certa dependência dos estudantes do uso dessa representação imagética que, de potencializador didático-pedagógico, tem se convertido numa espécie de material totalizante, cuja “imprescindibilidade” acaba figurando como danosa para o processo de ensino-aprendizagem. Na Bioquímica, essa tendência tem sido observada de duas formas principais, a saber: a partir da dificuldade dos alunos em compreender e explicar os processos bioquímicos sem o auxílio das imagens e modelos, sobretudo nos testes de conhecimento; e da opção recorrente em realizar os estudos sobre a disciplina a partir de vídeos – disponíveis em canais no Youtube, por exemplo – e não pelo livro.

Tomando a realidade apresentada, este ensaio busca problematizar à luz da filosofia da sensação, do alemão Christoph Türcke (2010), e, também, de pesquisadores da área de ensino em

Bioquímica, como Konrad Schönborn e Trevor Anderson (2006), algumas hipóteses e possíveis caminhos para a disciplina nesse contexto. Ao tomar a Teoria Crítica da Sociedade (da qual Türcke é signatário) como prisma para observar as contradições em processos de ensino-aprendizagem quase sempre guiados pela crença na razão instrumental, nosso objetivo principal não é apresentar uma “receita de bolo”, mas discutir a postura pedagógica de docentes e pensadores da área perante a constatação do vício em conteúdos imagéticos e da supersaturação dos sentidos que surgem como condição imperativa de toda a sociedade hodierna.

Para elaborar a questão exposta, toma-se, nas próximas páginas, uma trilha teórica que parte da apresentação e do debate dos conceitos de vício e supersaturação dos sentidos presentes na obra de Christoph Türcke (2010) (Vício em imagens na sociedade excitada), perpassa um levantamento/revisão sobre as principais discussões e pesquisas sobre o uso de imagens e modelos de representação externa no ensino da Bioquímica (Imagens no ensino de Bioquímica) e, ao fim, aponta para diferentes problematizações e caminhos possíveis a partir da aproximação apresentada, retomando um debate sobre a importância da imaginação para o estudante do ensino superior (Últimas – ou primeiras – notas sobre imaginação e Bioquímica).

Vício em imagens na sociedade excitada

Para compreender e visualizar as fronteiras cognitivas de aprendizagem⁸⁰ (im)postas aos estudantes do ensino superior na atualidade (na verdade não somente a eles, mas a todos nós), faz-se fundamental refletir sobre a transformação nas formas de representação simbólica do nosso cotidiano experimentada pelas sociedades capitalistas nas duas primeiras décadas deste milênio. Isso é, sobre a consolidação de um novo fluxo comunicativo e formativo que se caracteriza, principalmente, pela produção, pelo compartilhamento e pelo consumo ininterrupto de um sem fim de imagens nas antigas mídias de massa e, principalmente, nas redes sociais online, onde de meros “receptores” passamos a ser agentes ativos dessa indústria, fornecendo “mão-de-obra” gratuita dentro de uma linha de produção de conteúdos imagéticos que é ilimitada⁸¹.

Não que outras condições históricas objetivas e subjetivas – como a falta de estrutura básica na rede pública de ensino⁸², a própria desigualdade que pauta a essência do nosso sistema econômico e/ou o mal-estar que o mundo administrado produz nos indivíduos, impelindo-os numa busca claustrofóbica por qualquer válvula de escape – sejam incapazes de explicar os limites que cerceiam a possibilidade plena de aprendizagem dos estudantes universitários. Elas são. Contudo, a essas, nestes últimos vinte anos, somou-se de modo significativo esse cenário marcado pela multiplicação exponencial de conteúdos imagéticos.

Em outros termos, neste curto período de tempo, a narração da vida cotidiana através dos signos (verbais e não verbais), de artifício próprio do homem enquanto ser histórico que produz marcas do seu tempo com o uso da linguagem, metamorfoseou-se numa espécie de compulsão pela repetição de imagens na qual somos os maiores produtores e, também, as principais vítimas, segundo denuncia o filósofo Christoph Türcke:

O choque da imagem exerce poder fisiológico; o olho é magneticamente atraído pela abrupta alteração luminosa, e dela só consegue se afastar através de um grande esforço da vontade. O choque da imagem exerce fascinação estética; constantemente ele promove novas imagens, ainda não vistas. Ele se exercita na onipresença do mercado; seu “olhe para cá” exalta a cena seguinte como um vendedor com sua mercadoria. Sendo parte tanto do computador como do aparelho de televisão, a tela, longe de preencher apenas o tempo livre, invade a totalidade da vida profissional, de modo a se confundirem o choque da imagem e a ocupação no trabalho. Os dados aos quais eu subitamente ganho acesso, também eles subitamente me acessam para que eu os elabore – ou passe a contar com uma rescisão de contrato. Com tudo isso, o choque da imagem se tornou o foco de um regime global de atenção, que insensibiliza a atenção humana por meio da sobrecarga ininterrupta (TÜRCKE, 2016, p. 33).

O melhor diagnóstico sobre essa “sobrecarga ininterrupta”, capaz de “insensibilizar” nossa atenção e/ou supersaturar nossos sentidos (estabelecendo a “fronteira cognitiva” supra-mencionada), está na obra *Sociedade excitada: filosofia da sensação*, também de TÜRCKE (2010), onde o autor apresenta uma espécie de arqueologia do termo “sensação” que, em nossa sociedade, significa “aquilo que, magneticamente, atrai a percepção: o espetacular, o chamativo” (TÜRCKE, 2010, p. 9). Assim, nos termos do filósofo, essa busca pela “sensação” através das imagens compõe uma das principais formas de vício da contemporaneidade (tal qual o álcool ou outras substâncias psicotrópicas).

Nesse sentido, é importante observar que a ideia de vício é incorporada por TÜRCKE (2010) no sentido mais usual emprestado ao termo: a busca de apoio em um objeto falso (nesse caso, as imagens).

O vício é a busca de um apoio vital num objeto falso, sendo que aqueles que o procuram não devem ser informados de que se trata de algo falso. Eles sentem, eles sabem que a substância na qual se aferram não fornece nenhum apoio, mas eles não têm outra e, por isso, cada vez mais se jogam a ela, a mesma substância que os priva daquilo que lhes deveria proporcionar. Quando se fala em sintomas de abstinência, os quais seguem o vício do mesmo modo como a sombra segue a luz, esquece-se facilmente de que o próprio vício já é um sintoma de abstinência. Entretanto, a sua abstinência, que lhe

antecede, representa uma forma de reação desamparada, silenciosa, e continuamente moderna, não é tão evidente (TÜRCKE, 2010, p. 239).

A grande questão que se coloca com o estabelecimento dessa compulsão por uma satisfação falsa através das imagens na nossa sociedade (lembramos: satisfação traduzida em produção, consumo e compartilhamento) é que, de uma só vez, ela perpetua a lógica da dependência, isso é, de que “o vício sempre deseja mais do que o material viciante pode dar-lhe” (TÜRCKE, 2010, p. 12), e a desfigura numa espécie de perversão, já que, no atual modelo de distribuição comunicativa, com a liberação do polo emissor a partir das redes sociais online, somos os viciados e, também, os produtores do nosso narcótico. Assim, produzimos sempre mais e mais em busca de atender a um desejo que jamais será satisfeito. É essa sociedade de “viciados” e imagens voláteis, onde as “sensações estão a ponto de se tornar os pulsos e a batida da vida social como um todo” (TÜRCKE, 2010, p. 14) que TÜRCKE define como da sensação ou excitada:

Há uma torrente de estímulos dos meios de comunicação de massa que competem para fazer parte dessas sensações. Ninguém consegue dominá-los. Nem o mais distinto intelectual que torce o nariz consegue fechar-se diante dos estímulos, de tal modo que o sentido de sua atenção, a escolha dos temas e das palavras, o tempo e o ritmo de seus pensamentos não conseguem permanecer sem ser por eles molestados de

alguma forma. Em curtas palavras, é chegado o momento de falar de uma sociedade da sensação (TÜRCKE, 2010, p. 10).

É claro que o objetivo aqui não é retomar os debates do autor sobre a incorporação dessa compulsão pela repetição de imagens em nossa sociedade como um retorno ao fundamento, àquilo que, num momento primevo, significou o mesmo movimento de tendência à repetição de um pavor que, na perspectiva do autor, teria originado a cultura. Tampouco nosso objetivo ao apresentar o diagnóstico de TÜRCKE é “demonizar” as imagens ou imputá-las qualquer “culpa” pelos infortúnios atuais da educação superior. A ideia aqui, conforme apresentado na introdução deste trabalho, é, antes, tomar a reflexão proposta por Christoph TÜRCKE como um caminho potente para problematizar algumas questões que tem passado a largo. Como, por exemplo, até que ponto, o uso da “imagem pela imagem”, sem uma reflexão mais detida ou crítica sobre os objetivos pedagógicos e seu real alcance, tem sido efetivo no processo de ensino-aprendizagem (no nosso caso, dentro da Bioquímica)? Isso é, trata-se efetivamente de uma ferramenta didática ou apenas da repetição da mesma lógica de reprodução de imagens que predomina de forma mais ampla na sociedade? Para além disso: é possível afirmar que o vício de imagens apontado pelo autor pode contribuir para limitar nossa capacidade imaginativa (de fantasia, por exemplo), tornando-nos dependentes dessas? No caso da Bioquímica, considerando o cenário

apresentado, o direcionamento de todas as estratégias pedagógicas ao uso das imagens pode representar a consolidação dessa fronteira cognitiva de aprendizagem, isso é, da impossibilidade da abstração dos processos pelo próprio estudante? O que fazer então quando o signo toma o espaço da teoria enquanto simulacro? Qual caminho seguir diante dessa realidade que se contrapõe a uma lógica aparentemente inquestionável?

Assim, considerando a importância que as imagens sempre tiveram como recurso didático na Bioquímica (e nos processos educativos de forma geral) e o diagnóstico de TÜRCKE (2010), buscamos, no tópico seguinte, refletir sobre os principais debates teóricos empreendidos sobre o uso dessas na disciplina, tomando sempre como norte a busca pelos limites e contradições que surgem no emprego das representações imagéticas como solução educativa nesta sociedade, já supersaturada e viciada em signos não verbais.

Imagens no ensino de Bioquímica

Conforme supracitado, a visualização e a interpretação de representações imagéticas têm sido tomadas como passos essenciais em diferentes processos de ensino-aprendizagem (e isso não é, de forma alguma, negado neste trabalho). Seja para caracterizar o relevo de uma área geográfica que não podemos visitar, seja para demonstrar a planta de uma casa sequer construída, seja para expor os processos e componentes celulares, é mister reconhecer que as imagens funcionam – sim! – como um instrumento

de mediação capaz de aproximar estudantes de realidades que não podem ser visualizadas in totum no espaço da sala de aula, dadas as limitações objetivas do lócus escolar ou a natureza dos fenômenos estudados. Logo, ser capaz de interpretar tais imagens, compreender sua escala de representação, situá-las em um contexto e refletir sobre suas limitações é passo fundamental para que a pessoa que está observando use essa representação em seu benefício, transpondo, de certa forma, os limites do próprio signo – sempre incompleto – frente os objetos.

É o que ocorre no caso específico dos fenômenos abordados na Bioquímica. Em síntese, com a disciplina, estuda-se os componentes moleculares, suas interações e um sem fim de processos que permitem a existência da vida, uma vez que, todas as células compartilham, em maior ou menor grau, de propriedades fundamentais que a matéria busca explicar (Figura 1). Logo, considerando a complexidade de tais componentes e processos, bem como sua interrelação e manifestação em variadas situações, o estudante de Bioquímica precisa ser capaz de transpor esse conhecimento – não disponível a “olho nu” – para diferentes contextos, seja o de uma molécula, seja o de uma célula, seja o de um organismo inteiro.

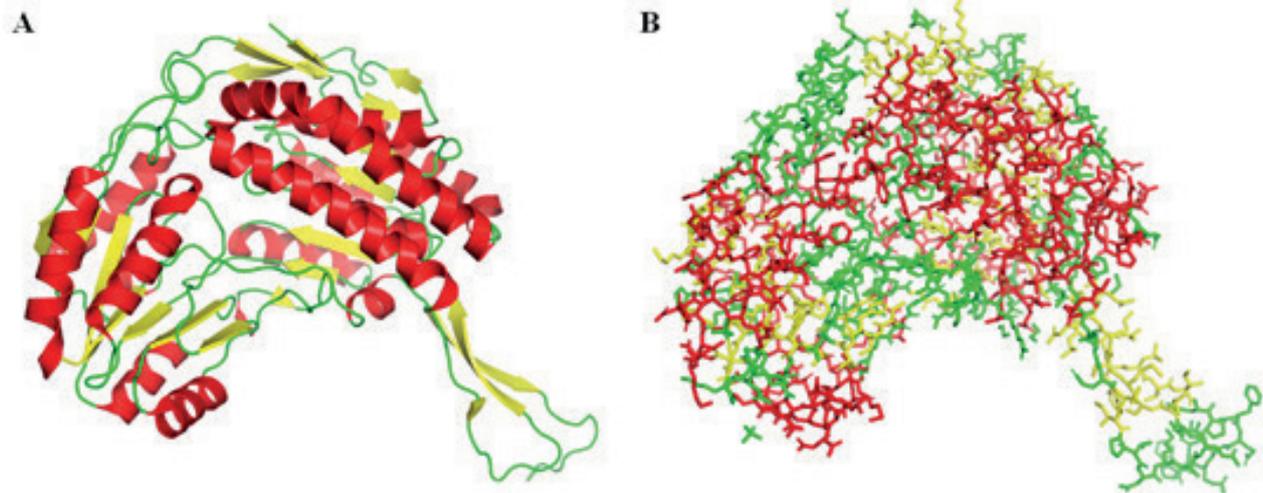


Figura 1 - Representação da estrutura tridimensional de uma proteína. A - Representação em "animação" (cartoon) que destaca as estruturas secundárias. B - Representação em "varetas" (sticks) que destaca os resíduos de aminoácidos. A partir dessas imagens, os estudantes precisam usar seus conhecimentos teóricos e entender que essas estruturas representam uma proteína formada por uma sequência de moléculas (aminoácidos) unidas por ligações químicas (ligações peptídicas). A partir dessa representação é preciso deduzir que esta estrutura tridimensional é mantida através de interações químicas fracas (não representadas nas imagens) entre os átomos constituintes dos aminoácidos. Além disso, é preciso também entender que apesar dessa representação ser estática, as proteínas apresentam flexibilidade estrutural e esta característica é essencial para a função.

Fonte: Figura elaborada pelos autores, utilizando o programa Pymol (<https://pymol.org/>), a partir da estrutura da proteína salicilaldeído desidrogenase depositada no banco de dados "Protein Data Bank" (www.rcsb.org) sob o código 4JZ6.

É justamente por isso que a representação imagética desses processos submicroscópicos tem sido importante para o ensino, a pesquisa e a aprendizagem dentro da Bioquímica, uma vez que essas auxiliam na transposição do conhecimento do campo teórico e imaginativo para o campo visual, onde, de alguma maneira, os temas se materializam através de símbolos mais ou menos reconhecíveis pelos estudantes nas representações externas⁸³, com círculos e retas, bolas de isopor e fios de arame galvanizado, emprestando forma e aparência aos átomos e suas ligações.

Todos os bioquímicos concordariam prontamente que as ferramentas de visualização são essenciais para entender e pesquisar as biociências moleculares e celulares. Isso se reflete no crescimento exponencial ao longo dos anos no número e variedade de ferramentas de visualização que estão disponíveis para o fortalecimento do aprendizado e da pesquisa em Bioquímica (SCHÖNBORN; ANDERSON, 2006, p. 94, tradução livre).

Tal importância fica evidente ao analisarmos diferentes livros-texto de Bioquímica, os quais são repletos dessas representações externas, como modelos físicos e moleculares, fotografias, micrografias, fotos, diagramas, ilustrações, desenhos, imagens, mapas metabólicos e gráficos (SCHÖNBORN; ANDERSON, 2006). Tais representações auxiliariam na construção de modelos mentais significativos que permitiriam a visualização, integração, e compreensão de conceitos

bioquímicos, já que esses, nas palavras de Schönborn e Anderson (2006), transitam entre as dimensões macroscópica, microscópica e submicroscópica.

A Bioquímica é uma ciência que é investigada nos níveis de organização macroscópica, microscópica e, em particular, os níveis de organização submicroscópica (molecular). Assim, para uma compreensão holística da Bioquímica, os alunos são obrigados a traduzir prontamente entre esses três níveis de organização, algo que pode ser bastante difícil e confuso para eles. Como não podemos ver fisicamente o ambiente submicroscópico, os bioquímicos usam teorias físicas e químicas de construção de conceitos, hipóteses e modelos na tentativa de explicar esses fenômenos abstratos. Essas construções, por sua vez, se aceitas pela comunidade de bioquímicos, regem como interpretamos e visualizamos posteriormente o ambiente submicroscópico e, portanto, o que incluímos em recursos educacionais (por exemplo, livros de texto, notas de palestras, software de computador e Internet) e o que ensinamos os alunos (SCHÖNBORN; ANDERSON, 2006, p. 94, tradução livre).

Contudo, Schönborn e Anderson (2006) reconhecem que o abuso nas representações imagéticas pode significar um entrave ao ensino de Bioquímica. Os autores lembram que esse "abuso" pode partir da própria academia, que ao invés de padronizar, cria formas múltiplas de representar um mesmo fenômeno⁸⁴, abusando de cores, símbolos e formas, mas, de modo

especial, se mostram preocupados com a ausência de uma alfabetização visual⁸⁵ dentro do currículo de estudantes de Bioquímica, uma vez que entendem que

[...] assim como a alfabetização verbal significa ser capaz de ler e escrever em determinada língua e a alfabetização numérica envolve a leitura e a escrita de números, a alfabetização visual abrange a capacidade de leitura (compreender ou entender) e escrita (desenhar) de representações externas, incluindo a capacidade de pensar, aprender e se expressar em termos de imagens (SCHÖNBORN; ANDERSON, 2006, p. 97, tradução livre).

Nesse sentido, os autores reconhecem que os alunos têm sido expostos a um número cada vez maior de representações externas dentro da própria disciplina, o que, somado com a uma baixa alfabetização visual, justificaria a dificuldade de se apropriar das imagens como instrumentos de mediação ao conhecimento. Assim, dadas as diferenças de habilidades cognitivas visuais entre os universitários, haveria a necessidade de desenvolvimento de técnicas de visualização para além daquelas que eles adquiririam “informalmente” em sua formação singular, caso contrário, para os autores, o impacto na aprendizagem pode ser enorme (SCHONBORN; ANDERSON, 2006).

De fato, conforme relata Milner (2014), alguns estudos com imagens na disciplina de Bioquímica referendam essa noção, demonstrando que

os alunos apresentam dificuldades de interpretação de diagramas esquemáticos (representações externas) especialmente devido à ausência de conhecimentos prévios sobre os assuntos representados. De acordo com a autora, a conclusão dessas pesquisas é que as imagens nem sempre facilitam o desenvolvimento de modelos mentais apropriados nos estudantes, haja vista que o modelo geralmente permanece no nível perceptivo, não resultando em aprendizagem do conteúdo específico em si.

Tal ideia é ratificada pelo estudo conduzido por Costa et al. (2009), que, ao analisarem a organização do tema “Glicólise” dentro de quatro livros didáticos de Bioquímica⁸⁶ verificaram um planejamento instrucional inadequado, sobretudo a partir da incorporação excessiva e desorganizada das imagens, “que sobrecarrega os recursos cognitivos do aluno comprometendo a aprendizagem” (COSTA et al., 2009, n.p.).

Buscando “respostas” ao diagnóstico apresentado sobre os livros didáticos de Bioquímica, pesquisas como a de Dias et al. (2013) têm buscado desenvolver um variado material multimidiático (composto por vídeos combinando filmes, animações e dinâmica molecular) com o objetivo de auxiliar no processo de ensino-aprendizagem na disciplina. A premissa da qual partem essas empreitadas é de que a estrutura plana e estática presente nos livros dificultaria a visualização e o estudo de estrutura e função das proteínas, por exemplo (o que, aliás, concordamos na íntegra).

Contudo, a despeito dessas ações louváveis e do constante incremento dos materiais didáticos a partir das facilidades de acesso a diferentes programas de edição e representação tridimensional, bem como da constante circulação de informações e imagens condicionada pelas redes sociais online, as dificuldades de aproveitamento na disciplina persistem em diferentes universidades, sendo altos os níveis de reprovação e abandono (PINHEIRO et al., 2009; ANDRADE et al., 2015; SILVEIRA; ROCHA, 2016).

Assim, considerando tal cenário, propõe-se neste estudo a hipótese de que, apesar da validade e da significativa contribuição das pesquisas aqui apresentados, a pergunta correta pode ainda não ter sido feita. Isso é, até o momento as análises estiveram voltadas para dentro da própria Bioquímica, seja questionando os modelos estáticos dos livros didáticos, seja questionando o excesso de representações externas que neles constam. Mas e se a questão for mais ampla? E se as particularidades apresentadas da Bioquímica, enquanto disciplina que abarca temas de difícil visualização, apenas a tornarem um campo mais sensível, que demonstra e/ou antecipa uma tendência que atinge o processo de ensino-aprendizagem também em outras áreas? E se a multiplicação exponencial de conteúdos imagéticos e o vício nesses, conforme denuncia Türcke (2010), forem a principal explicação para que cada vez mais os estudantes dependam exclusivamente das imagens para mediar sua interação com o conhecimento? E se a multiplicação de

recursos imagéticos não for a solução, mas o problema?

Ora, conforme pontua Parslow (2002), a tecnologia (e aqui expandimos a análise para o uso de imagens) não substitui a relação de importância dos assuntos para os alunos, ou seja, não exclui dos professores o árduo trabalho de se conectar com os estudantes. Assim, parece pouco provável que o desenvolvimento tecnológico (da razão instrumental) seja capaz de – por ação espontânea – colocar no prumo um processo que deveria, em sua essência, ser gerido por e para pessoas.

Partindo dessa visão e das questões apresentadas, buscamos no próximo tópico (o último deste trabalho), propor algumas considerações e problematizações para o desenvolvimento de pesquisas e experiências dentro do ensino de Bioquímica que permitam, se não superar os limites da contradição apresentada, ao menos considerá-los a fim de pensar novas estratégias educativas.

Últimas – ou primeiras – notas sobre imaginação e Bioquímica

Conforme discutido de forma insistente neste ensaio, o objetivo aqui não é de maneira alguma desqualificar as múltiplas iniciativas que buscam – seja a partir do incremento dos livros didáticos tradicionais, seja a partir da elaboração de novos modelos e representações externas com o auxílio das tecnologias da informação – contribuir para práticas mais significativas nos processos de ensino-aprendizagem dentro da Bioquímica. Como mencionado, à luz da Teoria Crítica, nossa

proposta é buscar a contradição. Ou, trocando em miúdos: tensionar dialeticamente a realidade a fim de elencar alguns “supostos-porquês” para a dependência em imagens constada entre os estudantes.

Tomando a filosofia da sensação como farol, não nos parece razoável acreditar que a Bioquímica está à deriva de forma solitária num mar de imagens. Na verdade, mesmo as disciplinas que, em tese, seriam mais beneficiadas pelas novas tecnologias de informação (como aquelas que compõem o currículo da Comunicação Social) enfrentam dificuldades com alunos que têm cada vez mais acesso às novas tecnologias e, paradoxalmente, são cada vez menos letrados ou, nos termos de Schönborn e Anderson (2006), alfabetizados para a imagem. Em nossa visão, isso ocorre porque não se trata de uma questão de mera vontade dos indivíduos “professor” e “aluno”, tampouco da universidade como instituição, mas porque essa última, enquanto espaço educativo, orienta-se pela maré social. Logo, se a tendência mais ampla é de uma tempestade geral de imagens que dificulta e deixa turva nossa visão, no espaço próprio da disciplina isso também vai se manifestar, queiramos ou não.

Mas o que fazer?

Num cenário de supersaturação dos sentidos, uma faculdade importante a ser valorizada é a da imaginação. Paixão e Borges (2019) lembram que a imaginação é um processo psicológico imprescindível para o desenvolvimento humano, uma vez que expande nossa experiência “para além da sua realidade imediata; reporta-se ao passado,

ao mesmo tempo em que vislumbra o futuro, e cria um presente alternativo” (PAIXÃO; BORGES, 2019, p. 2). Contudo, apesar de amplamente debatidos na filosofia, os processos imaginativos quase sempre acabam rotulados como algo menor – ou menos significante – frente a razão.

Tomando a defesa do conceito, Paixão e Borges (2019) lembram que vivemos em um mundo semioticamente mediado e argumentam sobre a relevância da imaginação nos processos de ensino-aprendizagem:

Por entendermos a importância dos processos imaginativos no desenvolvimento da cognição, sua relação com as emoções e, por conseguinte, com o desenvolvimento humano, defendemos que não se pode deixar de fora do currículo educacional a discussão e o fomento dos processos imaginativos. Ademais, a imaginação não deve ser ignorada pelas práticas docentes e deve ser valorizada e nutrida pelos professores que, por sua vez, devem atuar como mediadores e subsidiadores de recursos simbólicos à imaginação (PAIXÃO; BORGES, 2019, p. 3).

Acontece que, na esteira da atual sociedade excitada, as imagens (ou “recursos simbólicos”), que sempre significaram uma possibilidade de objetivação ampliada da imaginação (ou de mediação entre a realidade e a fantasia, como no caso das obras de arte), hoje atuam contra os processos imaginativos, contribuindo para a sua atrofia (TÜRCKE, 2010).

Isso ocorre no exato momento em que as imagens deixam de ser uma ponte para o objeto e – sob a forma de simulacros – se colocam como a própria realidade representada. Em outras palavras, quando limitam a imaginação àquilo que circunscrevem em sua estética, seja o limite de uma fantasia, seja o conhecimento teórico que se pretende em uma aula de Bioquímica. Ou seja, quando entrega de antemão toda a abstração que deseja, fechando para os diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo qualquer possibilidade de debate que supere a representação externa pré-estabelecida, qualquer ponte de imaginação.

Destarte, ainda que nosso objetivo não seja propor um modo de atuação ou um fazer docente, uma alternativa que pode significar, se não uma solução, ao menos um ponto de inflexão, é a tentativa de trabalhar aspectos ligados à imaginação na classe de Bioquímica, seja elaborando os modelos de representação externa de forma conjunta com os estudantes, seja permitindo que eles próprios busquem se apropriar das imagens a partir de um esforço que parta da compreensão teórica e não sempre das imagens. Ou seja, já que breçar a disseminação imagética não é possível, que se inverta, em algum momento, a ideia de representação, utilizando os conceitos como pontes para que os alunos consigam “escrever” suas imagens, sendo incentivados a criar seus próprios modelos. Ao fim, uma educação estética dentro dos limites da própria disciplina a partir da apropriação da imaginação como percurso didático. Para isso,

aproximações inesperadas como esta, entre Bioquímica e filosofia (por que não?) já são um primeiro passo.

Obviamente tudo isso carece de um melhor alinhamento. Obviamente parece (e é) utópico (sobretudo dentro dos limites de carga horária do currículo que predomina na disciplina). Mas o que seria de uma sociedade excitada como a nossa sem a esperança da utopia? Afinal, é disso que tratam estas últimas notas sobre imaginação e Bioquímica. É disso que trata essa mistura improvável de debates sobre a Teoria Crítica e o ensino-aprendizagem de Bioquímica. Sobre um início de utopia. Sobre um espaço onde a educação estética e a compreensão dos fenômenos submicroscópicos farão parte de um mesmo programa de disciplina. Onde a imagem técnica servirá de meio e não como um fim em si mesma. E onde a educação e o conhecimento, em sentido contrário, já serão um deleite e não um percurso a ser feito de maneira célere até alguma estrada mais interessante.

Referências

ANDRADE, R. S. B.; SILVA, A. F. R.; ZIERER, M. S. Avaliação das dificuldades de aprendizado em Bioquímica dos discentes da Universidade Federal do Piauí. Revista de Ensino de Bioquímica. São Paulo/SP, v. 15, n. 1, p. 24-39, 2015.

COITINHO, J. B.; GONÇALVES, E. C. O paradoxo acesso versus evasão e o papel da universidade no acolhimento dos estudantes: uma experiência inclusiva na disciplina de Bioquímica

na Ufes. Anais do VIII Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Maceió/AL, 2019.

COSTA, F. J.; et al.. Estudos preliminares sobre restrições cognitivas na abordagem da glicólise em livros de Bioquímica. Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciência. Florianópolis/SC, 2009.

DE VRIES, E.; DEMETRIADIS, S.; AINSWORTH, S. External Representations for Learning. In: BALACHEFF, N.; et al. (orgs.). Technology-Enhanced Learning. Suíça: Springer Nature, 2009.

DIAS, G.; et al. Desenvolvimento de ferramentas multimidiáticas para o ensino de Bioquímica. Revista Práxis. Volta Redonda/RJ, n.9, 2013.

GRIMALDI, S. S. L.; et al. O patrimônio digital e as memórias líquidas no espetáculo do Instagram. Perspectivas em Ciência da Informação. Belo Horizonte/MG, v.24, n.4, p.51-77, out./dez. 2019.

MILNER, R.; Learner differences and learning outcomes in an introductory biochemistry class: attitude toward images, visual cognitive skills, and learning approach. Biochemistry and Molecular Biology Education. Estados Unidos. v.42, n.4, p.285-298, 2014.

PAIXÃO, G. C.; BORGES, F. T. Imaginação e currículo escolar: uma revisão de literatura. Psicologia: Teoria

e Pesquisa. Brasília/DF, v. 34, 2018.

PARSLOW, G. R. Commentary: Molecular Visualization Tools Are Good Teaching Aids When Used Appropriately. Biochemistry and Molecular Biology Education. Estados Unidos, v.30, n.2, p.128-129, 2002.

PINHEIRO, T. D.; et al.. Ensino de Bioquímica para acadêmicos de Fisioterapia: visão e avaliação do discente. Revista Brasileira de Ensino de Bioquímica e Biologia Molecular. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 25-35, 2009.

SCHÖNBORN K. J.; ANDERSON T. R. The importance of Visual Literacy in the Education of Biochemists. Biochemistry and Molecular Biology Education. Estados Unidos. v.34, n.2, p.94-102, 2006.

SILVEIRA J. T, ROCHA, J. B. T. Produção científica sobre estratégias didáticas utilizadas no ensino de Bioquímica: uma revisão sistemática. Revista de Ensino de Bioquímica. São Paulo, v. 14, n. 1, p. 7-21, 2016.

TÜRCKE, C. Sociedade excitada: filosofia da sensação. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

TÜRCKE, C. Hiperativos! Abaixo a cultura do déficit de atenção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

NOTAS

Capítulo 14

80 Tomamos como “fronteira cognitiva” a dificuldade diagnosticada entre os estudantes em realizar a assimilação dos conteúdos sem a utilização de imagens, isso é, a impossibilidade de abstração e discussão de determinados temas sem o suporte obrigatório de um signo imagético, que passa a ocupar o espaço da própria teoria como simulacro.

81 Para se ter uma ideia da “mão-de-obra” gratuita – ou dos novos agentes – disponíveis nessas novas plataformas de mídia, basta olhar para os números do aplicativo Instagram que, enquanto espaço projetado para o compartilhamento de imagens, conta com mais de um bilhão de usuários ativos em todo o globo (GRIMALDI et al., 2019) produzindo fotos e vídeos (que, em sua maioria, se “autodestroem” em 24 horas) numa rotina 24/7.

82 Dentro dessa perspectiva (de debate das condições objetivas que marcam a dificuldade de aproveitamento na disciplina), desenvolvemos o trabalho O paradoxo acesso versus evasão e o papel da universidade no acolhimento dos estudantes: uma experiência inclusiva na disciplina de Bioquímica na Ufes (COITINHO; GONÇALVES, 2019).

83 O conceito de representações externas é utilizado como paralelo oposto às representações internas ou mentais, sendo essas últimas arquétipos da mente. Essas representações externas designam estruturas no

ambiente que permitem ao aluno interagir com algum domínio de conteúdo. Na maioria das vezes, consistem em configurações de inscrições usando um plano bidimensional (papel, tela). Contudo, objetos físicos tridimensionais também se enquadram na designação (DE VRIES; DEMETRIADIS; AINSWORTH, 2009; SCHÖNBORN; ANDERSON, 2006).

84 Para compreender essa perspectiva, pode-se olhar para a ilustração de uma ponte dissulfeto em uma proteína, que aparece em livros didáticos de Bioquímica representada tanto na forma $-S-S-$, como através de uma linha preta reta e/ou uma barra amarela (SCHÖNBORN; ANDERSON, 2006).

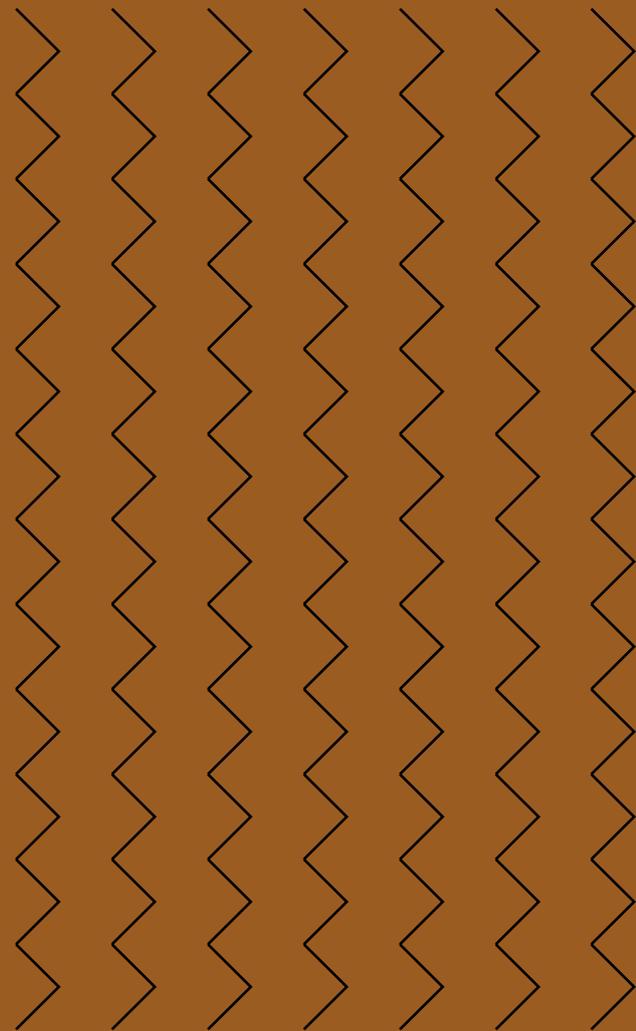
85 Aqui, tomando o escopo da Teoria Crítica da Sociedade, compreendemos essa alfabetização visual como uma educação estética para a apropriação e elaboração crítica das diferentes linguagens e símbolos, verbais e não-verbais.

86 Os livros analisados pelos autores foram Bioquímica Ilustrada (PAMELA CHAMPE et al., 2000), Bioquímica (LUBERT STRYER, 1996), Bioquímica (MARY K. CAMPBELL, 2000) e Fundamentos de Bioquímica (VOET, 2000).

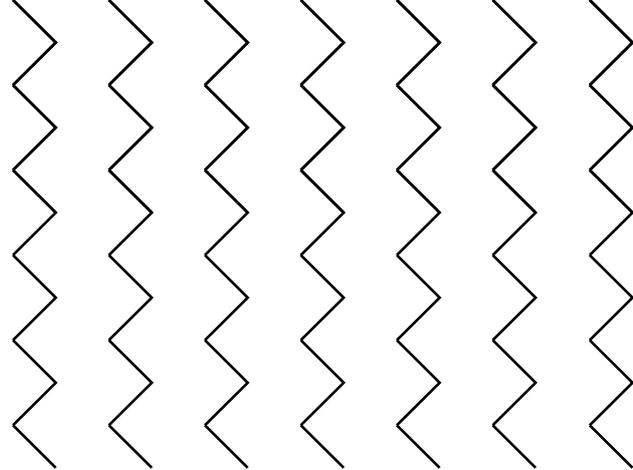
A rede sociotécnica da relação entre ribeirinhos e onças no Amazonas costurada por imagens

Joana Macedo
Fátima Branquinho
Helena Bergallo

15.



Introdução



Poder de onça é que não tem pressa: aquilo deita no chão, aproveita o fundo bom de qualquer buraco, aproveita o capim, percura o escondido de detrás de toda árvore, escorrega no chão, mundéu-mundéu, vai entrando e saindo, maciinho, pô-pu, até pertinho da caça que quer pegar. Chega, olha, olha, não tem licença de cansar de olhar, eh, tá medindo o pulo. Hã, hã... Dá um bote, às vez dá dois. Se errar, passa fome, o pior é que ela quage morre de vergonha... Aí vai pular: olha demais de forte, olha pra fazer medo, tem pena de ninguém... Estremece de diante pra trás, arruma as pernas, toma o açôite, e pula pulão! – é bonito..."
Trecho de "Meu tio o lauaretê", de Guimarães Rosa

A Teoria Ator-Rede, desenvolvida por Bruno Latour e Michel Callon, tem como base a noção de rede, que remete a relações e ações entre atores humanos e não-humanos. Relações essas que não são fixas e não podem ser previstas, que tem forma de alianças fluidas e mediações. Não havendo modelo teórico para descrever à priori ou prever o comportamento da rede, é preciso seguir os atores, investigar suas agências e conexões. Essa ideia de rede, de natureza heterogênea e dinâmica, é aplicada como método para analisar como se dá a construção do conhecimento, no ramo de estudos denominado antropologia das ciências e das técnicas. Grosso modo, é como aplicar o método etnográfico, voltando sua lente não para descrever "os outros"⁸⁸, e sim aos próprios cientistas, suas técnicas, instrumentos, produtos e tudo o mais que envolve a construção do conhecimento, no que Latour chamou de rede sociotécnica.

O foco central desses estudos são as interações, mediações entre atores capazes de produzir mudanças, uma vez que afetam e influenciam mutuamente os elementos que compõem a rede. Ou seja, os componentes da rede, sejam humanos ou não-humanos, não determinam uns aos outros via interações, mas exercem influência uns sobre os outros. Isso pressupõe abandonar a ideia de sujeito e objeto, assim como a separação entre natureza e cultura e entre política e ciência.

Outro ponto importante, ao assumir a Teoria Ator Rede como referencial teórico-metodológico, é incorporar o princípio da simetria generalizada, que propõe explicar nos mesmos termos a verdade e o erro, o conhecimento científico e a "representação" social. Procura corrigir a assimetria epistemológica entre o discurso

moderno ocidental, que pretende mobilizar a natureza, única, através da Ciência, e as demais culturas com suas formas de conhecimento e ontologias, vistas como meras representações da realidade pelos modernos. A simetria propõe, no lugar de uma natureza e várias culturas, a coexistência de múltiplas naturezas-culturas (LATOURE, 1994; SILVEIRA, 2011). Postula que, uma vez que os atores possuem iguais possibilidades de produzir interferência e mediação, seus discursos e agências não podem ser hierarquizados a priori. Ao adotar o princípio da simetria, os discursos são acolhidos com igual peso, e as controvérsias são assumidas de forma a permitir a existência de ontologias múltiplas.

Estudos conduzidos no Brasil por cientistas naturais sobre a relação entre fauna silvestre e populações tradicionais em geral não apontam a assimetria e as controvérsias inerentes ao tema. Considero que a relevância da adoção da Teoria Ator-Rede para tratar do conflito existente nessa relação reside principalmente no fato de que esse tema tem sido tratado de forma acentuadamente assimétrica. Sá (2013) e Sússekind (2014) tendo como foco os muriquis de Caratinga e as onças-pintadas pantaneiras, respectivamente, usaram essa ferramenta metodológica para análise das relações entre animais silvestres, cientistas, moradores locais, ambientalistas e suas agências. Em ambos os estudos é notória a importância de ressaltar as controvérsias e descrever as relações envolvendo o animal não-humano de forma não hierárquica.

Consolidar a visão de que as questões ambientais são em última instância problemas que envolvem humanos, e, portanto, precisam ampliar suas ferramentas para além do escopo das ciências naturais, é a contribuição mais ampla almejada pela adoção desse referencial teórico-metodológico. Isso porque a noção de rede facilita a visualização e destaca a importância das conexões. E, mais especificamente, ajudar a diminuir o atrito na relação entre moradores da floresta, onças e cientistas/conservacionistas, contemplando os anseios dos ribeirinhos e a conservação dos felinos. Compor a rede da relação ribeirinho-onça inclui identificar os atores, coletar suas vozes e expor essas vozes a uma consulta que considere a pertinência e adequação ao mundo comum⁸⁹ das proposições que emergem dessa relação (LATOURE, 2004).

O presente capítulo tem como objetivo abordar a relação entre onças e populações ribeirinhas, e seus desdobramentos, através da rede sociotécnica dessa relação, descrevendo seus atores e agências. Essa rede, composta de atores humanos e não-humanos, conecta além de ribeirinhos e onças, os animais domésticos, os modos de produção, a floresta e seu mosaico de áreas de uso, a caça, os representantes de órgãos ambientais, os gestores das Reservas, pesquisadores, ambientalistas, turistas, a legislação, a opinião pública, entre outros grupos em formação no espaço de tempo da pesquisa. Podem-se identificar atores locais, como os ribeirinhos e as onças, e contextos globais, como a opinião pública e as listas vermelhas de animais

ameaçados. Para construir a rede, no entanto, é preciso seguir continuamente a conexão entre atores locais e contextos gerais, de modo que se possa visualizá-los num mesmo plano sem distinções entre local e global (LATOIR, 2012).

No intuito de facilitar a visualização contínua das conexões, pondo em um mesmo plano os elementos que compõem a rede sociotécnica, esta será apresentada em texto e imagens. Espera-se assim estabelecer trilhos que liguem atores, lugares e épocas. A rede sociotécnica da relação entre onças e populações tradicionais nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá e Amanã, foi feita com base em entrevistas, reuniões e conversas informais com os ribeirinhos das duas Reservas entre 2010 e 2013, em imagens feitas entre 2007 e 2013 sobre o tema, na experiência de trabalhar com ecologia de onças entre 2007 e 2011, nas interações com pesquisadores, gestores e ambientalistas e em pesquisas bibliográficas (de texto e imagens) sobre outros atores que compõem essa rede.

Mamirauá, Amanã e seus moradores

As RDS Mamirauá e Amanã estão localizadas na região do Médio Solimões, no estado do Amazonas, são contíguas e têm juntas 3.474.000 hectares. No censo realizado em 2011, a população residente e usuária da RDS Mamirauá era de 9.733 pessoas distribuídas em 181 assentamentos, enquanto na RDS Amanã havia 3.653 pessoas em 84 assentamentos (MOURA et al., 2015).

A produção econômica é tipicamente camponesa, caracterizada pela combinação de uma produção doméstica para consumo e uma produção para venda (PERALTA et al., 2008). Benefícios sociais respondem por mais de 50% da fonte de renda doméstica (STREMEL et al., 2012). A agricultura, com destaque para o cultivo da mandioca para a produção de farinha, e a pesca são as principais atividades produtivas e a base da alimentação (figura 1). Bovinos, bubalinos, suínos, ovinos e galináceos são criados em geral de forma extensiva para subsistência (exceto bovinos e bubalinos) e venda. Os rebanhos são familiares e, em geral, compostos por poucas cabeças.

A rede da relação ribeirinho-onça: um panorama de atores, agências e conexões

Queixas e relatos sobre a convivência com as onças eram constantemente feitos por ribeirinhos aos pesquisadores que estudavam ecologia de populações de onças-pintadas na RDS Mamirauá. As queixas em geral foram relacionadas à segurança dos moradores e das criações domésticas. Na figura 2 o morador da Reserva Mamirauá que foi pedir auxílio aos pesquisadores em 2009 para proteger seu gado das onças e com isso motivou em larga medida o início dessa pesquisa, exhibe um couro de uma onça-pintada, abatida anos antes na sua comunidade por matar dois bezerros. Ao pedir auxílio para proteger seus animais das onças, o morador disse que não queria prejudicar a pesquisa, mas não podia

arcar com o prejuízo e a insegurança trazidos pelos felinos.

Era comum que os relatos dos moradores revelassem um desejo de que eles, enquanto habitantes de uma Unidade de Conservação e cientes das implicações disto, também fossem levados em consideração no que tange a pesquisa e gestão da fauna. Ao ouvir diversas vezes a pergunta “Pode uma onça valer mais que um cristão?” e algumas variações da mesma, foi possível visualizar não só os problemas provenientes da convivência direta com esses animais, mas principalmente o ressentimento em relação à atenção dada por pesquisadores/gestores/opinião pública à conservação em detrimento de suas necessidades. Essa frase, bem como suas variações, foi usada para externar a perplexidade com o fato que o abate de onças, no entendimento deles, é proibido por lei mesmo quando eles percebem uma ameaça, real ou potencial, às suas próprias vidas⁹⁰.

Os riscos da convivência com as onças, mesmo que sejam por vezes superdimensionados pelos ribeirinhos, devem ser levados em consideração pelos técnicos. Isso porque, mesmo raros, os ataques contra pessoas ocorrem e sua notícia espalha rapidamente na região, aumentando o temor dos moradores. Na figura 3 Seu Vanderlei, morador da RDS Mamirauá mostra a cicatriz no rosto, resultado de um ataque de onça-pintada. Seu Vanderlei hoje trabalha como cozinheiro no Programa de Turismo de Base Comunitária do IDSM e já prestou serviço para pesquisadores nas campanhas de captura de onça-pintada, ocasião em que



Figura 1. Imagens das principais atividades econômicas dos moradores das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã: a) produção de farinha no Sítio Cacau (RDSA); b) pesca próxima à Comunidade Aiucá (RDSM). Fotografias: Joana Macedo.

teve novamente contato direto com o animal, dessa vez sedado.

Os ribeirinhos moradores das RDS Mamirauá e Amanã criam animais domésticos para subsistência e complementação de renda. Além do prejuízo econômico ocasionado pela predação da criação doméstica, quando as onças rondam as residências em busca desses animais, eles temem pela segurança da família, especialmente das crianças.

A figura 4 mostra imagens de uma comunidade na Reserva Amanã onde em 2010 uma onça matou duas porcas em baixo da escola⁹¹, causando grande desconforto entre os moradores. A primeira fotografia (figura 4a) mostra porcos criados de forma extensiva na comunidade. A segunda (figura 4b) mostra o menino Robison, frequentador da escola, e seus quatro irmãos. Robison é filho do Agente Ambiental Voluntário⁹² Fábio, um dos colaboradores do monitoramento de conflito com felinos. Exímio contador de histórias, relatou⁹³ o caso da onça na escola com entusiasmo, disse que estava atento para que a onça não se aproximasse de seus irmãos e que queria ser pesquisador de onças quando crescer.

Os moradores da comunidade, preocupados com as crianças que naturalmente circulam no local, “encomendaram” o abate da onça a um vizinho que tinha cachorros treinados para seguir o rastro do animal.

Aderbaldo, nome do cão branco na figura 5a, junto com uma pequena matilha, rastreava onças que matavam animais domésticos em uma região da Reserva Amanã. Com faro apurado, sua fama se espalhou e criadores que



Figura 2. Morador da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá exibe o couro de uma onça-pintada morta em retaliação ao abate de dois bezerros em 2009. Fotografia: Joana Macedo.

Figura 3. Morador da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá que sofreu um ataque não provocado de uma onça-pintada enquanto pescava no igapó em 2004. Fotografia: Joana Macedo.

perdiam animais predados por onça, levavam Aderbaldo até o local do ataque e o cão encontrava a carcaça e a onça, que era então abatida com tiro de espingarda em retaliação. A figura 5b mostra quatro crânios de onças-pintadas encontradas pelo cão. A carreira do caçador Aderbaldo foi curta, ele e os outros cães que o acompanhavam nas caçadas morreram no ano seguinte a essas fotografias, ao que tudo indica vítimas de alguma doença viral canina. A princípio seu proprietário desconfiou que os cães morreram porque foram alimentados com a carne de uma das onças abatidas, segundo ele carne de onça "seca" o cachorro. Mas passou a creditar as mortes dos cães à alguma doença porque em seguida ele conseguiu outros cães que morreram com os mesmos sintomas, sem ter comido carne de onça.

Nas RDS Mamirauá e Amanã, ribeirinhos agem e reagem às onças. Movidos por vingança, medo, raiva, prevenção ou mesmo para subjugar a "fera", abatem onças com frequência. A maior parte dos abates relatados em entrevistas teve como motivo declarado a retaliação pela predação (realizada ou potencial) de animais domésticos (MACEDO, 2015).

Animais domésticos nas RDS Mamirauá e Amanã incluem porcos, carneiros, bois, búfalos, galinhas, patos, cães, gatos e eventualmente animais silvestres domesticados como macacos e papagaios. A criação de animais de corte complementa a renda, garante proteína em períodos de escassez na pesca e na caça (com exceção de bois e búfalos) e tem usos tradicionais, como por exemplo, os porcos criados



Figura 4. a) Criação extensiva de porcos na comunidade onde uma onça-pintada matou duas porcas em baixo da escola na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã em 2010. b) Crianças da comunidade, cujos membros ficaram apreensivos com a onça que "frequentou a escola". Fotografias: Joana Macedo.

para serem consumidos nos festejos de santos, as galinhas criadas para o resguardo das mulheres grávidas ou os bezerros criados para serem prêmio de torneio de futebol.

Bois e búfalos raramente são abatidos para consumo e são mantidos como reserva monetária, ou, como falam os ribeirinhos: “o boi é a nossa poupança” (para uma discussão sobre o papel do boi em comunidades rurais amazônicas ver NARAHARA, 2012). Existe, no entanto, um limite para essa “poupança”, que é a área de campos de natureza disponível para a engorda e a capacidade de alimentar os animais durante a cheia (RODRIGUES et al., 2013). Em áreas de várzea os animais passam o período da cheia em marombas, que são currais flutuantes (figura 6a). Impossibilitados de forragear por conta própria, são alimentados por seus proprietários com capim flutuante (plantas aquáticas como canarana e mureru), à custa de muito trabalho e gasto de combustível para transportar o alimento (figura 6b).

Apesar do confinamento no período da cheia nas áreas alagáveis, a maior parte dos animais domésticos é criada de forma extensiva, andam livres e ocasionalmente adentram a floresta. Há um trade-off na questão de manter os animais soltos: se por um lado o criador tem mais chance de perder os animais por predação, fuga, atolamento, roubo, etc., por outro a preocupação com a alimentação e gastos com instalações são mínimos. A maior parte dos criadores escolhe manter os animais soltos. Como relatou um morador e criador de patos e galinhas: “Quem disser aqui que é criador



Figura 5. a) Cachorro treinado para seguir rastro de onças, era usado quando ocorriam ataques a animais domésticos em uma região na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. b) Crânios de onça-pintada abatidas em retaliação à predação de animais domésticos com auxílio do cão da figura 5.a. Fotografias: Joana Macedo.

tá mentindo, aqui ninguém cria bicho não, os bichos que se criam sozinhos. O pessoal quer garantir o rancho, quer ter lucro, mas não quer ter trabalho” (comunicação pessoal, 2011). Ou seja, é comum, embora não seja regra, dispensar poucos cuidados aos animais.

Os porcos, bois e búfalos costumam se afastar mais das residências em busca de alimento, e com frequência entram na floresta. Carneiros, galinhas, patos e gatos têm o hábito de se manter nas imediações das casas. Cães costumam acompanhar as pessoas nas suas atividades cotidianas (figura 7a), são considerados importantes para a caça de animais silvestres e para a proteção em incursões pela floresta, inclusive para alertar sobre a aproximação de onças.

Os ribeirinhos afirmam que animais domésticos, em especial os porcos (figura 7b), atraem onças. Isso não é, claro, uma ação voluntária. A ação dos animais domésticos está ligada ao manejo que seus proprietários adotam. Como é comum que esse manejo seja mínimo e que os animais tenham acesso a áreas afastadas das comunidades e florestadas, isso acaba desencadeando a ação das onças contra os animais domésticos e dos ribeirinhos contra as onças. Da mesma forma que as onças costumam seguir varas de queixadas, para atacar indivíduos que se distanciem do bando, é possível que os porcos ao andar pela floresta de dia e retornar para a comunidade à noite, levem onças no seu encalço. São comuns casos de animais domésticos atacados por onça na área das comunidades.



Figura 6. a) Porco, cães e gato dividem uma maromba no período da cheia na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. b) Bois na maromba sendo alimentados em uma canoa de capim flutuante na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Fotografias: Joana Macedo.

Apesar da maioria dos ataques de onças terem sido a animais criados soltos, animais confinados também foram alvo. O porco na figura 8a foi atacado por uma onça-pintada dentro do chiqueiro (figura 8b), a cerca de cinco metros de uma casa na Reserva Mimirauá. Ao escutar os gritos do porco, os moradores correram e, com a ajuda de vizinhos, mataram a onça com tiro de espingarda. A fotografia foi tirada duas semanas após o ataque, e o porco já estava com os ferimentos na cabeça cicatrizados. Era um porco grande, de 60 quilos, que lutou com a onça e, após o tiro, mordeu ela toda. Segundo os criadores locais, animais que sobrevivem a um ataque de onça normalmente morrem em decorrência de infecções causadas pelos ferimentos. A explicação dada pelos moradores da comunidade para a pronta recuperação do porco atacado é que eles estavam engordando o porco para ser consumido no festejo do Divino, e, portanto, era um animal de santo. O couro da onça abatida foi usado como ornamento na procissão do Divino na comunidade, mesmo tendo ficado danificado pelas mordidas do porco. Um pequeno fragmento desse couro foi coletado para compor o acervo de material biológico do IDSM.

É comum o uso de couros e/ou crânios de onças abatidas como ornamento. Na figura 9a um couro é exibido na parede de uma casa. Essa onça foi morta com tiro de espingarda ao preda um carneiro, a poucos metros da casa de um senhor que mora isolado com sua esposa na Reserva Mimirauá. Essa casa não tem todas as quatro paredes externas, como é



Figura 7. a) Cães acompanhando seus proprietários nas suas atividades diárias no Lago Amanã. b) Porcos criados soltos na Reserva Amanã, com livre e circulação entre a floresta e a área das comunidades. Fotografias: Joana Macedo.

relativamente comum na região, o que aumenta a sensação de insegurança com a aproximação de onças.

Na figura 9b um menino mostra um couro de maracajá-açu, cuja metade posterior foi comida por cachorros. Esse animal tinha sido abatido dois dias antes, ao entrar em um galinheiro. Ao fundo, comunitários trabalham fazendo farinha. A gordura retirada do maracajá-açu estava armazenada em um pote de vidro, e estava sendo usada no forno para torrar a farinha. A julgar pela quantidade de gordura, o animal estava bem nutrido. Esse couro foi doado para o acervo de material biológico do IDSM.

Couros, crânios e até onças inteiras abatidas (figura 10) são muitas vezes doados por ribeirinhos para o acervo de material biológico do IDSM. Como vários moradores das Reservas trabalham como assistentes de pesquisa, eles são informados da importância desse material. De fato, as coleções zoológicas são pobres em carnívoros, já que, diferente de outras ordens, as coletas para estudo desses animais são quase inexistentes (DE VIVO, 2007).

Os felinos tombados na coleção zoológica do IDSM têm grande potencial para pesquisas taxonômicas e genéticas. Amostras de pelos retirados dos couros do acervo estão sendo usadas em um estudo do Laboratório de Radioisótopos da Universidade Federal do Rio de Janeiro para avaliar a situação ecotoxicológica dos felinos, quantificando mercúrio e poluentes orgânicos persistentes. Pela posição de topo de cadeia trófica, tamanho corporal e longo período médio de



Figura 8. a) Porco atacado por onça-pintada em uma comunidade na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. b) A proprietária do porco mostrando o chiqueiro onde ocorreu o ataque. Fotografias: Joana Macedo.

vida, as onças são consideradas boas espécies sentinelas na avaliação da saúde ambiental, pois biomagnificam poluentes (DORNELES et al., 2014). Os resultados futuros desse estudo têm, portanto, aplicação direta na saúde dos ribeirinhos.

A doação desse material para pesquisa demonstra que há entre parte dos moradores das Reservas e os pesquisadores uma relação de colaboração e, principalmente, de confiança, já que os moradores sabem da ilegalidade desses abates. A onça-pintada da fotografia 10a foi abatida na Reserva Mamirauá enquanto atravessava um rio, com um golpe de remo na nuca. No seu estômago foram encontrados vestígios de jacaré-tinga (*Caiman caiman*), casca de ovos de quelônios, cutiara (*Myoprocta acouchy*) e mucura (*Didelphis marsupialis*). Na figura 10b um crânio de onça preta foi enviado para o laboratório do Grupo de Pesquisa em Ecologia de Vertebrados Terrestres do IDSM.

Onças são frequentemente “acusadas” de traiçoeiras pelos ribeirinhos, e são comparadas a fantasmas porque surgem sem que se perceba a aproximação. Isso faz parte do repertório de ações das onças, que têm por estratégia estar “invisível” para suas presas até o momento do ataque. Os ribeirinhos nas reservas costumam dizer que “as onças estão sempre vendo a gente, mas a gente não enxerga elas”.

São animais difíceis de estudar, muitas vezes as pesquisas com onças são baseadas em vestígios como fezes, pegadas, esturros, carcaças, pelos e arranhados em árvores. O avanço das técnicas de pesquisa lançou luz a



Figura 9. a) Couro de onça-pintada morta ao predar um carneiro na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. b) Couro de maracajá-açu morto ao entrar em um galinheiro na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Fotografias: Joana Macedo.

aspectos pouco conhecidos da ecologia das onças. A captura para equipar os animais com GPS e radiotransmissor é uma das técnicas que possibilitam tornar visíveis os “fantasmas” da floresta.

Na RDS Mamirauá as capturas de onça-pintada tiveram início em 2008, usando como armadilha o foot snare, ou armadilha de laço, que consiste em um cabo de aço ancorado ao chão que prende o animal pela pata (FRANK et al., 2003). As armadilhas usadas foram desenvolvidas pelo técnico Dairen Simpson, norte americano especialista em captura de grandes carnívoros. Simpson trabalha em diversas partes do mundo, principalmente no continente Africano, com captura para pesquisa e controle letal de animais-problema, e veio por duas vezes dar suporte técnico às capturas em Mamirauá.

Após a captura foi feita a contenção química das onças com um dardo anestésico à base de tiletamina e zolazepam (Zoletil®), droga de última geração para aumentar a segurança da sedação. O dardo pode ser lançado com um moderno rifle próprio para esse fim ou com uma zarabatana, tal como fazem indígenas em suas caçadas. As duas técnicas foram usadas para lançar os dardos durante as capturas. Na figura 11 a onça-pintada Anjo aparece sedada, ainda com o dardo preso ao corpo.

Os animais ficaram em média 40 minutos inertes, quando foram realizados todos os procedimentos: colocação do colar, coleta de sangue (figura 13a), ectoparasitas e fezes, biometria e pesagem. As funções vitais (batimentos



Figura 9. a) Couro de onça-pintada morta ao predar um carneiro na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. b) Couro de maracajá-açu morto ao entrar em um galinheiro na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Fotografias: Joana Macedo.

cardíacos, frequência respiratória e temperatura) foram monitoradas durante esse tempo.

Das amostras de sangue coletadas foram retiradas alíquotas para diferentes objetivos. A saúde dos animais era avaliada com hemograma feito em campo, com auxílio de uma centrífuga e um microscópio (figura 13b), e com testes rápidos de doenças virais felinas (FIV/FELV). Todas as onças estavam em bom estado de saúde.

Amostras de sangue também foram enviadas para um grupo de pesquisa da Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para um estudo sobre a variabilidade genética das onças-pintadas no bioma amazônico, publicado recentemente (LORENZANA et al., 2020).

As capturas foram acompanhadas por ribeirinhos moradores da Reserva Mamirauá, contratados como assistentes de campo. Todos ficavam muito animados com a possibilidade de se aproximar de uma onça viva. A figura 13 mostra em primeiro plano Anselmo, nascido e criado nos arredores do Lago Mamirauá e grande conhecedor das suas matas, posando com a onça-pintada Anjo. Ao fundo, Alex, norueguês, morador da Cidade do Cabo, filmava um programa de TV feito por uma produtora sul-africana para o canal Animal Planet norte americano. O programa foi filmado durante a campanha de captura de 2009 e se chama *The Trapper and the Amazon*.

Na figura 14a, um turista norte americano, hospedado na Pousada Uacari (figura 14b), localizada na RDS Mamirauá, ganha de surpresa a oportunidade de posar com a onça-pintada

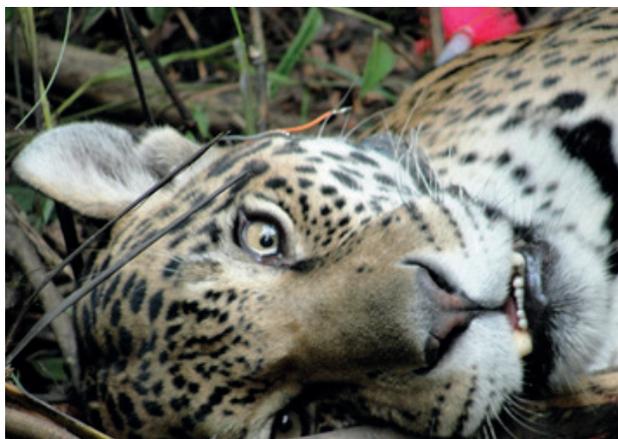
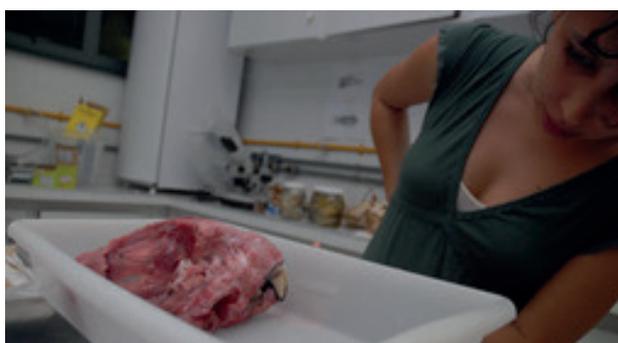


Figura 10. a) Corpo de onça-pintada abatida na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, enviado para o acervo de material biológico do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Fotografia: Joana Macedo. b) Crânio de onça preta enviado para o acervo de material biológico do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Fotografia: Eduardo Coelho.

Figura 11. Onça-pintada sedada após a captura na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Fotografia: Joana Macedo

sedada. Atualmente a pousada tem um pacote turístico específico para turistas acompanharem o trabalho de campo da pesquisa com onças-pintadas (NASSAR, 2013). O turismo científico e fotográfico com onças tem sido apontado como estratégia de conservação. Ao distribuir parte da receita gerada pelo turismo entre a população local, além de empregar mão de obra local para a operação, pretende-se compensar os danos causados pelas onças, aumentando a tolerância ao animal ou, em outras palavras, atribuindo valor econômico às onças vivas. É uma estratégia que parte do pressuposto que a questão econômica é determinante para aumentar a tolerância. Esse tipo de turismo já é feito com onças no pantanal e é bem desenvolvido em vários países africanos (ARCHABALD & NAUGHTON-TREVES, 2001). No entanto, o alcance do benefício econômico gerado pelo turismo científico ou fotográfico é limitado (HEMSON et al., 2009). Na pousada Uacari, por exemplo, a renda do turismo científico da onça-pintada está sendo revertida em apoio ao projeto de pesquisa e na criação da Escola da Onça-Pintada, que segundo informa o sítio eletrônico que vende o pacote turístico⁹⁴, tem o objetivo de ensinar ciência e conservação envolvendo onças às crianças das comunidades da RDS Mamirauá para reduzir a caça e os conflitos com as comunidades locais.

A segurança dos moradores pode ser afetada negativamente pela habituação das onças à presença humana, prática comum nesse tipo de turismo. Se os ribeirinhos percebem um problema de segurança em relação à



Figura 12. a) Coleta de sangue de onça-pintada capturada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá em 2009. b) Preparação das lâminas para o hemograma da amostra de sangue de onça-pintada na base de campo Flutuante Mamirauá. Fotografias: Joana Macedo.

Figura 13. Anselmo, morador da comunidade Vila Alencar e assistente de campo, posa com uma onça-pintada sedada após a captura na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Fotografia: Joana Macedo.

proximidade das onças, e esse problema pode ser agravado pela habituação de alguns indivíduos, os incentivos para os moradores advindos da operação turística tendem a não ser efetivos.

Na figura 15, a onça-pintada Jandiá, a floresta, os satélites, as ondas de rádio e os pesquisadores estão conectados. No entanto, como não é raro na prática científica (nem raro, nem alardeado), as seis onças-pintadas que receberam colares em 2008 e 2009 não forneceram dados após as capturas. A robustez dos colares utilizados e a tecnologia de coleta de informações se mostraram inadequados para o tipo de animal e ambiente. A partir de 2011, usando equipamento apropriado, os dados de localização das onças começaram a ser coletados com êxito. Uma empresa francesa de localização por satélite (Argos) fornece as localizações das onças em Mamirauá.

Na figura 16a João Jacaré, morador da Reserva Mamirauá e assistente de campo com vasta experiência em radiotelemetria de jacarés, procura do alto de um apuí o sinal UHF dos colares das onças na floresta. Os sinais nunca foram encontrados com as buscas pelas trilhas na floresta, pelos lagos e rios e pelos sobrevoos (figura 17b) feitos em pequenos aviões.

Outro equipamento muito usado em pesquisas com onças, as armadilhas fotográficas registram quando os animais passam por elas. Acionadas por sensor de calor ou movimento, permitem identificar as onças-pintadas pelo seu padrão de pintas e com isso estimar abundâncias populacionais. A figura 18 mostra um par de armadilhas fotográficas, com uma isca de cheiro⁹⁵



Figura 14. a) Turista norte americano posando com uma onça-pintada sedada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá durante a campanha de captura de 2009. Fotografia: Joana Macedo. b) Pousada Uacari, que atualmente vende pacotes turísticos para acompanhar as atividades de pesquisa com onças-pintadas. Fotografia: Eduardo Coelho.

entre elas, e ao fundo os Apuís, árvore que os ribeirinhos chamam de casa da onça, onde elas gostam de dormir, principalmente no período da cheia. Além da possibilidade de calcular parâmetros populacionais, essas armadilhas flagram as onças em ação, como mostram as próximas fotografias.

A figura 18a mostra a onça-pintada Jandiá carregando um jacaré abatido e já parcialmente consumido. Na figura 19b a onça-pintada Kisser investiga de perto a armadilha fotográfica. Nas outras quatro fotografias (figuras 19c, 19d, 19e e 19f), as onças-pintadas Caracol e Mamãe, demonstrando a curiosidade natural dos gatos, examinam as armadilhas fotográficas, agindo como pesquisadores frente a um fenômeno desconhecido. Não raro as armadilhas fotográficas em campo foram esfregadas, mordidas, viradas e postas ao chão por onças investigadoras.

As armadilhas fotográficas revelam a identidade das onças-pintadas pelo seu padrão de rosetas ou pintas. A figura 19 mostra um close da pinta que identifica a onça Caracol. A partir dessas identificações, programas de computador fazem estimativas de abundância populacional com base na história de captura e recaptura dos indivíduos. Essas análises elaboradas e os ribeirinhos chegaram a mesma conclusão: tem muita onça em Mamirauá.

No entorno do Lago Mamirauá, a alta densidade de onças parece relacionada à alta densidade de jacarés, sua principal presa de acordo com as análises de fezes de onças no local (RAMALHO, 2012).



Figura 15. Onça-pintada com colar equipado com GPS e radiotransmissor se recuperando da sedação após a captura na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Fotografia: Joana Macedo

Figura 16. a) João Jacaré, morador da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e assistente de campo, procura as onças com colar. b) Sobrevoio para busca dos sinais das onças capturadas na Reserva Mamirauá. Fotografias: Joana Macedo.

A fotografia 20 mostra jacaré-açu (*Melanosuchus niger*) no Lago Mimirauá. Essa espécie de jacaré pode atingir cinco metros de comprimento, é superabundante na RDS Mimirauá e também causa danos aos moradores, destruindo petrechos de pesca, prendendo animais domésticos e, em raras ocasiões, atacando pessoas. Existem muitas semelhanças entre a relação dos moradores com onças e jacarés. Mas os últimos, por não serem animais carismáticos, não provocam a mesma reação por parte de conservacionistas e da opinião pública. Isso fica claro pelo fato do manejo experimental do jacaré-açu ser realizado na RDS Mimirauá desde 2004, com aval do IBAMA, incentivo do governo do Estado do Amazonas e apoio técnico-científico do IDSM.

Dentro do mosaico fluido de ambientes aquáticos e terrestres nas Reservas, a intensidade de uso da paisagem por onças e ribeirinhos não é homogênea e depende do alagamento sazonal. Na paisagem alguns locais se destacam, de acordo com os ribeirinhos, como áreas de interseção de uso por onças e pessoas. Pescadores afirmam ser comum encontrar onças andando nas margens dos lagos no período da seca, à procura de jacarés e seus ninhos, e em galhos de árvores na mata alagada no período da cheia. As trilhas que ligam as comunidades aos roçados são também frequentemente usadas por onças, e ribeirinhos relatam que elas têm o hábito de “rastejá-los” nessas trilhas. Eles chamam de rastejar quando onças seguem seus rastos: eles passam pela trilha e quando retornam encontram as pegadas da



Figura 17. Par de armadilhas fotográficas instaladas para capturar imagens de onças na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mimirauá. Fotografia: Joana Macedo



Figura 18. a) Onça-pintada Jandiá carregando um jacaré abatido na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. b) Onça-pintada Kisser investigando de perto a armadilha fotográfica. c) e d) Onça-pintada Mamãe interagindo com a armadilha fotográfica na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. e) e f) Onça-pintada Caracol interagindo com a armadilha fotográfica na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Fotografias: armadilhas fotográficas.

onça marcando todo o caminho (figura 22). É um hábito comum entre os felinos usar trilhas para se locomover (SILVER et al., 2004).

Outra área de interseção são as próprias comunidades, onde por vezes as onças adentram a procura da criação doméstica. Mesmo tendo como comportamento padrão se afastar de humanos, algumas onças fogem a esse padrão e, talvez pela habituação à predação de animais domésticos, se aproximam deliberadamente das habitações humanas. Muitas vezes essa aproximação é percebida pelos rastros ou pegadas na área das comunidades.

Seguindo os rastros das onças é possível verificar que elas, na sua esfera “política”, têm representantes que as protegem, ao menos por lei, de qualquer tipo de ameaça. Seus direitos são defendidos por legisladores, ambientalistas, ONGs e grande parte da opinião pública. Já as onças enquanto animais de vida livre reivindicam para si apenas ocupar uma área que provenha suas necessidades, o que inclui, entre outras atividades, matar animais para se alimentar.

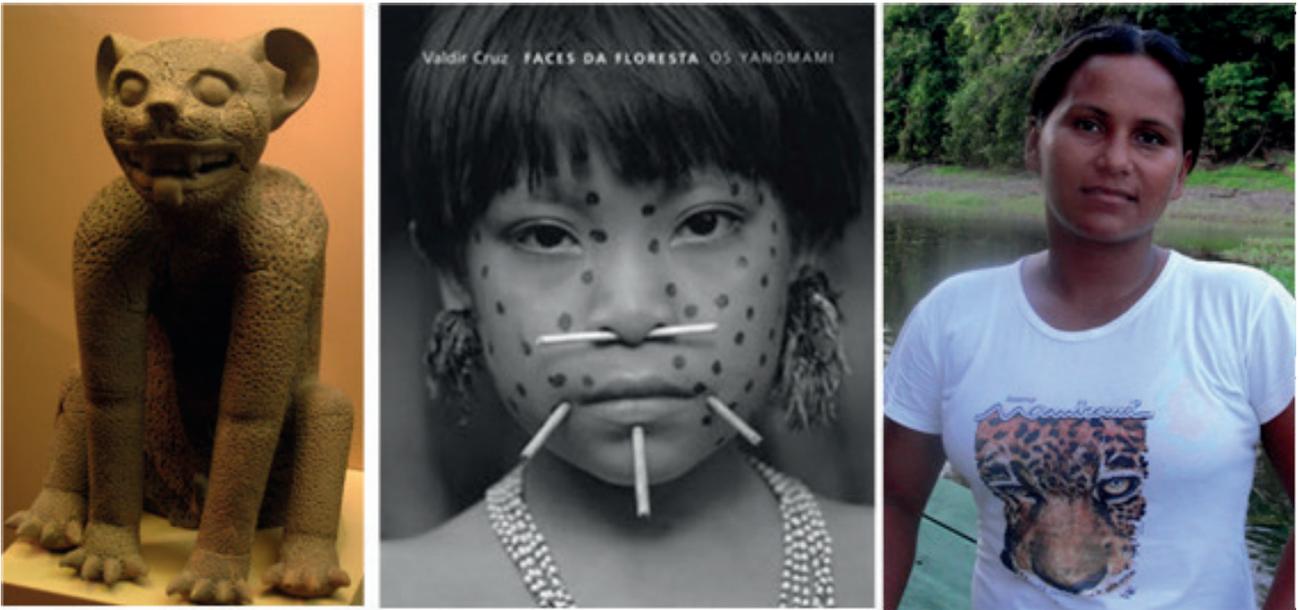
A opinião pública forma um grupo grande, heterogêneo e de difícil definição. Onças são animais que geram um forte apelo para a causa ambientalista. Estão estampando uma parte significativa de campanhas em prol da conservação. Documentários também retratam com frequência onças e pesquisadores empenhados em protegê-las, como o que foi filmado em Mamirauá. Todo esse marketing faz com que a opinião pública se posicione em favor desses animais e condene abates com veemência. A posição da opinião



Figura 19. Roseta que identifica a onça-pintada Caracol. Fotografia: Joana Macedo

Figura 20. Jacaré-açu (*Melanosuchus niger*) na cabeceira do Lago Mamirauá. Fotografia: Joana Macedo

Figura 21. Pegadas de onça-pintada na trilha que leva à comunidade Vila Alencar, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, com um GPS como referência de tamanho. Fotografia: Joana Macedo



pública tem grande importância para a conservação, já que influencia comportamentos em favor da causa via apelo à norma social (FERNANDES-FERREIRA & ALVEZ, 2014).

Os ribeirinhos têm ciência da posição da opinião pública, e se sentem injustiçados, já que acreditam que qualquer pessoa reagiria a um animal que ameaçasse a segurança da sua família. E dizem que morar na cidade grande e defender as onças é fácil, difícil é conviver com elas.

Apesar do simbolismo das onças hoje estar fortemente associado com a causa ambientalista, ele precede o ambientalismo. É bem documentado em sociedades pré-colombianas, entre os povos indígenas das Américas e comunidades rurais (figura 22). Na RDS Amanã, artesãs tecem grafismos de inspiração indígena com talo de cauçu⁹⁶ tingido, entre eles o grafismo da onça-pintada (figura 23) e do gato-maracajá.

Apesar dos atritos entre onças e moradores serem frequentes nas RDS Mamirauá e Amanã, as demandas por

Figura 22. a) Arte pré-colombiana exposta no American Museum of Natural History, em Nova York. Fonte: http://anthro.amnh.org/anthropology/databases/common/image_dup.cfm?catno=30%E3%2F%202300; b) Criança Yanomami com adornos e pintura representando a onça-pintada na capa do livro de fotografias “Faces da Floresta” Fonte: <http://editora.cosacnaify.com.br/ObraSinopse/10773/Faces-da-floresta--Os-Yanomami.aspx>; c) Moradora da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá vestindo camiseta com a onça-pintada estampada. Fotografia: Joana Macedo.

soluções não chegam aos representantes de órgãos ambientais, embora cheguem para os pesquisadores do IDSM, como no caso apontado na figura 3.

Mesmo considerando o Estado do Amazonas, poucas queixas sobre predação de animais domésticos por onças foram registradas em órgão ambientais, o que é reflexo das longas distâncias e dificuldades de comunicação e, principalmente, da associação que os ribeirinhos fazem entre órgãos ambientais e fiscalização e multas. Mendes (2010) aponta como uma limitação à Teoria Ator-Rede o fato de alguns grupos ou atores ficarem à margem ou no interstício da rede, não por não agirem, mas por não enunciarem a ação, o que faz com que uma análise superficial não os perceba.

[...] propõe-se uma reflexão sobre o trabalho político que coloca fora das redes, como irrecuperáveis e descartáveis, todos os que não criam ou não possuem valor na perspectiva hegemônica e que, por conseguinte, não são construídos como portadores de direitos sociais e políticos, tornando-se invisíveis e ausentes das análises convencionais propostas pela teoria do actor-rede (MENDES, 2010).

O que Latour (2012) propõe, no entanto, é seguir os atores, abandonar uma distância crítica e analítica em favor da proximidade, de forma que todos os rastros sejam seguidos e todas as vozes consideradas, por mais superficiais que sejam os rastros, por mais abafadas que sejam as vozes. Uma vez



Figura 23. Grafismo da onça-pintada tecido em tala de cauçu por artesã da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Fotografia: Joana Macedo

Figura 24. a) Reuniões realizadas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã sobre a segurança de pessoas e animais domésticos em relação à onças. Fotografia: Rinéias Farias. b) Apresentação dos resultados da pesquisa no 10º Simpósio sobre Conservação e Manejo Participativo na Amazônia em 2013. Fotografia: Francisco Rocha.

identificadas, é importante que as vozes sejam propaladas.

Em reuniões com moradores das reservas em 2013, foi incentivado que problemas com onças, como a predação de animais domésticos e em especial riscos à segurança das pessoas, fossem reportados aos gestores das UCs (figura 24a). Isso porque enquanto não houver demanda, os problemas de convivência com onças não serão discutidos em esferas que ponham em movimento mudanças em políticas públicas. Essas reuniões ocorreram na segunda quinzena de junho de 2013, e quando eu falava da importância de relatar os problemas para promover mudanças, os ribeirinhos logo concordavam mencionando a efervescência popular das Jornadas de Junho e seus desdobramentos, que muitos deles estavam acompanhando pela TV.

Levantar a questão da segurança dos que convivem com onças em eventos e publicações científicas também é um meio de promover e difundir a discussão sobre o tema. Na figura 24b, o tema da segurança dos ribeirinhos e o controle letal de onças estava sendo apresentado no 10º Simpósio sobre Conservação e Manejo Participativo na Amazônia, e rendeu profícua discussão entre pesquisadores e gestores.

A predação de animais domésticos e o medo provocado pela proximidade de onças, enquanto não forem reportados à órgãos ambientais, tendem a ter curto alcance na rede. Um problema não muito comum, mas que mobiliza muitos atores, é a captura de filhotes de felinos para serem criados como animais de estimação. Esses animais, quando não morrem ou fogem,



Figura 25. a) Resgate da onça-pintada Janaina na Reserva Mamirauá. Fotografia: Joana Macedo. b) Jornal de Uberlândia, Minas Gerais, noticiando a chegada da onça ao zoológico da cidade. Fotografia: Marcia Mossmann c) Onça Janaina no zoológico de Uberlândia. Fotografia: Márcia Mossmann.

se tornam um problema de difícil resolução.

O caso da onça-pintada Janaína, criada desde filhote em uma comunidade na RDS Mamirauá, é um exemplo. A onça era mantida em uma pequena jaula de madeira. Seu “proprietário”, que era a única pessoa que a onça permitia aproximação, faleceu em 2008 quando o animal já tinha quatro anos. Seu pai “herdou” a onça e logo entrou em contato com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, gestor da reserva, para saber como tirar a onça da comunidade e dar a ela a destinação correta. A partir daí uma rede foi mobilizada para encontrar quem recebesse essa onça e providenciar a sua remoção. Essa rede envolveu as instituições IDSM, CEUC/SDS, IBAMA-Tefé, IBAMA-Manaus, IBAMA-Brasília, 16º Batalhão de Infantaria de Selva, e as ONGs NEX e Instituto Onça-Pintada, com um total de 25 pessoas diretamente envolvidas nos trâmites da remoção. No entanto, a destinação de onças é difícil, os zoológicos e criatórios autorizados a recebê-las raramente têm recinto vago. Além disso, a onça estava em uma localidade distante, o que tornava a logística da sua remoção complicada. Do pedido do ribeirinho para que a onça fosse retirada da comunidade até a sua efetiva remoção transcorreram seis meses. A cheia histórica de 2009 acelerou o processo, pois a água do rio invadiu a jaula da onça, fazendo com que a situação ficasse crítica (figura 25a). Depois de muito esforço da rede formada para a destinação do animal, foi feito o transporte de voadeira⁹⁷ por três horas da comunidade



Figura 26. a) Onça-vermelha Euzébia, que foi capturada com poucos dias de vida na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Fotografia: Joana Macedo. b) Onça-vermelha que era mantida em uma comunidade na Reserva Amanã. Fotografia: Danielle Lima.

Figura 27. Seu Joaquim era morador da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e foi um importante articulador local para a criação dessa Unidade de Conservação. Fotografia: Joana Macedo.

até a cidade de Tefé, onde a onça permaneceu nas dependências do Exército e sob os cuidados do IDSM por uma semana. Depois foi transportada de barco para Manaus, num total de dois dias de viagem. De Manaus embarcou em um avião para Brasília, onde passou a noite no zoológico do Distrito Federal e no dia seguinte foi transportada de caminhão até o zoológico de Uberlândia em Minas Gerais, seu destino final (figura 25b). Sua chegada foi destaque de primeira página no jornal local (figura 25c). Por conta da situação em que se encontrava a onça, alguns dos envolvidos no resgate queriam atuar o ribeirinho que solicitou a remoção pela posse do animal e por maus tratos, mesmo sabendo que ele não foi o responsável pelo cativeiro da onça e que a entrega voluntária de animais silvestres anula as sanções cabíveis da sua posse ilegal.

Histórias como a da onça Janaína se repetem e são um dos pontos de tensão entre ribeirinhos, onças e gestores ambientais. Criar filhotes de animais silvestres é relativamente comum na região, mas no caso de onças as implicações dessa prática, tanto em relação à segurança dos moradores quanto à dificuldade de dar destinação a onças cativas, fazem com que estratégias para dissuadir essa prática sejam pensadas por gestores e analistas ambientais. Como exemplo, a onça-vermelha Euzébia (figura 26a) foi capturada com poucos dias de vida na RDS Amanã e entregue aos pesquisadores, que mantiveram o animal em casa, com licença do IBAMA, enquanto procuravam destinação. Com dois meses e meio de idade Euzébia foi

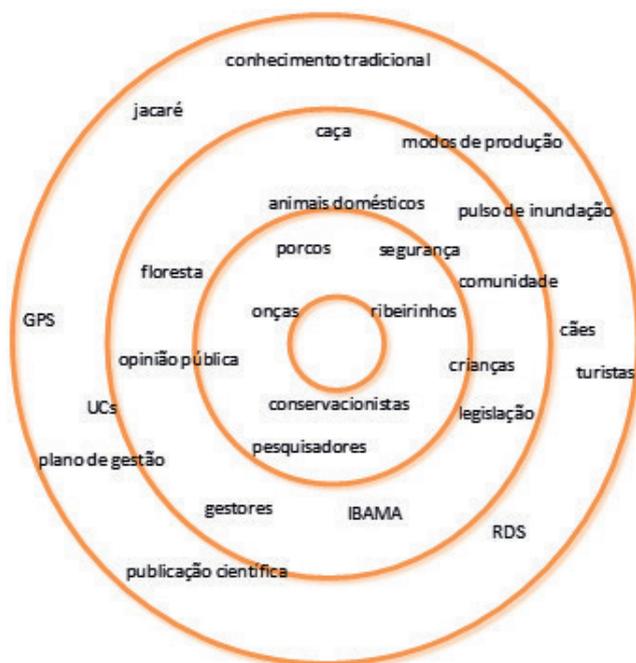


Figura 28. Representação gráfica contendo os atores que compõem a rede sociotécnica da relação entre ribeirinhos e onças nas Reservas Mamirauá e Amanã.

Figura 29. Nuvem de palavras feita a partir do texto deste capítulo, com o uso do programa Tagul, disponível em [HTTPS://tagul.com](https://tagul.com).

enviada para o CETAS-Manaus e depois destinada ao zoológico de Fortaleza. A onça-vermelha da figura 26b foi mantida em uma comunidade na RDS Amanã e acabou sendo envenenada por moradores da própria comunidade que não concordavam com a presença do animal por temer pela segurança das crianças.

Para tratar de conexões entre atores em Mamirauá é preciso mencionar um importante articulador local, que costumava contar com orgulho aos visitantes a história da criação da Reserva⁹⁸ e do seu esforço, junto ao biólogo Márcio Ayres, de convencer os moradores da área, a princípio reticentes e desconfiados da proposta de criação da UC, da importância da conservação de Mamirauá. Seu Joaquim foi um grande conservacionista, dos que entendem a real acepção do termo. Patriarca da Comunidade Boca do Mamirauá, sua casa flutuante era parada obrigatória para os que entravam na Reserva. Recebia rotineiramente para um café e uma conversa pesquisadores das mais diversas áreas, políticos, autoridades, celebridades, turistas, extensionistas, educadores, membros da imprensa e vizinhos de outras comunidades. Ou seja, conectava atores diversos ao povo, à floresta e às águas de Mamirauá. Seu Joaquim com frequência se preocupava com onças cercando seus bois, chegou a abater três onças-pintadas ao longo da vida e fazia queixa aos pesquisadores, como na ocasião em que passou um rádio⁹⁹ para a base de pesquisa avisando: “vem aqui prender sua onça que tá rondando meu boi, se não vou comer ela no almoço!”. Não comeu. Na

fotografia, tirada em 2013, conversava sobre onças após folhear com interesse cartilhas de mitigação de conflito, mesmo sem saber ler (figura 27). Conhecido contador de histórias, faleceu em dezembro de 2014 aos 81 anos.

Histórias de onça, como as que contava Seu Joaquim, são uma importante trilha a ser seguida. Incluem acidentes, sustos e caçadas, umas são frutos de experiência própria, outros relatos antigos e por vezes fantásticos do “tempo do couro”, quando matar onça-pintada rendia dinheiro. Outras são piadas e brincadeiras, como contam os “valentes” que ao encontrar uma onça, amarram ela, dão uma surra de cinto e depois aconselham, para que não se aproxime mais. O fato é que histórias sobre onças são recorrentes em rodas de conversas. Narram coragem épica, covardia extrema, caçadas com zagaia, ataques frustrados, sustos e outros casos.

Esses relatos ora guiam pelas florestas os caminhos e encontros com as onças, com fascinantes detalhes sobre seu comportamento, ora vão até a opinião pública que aparece via interações com pesquisadores, extensionistas, turistas e programas de televisão. Os relatos também levam ao IBAMA, às leis de proteção à fauna e aos gestores das Unidades de Conservação e todos os desdobramentos que a legislação, o plano de gestão da UC e seus atores representam em relação à convivência com as onças. Ou seja, os relatos são a principal trilha a ser seguida para o esboço da rede sociotécnica.

A representação gráfica da rede sociotécnica da relação entre ribeirinhos e onças (figura 28) foi feita sem

representar as conexões entre atores, partindo do princípio que estas são fluidas, circulam entre os atores fazendo e desfazendo relações, alianças, antagonismos. Ou, como pontuou Latour (2012) ao discorrer sobre a primeira fonte de incerteza sobre o social, não existem grupos e sim formações de grupos que estabilizam provisoriamente o social.

Latour (2012) definiu um bom relato como aquele que tece uma rede, e também pontuou que, assim como os experimentos científicos, os relatos textuais podem falhar. Falham por várias razões, sendo a principal delas a falta de ação. Ou seja, deve haver movimento, os atores devem efetivamente fazer algo e isso deve ser claro no texto. O relato de risco feito nessa descrição da relação entre ribeirinhos e onças procurou, com o artifício de imagens estáticas de situações pontuais, descrever um pouco da dinâmica dessa relação. Com o objetivo de trazer para análise o próprio relato, este foi também transformado em imagem (figura 29), com o uso de uma nuvem de palavras desse capítulo. Essa análise gráfica mostra quantitativamente o uso de palavras relacionadas à rede. Revela que as onças são protagonistas no relato da relação.

Discussão

Qual é a natureza das ações?

As ações são fomentadas pelos elementos mais diversos, não necessariamente presentes, racionais ou óbvios. Segundo Latour (2012), “na maioria das situações, as ações são afetadas por entidades heterogêneas que não

têm a mesma presença local, não se originam na mesma época, não são imediatamente visíveis e não as pressionam com o mesmo peso”.

As onças não existem apenas ao encontrar humanos e seus animais domésticos, têm uma existência biológica, ecológica, simbólica e política que ultrapassa em muito a relação com os povos da floresta. As controvérsias nos discursos sobre o animal deixam claro que o termo “onça” faz referência a diferentes construções que vão além dos limites do animal em si.

As interações entre ribeirinhos, onças e animais domésticos têm uma natureza concreta nos encontros, abates, predações, fugas e ataques. São momentos onde a ação está em primeiro plano e decisões imediatas precisam ser tomadas.

Por mais imediatas e até instintivas que sejam as ações durante as interações diretas, elas têm também uma natureza política. No momento da ação fatores como a aprovação ou reprovação dos vizinhos e familiares, as regras do plano de gestão da UC, a legislação ambiental e até as reportagens da TV estão exercendo uma influência política.

Além da natureza concreta e política, também está presente na ação o imaginário. Na ação, histórias de antepassados e a cosmologia que envolve as onças vêm à tona. Pessoas que se transformam em onças, onças encantadas, poderes sobrenaturais, espécies de onças nunca descritas, tudo isso faz parte do imaginário que envolve as onças, e exercem influência nas ações.

Já as ações para conservação das onças têm por base um repertório

técnico-científico que envolve tecnologias sofisticadas e uma rede de cientistas que se dedicam ao tema. No contexto majoritário da conservação os abates de onças devem ser evitados a todo custo, e para isso pesquisas são desenvolvidas no intuito de proteger as onças de produtores rurais e proteger as criações domésticas do ataque de onças. A política é posta em movimento, mas não de forma democrática, uma vez que em geral apenas o conhecimento técnico é apresentado como solução para os problemas de convivência.

Para além da ciência, há uma dose de subjetividade envolvendo a conservação de onças, que perpassa desde a construção do conhecimento científico até o ativismo ambientalista. O simbolismo desses animais não deve ser ignorado, esteve presente nas sociedades pré-colombianas, está presente nas sociedades indígenas e “modernas”. Ora como encantados (KOHN, 2013), ora como estrelas de campanhas publicitárias em prol da conservação, estão sem dúvida exercendo influência. E o conhecimento científico gerado em torno do tema onça não é imune a esse simbolismo. Questões de fato e questões de valor se embaralham também em um fazer científico que curiosamente pretende oferecer o fato para livrar da crença. Latour (2001) discorre sobre como a Ciência¹⁰⁰ tomada como verdade estabilizada acaba apresentando características de crença, como na passagem abaixo:

Os fatos foram longe demais, tentando transformar tudo o mais em crenças. O fardo de todas essas crenças

torna-se insuportável quando, como na categoria pós-moderna, a própria ciência é submetida à mesma dúvida. Uma coisa é atacar as crenças quando estamos fortificados pelas certezas da ciência. Mas que devemos fazer quando a própria ciência se transforma numa crença? (LATOURE, 2001).

Como tratar de forma democrática a rede da relação gente-onça?

Primeiro é preciso identificar as principais controvérsias da rede e expô-las de forma simétrica. Isso porque a deficiência no diálogo entre ribeirinhos e profissionais que trabalham com conservação, sintoma da assimetria, tem como efeito colateral aprofundar o conflito. Populações afetadas por conflitos com a fauna apoiam estratégias de conservação na medida em que seus problemas são considerados e suas reivindicações atendidas. Do contrário, exercem o efeito oposto ao esperado, e qualquer tema relacionado à conservação passa a ser malvisto (ROSEMBERG, 2005; LINNELL, 2015). Portanto, é importante que pesquisadores e gestores exercitem a política nas suas práticas. Sem estabelecer um diálogo simétrico e um entendimento honesto das circunstâncias locais, dificilmente se alcançam os objetivos propostos para a conservação.

A principal controvérsia no caso em questão trata do conflito de interesses entre os atores humanos. Há um embate que envolve principalmente os abates de onças, que na visão dos ribeirinhos são, na maior parte das vezes, a resolução de um problema de segurança e na visão de

ambientalistas uma crueldade injustificada. A relação entre onças e povos da floresta, que pode ser resumida como uma competição (na acepção ecológica da palavra) por espaço e recursos, passou nas últimas décadas a ser mediada por novos atores. Leis, estratégias de conservação e uma opinião pública preservacionista intervêm nessa relação e condenam com veemência abates de onças sem entender seu contexto, o plano de fundo que envolve a convivência com esses animais. A despeito das leis, essa competição continua resultando em abates de onças em retaliação aos danos causados pela convivência com esse animal, mas agora o ribeirinho está sujeito às penalidades da lei e ao estigma que a opinião pública urbana ocidental delega a quem comete tal ato.

Para se estabelecer um cenário democrático, a construção do conhecimento sobre o tema deve se dar em conjunto entre as partes divergentes, deixando as representações de fora da mesa de negociações. Ao buscar soluções para o conflito, os “fatos” científicos e os medos e angústias dos ribeirinhos devem estar em um mesmo plano. Afinal, conhecer a probabilidade estatística de ser atacado por uma onça não faz com que o medo de um ataque desapareça. Hurn (2009) apresentou alguns exemplos de estudos que demonstraram que o medo de grandes felinos é desproporcional aos casos de ataques, mas ressaltou que “meros fatos não podem competir com a percepção”. Partindo do princípio de que “o real não é indiscutível, o fato é controvertido e fabricado coletivamente” (LATOUR, 2012), para admitir

um mundo comum as partes devem assumir as controvérsias e entrar em negociações e acordos de forma democrática. De modo que eventualmente fatos científicos podem ser postos em cheque e o imaginário sobre onças pode ser considerado.

Portanto, para pôr em movimento essas práticas é preciso que os ribeirinhos estabeleçam um canal de comunicação com os demais actantes humanos e que os profissionais da conservação tomem ciência da importância do diálogo simétrico e procurem estar qualificados para incorporar a política nas suas ações. Não uma política impregnada da concepção moderna ocidental, subsidiada por verdades científicas estabelecidas a priori, mas antes uma política democrática, que consulte os envolvidos a despeito de seu aparato de leitura do mundo. Como pontuou Viveiros de Castro (2007), “uma boa política é aquela que multiplica os possíveis, que aumenta o número de possibilidades”.

O protagonismo das populações afetadas e o enfoque interdisciplinar dos cientistas aproximam as iniciativas do tratamento democrático do conflito com a fauna. Um importante passo a ser dado para a construção do mundo comum é a incorporação pelos pesquisadores brasileiros das práticas de mitigação e manejo de conflitos já adotadas em outros países, e que podem facilmente ser acessadas pelas publicações de diversos grupos de pesquisa envolvidos com esse tema (como por exemplo: TREVES et al., 2003; MADDEN, 2004; TREVES et al., 2006; DICKMAN, 2010; LINNELL, 2013). Para tanto é preciso substituir a

Ciência pelas ciências. Considero essa mudança na abordagem do tema por pesquisadores e gestores medida necessária para estabelecer um cenário democrático na gestão do conflito com a fauna.

Referências

ARCHABALD, K.; NAUGHTON-TREVES, L. Tourism revenue-sharing around national parks in Western Uganda: early efforts to identify and reward local communities. *Environmental Conservation*, v. 28, n. 02, p. 135–149, 2001.

DICKMAN, A. Complexities of conflict: the importance of considering social factors for effectively resolving human–wildlife conflict. *Animal Conservation*, 13, p. 458–466, 2010.

DORNELES, P.R. et al. Using top predators and DR-CALUX to screen coastal environments from three different Brazilian regions for dioxins and related compounds. *Organohalogen Compounds*, v. 76, p. 1387–1390, 2014.

FERNANDES-FERREIRA, H.; ALVES, R. R. N. Legislação e mídia envolvendo a caça de animais silvestres no Brasil: uma perspectiva histórica e socio-ambiental. *Gaia Scientia*, 8 (1) 01–07, 2014.

FRANK, L.; SIMPSON, D.; WOODROFFE, R. Foot snares: an effective method for capturing African lions. *Wildlife Society Bulletin*, 31:309–314, 2003.

HEMSON, G. et al. Community, lions, livestock and money: A spatial and social analysis of attitudes to wildlife and the conservation value of tourism in a human–carnivore conflict in Botswana. *Biological Conservation*, v. 142, n. 11, p. 2718–2725, 2009.

HURN, S. Here be dragons? No, big cats! Predator symbolism in rural West Wales. *Anthropology Today*, 25 (1), p. 6–11, 2009.

KONH, E. How forests think: toward as Anthropology beyond the human. California: University of California Press, 2013.

LATOUR, B. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, B. A Esperança de Pandora – ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001.

LATOUR, B. Políticas da natureza. Como fazer ciência na democracia. Bauru, SP : Edusc, 2004.

LATOUR, B. Reagregando o social – uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012.

LINNELL, J. From conflict to coexistence: Insights from multi-disciplinary research into the relationships between people , large carnivores and institutions. Istituto di Ecologia Applicata with the assistance of the Norwegian Institute for Nature Research/IUCN/SSC Large Carnivore

Initiative for Europe, 2013.

LINNELL, J. Dialogue to reduce conflicts. *Carnivore Damage Prevention*. 11, p. 1-3, 2015.

LORENZANA, G.; HEIDTMANN, L.; HAAG, T.; RAMALHO, E.; DIAS, G.; HRBEK, T.; FARIAS, I.; EIZIRIK, E. . Large-scale assessment of genetic diversity and population connectivity of Amazonian jaguars (*Panthera onca*) provides a baseline for their conservation and monitoring in fragmented landscapes. *Biological Conservation*, v. 242, p. 108417, 2020.

MACEDO, J. et al. Conflito entre felinos silvestres e populações tradicionais na Amazônia. In: J. C. MACHADO (ed.). *Animais na sociedade brasileira - práticas, relações e interdependências*. Rio de Janeiro: e-papers, pp. 117–162, 2013.

MACEDO, J. Ameaça ou ameaçada? A relação entre onças (*Panthera onca* e *Puma concolor*) e moradores das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã na Amazônia. Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 280. 2015

MADDEN, F. Creating Coexistence between Humans and Wildlife: Global Perspectives on Local Efforts to Address Human-Wildlife Conflict. *Human Dimensions of Wildlife*, v 9, n. 4, p. 247 — 257, 2004.

MENDES, J. M. Pessoas sem voz, redes indizíveis e grupos descartáveis: os

limites da teoria do actor-rede. *Análise Social*, v. XLV, p. 447–465, 2010.

MOURA, E. A.; NASCIMENTO, A. C. S.; CORRÊA, D. S. S. Censo Demográfico da RDSA. Tefé: IDSM, 2015. (Banco de Dados)

NARAHARA, K. L. O quebrar castanha e o criar gado em um seringal acreano. *Campos*, v. 13, n. 1, p. 61–79, 2010.

NASSAR, P. M. Viabilidade do ecoturismo científico com onça-pintada na Reserva Mamirauá, Amazônia. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 80f, 2013.

PERALTA, N. et al. Renda doméstica e sazonalidade em comunidades da RDS Mamirauá, 1995-2005. *Uakari*, v. 5, n. 1, p. 7-19, 2008.

RAMALHO, E.E. Jaguar (*Panthera onca*) population dynamics, feeding ecology, human induced mortality, and conservation in the várzea floodplain forests of Amazonia. Tese de doutorado – Universidade da Florida, p. 195, 2012.

RODRIGUES, L. G.; RICHERS, B. T. T.; ARAÚJO, A. L. O. Livestock raising in the Amanã Sustainable Development Reserve, Amazonas state. *Uakari*, Tefé, v.9, n.1, p.7-24, 2013.

ROSA, João Guimarães. Meu tio o lauaretê. In: *Estas Estórias*. 5º Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROZEMBERG, B. Conflito entre interesses agrícolas e ambientalistas nas localidades rurais de Nova Friburgo, Rio de Janeiro. In: MINAYO, M.C.S.;

COIMBRA JR., C.E.A. (Orgs.). Críticas e Atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 531-548, 2005.

SÁ, G. No mesmo galho – Antropologia de coletivos humanos e animais. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

SILVEIRA, D. S. Redes sociotécnicas, práticas de conhecimento e ontologias na Amazônia: tradução de saberes no campo da biodiversidade. Tese de doutorado. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Brasília, p. 489, 2011.

SILVER, S. et al. The use of camera traps for estimating jaguar *Panthera onca* abundance and density using capture/recapture analysis. *Oryx*, 38, 148-154, 2004.

STREMEL, A.; PERALTA, N.; LIMA, D. Uma análise socioeconômica da RDSM com base nos indicadores de renda e patrimônio doméstico. Livro de resumos do 9º Seminário Anual de Pesquisa do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Tefé: IDSM/CNPq 2012. p. 124, 2012.

SÜSSEKIND, F. O rastro da onça – relações entre humanos e animais no Pantanal. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2014.

TREVES, A.; KARANTH, K.U. Human-carnivore conflict and perspectives on carnivore management worldwide. *Conservation Biology*, v. 17, n.6, p. 1491-1499, 2003.

TREVES, A. et al. Co-managing human-wildlife conflicts: a review. *Human Dimensions of Wildlife*, v. 11, n. 6, p. 1-14, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Encontros – a arte da entrevista. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.

NOTAS

Capítulo 15

87 Esse texto é uma versão modificada do artigo "A rede sociotécnica na relação entre ribeirinhos e onças (*Panthera onca* e *Puma concolor*) nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável Amanã e Mamirauá no Amazonas", publicado no periódico *Desenvolvimento e Meio Ambiente* v.35, p. 287-303, 2015.

88 Tradicionalmente o foco dos etnógrafos são povos "primitivos" ou minorias excluídas que eles não reconhecem como "iguais", sendo em contrapartida denominados como "outros". Como pontuou Viveiros de Castro (2010), "Antropologia é o estudo do homem, mas, ao mesmo tempo, do homem mais diferente possível daquele que enuncia o discurso da Antropologia: o selvagem, o primitivo."

89 De acordo com Latour (2004), a expressão designa "o resultado provisório da unificação progressiva das realidades exteriores". Compor o mundo comum é caminhar na direção de admitir que o mundo é mais do que plural ou diverso, é comum a todos seus habitantes, sejam eles humanos ou não-humanos, cientistas ou "leigos".

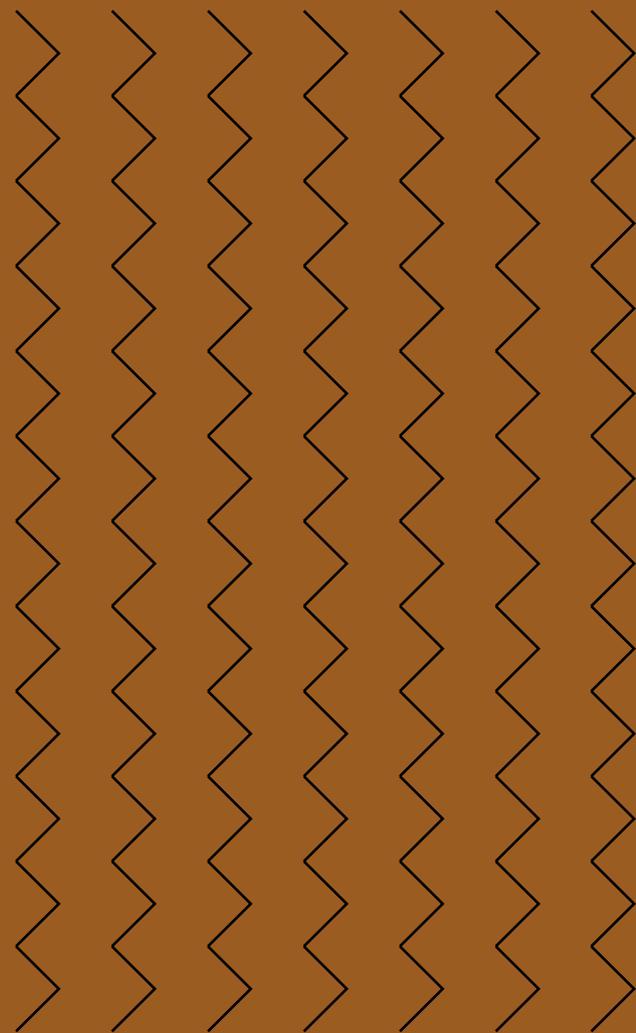
90 Muitos ribeirinhos e mesmo analistas ambientais desconhecem que não é crime abater um animal silvestre em caso de ataque (MACEDO, 2013).

- 91 As construções são feitas sobre palafitas, por isso sempre há um espaço em baixo das casas, onde é comum que animais se abriguem.
- 92 Agente Ambiental Voluntário é uma categoria criada pelo IBAMA, voltada para a fiscalização e educação ambiental de base comunitária, feita voluntariamente por moradores habilitados.
- 93 Embora tenha conversado com muitas crianças moradoras das Reservas, seus relatos não foram incorporados ao banco de dados de monitoramento de conflito, a não ser que fossem recontados por um adulto.
- 94 Disponível no endereço eletrônico <http://uakarilodge.com.br/pt-br/jaguar/>, acessado em 01/04/2015.
- 95 A isca era composta de uma mistura de ovo cru com sardinha em conserva.
- 96 Cauaçu (*Calathea lutea*) é a planta da onde se retira a fibra para produção de diversos objetos, como cestarias, peneiras e tupés (LEONI & COSTA, 2013).
- 97 Bote de alumínio com motor de popa.
- 98 Mamirauá foi inicialmente Estação Ecológica, passando depois à categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável.
- 99 A comunicação entre as 10 bases de campo e a sede do IDSM era feita exclusivamente via rádio, hoje as bases de campo já contam com internet.
- 100 Latour faz uma distinção entre Ciência com C maiúsculo e ciências, onde a primeira representa, entre outras coisas, a Ciência como uma verdade pronta e aceita por seus seguidores, enquanto a segunda representa o conhecimento em construção, com todas as suas controvérsias.

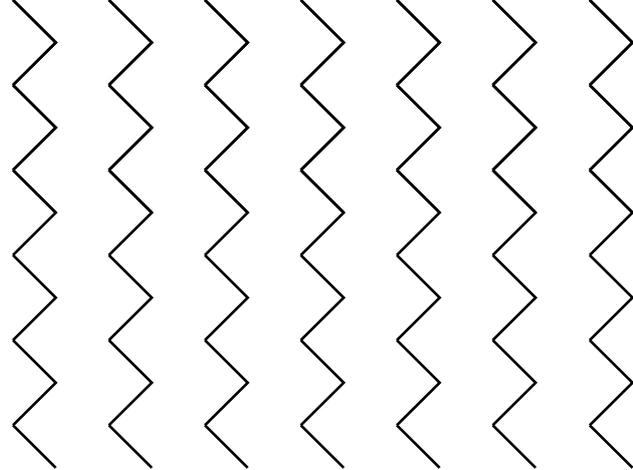
Ecologias: A natureza entendida a partir de diferentes cosmovisões

Gustavo Arantes Camargo
Rafael Nogueira Costa

16.



Introdução



[...] e assim nos tornamos como que senhores e possesores da natureza.
O discurso do método (Descartes, 1996).

O completo domínio da natureza não é provavelmente possível, e seria de qualquer forma muito precário, ou instável, uma vez que o homem é um heterótrofo muito “dependente” que vive “alto” na cadeia alimentar.
Fundamentos da ecologia (Odum, 2001).

De modo que, para nós, os espíritos xapiri são os verdadeiros donos da natureza. A queda do céu (Davi Kopenawa e Bruce Albert, 2015).

Os trechos citados na epígrafe deste texto nos auxiliam a observar diferentes maneiras de pensar e viver a natureza. Quando falamos aqui em cosmovisão, não estamos nos referindo apenas a crenças e costumes, mas, sobretudo, a maneiras de se relacionar com os outros e com o mundo, a partir da construção de diferentes culturas.

Para Austin (1995, p. 215), pesquisador da cosmovisão mesoamericana e de povos indígenas, a cosmovisão produz pensamentos e crenças que condicionam a própria percepção da realidade e orientam a ação sobre ela.

O objetivo deste capítulo é pensar as diferentes concepções de natureza formadas, a partir de duas cosmovisões distintas, a saber, a cosmovisão ocidental, representada, nesse contexto, pelos pensamentos de René Descartes e Eugene Odum, e a cosmovisão Yanomami, pensada a partir de Davi Kopenawa e Bruce Albert. Em seguida, problematizamos seus desdobramentos para a conservação ambiental. Ao final, analisamos brevemente três filmes que acreditamos exemplificar diferenças importantes entre as duas cosmovisões apresentadas: Ser Tão Velho Cerrado (André D’Elia, 2018), O Amigo do Rei¹⁰¹ (André D’Elia, 2019) e Como fotografei os Yanomami (Otavio Cury, 2018).

A primeira cosmovisão é a que se apresenta no Discurso do método de René Descartes (1596 - 1650) e pode ser denominada como cosmovisão ocidental. Descartes é considerado por muitos como “o fundador da filosofia moderna” (REALI; ANTISSERI, 2004). Sem entrar em debates minuciosos, entenderemos por filosofia moderna a filosofia que se desenvolve na Europa, a partir do século XVII, em

consonância com a revolução científica desenvolvida na mesma região e no mesmo período.

Interessa-nos, para efeito deste trabalho, apenas a concepção de natureza presente no Discurso do método. Nessa obra, o autor francês apresenta alguns princípios filosóficos do que viria a ser o método científico que, naquele momento, encontrava-se em desenvolvimento inicial. Longe de detalhar o método científico pronto e acabado, como comumente a ingenuidade imagina, a referida obra aponta princípios fundamentais de filosofia os quais retratam a mudança no paradigma do conhecimento então em curso. Se, antes, a autoridade da Igreja e da filosofia Escolástica se encontravam no centro da determinação sobre a verdade, no mínimo, a partir de Copérnico, essas certezas são abaladas.

Será justamente, a partir da dúvida hiperbólica e, motivado pela busca da certeza, que Descartes entenderá a necessidade de um método para guiar o pensamento rumo ao conhecimento. O filósofo não formula o método científico, muito menos de forma integral. Negando a experiência sensível, por exemplo, sua filosofia aponta mais para a dedução e análise que para um método experimental.

O cientista que ler o Discurso do método poderá ficar desapontado, ao ver o método científico ser resumido em quatro princípios gerais, quais sejam: i) a evidência, não aceitar nada como verdade que não seja evidentemente reconhecida como tal; ii) dividir o todo em partes; iii) conduzir o pensamento do simples ao composto e, por fim; iv) enumerar e fazer revisões de tudo o

que foi feito para nada omitir (DESCARTES, 1996, p. 23).

É importante lembrar que o objetivo de Descartes é fundamentar filosoficamente o conhecimento científico nascente que se mostra muito mais certo e verdadeiro do que as especulações filosóficas vigentes como verdade à época na Europa.

Não sem propósito, Descartes inicia seu pensamento duvidando de tudo. Nada é verdadeiro, nem nossas crenças, nem valores, nem as impressões dos sentidos. Nossos sentidos podem nos enganar e não são, pois, confiáveis. Assim também os sonhos, nos quais, muitas vezes, estamos sonhando, mas acreditamos que aquilo seja real. O oposto seria, então, possível, posso estar sonhando agora e achar que vivo uma realidade. Que me provaria o contrário?

Sendo assim, Descartes duvida de tudo. Descobre que só não pode duvidar de que duvida e, para que duvide, é preciso que exista, pois somente de algo que exista se pode duvidar e pensar. Assim, chega à primeira certeza de sua filosofia: "Se penso, logo existo". Esse é o primeiro princípio da filosofia que buscava a primeira certeza, a partir da qual poderá pensar a segunda e, assim, sucessivamente.

Uma vez constatada sua existência, a partir do pensamento, Descartes procura a essência daquilo que ele é. Observando que poderia pensar que nada no mundo existisse, mas que, mesmo neste caso, não poderia parar de pensar, dirá que o pensamento possui uma natureza distinta e mais real que as coisas materiais. Concluirá que este "eu" que pensa é uma pura

substância pensante, independente do corpo. Separa-se assim a mente do corpo.

A partir disso, tenta formular uma regra geral para saber se uma proposição é verdadeira. Na proposição que encontrou (penso, logo existo), o que lhe dá certeza da veracidade da proposição é que vê claramente que, para pensar, é preciso existir. (primeiro princípio do método). Dessa forma, toma como regra geral que as coisas que concebemos clara e distintamente são verdadeiras.

Por trás de toda essa metafísica, existe a tentativa de fundamentar o conhecimento nascente, leia-se científico, na razão e não na materialidade dos corpos ou nos costumes. A proposta de Descartes é inequívoca; somente a pura racionalidade, cujo modelo é a geometria e a matemática, é capaz de dar a certeza necessária ao conhecimento. Para tanto, é preciso que o sujeito do conhecimento exista e seja puramente racional. Por mais que aceite que os sujeitos de carne e osso existam, entende que a racionalidade pura é o que deve comandar o processo de conhecimento.

Essa concepção metafísica do sujeito do conhecimento, por mais estranha que possa parecer, tem desdobramentos evidentes que até hoje estão presente no cotidiano. Por exemplo, pensamos na separação que mantemos entre o pensamento e o corpo, tanto em nosso método de ensino, em que o corpo parado é a forma ideal de aprendizagem, ou quando desejamos uma universalidade ao conhecimento que só pode ser aceita se ignorarmos

os corpos e as culturas que engendram diferentes cosmovisões.

Descartes busca, para a filosofia, a mesma legitimidade da ciência de Galileu. Assim, uma noção geométrica e matemática da natureza torna-se a sua única compreensão aceita. A natureza será vista como puro mecanismo e será assemelhada a uma máquina.

A exigência (implícita) de um isomorfismo entre um sistema relacional numérico, com a propriedade de aditividade (velocidade e comprimento), e um sistema empírico relacional de noções físicas (movimento físico e distância) oferece o princípio básico para o desenvolvimento da concepção cartesiana ontológica da natureza. A exigência de se empregar, na teoria física, conceitos mensuráveis e expressáveis em linguagem algébrica acaba por levá-lo a construir, e a estabelecer como legítima, uma natureza mecânica do mundo (CHIAPPIN, 2013, p. 275).

O desdobramento da concepção mecanicista da natureza em um objeto a ser manipulável pelo ser humano não precisou da Revolução Industrial para se materializar. Está presente no próprio Discurso do método:

[...] é possível chegar a conhecimentos muito úteis à vida, e que, ao invés dessa filosofia especulativa ensinada nas escolas, pode-se encontrar uma filosofia prática, mediante a qual, conhecendo a força e as ações do fogo, da água, do ar, dos astros, dos céus e de todos os outros corpos que nos rodeiam, tão distintamente como

conhecemos os diversos ofícios de nossos artesãos, poderíamos empregá-las do mesmo modo em todos os usos a que são adequadas e assim nos tornamos como que senhores e possesores da natureza¹⁰² (DESCARTES, 1996, p. 69).

Por mais que se possa alegar ingenuidade ao filósofo francês, não vemos como negar que a imagem mecanicista da natureza presente na filosofia cartesiana que serve de base, para a ciência moderna, desdobra-se necessariamente, na ideia de que o ser humano seria capaz de se assenhoreá-la e coordená-la.

Essa é, por fim, a principal dicotomia para a qual queremos chamar a atenção, neste cenário, a separação ontológica entre o ser humano e a natureza, entre sociedade e natureza ou entre cultura e natureza. É da ideia de que essa separação é possível que decorre a compreensão de que podemos dominá-la e que somos capazes de modificá-la indefinidamente sem que isso tenha um efeito retroativo sobre a humanidade.

Se a dicotomia humano/natureza está na base filosófica da ciência, a própria ciência da natureza hoje, aqui representada pela “ecologia de Odum”, luta para modificar essa compreensão.

A ideia do ecossistema e o entendimento de que a humanidade é uma parte de, e não está desligada de ciclos ‘biogeoquímicos’ complexos, com um poder crescente de modificar os ciclos, são conceitos básicos da ecologia moderna e também pontos de

vista da maior importância para os assuntos humanos em geral (ODUM, 2001, p. 54).

Boa parte do desenvolvimento social, econômico, mas também científico da sociedade ocidental, está calcado na ideia filosófica equivocada de que o ser humano não faz parte da natureza e dela pode se assenhorear. A atuação desta ideia, em nossas vidas, ocorre da mesma maneira que as demais ideias filosóficas, em geral, em nossa sociedade, de uma maneira inconsciente e imaginária. Todas as pessoas, mesmo que não pensem a respeito, são educadas e constituídas dentro de culturas que expressam cosmovisões distintas, isso significa que suas ações são condicionadas a partir de ideias, mesmo que não percebam quais são essas ideias. A separação entre humanidade e natureza é facilmente perceptível, em qualquer nível da sociedade ocidental, desde o tratamento dado aos animais até o entendimento da natureza como recurso natural.

Entretanto o ecólogo Odum nos faz a pergunta: “Hoje em dia a questão poderá ser colocada como se segue: Até que ponto a constante dificuldade sentida pelo homem com a deterioração dos ambientes não resulta do fato de sua cultura ter realmente tido a ser independente do ambiente natural”? (ODUM, 2001, p. 813). Essa independência, vimos, está na base filosófica do pensamento moderno que, por sua vez, sustenta nosso conceito de ciência.

Integrar a ideia de humanidade à ideia de natureza não é tarefa fácil. Colocar o ser humano como mais um

elemento dessa ecologia não é suficiente, pois os seres humanos são diferentes e múltiplos. Assim como a ideia de natureza, a de humanidade também depende de cosmovisões específicas. O respeito à totalidade de expressões da vida humana, chamadas aqui de cultura, é algo que precisa ser considerado.

Em contraponto à cosmovisão ocidental, adentraremos brevemente, na cosmovisão Yanomami, apresentada por Davi Kopenawa e Bruce Albert, no livro *A queda do céu e problematizaremos a ideia ocidental de natureza a partir desta cosmovisão*¹⁰³. Para os Yanomami, não há uma divisão entre natureza e sociedade, ou entre humanidade e natureza. Os Yanomami são, assim como os animais, plantas e montanhas, parte da natureza. Na verdade, sendo rigoroso com o pensamento, a própria ideia de natureza não está presente inicialmente na cosmovisão Yanomami, pois, se não há separação ontológica entre os seres, o que viria a ser natureza? Essa palavra aparece no discurso de Kopenawa apenas a partir de seu contato com o branco.

O que eles chamam natureza é, na nossa língua antiga, Urihi a, a terra-floresta, e também sua imagem, visível apenas para os xamãs, que nomeamos Urihinari, o espírito da floresta. É graças a ela que as árvores estão vivas. Assim, o que chamamos de espírito da floresta são as inumeráveis imagens das árvores, as das folhas que são seus cabelos e as dos cipós. São também as dos animais e dos peixes, das abelhas, dos jabutis, dos lagartos, das minhocas e

até mesmo as dos grandes caracóis warama aka. A imagem do valor de fertilidade në roperi da floresta também é o que os brancos chamam de natureza. Foi criada com ela e lhe dá sua riqueza. De modo que, para nós, os espíritos xapiri são os verdadeiros donos da natureza, e não os humanos (KOPENAWA e ALBERT, 2016, p. 475).

Kopenawa declara que, no passado, não havia diferença entre animais e humanos. Na verdade, ainda não há essa diferença. Os animais que vemos hoje foram humanos no passado e se transformaram, mas sua essência permanece em forma de imagem e é um ancestral humano. Há uma duplicação ontológica em que há o animal físico (pele de animal) e sua imagem ancestral (como uma essência), essa última é humana tanto quanto os Yanomami.

Todos os seres da floresta possuem uma imagem utupë. (...) São elas [essas imagens] o verdadeiro centro, o verdadeiro interior dos animais que caçamos. São essas imagens os animais de caça de verdade, não aqueles que comemos! (...) O guariba iro que flechamos nas árvores, por exemplo, é outro que sua imagem Irori, o espírito do guariba, que os xamãs podem chamar para si (KOPENAWA e ALBERT, 2016, p. 116).

Assim, os animais são ancestrais humanos em essência, mas modificados em um tempo passado, tendo se tornado os animais (pele de animais) como os conhecemos. Os animais da floresta (pele de animais) apenas

imitam as imagens de seus espíritos, mas não são o espírito do animal. Há, “na verdade”, uma triangulação ontológica, cuja animal que os humanos veem e caçam é apenas um “representante”¹⁰⁴ de sua imagem. Essas imagens são seu centro verdadeiro e não são caçáveis. Existe uma triangulação, que, além da pele do animal e das imagens ancestrais, essas tornam-se xapiri¹⁰⁵ e se comunicam com os Yanomami por meio dos rituais xamânicos. São essas imagens que, tornadas xapiri, os xamãs fazem descer em seus rituais. Um animal é, portanto uma pele de animal que vemos e podemos caçar, uma imagem espiritual ancestral que reúne todos os animais físicos em uma essência e também são xapiri e se comunicam com os Yanomami nos rituais xamânicos.

Há muito e muito tempo, quando a floresta ainda era jovem, nossos antepassados, que eram humanos com nomes de animais se metamorfosearam em caça. Humanos-queixada viraram queixadas; humanos-veados viraram veados; humanos-cutia viraram cutias. Foram suas peles que se tornaram as dos queixadas, veados e cutias que moram na floresta. De modo que são esses ancestrais tornados outros que caçamos e comemos hoje em dia (KOPENAWA e ALBERT, 2016, p. 117).

Assim, não faz sentido a separação entre humanos e animais. Tanto os animais são gente: “Os coatás, que chamamos paxo, são gente, como nós”, (Ibid., p. 473), assim como do ponto de vista dos animais, os humanos são

iguais a eles, “aos olhos deles, continuamos sendo dos deles” (Ibid., p. 473). A conclusão é precisa, ecológica e tem muito a ensinar aos brancos e à sua economia: “É por isso que não matamos caça sem medida” (Ibid., p. 475).

Já os xapiri “são as imagens dos ancestrais animais yaori que se transformaram no primeiro tempo” (Ibid., p. 111). Eles não estão acessíveis a um primeiro momento e nem para todos, “só os xamãs conseguem vê-los” (Ibid., p. 111) e, para tanto, “é preciso beber o pó de yãkoana durante muito tempo e que os nossos xamãs mais velhos abram os caminhos deles até nós” (Ibid., p. 111).

Esse processo é o equivalente ao estudo para os brancos. “Isso leva muito tempo. Tanto quanto os filhos de vocês levam para aprender os desenhos de suas palavras. É muito difícil. Contudo, quando faço dançar meus xapiri, às vezes, os brancos me dizem: ‘Não se vê nada! Só se vê você cantando sozinho! Onde é que estão seus espíritos? São palavras de ignorantes’” (Ibid., p. 112). Se, para os brancos, o estudo das ciências da natureza é uma forma de acessá-la, para os Yanomami, o caminho para se tornar xamã é o caminho para o acesso à essência da floresta.

Cabe a pergunta: Que é o real? Ou melhor, politizando a questão: quem tem o poder de definir o que é e o que não é o real?

É interessante notar como a abordagem, a partir de diferentes cosmovisões, põe a compreensão ocidental em curto circuito. Em nosso entendimento, esse curto circuito é fruto do caráter abissal do pensamento ocidental. Boaventura de Souza Santos traz o

conceito de pensamento abissal para caracterizar o pensamento moderno ocidental (SANTOS, 2009). O pensamento abissal se caracteriza por ser um sistema epistemológico, ontológico e político que se entende no poder de julgar e determinar o que é real e o que não é. Essas divisões invisíveis dividem a "realidade" em dois campos, em que um dos lados é considerado como inexistente, ou seja, não real. "Esta divisão invisível é a distinção entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais" (SANTOS, 2009. p. 24). Ao serem produzidas como irreais pelo pensamento abissal, tudo o que não é ocidental é excluído da própria concepção do real, dessa forma, temos um epistemicídio¹⁰⁶. "São abissais no sentido de que eliminam quaisquer realidades que se encontrem do outro lado da linha" (SANTOS, 2009. p. 26). Sendo assim, é apenas por ter a filosofia ocidental como único critério de veracidade e realidade que se pode julgar a cosmovisão Yanomami como irreal. O melhor ao branco seria dizer que ela lhe é inacessível. Ou assumir que a realidade é plural.

Mesmo assim, podemos afirmar que a cosmovisão Yanomami se pauta por uma lógica não dicotômica daquilo que o ocidente chama de natureza. Ao lermos sua cosmovisão, podemos perceber que a ciência cartesiana nunca poderá acessá-la. Tratam-se de cosmovisões incomensuráveis.

Entretanto é interessante notar também que a cosmovisão Yanomami, ao nunca separar a humanidade da natureza, desde sempre foi uma verdadeira ecologia. Kopenawa assinala que os Yanomami sempre cuidaram da

floresta. O fato de que as suas principais ameaças a ela decorram da ação do homem branco e o fato de que os Yanomami, que ali habitam há muito tempo, provam essa tese. Assim, Kopenawa pode observar que "Omama¹⁰⁷ tem sido, desde o primeiro tempo, o centro das palavras que os brancos chamam de ecologia" (KOPENAWA e ALBERT, 2016, p 479).

Na floresta, a ecologia somos nós, os humanos. Mas são também, tanto quanto nós, os xapiri, os animais, as árvores, os rios, os peixes, o céu, a chuva, o vento e o sol! É tudo o que veio à existência na floresta, longe dos brancos; tudo o que ainda não tem cerca. As palavras da ecologia são nossas antigas palavras, as que Omama deu a nossos ancestrais. Os xapiri defendem a floresta desde que ela existe. Sempre estiveram do lado de nossos antepassados, que por isso nunca a devastaram. Ela continua bem viva, não é? Os brancos, que antigamente ignoravam essas coisas, agora estão começando a entender. É por isso que alguns deles inventaram novas palavras para proteger a floresta. Agora dizem que são a gente da ecologia porque estão preocupados, porque sua terra está ficando cada vez mais quente (KOPENAWA e ALBERT, 2016, p. 48).

O fim da natureza nos filmes Ser Tão Velho Cerrado e O Amigo do Rei

Nesta seção, refletimos sobre os filmes Ser Tão Velho Cerrado (André D'Elia, 2019) e O Amigo do Rei (André D'Elia, 2019). O filme Ser Tão Velho

Cerrado é um documentário que analisa os impactos socioambientais no cerrado brasileiro, um Bioma fundamental para a saúde dos brasileiros e brasileiras e para a manutenção de inúmeras formas de vida.

Após uma sequência de imagens aéreas e da natureza exuberante do Cerrado¹⁰⁸, somos apresentados ao Altair Sales Barbosa (antropólogo e geólogo, especialista no Cerrado), que discursa sobre o tema:

O Cerrado é a mais antiga das formações ambientais da história moderna do planeta Terra. O Cerrado se concretizou totalmente, na sua formação atual, com todos os ambientes a 45 milhões de anos (Altair Sales Barbosa, antropólogo e geólogo, Ser Tão Velho Cerrado, 2').

Nos primeiros minutos do filme, somos conduzidos a compreender a importância do Bioma Cerrado, que é apresentada pela fala de especialistas. Em seguida, o pesquisador insere o assunto "potencial farmacológico", que é seguido de uma narrativa que confere a utilização de sua flora para fins medicinais. "Sabão pra cura de fruta, remédios medicinais, vermífugo caseiro, expectorante ... tudo com erva", explica uma conhecedora das plantas do Cerrado. Imagens da biodiversidade e a fala de pesquisadores e de gestões ambientais do ICMBio apresentam "esse ser tão velho":

Esse ser tão velho, recebeu muito recentemente, a pouco milhares de anos, a visita, que não foi uma visita, que esse ser tão novo veio para ficar.

Esse ser tão novo é o homem e a presença do homem ... (Fernando Tatagiba, Chefe do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, 5').

Barulho! Árvore tolhida em sua base. Monocultura e queimada. Cinquenta por cento já foram eliminados, salienta a pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB), o que resta está distribuído em "pequenas manchas que são as unidades de conservação", complementa outro pesquisador.

"O ser tão velho" é um híbrido de natureza e cultura, palco para o maior quilombo do Brasil, Quilombo Kalunga. Os kalungas discursam sobre os seus conhecimentos ancestrais e apresentam com orgulho os frutos da terra e o poder das sementes crioulas. Atores no estúdio narram, após uma sequência de imagens, a situação desse povo:

São trezentos e cinquenta anos fugindo pelo sertão, foram cassados impiedosamente, inclusive pelo mercenário Lampião. Depois de tanta injustiça questionar o direito territorial quilombola é racismo. Comendo raiz de pau, resistiram e resistem, até hoje. É a África, no coração do Brasil (Depoimento de atores no filme Ser Tão Velho Cerrado, 19').

Frutas do Cerrado e os conhecimentos dos kalungas, o conhecimento que emerge da terra, das plantas. Resgate alimentar e ancestralidade em choque com o garimpo. Atividades mineradoras, garimpos de ouro e de cristal fazem parte de uma corrida e exploração muito presentes no local. Os moradores se dividem entre os exploradores

“colonizadores”) e os “condenados”, nos termos de Franz Fanon.

O efeito esponja das raízes que se infiltram no solo, fazem brotar as vidas da água a qual é mais um ponto de interesse do filme. Didaticamente, é apresentado a importância da vegetação para o ciclo hídrico. Correntão: dois tratores arrastam uma corrente, que derruba as árvores do cerrado, denuncia o filme.

André D’Elia, cineasta e diretor do filme, em um determinado momento, posiciona-se à frente da câmera, invertendo o eixo de filmagem. Diante da sua câmera, faz uma acusação e revela uma suposta relação entre poder público e dominação da natureza: “Existem denúncias muito evidentes que pertencem ao pai do governador do Estado de Goiás”, afirma o diretor. É acionado um modo de apresentação de diálogos, muito comum no meio jornalístico, áudios seguidos de transcrição sustentam a declaração do cineasta. Na sequência, o governador do Estado de Goiás faz uma declaração à mídia local e declara não saber.

Soja. Mais uma ameaça constante nesse cenário de exuberância. No “caminho do cerrado”, duas mulheres se colocam nuas, numa intervenção com o objetivo de denunciar o avanço do agronegócio.

A partir daí, observamos um conflito de narrativas e os seus jogos de interesses, evidencia-se a “ganância”. A técnica no lugar da natureza: exploração e passivo ambiental. A colonização continua. O filme põe em choque distintas cosmovisões. As estratégias de sustentação dessas cosmovisões são desproporcionais, o jogo de poder

está concentrado nas mãos dos “colonizadores do cerrado” (concentradores fundiários” e empresas multinacionais) que atuam na “guerra das sementes” (transgênicas versus crioulas). Em Mato-piba, menos de 0,5% da população concentra 60% da riqueza, enquanto 80% da população é considerada muito pobre (famílias com uma renda mensal inferior a setecentos reais), adverte o filme.

O palco de um dos principais atritos no filme é o conselho da APA de Pouso Alto. Os cowboys estão em ação, alterando a composição do conselho em favor do agronegócio. Estratégia utilizada também pelo Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, para facilitar sua atuação contrária à conservação da natureza e abrir a porteira para a “boiada passar”¹⁰⁹. Sem luta, ninguém vai comer fruta.

O filme O Amigo do Rei é uma mistura entre ficção e documentário e retrata um dos maiores crimes socioambientais da história do Brasil. Ele revela os bastidores da exploração de minério em Minas Gerais, ao escavar os detalhes do rompimento da barragem que despejou, no ano de 2015, mais de 30 milhões de metros cúbicos de rejeitos no rio Doce até a sua foz, em Regência, litoral do Espírito Santo. No filme, a natureza está posta num balcão de negócio.

A obra foi construída, como parte do projeto de informação ambiental, intitulado “mar de lama nunca mais”¹¹⁰. O fio condutor da história é o deputado federal Rey Naldo (Luciano Chirolli). É ele quem conduz a natureza para dentro do Congresso Nacional e a coloca no centro da política. Uma

natureza à venda, disputada, escavada e explodida.

Um filme com distintas cosmovisões. Identificamos, em trechos do filme, o discurso de Descartes, quando a natureza – lida como rio, minérios, água e florestas – é expropriada até a exaustão. Também é possível identificar a ecologia de Odum – quando é apresentada a perspectiva sistêmica das bacias de drenagem, por meio de narrativas de cientistas e das pessoas que foram atingidas pelos rejeitos de minério, ao longo do trajeto do rio Doce.

Além dessas cosmovisões, *O Amigo do rei* apresenta cosmovisões outras, como a “leitura de mundo” – nos termos de Paulo Freire – dos pescadores e das famílias que passaram por uma experiência traumática. As diferentes narrativas revelam como o mesmo rio é significado de maneira distinta, como a cosmovisão do povo Krenak, que considera esse ecossistema como um ser vivo, ou seja, para esse grupo, o rio é seu avô.

Na parte ficcional, o filme constrói a imagem do deputado Rey Naldo, um articulador político em favor das mineradoras. O deputado é um fanfarrão, machista e debochado que trabalha na venda da natureza e ironiza as vítimas do crime-desastre em passagens surreais. Em sua rotina de trabalho, os elementos que constroem a figura do representante da sociedade patriarcal estão presentes: restaurantes luxuosos, terno, gravata e colarinho branco, uma secretária (que faz o papel de sedutora e submissa) e festas, onde são decididos os caminhos da dominação da natureza.

Na parte documental, *O Amigo do rei* apresenta relatos das pessoas atingidas pela lama tóxica. São depoimentos que caracterizam com detalhes o episódio que transformou completamente a vida das pessoas. As casas foram tomadas pelo rejeito de minério. Em cima da lama, os personagens se emocionam ao visitar o local das suas casas e as suas memórias. “A gente vai viver com esses pensamentos pelo resto da vida, só quando a gente morrer que vai ficar livre desses pensamentos. É muito difícil de lembrar dessa história”, comenta um morador atingido pela lama.

Além dos depoimentos dos atingidos, o filme apresenta o ponto de vista de cientistas e acadêmicos de várias áreas, que descrevem com minúcias o rompimento da barragem de rejeitos, o ritual administrativo do licenciamento ambiental e os impactos da atividade mineradora. Completam a narrativa polissêmica servidores da promotoria de justiça do Ministério Público de Minas Gerais, biólogos de uma empresa de consultoria, ex-funcionários da mineradora, integrantes da Pastoral da Terra, prefeitos de alguns municípios atingidos e aqueles que tiveram suas vidas modificadas de maneira negativa, os “condenados da terra”, para Franz Fanon ou “oprimidos” para Paulo Freire.

O filme traz também imagens de reuniões e audiências públicas, protestos e o percurso da lama tóxica. A lama que soterrou vidas humanas, sonhos, imaginações e reduziu drasticamente a capacidade de manutenção da biodiversidade, ao longo do seu trajeto, ao

transformar uma paisagem colorida num tapete laranja.

Em uma palestra, uma pesquisadora de um grupo independente explica que alguns compostos inorgânicos, como ferro, manganês, arsênio e chumbo, estão presentes, ao longo da bacia de drenagem atingida pela lama, com elevados níveis de concentração, muito além do permitido pela legislação. Por exemplo, o Manganês, segundo a pesquisadora, foi encontrado, ao longo da bacia de drenagem, a 1.000 vezes acima da concentração limite preconizada pela resolução CONAMA no 357 (BRASIL, 2005). A pesquisadora continua sua apresentação, para um auditório lotado, ao declarar que “todos esses metais tóxicos causam algum impacto à saúde humana e aos animais, também, que consomem essa água”.

Na sequência, duas pesquisadoras destrincham os problemas da presença desses metais pesados no corpo das pessoas. Dessa forma, podemos compreender a ecologia sistêmica de Odum. A interconexão entre uma série de organismos e elementos não vivos ele chamava de fatores bióticos e abióticos.

A ideia de integração é reforçada pela imagem da prefeita do município de Governador Valadares, que bebe a água da torneira, para mostrar que os serviços ecológicos, como o fornecimento de água, estão normalizados, passados alguns meses do evento. A teatralidade da prefeita é captada pela mídia tradicional, que, ao produzir a “peça publicitária”, exercerá a função de acalmar os ânimos dos moradores. Porém a farsa é desmentida,

em seguida, por uma mãe que carrega sua filha no colo e mostra as bolhas na perna da criança, que, segundo ela, surgiram após o consumo da água contaminada. O discurso do promotor de justiça do município de Governador Valadares, realizado em uma audiência pública, também reforça a ideia de contaminação da água, por alumínio principalmente e cita a portaria do Ministério da Saúde no 2.914 de 2011, que dispõe sobre os “procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para o consumo humano e seu padrão de potabilidade” (BRASIL, 2011).

[...] e ainda há um grande risco de que chuvas, quaisquer tipo de alteração na dinâmica do curso hídrico, possa de novo acarretar a piora da qualidade, turbidez, inclusive novos episódios de mortandade de peixes (Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais e Coordenador - O Amigo do Rei, 2019, 49’).

Logo após a fala do promotor, choalhos são balançados, penas e penachos apontam para uma transição na paisagem e na cosmovisão. A tinta preta na pele e a cor vermelha parecem sinalizar o estado de guerra. É o povo Krenak, que apresenta a sua cosmovisão na voz de uma das lideranças:

Como é que você vai imaginar um futuro, com um rio morto, num lugar que não tem água, suprido por caminhão pipa, enchendo a caixa d’água de plástico de água. Ninguém vive desse jeito! O nosso território está parecendo um campo de refugiados.

Eu costumo dizer que nós estamos refugiados dentro de casa. Agora vamos ficar recebendo suprimento, ração. Enquanto a empresa quiser, né? Porque eu não estou vendo nenhum investimento sendo feito para criar novas condições de sobrevivência na beira do rio (Ailton Krenak - O Amigo do rei, 2019, 50', grifo nosso).

Para o povo Krenak, o rio é sagrado. É uma outra cosmovisão que se apresenta, nem Descartes, nem Odum, uma cosmovisão ameríndia. Para eles, a água do rio é "viva e é vida" (Dejanira Krenak, Aldeia de Resplendor - O Amigo do rei, 2019, 51').

A ecologia apresentada por Odum pode ser vista no filme em várias passagens. Seja no discurso dos pescadores, que descrevem a diminuição dos peixes tanto, ao longo do amargo rio Doce, quanto na passagem para o litoral, que teve como ponto de diluição a Vila de Regência, no Espírito Santo. Nesse momento, o debate ecossistêmico levantado por Odum fica claro e evidente. Peixes, ostras, siris, pescadores, todos interligados.

Alguns cientistas tecem comentário, ao longo do filme, sobre as limitações do método científico preconizado por Descartes e ressignificado a partir de abordagens neopositivistas:

O nosso método de conhecimento não dá conta de interpretar o mundo como ele é, transdisciplinar. É um mundo complexo, em que todas as coisas estão interligadas. [...] Pela água eu posso fazer uma leitura do grau de desenvolvimento, espiritual e cultural daquela sociedade (Apolo

Heringer Lisboa - médico e ambientalista, 1h37').

Essa fragmentação científica, em disciplinas, ela é uma ferramenta artificial, a natureza não é separada (risos). A natureza é uma coisa só. Mas, como que a gente na nossa insignificância intelectual vai abordar uma coisa tão complexa, entendeu? Aí a gente tenta simplificar para poder começar a entender. Essas fronteiras que a gente cria, a gente tem que ter consciência, a gente criou ela. Para um determinado momento se decidir e romper essas fronteiras, né? (Dante Pavan - Biólogo, 1h39').

Porque a questão ambiental é transversal [...] a gente não pode tratar ela isoladamente (Ricardo Ribeiro Rodrigues, USP, 1h40').

Fora dessa cosmovisão apenas fica o choro, a raiva, as lutas, as músicas, as tradições, a praça, a Emanuele - agora estampada na camisa da avó, a identidade cultural, o álbum de casamento que ficou debaixo da lama, o sepultamento da história e o desespero das pessoas atingidas pela lama. Esse fato demonstra a limitação da cosmovisão ocidental, pois, mesmo quando tenta integrar-se à natureza, como é o caso de Odum em relação a Descartes, deixa de fora muito do que é necessário à vida. Como forma representacional, destacamos a fala de uma moradora, gravada em uma Audiência Pública, que conclama por justiça:

Como trabalhadores e como moradores dessa cidade, a gente não pode aceitar, qualquer coisa. A gente não pode passar um cheque em

branco para a empresa, porque a empresa quer se salvar. Ainda que isso represente o fim da natureza, do meio ambiente, de um rio inteiro, de uma fauna, flora, de pessoas, casas, de uma cidade inteira, de vilas inteiras (Moradora de Mariana (MG) em uma Audiência Pública - O Amigo do rei, 2019, 1h17', grifo nosso).

As duas cosmovisões no filme Como fotografei os Yanomami

Nesta seção, pensaremos como as duas cosmovisões em que estamos trabalhando aparecem no filme *Como fotografei os Yanomami* (Otavio Cury, 2018).

O filme nos apresenta a questão da saúde indígena, numa aldeia Yanomami, observada de pontos de vista distintos: dos agentes de saúde, enfermeiros e técnicos de enfermagem, assim como a entrevista de um Yanomami, Márcio, que é agente de saúde de sua etnia desde 2004. Além disso, podemos observar, a partir de um registro documental, a inauguração do primeiro posto de saúde indígena em terras Yanomami.

Márcio declara que: "Assim eu quero falar: lá na minha floresta é fria, lá não tem epidemia. Aqui na cidade tem gripes, diarreia e epidemias, é assim. Eu não tenho vontade de ficar na cidade, eu venho rapidamente para fazer umas compras e volto logo" (19'02"). "Eu gosto mesmo é da minha floresta saudável, eu moro perto das raízes das árvores, lá eu me sinto bem" (19'38").

Verificamos que muitas etnias indígenas têm que receber a visita de enfermeiros, para obter medicamentos

e cuidados médicos. Márcio relata que os técnicos, os agentes e os xamãs trabalham juntos (24'38"). Segundo ele, se os Yanomami não traduzirem sua língua, os brancos não entendem o que devem fazer. Essas visitas são necessárias, uma vez que o contato entre indígenas e brancos sempre trouxe inúmeras doenças para os primeiros. "O que chamamos de xawara são o sarampo, a gripe, a malária, a tuberculose e todas as doenças de brancos que nos matam para devorar nossa carne" (KOPENAWA; ALBERT, 2016. p. 366).

São doenças que as curas tradicionais não podem curar, uma vez que lhes são exteriores. "A xawara é muito difícil de combater, porque é rastro de outras gentes. Ela não vem da nossa floresta" (Ibid. p 369). Se não tivesse havido encontro, não haveria essas doenças e a necessidade dos enfermeiros. É importante marcar que os indígenas necessitam dos enfermeiros, porque foram submetidos ao contato com os brancos. Segundo Kopenawa, são as fumaças de epidemia xawara, vinda dos brancos, que causam as doenças.

É acompanhando os objetos dos brancos que acabam vindo se instalar em nossas casas, como convidados invisíveis. De modo que, para nós, as mercadorias têm valor de epidemia xawara. É por isso que as doenças sempre as seguem (Ibid. p. 368).

Mesmo centrado na questão da saúde, o nome do filme é o que aponta para o assunto de nosso debate. Em *Como fotografei os Yanomami*, as imagens dos Yanomami são, para nós, o

tema central, porque, para os grupos Yanomami, em sua grande maioria, as imagens das pessoas não devem ser registradas em fotos ou câmeras que as gravem para a eternidade. Esse tema é apresentado várias vezes ao longo do filme.

Uma técnica de enfermagem entrevistada nos relata que, quando um Yanomami morre, por exemplo, não se usa e nem se fala mais o seu nome (37'57"). Outro técnico explica que aquela pessoa não deve ser mais lembrada, pois isso traz muitos sofrimentos ao grupo (39'05"). Assim, as imagens eternizadas, em fotos ou filmagens, mantêm viva na aldeia a memória da pessoa morta, e isso não é visto de maneira positiva. A pergunta sobre como um cineasta filmou um grupo Yanomami é uma pergunta interessante, mas que infelizmente não aparece respondida no filme, o que nos causou certo desconforto.

Embora o filme se sustente em uma narrativa de denúncia das condições de saúde dos Yanomami, a análise que propomos aqui destaca o visível confronto entre cosmovisões, no qual o pensamento ocidental, não indígena, materializado, sobretudo, nas mãos de quem segura a câmera, sobrepõe-se. Pensamos que, ao fotografar os Yanomami, sem nos explicar como o fez, o diretor incorre no erro de colocar sua cosmovisão como dominante.

No momento 41'43", a câmera filma uma criança e uma mulher adulta na aldeia. Ao perceberem que estão sendo filmados à revelia, apontam para a câmera, mas, mesmo assim, a câmera continua filmando-os. Que isso nos dá a entender? Não sabemos se houve

uma conversa e acordo sobre a apropriação daquelas imagens, pois isso o filme não nos apresenta elementos para chegar a conclusões. A impressão que o espectador tem é a de uma filmagem sem autorização, que ignora e, de certa forma, fere o entendimento que os Yanomami têm sobre sua própria imagem.

A partir do minuto 46, Márcio explica com detalhes o entendimento Yanomami sobre a captura de imagens. E inclusive diz ao entrevistador:

É assim que nós Yanomami pensamos, quando um não indígena pega nossa imagem, a imagem de uma criança ou de uma pessoa idosa.

Assim como vocês estão fazendo, pegando a nossa imagem. Quando morrermos nossa imagem continuará, quando morrermos a nossa imagem não acabará (46'05").

Nós Yanomami não somos iguais a vocês, não indígenas. Quando uma pessoa morre, nós não ficamos olhando a sua imagem. Não gostamos de ver a imagem dos mortos (46'41").

As imagens que vocês pegam não acabam, elas permanecem e isso é ruim, isso nos faz sofrer. Por isso não queremos que vocês peguem nossas imagens (47'14").

Após esse relato, a câmera dá um close demorado em Márcio, que aparenta estar constrangido (48'30"). Qual é o significado desse close? Que o diretor quer nos mostrar capturando aquela imagem daquela forma? Diante da problemática que o próprio filme nos apresenta, qual é o sentido da captura

das imagens dessa maneira? Essa cena termina com um indígena filmando a câmera que o filma em resposta, como quem diz que também tem a imagem daqueles que os filmaram.

Para nós, o filme apresenta-nos o olhar da pessoa que não foi capaz de respeitar outras cosmovisões. Será que isso se deu pela dificuldade que temos em aceitar outras compreensões da realidade para além da nossa? Se, por um lado, o diretor do documentário explicita nas falas dos agentes de saúde suas dificuldades de relação com a cultura Yanomami, por outro, o próprio diretor faz o mesmo, ao deixar suas escolhas e planos de câmera explicarem a maneira pela qual fotografou os Yanomami. Será que ele não acredita no que os Yanomami lhe dizem sobre as imagens? Esse tipo de postura está presente nos métodos tradicionais de se fazer ciência?

Considerações finais

A filosofia que está na base da ciência moderna separa ser humano e natureza e entende que aquele deve dominar esta. Odum entende que essa compreensão é um dos obstáculos a serem superados pela ecologia. Ao mesmo tempo, vemos que uma cosmovisão indígena e mais antiga que a cartesiana já postulava essa união e pensava a natureza de forma integrada. Cabe a nós, “sujeitos embranquecidos historicamente”, então, em vez de achar que a universidade e o conhecimento ocidental têm tudo a explicar ao mundo, entendermos que outras cosmovisões têm muito a nos ensinar. A superação do pensamento

abissal, que ignora, apaga e extermina não apenas o conhecimento de outras culturas, mas as próprias pessoas de outras culturas, em um processo de genocídio e epistemicídio (GROSFOGEL, 2016), faz-se, a partir do momento em que o ocidente, a ciência e a universidade apresentam, para outras cosmovisões e não mais se consideram como a única detentora do princípio de realidade.

Para concluir, deixamos alguns questionamentos: Que seria um método racional de conhecimento da natureza?

Perguntando de outra maneira, quando os xamãs Yanomami tomam yãcoana para alimentarem os xapiri e assim conhecer os seres da floresta, não é um método racional?

Cabe perguntar: que é a razão?

Somente são dotados de racionalidade aqueles que o ocidente definiu como tal?

Se chegarmos à conclusão de que as formas de conhecimento, aqui apresentadas, são incomensuráveis, a que conclusão podemos chegar?

Em nossa visão, essas questões trazem um falso problema, ou apenas um problema para a epistemologia ocidental. Afinal, por que deve haver uma só e única forma de compreender a realidade? Esse desejo de unidade é um desejo ocidental que, ao se autodeclarar dono da verdade, gerou enormes prejuízos a todas as demais culturas do mundo. Vimos também que seus princípios filosóficos estão refutados até mesmo pela própria ciência produzida pelo ocidente que, agora, busca de todas as maneiras uma forma de reparar todo o estrago socioambiental

que essa civilização já fez. Entendemos a cosmovisão Yanomami, mas muitas outras não ocidentais, como formas de o ocidente oferecer sua perspectiva epistemológica e sair do autocentramento em que se encontra. Vemos a saída desse autocentramento como a única forma ética, científica e filosófica possível, para uma resolução aceitável, não só das questões ambientais, mas também éticas e políticas do mundo contemporâneo. Note que não se trata de negar a ciência. É claro que não! Trata-se de ampliar o conceito de universal para o pluriversal¹¹¹, em que outras versões da vida e da natureza possam conviver. O desejo por unidade é sempre totalitário. É preciso repensar o conceito de verdade, e o estudo da ideia de natureza, em outras cosmovisões não ocidentais, pode ajudar os ocidentais a serem mais tolerantes, éticos e menos arrogantes. Afinal, em assuntos de natureza, os Yanomami estão certos em relação a Descartes e são anteriores a Odum.

Referências

AUSTIN, A.L. Tras un método de estudio comparativo entre cosmovisiones mesoamericana y andina a partir de sus mitología. Revista del Instituto de Investigaciones Antropológicas, Universidad Nacional Autónoma de México, México, vol. 32, n. 1, 1995, p. 209-240.
DOI: <http://dx.doi.org/10.22201/ii.24486221e.1995.1.349>

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução no 357 de 17 de março de 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria no 2.914 de 12 de dezembro de 2011.

BRASIL, A. Ver por meio do invisível: O cinema como tradução xamânica. Revista Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 125-146, 2016
DOI: <https://doi.org/10.25091/s0101-3300201600030007>

CHIAPPIN, J. R. N. A concepção metafísica de Descartes da ciência e da representação mecanicista da natureza. Revista Discurso, n. 43, 2013.
DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2318-8863.discurso.2013.84729>

COSTA, R. N.; LOUREIRO, R. Estética freiriana no filme "O amigo do rei", de André D'Elia: notas para se pensar um cinema crítico e libertador. Avanca Cinema International Conference. Edições Cine-Clube de Avanca, 2020.

DESCARTES, R. Discurso do método. São Paulo. Martins Fontes, 1996.

FERREIRA, D. B.; COSTA, R. N.; LOUREIRO, R. Cinema de base comunitária na contramão da boiada. Diálogos. Universidade Nacional Timor Lorosa'e, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Ano 05, nº 05. Díli: UNTL, 2020. Revista Anual – ISSN 2520-5927.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Revista Sociedade e Estado. v. 31, n. 1,

2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami. Companhia das Letras, 2015.

ODUM, E.P. Fundamentos de ecologia. Fundação Calouste Gulbenkian. 6ª edição. Lisboa, 2001.

RAMOSE, M. B. Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. Ensaio Filosóficos. v. 4, 2011.

REALI, G.; ANTISERI, D. História da filosofia: do humanismo a Descartes. Volume 3. São Paulo, Paulus, 2004.

SILVA, J. M. C. D. Endemic bird species and conservation in the Cerrado Region, South America. Biodiversity and Conservation, v. 6, p. 435-450 (1997).

VANOYE, F.; GOLIOT-LÉTÉ, A. Ensaio sobre a análise fílmica. 7a ed. Campinas, São Paulo: Papyrus Editora, 2012.

Filmografia

SER Tão Velho Cerrado. Direção de André D'Elia. Rio de Janeiro: 2018 (96 min.).

O AMIGO do Rei. Direção de André D'Elia. Rio de Janeiro: 2019 (142 min.).

COMO fotografei os Yanomami. Direção de Otavio Cury. São Paulo: 2018 (72 min.).

NOTAS

Capítulo 16

101 Uma análise mais profunda sobre o filme *O Amigo do Rei* (André D’Elia, 2019) foi publicada no *Avanca Cinema International Conference* (COSTA e LOUREIRO, 2020). Neste capítulo, resgatamos trechos desta publicação.

102 Grifo nosso.

103 *Brasil* (2016), analisa obras de diferentes coletivos indígenas no Brasil, em especial, o projeto *Vídeo nas Aldeias* e busca responder à seguinte questão: como o cinema pode assumir aspectos de um modo xamânico de conhecimento e tradução?

104 Palavra usada por Kopenawa para traduzir em linguagem de brancos sua cosmovisão.

105 Entidades xamânicas.

106 Sobre o conceito de epistemicídio, assim como a relação das universidades com esse e com os genocídios de povos não ocidentais, ver Grosfoguel (2016).

107 Omama é o deus criador do mundo na cosmovisão Yanomami.

08 Para saber mais sobre o ecossistema, consulte SILVA (1997).

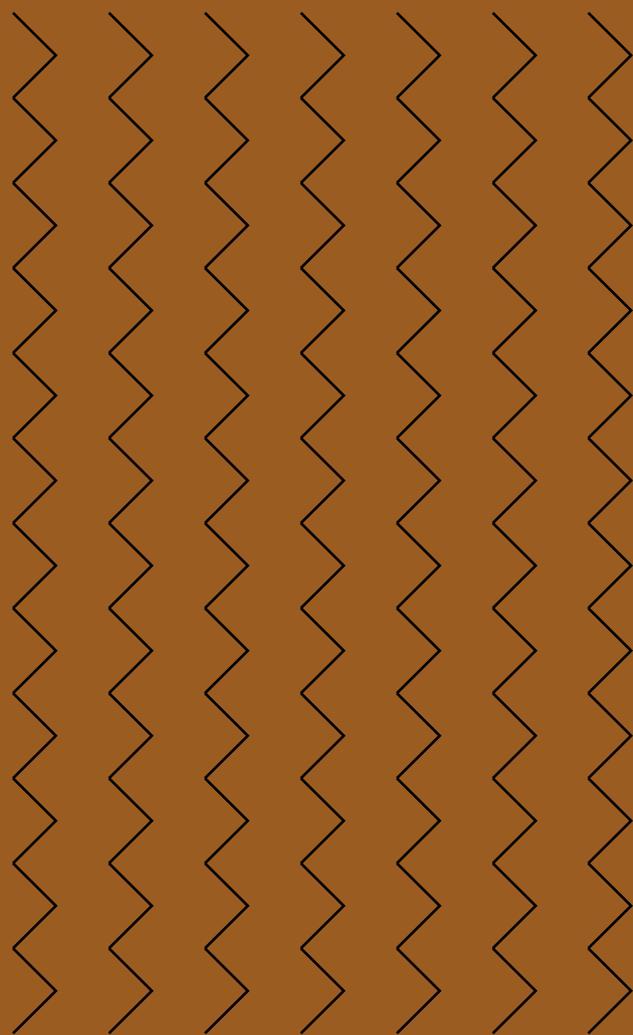
109 Sobre a estratégia de “passar a boiada”, ler FERREIRA, COSTA, LOUREIRO (2020).

110 Resultado do termo de compromisso celebrado nos autos do Inquérito Civil no 0024.11.006422-7.

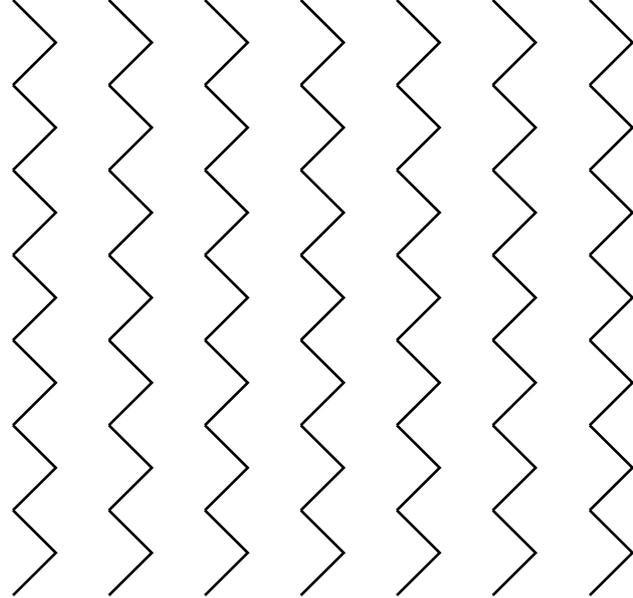
Educomunicação e emergência climática: o imaginário quilombola em tempos de resistência

Thiago Cury Luiz
Michèle Sato

17.



Introdução



O funcionamento climático do planeta sempre apresentou, de tempos em tempos, oscilações entre períodos históricos de temperaturas mais baixas e intervalos mais quentes. Esta lógica natural do clima vigorou até a revolução industrial, implementada em meados do século XVIII, quando a interferência do ser humano no ambiente adquiriu requintes mais agressivos, aprofundando os danos socioambientais já em curso.

Dessa maneira, o elemento antrópico passou a ditar o ritmo das mudanças climáticas, atualmente mais imprevisíveis e de amplitude global. As alternâncias, além da causa humana, não respeitam mais qualquer lógica espaço-temporal. "Até 1850, 97% do tempo aferido tinham pelo menos 10% do mundo experimentando temperaturas acima da média e 10% do mundo experimentando temperaturas abaixo da média". (NEUKON et al, 2019, p. 1, tradução nossa).

É certo que a média global da temperatura do ar na superfície terrestre (TAST) aumentou mais rapidamente do que a temperatura média global da superfície (isto é, TAST + temperatura da superfície do mar) do pré-industrial (1850 a 1900) até os dias atuais (1999 a 2018). De acordo com o conjunto de dados mais longo e mais extenso, o aumento do TAST entre o período pré-industrial e os dias atuais foi de 1,52°C (o intervalo muito provável de 1,39°C a 1,66°C). No período de 1880 a 2018, quando existem quatro conjuntos de dados produzidos independentemente, o aumento do TAST foi de 1,41°C (1,31°C a 1,51°C), onde o intervalo representa o spread

nas estimativas medianas dos conjuntos de dados. (IPCC, 2019, p. 3, tradução nossa).

É importante ponderar que a humanidade é heterogênea e, sendo desigual, contribui em diferentes medidas para o aprofundamento da crise climática. Em meio a esta lógica de desigualdades, destacamos que comunidades tradicionais, como quilombolas e povos indígenas, não se configuram como agrupamentos ligados aos modos de exploração capitalista da natureza.

O cenário que se apresenta afeta em movimento único toda a humanidade. Não há, portanto, isenção no pedágio da emergência climática. No entanto, a crise em andamento impactará mais fortemente os grupos sociais em situação de vulnerabilidade, quais sejam: pantaneiros, ribeirinhos, favelados, população de rua, indígenas, migrantes e quilombolas. Por isso, é sobre essas comunidades que os cuidados devem se redobrar, e este capítulo se reserva a expor o cenário de colapso do clima no quilombo Mata Cavallo.

A tendência inevitável de esgarçamento na relação entre vida e clima é mais acirrada quanto menor for a capacidade econômica do grupo em questão. Isso significa, em termos mais diretos, que a população mais rica mitigará de forma eficaz e longeva os efeitos da crise climática, que não deixa de ser também civilizatória. Ao fenômeno de desigualdade no enfrentamento desse colapso dá-se o nome de “justiça climática”.

Ao falarmos de injustiça, podemos entender a crise climática não como um fenômeno natural, uma fatalidade que atingirá indiferente e inexoravelmente na mesma proporção a todos. Na crise climática mundial operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos produzidos pelas mudanças do clima a populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania. (LEROY, 2009, p. 1).

Nesta conjuntura, a alternativa encontrada para debater a realidade de uma comunidade em situação de vulnerabilidade, como Mata Cavallo, e propor táticas de resistência foi pelo itinerário da educação popular. Para além do currículo obrigatório e dos requisitos formais estabelecidos pela burocracia política, compreendemos que a troca de saberes pode catapultar propostas que integrem as reflexões teóricas e as necessidades mais prementes de uma comunidade quilombola cravada no centro do continente sul-americano.

Mediados por Paulo Freire (2014; 2018), pesquisadores e participantes sufragaram um modo de produzir conhecimento à revelia dos materiais didáticos e da lógica da sala de aula. Compreendendo que toda forma de educação tem algo a ensinar, debruçamo-nos sobre outros espaços da escola e do próprio quilombo, mais acolhedores e identificados com a história e a causa de um povo tradicional. Sem assento reservado para quem ensina e quem aprende, todos aprendem e

ensinam em comunhão. “A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser”. (FREIRE, 2018, p. 105).

Se, na verdade, o sonho que nos anima é democrático e solidário, não é falando aos outros, de cima para baixo, sobretudo, como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a escutar, mas é escutando que aprendemos a falar com eles. (FREIRE, 2018, p. 111 – grifo do autor).

Por fim, lançando mão da interface Educação e Comunicação, enveredamos-nos pelo vasto campo da Educação Socioambiental (SOARES, 2014). Partindo do princípio de que o ecossistema comunicacional preconizado na ambiência escolar pressupõe atuação em conjunto, fundamento da pedagogia freireana, a Educação Ambiental encontra refúgio na Educação para ampliar as suas táticas de alavancar políticas públicas que tratem com zelo os mais necessitados.

A educação ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e responsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas

estruturais e conjunturais dos problemas ambientais. (SORRENTINO et al, 2005, p. 4-5).

Se para Soares (2014, p. 81) “é importante saber inserir valores democráticos de gestão e associar essa educação ao campo da Educação Ambiental”, o nosso trabalho foi antecedido pela escolha metodológica e dos recursos de coleta de informações que potencializassem a intersecção entre Educação Ambiental e Educação.

Desse modo, este texto tem como objetivo apresentar uma fração de uma pesquisa no escopo de investigações da Rede Internacional de Pesquisadores em Justiça Climática e Educação Ambiental (Reaja), proposta financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (Fapemat), coordenada pelo Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA), envolvendo 17 entidades de 5 países, a maioria universidades.

Estamos propondo a desnudar, por meio da produção fotojornalística de estudantes da educação básica da Escola Estadual Professora Tereza Conceição de Arruda, o imaginário quilombola acerca dos quatro elementos da natureza (água, terra, fogo e ar), em manifestações de resistência à crise climática que assola uma população em situação de vulnerabilidade. A instituição de ensino, cravada na comunidade quilombola Mata Cavalo, quase não faz fronteira com os habitantes da comunidade. Há uma integração forte e presença dos moradores na escola que está localizada na zona rural de

Nossa Senhora do Livramento, município situado a 50 quilômetros da capital de Mato Grosso, Cuiabá.

O vetor empírico da pesquisa articulado aos marcos epistemológicos, à apresentação dos resultados e as interpretações que ousamos em nossas inferências tem a fenomenologia de Gaston Bachelard e a Cartografia do Imaginário (Sato, 2011), como fios condutores metodológicos. O corpus da pesquisa dispõe de um arcabouço de mais de mil imagens registradas pelos estudantes, só sendo possível neste texto disponibilizar uma pequena parte do seu legado.

Imaginação e imaginário: cartografias e onirismo poético no percurso quilombola

A metodologia escolhida para conduzir o estudo apropria-se da filosofia onírica de Gaston Bachelard (1997; 2001; 2008; 2013). O pensador francês propõe uma fenomenologia dos quatro elementos da natureza. Por meio deles e em articulação com uma vertente artística, desnuda em metáforas o caminho percorrido pela nossa existência para se chegar ao conhecimento.

Se no âmbito da Educação Ambiental definimos água, terra, fogo e ar em suas aparições e sensações a priori, Bachelard recorre à linguagem figurativa para ilustrar as idas e vindas da inteligência no processo de desvelamento do objeto cognoscível. Com isso, é possível notar que a consolidação do conhecimento se estabelece sob a tutela de ambivalências, grandezas que se alternam entre contradições e complementariedades. “Não há devaneio

sem ambivalência, não há ambivalência sem devaneio”. (BACHELARD, 1997, p. 109).

Com isso, entende-se que o conhecimento não é algo dado e tampouco portador de via única. Condicionado ao repertório de quem observa o elemento que se busca conhecer, a interpretação a ser dada oscila entre um arcabouço maior ou menor. Nesse sentido, explica-se o termo fenomenologia: na impossibilidade de se definir, de forma única e estanque, o que é buscado na investigação, prevalece o fenômeno, a compreensão em um dado instante e lugar.

Qualquer um dos elementos naturais pode ser entendido sob a complexidade de antagonismos que remontam às suas características. A água, por exemplo, contém o sentido de vida e morte, uma vez que vive a caminhar na direção dos oceanos, aos quais todos os desfechos rumam (BACHELARD, 1997). O ar, invisível, pode ser sentido pela brisa que movimentava corpos em vaivém e, ao mesmo tempo, contraceja suas nuvens com a dureza da terra ornamentada em montanhas (BACHELARD, 2001). A terra, resistente em pedra, com o auxílio da água pode moldar novas formas, fazendo renascer (BACHELARD, 2013). Por fim, a transformação pode ser situada também no fogo, que cessa uma existência para originar outra em seu lugar. “Quando se quer que tudo mude, chama-se o fogo”. (BACHELARD, 2008, p. 86).

A fenomenologia bachelardiana foi catalisada pela Cartografia do Imaginário (SATO, 2011), em uma tentativa bem-sucedida de fazer da metodologia o ponto alto da pesquisa. Assim,

mais relevante do que o resultado promovido pela investigação, o caminhar em conceitos e afetos, sabendo que todos os participantes aprendem e ensinam, permite experimentar vivências que vão além dos pragmatismos da ciência cartesiana.

Assim, visando a um entendimento a respeito da rede de agentes e interações que formatam o todo, "é preciso considerar também a cartografia simbólica que nos instiga a pensar em sujeitos sociais, construindo suas identidades em reciprocidade com as outras coisas que compõem o cosmo". (PALMA, 2011, p. 17).

As "Cartografias", nome atribuído às formações que o Gpea realizou junto à comunidade de Mata Cavalo, remetem a uma caminhada de idas e vindas, como preconiza a fenomenologia de Bachelard, confirmando que o sentido não é único, nem o significado, invariável: ele se dá em um dado tempo e espaço. Daí o termo "imaginário", que invoca as impressões que temos sobre aquilo que interpretamos, chanceladas pelas ambivalências que são próprias do onirismo. "[...] na cartografia do imaginário, entretanto, o que talvez importe não seja o destino final, mas a rota e a viagem realizada nos percalços de uma longa viagem. (SATO, 2011, p. 4-5).

Quanto aos procedimentos para a obtenção de informações, foram duas as escolhas: cartografia e entrevistas. A cartografia não é compreendida como oficina, pois a abordagem artística veio acompanhada de conhecimento teórico e reflexão sobre as produções que surgiram durante os encontros. Assim, a cartografia de

fotojornalismo trouxe a evolução histórica da fotografia, as principais técnicas de enquadramento (ângulos e planos), o manuseio do dispositivo móvel para registro, tudo isso vinculado às questões históricas, culturais e climáticas do quilombo.

Posteriormente às cartografias e já com a produção midiática em curso, realizamos as entrevistas com dez estudantes dos ensinos fundamental e médio da Escola Estadual Professora Tereza Conceição de Arruda, grupo com idade entre 13 e 17 anos. Respeitando o sigilo imposto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, os entrevistados foram identificados pelo nome de redes sociais e aplicativos de mensagens: Face, Insta, Whats, Telegram, Twitter, Spotify, Blogger, Youtube, Messenger e Snapchat.

Na mira do obturador: Mata Cavalo resiste em imagens e imaginários

Tendo como anseio registrar os efeitos da emergência climática em Mata Cavalo, em articulação com a abordagem bachelardiana dos quatro elementos (água, terra, fogo e ar), as fotografias apresentaram apuro técnico, além de caráter jornalístico: a imagem não tem intuito decorativo, ela informa. Não é o ato de tirar uma foto despreziosa, mas pressupõe uma perspectiva crítica antes de acionar a câmera.

Imagens que retratam a terra¹¹² e as belezas do quilombo foram muito recorrentes e até superaram os registros que apresentaram os problemas de Mata Cavalo. As flores e, especificamente, o chão onde se pisa são

elementos do cotidiano quilombola valorizados e, por isso, contidos no imaginário dos estudantes da Escola Estadual Professora Tereza Conceição de Arruda nos momentos em que reportaram a realidade em que vivem.

A imagem só existe para ser vista, por um espectador historicamente definido (isto é, que dispõe de certos dispositivos de imagens), e até as imagens mais automáticas, as das câmeras de vigilância, por exemplo, são produzidas de maneira deliberada, calculada, para certos efeitos sociais. Pode-se pois perguntar a priori se, em tudo isso, a imagem tem alguma parte que lhe seja própria: será tudo, na imagem, produzido, pensado e recebido como momento em um ato – social, comunicacional, expressivo, artístico etc.? (AUMONT, 2012, p. 205 – grifo do autor).

Compreendemos que a terra, como apontou Bachelard (2013), é um elemento cujo atributo destacável é a resistência. De igual modo, o povo quilombola tem na terra propriamente o seu refúgio, uma vez que não são proprietários dela, e sim a ela pertencem. O trabalho, a renda e o sustento dependem do que plantam, cultivam e colhem ali, comportando-se em uma quase imanência com o solo.

Outro fator que inferimos dos vínculos entre quilombolas e matéria é a relação com a questão fundiária. Desde que herdaram o território de Ana da Silva Tavares, em fins do século XIX, no período em que ainda vigorava a escravidão, os membros da comunidade não conseguem garantir a posse



Figura 1 - regra dos terços
Imagem registrada por Whats

da terra, sofrendo com a burocracia, a morosidade dos trâmites e a violência dos fazendeiros.

Uma dessas ocorrências, em outubro de 2017, foi acompanhada por nós em uma ordem de despejo que beneficiava um dos fazendeiros da região. As nove casas de palha e uma de alvenaria foram postas abaixo pelos funcionários da propriedade, que contaram com a escolta de um oficial de justiça e da polícia federal. No dia seguinte, em liminar vencida, os quilombolas recuperaram o seu território, mas morar lá, agora, dependia da reconstrução de casas e sonhos.

A mesma terra que enseja força e pertencimento é vítima também, amalgamada com outro elemento, a água, da emergência climática. Mato Grosso é caracterizado por um inverno seco, com pouca chuva nos meses de abril a setembro, enquanto de outubro a março a quantidade de água é grande. Fora isso, há a desregulação nos índices de calor e de chuva, gerando transtornos e dificuldades para pessoas que vivem no campo, sem asfaltamento das suas principais vias de acesso dentro do quilombo e à rodovia.

O aquecimento do planeta pode intensificar eventos climáticos, como secas, furacões, enchentes e tempestades, elevar os níveis dos oceanos, alterar o regime de chuvas e, assim, impactar a agricultura, as ocupações urbanas, o uso dos recursos hídricos, a matriz energética, causando incommensuráveis prejuízos econômicos e sociais. (KLINK, 2013, p. 6).



Figura 2 - ângulo normal

Figura 3 - ângulo normal

Imagem registrada por Face

Houve concordância entre os entrevistados quanto à validade dos registros em informar as pessoas de fora sobre as condições enfrentadas pelo quilombo em tempos de colapso climático. Embora, como se vê nos dois depoimentos a seguir, há quem opine na direção de que as mídias podem dar uma noção do que acontece no quilombo, mas a certeza dos parâmetros que circundam a comunidade só tem quem está lá.

Podemos criar um site com as fotos mostrando o que tem de melhor na comunidade. Muitos não conhecem. Mesmo vivendo dentro de Mato Grosso, várias pessoas não conhecem uma comunidade quilombola. Imagina criar uma história aqui, envolvendo a comunidade, a passagem dos cavalos... Ou mesmo a fuga dos escravos que os patrões prendiam. Aquele rio [Mata Cavalo] retratou e retrata muita coisa para mim.
(depoimento concedido por Telegram)

Quando se trata de quilombo nas redes sociais, na mídia, na televisão, todo mundo tem uma visão totalmente diferente. Eu acho que o que a gente capturou está mais dentro da realidade do que eles transmitem hoje em dia nas televisões. Então, eu acho que eles teriam uma boa noção, mas para a pessoa realmente saber... Meus avós são daqui, eles falavam muito daqui, mas eu nunca tinha visto. Eu vi foto, mas eu não tinha noção. Quando eu cheguei aqui, a realidade era totalmente outra. Eu acho que para a pessoa realmente conhecer, ela teria que vir aqui. Mas

as fotos, os vídeos que a gente elaborou, texto, também vão trazer mais dentro da realidade do que a mídia apresenta.

(depoimento concedido por Whats)

As falas anteriores confirmam a Educomunicação como caminho viável à Educação Ambiental. Se a tecnologia, irreduzível, é fruto de uma dada cultura, acaba também por redundar em novas formas de relação social. Neste enredo de convergência midiática (JENKINS, 2009), a cultura participativa (JENKINS, 2009) e a inteligência coletiva (LÉVY, 2015) ditam os protocolos interpessoais. Conforme Soares (2014, p. 17), em definição que dialoga com a proposta empreendida nesta pesquisa, educomunicação é:

[...] uma comunicação essencialmente dialógica e participativa, no espaço do ecossistema comunicativo escolar, mediada pela gestão compartilhada (professor/aluno/comunidade escolar) dos recursos e processos da informação, contribui essencialmente para a prática educativa, cuja especificidade é o aumento imediato do grau de motivação por parte dos estudantes, e para o adequado relacionamento do convívio professor/aluno, maximizando as possibilidades de aprendizagem, de tomada de consciência e de mobilização para ação.

É neste contexto que se dá a educomunicação e foi com essa concepção que interagimos a nossa subjetividade com as subjetividades do quilombo, sempre no anseio de respeitar o que com elas aprendemos. O ser-mais

freireano (FREIRE, 2014) esteve em voga em Mata Cavalo nas formações que lá fizemos e recebemos, pois se a educomunicação socioambiental busca o favorecimento e a otimização da organização social (SOARES, 2014), é papel dela respeitar e favorecer “a autonomia das identidades individuais e coletivas, no contexto das comunidades tradicionais e indígenas”. (SOARES, 2014, p. 79).

Em face das alterações do clima, o olhar crítico sobre a própria realidade também se materializou em registros, como as duas fotos anteriores (Figuras 2 e 3). Entendemos que expor a situação em que vivem é uma forma de situar as pessoas que não conhecem o contexto de Mata Cavalo e ainda agendar junto ao poder público as medidas que devem ser tomadas para solucionar as deficiências presentes onde vivem.

No mundo calcado no capitalismo como força-motriz econômica, esse tipo de ocorrência será comum e, por consequência, limitadora das comunidades em cenário de risco, configurando o que se denomina de injustiça climática, e aprofundando-a. A lógica vigente subverte a natureza em benefício próprio e esboça um cenário insustentável ao funcionamento da vida no planeta, tamanhas são as agressões desferidas ao arcabouço natural de que o mundo dispõe.

Um atoleiro não faz parte do dia a dia de quem vive nas cidades, mas ele é um obstáculo bastante presente nas comunidades rurais e tende a ser mais constante no contexto do colapso climático, pois atinge mais fortemente populações em situação de

vulnerabilidade, razão pela qual essa questão foi evidente no imaginário quilombola durante a cartografia da água.

[...] não se pode perder de vista que o padrão atual de cidades dos países ricos é a soma histórica dos processos de colonização, espoliação e dilapidação daquilo que era a riqueza e modo de vida das populações originárias e de seus territórios. Assim, as alternativas desejadas para o enfrentamento das mudanças climáticas é igualmente a oportunidade para se fazer justiça climática com senso e metas de equidade entre padrões desiguais de vida. Os ricos não podem continuar consumindo com tamanha voracidade, assim como os pobres não podem ser preteridos do acesso a bens e serviços urbanos que os levem a um patamar de cidadania e equidade. (SILVA, 2011, p. 17).

Outro problema vinculado à terra, mas não causado por ela, são as queimadas (Figuras 4 e 5, a seguir). Foi recorrente nos depoimentos dos estudantes, pelas experiências que tiveram e pela vivência em Mata Cavalo, a menção ao fogo como elemento nocivo no quilombo. Por estar situado em uma zona rural, os incêndios fazem parte do cotidiano quilombola, sendo muitos deles criminosos e potencializados pela seca entre abril e setembro. Segundo Bachelard (2008, p. 21), “o incendiário é o mais dissimulado dos criminosos”.

Vendo por foto, vídeo, a pessoa pode ter uma base do que a gente passa.

Quando tem a seca, vem o fogo, pega fogo em casa também. Muitos moradores aqui têm casa feita de tábua, de palha. Mas muitas pessoas são unidas aqui dentro da comunidade. Pode nunca ter visto na vida, mas acaba doando alguma coisa. (depoimento concedido por Insta)

Interpretamos que o fogo¹¹³ é relacionado a problema, especialmente na visão de jovens, pois ele protagoniza poluição do ar e gera doenças respiratórias. Sendo assim, mais uma dificuldade está colocada à comunidade quilombola: o acesso ao atendimento de saúde. Todos os participantes da pesquisa mencionaram o fogo como um dos problemas de Mata Cavalu e, para a maioria, o maior desafio a ser enfrentado. Contraditoriamente, foram poucos os registros sobre o evento, podendo denotar já uma certa rotina, a ponto de não valer a pena veicular algo ordinário.

As queimadas, que saltaram exponencialmente no país durante a estiagem de 2019, tiveram como elemento propulsor não apenas a falta de chuva, mas também o discurso presidencial encorajando os maus tratos ao meio ambiente, especialmente no campo. O desmantelamento do Ibama e do ICMBio¹¹⁴, a liberação de um número recorde de agrotóxicos e a retórica agressiva a indígenas e quilombolas legitimam as regressões ambientais do Brasil atual.

Por outro lado, o fogo também parece ter um lado positivo, naquilo que Bachelard define como “sublimação dialética” (2008, p. 149) ou “viagem extrema” (2001, p. 196). É habitual



Figura 4 - ângulo normal

Figura 5 - ângulo normal

Imagens registradas por Face

em comunidades rurais a utilização do fogo não só para limpar o terreno visando ao plantio, mas também porque as cinzas, em contato com a água das chuvas, tornam o terreno mais fértil. Esses relatos surgiram nas cartografias da terra e do fogo e em processo formativo na comunidade de Água Fria, zona rural de Chapada dos Guimarães-MT, em fins de 2018. Atrilado à transformação, o fogo integra o universo ambivalente de Bachelard (2008), que funciona com vigor em Mata Cavallo.

Dentre todos os fenômenos, é realmente o único capaz de receber tão nitidamente as duas valorizações contrárias: o bem e o mal. Ele brilha no Paraíso, abrasa no Inferno. É doçura e tortura. Cozinha e apocalipse. É prazer para a criança sentada ajuizadamente junto à lareira; castiga, no entanto, toda desobediência quando se quer brincar demasiado de perto com suas chamas. O fogo é bem-estar e respeito. É um deus tutelar e terrível, bom e mau. Pode contradizer-se, por isso é um dos princípios de explicação universal. (BACHELARD, 2008, p. 11-12).

Se o fogo só pode ser viabilizado pelo ar¹¹⁵, uma vez que na inexistência de oxigênio não se queima nada, este também se encontra prejudicado pelo fogo, situação que demanda ao povo quilombola um acesso aos serviços de saúde, que é dificultoso. Assim, agrava-se ainda mais o contexto de injustiça climática que é próprio de agrupamentos como Mata Cavallo. Portanto, a referida conjuntura “está relacionada à

percepção desproporcional dos efeitos negativos das mudanças climáticas pelas populações mais vulneráveis e à atribuição de responsabilidade àqueles que contribuíram mais para as causas do aquecimento global” (RAMOS, 2015, p. 55).

Mas é no ar que identificamos outro foco de resistência, luta pertinente aos quilombos desde os tempos de escravidão. Foram inúmeros registros de cenários que atrelamos ao ar por remeterem à calma e não apresentarem quaisquer dos outros três elementos. Assim, são as imagens em final de tarde, como o pôr-do-sol, e de aves e insetos, registrando ou pressupondo seus voos.

Dessa forma, ponderamos que fotos como a anterior, embora não retratem exatamente as oscilações socioambientais presentes no quilombo, como os conflitos internos e por terra, são uma forma de demonstrar a eles próprios e aos que vivem longe que Mata Cavallo vai além das pendências e embates. É como se algo muito maior redimisse o lado negativo da comunidade, e isso, de certa forma, é um estímulo para enfrentar o que está por vir. Assim, invocamos Bachelard (2001, p. 168-169 – grifos do autor), para quem “o céu descolorido, ainda mais azul, espelho sem aço de infinita transparência, é doravante o objeto suficiente do sujeito sonhante. Totaliza as impressões contrárias de presença e afastamento”.

Local muito fotografado pelos jovens e mencionado por eles nas entrevistas foi o rio (Figura 7, a seguir), que dá nome ao quilombo. Muitas menções também foram feitas durante a

cartografia da água¹¹⁶, no que tange a dois aspectos: a sua importância para a comunidade, como fonte de vida do quilombo, e o seu atual estado de baixa quantidade de água – problema muito recorrente no quilombo com má distribuição e abastecimento. Em função da seca rigorosa entre abril e setembro, os desmatamentos nas proximidades da área e o assoreamento do rio, por causa da atividade de garimpo, contribuem para piorar o cenário.

Como resultado também, a cartografia não identificou qualquer imagem relacionada à pesca, atividade comum em populações tradicionais, ainda mais em uma comunidade cortada por diversos rios. Mesmo com conjuntura adversa ligada à água, ela ainda parece viver no imaginário quilombola.

Aqui tinham muitos rios que foram destruídos por causa do garimpo. O rio que estava ali vale mais que o ouro que está dentro dele. O rio podia matar a sede dos animais, das pessoas. Muitos ainda não têm encanamento. Vivem de poço, de rio. Essa é uma pauta que devemos parar para pensar. Não é a comunidade que se transforma, somos nós que a transformamos.

(depoimento concedido por Telegram)

A narrativa de Telegram guarda um dos argumentos deste estudo: o componente antrópico é decisivo no contexto das emergências climáticas. Da mesma forma que, em perspectiva macro, é possível atribuir ao ser humano o aumento da emissão de CO₂ desde a industrialização, aprofundando o



Figura 6 – ângulo contrapicado

Figura 7 – plano médio

Imagem registrada por Insta

aquecimento global, em uma escala local um quilombola denuncia que a mudança do rio é causada pelas pessoas.

Os jovens, imbuídos da luta que seus ancestrais travaram, continuam a entender o sentido de resistência, mas fazem isso externando o imaginário quilombola sobre a terra e permeados pelas novas tecnologias, sobre as quais apresentam domínio elogiável. Para os jovens, os embates para defender o que lhes é sagrado se dão em outra arena, com menor enfrentamento direto, porém com mais chances de repercussão.

Eu não reparava como o pôr-do-sol é bonito. Agora, por causa do curso, eu passei a reparar mais porque tira foto, então tem que reparar tudo. A flora e a fauna têm muitas plantas medicinais. Depois, por ter que tirar foto, você começa a reparar no que é belo.

(depoimento concedido por Youtube)

A flora mencionada por Youtube, motivo de orgulho para ela, foi também captada em foto por Blogger (Figura 8) e tantos outros estudantes. Para nós, os jovens da escola calcam na natureza do quilombo uma importante manifestação de resistência. Anunciar a eles próprios e ao mundo aquilo que têm de bom na comunidade é uma maneira, mesmo que implícita, de dizer que valorizam onde moram e que, por isso, o sentido de pertencimento à terra os imbuí de muita luta para garantir o direito básico de ter onde morar.

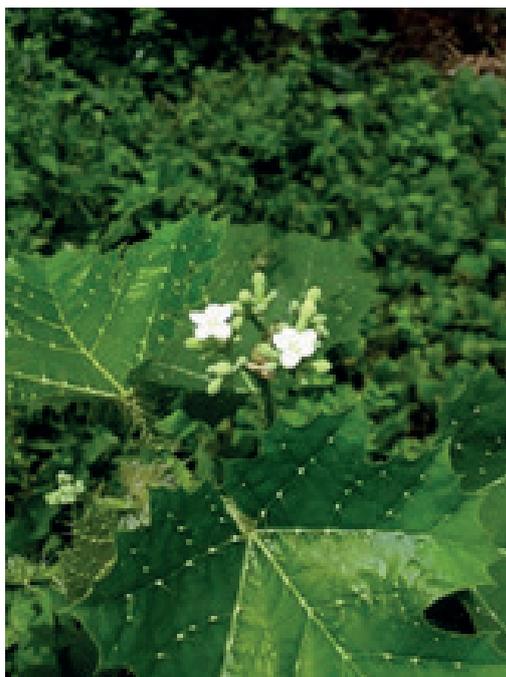


Figura 8 - plano médio

Imagem registrada por Blogger

Outra forma de resistência é pela cultura. As manifestações artísticas, religiosas e gastronômicas caracterizam o quilombo e fazem com que a sua história não morra. A identidade de Mata Cavalo, a despeito das novas gerações buscarem cada vez mais refúgio nas cidades, está bem definida dentro das fronteiras da comunidade. As narrativas de moradores mais antigos que ouvimos nas nossas passagens pelo local e em pesquisas que realizamos para a produção deste trabalho não rechaçam o passado de lutas e resistência.

A arte é uma forma milenar usada para manifestar a cultura de uma determinada tribo e ainda fonte de renda de trabalhadores autônomos, mais ainda os que permanecem em comunidades tradicionais como Mata Cavalo. No exemplo das imagens anteriores (Figuras 9 e 10), a argila, extraída das terras do quilombo, é o material utilizado para moldar duas figuras bastante presentes não só no imaginário, mas também na realidade quilombola: mulher carregando a moringa de barro (Figura 9) e homem tocando viola de cocho (Figura 10).

Dessa forma, temos novamente a comunhão entre água e terra, mas agora em um sentido positivo e benéfico aos quilombolas. Não apenas a água é inserida em um recipiente feito à base de terra, como para o manuseio da argila é necessário o acréscimo de água, pois é ela que amolece o material a ser modelado por mãos e ferramentas. "Todos os grandes sonhadores terrestres amam a terra assim, veneram a argila como a matéria do ser". (BACHELARD, 2013, p. 105).



Figura 9 - plano detalhe

Figura 10 - plano médio

Imagens registradas por Face

[...] a imagem que se crê singular é amiúde um velhíssimo mito. Assim, uma estátua é tanto o ser humano imobilizado pela morte como a pedra que quer nascer numa forma humana. O devaneio que contempla uma estátua fica então animado num ritmo de imobilização e de colocação em movimento. Fica naturalmente entregue a uma ambivalência da morte e da vida. (BACHELARD, 2013, p. 182-183).

Como ainda o saneamento básico é deficitário, muitas famílias dependem dos rios como fonte de água. Tradicionalmente, os homens executam o trabalho no campo, na lida diária com a terra, enquanto as mulheres são relegadas às tarefas domésticas. A ida até o rio pressupõe dois desses afazeres: lavar roupa e buscar água para cozinhar o alimento. Por isso, a arte de uma mulher negra com uma moringa nas mãos, objeto utilizado na comunidade para armazenar e transportar o líquido do rio até em casa.

O trabalho desenvolvido no âmbito da educação popular, graças aos processos formativos entre Mata Cavalo e Gpea, permitiu a quem antes não compreendia ou enxergava as emergências climáticas entender do que se trata o contexto em que estamos inseridos. A educomunicação socioambiental (SOARES, 2014) tem o mérito de reverberar essas descobertas.

O nosso estudo, portanto, guarda sintonia com as prerrogativas da Educação Ambiental crítica e engajada e encara o território quilombola de igual

para igual, ciente de que tem o conhecimento acadêmico a oferecer em retribuição à sabedoria tradicional, reconhecendo a complementariedade de ambos. Como enfatiza Senra (2009, p. 69), atuar em conjunto faz “com que a pesquisa se torne também uma forma de construção de conhecimentos, de luta e de resistência para que sociedades sustentáveis sejam possíveis”.

Enquanto na teoria antidialógica a conquista, como sua primeira característica, implica um sujeito que, conquistando o outro, o transforma em quase “coisa”, na teoria dialógica da ação, os sujeitos se encontram para a transformação do mundo em co-laboração. (FREIRE, 2014, p. 226-227).

Um dos assuntos de grande relevância nos dias atuais, ainda mais em uma comunidade rural, é a crise climática e como esses agrupamentos enfrentam as alterações do clima. Um dos motivos que nos levaram a Mata Cavalo e que foi mote de várias pesquisas do Gpea nos últimos anos foi identificar os impactos em populações como a do quilombo, que se encontram em situação de vulnerabilidade.

No desfecho, um regato de esperança

Em termos práticos, este estudo enseja algumas descobertas e muitas inquietações. Identificamos que em Mata Cavalo há uma espinha dorsal que permeia todo o quilombo: a luta. Submetidos à morosidade da burocracia, ao amparo limitado do Estado e ao agronegócio que enxerga o território quilombola como possibilidade

de lucro, a questão fundiária é nuclear na comunidade. Resistir, então, é uma necessidade.

No que é tangível à questão climática, imagens de atoleiro e queimadas ganharam registros fotográficos, bem como estiveram presentes em relatos nas cartografias e em entrevistas. O colapso do clima, cujos efeitos mais agravados recaem sobre os agrupamentos em situação de vulnerabilidade, demarcou aparição no conteúdo imagético, em que pese o fato de ser menos sensível à captação fotográfica do que as virtudes da comunidade.

Publicar as belezas do quilombo foi o protocolo encontrado, ainda que imperceptivelmente, para mostrar à própria comunidade e às pessoas de fora que Mata Cavalo tem do que se orgulhar. Expor as virtudes quilombolas é um caminho de resistência diante das iniciativas que atentam à integridade física e moral de que são vítimas.

Em termos gerais, a crise vivida pela civilização atual atinge proporções elevadas, e a questão ambiental, mais especificamente voltada ao clima, está no centro desse debate. Considerando o papel político que a Educação Ambiental reivindica e os atributos comunicacionais, é preciso conceber e colocar em prática políticas públicas que amparem aqueles que mais sofrem com os efeitos do colapso climático, traços característicos da comunidade quilombola de Mata Cavalo, território onde se deu este estudo.

Assim, o objetivo do trabalho consistiu em comunicar a emergência climática em Mata Cavalo e as manifestações de resistência, com base na produção fotojornalística de



Figura 11 - plano médio/ângulo normal
Imagem registrada por Twitter

estudantes dos ensinos fundamental e médio da Escola Estadual Professora Tereza Conceição de Arruda. No seio da educomunicação, foi possível comunicar o colapso climático, o arcabouço virtuoso e as reações de resistência em Mata Cavaló.

Finalmente, ficou perceptível que a mentalidade dos jovens acompanha a história do quilombo, e as belezas fotografadas demonstram a disposição em continuar no território, pois pertencem a ele. Capturar imagens sobre as virtudes da comunidade é imprimir valor ao local onde estudam e vivem, terra cujos valores foram construídos pelos seus antepassados.

Portanto, valorizar é dizer “enterrem meu coração na curva do rio”, e resistir às injustiças. A Figura 11, que encerra este texto, traz consigo este sentido de resistência e remete ao poema de Carlos Drummond de Andrade (1978, p. 16), “A Flor e a Náusea”: “É feia, mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio”.

Letras e sonhos que nos pautaram

ANDRADE, Carlos D. de. Antologia poética. 12.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

AUMONT, Jacques. A imagem. Tradução: Estela dos Santos Abreu, Cláudio Cesar Santoro. 16.ed. Campinas-SP: Papyrus, 2012.

BACHELARD, Gaston. A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BACHELARD, Gaston. A psicanálise do fogo. Tradução: Paulo Neves. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BACHELARD, Gaston. A terra e os devaneios da vontade: ensaio sobre a imaginação das forças. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 4.ed. São Paulo: WMF Editora Martins Fontes, 2013.

BACHELARD, Gaston. O ar e os sonhos: ensaio sobre a imaginação do movimento. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. 48.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 58.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

INTERGOVERNMENTAL PAINEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Chapter 2: Land-Climate Interactions, 2019. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2019/08/2c.-Chapter-2_FINAL.pdf>. Acesso em: 02.set.2019.

JENKINS, Henry. Cultura da convergência. Tradução: Suzana Alexandria. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KLINK, Carlos A. Mudança do clima e a Educação Ambiental. In Educação Ambiental & mudanças climáticas: diálogo necessário num mundo em transição. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2013. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80062/Livro%20EA%20e%20Mudancas%20Climaticas_WEB.pdf>. Acesso em: 07.fev.2019.

LEROY, Jean P. Justiça climática, um direito humano negado. Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/DV43_artigo1.pdf>. Acesso em: 01.fev.2019.

LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. 10.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

NEUKOM, Raphael et al. No evidence for globally coherent warm and cold periods over the preindustrial Common Era. *Nature*, vol. 571, jul. 2019. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41586-019-1401-2.epdf>>. Acesso em 09.set.2019.

PALMA, Sonia. Cartografia do imaginário: a dimensão poética e fenomenológica da educação ambiental. Dissertação de Mestrado. Cuiabá-MT: UFMT, 2011. Disponível em: <<http://www1.ufmt.br/ufmt/unidade/userfiles/publicacoes/cf-7705199723410cb747759bd45d8855.pdf>>. Acesso em: 18.fev.2019.

RAMOS, Marina C. Políticas públicas de adaptação às mudanças climáticas em face das populações vulneráveis e da justiça climática. Arquivo: PDF. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Mackenzie, 2015.

SATO, Michèle. Cartografia do imaginário no mundo da pesquisa, 2011. Disponível em: <<https://onedrive.live.com/?authkey=%21AN1uinufGGnK-C-U&cid=6F738C9CF42A30B0&id=-6F738C9CF42A30B0%2111993&parentid=6F738C9CF42A30B0%215868&o=OneUp>>. Acesso em: 11.fev.2019.

SENRA, Ronaldo E. F. Por uma contrapedagogia libertadora no ambiente do Quilombo Mata Cavalô. Dissertação de Mestrado. Cuiabá-MT: UFMT, 2009. Disponível em: <<https://onedrive.live.com/view.aspx?cid=-17DC7D667214610D&resid=17DC7D667214610D%21362&app=WordPdf>>. Acesso em 14.fev.2019.

SILVA, Regina A. Do invisível ao visível: o mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso – Brasil. São Carlos: 2011, 222 f. Tese (Doutorado em Ciências). Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, UFSCar.

SOARES, Ismar de O. Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação. 3.ed. São Paulo: Paulinas, 2014.

SORRENTINO, Marcos et al. Educação ambiental como política pública. In Educação e Pesquisa. São Paulo, v.31, n.2, mai/ago 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a10v31n2.pdf>>. Acesso: 09.fev.2019.

NOTAS

Capítulo 17

112 A narrativa transmídia está disponível em https://www.instagram.com/thiago_c_luiz/?hl=pt-br, mais especificamente a galeria de imagens sobre a TERRA.

113 A narrativa transmídia está disponível em https://www.instagram.com/thiago_c_luiz/?hl=pt-br, mais especificamente a galeria de imagens sobre o FOGO.

14 O orçamento do Ministério do Meio Ambiente previsto para 2019 era, inicialmente, de R\$ 807,4 milhões. Porém, o executado ficou em R\$ 633,5 milhões. Para 2020, a previsão é de R\$ 561,6 milhões. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/para-reduzir-gastos-ministerio-do-meio-ambiente-cortara-ate-faxina/>>. Acesso em 03.dez.2019.

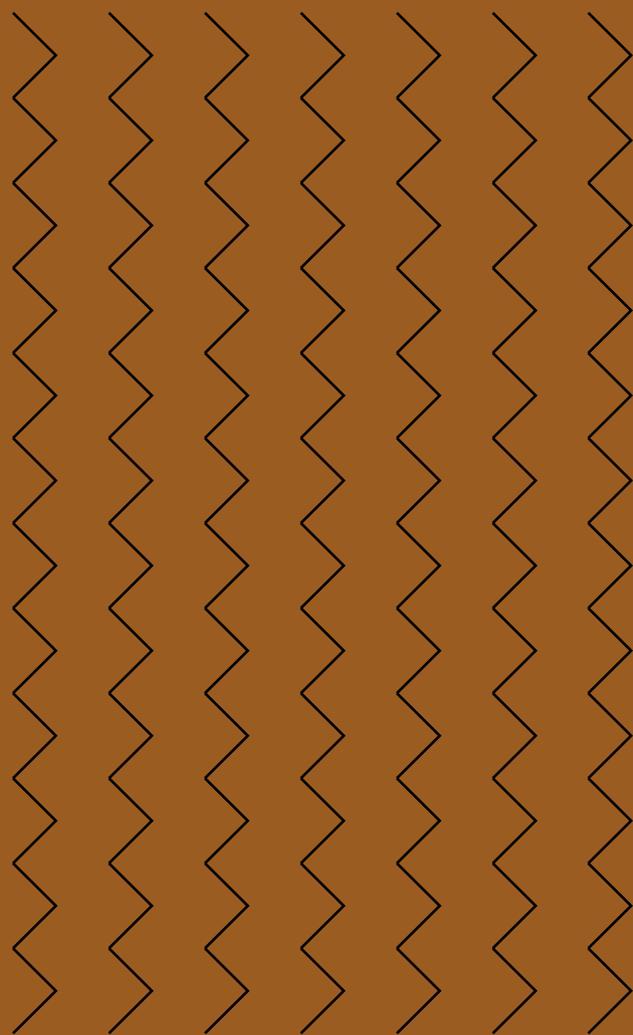
15 A narrativa transmídia está disponível em https://www.instagram.com/thiago_c_luiz/?hl=pt-br, mais especificamente a galeria de imagens sobre a AR.

16 A narrativa transmídia está disponível em https://www.instagram.com/thiago_c_luiz/?hl=pt-br, mais especificamente a galeria de imagens sobre a ÁGUA.

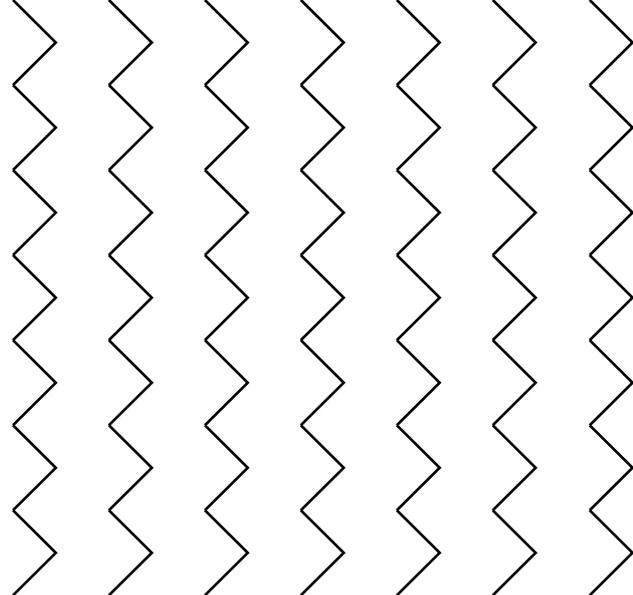
Filmes e vídeos na Educação Ambiental e espectador (cri)ativo: Reflexões sobre uma trajetória na pesquisa e extensão em educação

Américo de Araujo Pastor Junior

18.



Introdução



No presente texto busco defender a importância de se pensar o audiovisual (vídeos, filmes e animações) também desde seus espectadores. Para isso, faço uso de um relato acerca de minha trajetória de formação em pesquisa e extensão, identificando como surgiram algumas questões e que respostas encontrei. Faço isso tomado pelo entendimento de que, para imaginar novos mundos, precisamos primeiros imaginar novos "eus", "tus", elas, e eles, novos nós. Ocorre que, apesar de engajados em promover a libertação, conscientização ou sensibilização política do povo, boa parte da produção audiovisual desenvolvida e suas dinâmicas de uso em escolas são orientados por pressupostos objetificadores, assujeitadores de seu público. Na educação ambiental (EA) crítica, apesar de se esperar uma ação política dos sujeitos envolvidos, as práticas formativas, por vezes, fazem uso de imagem sob pressupostos que podem reforçar desigualdades. Nos parágrafos a seguir irei apresentar um pouco de minha trajetória ao passo que irei desenvolvendo essas questões.

Apesar de completamente imerso nesse "admirável mundo novo" da Internet, venho de outra época. Minha infância e boa parte de minha juventude se passaram sobre o pano de fundo das projeções RGB da televisão. Passei a maior parte de minha infância enclausurado em apartamentos, salas de aulas e pátios de escola, e a TV, a imagem audiovisual, se constituía de certa forma como um dos principais instrumentos de exploração de uma "realidade" que se estendia para além dos poucos metros quadrados que eu poderia considerar meu território.

Não assisti apenas TV, há que se fazer justiça. Pude correr por playgrounds e por algumas matas, mas nada com tanta frequência e intensidade como aquelas com que fui um espectador audiovisual. Eu rezava inevitavelmente o ritual cotidiano da massa infantil da década de 80 e 90 de assistir animações pela manhã, telenovelas e telejornais pela noite e eventuais filmes ao chegar da madrugada. O audiovisual foi o principal território cotidiano de experiências, e conseqüentemente aprendizado, talvez maior que o ocorrido por meio da escola.

Assim, entre os infortúnios do ingênuo Chaves, os superpoderes e boa moral do He-man na luta contra a morte, as travessuras do Pica-pau, a perspicácia do cearense Didi, toda força estereotipante de vidas e amores dos melodramas, se constituíram como estâncias educadoras em minha vida. Durante a adolescência, certamente tive mais amores nos filmes que nos pátios e portões da escola. Tenho quase certeza que eu (e todos os meus colegas de rua) demos o primeiro beijo naquela linda loirinha do filme *O meu primeiro amor*. E a cada novo VHS, uma nova vida.

A vida foi seguindo. Durante a graduação na universidade a vida fora da tela passou a ter maior predomínio. Morar fora de casa, em outra cidade, um mundo novo. Talvez fosse a hora de colocar em uso não só todo o conhecimento aprendido no espaço formal da escola, mas também (e talvez principalmente) colocar à prova todo o aprendizado das experiências vividas por meio do audiovisual. A vida era muito mais complexa e imprevisível do

que TV e cinema haviam me apresentado. Diante disso me restou aprender com a vida. No entanto, este aprendizado começou a ser acompanhado e complementado pelo consumo de filmes (nesse momento já eram DVDs), filmes estes que tratavam dessa realidade complexa que eu buscava desvelar. Neste meu drama real, o refúgio era o drama ficcional da tela em salas escuras. Foram algumas tantas leituras de Bauman, Jamenson e Baudrillard. Somado a isso, me debrucei sobre as reflexões estético-psicológicas de Gaston Bachelard, (estudei devaneios, onirismos e outros tantos temas) e as conceituações sobre a comunicação de Roland Barthes. A partir dessas leituras também compreendi que as imagens poderiam contribuir para reconstruir esse mundo.

Imagens, sensibilização, conscientização e Educação Ambiental

No fim da graduação em desenho industrial (comunicação visual) encontrei a EA. Em 2007, eu comecei a fazer parte da equipe executora de um projeto de educação ambiental, o Projeto Pólen. Nesse projeto eu fui desafiado a produzir imagens que recorrentemente me eram solicitadas acompanhadas de palavras como sensibilizar e conscientizar entre os objetivos. Nesse projeto tive a oportunidade de conhecer os textos de Paulo Freire e tantos outros referenciais de educação que me fizeram abrir os olhos para a problemática da educação. Minha intenção de pensar aspectos psicossociais envolvendo audiovisuais e uma pauta progressista agora tinha "nome":

sensibilizar e conscientizar para a tomada de decisão. Eram estes alguns dos principais objetivos da Educação Ambiental Crítica e Emancipatória, praticada no projeto. Mais que ensinar hábitos que implicassem em menores danos ao Meio Ambiente, era preciso sensibilizar e provocar a tomada de consciência para a problemática maior envolvida no uso dos recursos naturais, compreender as determinantes da problemática ambiental na realidade objetiva, e assim promover uma melhoria qualitativa nas tomadas de decisão. Não mais buscar a mera mudança de comportamentos, mas sensibilizar e conscientizar com imagens. Esses passaram a ser os meus interesses.

Vale neste ponto, uma pequena pausa para melhor abordar o conceito de sensibilização. Segundo Duarte Jr (2002), a sensibilização (ou conscientização) é um processo de formação do humano pelo qual se auxilia o homem a desenvolver sentidos e significados que orientem sua ação no mundo. Para Freire (1987), conscientizar é desenvolver um pensar crítico através do qual os homens se descobrem em situação, na medida em que a realidade que os envolve deixa de lhes parecer espessa, capacitando-se para se inserirem na realidade que se vai desvelando. Assim, é uma atividade intencional e educativa que busca promover uma aprendizagem significativa, que permita o despertar da consciência crítica que atue nas tomadas de decisão diárias, estas na e para a realidade em que estes sujeitos estão inseridos. Ou seja, educar para propiciar que os sujeitos do processo educativo se tornassem conscientes e atuantes nas

decisões e transformações da realidade na qual estão inseridos.

O objetivo de sensibilizar também pode ser encontrado em textos e discursos sobre educação, mas sob outras denominações. A ideia de tornar algo sensível, geralmente também passa pela ideia apelar para algo que vai além do racional, além da razão, é preciso tocar em outras dimensões da existência humana. Isso, em parte, pode ser atribuído ao pessimismo do pós-guerra (segunda guerra mundial), e os questionamentos sobre a insuficiência da razão em evitar a destruição empreendida por regimes fascistas. A racionalidade apenas não seria o suficiente para a construção de um caminho de positividade.

Essa preocupação sobre como o homem racional, dito senhor de si, foi capaz de empreender destruições em massa, mobilizou cientistas sociais e da mente na busca por respostas. A psicologia ofereceu algumas tentativas de respostas, algumas explicações e influenciou fortemente a educação no desenvolvimento de práticas voltadas a dificultar que aqueles horrores pudessem acontecer novamente. Podemos destacar contribuições como as de Freud e explicação da psiquê humana como algo dividido em uma dimensão consciente e uma inconsciente. De modo muito simples, é possível entender que a segunda, repleta de conteúdos recalçados (propositalmente escondidos da razão, da consciência) e carregados de conteúdos emocionais, poderia levar o homem a não seguir condutas racionais. Comportamentos histéricos, atos-falhos, significados sonhos, lapsos, a sexualidade humana, e

outros tópicos, começam mostrar um lado sombrio, ou ainda não iluminado, da mente humana. É nessa zona de sombra que poderia se encontrada a explicação para a barbárie empreendida pelo humano a outros humanos e a outras formas humanas.

No contexto desses problemas e das explicações que foram sendo criadas não só pela psicologia, a ideia de sensibilizar e conscientizar, nesse caldeirão de ideias, também passa a subentender a busca por oferecer caminhos além daqueles permitidos pela racionalidade. Caminho além daqueles dispostos pela racionalidade. Portanto, emocionar, afetar, gestos, a ludicidade, começam a figurar entre as estratégias empregadas na busca de produção de uma versão melhor desse humano, via educação. Essas questões ainda figuram nas últimas três décadas e perpassa os esforços da EA. Isso pois, as informações sobre o impacto da ação humana no meio ambiente já estão globalmente divulgadas, massivamente presente nas mídias, mas ainda assim as pessoas não mudaram duas atitudes, muito menos os seus comportamentos.

Isso me leva de volta a 2008, às minhas ações no contexto do Projeto Pólen, na busca produzir imagens que pudessem oportunizar esse aprendizado e superassem as barreiras da racionalidade, com o objetivo de final de oferecer um entendimento mais complexo e justo da relação humana com o meio ambiente. Como poderia o homem tomar consciência de si, de suas emoções, de suas atitudes, de seus pensamentos e da realidade social e

concreta que o envolve? Como as imagens poderiam contribuir para isso?

Aqui vou me conceder a licença poética de fazer um salto não discutir produção de Eisenstein, Gobelts e outros "Tio Sam" que fizeram uso das imagens para uma sensibilização política de populações, frequentemente convocando e convencendo o povo a lutar por ideias bastante questionáveis. Acredito já haver farta produção sobre o assunto e nesse momento não traz grande contribuição para a reflexão que busco aqui tecer.

Durante o Projeto Pólen, pude atuar e observar atividades envolvendo o uso de audiovisuais. Foi produzido um documentário sobre a realidade socioambiental da região em que o projeto era desenvolvido. Algumas entrevistas, documentações de atividades também foram frequentes. Além disso, os vídeos também foram utilizados como materiais educativos nas dinâmicas de ensino aprendizagem do projeto. Em uma dessas atividades, seguindo a proposta freireana, dois filmes foram exibidos para a posterior discussão. Os filmes Narradores de Javé (2003) e No Rancho Fundo (1993) foram exibidos para mobilizar uma discussão sobre a formação do educador ambiental, suas características, papéis e compromisso. Essa atividade e as reflexões produzidas a partir desta, foram apresentadas na forma de resumo expandido ao VI Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental. No entanto, as reflexões centraram-se, em maior parte, em uma análise da eficiência da atividade, deixando de lado várias peculiaridades que foram mobilizadas pelos espectadores na produção de

seus aprendizados. Ou seja, olhamos mais para o sucesso (esperado) da atividade e pouco para experiência de aprendizagem desses sujeitos com o audiovisual no contexto do curso de formação de educadores ambientais.

Como no contexto das ações da EA o homem tomar consciência de si, de suas emoções, de suas atitudes, de seus pensamentos e da realidade social e concreta que o envolve? Como as imagens poderiam contribuir para isso? Eu não consegui respostas conclusivas ao longo de três anos produzindo imagens para o Projeto Pólen. Então, eu percebi o óbvio, que as respostas a essas ideias passariam necessariamente pelo estudo humano, da mente humana, da aprendizagem humana. Diante disso, busquei meios de desenvolver estudos que considerassem a experiência de espectadores em contextos de ensino-aprendizagem que fizessem uso de imagens, sobretudo audiovisuais.

O vídeo educativo e a pesquisa em educação

Vizinho à sala em que eu trabalhava, estava o Laboratório de Vídeo Educativo do Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (LVE - NUTES). Em conversa com a professora Isabel Martins, sobre meus objetivos e interesses (já destacados nos parágrafos acima), me foi sugerido conhecer o LVE e conversar com o recém-concursado professor Luiz Rezende. Após algumas conversas escolhi meu próximo passo, cursar como ouvinte disciplinas do LVE. Assim, foi possível conhecer o acervo de vídeos educativos para a educação

em saúde. Deste acervo, os vídeos que haviam sido produzidos sob o objetivo de sensibilizar, inevitavelmente me chamaram mais atenção, como era de se esperar. Esses vídeos em maior parte foram produzidos para a disciplina Psicologia Médica que compõe o currículo médico. Dei-me conta que esses vídeos oportunamente ofereceriam meios de estudar e melhor compreender a sensibilização por meio de audiovisuais. Isso porque apresentavam uma linguagem menos complexa que aquelas dos filmes de EA e contavam com uma vasta coleção de documentos sobre sua produção. Assim seria possível conhecer as intenções dos produtores. Seria também mais viável analisar vídeos mais curtos. A isso me dediquei inicialmente durante o mestrado no LVE.

Logo nos primeiros meses de mestrados me dei conta de que, para estudar essa sensibilização, seria preciso não só estudar o audiovisual, mas também conhecer os processos pelos quais passam os espectadores ao significarem as obras audiovisuais a eles apresentadas. Tomado por esse interesse, que encontravam os interesses de meu orientador (Professor Luiz Rezende), iniciamos o esforço de desenvolver um referencial teórico-metodológico que desse conta de estudar conjuntamente os sentidos pretendidos pelos produtores do audiovisual e aqueles que os espectadores produzem no contato com a obra audiovisual.

Além dos diversos pontos de contato entre meus interesses e as atividades do LVE, estudar lá me trouxe também algumas novas questões. A primeira

delas foi: Vídeos educam? Filmes educam? TV educa ou "deseduca"? Que papel educativo o cinema pode desempenhar? O senso comum parece já possuir todo um repertório pronto de respostas para estas questões, que não irei reproduzir aqui.

Filmes e Vídeos educam?

Voltando à questão: vídeos educam? Diversos estudos apresentam, defendem e ressaltam os possíveis e potenciais papéis educativos desempenhados pelos vídeos. Hodge e Kress (1988) acreditam que uma narrativa fílmica pode permitir a percepção crítica da sociedade. Para Ferrés (1996) os vídeos podem despertar a atenção e a curiosidade, reforçar o interesse e a motivação de alunos. Segundo Arroio e Giordan (2004, 2005 e 2006), vídeos possibilitam transporte de fatos cotidianos para o momento do processo educativo, podem servir para introduzir um novo assunto, despertar a curiosidade e motivação para novos temas, promovem a aquisição de experiências de diversos tipos: conhecimentos, emoções, atitudes, sensações etc. Alguns autores destacam o recurso audiovisual como um "canal privilegiado para garantir o acesso aos níveis cognitivo, afetivo e da ação e aos códigos de comunicação de modo geral" (BOOG et al., 2003). Blasco et al. (2005) ressaltam que a educação através do cinema suscita a reflexão sobre valores e atitudes como forma de sensibilização para ensinamentos posteriores. Wong et al. (2009) e Ketis e Kersnik (2011) relatam experiências de uso de vídeos (trechos de filmes e séries de TV) para ensinar habilidade

comunicativas e empatia no âmbito da relação médico paciente. Esses são apenas alguns de inúmeros argumentos presentes em pesquisas sobre vídeos e educação que transparecem as mesmas concepções.

Bem antes desses estudos acima listados, o antropólogo norte-americano Sol Worth (1974) já questionava estudos como esses apresentados acima, sobre os supostos papéis e vantagens do audiovisual em contextos educativos. Worth afirmou que estes papéis desempenhados por filmes são coloridos pelos entendimentos destes como arte, propaganda, comunicação e sobre seus supostos efeitos à sociedade. Estas influências contribuíram para construir crenças que se configuraram como pressupostos de muitos estudos feitos até a data de publicação de seus últimos trabalhos. Como já dito, estes pressupostos circulam até hoje, frequentemente em estudos sobre usos e possíveis relações entre o audiovisual e a educação, sem serem devidamente problematizados.

Um desses pressupostos é caracterizado pela primazia psicológica e social dos vídeos, de acordo com a qual, sob a ideia de "pensamento visual", supõe-se que filmes e TV são, de alguma forma, superiores às palavras. É possível perceber esta noção circulando pela sociedade, sob a forma do já notório enunciado "uma imagem vale mais que mil palavras". Um desdobramento desta crença é o entendimento de que os vídeos são uma linguagem das novas gerações, que se tornará primária social e culturalmente, evidentemente motivada pela suposta primazia psicológica.

Outro desses pressupostos é a ideia de universalidade e potencial inexplorado dos vídeos como recurso educativo. Os vídeos, como "linguagem universal", possuiriam um potencial ainda inexplorado para fazer aquilo que as palavras falharam em fazer, comunicando forma multimodal, multissensorial, e para todas as idades e através de diferentes culturas. Acreditar que pessoas de todas as idades e culturas gostam e entendem os vídeos, é uma das faces dessa pressuposição rodeada de inconsistências.

Note que essas críticas feitas por Sol Worth, em 1974 ainda, parecem bastante atuais. Não é preciso grande esforço para perceber que, em diversos argumentos que defendem/justificam/propõem os usos de vídeo na educação, subjazem estes "pressupostos" criticados por Sol Worth. Segundo esse autor, a maior parte dos estudos sobre os usos educacionais dos vídeos não se voltaram para a verificação desses pressupostos, não tiveram estes pressupostos como objeto de estudo. E, por isso mesmo, sem a devida validação, esses pressupostos são frágeis em sustentar estudos subsequentes.

Obviamente, não discordamos, nem concordamos, com trabalhos específicos ou com alguns desses pressupostos. Na verdade, concordamos com Sol Worth sobre o fato de ser preciso ter estas pressuposições como objeto de estudo, para então aceitá-las ou refutá-las como norteadoras de qualquer estudo sobre os usos educacionais de vídeos.

O meu caminho até esse momento indicava que os vídeos educavam, mas de fato havia poucos argumentos e

experiências sustentadas por pesquisas empíricas. Longe de esvaziar o interesse no melhor desenvolvimento do conhecimento sobre as relações entre os recursos audiovisuais e a educação, a crítica de Sol Worth na verdade nos permite dar novos contornos às pesquisas, reorientá-las, e mais importante, reforçar a importância de também se voltarem as pesquisas para estas questões destacadas por ele.

Certamente, filme e comunicação visual devem receber maior atenção das escolas e dos educadores. O que discordo são as suposições subjacentes aos argumentos dos educadores. A suposição da primazia visual, com sua subordinada e acrítica ideologia fílmica, dá um viés despropositado para os problemas de investigação, métodos de ensino, e ao currículo, bem como as teorias da educação e políticas públicas. A verdade não é que o visual é psicologicamente, culturalmente, e sensorialmente a principal via de experimentação e conhecimento do mundo, mas sim que o modo visual de comunicação, juntamente com outros modos, permite-nos entender, controlar, ordenar e, assim, articular o mundo e nossas experiências (WORTH, 1974).

Partindo desse problema, reorientei meu percurso de estudos e pude encontrar com textos como o de Valério Fuenzalida (2005), a partir do qual foi possível tornar um pouco mais complexa essa relação entre audiovisual e educação. Referindo-se mais diretamente à TV, e extrapolando o contexto educativo exclusivamente da instituição escolar, o autor afirma que a TV é uma agência de socialização diferenciada da escola, com uma linguagem

diferente, acerca de temas diferentes, e de maneira diferente à socialização analítica ordenadora da linguagem que ocorre na escola. Abordando mais especificamente a audiência televisiva de programas mais variados, Fuenzalida, em suas considerações, confere maior poder aos espectadores que a partir de seu universo sociocultural e de suas expectativas existenciais constituem ou não um propósito educativo para o ato de assistir um programa de TV. O autor trabalha com a ideia de expectativa educativa como um modo intencional de espectadores receberem conteúdos audiovisuais na espera de aprender algo com aquilo que se assiste. Deste modo, a partir de sua situação cultural os espectadores reelaboram suas expectativas acerca da educação para orientá-las a questões mais alusivas às necessidades existenciais de sua vida cotidiana.

Nessa mesma direção, Jaques Rancière (2007) destaca a emancipação intelectual dos espectadores. O próprio termo "espectador" é criticado pelo autor por fazer subentender uma passividade dos receptores. Para o autor este entendimento de espectador passivo estaria fundado numa concepção platônica em que o ato de olhar apenas acessaria a aparência das coisas, e não a essência/realidade. Deste modo, olhar não seria uma atividade cognoscível, seria o oposto de conhecer, e por assim dizer, de agir. O autor reforça que na verdade espectadores são interpretadores ativos, que se apropriam da história para si mesmos, fazendo a partir dessa, sua própria história. Tanto para Rancière, como para Fuenzalida, a espectralidade é uma ação

intencional de sujeitos, a partir da qual são construídos sentidos, ou como Sol Worth destaca, a partir da qual as realidades são reorganizadas/reconstruídas pelos sujeitos espectadores.

De modo mais amplo, Stuart Hall (2003) também destaca o papel ativo de espectadores na recepção. A partir da crítica ao modelo da comunicação tradicional, unilinear/unidirecional e com foco na transmissão perfeita dos conteúdos e intenções dos emissores, Hall propõe pensar a comunicação como uma circulação de sentidos/significados em que não há a necessária identidade entre os sentidos produzidos/emitidos e os recebidos. Ou seja, produtores/emissores e receptores/espectadores, imersos nessa circularidade, estão em constante negociação de sentidos atribuídos aos conteúdos em circulação. Para o autor, os produtores frequentemente se preocupam com a possibilidade da audiência "falhar" em captar o sentido por eles pretendido. Hall chama de leitura preferencial essa tentativa de controle que os produtores tentam exercer na significação, uma espécie de orientação "leia-me desta forma". Entretanto, para Hall a leitura preferencial nunca é bem sucedida: é apenas uma tentativa de hegemônizar a leitura da audiência.

Juntamente aos graus de clausura (tentativas) impostos pelos produtores dos textos audiovisuais, também há uma forma de direcionamento do texto para quem deve ler ou de que ponto de vista deve receber o texto. Morley (1996) nomeia este esforço de Destinação, e o define como uma maneira de buscar abordar o público de uma determinada maneira, como forma

de estabelecer uma relação específica com a audiência.

De acordo com Morley (1996) essa produção de sentidos é feita sob os referenciais de conhecimentos dos sujeitos envolvidos nessa dinâmica comunicativa, quer sejam produtores, quer sejam receptores. Este autor destaca a importância de também se considerar os diferentes contextos culturais componentes do evento comunicativo.

De forma similar, Ellsworth (2001) trabalha com o conceito de Modo de endereçamento para pensar as relações, suposições e meios de abordar de um produtor a um espectador imaginado. Ellsworth (2001) afirma que os filmes imaginam potenciais espectadores, oferecem-lhes papéis forjados no interior de relações sociais presentes nos filmes na forma de uma posição a partir da qual os potenciais espectadores produzem os sentidos esperados pelos produtores. A autora aponta que o modo de endereçamento pode ser estudado com base em três perguntas principais: Quem esse filme pensa que é seu espectador? Quem esse filme quer que seu espectador seja? Quem o espectador pensa que ele é? A adesão a esses papéis e posições também se dá por meio da negociação, mediada pela obra audiovisual, entre produtores e receptores (espectadores). Para a autora, os modos de endereçamento são formas de tentar fixar leituras, tentativas dos produtores em antecipar as reações e as formas de produção de sentido dos espectadores, buscando fixá-los em um ponto de vista do qual devem assistir ao filme e que resulte em um determinado modo de interpretá-lo. Desta forma,

o modo de endereçamento é uma estruturação das relações entre o filme e seus espectadores, e não algo que reside inteiramente na obra. Por ser uma relação, o modo de endereçamento é invisível, não localizável.

As negociações relativas ao seu modo de endereçamento ocorrem no espaço social em que a obra circula e é utilizada. Nesse sentido, propomos pensar que no espaço social de utilização e apropriação de um vídeo ou filme, como uma sala de aula, pode haver uma modificação ou adaptação dos sentidos e modos de endereçamento originalmente pretendidos. Com base nisso, também propomos pensar a ideia de reendereçamento como a ação mediadora dos professores que se estende desde a apropriação de um vídeo em uma aula até seu efetivo uso, como elemento determinante nessa relação dos espectadores com o audiovisual na sala de aula. Nesse sentido, pensamos que apropriação de vídeos produzidos no contexto social mais amplo ao da escola implica em uma série de recortes dos significados originais por meio da valorização de determinados significados, bem como pela mediação empreendida por aqueles que fazem uso dessa mídia na sala de aula.

Kim Schrøder (2000; 2007) desenvolve um modelo que torna mais complexo o modelo proposto por Hall, trabalhando com diferentes dimensões subjetivas e "objetivas" de leitura e implicação das leituras. Assim, Schrøder (2000) propõe um Modelo Multidimensional de análise da recepção, constituído de acordo com um quadro teórico que considera os processos

complexos por meio dos quais as audiências se engajam, compreendem, criticam e respondem a uma determinada mensagem de mídia. Este modelo é constituído por seis dimensões de recepção, das quais quatro são de leitura e duas de implicação. O grupo das dimensões de leitura (motivação, compreensão, discriminação, posição) diz respeito às experiências subjetivas em que o significado é produzido em um contexto mais específico, situacional. As dimensões de implicação (avaliação e implementação) dizem respeito a como estes sentidos produzidos a partir da leitura são usados como recursos para uma ação política em um contexto sócio, político e ideológico de significação social.

A dimensão motivação trata da relação de relevância estabelecida pelo universo pessoal do leitor e o universo apresentado pelo texto, e compreende um continuum de posições de leitura que vão da recusa total até a forte motivação para ler determinado texto audiovisual. A dimensão compreensão diz respeito à forma como os espectadores entendem o material audiovisual sob influência dos contextos micro e macrosociais, e suas posições de leitura vão da divergência à convergência. Já a dimensão de discriminação refere-se a como os espectadores podem adotar uma posição mais ou menos esteticamente crítica frente ao texto fílmico (imersão), e como e o quanto uma leitura está caracterizada pelo nível de consciência do espectador sobre o caráter de construção e de artifício do produto audiovisual (distanciamento). Esta dimensão compreende dois eixos paralelos em continuum (da não

imersão à imersão total e do não distanciamento ao distanciamento total). A dimensão posição refere-se ao nível ideológico do espectador e está relacionada à atitude ideológica de aceitação, negociação ou rejeição do texto por parte do espectador. A dimensão avaliação diz respeito à relação feita pelo pesquisador/analista entre as leituras e um determinado contexto político-ideológico mais amplo e "objetivamente" identificado nas práticas sociais coletivas, ocorrendo em um continuum que vai de hegemônica até contra-hegemônica. Por fim, a dimensão implementação trata sobre como as leituras produzidas a partir de um determinado texto são levadas para a ação social e se vertem em recurso para uma ação política no cotidiano

Assim, ao considerarmos a recepção como elemento fundamental do processo comunicativo, não só os pressupostos que sustentam e orientam a produção e uso de vídeos para fins educativos são postos em dúvida, como o entendimento do papel ativo dos espectadores nos permite olhar de modo mais complexo para as relações entre educação e audiovisuais. Assim, para se aproximar de um melhor entendimento das possibilidades educativas do uso dos vídeos, é preciso partir de uma crítica e busca por uma empiria dos argumentos que sustentam seus usos, considerar que, além dos produtores, os espectadores são agências constituidoras de sentidos, finalidades e usos para as obras audiovisuais, que estes sujeitos são dotados de complexidade subjetiva, e influenciados por diferentes contextos

culturais, nesse processo comunicativo que é essencialmente circular.

Neste ponto, voltamos às perguntas: Vídeos educam? Vídeos sensibilizam? Vídeos conscientizam? A estas perguntas, ainda podemos somar outras: Que papéis ocupam os espectadores neste processo? Quais são as expectativas destes espectadores? De que maneiras as intenções dos produtores podem conformar/influenciar os sentidos produzidos pelos receptores? De que maneiras são mobilizadas as dimensões subjetivas dos espectadores na produção de sentidos na recepção de vídeos com finalidades educativas?

Sol Worth (1974) indica um possível caminho que nos permite aproximar dessas respostas.

Apesar de podermos ensinar por meio de filmes, temos que começar a entender como a estrutura do filme em si e os modos visuais em geral, estruturam nossos modos de organizar nossas experiências (WORTH, 1974).

Uma forma de estudar estas "maneiras de organizar experiências" é estudar as formas da circularidade entre a produção e a recepção de vídeos educativos. Caracterizar as intenções e influências de produtores e de receptores na produção de sentidos/significados atribuídos a vídeos educativos se configura como um primeiro importante passo a ser dado. Tal propósito pode ser realizado com qualquer obra audiovisual.

Pesquisando o produtor e o espectador

O esforço de aplicação desse construto teórico para estudar situações concretas de usos de audiovisuais em dinâmicas de ensino e aprendizagem vem, ao longo dos últimos 10 anos, se consolidando no contexto do Grupo de Estudos sobre Recepção Audiovisual na Educação em Ciências e Saúde (GERAES), do LVE-NUTES. As pesquisas têm contribuído fortemente para o aprimoramento teórico, refinamento das questões e desenhos metodológicos das pesquisas. Na página¹¹⁷ do grupo é possível ter acesso à produção do grupo.

Como participante do grupo, eu pude integrar equipes de pesquisas sobre usos de filmes e vídeos no ensino de física e biologia, além de conduzir estudos sobre usos de audiovisuais na formação em áreas de saúde, sobretudo Medicina, Enfermagem e Psicologia. Nos parágrafos a seguir vou buscar apresentar brevemente alguns resultados dessas pesquisas para a discussão central do presente capítulo.

Os desenhos destas pesquisas, em maior parte, foram bastante semelhantes, em geral constituído por um momento de análise das obras utilizadas, entrevistas com os produtores e estudo das experiências dos espectadores. Para estudar a produção, utilizamos a Análise Fílmica Francesa (VANOYE e GOLIOT-LÉTÉ, 1994) e Semiótica Social (HODGE e KRESS, 1988). Para estudar o contexto, entrevistamos os produtores e analisamos documentos relacionados à produção da obra, todos estes analisados segundo

a análise de conteúdo temática (BARDIN, 2008).

Para Vanoye e Goliot-Lété (1994), uma análise fílmica não pode centrar-se apenas no texto audiovisual. Ela deverá também ser feita a serviço de um projeto, levar em conta o contexto de produção e buscar caracterizar as influências destes na composição do texto. Para os autores, analisar um filme é desconstruí-lo em suas partes, em seguida reconstruí-lo e buscar a compreensão do todo da obra a partir da síntese das partes.

Com essas análises, buscamos identificar o significado preferencial e caracterizar os modos de endereçamento. Em seguida, buscamos relacionar esses elementos com os sentidos produzidos pelos espectadores, ou melhor, com a verbalização das experiências desses espectadores com a obra em estudo. A recepção, por sua vez, foi estudada a partir da realização de exposições experimentais seguidas de discussão em grupo ou aplicação de questionários.

Em uma situação de pesquisa na formação em medicina, um vídeo educativo foi exibido e discutido em dois momentos com dois grupos distintos, o primeiro grupo formado por professores de uma disciplina, o segundo formado por estudantes dessa mesma disciplina. O vídeo exibido foi bastante criticado pelos professores, que afirmaram que os conteúdos e formas do filme poderiam levar os estudantes a produzir entendimentos errados sobre os tópicos da disciplina em questão. Contudo, os estudantes, quando foram os espectadores pesquisados, demonstraram estar conscientes dessas

ideias imprecisas presentes no vídeo, conseguiram fazer proveito de alguns conteúdos da obra, discutir e rejeitar os problemáticos. Essa dinâmica, entre outros pontos, evidenciou que estes professores tendiam supor seus alunos como passivos e pouco críticos, aspecto que não se confirmou.

Em outra situação, também na formação em medicina, em uma discussão pós-exibição de um filme, um professor tentou conduzir seus alunos a entendimentos que se aproximavam mais de suas leituras pessoais e os distanciando dos conteúdos presentes no filme. Argumentos de poder, tomadas de turnos, foram utilizados como recursos de tentativa de controle das produções de sentido. Entretanto, os alunos fizeram leituras que se aproximavam mais dos conteúdos apresentados no vídeo, sempre articulados com suas experiências pregressas em estágios curriculares e disciplinas teóricas. Mais uma vez, apesar das descrenças de alguns professores, esses estudantes foram ativos e fizeram uso de seu percurso formativo até ali para produzir sentidos mais afinados às suas necessidades formativas e mais coerentes ao discurso da própria disciplina em que foi utilizado. Outros professores dessa mesma disciplina não empreenderam uma mediação tão controladora, e os alunos puderam aproveitar das cenas e situações do filme para enunciar questões sobre dúvidas que estas carregavam sobre a prática médica.

Um resultado que reforça essa percepção do espectador ativo aconteceu em estudo na enfermagem. Nessa oportunidade foi pesquisado um vídeo

educativo voltado a apresentar problemas e modos de realizar a consulta em enfermagem em um contexto de saúde pública em uma área carente. Ocorreu que a discussão desenvolvida pelos espectadores destacou em grande parte o papel social e político dos enfermeiros nesses contextos e a necessidade por valorização da profissão. A partir do vídeo, os espectadores revisitam suas experiências, questionaram suas práticas, repensaram sua atuação macro e micro, fazendo críticas importantes ao funcionamento do sistema de saúde. Assim, foram as reflexões sobre as vivências bem como uma formação atenta às lutas políticas da classe que ofereceram recursos para que os espectadores pudessem produzir sentidos mais próximos às expectativas dos produtores e, principalmente, às demandas sociais do serviço de saúde. Apesar do distanciamento histórico entre o momento da audiência e o momento de produção do vídeo, foi identificada a permanência das pautas de lutas políticas na enfermagem (e na saúde), além dos desafios pessoais experimentados em suas trajetórias profissionais. Em todas as dimensões do Modelo Multidimensional as leituras tenderam a ser muito próximas àquelas pretendidas pelos produtores, contudo, na dimensão implementação, os participantes conectaram suas leituras a demandas sociais emergentes em suas práticas profissionais.

Na psicologia, o estudo foi realizado no contexto de uma atividade extracurricular, um cineclube, em que professores e alunos se reúnem para discutir temas transversais à formação de graduação em psicologia. O filme,

estruturado didaticamente, claramente ofereceu um “caminho” confiável de leitura aos espectadores. Essa estrutura retórica apresentou uma tese que foi reforçada por comentários de especialistas sobre o assunto, além de diversas encenações de ilustração. Apesar de peculiaridades em suas leituras, todos os espectadores aderiram ao discurso defendido pelo filme. Todos os pontos que constituem o Significado Preferencial foram discutidos. Esse significado preferencial, de forte viés político, contou com um duplo endereçamento. Espectadores de ambos grupos foram, pouco a pouco, aderindo ao argumento central da narrativa e começaram a repensar algumas de suas práticas cotidianas. Nesse caso, o filme contribuiu para a tomada de consciência de alguns espectadores e para a resignificação de suas relações sociais.

Nos três cenários os estudantes transcenderam o significado esperado para as obras utilizadas e ativamente produziram sentidos que conectaram o discurso dos audiovisuais às suas demandas por aprendizados e aos contextos disciplinares em que as atividades foram realizadas, aos quais também extrapolaram. Por exemplo, na educação médica houve uma tendência do uso do vídeo como um universo vivencial no qual os estudantes puderam experimentar situações ainda distantes de suas práticas. Assim, refletiram sobre as demandas de saúde mental aos profissionais no cuidado aos pacientes. Os estudantes de enfermagem foram além do uso como universo vivencial e utilizaram da obra para criticar aspectos do modelo

atual de assistência em saúde. Já os estudantes de psicologia, em sua experiência com o audiovisual, repensaram suas identidades e práticas, com atenção especial àquelas assujeitadoras dos usuários de serviços de saúde mental.

Mas a sensibilização e conscientização? Algumas palavras finais...

A minha opção por estruturar esse texto passando por minha trajetória de pesquisa foi para mostrar o quanto foi difícil encontrar na educação ambiental trabalhos que se voltassem à problemática do receptor, do espectador. Para desenvolver esses estudos precisei me aproximar das pesquisas em formação de profissionais de saúde. É importante ressaltar que na saúde também não havia tanta oferta assim de trabalhos, mas certamente superior aos trabalhos em Educação Ambiental. Sem dúvidas há muitos bons trabalhos, na Educação Ambiental, que relacionam a importância da produção em colocar em circulação discursos e/ou realidades e vozes nem sempre valorizadas ou socialmente "escutadas". Essas produções em geral partem de práticas e estudos, muitas vezes são estudadas em seu potencial de "ensinagem", mas poucas vezes são pesquisados em suas possibilidades de aprendizagens.

O referencial teórico desenvolvido por nós e aqui apresentado, ressaltou a importância de se considerar a atividade dos espectadores na produção dos sentidos a partir de um dado audiovisual. Destacamos que essa interação mediada por imagens é

complexa, envolve muitos atores e não pode ser simplesmente compreendida em termos de emissão, mensagem e recepção. Também ressaltamos a complexidade dos espectadores e das relações cotidianas influentes e implicadas nessa produção de sentidos. Para isso, citamos alguns exemplos de resultados de pesquisas por nós realizadas, em que os alunos negociam a seus entendimentos dos audiovisuais e negociam com professores o que querem e precisam compreender. Eles resistiram aos controles empreendidos e criaram modos de habitar ou experimentar às narrativas audiovisuais que fossem mais coerentes com seus universos.

Obviamente, essa discussão não passa apenas por referenciais teóricos de comunicação. Essa precisa também estar sustentada por teorias advindas da educação, sobretudo aquelas mais progressistas e pautadas pelo diálogo, em que os alunos não sejam apenas depósitos de informações, mas criadores ativos de conhecimento. Por essa razão, ao longo da escrita deste texto eu fui constantemente provocado pelo título deste livro. Aliás, devo confessar que esse título muito bem escolhido me fez colocar esse texto como prioridade frente a outros em minha fila de produções. Imagina-mundos? Imaginar mundos? Com base nas ideias que discuti até aqui, eu só posso pensar que imaginar mundos passa por possibilitar e favorecer que outros mundos sejam imaginados, que essas imaginações sejam escutadas e, portanto, imaginar mundos passa pelo exercício democrático do diálogo de permitir e possibilitar que outros mundos sejam

enunciados e imaginados. Assim, trata-se conceber imagens para que o mundo seja imaginado. Ou seja, demanda-se abrir para as “imagens imaginadas” a partir das experiências dos outros com as imagens que produzimos. Essa circularidade de produção e recepção, ou produção e (re)produção é base para o exercício da dialogicidade nas interações mediadas por imagens.

Portanto, voltando à sensibilização ou conscientização, não se trata de dar consciência ou tornar mais sensível, mas de favorecer diálogos, ouvir e ser ouvido, proporcionar experiências de encontros e saberes diversos. Para isso é preciso olhar para toda a dinâmica de produção de significados e sentidos por produtores e espectadores. Dar voz, ou não silenciar as vozes dos estudantes/espectadores é uma contribuição à imaginação desses mundos possíveis, talvez uma das poucas vias possíveis e frutíferas para imaginar esses mundos. Com isso, eu posso repensar aquela minha primeira experiência no Projeto Pólen e entender que exatamente quando os estudantes não seguiam o roteiro planejado de discussão, eles estavam exatamente ampliando aquele momento educativo para além de minhas possibilidades de compreensão. Nesses desvios eles estavam realmente criando, imaginando, um mundo para além dos limites de minhas capacidades cognitivas.

Eu termino reforçando que uma educação ambiental crítica não pode ser realmente crítica se ainda seguir, mesmo que tenuemente paradigmas auto-críticos em suas pesquisas e práticas de ensino aprendizagens. Sensibilizar

e conscientizar, como objetivos educacionais, subentendem um desequilíbrio nas relações de produção de significados e sentidos, conferindo aos produtores poderes bem maiores que os poderes dos espectadores.

Referências

ARROIO, A.; GIORDAN, M. O vídeo educativo: aspectos da organização do ensino. *Química Nova na Escola*, n. 24, p. 8-11, nov. 2006.

ARROIO, A.; DINIZ, ML; GIORDAN, M. A utilização do vídeo educativo como possibilidade de domínio da linguagem audiovisual pelo professor de ciências. V Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Atas do V ENPEC, 2005.

ARROIO, A.; GIORDAN, M. O vídeo educativo: aspectos da organização do ensino. *Química Nova na Escola*, v. 24, 2004. 8-11 p.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 19ª Ed. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2008.

BLASCO, P.; GALLIAN, D.; RONCOLETTA, A.; MORETO, G. Cinema para o estudante de medicina: um recurso afetivo/efetivo na educação humanística. *Rev. bras. educ. med.* Rio de Janeiro, v. 29(2), 2005.

BOOG, M.; VIEIRA, C.; OLIVEIRA, N.; FONSECA, O.; L'ABBATE, S. Utilização de vídeo como estratégia de educação nutricional para adolescentes: “Comer...o fruto ou o produto?” *Rev. Nutr.*, Campinas, 16(3):281-293, jul./set., 2003.

- DUARTE JR., J. F. Fundamentos estéticos da educação. 7 ed. São Paulo: Papirus, 2002. 150p.
- ELLSWORTH, E. "Modos de endereçamento: uma coisa de cinema", in SILVA, T. T. (org.). Nunca fomos humanos: metamorfoses da subjetividade contemporânea. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FERRÉS, J. Vídeo e Educação. Porto Alegre: Artmed, 2ed., 1996.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido, 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- FUENZALIDA, Valerio. Expectativas educativas de las audiencias televisivas. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005.
- HALL, S. Codificação/Decodificação, in Da diáspora. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HODGE, R. e KRESS, G. Social semiotics. Ithaca, NY: Cornell Univ. Press, 1988.
- KETIS, K e KERSNIK, K. Using movies to teach professionalism to medical students. BMC Medical Education. 2011..
- MORLEY, D. Interpretar televisión: la audiencia de Nationwide, in MORLEY, D. Televisión, audiencias y estudios culturales. Buenos Aires: Amorrortu, 1996.
- NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Rio de Janeiro: Riofilme, 2003. 1 DVD (120 min.), son., color., português.
- NO RANCHO Fundo. Direção: Júlio César Fagundes. Rio de Janeiro, Cecip/TV Maxambomba, 1993. 1 DVD (100 min.), son., color., português.
- RANCIÈRE, Jacques. The emancipated spectator. ARTFORUM, Londres, Mar. 2007.
- SCHRØDER, Kim Christian. Media Discourse Analysis: Researching Cultural Meanings from Inception to Reception. Textual Cultures: Texts, Contexts, Interpretation, v.2, n.2, 2007, p.77-99.
- SCHRØDER, K. Making sense of audience discourses: Towards a multidimensional model of mass media reception. European Journal of Cultural Studies, Sage: 2000.
- VANOYE, F. e GOLIOT-LÉTÉ, A. Ensaio sobre a análise fílmica, Campinas: Papirus, 1994.
- WONG, R.; SABER, S.; MA, I.; ROBERTS, J. M. Using television shows to teach communication skills in internal medicine residency. BMC Medical Education. Fev. 2009.
- WORTH, Sol. The Uses of Film in Education and Communication. in DAVID R. OLSON, ed., Symbols: The forms of the expression, communication, and educations, Part I, Seventy-third yearbook of the National Society for the Study of Education. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

NOTAS

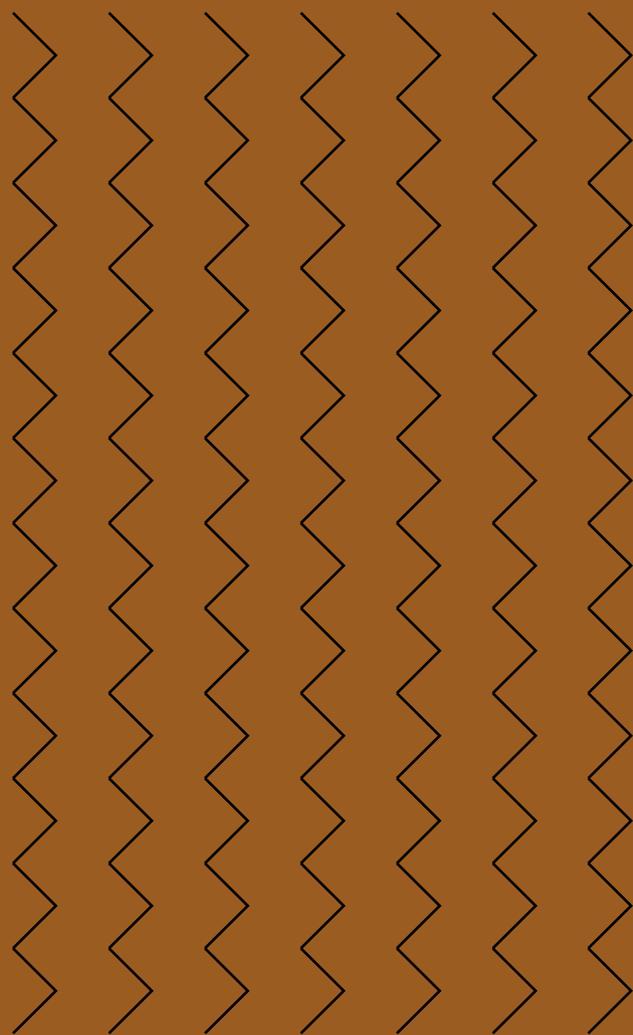
Capítulo 18

177 <http://www.nutes.ufrj.br/geraes/>

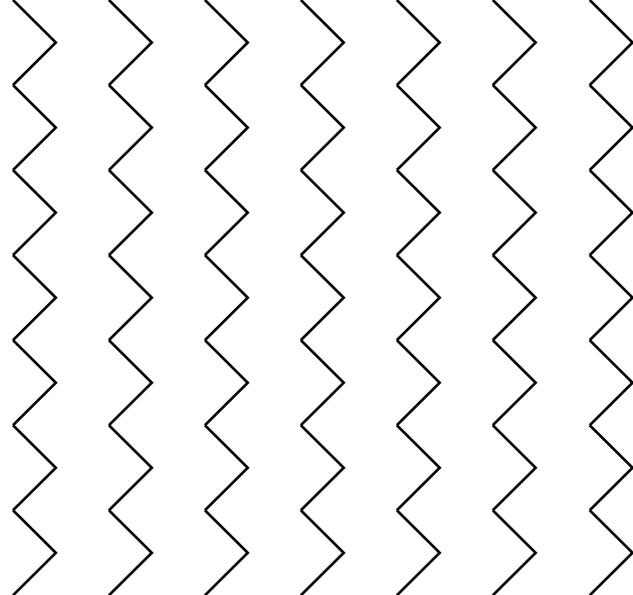
Las dos caras del dios Jano o cómo conviven las dos imágenes encontradas de una misma ciudad: Santa Fe de la Vera Cruz

Francisco Sempere Ruiz

19.



Introducción



Los primeros años del recién estrenado siglo XXI en Argentina y, más concretamente, en Santa Fe no pudieron comenzar de una forma más abrupta. Después de diez años de reformas de corte neoliberal, durante los años 90 y bajo los dos gobiernos del presidente Carlos Menem, fueron larvando una crisis sin precedentes que tuvo su explosión en el mes de diciembre del 2001, cuando todo el sistema colapsó. Argentina comenzó así la que sería la peor de sus (reiteradas) crisis en todos los órdenes: político, económico y social. Dos años más tarde, en el 2003, Santa Fe se inundó en una tercera parte de su territorio, no por efecto de un evento climático violento o inesperado, sino por una serie de dejaciones por parte de sus líderes políticos, quienes todavía, quince años más tarde, no han afrontado ningún tipo de responsabilidad penal por sus lamentables decisiones. El resultado fue la peor inundación que la ciudad sufrió en varias décadas con múltiples daños personales, decenas de muertos y desaparecidos, y cuantiosos daños materiales que provocaron el desplazamiento de numerosas familias.

Este terremoto político, económico y social provocó un cambio de ciclo que a nivel nacional significó la llegada del "Kirchnerismo", una interpretación muy personal del peronismo con el presidente Néstor Kirchner primero y que después fue asumido por su mujer, Cristina Fernández de Kirchner, durante dos legislaturas completas. Estos cambios políticos tuvieron su correlato regional con los gobiernos del Frente Amplio de Pepe Mujica en Uruguay, de Ignacio "Lula" da Silva en Brasil, de Fernando Lugo en Paraguay, de Evo Morales en Bolivia, de Rafael Correa en Ecuador y de Hugo Chávez en Venezuela. Todos ellos tuvieron

dos cosas en común. En primer lugar, fueron tildados de “populistas” por sus detractores y, en segundo lugar, tuvieron a favor una fuerte demanda y su consecuente subida de precios de las materias primas de las que sus países son proveedores de las principales economías mundiales. Esto provocó que las arcas estatales recibieran un fuerte estímulo durante muchos años. Años que, en opinión del politólogo argentino Atilio Borón, sirvieron como meta para que los países del Cono Sur dieran “a luz un inverosímil e improbable capitalismo serio y racional” (Borón, p. 21, 2014). Efectivamente, los líderes de la región no se atrevieron a dar los pasos necesarios para cambiar el modelo de desarrollo y de dependencia de los países centrales, por lo que los niveles de desigualdad no disminuyeron, aunque sí lo hicieron las cifras de desempleo, de subempleo y de marginación, en base a la transferencia de una serie de recursos económicos de corte asistencial y, en última instancia, paliativo.

En el foco local, hubo una serie de transformaciones políticas a nivel municipal y provincial que confirieron a la ciudad de Santa Fe nuevos aires. En lo que concierne a nuestro trabajo, cabe mencionar que se ampliaron la infraestructura y la oferta cultural de la mano de los recientemente creados Ministerio de Innovación y Cultura provincial y de la Secretaría de Cultura municipal, ambos del año 2007. Es importante destacar este dato, puesto que la Argentina solo cuenta con el Ministerio de Cultura de la Nación desde el año 2014, cuando antes tan sólo poseía rango de Secretaría.

Sin embargo, los nuevos regidores en la ciudad y en el gobierno provincial no tuvieron la suficiente voluntad política para cambiar de paradigma cultural. Según la clasificación de Néstor García Canclini, se distinguen diferentes paradigmas culturales. En el mejor de los casos en Santa Fe nos encontramos en el de la democracia cultural sin darse los pasos necesarios para alcanzar el paradigma cultural de la democracia participativa.

Por tanto, en el presente trabajo, vamos a analizar los resultados de la política cultural llevada a cabo durante el primer período de gobierno local y provincial. Para el análisis de estos datos, nos servimos del Observatorio Social de la Universidad Nacional del Litoral, agente que durante más de 15 años viene realizando diferentes encuestas entre la sociedad santafesina en lo que concierne a los consumos de los bienes culturales públicos, a otras actividades recreativas culturales o a los usos del tiempo libre. Son datos, conviene aclarar, que proceden del Panel de Hogares que realiza el mencionado Observatorio Social de la Universidad Nacional del Litoral. El Panel de Hogares posee una periodicidad anual y tiene como finalidad relevar información significativa de los hogares santafesinos. Dicha información constituye lo que, en el Observatorio Social, se conoce como la Onda de Panel, es decir, que los hogares que, año a año, acceden a responder dicha encuesta son los que pasan a formar parte del Panel Detallista, o sea, que son los mismos hogares que responden la encuesta cada año. Esto permite analizar la comparación de resultados

y la rotación de sus respuestas en base a los mismos actores sociales, realizando un seguimiento de sus necesidades y de las acciones a partir de las cuales satisfacen las mismas.

Contextualización socio-demográfica y económica. Una radiografía actual de la ciudad de Santa Fe

De acuerdo al último censo del año 2010, la población de la provincia de Santa Fe es de 3.194.537 habitantes, lo que significa el 7,96% del total de la población, ubicándose a nivel nacional en el tercer lugar, tras las provincias de Buenos Aires y Córdoba. Respecto al anterior censo de 2001, la población creció un 6,5%, inferior a la media del país que resultó del 10,6%, en una superficie total de 133.007 kilómetros cuadrados, que representa un 4,76% del total de la superficie del país.

Del total de la población santafesina, alrededor de un 30% o, lo que es lo mismo, 913.538 personas mayores de 3 años asistieron a una institución educativa. La mayor parte de esta cantidad lo hicieron en un nivel primario, 391.955 personas, seguido del nivel secundario con un total de 222.338. En el año 2010, según el Censo Nacional de Población Hogares y Viviendas, los habitantes de la provincia de Santa Fe, mayores de 20 años, que completaron el nivel universitario alcanzaron las 127.497 personas, de las cuales un 54,6% son mujeres y un 45,4% varones. La mayor parte de graduados universitarios (21,1%) se concentra en el grupo etario que va entre los 40 y 49 años, por lo que parece que se produce un retroceso en cuanto a la confianza en

la universidad pública y gratuita como principal factor de movilidad social (o quizás aumentaron las dificultades que tienen muchos ciudadanos en poder terminar unos estudios de educación superior, a pesar de su gratuidad). Por último, en el año 2010, la Universidad Nacional del Litoral concentró 42.862 alumnos en sus 14 unidades académicas entre facultades, escuelas e institutos. Datos que nos llevan a pensar que muchos de los alumnos que, actualmente, se inscriben en alguna carrera universitaria no llega a terminar nunca sus estudios.

En cuanto al mercado laboral de la ciudad y de acuerdo a la Encuesta Permanente de Hogares, el número de personas económicamente activas en el cuarto trimestre del 2011 es de 217.000 en el aglomerado de Gran Santa Fe de un total de 513.000 y el número de desocupados representaba el 5,7%, por lo que se observa una importante reducción de desempleados respecto del último censo del 2001, el mismo año que estalla la peor crisis socio-económica y política de la historia reciente argentina. Por otra parte, el principal grupo etario afectado por la desocupación, en términos absolutos, es el de 20 a 29 años. Este dato es compartido con el aglomerado del Gran Rosario. En ambos aglomerados se registra un importante descenso del número de desocupados en este grupo etario durante el año 2011, aunque en el del Gran Santa Fe se aprecia en menor medida.

En el Gran Santa Fe, los trabajadores se concentran mayormente en el comercio, y en menor medida, en la administración pública, la construcción

y la enseñanza, concentrando cerca del 56% de la población ocupada, lo cual demuestra ser un modelo productivo, el de un capitalismo comercial, que cuenta con un sector industrial y productivo insignificante. El porcentaje de asalariados sin aportes jubilatorios, el cual se toma como medida del trabajo no registrado, en el último trimestre de 2011, se ubica en 24% en el Gran Rosario y, en el 28%, en el Gran Santa Fe. Sin embargo, en términos del total de asalariados, el trabajo informal ascendería a cerca del 32% en el Gran Rosario, siendo del 35% en el aglomerado Gran Santa Fe. Estas cifras implican una reducción de dos puntos porcentuales respecto a un año atrás, ubicándose cerca del promedio nacional del 34%. De ahí también el modelo dual dentro de la sociedad santafesina en el que un tercio de su población queda al margen de los beneficios sociales y económicos de un trabajo de calidad y de los aportes jubilatorios.

En siguiente lugar vamos a comprobar que estos datos resultan optimistas si los comparamos con la información recabada durante los años anteriores, los de la primera década del nuevo siglo resultantes del cataclismo de la crisis del 2001 ya mencionada. Según la Fundación Proteger, el 46,6% de los santafesinos vivía en una situación de pobreza, en una proporción que aumentó en el segundo semestre de 2004, con respecto al primero (cuando registraba el 46,1%). El salto es mucho mayor si se compara el segundo semestre de 2004 con el mismo período de 2003, cuando indicaba un nivel del 36 %7.

En cualquier caso, según los datos difundidos en el 2005 por el Indec - Instituto Nacional de Estadísticas y Censos - el conglomerado Santa Fe superaba la media nacional y también lo hacía en los niveles de indigencia; que marca cuántas de las personas que están en situación de pobreza, ni siquiera cuentan con ingresos suficientes para cubrir las necesidades alimentarias. En este caso, con el 17,1 %, Santa Fe estaría dos puntos por debajo del primer semestre de 2004, cuando se situaba en 19,2. Sin embargo, este dato está sujeto a una variación del 10 %, por lo que registra un importante grado de incertidumbre.

Mientras tanto, aún con valores altos, la tendencia es diferente en el caso del Gran Rosario, donde el nivel de pobreza viene declinando: 54,6 % en el primer semestre de 2003; 47,9 en el segundo; 42 en el primero de 2004 y, 36,5, en el segundo.

Según los datos del Indec para el resto de la Argentina, cerca de 15 millones de argentinos vivían en la pobreza, de los cuales unos 5 millones eran indigentes. El organismo precisó que, al cierre de 2004, el 40,2 por ciento de los habitantes de los 28 principales aglomerados del país era pobre, lo que representa una reducción de 4,1 puntos porcentuales frente al 44,3 por ciento que se registró en el primer semestre del año. A su vez, el número de indigentes se redujo de 17 por ciento al 30 de junio de 2004 a 15 por ciento al finalizar el año. Por lo que resulta una evidencia decir que, a partir de diciembre del 2001, momento en el que estalla la crisis argentina, y a lo largo del 2002 y de los años sucesivos, el país toca

fondo. A partir de este momento, se producirán ciertos cambios políticos, la llegada del nuevo Presidente de la Nación Néstor Kirchner, respaldado por el vigor que confirieron el nuevo ciclo de las commodities y sus excepcionales precios de venta, para, a partir de una política asistencial gubernamental, ir reduciendo, a lo largo de la primera década del nuevo siglo, los niveles de indigencia y pobreza nacionales.

Uno de los indicadores que pueden dar una medida del proceso que se está describiendo sería el del equipamiento de los hogares, una forma de evaluar las necesidades básicas insatisfechas de las familias santafesinas o el acceso a la era de la información en cuanto al número de personas que tienen acceso a un ordenador personal o a una conexión a internet. Según el Censo Nacional del 2010, el 95,9% de los hogares disponía de una nevera, cifra que aumentó levemente respecto al Censo de 2001 (93,5%). En segundo lugar, se encuentran los teléfonos móviles, ya que el 86,0% de los hogares disponían de ellos, valor fuertemente superior al del Censo anterior (27,0%). En tercer lugar, se ubica el teléfono de línea, con el 60,0% de los hogares, valor levemente superior al del censo anterior (58,8%). Otro aumento importante respecto al censo de 2001 es la disponibilidad de un ordenador personal en los hogares ya que, en el 2010, el 47,6% de ellos disponen de uno, mientras que en el 2001 sólo lo hacía el 18,5%, lo cual la ubica siete puntos por encima del porcentaje del total del país, implicando una mejora relativa con respecto al censo anterior del año

2001, donde se sitúa por debajo del total, cercano al 20%.

Para las mismas fechas, la provincia de Santa Fe era la cuarta en el ranking nacional de conexiones residenciales a Internet. Momento en el que se disponía de 348.714 accesos residenciales totales, lo que equivale a una participación del 7,3% sobre el total país. En la provincia de Santa Fe, de acuerdo con el Censo de Población, Hogares y Viviendas del año 2010, el 47,6% de los hogares cuenta con ordenador personal, lo cual no es un número muy alentador si tenemos en cuenta que éste se ha convertido en una herramienta indispensable en la nueva era de la información, tanto para el desempeño profesional como para el ocio y el entretenimiento.

La localización de los principales puntos de la oferta de los Bienes Culturales Públicos de la ciudad de Santa Fe y algunas propuestas de la sociedad civil

A partir de la descripción de la configuración de la oferta de los bienes culturales públicos de la ciudad, procedemos a realizar un mapeo para facilitar la localización y comprensión de estos puntos que - como comprobará el lector líneas más abajo - su principal característica es el aglutinamiento y la concentración de los mismos alrededor del micro-centro de la ciudad, en torno a un contado número de calles, a excepción de algunos puntos de interés que fueron creados de forma relativamente reciente, a partir del año 2007, y con el objetivo de ampliar el espacio en donde el ciudadano pueda disfrutar

del "hecho cultural", descongestionando, al mismo tiempo, ese solapamiento que venimos enunciando.

Esta oferta de bienes culturales públicos que la ciudad ofrece debe ser considerada como posibles "recursos" en un sistema urbano. En este sentido, queremos recordar el concepto que David Harvey tiene de estos "recursos" que, a pesar de la tendencia general, en modo alguno deben ser considerados como "naturales". Por tanto, Harvey estima que "es más satisfactorio considerar la ciudad como un sistema gigantesco de recursos, la mayoría de los cuales han sido construidos por el hombre. Es también un sistema de recursos localizado territorialmente en el sentido de que la mayoría de los recursos que podemos utilizar en un sistema urbano no se encuentran en todas partes y, por consiguiente, su disponibilidad depende de la accesibilidad y proximidad. Así, pues, el sistema urbano contiene una distribución geográfica de recursos creados de una gran importancia económica, social, psicológica y simbólica" (Harvey, p. 66 y 67, 1977).

Al respecto, entrevistamos a dos personas que viven muy de cerca esta problemática. Desde su vida personal y desde su dedicación profesional son dos agentes sociales que han dedicado muchos esfuerzos, desde lugares muy distantes, a la ciudad de Santa Fe.

En primer lugar, tenemos a Cristina Copes, de 69 años, quien ha dedicado toda su vida a la cultura; primero, como bailarina profesional, para más tarde dedicarse a la gestión cultural. En sus principios de gestión lo hizo para los diferentes gobiernos

provinciales de signo peronista como empleada de planta y, una vez consumado el cambio de gobierno, esta vez socialista, en el año 2007, pasa a ser asistente técnico en el Ministerio de Innovación y Cultura, en el área de programación que, conviene recordar, no solo tiene que ver con aquellas actividades que se realizan en la ciudad sino también en lo que se hace en todo el territorio provincial, además de asumir la función de directora del Centro Cultural Provincial durante unos años. "La concentración de los lugares donde consumir cultura es total", nos dice Cristina, quien apostilla, "salvo en aquellos lugares recuperados, como el "Tríptico de la Imaginación".

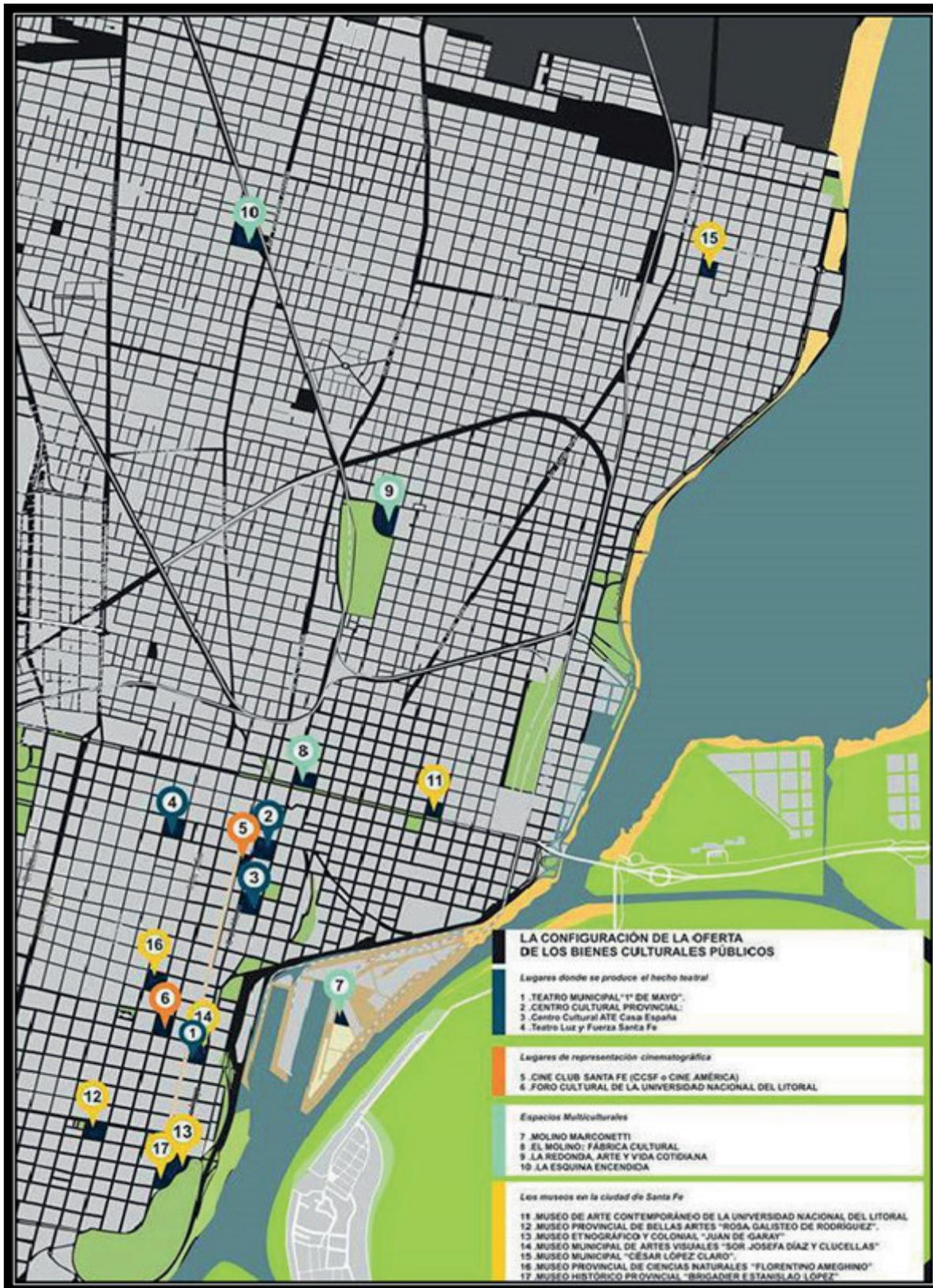
Efectivamente, se amplió la posibilidad de poder acudir a un evento cultural en la parte norte de la ciudad, al menos más al norte del "eje tradicional" (micro-centro de la ciudad) y la nueva centralidad de la ciudad a partir del bulevar Pellegrini con la recuperación de ciertos espacios y su posterior reconversión para la cultura. En un primer lugar, tenemos "La Redonda: arte y vida cotidiana" que supone la transformación de un antiguo taller de locomotoras en un proyecto cultural, social y pedagógico que busca propiciar el cruce y los vínculos intergeneracionales a través del juego. En segundo lugar, contamos con "La Esquina Encendida", situado en el predio donde anteriormente funcionaba el Campo Universitario y en donde los estudiantes de la Universidad Nacional del Litoral practicaban deportes como el fútbol, vóley o hockey y en el que hoy se desarrollan actividades lúdicas, culturales y deportivas para todas las edades y de forma

gratuita. Ambos son proyectos del nuevo gobierno provincial de la ciudad, de corte socialista, que resultó ganador de las elecciones del 2007. En tercer lugar, la ciudad cuenta en el barrio de Guadalupe, al noreste de la ciudad, el, un tanto abandonado, museo municipal "César López Claro". Por último, cabe señalar que a lo largo del bulevar Pellegrini, eje de esa nueva centralidad de la ciudad, se encuentran "El Molino: Fábrica cultural", un antiguo molino harinero transformado hoy en un espacio de creación común con otros para contribuir al fomento de los vínculos sociales y de la articulación de la cultura para las nuevas generaciones, también proyecto del nuevo gobierno socialista, y el "Museo de Arte Contemporáneo" de la Universidad Nacional del Litoral.

"Y es que - continúa diciendo Cristina Copes - "la cultura adquirió para la administración provincial una prioridad única, entendida como un arma de transformación social". Estas políticas culturales, aunque se pusieron en marcha a partir del 2007, llegaron en un momento muy delicado para la ciudad. Recordemos una vez más que Santa Fe sufrió en el año 2003 la terrible inundación que anegó un tercio de su superficie y que, en el 2007, volvió a sufrir otra inundación, aunque ésta, afortunadamente, de menores dimensiones. "Santa Fe estaba hecha pelota, una ciudad espantosa", recuerda Cristina, "pienso que el primer impacto debía ser la recuperación de estos espacios para la ciudad, por lo que me parece que la ciudad se transformó desde el momento en que se recuperaron esos espacios".

En el cuadro nº1, podemos apreciar los diferentes lugares en donde se puede acceder a un evento cultural de carácter público y de una forma mucho más nítida su concentración en el centro histórico de la ciudad. Esta parte urbana es la que, desde la fundación de la ciudad, concentró los sectores sociales más influyentes, las familias patricias, para posteriormente, y conforme crecía la ciudad, aglutinar a los inmigrantes, de origen italiano y español, mayoritariamente, que se dedicaron en gran proporción al comercio.

Es conveniente no olvidar que la distribución de los recursos, y los bienes culturales lo son, nunca es igual ni geográfica ni socialmente, sino que son el resultado de unos procesos políticos que David Harvey califica de "predecibles". "En otras palabras" - dice Harvey - "podemos esperar que se establezca un "orden jerárquico" entre varios grupos de la población para explotar los diversos recursos que ofrece la ciudad. Aquellos que estén al final de este orden jerárquico serán los perdedores" (Harvey, p. 77, 1977).



Cuadro n°1: La configuración de la oferta de los Bienes Culturales Públicos en Santa Fe.

Fuente: elaboración propia.

Debemos añadir, no obstante, que a pesar de los esfuerzos institucionales por mejorar, descongestionar e incrementar la oferta de los bienes culturales, la ciudad cuenta con una sociedad civil atenta y comprometida que entiende que, gracias al esfuerzo común de sus ciudadanos, se pueden optimizar de una forma más democrática e inclusiva los recursos con los que se cuentan para resolver las problemáticas inherentes a la ciudad y crear, proponer y fortalecer futuras intervenciones o actividades sociales y culturales.

Fruto de este empeño surge, en el año 2016, "el (pequeño) Atlas colectivo de Santa Fe", como resultado de un proceso de co-investigación desarrollado durante cinco jornadas con más de doscientos cincuenta participantes provenientes de diversas prácticas sociales, políticas, educativas, culturales y artísticas, articulados en diferentes talleres que se desplegaron bajo la temática global del "derecho a la ciudad". Según se desprende de su publicación, funcionó como un paraguas que contuvo diversas reflexiones sobre las problemáticas sociales y urbanas las prácticas, recursos y herramientas culturales existentes en distintos puntos de la ciudad y los deseos y proyectos imaginados sobre áreas específicas.

Una de las personas que participó en la confección de "el (pequeño) Atlas colectivo de Santa Fe" fue Óscar Vallejos, de 50 años de edad, docente de la Universidad Nacional del Litoral, en la Facultad de Ingeniería y Ciencias Hídricas y de la Facultad de Humanidades y Ciencias y Secretario Adjunto de la Asociación de Docentes

de la misma (ADUL) desde hace cinco años. Además, trabaja como activista en diferentes grupos ambientalistas en lo que él llama activismo epistémico que es un tipo de activismo social que no solamente trata de incidir en el ámbito político, sino también en el de la formación de conceptos para el debate público. Labor que realiza con sus alumnos y con algunas asociaciones de base y con organizaciones no gubernamentales.

Fruto de esta labor, comienzan a surgir lo que se conoce como las cartografías activistas. Óscar Vallejos considera que la Universidad produce una serie de dispositivos teóricos para pensar el territorio que plantea una idea de neutralidad valorativa, "cosa que no es así, pero que los estudiantes se quedan con esa fantasía de que los productos cartográficos son neutros con respecto a las condiciones sociales".

A partir de estos presupuestos y en participación con el grupo Iconoclastas, formado por Julia Risler y Pablo Ares, quienes elaboran proyectos combinando el arte gráfico, los mapeos creativos y la investigación colectiva, tratan de que mediante la activación de dispositivos gráficos y el diseño de un arsenal de herramientas se estimule la reflexión crítica para impulsar prácticas de resistencia y transformación. Pues bien, de esta conjunción de esfuerzos surge la idea de producir cartografías sobre el territorio de Santa Fe a partir de las experiencias y de las percepciones de quienes habitan este espacio y no tanto desde la mirada de los funcionarios o de los expertos.

Al tomar esto como punto de partida se organiza un taller de mapeos

colectivos sobre las problemáticas de la ciudad, que asume como eje dos cuestiones: la primera, tiene como finalidad la de armar narrativas sobre el mapa oficial de la ciudad y, la segunda, construir narrativas alternativas en función de las asociaciones civiles y de todos aquellos participantes que se encontraron en el Museo Provincial de Bellas Artes Rosa Galisteo de Rodríguez de la ciudad durante cinco jornadas en el mes de noviembre de 2016.

En "el (pequeño) Atlas de Santa Fe" se desprenden - véase el cuadro número 2 - las problemáticas, los daños, las falencias y las amenazas que, a su juicio, sufre la ciudad. En líneas generales, los resultados del trabajo concluyen con que Santa Fe es "una ciudad desigual, que le da la espalda al oeste, que invisibiliza zonas del noroeste y del norte y que concentra las mejoras y el acceso a los servicios básicos en el centro", entre aquellos que brindan los consumos culturales de bienes públicos.

En opinión de Óscar Vallejos, los gobiernos de la municipalidad y de la provincia tienen "un proyecto neoconservador que se expresa en un proyecto de territorialización de la ciudad que se concentra alrededor de la Estación Belgrano y de la costanera, que es el epicentro del radicalismo en la ciudad, para hacer prácticas culturales y que yo veo como muy crítico porque lo que tiene es un proyecto de segmentación de la ciudad". "Si uno mapea la cabeza de los funcionarios radicales (en referencia a los funcionarios pertenecientes al partido político de la "Unión Cívica y Radical")" - continúa Vallejos - "el gran proyecto oficial es que la gente no

se desplace por la ciudad, que los que se desplacen sean las clases medias o los sectores acomodados, que sí tienen derecho a moverse por la ciudad, sin embargo, los sectores populares están encapsulados".

Es posible que una de las consecuencias, deseada o no, de esta política por parte del gobierno provincial de recuperación y ampliación de espacios culturales hacia el norte, sea esta segmentación o territorialización de la ciudad.

En opinión de Óscar Vallejos, muy crítico siempre en sus diagnósticos con la gestión política municipal y provincial, "es para asegurarse que no haya desplazamiento de los pobres o sectores populares hacia el centro y, al mismo tiempo, valorizar esos lugares de los sectores acomodados y los alrededores de la estación Belgrano, al tiempo que se conforma una idea de que esos lugares son para todos".

Este diagnóstico es congruente con el que hace David Harvey, cuando resalta que los conflictos entre individuos y grupos de individuos no serán fácilmente resueltos en cualquier sistema urbano mientras la heterogeneidad de los valores sociales y culturales de la población esté muy difundida. En este sentido, concluye Harvey al decir que: "parece que la forma "natural" de minimizar este tipo de dificultad es buscar un modelo de organización territorial que minimice tanto el contacto social entre individuos con diferentes valores sociales y culturales [...] Por tanto, la organización territorial y "vecinal" por etnia, clase, estatus social, religión, etc.; desempeña un importante papel en la minimización de los

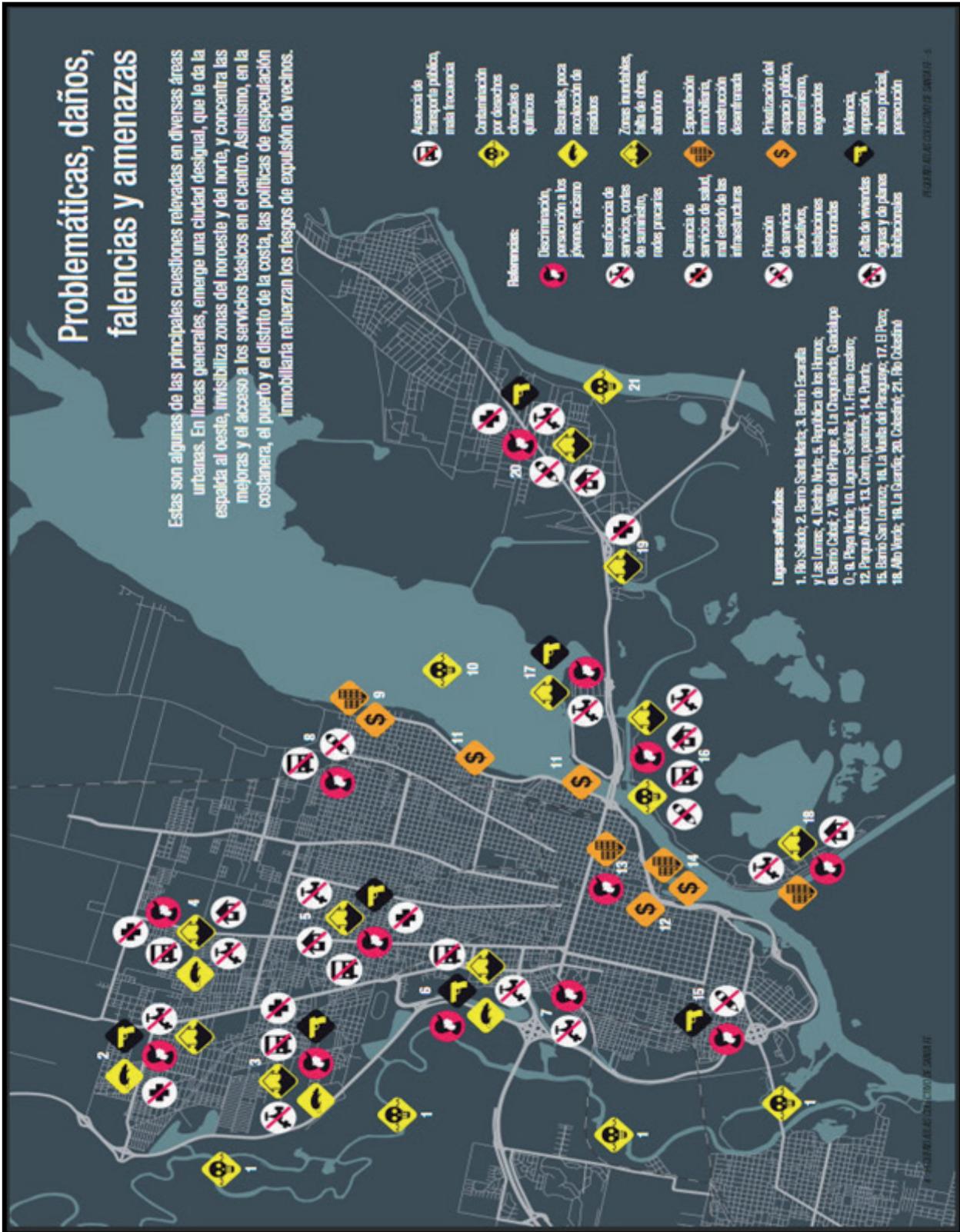
conflictos en el sistema urbano" (Harvey, p. 80, 1977).

Consecuentemente, deberíamos preguntarnos si la ciudad de Santa Fe reúne esa heterogeneidad de valores sociales y culturales entre sus ciudadanos. La respuesta es absolutamente sí. Para fundamentar dicha respuesta haremos referencia a la denominación, por parte de Felipe Cervera, de "sociedad dual" para hablar de la sociedad santafesina: "Aparece separada en dos sectores opuestos en cuanto a los beneficios que gozan sus habitantes: económicos, sociales, culturales. Es una sociedad donde un grupo posee todos los beneficios; el otro, todas las denegaciones" (Cervera, p. 30, 2013). Efectivamente, un sector mayoritario compuesto por dos tercios de la población goza de los beneficios de un trabajo en "blanco", de obra social y de jubilación, más la posibilidad de acceso de sus hijos a la Escuela Media, mientras que el resto, los sectores populares, están absolutamente marginados con escaso trabajo y en negro, sin obra social o sin posibilidad de jubilación y sin los servicios básicos como el agua, el alcantarillado o el transporte público. Cervera califica esta situación como de "latinoamericanización" de la sociedad, es decir, que constituye un proceso asincrónico que produce "una brecha insuperable en la medida en que se mantenga la actual economía, sus valores, y los valores de la élite dirigente". Al respecto concluye Cervera, al decir que "mientras no se modifique la base económica (el capitalismo comercial) de este centro urbano, el proceso de dualidad, y su consecuencia, la entropía social (desocupación, trabajo en

negro, marginalidad en obras, servicios, educación efectiva, alimentación, recreación) va a continuar incrementándose" (Cervera, p. 31, 2013).

Problemáticas, daños, falencias y amenazas

Estas son algunas de las principales cuestiones relevadas en diversas áreas urbanas. En líneas generales, emerge una ciudad desigual, que le da la espalda al oeste, invisibiliza zonas del noroeste y del norte, y concentra las mejoras y el acceso a los servicios básicos en el centro. Asimismo, en la costanera, el puerto y el distrito de la costa, las políticas de especulación inmobiliaria refuerzan los riesgos de expulsión de vecinos.



Cuadro nº 2. Las problemáticas, los daños, las falencias y las amenazas en la ciudad de Santa Fe.

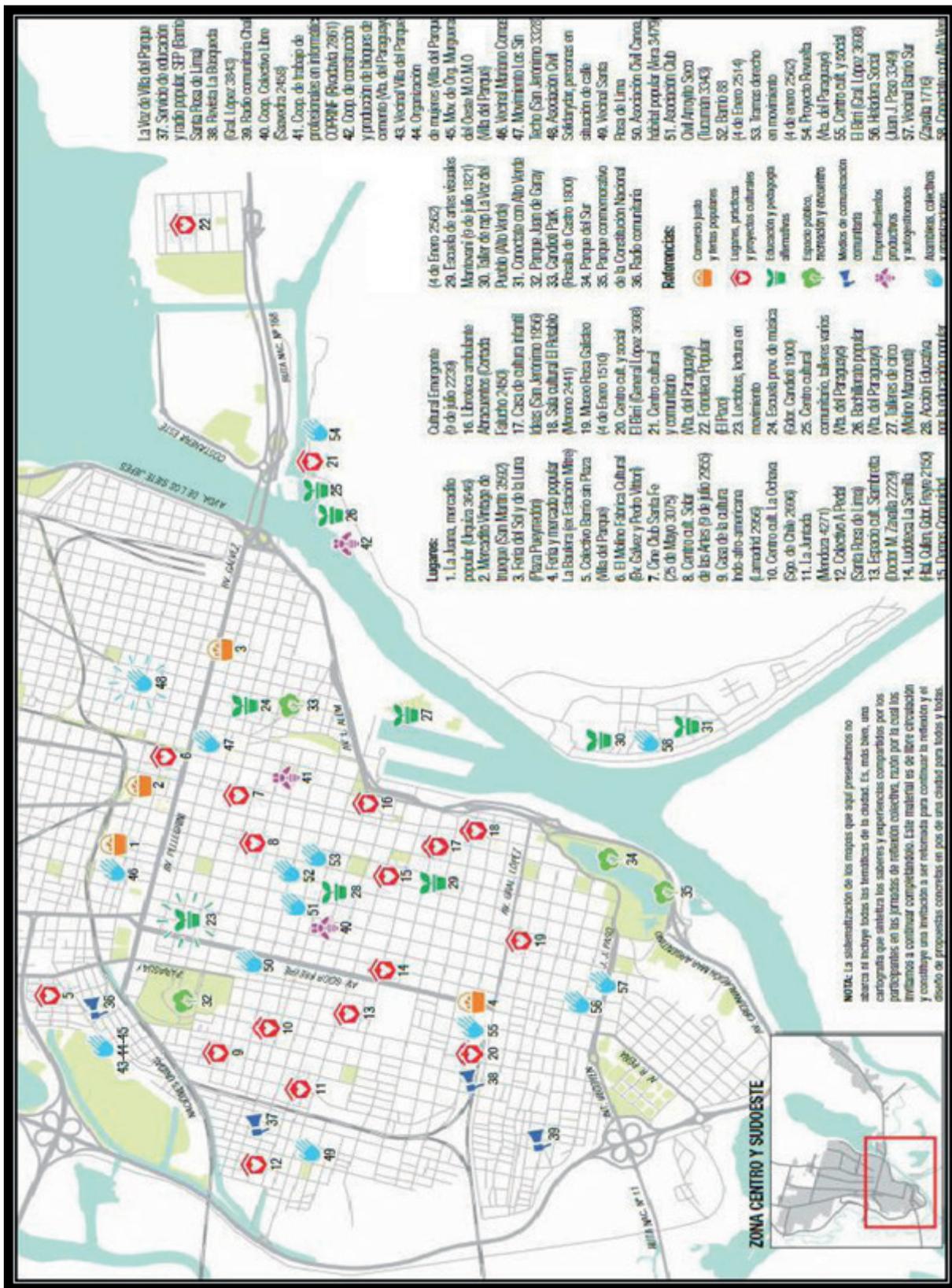
Fuente: Pequeño atlas colectivo de la ciudad de Santa Fe. Iconoclastas. 2016.

En referencia a este diagnóstico, el anterior cuadro número 2 de “el (pequeño) Atlas de Santa Fe”, apunta, además, a denunciar serios problemas estructurales de la ciudad como son la ausencia o la poca frecuencia de transporte público, la insuficiencia de servicios como el acceso a la red de alcantarillado, la privación de servicios educativos, la falta de viviendas dignas, los basurales y la concentración de residuos o la violencia, represión y abuso por parte de la policía, todo ello concentrado en los ya citados barrios del oeste, norte, noroeste y Alto Verde.

Por último y como se desprende del siguiente cuadro número 3, esta intervención facilitó la elaboración de una serie de enunciados críticos sobre la ciudad y brindó las coordenadas para proyectar futuras intervenciones, además de que se localizaron geográficamente las tramas barriales existentes, formadas por espacios culturales autogestionados, educaciones alternativas, propuestas de economía social y solidaria, organizaciones sociales, culturales y educativas, medios comunitarios y proyectos de gestión social del espacio público y recreativo, y que bien merecen todo el apoyo institucional por el trabajo que llevan realizando durante tanto tiempo en pensar otra ciudad más solidaria.

Se expresaron, en definitiva, una serie de deseos e ideas para activar el derecho a una ciudad inclusiva, al preguntarse los 250 participantes del evento qué tipo de espacios, proyectos y prácticas serían necesarios en diversos puntos de la ciudad. Se resumieron en cinco puntos los principales anhelos, que recogen un buen número de ideas

para profundizar en el territorio. Se resaltó, por ejemplo, el deseo de que las experiencias sean abiertas y que los espacios de encuentro donde se producen las diferentes actividades culturales puedan ser accesible para todos, es decir, que se atravesasen las fronteras simbólicas entre los barrios, y entre éstos y el centro. Mientras se visibiliza la red cultural y artística que se despliega por toda la ciudad y se incentiva el desplazamiento de los interesados a los diferentes eventos culturales, mediante, por ejemplo, el diseño de carriles-bici (o de travesías a pie) que conecte los barrios y que propongan paradas en espacios culturales, en ferias sociales o en parques. No está de más resaltar que estas propuestas no sólo abordan cuestiones relacionadas con la cultura y el acceso a ella, sino que hacen referencia también al comercio justo y a la producción compartida, a las pedagogías y a los saberes liberadores o a las viviendas dignas y a un ambiente sano.



Cuadro nº3. Las propuestas, los espacios y las prácticas culturales, sociales y comunitarias en la ciudad de Santa Fe.

Fuente: (Pequeño) Atlas colectivo de la ciudad de Santa Fe. Iconoclastas. 2016.

El intento de visibilizar esta red cultural y artística, de la que hablamos anteriormente, y que también late por las venas de Santa Fe, pone de manifiesto la irrupción de las clases populares, una irrupción que no es nueva ni reciente en el espacio público y que Maristella Svampa denomina como la dimensión plebeya y las formas de participación de lo popular como un proceso de autoafirmación que implica dos cosas; por un lado, una reivindicación de lo popular, en cuanto ser negado y excluido; por el otro lado, una impugnación, de carácter iconoclasta y antielitista en relación con la cultura dominante. En términos generales, hablar de lo plebeyo en América Latina hace referencia a ciertos rasgos culturales del mundo de los excluidos. Y en Argentina, aduce Svampa, lo plebeyo como voluntad de autoafirmación de lo popular, emergió como resultado de un conflicto con otros sectores sociales, clases medias y altas, que buscan reafirmar la superioridad de sus modelos culturales y sus estilos de vida (Svampa, p. 44 y 45, 2004). El epicentro, por tanto, de esta red plebeya cultural y artística en la ciudad de Santa Fe estaría localizado en el centro cultural y social "El Birri", nombre tomado del director cinematográfico santafesino Fernando Birri, conocido por sus películas de marcado carácter social. Concretamente, sobre la antigua estación de ferrocarril Mitre, se levanta esta experiencia de cultura auto-gestionada que aprovecha para producir espacios de educación, de creación y de experimentación artística y cultural, una verdadera "manufactura" de identidades

colectivas y de florecimiento de luchas sociales.

Consideraciones finales

La sociedad santafesina tiene un buen número de actividades culturales a su disposición. En términos generales, uno encuentra una oferta cultural rica en la ciudad y, si se organiza bien, puede disfrutar de dos o tres eventos semanales de gran calidad y a un módico costo, siendo algunas de sus actividades gratuitas. Llegados a este punto, y aun reconociendo la amplitud y la variedad de la oferta de los consumos de bienes culturales públicos, cabría preguntarse si la misma expresa la mayoría de las sensibilidades culturales y artísticas de los pobladores de la ciudad.

Pensamos, por tanto, que la oferta de bienes de consumo cultural público que las autoridades estatales, presentes en la ciudad, ofrecen, deberían recoger y, sin embargo, no lo hacen, todas las sensibilidades culturales representadas por sus diferentes ciudadanos. Es más, la diversidad cultural presente en la ciudad, manifestada en algunas expresiones artísticas, anteriormente citadas, no encuentra el suficiente espacio para su representación. Es más, esta oferta representa los gustos de unos públicos que, siendo dominantes, hacen valer su posición para ofrecer y ofrecerse propuestas más afines a su grupo social.

Como es bien sabido por gran cantidad de estudios sociológicos al respecto, el consumo de ciertos bienes culturales ha servido históricamente como símbolo de estatus social y económico

a sus usuarios (Bourdieu, 2012; Herrera-Usagre, 2011). Este estatus sirve para marcar las fronteras existentes entre los diferentes estamentos en un determinado espacio físico y social. De forma que a pesar de las buenas intenciones en la gestión de las políticas públicas en la ciudad de Santa Fe se terminan sobre representando y, de esta forma legitimando, sólo algunas variantes de los gustos legítimos de la cultura dominante.

En lo que respecta al espacio físico, queremos hacer énfasis con el diagnóstico que mostramos a lo largo del presente trabajo en el sentido antes citado, una clara concentración de la oferta de bienes culturales públicos en la zona centro de la ciudad y, de manera consecuente, la escasa accesibilidad a éstos para muchos de sus ciudadanos de los barrios periféricos, en concreto del oeste, norte y noroeste.

En resumidas cuentas, terminaremos con las convenientes palabras de Beatriz Sarlo, que hacen referencia a las desigualdades de los consumidores de los bienes culturales públicos en razón a su carácter contextual, de condición y totalmente azaroso: "en el proceso cultural los sujetos no son efectivamente iguales ni en sus oportunidades de acceso a los bienes simbólicos ni en sus posibilidades de elegir, incluso dentro del conjunto de bienes que están efectivamente a su alcance" (Sarlo, p. 3-4, 1988).

En efecto, y tal y cómo señalamos al principio de este artículo, en la ciudad de Santa Fe existe una sociedad dual que nosotros hemos querido representar mediante la figura del dios clásico Jano, deidad que tiene

dos caras, una que mira hacia el frente y el futuro y, la otra, que mira hacia atrás y el pasado. Esta metáfora nos sirve para criticar un modelo de ciudad, segmentado y excluyente de una gran parte de sus habitantes, que fruto de su estructura económica provoca el abandono de un tercio de su sociedad no solo en su vertiente económica sino que también en sus dimensiones sociales, culturales y de participación ciudadana.

Referencias

- Adamovsky, E. (2015) Historia de la clase media argentina. Apogeo y decadencia de una ilusión, 1919-2003. Buenos Aires: Booket.
- Borón, Atilio (2014) Socialismo siglo XXI. ¿Hay vida después del neoliberalismo?. Ciudad autónoma de Buenos Aires: Luxemburg.
- Bourdieu, Pierre (1990) Sociología y cultura. México: Grijalbo.
- Bourdieu, Pierre (1998) La distinción. Madrid: Taurus.
- Bourdieu, Pierre (2012) Las estrategias de la reproducción social. Buenos Aires: s. XXI.
- Cepal (2011) Economía y mercado de trabajo en Santa Fe (Argentina). Un aporte a la cuantificación de los Objetivos de Desarrollo del Milenio y a la elaboración del año base 2004. Naciones Unidas, Santiago de Chile.

Cervera, Felipe Justo (2013) *Identidad Nacional en el siglo XXI*. Colección Santa Fe siglo XXI: nº4.

García Canclini, Néstor (1999) *Consumo cultural: una propuesta teórica*. (Guillermo Sunkel, compilador) Bogotá: Convenio Andrés Bello.

García Canclini, Néstor (2013) *Cultural híbridas. Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. Buenos Aires: Paidós.

García Canclini, Néstor (ed.) (1987) *Políticas culturales en América Latina*. México D.F. : Ed. Grijalbo.

Harvey, David (1977) *Urbanismo y desigualdad social*. Madrid. Ed. siglo XXI.

Herrera-Usagre, M. (2011) *El consumo y la participación cultural en España y Andalucía. Una aproximación desde la estratificación social y la transmisión de actitudes hacia la cultura*. Universidad de Sevilla.

Risler, Julia y Ares, Pablo (2016) "El (pequeño) Atlas de Santa Fe". *Iconoclasistas*. Recuperado de: <http://www.iconoclasistas.net/tag/publicacion/> (consultado en enero 2020).

Sarlo B. (1988) *Una modernidad periférica: Buenos Aires, 1920 y 1930*. Buenos Aires: Ed. Nueva Vision.

Svampa, M. (2004) *La brecha urbana. Countries y barrios cerrados*. Buenos Aires. Capital Intelectual.

Páginas web consultadas:

Fundación Integral Proteger. Consulta realizada el 26-02-2020. Véase: <https://www.fundacionproteger.org/>

Instituto Nacional de Estadísticas y Censos: Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010. Consulta realizada el 15-02-2020. Véase: https://www.indec.gob.ar/ftp/cuadros/poblacion/censo2010_tomo1.pdf

Observatorio Social de la Universidad Nacional del Litoral. Consulta realizada el 22-02-2020. Véase: <https://www.unl.edu.ar/observatoriosocial/>

postfácio

Gaia no cinema

1

Fabio Rubio Scarano

Professor Associado em Ecologia
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Sublimação

No mundo em transformação, a arte tem um papel central que é o de funcionar como veículo da sublimação. Essa palavra vem da química e se refere ao processo no qual algo sólido vira gás. É justamente em meio a esse “gás” – que emerge da experiência de relação, apreciação ou criação da arte – que novos mundos são imaginados ou contemplados. Nesse instante, se inicia a transformação individual, o primeiro passo em direção à transformação planetária.

Mas transformar em direção ao quê? Quais futuros são desejáveis? Até que ponto devemos buscar acordo ou entendimento acerca desses futuros? Procurar respostas a estas perguntas se faz essencial, especialmente se

lembrarmos que Platão dizia que é preciso pensar no futuro para definirmos nossas ações no presente. “Antropoceno” é um dos nomes com que se batiza hoje o presente. Uma era na qual o impacto do ser humano sobre o planeta afoga a sociedade em uma crise humanitária, sanitária, econômica e de valores, ao passo que expõe a natureza à sexta onda de extinção de espécies e às mudanças climáticas. Vários aspectos levaram a esse cenário e todos remontam a uma raiz comum: a separação ser humano-natureza. O projeto iluminista e da modernidade – que reduziu esses dois entes a unidades separadas e distintas – fracassou. Na pós-modernidade, por vezes somos mais críticos e cínicos em relação aos hábitos modernos do que propriamente propositivos e ativos quanto à transformação do presente para a construção de um novo futuro. Não surpreendem, portanto, as reflexões acerca do “fim do futuro”¹¹⁸ ou da “morte da utopia”¹¹⁹.

Dentre as formas de arte existentes, o cinema – por sua multidimensionalidade – é talvez a que mais se presta ao propósito de inspirar transformação a partir do estímulo à imaginação de novos mundos. Assim como vários pensadores do nosso tempo, aqui parto do princípio de que, para sair da crise na qual se meteu, o ser humano precisará se reintegrar à natureza. Sentir e agir como parte do supraorganismo planetário, Gaia, que é a manifestação viva da integração e da interdependência de seres humanos e não humanos, do vivo e do não vivo¹²⁰. Meu objetivo neste texto é apresentar alguns filmes que me inspiram a pensar e a agir na busca de um futuro Gaia, no qual o ser humano regressa integralmente ao seu lar, a natureza. Discutirei em que medida cada uma dessas obras obteve esse efeito em mim.

○ “Outro”

A natureza costuma ser representada no cinema como pastoral (um belo local para onde se pode escapar), selvagem (lugar indomável e incivilizado), apocalíptica (espaço catastrófico) ou relacional (onde o social e o ecológico se equilibram)¹²¹. Em cada uma dessas representações, inclusive na relacional, a natureza é o “outro”. Ainda que culturalmente cada um desses tratamentos venha repleto de significado e, com frequência, alcance sucesso em emocionar o espectador, a natureza é a soma de todas essas representações. Mais que isso, não somos meros observadores, mas sim elementos interconectados. Veja, por exemplo, essa definição:

A natureza é máquina e organismo, matéria passiva e agente vital. É representada como selvagem e nobre, poluída e íntegra, sensual e inocente, carnal e pura, caótica e ordenada. Concebida como um princípio feminino, a natureza é igualmente amante e mãe; uma fonte de prazeres sensuais, de nutrição e de violações traiçoeiras. Sublime e pastoral, indiferente aos propósitos humanos e servente voluntária desses mesmos propósitos, a natureza assusta e consola, aterroriza e pacífica, e se apresenta como a melhor das amigas e a pior inimiga¹²².

Quando li esse trecho pela primeira vez, pensei que se substituíssemos a palavra ‘natureza’ na primeira linha por ‘ser humano’, o texto faria igual sentido. Afinal, conforme afirma a própria autora, Kate Soper, ao assim percebermos a natureza, projetamos nela características humanas. Logo, ao mesmo tempo em que a natureza é o “outro”, em relação ao qual temos reservas, há dificuldade em traçar a linha que nos separa desse outro, tão parecidos que somos. Quais filmes, para mim, desfazem a tensão ser humano-natureza, integrando-os, e demonstram simultaneamente haver limites e fronteiras? Evitei o cinema de gênero – ativista, ou mesmo documental – rotulado como “cinema ambiental” ou “ecocrítico”. Optei, de propósito, por filmes de ficção, nos quais a natureza é tratada como um “personagem”, assim como os humanos. Como já dito, a seleção exposta a seguir priorizou obras cinematográficas que de alguma maneira me sinalizaram

– individualmente e em conjunto – a possibilidade de um futuro a que chamo de Gaia. Digo ‘em conjunto’ porque esses quatro filmes, não por acaso, me remetem aos quatro elementos: água, terra, fogo e ar.

Água (Fitzcarraldo, Werner Herzog, 1981)

Os índios chamam a estas terras de Cayahuari Yacu, o lugar onde Deus não acabou a Criação. Somente quando o homem desaparecer, Deus voltará para terminar sua obra.

Esse texto abre Fitzcarraldo¹²³, de Werner Herzog¹²⁴, tendo ao fundo imagens de uma misteriosa floresta amazônica imersa em névoa. Trovoadas e o canto de um pássaro são a trilha sonora que logo dá lugar à música hipnótica de Popol Vuh¹²⁵. O mito indígena, associado à cinematografia de Herzog, nos faz projetar se a obra divina concluída estaria por trás das nuvens que em parte ocultam o cenário. Assim, no primeiro minuto do filme somos levados a imaginar um mundo sem humanos, ou pós-humano. A cena corta para uma vista noturna da fachada do imponente Teatro Amazonas, em Manaus. Em seguida, vemos o desembarque atrapalhado de Fitzcarraldo (Klaus Kinski) e sua companheira Molly (Claudia Cardinale), de uma pequena embarcação. A pressa é para assistir Caruso¹²⁶, a estrela da noite. Conhecemos então os três protagonistas: Fitzcarraldo, Molly e o rio. Logo saberíamos que o casal teria viajado 2.000 km de Iquitos, no Peru, a Manaus para assistir ao cantor e a sua ópera.

Justamente o rio é o maior obstáculo para Fitzcarraldo alcançar seu sonho: construir uma ópera na floresta peruana e inaugurá-la com o próprio Caruso. Para isso, ele investe num seringal nativo para a produção de borracha. Com a ajuda de Molly, compra um grande barco a vapor para chegar até a área. Contudo, o acesso é difícil. Para evitar fortes corredeiras – chirimagua, ou espíritos raivosos, segundo os indígenas – Fitzcarraldo decide içar com uma grande roldana seu barco para cruzar a montanha através da floresta. A montanha separava dois tributários do rio Amazonas e transpô-la parecia essencial ao empreendimento. Com o auxílio de centenas de indígenas, finalmente consegue. Porém, os nativos resolvem acalmar os espíritos malignos e soltam as amarras do barco, que é arrastado para as corredeiras. Tudo perdido; o empreendimento se prova inviável. Ele vende o barco avariado, mas, para despedir-se, compra charutos, um fraque e traz de Manaus cantores, coro e orquestra para encenar a ópera “I Puritani”, de Bellini, sobre o barco, navegando soberano no pacífico rio Amazonas. A água faz as pazes com Fitzcarraldo, que agora entende que a natureza impõe limites. Fitzcarraldo faz as pazes com a água ao adaptar seu sonho, seu mundo imaginado, ao que a natureza permite. Música, Fitzcarraldo, floresta, espectadores na margem do rio: indivisíveis, se tornam um, com as águas do rio. Conforme acreditavam os indígenas no filme, “nossa vida não é mais que uma ilusão, por trás da qual está a realidade dos sonhos”.

Terra (Deus e o Diabo na Terra do Sol, Glauber Rocha, 1964)

O outro lado de lá, deste Monte Santo, existe uma terra onde tudo é verde, os cavalo comendo as flores e os menino bebendo leite nas água do rio. Os homem come o pão feito de pedra e poeira da terra vira farinha. Tem água e comida, tem a fartura do céu.

O profeta de Deus e o Diabo na Terra do Sol¹²⁷ imagina e projeta esse mundo alternativo à secura da Caatinga. No sertão em que vivem, os elementos água e ar (o céu) estão sempre em falta e só resta a terra, que é pobre. Nesse cenário, “fogo sai das pedras” - descreve o profeta – como se tratasse do próprio inferno. A terra aqui é o espaço que descreve a condição humana. A transformação que o profeta enseja agrupa todos: o ser humano, a natureza e os santos (“Jesus Cristo, Virgem Maria, São Jorge e São Sebastião”) são um na paisagem. Ele enxerga a mistura, como as crianças que “bebem o leite nas água do rio”.

Com os recursos que o cinema proporciona, Glauber Rocha¹²⁸ poderia ter usado como fundo para a fala do profeta uma outra locação, que nos apresentasse algo mais parecido com o “paraíso”. A escolha dele, entretanto, foi a de nos deixar fantasiar esse lugar, esse futuro, tal qual os seguidores e as seguidoras do profeta deveriam estar imaginando ao ouvi-lo. Durante a profecia, o que vemos são os rostos dos fiéis, cujas marcas da vida sugerem almas tão secas quanto a natureza que as cerca. Secas, mas grandiosas.

Doloridas, porém belas. Resignadas, mas desejosas. Tudo um no espaço-tempo. O preto-e-branco da fotografia realça essa unicidade e definitivamente funde os humanos e a natureza.

Note que o mundo que o profeta antevê não é o mundo do dinheiro ou do luxo. É o mundo da justiça social e ambiental, das pessoas com direito à terra e integradas a ela. Essa passagem do filme, portanto, reflete sua mensagem política, de necessidade de mudança e transformação. Precisamente, qualquer leitura política da arte enxerga qualidade nos trabalhos que destacam a busca humana por dignidade e justiça¹²⁹. Em Deus e o Diabo na Terra do Sol, para alcançar o mundo imaginado, é necessária ação política¹³⁰.

Fogo (Nostalgia, Andrei Tarkovski, 1979)

A sociedade precisa se unir novamente, ao invés de se fragmentar. Basta olhar para a natureza para constatar que a vida é simples. Precisamos voltar para onde estávamos, ao ponto onde tomamos o caminho errado. Precisamos voltar aos principais pilares da vida.

Esse é o mundo imaginado por Domenico (Erland Josephson) em Nostalgia¹³¹, de Andrei Tarkovski¹³². Foi justamente a obra de Tarkovski no cinema, assim como a de J.G. Ballard¹³³ na literatura, que primeiro me chamaram a atenção para a força real e simbólica dos quatro elementos na arte. Seus filmes são abundantes em todos os quatro elementos. O fogo, entretanto, tem um papel de destaque, não por

atribuir significado a palavras, estórias ou ao imaginário, mas especialmente por indicar possibilidades, mundos possíveis¹³⁴.

Nostalgia tem, além de Domenico, outros dois protagonistas: Andrei (Oleg Yankosky) e o fogo. Andrei é um escritor russo exilado na Itália e, ao longo do filme, acompanhamos seu sentimento de nostalgia por sua terra natal. O mundo idealizado por Andrei existe na memória do passado, na infância, no ambiente rural e no amor. Domenico é percebido como louco, entre outras coisas por ter mantido sua família trancada por sete anos, para protegê-la do fim do mundo. Para caminharem em direção aos cenários que imaginaram, Domenico e Andrei usam o fogo. Domenico atea fogo em si mesmo após proferir discurso sobre as chagas da humanidade do alto de uma estátua em praça pública, para uma audiência indiferente. Andrei acata um pedido de Domenico e cruza uma piscina de águas termais com uma vela acesa sem que ela se apague. Segundo Domenico, se Andrei lograsse êxito, o mundo estaria a salvo. Andrei consegue, após inúmeras tentativas fracassadas, mas falece ao chegar ao outro lado da piscina. Percebo, nos dois atos, o fogo como símbolo do sacrifício necessário para se alcançar o mundo imaginado. O sacrifício desses dois personagens, assim como o de Fitzcarraldo e o do povo sofrido do sertão de Glauber Rocha, é condição essencial para ascender ao mundo desejado. Noto também que o fogo custa a pegar¹³⁵, tanto nestas cenas destacadas, quanto em outros trechos do filme. Talvez a chama do fogo seja a

mesma da fé, que se acende mediante sacrifícios¹³⁶.

Ar (A Chegada, Denis Villeneuve, 2016)

Você me conhece... eu sou sempre a mesma.

Essa fala de Louise (Amy Adams), professora de linguística, bem como seu comportamento durante a primeira parte de *A Chegada*¹³⁷ de Denis Villeneuve¹³⁸, sugere uma personagem não afeita a imaginar mundos futuros, talvez por estar acomodada em sua rotina solitária. Entretanto, com a chegada de extraterrestres chamados de Heptápodes, sua vida ganha outra dinâmica. Por sua habilidade com línguas, inclusive desconhecidas, Louise é convocada para tentar estabelecer diálogo com os visitantes interplanetários e entender quais seriam seus propósitos.

O filme me remete ao elemento ar – menos pelo fato de os Heptápodes terem vindo do espaço, nem tampouco devido à uma linda cena de uma das naves espaciais estacionada sobre uma planície coberta por nuvens –, sobretudo pela forma como, ao longo do convívio de Louise com os visitantes, seu relacionamento com o ar se transforma. Na minha leitura, essa mudança representa uma ruptura de Louise com sua vida fechada e sem horizonte (ou sem ar) para um mergulho no futuro (que, veremos, é também passado e presente). No seu primeiro contato com os extraterrestres, se mantém apartada deles atrás de uma grande tela de vidro, como se estivesse num aquário, e usa roupas de astronautas,

dentro das quais notamos respirar com dificuldade. À medida que, por meio do diálogo estabelecido, avançam no conhecimento mútuo, Louise se abre para compartilhar o mesmo ar dos visitantes. Ela, então, recebe um presente dos Heptápodes: a possibilidade de enxergar o futuro. A principal consequência, a meu ver, é que quando isso ocorre Louise abraça seu destino. Ela não imagina um mundo, ela o vê e, ao vê-lo, o aceita: com as grandes e pequenas tristezas, tanto quanto as grandes e pequenas felicidades que estão a caminho.

Assim como nos filmes anteriormente discutidos eu imaginei o “mundo biosfera”, com o ser humano integrado à natureza, em “A Chegada” considerei o “mundo espaço-tempo” de Einstein, no qual passado, presente e futuro coexistem. Imaginei um mundo no qual a linguagem seria um instrumento de elo entre humanos e entre o humano e o “outro”, quer seja o outro a natureza ou um extraterrestre. No meu ponto de vista, diferentes dimensões de Gaia.

Conclusão: linguagem e imaginação

Wittgenstein¹³⁹, o filósofo da linguagem, afirmava que “se um leão pudesse falar, jamais conseguiríamos entender”¹⁴⁰. Adorno¹⁴¹, um pouco mais otimista quanto às nossas capacidades humanas, dizia que “se a linguagem da natureza é muda, a arte busca tornar essa mudez eloquente”¹⁴². Os filmes aqui tratados, para mim, são como “tradutores” da natureza. Não que a natureza não fale, pelo contrário. Merleau-Ponty¹⁴³ apontava que “a natureza fala através de nós”¹⁴⁴, ou seja,

que a linguagem é anterior a nós. Só precisamos conseguir ouvir e entender – como, por exemplo, o fez Louise em “A Chegada” com os extraterrestres. O diálogo – com seres vivos e não vivos, humanos e não humanos, com nós mesmos e com o próximo – será sempre essencial para imaginarmos novos mundos e também para construí-los. O cinema, como linguagem e instrumento de diálogo, tem o poder de nos iluminar. Nele, colhi muito do mundo Gaia que imagino, com filmes como esses que apresentei. A sétima arte me inspira, ainda, a trabalhar na construção desse mundo que vislumbro. Esse processo começa por não temer para, em seguida, engajar e, finalmente, realizar com o “outro”.

NOTAS

Posfácio

18 Ver <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/02/bzygmunt-baumanb-vivemos-o-fim-do-futuro.html>

19 Gray J (2007) *Black Mass: Apocalyptic Religion and The Death of Utopia*. Penguin Books, London.

120 Tratei extensamente desse tema no livro Scarano (2019) *Regenerantes de Gaia*. Dantes Editora, Rio de Janeiro.

121 O'Brien A (2018) *Film and the Natural Environment - Elements and Atmospheres*. Wallflower, London.

122 Tradução livre de Soper K (1995) *What is Nature? Culture, Politics and the Non-Human*. Blackwell, Oxford (p.71).

123 Além de várias edições disponíveis em DVD, o filme pode ser encontrado na íntegra, em alemão com legenda em espanhol, ou dublado em inglês, no youtube.

124 Werner Herzog (1942-) é um cineasta alemão que frequentemente trata de fenômenos da natureza e sua interação com humanos, em sua vasta obra composta por filmes de ficção, documentários, literatura e até ópera.

- 125 Popol Vuh é uma banda de música eletrônica alemã fundada em 1969 e que permaneceu ativa até 2001. O nome da banda é inspirado num livro de mitologia Maia.
- 126 Enrico Caruso (1873-1921) foi um tenor italiano que para muitos foi um dos maiores cantores de todos os tempos.
- 127 Além de edições disponíveis em DVD, o filme pode ser encontrado na íntegra, em português, no youtube.
- 128 Glauber Rocha (1939-1981) foi um cineasta baiano, nascido na cidade de Vitória da Conquista, e que se tornou um ícone do Cinema Novo brasileiro.
- 129 De Botton A, Armstrong J (2013) Art as Therapy. Phaidon, Londres.
- 130 Para uma leitura sobre o Cinema Novo, o movimento ao qual esse filme fazia parte, recomendo texto do próprio Glauber Rocha: Rocha G (1980) History of Cinema Novo. Framework 12, p. 19-27.
- 131 Além de edições disponíveis em DVD, o filme pode ser encontrado na íntegra, em italiano, e com legendas em português, no youtube.
- 132 Andrei Tarkovski (1932-1986), cineasta russo, tratou dos temas do sacrifício e da redenção em seus sete filmes de longa-metragem.
- 133 J.G. Ballard (1930-2009), escritor nascido na China e criado em Londres, é visto, por muitos, como um dos pioneiros na literatura de ficção científica pós-moderna. Para alguns críticos, os quatro primeiros livros de Ballard compõem o "Quarteto dos Quatro Elementos": "The Wind from Nowhere" (1961), o ar; "The Drowned World" (1962), a água; "The Drought" (1964), o fogo; "The Crystal World" (1966), a terra. A esse respeito, ver Gomel E (2010) Everyday apocalypse: J. G. Ballard and the ethics and aesthetics of the end of time. Partial Answers: Journal of Literature and the History of Ideas. v.8, 1., p. 185-208.
- 134 Um interessante tratamento dado a como Tarkovski aborda os quatro elementos em seus filmes pode ser encontrado em Bird R (2008) Andrei Tarkovsky: Elements of Cinema. Reaktion Books Ltd., London.
- 135 Ver interessante reflexão, um pouco diferente da minha, acerca do uso simbólico do fogo nesse filme em Turovskaya M (1989) Tarkovsky: Cinema as Poetry. Faber and Faber, London.

- 136 Scarano (2019) *Regenerantes de Gaia*. Dantes Editora, Rio de Janeiro.
- 137 O filme está disponível em DVD e também no Netflix.
- 138 Denis Villeneuve (1967-), cineasta canadense, com mais de uma dezena de filmes, sendo que nos últimos anos dirigiu outras ficções científicas como *Blade Runner 2049* (2017) e *Duna* (2020) deverá ser lançado ainda em 2020.
- 139 Ludwig Wittgenstein (1889-1951), filósofo austríaco naturalizado britânico.
- 140 Wittgenstein L (1953/1973) *Philosophical Investigations*. 3rd ed. Pearson, New York.
- 141 Theodor Adorno (1903-1969), filósofo alemão.
- 142 Adorno T (1970/1998) *Aesthetic theory*. University of Minnesota Press, Minneapolis.
- 143 Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), filósofo francês.
- 144 Merleau-Ponty M (1968/2014) *O Visível e o Invisível*. Editora Perspectiva, São Paulo.

posfácio

Visualidades: imagens, imagina- ção e etnografia

145

Marco Antônio Gonçalves

Professor Titular em
Antropologia Visual
Universidade Federal
do Rio de Janeiro

Falar de visualidades é de algum modo comentar a própria história da imagem e do som no âmbito da antropologia, desde os primeiros tempos até os dias de hoje. Desde a invenção da fotografia e do cinema, estes meios sempre fizeram parte do encontro entre os etnógrafos com as chamadas comunidades tradicionais. Da parte dos viajantes, exploradores, etnólogos reconhecia-se uma vontade determinante em produzir imagens e sons das populações encontradas como modo de reproduzir uma experiência para um público maior. Neste sentido, a imagem e o som cumpriam o papel de ampliar esta dimensão do encontro, transformá-lo numa experiência sensorial para aqueles que passam a escutar e a ver estas imagens, podendo a

partir daí se situar num campo imaginativo em que as imagens e sons propiciam aceder a mundos outros.

Este projeto dos viajantes, exploradores, pesquisadores, do final do século XIX e começo do século XX encontra, de fato, nas imagens e no som um novo modo de narrativa que deve ser transmitida que ultrapasse o domínio das letras e dos livros podendo atingir plateias mais amplas, agora de forma sensorial com sons e imagens provenientes de outras terras, de outros mundos, que passam a agir como ícones daquele encontro, daquelas pessoas, daquele momento.

A febre por imagens e por sons tomou conta das expedições científicas, desde as duas famosas expedições ao Estreito de Torres no final do século XIX, que produziram os primeiros registros fílmicos sobre os povos encontrados, passando pelas expedições de Franz Boas, de Bronislaw Malinowski e tantos outros antropólogos que sempre, de algum modo, buscaram

imortalizar seus encontros, com outras culturas, em imagens e sons.

O cientista Roquette-Pinto (1917), no Brasil, acompanhou Rondon a uma expedição a Mato Grosso em 1910 gravando as primeiras canções dos índios Paresi em um aparato técnico da época que podia ser reproduzido em outros ambientes. Sons que provenientes do sertão iam influenciar e criar novos mundos de sonoridade como foi o que ocorreu com o compositor Villa Lobos, que a partir destas gravações de Roquette Pinto, pode reproduzi-las ao vivo para audiências populares, difundindo, assim, as canções de ninar dos Paresi, descritas como Mocosse Maka, criança na rede, para multidões.

É desta amplificação da experiência sensorial de ouvir e ver que se constroem imaginários sobre estas audiovisuais, o que era à época, enquadrado pelo projeto e ideologia modernista. Esta condição do modernismo e da modernidade ajudou a produzir esta experiência auditiva e visual tornando-as numa verdadeira sensibilidade estética que visava a expansão do chamado mundo ocidental em múltiplas e indeterminadas direções. O sentido de presença deste outro se realizava através de suas imagens e de seus sons o que replicava 'eles próprios', momento em que não eram suficientes apenas representações textuais por meio das palavras, dos relatos de viagens, dos relatórios coloniais. O projeto modernista sentia esta urgência em classificar, codificar, capturar, registrar as culturas chamadas tradicionais seja pelo receio de seu desaparecimento na relação com o agigantado mundo capitalista, seja

por uma nostalgia de poder viver esta dimensão da experiência não moderna, de viver e reviver a experiência do "tradicional". O que era considerado "puro", "intocável", a tradição por excelência, o que apontava para estados de permanência, do imperecível em contraste com o mundo capitalista que representava a exacerbação do efêmero, da transformação. Fenômeno que Lévi-Strauss (1958,1973,1978), nomeou, partilhando a mesma ideologia moderna, de "sociedade quentes" versus "sociedades frias", isto é, as "comunidades tradicionais" seriam avessas à história, às transformações. Problemas que são, hoje, enfrentados e criticados quando se pretende construir uma audiovisualidade das chamadas comunidades tradicionais que, em primeiro lugar, questiona-se a própria concepção de "tradição".

Portanto, no final do século XIX e começo do século XX, surgem, por toda parte, projetos que visam construir inventários imagéticos e auditivos destas "tradições" que ganharam corporalidade nos Museus de etnografia no ocidente que passaram a ser os repositórios destas imagens e sons. No Brasil, temos por exemplo, o notável Projeto Missão de Pesquisas Folclóricas de Mario de Andrade realizada na década de 30, bastante conhecido e estudado, que instituiu viagens etnográficas que objetivavam o registro de imagens fotográficas, filmicas e sonoras das populações tradicionais que se encontravam no Norte e Nordeste do Brasil.

Não podemos deixar de mencionar os trabalhos realizados pela Comissão Rondon, produtora de uma copiosa documentação fílmica, sonora e

fotográfica do encontro da Comissão, no interior do Brasil, com as populações indígenas. Rondon, por mais de 20 anos, percorreu o Brasil Central e a Amazônia registrando a cultura destas populações. Nesta comissão surge a figura do Major Thomas Reis¹⁴⁶, cinegrafista e fotógrafo da comissão, que operava uma câmera Lumière nos primórdios do que seria designado mais tarde por cinema, deixando inúmeros trabalhos memoráveis. Foi recentemente elevado, com justiça, à posição de realizador do que seria o primeiro documentário antes mesmo de Robert Flaherty e Edward Curtis¹⁴⁷ que haviam ganhado o título de pais do documentário moderno.

Lévi-Strauss (1996) inicia seu livro *Tristes Trópicos* com uma frase intrigante em que diz: "Odeio as viagens e os exploradores", em um livro que se pretendia justamente narrar viagens e explorações, em que desejava descrever seu percurso no Brasil Central, seu encontro com os Bororo, Nambikwara, Kawahib e suas impressões sobre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Esta frase inicial é proposital pois Lévi-Strauss quer evitar o encantamento das narrativas, em especial as fantasias tropicais, querendo nos dar a ver os trópicos não em cores fortes desenhadas por percepções estereotipadas sobretudo produzidas pelos europeus, mas sim mobilizar outras imagens que nos permitam imaginar um trópico apresentando sua voracidade, seus problemas, sua tristeza; um trópico narrado sem glorificação e exaltação. Daí advém sua descrição melancólica da Baía de Guanabara que pareceu-lhe uma boca banguela,

imagem levistraussiana que Caetano Veloso viria imortalizar em sua música *Estrangeiro*. Porém, mais adiante Lévi-Strauss esclarece porque odeia as narrativas de viagem contadas pelos viajantes e exploradores em sessões de exibição de imagens acompanhadas por anedotas, casos típicos, sacrifícios realizados, sofrimentos, relatos que exaltavam mais a própria percepção ocidental do encontro sem se saber nada ou quase nada sobre os personagens das imagens e dos sons apresentados. Estava aqui estabelecida uma primeira cisão entre a produção das imagens enquadradas por uma visão eurocêntrica e um modo outro de enquadrar estas imagens e sons a favor não mais de um estereótipo ocidental, mas que pudessem ser narrados em seus próprios termos. O desconforto de Lévi-Strauss diante destas sessões de imagens evocava uma profunda reflexão sobre a condição da representação do outro, representação essa que está no centro da discussão sobre a audiovisualidades, etnografia e processos imaginativos. Como apresentar, representar estas imagens? Imagens para quem? De quem? O que significam? Qual o contexto de sua produção? Questionamentos cruciais tanto para se produzir quanto para consumir estas imagens e sons que podem nos dar a chave para se pensar numa passagem das imagens do outro para imagens produzidas pelo outro, com o outro, para o outro.

Não podemos deixar de mencionar aqui um verdadeiro advento imagético, no seu pleno sentido, surgido por duas iniciativas bastante diferentes que, coincidentemente, tem o mesmo

ano de aparecimento, 1922. Iniciativas importantes para se pensar visualidades, etnografias e universos imaginativos. Refiro-me ao livro de Malinowski, *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* e ao filme de Robert Flaherty, *Nanook, o esquimó*. Começamos por Malinowski. Malinowski é considerado o pai da antropologia moderna não porque foi o primeiro a fazer trabalho de campo intensivo mas por ter criado uma linguagem expressiva e um modo especial de construir uma narrativa que passaria a ser o modelo ou a própria encarnação da etnografia moderna. Sua narrativa se apoiava sobremaneira em imagens, mais especificamente em imaginação. Replicava as influências do romance moderno, como atesta James Clifford (1998) ao nos revelar que a inspiração de Malinowski foram as obras do escritor Joseph Conrad, em especial seu romance *Coração das Trevas* (1899). É o próprio Malinowski que nos diz em seu *Diário no estrito senso do termo* (1998), que ele tinha a intenção de se tornar o Conrad da antropologia. Buscava uma linguagem nova para exprimir uma experiência e assim se apoiava, sobretudo, em uma narrativa que coloca em primeiro plano o imagético, no sentido de construção textual como algo que impulse a imaginação do leitor, que o permita se situar naquele lugar, naquela perspectiva: ao tomar emprestado os olhos de Malinowski pode aceder a um imaginário. Malinowski contava, em sua expedição à Nova Guiné, com um aparato técnico óptico, uma câmera, o que permitiu produzir uma quantidade significativa de fotografias, posteriormente publicadas

em seu livro com legendas explicativas. Ao acompanharmos seu texto, sua narrativa, somos recorrentemente remetidos para as pranchas fotográficas. É possível realizar uma leitura dos *Argonautas* na chave, literalmente, de uma etnografia visual bastando que o leitor deixe-se levar pelas referências às fotografias quando estas são invocadas na narrativa. As imagens fotográficas apresentam, com riqueza de detalhes, os fatos sociais narrados convertendo-se em universo imaginativo acionado por fotografias-fatos sociais ou fatos sociais fotográficos. Deste modo, Malinowski não registrou apenas momentos ou acontecimentos, suas fotografias não são instantâneos, são produzidas e dirigidas em sua narrativa de modo que possam apresentar sensorialmente o os fenômenos sociais e culturais que descreve em sua etnografia. Retornemos, agora, à ideia de imaginação/imagem que é capital na construção da etnografia malinowskiana. Robert Thornton (1985), profundo conhecedor da obra de Malinowski, realizador da tradução do polonês para o inglês de sua tese defendida em Cracóvia e de seus primeiros escritos ainda antes de partir para Inglaterra, quando era estudante de ciências físicas e matemáticas na Polônia. Malinowski fez sua tese sobre o físico Ernest Mach cuja preocupação principal era sobre o tema da imagem e da imaginação como aspectos constitutivos e essenciais da cognição humana. Ernest Mach sustentava a tese de que a cognição só era possível por meio da formação de uma imagem e, por esta razão, o aspecto imaginativo era algo fundamental

para a compreensão humana. Antes mesmo de compreendermos palavras ou textos necessitamos imaginar esses textos e palavras que se formam como imagens na mente. Este seria, para Mach, o único modo de apreendê-los e de torná-los inteligíveis. Malinowski em sua tese sobre Ernest Mach elucida justamente esta condição da imaginação e o seu papel na cognição humana. Deste modo, compreendemos o porquê Malinowski usa centenas de vezes em sua narrativa a fórmula: imagine-se o leitor rodeado por selvagens... imagine a canoa entrando no mar, imagine o chefe proferindo certa fala, imagine... imagine... imagine. Sua narrativa parece mesmo ser dependente destas imaginações do leitor, desta visualidade para que se torne compreensível, apreensível enquanto uma experiência sensorial que, afinal, passa a ser a estrutura da narrativa etnográfica moderna. Deste modo, a etnografia de Malinowski se afasta dos relatos de viagens, dos relatórios coloniais ao assumir, em toda a sua potência, uma visualidade, seja por meio da imaginação provocativa, seja por meio das próprias imagens fotográficas que saturam e permeiam toda sua narrativa. É neste sentido que este gênero etnográfico criado por Malinowski é sensorial, por dar 'asas' à nossa imaginação na visualização de outros mundos. Poder-se-ia dizer que Malinowski seria, pois, o pai da antropologia visual ao ter criado um gênero narrativo, isto é, uma etnografia sustentada por uma consistente visualidade. Poderíamos afirmar, apoiado nos preceitos malinowskianos, que, portanto, toda etnografia é visual, e que a visualidade é a

condição essencial de sua emergência enquanto um gênero narrativo.

Passemos, agora, a Robert Flaherty, cineasta, considerado o pai do documentário moderno, quem produziu em 1922, o hoje clássico, *Nanook*, o esquimó. Flaherty foi, de fato, o primeiro cineasta a produzir imagens sobre o outro agigantando um imaginário sobre outras culturas e sociedades: os Esquimós (Inuit), os nativos de Samoa, da Índia, os pescadores da Irlanda, a cultura tradicional de Louisiana. Flaherty é um dos ícones da expressividade visual moderna, de uma imagem produzida a partir de uma ideologia que procurava dar a ver mundos intocados pela civilização. Não é por acaso que os direitos de sua obra fílmica pertençam hoje ao MOMA, Museu de Arte Moderna de Nova Iorque.

Flaherty constituiu o documentário como filme espetáculo, em que a ficção era intencional de modo a reconstruir a cena social. A ideia de verossimilhança (a aparência de verdade) parece ser a questão fundamental no tratamento do documentário de inspiração flahertiana. Verossimilhança, neste contexto, parece ser a construção de uma autenticidade produzida conscientemente.

Nanook of the North torna-se, paradoxalmente, o exemplo do documentário moderno por ser o filme que constrói, deliberadamente, a cena social. Flaherty compra peles novas para fazer as roupas dos protagonistas Inuit que iriam atuar no filme, constrói um iglu cenográfico, escala sua própria namorada Inuit para ser a esposa de *Nanook* no filme. Flaherty, desde sempre, assumiu o ponto de vista de que

não havia problemas em reconstruir a cena social. Entretanto, Flaherty, num primeiro momento, tentou filmar a vida como era realmente vivida pelos esquimós, o que se mostrou impossível e frustrante para o diretor. Foi aí que Flaherty passou a filmar os fatos sociais, desejava filmar uma abstrata e bem sucedida caça à morsa e não uma caça à morsa realmente acontecida implicando nos riscos de não dar certo. Para construir o fato social, o único modo era recorrer à encenação, mostrando assim, na sua perspectiva a sociedade ou a representação de como eram realmente os esquimós (Flaherty, 1922, 1926). Flaherty defendendo-se das acusações de ter encenado a vida dos Inuit, dizia que às vezes você precisa mentir, frequentemente você tem que distorcer uma coisa para captar seu espírito verdadeiro (Barsam, 1992, p. 52 apud Da-Rin, 2004, p. 53; Jordan, 1995, p. 22).

Muitos autores questionam a validade etnográfica ou antropológica de Nanook, uma vez que Flaherty construía personagens por demais idealizados e esquematizados, fabricando, assim, uma imagem do ocidente sobre o filmado, buscando o homem no seu estado intocável e em sua luta contra a natureza. Mas por outro lado, muitos autores reconhecem que foi a relação íntima e duradoura que Flaherty manteve com os Inuit que deu ao filme sua força cinematográfica, retirando-o de uma simples visão etnocêntrica. O mesmo se passou com *O homem de Aran* que fora rodado quando a Irlanda estava sendo invadida pelo exército Inglês e Aran foi mostrada como um oásis de tranquilidade e tradição.

Nanook é sempre evocado como o mito de origem da etnografia visual e seu transbordamento no cinema etnográfico. O fato marcante que corrobora a construção deste mito é seu próprio paradoxo: Nanook é, ao mesmo tempo, verdadeiro e encenado.

A questão do verdadeiro e do encenado está, por assim dizer, na razão do que pode ser definido como cinema e como etnografia visual. Robert Grélier (2009), pesquisador e historiador do cinema, em seu artigo intitulado *O Mentir Verdadeiro*, apresenta este problema da encenação e da verdade, da revelação e do engano, como essência da expressão do cinema retornando ao denominado primeiro filme, intitulado *A Saída da Fábrica*, datado de 1895, realizado por Lumière. Descobre e nos apresenta que o chamado primeiro filme do mundo tem três versões encontradas, hoje, nos arquivos do cinema francês o que atesta que *A Saída da Fábrica* foi, literalmente e propositalmente, encenada e que se tratou de uma saída da fábrica em um dia de domingo em que as operárias exibiam suas roupas e chapéus que usavam para ir à missa dominical. A hipótese é que após à missa se dirigem à fábrica para encenar uma saída típica do trabalho como se fosse um dia de semana. A análise do filme revela que pela luminosidade a saída da fábrica também não se realizava no fim da jornada de trabalho, mas no final da manhã. Assim, as trabalhadoras e os trabalhadores já sabem que estão sendo filmados o que desmonta o mito de que este filme seria o momento inaugural do não reconhecimento da câmera e de um agir natural diante do

aparato de filmagem. No filme *A Saída da Fábrica* não há olhares diretos para a câmera, exceto algumas visadas furtivas. Não se trabalha impunemente em uma fábrica produtora de placas fotográficas sem que se saiba que a manivela girada pelo senhor Lumière, ao lado da caixa de madeira é, nem mais nem menos, uma máquina fotográfica aperfeiçoada, capaz de transformar a pose em movimentos. Visivelmente, esses primeiros figurantes criam uma ilusão: representam com naturalidade uma saída de uma fábrica. *A Saída da Fábrica* não foi um acontecimento, filmado de improviso. A câmera não estava escondida, e sim postada na calçada em frente à fábrica. Portanto, é uma reconstituição, a primeira mise en scène cinematográfica. Durante mais de um século fomos enganados, enquanto que “os atores” e o diretor sabiam da verdade. É inegável, que todas as versões de *A Saída da Fábrica* têm por objetivo contar uma história com começo, meio e fim, construir uma narração. Uma vez descoberto a verdade encenada do cinema, os outros 1500 “filmes Lumière”, igualmente interessantes, foram do mesmo modo encenação. Como denominar estes milhares de filmes? Documentários? Reconstituições? Ficções? Grélier afirma que sempre houve uma escolha, da parte de Lumière ou de seus operadores. Jamais se poderá dizer que há ausência de subjetividade, começando pelos temas que já revelam uma maneira de pensar. O operador sempre toma posição, e os filmes refletem a imagem de uma burguesia satisfeita consigo mesma, que coloniza e se enriquece. Depois, então, é que

vêm as escolhas técnicas: enquadramento, tempo, luz, deslocamento dos personagens. E não podemos esquecer que a fábrica filmada era do pai de Lumière.

O que é interessante observar é que desde a invenção do kinetoscópio, por Thomas Edison, um dos primeiros filmes produzido em 1894 foi o *Indian War Council* ou *Sioux Ghost Dance*: esse primeiros documentos são, assim, uma verdadeira reconstituição, com índios verdadeiros, das falsas-verdadeiras danças Sioux (Jordan, 1995, p. 12-13; Piault, 2000, p. 13). As danças foram filmadas em um estúdio em West Orange. Enquanto filmavam a performance de Buffalo Bill aproveitaram a presença de um grupo de Sioux para encenar a dança. Este fato já demonstra o problema da representação da cena social como constitutivo de uma forma de apreender a sociedade ou a cultura do outro, questão que parece fundamental para se compreender a dimensão da ficção da realidade ou da verossimilhança na produção de imagens que compõe o assim chamado filme etnográfico. Koch-Grünberg em 1911, com ajuda de H. Schimdt produzia o filme *Aus den leben der taulipang in Guiana*. Trata-se de uma encenação ou uma montagem da cena social como o próprio Koch-Grünberg escreve: “O chefe Pita ...organizou em agosto e setembro duas festas em nossa homenagem... chamou convidados de muito longe, mais de mil pessoas... duzentas pessoas participaram da dança” (Zerries, O. 1964, p. 11 apud Jordan, 1995, p. 18). A encenação revela a própria artificialidade e intervenção da câmera no ato de filmar assim como aponta que o

que é filmado depende, sobretudo, da relação entre quem filma e os que são filmados sendo o filme, verdadeiramente, o produto desta relação.

Em 1914, o célebre fotógrafo Edward Curtis fez um filme que se intitula em inglês *In the land of the head hunters* e em português *A saga romantizada da vida dos índios Kwakiutl da costa noroeste dos EUA*. Trata-se de uma encenação realizada pelos Kwakiutl, que representam a epopeia mítica de sua sociedade. Com a ajuda do mesmo colaborador de Franz Boas, Gorge Hunt, Curtis passou cinco estações compartilhando a vida com os Kwakiutl realizando um filme que alia precisão etnográfica a uma estética exuberante da vida material Kwakiutl (Jordan, 1995, p. 18). Estes filmes chamados de etnográficos procuram realizar uma organização ficcional da realidade.

O recurso da ficção em filmes documentários clássicos já vinha sendo utilizado pelo menos desde 1938, como demonstra o filme *North Sea* (Harry Watt, 1938) em que ao invés de adotar a voz em off de um narrador, partiu de um roteiro escrito por Watt e Cavalcanti para que atores, escolhidos entre os trabalhadores, encenassem os diálogos escritos que dramatizavam uma crise entre os tripulantes de um barco de pesca durante uma tempestade.

Este filme, que se propunha ser um documentário sobre a pesca utilizando pescadores reais e cenário real, ao adotar recursos da ficção tornou-se um dos filmes mais bem sucedidos produzidos pela EMB/GPO (Da-Rin, 2004, p. 89). Assim, o fundamento do cinema e aqui não estaria de fora as narrativas etnográficas visuais

se ancora na invenção, encenação, construção, colocando, portanto em cheque uma percepção de oposição entre imagem e real que se desdobra na falsa oposição de conhecimento sobre si mesmo e sobre o outro. Mitchell (1986, p. 12), ao analisar imagens enquanto discursos, demonstra que, ao contrário do que a crença comum costuma estabelecer, as imagens não são estáveis, estáticas ou permanentes, portanto, não são percebidas do mesmo modo pelos que as veem, e que também não são exclusivamente visuais, isto é, envolvem uma apreensão multisensorial e interpretacional. Ao recuperar a ideia de Wittgenstein, ao equacionar as imagens mentais às imagens reais como da mesma natureza, põe em cena a problemática relação entre a construção das imagens visuais e os objetos reais. A partir desta nova percepção da dimensão imagética pode-se formular uma crítica à metafísica ocidental que se constrói sobre a divisão clássica entre mente/matéria, sujeito/objeto que são formas metafóricas de lidar com a não menos imaginária, separação entre imagens mentais e reais. Prova disso é a enquete realizada por Andre Bazin (1985) realizada após a projeção do filme *O Bebê de Rosemary* (Roman Polanski, 1968) em que muitos espectadores declararam que viram na cena final uma criança recém-nascida, descrevendo as feições monstruosas da filha do demônio, seu chifre, seu rosto deformado, suas patas. No filme, aparece o berço e o rosto das pessoas que olhavam o berço, jamais a imagem de um bebê. O que se passou com os espectadores não foi propriamente ver algo que não

existia, mas sim imaginar a imagem, somente uma percepção artificial e rígida do que seria o real e o imaginário poderia por em dúvida esta possibilidade de tomar o imaginário como real, ou como constitutivo da experiência. E aqui retornamos às questões postas por Malinowski sobre imaginação/imagem e os processos cognitivos.

Mas devemos agora aportar a contribuição de Jean Rouch para entendermos os modos possíveis de construir visualidades e imaginários. Rouch é de fato um continuador consciente da tradição de Flaherty ao usar a ficção, no sentido de abraçar as técnicas da ficção para contar o que denomina verdades etnográficas (Jackson, 2004, p. 36), o que desembocou, conscientemente, em sua conceituação de etnoficção. Etnoficção para Rouch seria, antes de tudo, uma forma de colidir e não necessariamente apenas misturar ou pôr em relação - o que definia como percepções derivadas diretamente da experiência descritas em termos de realidade, documentário e etnografia, com as narrativas que atribuem sentidos a estas experiências descritas como ficção, mitos, narrativas e o cinema lhe dava as condições, de fazer corresponder estas duas percepções simultaneamente.

Desta perspectiva, etnoficção envolve a pesquisa etnográfica, circunstâncias verdadeiras, história, improvisação e reação participante. Rouch foi quem propôs o conceito de antropologia compartilhada que dá conta desta virada imagética-sonora da etnografia a partir dos anos 50. A antropologia compartilhada trata do paradoxo da alteridade que a Antropologia tem

justamente por função assumir: como mostrar e capturar a diferença sem torná-la irreduzível e sem reduzi-la ao idêntico. O filme *Os mestres loucos* para Rouch evocava um novo método de pesquisa que consistia em compartilhar com as pessoas que, de outro modo, não passariam de objetos da pesquisa. "Nós fazemos delas sujeitos!", este era o lema e ideal rouchiano (Rouch, 1980, p. 57 apud Da-rin, 2004, p. 158). Esse fazer do objeto sujeito é o que abria caminho para o que veio a ser designado a antropologia compartilhada, inaugurada em seu filme anterior *Bataille sur le grand fleuve* (1954) sobre a caça ao hipopótamo. Rouch projetou o filme realizado para os filmados e, após algumas sessões, os caçadores criticaram a música de fundo posta por Rouch. Os personagens do filme dizem a Rouch que a música prejudicaria a caçada, para se caçar um hipopótamo deve-se estar em profundo silêncio. Rouch levou a sério a crítica e retira o som do filme. Deve-se fazer, aqui, uma observação para que este ideal de antropologia compartilhada não seja interpretado como romantismo simplista, significando que, quando Rouch engajava-se em um projeto coletivo, este não produzia tensões e diferentes percepções sobre o que era realizado.

Este compartilhar imagens produzia uma narrativa expressiva inteiramente nova e este frescor narrativo foi logo percebido por Lévi-Strauss quando assistiu ao filme de Rouch sobre a caça aos hipopótamos no Museu do Homem em Paris (aliás o tema da caça aos hipopótamos já era um tema bastante explorado pelo cinema

colonial, sobretudo o belga e agora recebia um tratamento inteiramente diferente dado por Rouch). Lévi-Strauss, reconhecendo esta diferença, e entusiasmado pelas imagens, afirma que o filme etnográfico seria a nova avenida aberta para a Antropologia. Porém, alguns anos mais tarde Lévi-Strauss em uma entrevista ao Cahier du cinema revela as tensões de se produzir etnografias visuais baseadas em etnoficção derivando uma determinada percepção e recepção do cinema e das formas expressivas pelas ciências sociais como fonte de conhecimento. Especificamente sobre *Eu, um negro*, *jaguar*, *pirâmide humana* e *crônica de um verão*, os clássicos filmes de Rouch, Lévi-Strauss diz que estes filmes revelam um pseudo cinema-verdade, e muito pouco do filme etnográfico: “Eu entendo o filme etnográfico no sentido estrito da palavra: o documentário. Tanto *Eu, um negro* quanto *La Pyramide Humaine* provém de uma acomodação da verdade, muito menos tolerável, que se apresenta sob a aparência da verdade. Mas um filme que pretende ser verdadeiro, um átomo de ficção, tiraria, a meu ver, seu crédito. Se o filme se trata de uma ficção, ela seria realizada de uma melhor maneira com profissionais, um cenário e uma mise-en-scene... A fórmula me parece inaceitável, continua Lévi-Strauss e o resultado sem algum interesse. Eu tenho muito respeito pela verdade para aceitar que ela seja substituída pela ficção, mesmo que seja por momentos (Lévi-Strauss, 1997, p. 36).

Lévi-Strauss estava longe de entender a ontologia do cinema e seus possíveis rebatimentos na etnografia.

A ficção para Rouch, ao invés de substituir a realidade, expressão que revela a incompreensão e o preconceito de Lévi-Strauss quando pensa o que seja realidade ou verdade, ganha justamente para Rouch o sentido de fazer de conta. Rouch cria um impasse entre ficção e realidade. Por este motivo, a imaginação, a ficção faz parte desde o princípio da condição de produção da etnografia e do filme etnográfico, uma vez que não se pode proclamar um real sem levar em conta este fazer de conta engendrado tanto pela relação com o cineasta quanto com o etnógrafo (Rouch, 2003a, p. 31). Esta percepção de Rouch aponta para uma sensibilidade imaginativa por onde se constrói uma narrativa visual etnográfica. Rouch dizia: “Eu me considero ao mesmo tempo cineasta e etnólogo. Eu acho que a etnologia é poesia. Não acredito muito nas ciências humanas, como já disse várias vezes. Afinal de contas, as ciências humanas são algo de terrivelmente subjetivo” (Rouch, 1972, p. 7 apud (Da-Rin, 2004, p. 149).

Neste sentido é pela via do cinema que Rouch quer construir uma Antropologia criativa e alternativa: sem fronteiras, misturando gêneros, provocando a participação, rompendo expectativas, criando surpresas, explorando cada ponto de junção entre etnografia e ficção, entre uma meticolosa observação e a capacidade de sonhar. É o fingir, o fazer de conta é o que provoca o outro a mudar sua percepção e poder ver o mundo de um outro ponto de vista. Partindo desta mesma motivação, Rouch sempre levou a sério a parceria com seus colaboradores africanos e, muitos destes,

tornaram-se cineastas como Oumarou Ganda, Safi Faye, Moustapha Allasane, Inoussa Oussen (Ukadike, 1995 apud Feld, 2003, p. 20). Sobre este devir-cineasta, Rouch nos diz o seguinte sobre *Eu, um negro*: “o melhor resultado deste filme foi a descoberta feita por Oumarou Ganda: descobrindo o poder do filme, ele decidiu alguns anos mais tarde a fazer o seu próprio filme” (Rouch, 2003c, p. 165).

Do mesmo modo que pensava seu cinema e sua etnografia como formas de criação, atribuía ao conceitual nativo esta mesma capacidade criativa, seja pela possessão dando ensejo ao cine-transe, cinema transformativo, seja pela fórmula do como se, o faz de contas, exemplificando que esta fórmula do faz de contas estava na base mesma da cosmologia Dogon, de sua mitologia.

O que Rouch consegue, de fato, com o seu cinema e sua etnografia não é simplesmente dar voz aos nativos ou aos africanos oprimidos pelo colonialismo e tão pouco pretende falar da colonização em África, mas tomar seus amigos e interlocutores à sério, no sentido de que sua etnografia fosse realmente compartilhada entre autores: Rouch e seus colaboradores. A questão da autoria parece ser fundamental para a compreensão do que estaria em jogo na construção de um filme e de uma etnografia. Desafiando, por assim dizer, o discurso nativo ou a paráfrase nativa, propunha uma nova conceituação de autoria que englobava todos os envolvidos e, por isso, no cinema e na etnografia de Rouch encontram-se múltiplas verdades, múltiplos autores e diferentes percepções.

Se para Rouch a essência do fazer etnografia e do fazer cinema é a relação - enquanto gênese, possibilidade e resultado de uma narração - esta relação é entre sujeitos e o conhecimento na Antropologia e no cinema surgem como possibilidade da subjetividade. A partir desta qualificação da diferença é que Rouch (1996a, p. 45) profetiza, ainda nos anos 60, quanto à popularização do filme etnográfico em formato de vídeo, uma vez que previa que chegaria o tempo sonhado por seus ancestrais Vertov e Flaherty simultaneamente, o tempo do cine-ouvido-mecânico. Uma câmera participante que passaria de forma quase automática para as mãos daqueles que estavam habitualmente na frente da câmera: o antropólogo não teria mais o monopólio da observação, será ele mesmo observado, gravado, ele e sua cultura. E assim, o filme etnográfico nos ajudará a compartilhar a Antropologia.

É aqui que nos encontramos hoje em relação à produção das etnografias audiovisuais que passam a ser produzidas em redes colaborativas, com a formação de cineastas locais. Os projetos se multiplicam por toda parte, Vídeos nas Aldeias, Observatório das Favelas, Imagens do Povo, Ateliê Varan, TV Isuma dos Inuit, TV dos Aborígenes da Austrália, em Bangladesh, na Índia, na África.

Esta nova produção de imagens reconfigura um novo imaginário insurgente do cruzamento de questões antropológicas, dos chamados nativos, de múltiplas tradições cinematográficas e documentais. Neste contexto, é gestada, então, uma crítica ao modo ‘expositivo’ predominante no gênero

de filmes documentários que tende a tratar dos sujeitos representados como se fossem 'objetos' (Nichols, 1994, p. 35-38; Piault, 2000, p. 153).

Se existem, evidentemente, diferenças fundamentais na produção imagética de si e do outro, sejam nas dimensões – éticas, estéticas, políticas e epistemológicas - o ponto principal a ser salientado é que, a partir do momento em que se reconhece uma simetria entre estas representações e apresentações imagéticas enquanto modos de produção de conhecimento é justamente o momento em que evidenciamos uma 'passagem à imagem' na antropologia que se torna tão efetiva que contamina o texto escrito, a etnografia clássica, propriamente dita, em que insurgem imagens de si em profundo diálogo com as imagens sobre o outro (Piault, 1995, 2000).

Neste novo contexto percebe-se uma reconfiguração do conceito de representação – escrita, imagética ou audiovisual – agora, transformada em auto-representação, modo legítimo de apresentar uma autoimagem sobre si mesmo e sobre o mundo que evidencia um ponto de vista particular, o do 'objeto' clássico da Antropologia que agora se vê na condição de sujeito produtor de um discurso sobre si próprio. Assim, o conceito de auto-representação se torna particularmente pertinente quando estas formas mais ou menos implícitas de se representar tornam-se, elas mesmas, alvos de encenação, interpretação, reinvenção, criação de identidades políticas e culturais ou outros modos de representação mais explícitos, agenciadas por estas mesmas pessoas. Neste caso, as

representações são produzidas através de um 'jogo de espelhos' em que as 'imagens sobre si' se produzem através dos outros em um processo, eminentemente, relacional, fazendo com que as imagens de si afetem e sejam afetadas pelas imagens dos outros sobre si. Assim, autoimagem é por definição uma imagem em transformação, o que acentua o que designamos conceitualmente como 'devir-imagético' (Gonçalves & Head, 2009).

Se a sensibilidade moderna permitia aos intelectuais 'descobrirem' os nativos traduzindo suas culturas e vozes, fazendo-os, assim, participar da cultura ocidental através de uma representação de imagem, de sua arte, de sua cultura, de seus costumes, a sensibilidade pós-moderna induz à proliferação das auto-representações em que as culturas e seus personagens se apresentam diretamente formulando seu ponto de vista e sua percepção sobre o modo que desejam ser representados e apresentados. Os chamados 'favelados', 'índios', 'negros', 'pobres' passam a falar sobre si próprios, se fotografam, se filmam, se representam e se apresentam em profundo diálogo com as múltiplas representações já constituídas sobre eles, o que engendra, por sua vez, curtos-circuitos políticos e estéticos que movimentam novas formas de apresentação e representação. Este novo contexto desestabiliza as 'verdades' da representação etnográfica, fazendo emergir as fabulações dos personagens que se constituem através dos processos de auto-representação. Um aspecto intrigante da auto-representação consiste, quase por definição, na ausência de uma

divisão 'clara e distinta' entre a própria representação e o que ela representa, estabelecendo, assim, uma confusão de horizontes que se manifesta tanto mais fortemente nos casos em que as imagens – fotográficas, filmicas, pintadas, desenhadas, ou até 'vestidas' – passam a ser matérias centrais destas auto-representações. O que Deleuze (2005, p. 183-288) estabelece para a criação dos personagens no cinema poderia ser transposto para a percepção desta nova percepção imagética a partir desta reconfiguração da representação. Assim, deixando de lado 'as verdades' sobre si próprios, aquilo que era sempre criado pelos "dominantes ou... colonizadores", os chamados pobres produzem através da "função fabuladora", que aposta na evocação de uma potente falsidade sobre si, em oposição às 'verdades' constituídas, e que tem a capacidade de criar "uma memória, um lenda, um monstro". Neste novo contexto, o personagem criado não é real ou fictício, objetivo ou subjetivo. A auto-representação estaria aderida a uma formulação "do devir da personagem real quando ela própria se põe a 'ficcionar', quando entra 'em flagrante delito de criar lendas' e, assim, contribui para a invenção de seu povo". Neste sentido, é necessário que a personagem seja primeiro real para que afirme a ficção como uma potência e não como um modelo: é necessário que se ponha a fabular para se afirmar tanto mais como real, e não como fictícia. A personagem não cessa de tornar-se outra, e não é separável deste devir que se confunde com um povo (Deleuze, 2005, p. 194-198).

Neste novo contexto e configuração do que se designa etnografia audiovisual 'a voz do dono' (da percepção 'expositiva', da realidade expressa pela representação do outro), a autoridade do filme nas mãos do diretor (Bernardet, 1985) é desestabilizada pelo advento de uma nova possibilidade ética e estética de apresentar ou de representar o outro que está implicada em concepções de alteridade formuladas a partir das transformações das identidades de 'eu' e 'outro', produzidas em contextos pós-coloniais que influenciam a forma de conceber esta relação em que o 'outro' passa a ter pregnância, não no sentido de apresentar a verdade ou a autenticidade de sua 'visão de mundo' ou de sua 'cultura', mas no sentido de apontar para uma ética das relações entre aquele que filma e aquele que é filmado que tem implicações diretas na produção de uma estética de apresentar e representar o 'outro'.

Finalizando, o que importa no contexto de realização de etnografias audiovisuais, seja fazendo um filme etnográfico, um documentário, é o processo de constituição de uma relação que permita a emergência e insurgência destas novas formas representacionais e apresentacionais em que se exerça a constante e saudável reflexividade capaz de, a cada momento, questionar a 'voz do dono', os modos expositivos e autoritários de exposição visual procurando formas mais simétricas, auto-representativas, diálogos colaborativos, partilhas, coautorias, que permitam a partir deste jogo complexo das imagens de si e dos outros permitir a emergência de modos

criativos e sempre novos de participação na produção do que se designa audiovisualidades.

Estes questionamentos, longe de ser uma ameaça para a produção de conhecimento é antes de tudo um modo de complexificarmos o modo como conhecemos, porque conhecemos jogando nova luz sobre os sujeitos envolvidos neste processo de conhecimento que dotados de novas agências são os protagonistas no processo de se tornarem, literalmente, imagens, e enquanto imagens ganham potência, se autoproduzem, auto-representam, invertendo, assim, o caminho e direção da etnografia clássica, produzindo através e por meio de suas imagens, deste devir imagem, uma antropologia reversa, responsável por construir novos mundos imaginados.

Bibliografia

BARSAM, Richard. 1992. Non-fiction film: a critical history. Bloomington, Indiana University

BAZIN, André. 1985. .L'Évolution du langage cinématographique.. In: Bazin, André. Qu'est-ce que le cinéma?. Paris, CERF.

BERNADET, Jean-Claude. 1985. Cineastas e imagens do povo. São Paulo, Brasiliense.

CLIFFORD, James. 1998. A experiência Etnográfica. Rio de Janeiro. Editora da UFRJ.

DA-RIN, Silvio. 2004. Espelho Partido. Tradição e transformação

do documentário. Rio de Janeiro, Azougue.

DELEUZE, Gilles. 2005. A imagem-tempo. Cinema 2. São Paulo, Brasiliense.

FELD, Steven. 2003. Cine-Ethnography - Jean Rouch. (Visible Evidence, 13). Minneapolis, University of Minneapolis Press.

GONÇALVES, Marco Antonio; Head, Scott. 2009. Devires Imagéticos. A etnografia, o outro e suas imagens. Rio de Janeiro, 7Letras.

GRÉLIER, Robert. 2009. O mentir verdadeiro. Alceu, 9 /18, p. 5-36.

JACKSON JR., John. 2004. .An Ethnographic Filmflam: Giving gifts, doing research, and videotaping the native subject/object.. American Anthropologist, 106(1):32.42.

JORDAN, Pierre. 1995. "Primeiros contatos, primeiros olhares". Cadernos de Antropologia e Imagem, 1: 11-22.

LÉVI-STRAUSS, Claude.1958 "Introduction: Histoire et Ethnologie", in Anthropologie Structurale, Paris, Plon.

_____. 1978 "Raça e História", in Os Pensadores, vol. L, São Paulo, Abril Cultural.

_____. 1973 "Le Champ de l'Anthropologie", in Anthropologie Structurale Deux, Paris, Plon.

_____. 1996. Tristes Trópicos. São Paulo, Companhia das Letras.

_____. 1997. .Entrevista sobre o Cinema. (Cahiers du Cinema). Sexta-Feira 1(1):31-38.

MALINOWSKI, Bronislaw. 1983. *Argonauts of the Western Pacific*. London, Routledge.

_____. 1998. *Diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro, Record.

NICHOLS, Bill. 1994. "The Ethnographer's tale.. In: Nichols, B. *Blurred boundaries: Questions of meaning in contemporary culture*. Bloomington, Indiana University Press. pp. 63-91

PIAULT, Marc. 2000. *Anthropologie et cinéma. Passage à l'image, passage par l'image*. Paris: Nathan.

ROQUETTE-PINTO, E. 1917. *Rondônia*. Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro vol. XX. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

ROUCH, Jean. 1972. .Je suis mon premier spectateur.. *L'Avant Scène*, 123.

_____. 1980. Entretien. *CinémAction*, 12:57.

_____. 2003c. Jean Rouch with Enrico Fulchignoni.. In: Feld, S. *Cine-Ethnography - Jean Rouch*. (Visible Evidence, 13). Minneapolis, University of Minneapolis Press. pp. 147-187.

_____. 1996. *La Caméra et les hommes*.. In: Predal, René. *Jean Rouch ou le Cine-Plaisir*. *CinémAction*, 81:42-45.

TACCA, Fernando. 2001. *A Imagética da Comissão Rondon*. São Paulo, Papyrus Editora.

THORNTON, Robert. 1985. *Imagine yourself set down..: Mach, Frazer, Conrad, Malinowski and the role of imagination in Ethnography*. *Anthropology Today*, 1 (5): 7-14.

UKADIKE, Nwachukwu Frank. 1995. *Black African Cinema*. Los Angeles, University of California Press.

Não surpreendem, portanto, as reflexões acerca do "fim do futuro" ou da "morte da utopia" .

NOTAS

Posfácio

145 A primeira versão deste texto foi elaborada para a conferência no IX Visualidades 2017, Universidade do Vale do Acaraú, Sobral, CE. Agradeço ao professor Nilson Almino de Freitas. Nesta mesma ocasião dei uma entrevista sobre antropologia e imagens que se encontra no link: <https://youtu.be/XH305u9oYNc>.

146 Sobre Thomas Reis temos os trabalhos de Fernando de Tacca (2001), um dos pioneiros da antropologia visual brasileira, que procedeu a uma fina análise do acervo da comissão Rondon, especificamente o produzido por Thomas Reis.

147 In the land of the headhunters (1914) de Edward Curtis e Nanook of The North (1922) de Robert Flaherty.

postfácio 3

Atirei o pau no gato sim. E daí?
Você sabe com quem está falando?

Philippe Pomier Layrargues

Professor Adjunto do curso de
Gestão Ambiental
Universidade de Brasília

Houve uma época que vivíamos com um sentimento constante de constrangimento no ar. O constrangimento vinha pelo sentimento de embaraço, do incômodo de presenciar uma situação delicada que representava a violência moral do preconceito contra o Outro, ridicularizado, humilhado, 'denegrado', por ter sido alvo de um deboche para o deleite com a dor alheia. Eram os tempos da cultura do "politicamente incorreto", sem receios ou remorsos, quando rir da cara do outro na frente de uma plateia sádica não era um 'programa de índio'.

O desconforto desse mal-estar social vigorou na mesma época da

exibição do famoso programa humorístico dominical na televisão brasileira, "Os Trapalhões". Em pleno regime militar, representava fielmente o espírito do seu tempo. E representava também o sutil controle social da autêntica 'servidão voluntária', no reconhecimento tácito do seu devido lugar, humilhantemente subalterno na sociedade de classe, quando os humoristas eles próprios encarnavam como personagens, um negro alcoólatra, um malandro estúpido, um nordestino e um 'afeminado': eles próprios se colocavam na condição de oprimidos, felizes sim, mas passivos e conformados.

Líder de audiência, o programa estreou em meados dos anos 70 e foi exibido por quase vinte anos 'pregando peças' nos personagens. Zombar com a cara do outro era o normal naqueles tempos, e os incomodados que se mudem. Fracotes que largassem de

'viadagem', porque menino não chora, diziam os 'valentões'. Ao melhor estilo do politicamente incorreto, cenas explícitas de desqualificação e inferiorização, como manifestações constantes de racismo, homofobia, machismo, intolerância religiosa, preconceito contra nordestinos e pessoas obesas, abordados sob o manto humorístico e com o 'direito' inclusive de insinuar agressões físicas contra 'gays' porque esse 'desvio' não era 'natural', portanto não poderia ser tolerado.

Sabe-se hoje, com os avanços na ciência da psicologia, que as agressões vexatórias politicamente incorretas não deixam suas vítimas mais 'cas-cudas'; ao contrário, deixam traumas e afetam grave e profundamente a autoestima daquele que foi zombado. Esse programa humorístico provavelmente encontraria dificuldades para ser exibido atualmente na televisão, porque os tempos mudaram e a ofensa contra a honra finalmente passou a ser tipificada como crime contra a dignidade da pessoa humana: os direitos humanos se firmaram e se expandiram, representando a superação do devastador universo politicamente incorreto, condenado a permanecer no passado.

Sim, aceitava-se o politicamente incorreto jocoso, ou seja, revestido pela camada de humor pastelão e ingênuo, ao mesmo tempo que se convivia com essa mesma prática cruel do politicamente incorreto no cotidiano das relações sociais no mundo vivido. A prática da opressão e exploração que se expressava no mundo vivido também era representada, de modo equivalente, pela agressão verbal que significava

inferiorização no imaginário dos grupos sociais alvo constante de zombarias e deboches desqualificadores, por ser negro, pobre, trabalhador, migrante, nordestino, gordo, magro, vegetariano, gay, zanolho, manco, 'deficiente físico' ou qualquer outro 'desvio' do padrão dominante patriarcal, machista, elitista, autoritário, racista, homofóbico, tradicionalista, meritocrático.

É nestes tempos que 'empregadas' domésticas eram convencionalmente obrigadas a ingressar nas dependências privadas pela porta dos fundos e pelo elevador de serviço. Privadas do acesso privilegiado, eles são sistematicamente inferiorizadas pelo fato de serem obrigadas a acessar seu ambiente de trabalho profissional por uma forma diferente da que seu patrão se permite, uma distinção/exclusão que também se faz com outras categorias profissionais não consideradas nobres e com acesso negado à porta da frente e pelo elevador social. O acesso, ou a sua privação, corresponde a um estatuto diferencial de distinção de classe social, que precisa ser imposto reiteradamente como controle ideológico de uma ordem social opressora.

É nestes tempos que o 'nordestino' era um 'paraíba' ou 'cabeça-chata', uma generalização ofensiva que denotava o preconceito regional, inferiorizando o universo do povo nordestino sob o olhar hierárquico do sudeste que se julgava superior. Uma crença reforçada pela migração regional do semiárido nordestino em busca de melhores condições de vida, na ausência de políticas públicas coerentes com a severidade da estiagem na Caatinga; que também vigorava com o mesmo

propósito ideológico de manter uma classe social subjugada e subserviente, para ser apenas força de trabalho de baixo custo e pouco exigente na capital paulista, que não ousasse imaginar exercer algum trabalho que demandasse refinamento intelectual. Até que, no meio de todo aquele exército de mão-de-obra barata e obediente, um dia surgiu no horizonte a brilhante estrela vermelha justamente de um nordestino, migrante, de Caetés para São Bernardo do Campo; um metalúrgico que começou a questionar os motivos dessa injusta ordem social. E que mais tarde, mudou o curso da história.

Eram os tempos de demonização do 'macumbeiro', grave preconceito religioso que se somava ao racismo estrutural, amaldiçoando as práticas religiosas dos povos de santo. Mas que hoje sabemos, por evidências científicas do campo da antropologia ecológica, que o Candomblé representa uma força religiosa de matriz africana de base essencialmente ecológica, hoje reconhecida e valorizada como eco espiritual; bem ao contrário das religiões monoteístas, responsáveis pela instauração das bases do antropocentrismo que estão no epicentro da atual crise socioambiental planetária.

Eram os tempos também do assédio moral, quando algum trabalhador se via em situação humilhante ou constrangedora provocada pelo seu chefe 'superior' durante a jornada de trabalho; tempos que os estudantes na escola desconheciam o termo "Bullying", e os mais fracos que 'se danassem' se não gostassem da 'judiação' de seus apelidos vexatórios, entre outros tipos de perseguição perversa.

Ali naquele ácido e estéril terreno politicamente incorreto, não vigavam as sementes da justiça e dos direitos humanos. 'Bandido bom é bandido morto', célebre afirmativa que insinua dispensar o direito de defesa e a justiça formal para todos, porque o que vale mesmo é fazer justiça com as próprias mãos. Armadas. Porque eram os tempos que precederam a criação do Estatuto do Desarmamento, quando todo 'cidadão de bem' tinha uma arma em casa para se defender da 'banditagem', uma forma sutil de se antever os aparelhos repressores de Estado, alinhados com os aparelhos ideológicos de Estado, mantendo-se vivo o mantra do fetiche punitivista, que passa muitas mensagens imaginárias.

Eram os tempos da meritocracia, onde um pobre 'vagabundo' não merecia uma chance na vida e tinha que ser discriminado e desprezado, desconsiderando-se a nefasta influência dos fatores sociais no destino de vida das classes sociais em condições de vulnerabilidade econômica e ausência do Estado de Bem Estar Social capaz de corrigir as distorções da desigualdade. A ideia de igualdade de oportunidades e de equidade de acesso aos bens de uma sociedade, ainda não havia lugar, os privilégios e toda distinção social eram mantidos sem reservas.

Era quando chamar alguém propositalmente de 'energúmeno' ou 'analfabeto', carregava uma conotação moral depreciativa, inferiorizando o Outro a partir de um olhar arrogante e elitista de superioridade exatamente dentro da estrutura de classe social capitalista, que divide hierarquicamente aquele que desempenha a nobre atividade

intelectual daquele que é um 'bosta ignorante'. Atitude sempre acompanhada da certeza da impunidade pelo crime de ofensa à honra e dignidade humana, uma afronta contra a cláusula pétrea da Constituição Federal. Eram os tempos do pedantismo da cidadania relacional, invocando-se o clássico "Você sabe com quem está falando?" para mostrar um poder econômico ou prestígio político, como um privilegiado 'amigo do rei'¹⁴⁸, os intocáveis pela justiça exibiam publicamente suas vantagens distintivas no status social.

Eram os tempos que se jogava descaradamente o lixo no chão, sem nenhum peso na consciência, sob a certeza do argumento que assim fazendo se ajudava a dar trabalho aos garis. Eram os tempos em que ecologia era 'coisa de viadinho', esses ecologistas e seu 'mi-mi-mi' infantil e romântico de abraçar as árvores e a frescura de querer proteger a natureza; eram tempos que cantigas infantis como o folclórico "Atirei o Pau no Gato" não despertavam nenhum remorso ou reflexão quanto ao precoce estímulo pedagógico à violência. Era normal essa apologia à crueldade animal, eram os tempos que as crianças 'brincavam' de matar passarinhos com estilingues, prática cultural infelizmente ainda parece estar presente nos dias de hoje. Eram os tempos que o espetáculo circense era um espetáculo dos horrores, tamanha a crueldade animal a que se submetia os animais para uma boa performance no picadeiro, acorrentados e mal tratados, longe de uma vida de glamour de grandes artistas. Eram os tempos da rinha de galo, da

vaquejada, da farra do boi, e de tantas outras práticas de crueldade animal que confundiam cultura com tortura.

Foi no espírito da cultura do politicamente incorreto inclusive, que sem nos darmos conta, nos apropriamos do nome de animais e seus atributos simbólicos como rótulos pejorativos para insultar a natureza incivilizada dos humanos, (des) qualificando-nos como porco, burro, anta, toupeira, elefante, jaburu, raposa, víbora, jararaca, piranha, galinha, veado, macaco, rato, verme, lesma, tartaruga... toda uma diversidade faunística depreciada a um conjunto desqualificado e disfuncional aplicado a uma agressão moral inferiorizando esse Outro humano à condição de 'bicho'.

No dia 10 de dezembro de 1948 as Nações Unidas instituíram a Declaração dos Direitos Humanos, como um ideal civilizatório comum a orientar o destino de todos os povos. Desde então, com este marco institucional inaugural, logrou-se com muita dificuldade, uma ampliação lenta e progressiva da esfera dos direitos. Assegurou-se universalmente a todos os cidadãos o direito à vida, à saúde, à educação, à liberdade, à dignidade, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao alimento saudável, ao saneamento; entre tantos outros direitos, especialmente os humanos, sociais, civis e políticos, pilares da cidadania; independentemente de sua condição de classe, étnica, racial, sexual, etária, religiosa, linguística ou política. Não menos importante aqui a ressaltar, é a própria Constituição Federal de 1988, conhecida como a "constituição cidadã", justamente por assegurar um vasto leque

de direitos básicos e fundamentais para um Estado Democrático de Direito. Para que haja de fato dignidade, liberdade e igualdade entre as pessoas.

Neste caminhar dos direitos, que inclusive se estendeu aos direitos animais, com a criação da Lei dos Crimes Ambientais; buscamos acertar as contas até com a linguagem politicamente incorreta, contribuindo com a construção de uma linguagem não sexista, não bélica e com o combate ao racismo estrutural que está tão entranhado na forma de se exprimir, quando se vale de tantos atributos da negritude qualificados como pejorativos e depreciativos. A coisa 'ficou preta' para o mundo politicamente incorreto, e esse 'passado negro' ficou na memória da história.

Esse foi o novo estatuto moral universal que passou a orientar o caminho civilizatório na direção da construção do mundo politicamente sensato da dignidade plena da pessoa humana. Paulatinamente, passamos a ficar estarecidos e passamos a abominar e condenar as atitudes e práticas politicamente incorretas. A esfera dos direitos ampliou-se de modo a abrigar todos aqueles que foram vitimados por toda ordem de preconceitos e ações discriminatórias, opressoras e exploradoras; muitas delas criminalizadas inclusive. Acabou a impunidade do politicamente incorreto. Acabou a supressão dos direitos humanos. Esperava-se afinal, a compreensão esclarecida da necessidade do acolhimento, da fraternidade, e sobretudo, da empatia, onde aqueles algozes do passado tivessem se civilizado, aprendido com a dor do Outro, que todos somos

humanos com os mesmos direitos e sujeitos aos mesmos deveres. Afinal, nesta transição cultural dos anos 80 e 90, falava-se muito de 'inclusão social' das pessoas historicamente excluídas e marginalizadas...

Só que não. Os fantasmas desse passado retornaram. E com sede de poder, para acabar com essa 'frescura' de direitos humanos. Chegou a hora de botar as coisas de novo no seu devido lugar. 'Morra quem tenha que morrer', não é assim que se diz agora?

De alguma forma, a ampliação do campo dos direitos não se fez como um processo pedagógico, mas surpreendentemente, como uma imposição opressora que contou com o poder de criação de instrumentos legais e mecanismos jurídicos que passaram a condenar e punir o mundo politicamente incorreto. E aqueles que antes se sentiam confortáveis desfrutando impunemente desse mundo politicamente incorreto e sem receios ou deveres a cumprir, se viram da noite para o dia como marginais com seus 'direitos' de expressão e de exploração reprimidos. A raiva foi tão grande que a expressão 'direitos humanos' virou palavrão. Sem poder mais rir da cara do outro, o mundo deve ter ficado 'chato' para eles. Talvez esteja aí a origem do terraplanismo.

Jair Bolsonaro é O Mito não porque foi um azarão que venceu as eleições de 2018 com gesto de arminha na mão. E sim porque representa a ressurreição do mundo politicamente incorreto, por ter resgatado das tumbas do passado a cultura e a prática do politicamente incorreto. Afirmou com todas as letras, em seu discurso de posse, que

como presidente, libertaria o povo do socialismo e do politicamente correto. Libertaria do jugo da opressão a que se sentiam vítimas todos aqueles que um dia ostentaram orgulhosamente o título de valentão maior que fala o que pensa, sem mi-mi-mi, que é 'autêntico' e não tolera ser incomodado para prestar satisfações à justiça, que hoje se identificam como essa base fiel de 30% da população brasileira que manifesta apoio incondicional ao seu Mito salvador.

Em êxtase por abrir a porteira para o gado do seu patrão passar, é exatamente neste espírito politicamente incorreto que o sinistro do meio ambiente condenado por fraude ambiental, Ricardo Salles, em dezembro de 2019, postou em seu Twitter uma foto de churrasco, para ironizar a Conferência do Clima debochando do vegetarianismo, afirmando que para compensar as emissões na sua participação na 25ª COP, estava fazendo um "almoço veggie". Um ministro do meio ambiente - negacionista climático - ridicularizando a emissão de gases de efeito estufa causados pela pecuária, é a representação máxima do escárnio com o desvio da função pública em relação ao cargo que ocupa na administração pública federal.

E assim, Jair não apenas resgatou, mas elevou à condição de política fulcral de seu governo, valendo-se dos Aparelhos Ideológico e Repressivo de Estado, para impor a nova norma moral da Pátria Armada Brasil. É essa estrutura que movimenta toda a engrenagem da 'ala ideológica' do governo e seus gabinetes de ódio e lavagem cerebral, formulando e distribuindo

as versões da realidade propositalmente distorcidas, interpretadas aos moldes do padrão politicamente incorreto. Vale ressaltar que a dicotomia entre a 'ala ideológica' e a 'ala militar' é um artilheiro fazendo crer que esta última estaria atuando como contrapeso isento e ponderado, como um mediador confiável que limitaria o excessivo extremismo ideológico bolsonarista. As Forças Armadas compreenderam que desde o nascimento das redes sociais digitais inaugurando essas bolhas ideológicas que vivem em realidades virtuais paralelas, surgiu um novo front de guerra, a Guerra Híbrida, semeando a discórdia na clássica fórmula do 'dividir para governar', colonizando e manipulando imaginários, escrevendo o mundo no nosso lugar. Isso significa que é o próprio Aparelho Repressor de Estado que detém a prerrogativa do manejo do Aparelho Ideológico de Estado.

Jair é essa estarrecedora liderança exemplar, porque encarna com maestria esse perfil recalcado de quem ansiava pelo retorno do politicamente incorreto sem ser molestado ou punido pela justiça por causa da sua 'autenticidade' na sua forma desprezível de pensar publicamente: mostrou-se homofóbico, quando em 2011, em entrevista à revista masculina Playboy, afirmou que seria incapaz amar um filho homossexual, preferindo ter um filho morto em acidente a um filho homossexual, e que um casal homossexual vizinho seu desvalorizaria o imóvel onde habita. Mostrou-se misógino, quando em 2014, fez apologia ao estupro, afirmando que a deputada federal Maria do Rosário não merecia ser

estuprada porque a considerava muito feia (o que lhe rendeu uma condenação no Superior Tribunal de Justiça por dano moral e ofensa à dignidade). Mostrou-se racista, quando em 2017, durante palestra em uma comunidade hebraica, afirmou que quilombola não serve nem para procriar; insinuando ainda seu preconceito contra pessoas obesas, tratando os quilombolas como animais, ao se referir à 'arroba' como unidade de medida do gado, quando disse que ali o afrodescendente não pesava menos que sete arrobas. Ainda nesta mesma ocasião, mostrou-se novamente misógino, afirmando que tem cinco filhos, sendo quatro homens, porém na quinta, deu uma 'fraquejada' e veio uma mulher. Mostrou-se racista também contra os povos indígenas, quando em 2018, antes de uma reunião com proprietários rurais em Mato Grosso, afirmou que se eleito, não demarcaria nem um centímetro de terra a mais. Mostrou-se machista tóxico, quando em 2019, durante uma escala no aeroporto de Manaus para sua viagem aos EUA, 'tirou um sarro' debochando do passageiro de origem asiática "tudo pequenininho aí", ridicularizando o folclórico tamanho do pênis do oriental. Mostrou-se preconceituoso com relação ao nordestino, quando em 2019, enquanto conversava com o ministro da Casa Civil Onyx Lorenzoni aguardando o início de uma coletiva de imprensa, sem saber que estava sendo gravado, foi flagrado ofendendo governadores do nordeste chamando-os agressiva e pejorativamente de 'paraíba'.

Jair, eleito presidente pelos 30%, com seu arrogante complexo de

superioridade, como um grande filho da pauta do politicamente incorreto que é, tratou de suprimir as conquistas históricas do campo dos direitos, restabelecendo a cultura da barbárie. De fato, o deputado federal sul-mato-grossense Loester Trutis (PSL), defende a opinião que Bolsonaro é amado pelos seus seguidores e foi eleito exatamente por falar verdades politicamente incorretas em seus discursos. "Bolsonaro não foi eleito por se comportar como um lorde, ele foi eleito para meter o pé na porta mesmo e acabar com essa bagunça". Alguém como Jair, que considera o Dia Internacional dos Direitos Humanos como o Dia da Vagabundagem, porque os direitos humanos só protegeriam bandidos, marginais, estupradores, sequestradores e corruptos, só poderia vir com a missão de recuperar das trevas os tempos do politicamente incorreto.

E assim principia a derrocada sistemática dos direitos humanos. No alto da sua virilidade por exemplo, depois de pegar uma 'gripezinha' curada misticamente por um remédio milagroso; aquele que é 'messias' mas não faz milagre, vetou integralmente o PL 2508/2020. Era a garantia de prioridade às mulheres chefes de família para receber a cota dupla do auxílio emergencial durante o estado de emergência sanitária com a pandemia do novo Coronavírus, quando o pai declarasse no cadastro, ser o responsável pela guarda dos dependentes. Era o antidoto contra o artifício mal intencionado do argumento conflitante, usado como uma forma fraudulenta de se apropriar do benefício que pertenceria

à mãe. Uma decisão eminentemente machista e patrimonial.

Passamos também no campo religioso, para outras referências morais: da Teologia da Libertação, que se funda da busca por justiça a favor dos oprimidos, passou-se à Teologia da Prosperidade, exatamente aquela que substitui o combate à desigualdade social pelo conservadorismo meritocrático e patriarcal. Com o lema teocrático “Deus acima de Todos” que inspirou o bizarro plano de governo “Caminho da Prosperidade”, o campo moral abraça o falso moralismo da sagrada família tradicional, cheia de tabus e onde não existe espaço nem tolerância para com ‘as minorias’ étnicas ou ‘desviantes’ que ferem e deturpam o conceito tradicional de família. O politicamente correto representou um insulto que escandalizou a conceito de ‘família’ dentro do tradicionalismo cristão, que nunca aceitou a ampliação do significado de família baseada na união homoafetiva, por exemplo. Que combina com o Obscurantismo agora tão em voga com o escancarado discurso anticientífico que passou a predominar com a emergência da Pós-Verdade neste mesmo tempo histórico.

O Caminho da Prosperidade do regime Bolsonaro indiscutivelmente passa pelo território do medo, pela violência e pelo ressurgimento do mundo politicamente incorreto para a boiada poder passar livre da indústria das multas. E isso combina com extrema-direita, conservadorismo, Fake News, armas até os dentes, escravidão, feminicídio, genocídio, ecocídio... E junto a ele, o retrocesso e o desmonte de

todos os direitos até então assegurados no campo dos direitos: os direitos trabalhistas, previdenciários, civis, sociais, ambientais...

A eleição de Jair, enfim, significou a perda dos Direitos Humanos em favor do mundo politicamente incorreto, esse latifúndio onde rumina o capitalismo selvagem, que como o touro de Wall Street – animal símbolo do capital especulativo da bolsa de valores, precisa se sentir livre, leve e solto; sem rédeas ou chicote para domesticá-lo. Se o leão é o rei da selva, o rei do capitalismo selvagem só poderia ser um quadrúpede truculento cagando e andando por onde passa atrás do prometido capim dourado; que encontra lá no canto da extrema-direita, o melhor tratador que poderia imaginar: aquele que deixa a porteira aberta, e não é por descuido. É por um grotesco projeto de apropriação, onde o rastro de sujeira representa o gesto mais primitivo e irracional de delimitação de uma propriedade particular, segundo o filósofo francês Michel Serres. As queimadas na Amazônia não passam de sinais de fumaça enviados aos ‘globalistas’, como um grito sufocado dizendo que a ‘Amazônia é nossa’. E convenhamos: isso está muito longe de ser chamado de nacionalismo ou de amor à pátria.

Enfim, acabar com o mi-mi-mi, com o politicamente correto, e com a esquerda, foi a forma rudimentar e cifrada que Bolsonaro se expressou no seu discurso da posse que tomou o Brasil de assalto, sobre o que o Mito faria com os direitos humanos no seu governo.

'Atirei o pau no gato' é uma metáfora do folclore brasileiro politicamente incorreto, que transfere a representação infantil da crueldade animal para a extrema violência do extrativismo de commodities e a derradeira supressão dos direitos a que povos indígenas especialmente, estão radicalmente submetidos no novo regime político brasileiro. Direitos sistematicamente violados exatamente por aqueles que perguntam se você sabe com quem está falando; porque arrogantemente, acham que detém o legítimo poder de impor o seu 'direito' de oprimir e explorar, direito esse que estaria assegurado pela condição de mover a economia brasileira com seus tratores semeando grãos de soja sujos de sangue e de agrotóxicos, mata adentro.

Não é por acaso que o bolsonarismo combate com tanta virulência e cotidianidade, o sorrateiro socialismo, a balbúrdia da universidade pública, o 'energúmeno' do Paulo Freire, o 'falso herói comunista' Chico Mendes, a 'pirralha' da Greta, o presidente francês Macron e sua 'feia' esposa, o perigoso Partido Comunista Chinês com seu 'comunavírus' e o 'climatismo'. São todos imaginários inimigos ameaçadores que precisam ser demonizados e eliminados de seu radar. Aqui se vê inclusive a ameaça aos direitos políticos, quando se tenta intimidar e criminalizar a legítima oposição. Também não é por acaso que Jair foi denunciado no Tribunal Penal Internacional de Haia por genocídio e crime contra humanidade, por ter sido negligente com relação ao controle da pandemia no Brasil.

Esse contínuo estado beligerante que gira em torno do recrudescimento

do politicamente incorreto e a equivalente regressão dos direitos, é a estratégia ideológica bolsonarista para manter a pressão da polaridade política incessante, para excitar os 30% e convocar permanentemente seu fiel exército a defender seu capitão nas redes sociais digitais, imaginando-o como um herói desafiado e em risco.

As polêmicas são o capim verdejante que alimenta o bolsonarismo. E conceitos como Democracia, Liberdade de Expressão, Direitos, Globalização, Esquerda, foram deturpados a ponto de fundarem uma nova realidade interpretativa que se imagina no discurso bolsonarista. Se processou uma adulteração conceitual de conceitos estruturais capazes de forjar valores e uma visão de mundo suficientemente deturpada para se imaginar e viver numa realidade paralela, tão esquizofrênica quanto a Terra possa ser plana. Se processou uma campanha difamatória tão intensa, que o círculo bolsonarista afirma que o Brasil só poderá se desenvolver verdadeiramente quando se libertar da 'esquerdopatia' enraizada há tanto tempo na escola, na universidade, no partido político, na mídia e até nos órgãos ambientais federais.

E deste modo, com realidades paralelas segundo as 'bolhas' ideológicas que se vive, uma mesma notícia publicada na mídia sobre algum fato que envolva a política bolsonarista, enquanto para os 70% ela representa uma repugnante afronta à civilidade; já para os 30%, representa mais uma vitória conquistada a comemorar, nesta nova configuração terraplanista de ver o mundo.

Para uns, orgulho; para outros, vergonha e perplexidade de ser brasileiro. É assim que percebemos, por exemplo, a leitura do papel desempenhado pelo então ministro da educação Weintraub, condenado por danos morais por ofensa coletiva contra estudantes universitários: o que para uns representou um ataque gravemente desqualificador da universidade pública; para outros, representou a vitória na luta contra o 'marxismo cultural' entrincheirado nos corredores universitários, libertando a direita estudantil acuada pelos militantes 'comunistas'.

Importante frisar que na batalha ideológica ora em curso, toda vez que os 70% se manifestam contrariados com o abuso de poder do Estado em afrontar os direitos constitucionais; para os 30%, essa atitude representa nada menos que a 'prova' material de que os 'esquerdopatas' e toda a 'comunalha' incessantemente atacam o governo e conspiram para derrubar o Mito. Eis a justificativa que se clama por uma intervenção militar com Bolsonaro no governo, para dar um basta a esta situação. A crítica política é como um tiro que saiu pela culatra. Não é nada mais do que a retroalimentação na convicção do discurso de ódio combatendo o 'marxismo cultural'.

Para os 70%, em função da (des) política ambiental com todo desmonte dos estatutos de defesa ambiental pública, o Brasil abandonou de forma vexaminosa sua posição de liderança global no campo da sustentabilidade, e se tornou um pária internacional. Mas, para os 30%, o desmonte ambiental representou o destravamento

da economia brasileira, libertada do protecionismo comercial não tarifário disfarçado de proteção ambiental.

Para uns, a denúncia de Bolsonaro no Tribunal Penal Internacional de Haia é a prova de que Jair violou radicalmente os direitos humanos. Para outros, ter seu presidente denunciado no Tribunal Penal Internacional é a evidência de que o Mito está sendo violentamente atacado pelas forças comunistas globalistas, e precisa contar com o apoio da militância bolsonarista para prosseguir comandando o país.

O assessor especial do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, general Villas Boas afirmou, em entrevista em dezembro de 2016, que o pensamento politicamente correto teria se ideologizado e hoje vivemos uma 'ditadura' do politicamente correto, porque estamos impregnados por esse pensamento. Depois, em agosto de 2017, no seu Twitter, repetiu a mesma crítica, dizendo que o pensamento politicamente correto estaria 'entranhado' na sociedade brasileira; afirmando erroneamente que se trata da supremacia do direito individual sobre o coletivo, quando na verdade é a expansão dos direitos humanos que se afirma. Para o general, o marxismo cultural em geral e a defesa ambiental em particular, teriam se 'infiltrado' no campo do politicamente correto. O general é também adepto da impressionante neurose antiecológica, que propaga o terrorismo ideológico que acusa o movimento ambiental de ser uma conspiração da esquerda global contra o desenvolvimento do país, afrontando a soberania nacional, sempre associando a ideia da proteção da

Amazônia como uma forma de impedir o florescimento do agronegócio e da mineração, deixando o 'tesouro' amazônico de 23 trilhões de dólares intocado. Este é o pretexto da veemente e recusa desta 'ingerência' estrangeira sobre a soberania brasileira, particularmente sobre a economia brasileira, defendendo a mirabolante ideia que o país estaria sendo vítima de uma barreira comercial não tarifária. Quando é justamente o contrário o que se processa: é o apagão da política ambiental brasileira e a consequente incapacidade de proteger a qualidade ambiental, que trava os acordos comerciais entre o Brasil e os países compradores de commodities nacionais.

Quando o general Hamilton Mourão, presidente do militarizado Conselho da Amazônia, vêm a público dizer, em agosto de 2020, que o Brasil sofre pressão de países que não preservaram suas florestas no passado, sem dizer que está criticando os países europeus, ele está difundindo nas entrelinhas um discurso ideológico feito para enganar, na campanha militar de sistemática desinformação intencional, que objetiva confundir e desviar o foco de atenção do necessário debate sobre o (des)controle da devastação da floresta Amazônica.

Ora, simplesmente não interessa, não vem ao caso que os países europeus tenham desmatado praticamente todas as florestas em seus territórios, e por causa disso, não tenham legitimidade alguma para cobrar de terceiros aquilo que eles não fizeram. Primeiro porque eram tempos onde não havia conhecimentos científicos ecológicos como hoje temos para

avaliar o impacto do desmatamento em larga escala. Segundo, porque afinal de contas, a floresta Amazônia, ao contrário das florestas temperadas na Europa, presta um Serviço Ecossistêmico global, de regulação climática planetária. É justo e legítimo o interesse da humanidade pelo preocupante destino da floresta amazônica.

Mas ao fazer essa fala milimetricamente alinhada com seu colega militar Villas Boas, o general Mourão está também dialogando, implicitamente, com a teoria conspiratória que afirma que existem interesses geopolíticos ocultos de países imperialistas camuflados pela 'comunidade internacional', que visam anular a soberania brasileira e sabotar o desenvolvimento econômico. Além do conspiracionismo chinês e seu 'climatismo' que também possuiria os mesmos propósitos, mas embalados pela ideologia comunista, são totalmente refratários à ideia do globalismo, em favor do nacionalismo.

Nesse sentido, quando Mourão vêm a público dizer que o Brasil sofre pressão de países que não preservaram suas florestas no passado, os 30% fiéis do bolsonarismo veem que o Mito está governando sim e mostrando resultados concretos na resistência ao complô da sabotagem contra o Brasil. Jair está defendendo o país do ataque à sua soberania, impedindo que os interesses globalistas sabotem a pátria armada Brasil. Já para os 70%, essa notícia é interpretada como mais um terrível golpe na reputação do país lá fora, cada vez mais um pária internacional, isolado do mundo civilizado.

Mas tudo bem, o general é o boi de piranha sacrificado para deixar a boiada passar.

Quanto mais os 70% criticam e repudiam a política bolsonarista, mais o bolsonarismo reage discursivamente, levando nas entrelinhas, a mensagem de ouro que soa como música para a claqué bolsonarista: o discurso implícito quer dizer que 'estamos sendo constantemente atacados pelos comunistas, mas vejam, estamos reagindo e ganhando a batalha nacionalista contra os interesses imperialistas comunistas com a ideologia globalista'. Como se o mundo hoje não estivesse visceralmente globalizado.

E assim nos encontramos, com o ressurgimento do imaginário do politicamente incorreto, mas repaginado, portando agora a atmosfera do conspiracionismo, acrescido aos propósitos de regressão dos direitos. Nos deparamos com o regime Bolsonaro adentrando o século XXI com a imaginário dos anos 60 do século passado; revivendo os tempos do slogan 'integrar para não entregar', quando se rasgou a maior floresta tropical do planeta por uma rodovia, a Transamazônica, que foi inaugurada ao velho estilo politicamente incorreto, com a derrubada de uma castanheira como símbolo do triunfo humano sobre a 'selva'. Como num roteiro de um filme distópico de ficção científica, zumbis atordoados pelo sono dos mortos-vivos ressuscitados, apressam-se agora em limpar a rodovia, para a boiada do patrão poder passar. O que talvez distinga o passado do presente, seja o fato que antes, ecologia era coisa de 'viadinho'. Agora, ecologia é coisa de 'comunista'.

O imaginário colonizado é a dimensão mais profunda e sutil de todas as possibilidades de se exercer o controle social pautado por uma ordem socioeconômica injusta. Aqui, os mecanismos ideológicos de falseamento da realidade foram incrivelmente refinados, colocados em outro patamar de influência desta propaganda ideológica na estruturação da visão de mundo no senso comum.

Pois é neste turbulento e desconcertante cenário que Imaginamundos foi concebido; é neste 'novo normal' desafiador que esta obra foi concebida. Consciente da conformação ideológica do imaginário coletivo representar um campo de disputa por hegemonia. Consciente da importância do ato de imaginar, se constituir como apropriação e ressignificação freireana de si e do mundo, recuperando a capacidade de escutar a realidade e escrever o mundo. Disputar os imaginários é parte da nossa tarefa, enquanto sujeitos históricos oprimidos no caminho da libertação, atestam os organizadores de Imaginamundos.

NOTAS

Posfácio

148 Ler o Capítulo 16, com destaque para a análise do filme “O Amigo do rei”, de André D’Elia (2019).

créditos

finais

sobre
os
autores



Américo de Araujo Pastor Junior

Professor Adjunto do Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui doutorado e mestrado em Educação em Ciências e Saúde pelo Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (NUTES-UFRJ), bacharelado em Psicologia pela Universidade Católica de Petrópolis e bacharelado em Desenho Industrial (Design - Programação Visual) pela UFRJ. Desenvolve pesquisas sobre aprendizagens mediadas por tecnologias, linguagens e audiovisuais nos espaços formais e não formais de educação em ciências e saúde.

Contato: americoapj@gmail.com
americopastor@nupem.ufrj.br

Antenor Rita Gomes

Possui Graduação em Letras Vernáculas pela Universidade do Estado da Bahia (1996), Especialização em Leitura e Produção Textual pela Universidade Estadual de Santa Cruz (1998)

Mestrado de Educação e Pesquisa pela Université du Quebec a Chicoutimi (2002), Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2004) e Pós-Doutorado em Educação pela Universidade de Cádiz - Espanha (2014). Atualmente é membro do Conselho Editorial da Revista científica de Educação e Comunicação Hachetetepe (UCA- Cádiz, Espanha) e da revista temas em educação da UFPB; e Professor Titular da Universidade do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Educação no ensino superior de graduação e pós-graduação além de cursos de atualização docente para professores em serviço. Atua principalmente nos seguintes temas: Cultura Visual, Leitura, Pesquisa em educação e formação de professores; Integra o quadro docente do do Mestrado Profissional em Educação e Diversidade - MPED - UNEB Jacobina desde 2014.

Contato: antenorritagomes@gmail.com

Beatriz Rodrigues

Artista visual, docente de fotografia e produtora cultural, atuando atualmente no Projeto Inventário - Procultura Rio Grande. Especialista em Fotografia, práxis e discurso (UEL/PR), Bacharel em História (FURG/RS) e Licenciada em Filosofia (UFPEL/RS). Desenvolve pesquisas em poéticas visuais, cartografando ruínas através da fotografia - em suas diversas possibilidades técnicas como meio de expressão. Sua pesquisa também se dá nas interfaces com outras linguagens, como a pintura, através de colorizações manuais, e nas relações entre imagem e palavra, em obras-instalações e na criação do livro-obra "Modos de habitar - diário de percurso" (Editora Caseira, 2019). Em paralelo ao projeto de cartografar ruínas, desde 2010 dedica-se também a fotografar as festividades de Iemanjá na Praia do Cassino, em um work in progress que ao longo dos anos veio à público de diversas maneiras: como exposição individual, em exposições coletivas e publicações de arte e cultura.

Contato: bigatrice@gmail.com

Beatriz Truffi Alves

Educomunicadora, licenciada em Educomunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, com mestrado em Educação na linha temática de Educação Ambiental pela Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho - Campus Rio Claro, especialização em Educação Ambiental pelo SENAC e graduada como Bacharel em Imagem e Som pela Universidade Federal de São Carlos. Atua como Especialista Ambiental na

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, órgão do Governo do Estado de São Paulo.

Contato: bellatrix.alves@gmail.com

Celso Sánchez

Biólogo, licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995), mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001) e doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2008). É professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Coordena o Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur, GEASur/UNIRIO. Conselheiro do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Estado do Rio de Janeiro, diretor da ADUNIRIO, seção sindical Andes.

Contato: celso.sanchez@hotmail.com

Claudemir Edson Viana

Sou coordenador e professor doutor da Licenciatura em Educação na Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo. Graduação em História pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (1991), mestrado em Ciências da Comunicação (2000) e doutorado em Ciências da Comunicação (2005) pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Atua como pesquisador da Universidade de São Paulo no LAPIC (Laboratório de Pesquisas sobre Infância, Imaginário e Comunicação) de 1996 a 2010, e desde 2001 sou pesquisador colaborador do Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP. Fui Diretor Acadêmico da Faculdade de Educação e Cultura Montessori (FAMEC) de 12/1997 a 11/2008, e presidente do Conselho Editorial da Revista Científica da FAMEC de 2002 a 2008. Tenho experiência em docência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea (Ensino Básico e Superior); em Teoria da Comunicação e em Educomunicação no Ensino Superior, atuando principalmente nos seguintes temas: aprendizagem, comunicação e educação, infância, comunicação social e cibercultura. Sou avaliador do INEP/MEC para Reconhecimento de Cursos de graduação em Comunicação Social a partir de 2007. Integro o Comitê Científico da Track Game & Culture (SBGames - Sociedade Brasileira de Games), na área de Games e Educação, desde

08/2009. Fui o criador e coordenador da Rede Social Educativa Minha Terra, projeto do Portal Educarede, de 2007 a 2011. Atuei por 7 anos como líder de projetos educativos na Internet e formador de educadores pelo CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação. Fui orientador de monografias no curso de Especialização do Proinfo-MEC/ECA-USP "Mídias na Educação" (2011-2013). Sou Secretario Executivo da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais da Educomunicação (ABPEducom) e integrante do grupo de especialistas em Internet & crianças/adolescentes do Comitê Gestor da Internet no Brasil. Atual coordenador do NCE-USP - Núcleo de Comunicação e Educação da USP.

Contato: profclaudemirviana@usp.br

Daniel Renaud Camargo

Doutorando do programa de pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bacharel em Ciências Ambientais e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atua com Audiovisual, Cultura Popular, Educação Ambiental e Educação Popular junto a comunidades do Vale do Jequitinhonha; coordena o projeto "Lendas, Rezas e Garrafadas"; membro do Grupo de Estudos em Educação Ambiental Desde El Sur (GEASUR-UNIRIO) e do Laboratório de Memórias, Territórios e Ocupações: Rastros Sensíveis (LABMEMS-UFRJ); além de desenvolver trabalhos como artista plástico.

Contato: danielrenaud_22@hotmail.com

Danilo Pereira da Rocha

Professor da Educação Básica no interior Bahia, é licenciado em Pedagogia (UNEB), pós graduado em Alfabetização e Letramento, e mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Possui trabalhos e pesquisas na Educação Básica, mas especificamente no Ensino Fundamental, com Educação Ambiental.

Contato: dannrocha@yahoo.com.br

Eduardo Silva de Freitas

Doutorando em Educação em Ciências e Saúde (NUTES/UFRJ). Professor da Educação Básica no Município de Duque de Caxias/RJ. Desenvolve pesquisas relacionadas a contextos de educação e vulnerabilidades socioambientais.

Contato: efreitasbio@gmail.com

Eliane Renata Steuck

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental - PPGEA na FURG/RS e participa do Grupo de Estudos em "Fundamentos e Educação Ambiental Popular" - GEFE-AP. Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE - Itajaí - SC, Grupo de Pesquisa "Educação, Estudos Ambientais e Sociedade" - GEEAS. Possui graduação em Ciências Biológicas - Licenciatura - pela Instituição UNIASSELVI - Indaial (2007) e especialização em Gestão e Educação Ambiental pela Associação Catarinense de Ensino Faculdade Guilherme Guimbala (2008) e em Ensino de Ciências pelo Instituto Federal de Santa Catarina/Universidade Aberta do Brasil. Atualmente é Professora de Ciências da Secretaria Municipal de Educação de Itajaí e Balneário Camboriú (SC). Tem experiência em EJA e em ensino de Ciências e na área de Educação Ambiental, com ênfase em processos e diagnósticos participativos, formação de coletivos e elaboração de projetos. Trabalha com formação de Professores nas áreas de Currículo e Estratégias de Ensino - Planejamento e Avaliação

Contato: liasteuck@gmail.com

Emanuela Oliveira Carvalho Dourado

É doutora e mestra em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); licenciada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), da qual é Professora Adjunta. Tem experiência com docência, gestão administrativo-pedagógica, coordenação, supervisão, assessoria e consultoria da educação básica e universitária. Atuando em programas e projetos da educação escolar e não escolar, com educação e linguagens, educação e diversidade, pesquisa e prática pedagógica, políticas públicas e planejamento educacional, com ênfase em currículo escolar e formação de professores, áreas nas quais tem desenvolvido pesquisas.

Contato: emanueladourado2003@yahoo.com.br

Emerson Campos Gonçalves

Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo (PUC Minas) e licenciado em Letras/Português (Ifes/UAB), com mestrado em Estudos de Linguagens (Posling/Cefet-MG) e doutorado em Educação (PPGE/Ufes). Atua como pesquisador no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação, Filosofia e Linguagens (Nepofil) e professor substituto no Departamento de Linguagens,

Cultura e Educação (DLCE) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Contato: professoremerilsoncampos@gmail.com

Evandro Medeiros

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor adjunto da Faculdade de Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Realizador de vídeo documentários e organizador do Festival Internacional Amazônida de Cinema de Fronteiras - FIA CINEFRONT. Membro do Grupo de Pesquisa Educação Popular e Movimentos Sociais do Campo – GPEPMS (PPGE/UFPB). Desenvolve pesquisas sobre Educação do Campo e Movimentos Sociais.

Contato: evandrom@unifesspa.edu.br

Fabio Rubio Scarano

Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade de Brasília (1986) e Ph.D. em Ecologia pela Universidade de St. Andrews, Escócia (1992). Realizou estágio pós-doutoral no Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1992). É Professor Associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (desde 1993) e membro da Linnean Society of London (desde 1995). Foi Professor Visitante na Universidade Tecnológica de Darmstadt, Alemanha (2002) e na Universidade de Minnesota, EUA (2003). Foi Coordenador da Área de Ecologia e Meio Ambiente na CAPES/MEC (2005-2011) e Diretor de Pesquisas Científicas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (2007-2009). Foi autor principal para o primeiro relatório do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC; 2011-2014), para o quinto relatório de avaliação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC; 2011-2014) e autor principal coordenador para o Painel Intergovernamental de Biodiversidade e Serviços Ambientais (IPBES; 2015-2018). Foi também coordenador geral da Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES; 2015-2019). Pertenceu ao quadro de líderes da ONG Conservation International, onde foi Diretor Executivo para o Brasil (2009-2011) e Vice-Presidente Senior para as Américas (2011-2015). De maio de 2015 a setembro de 2018 foi Diretor Executivo da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável.

Contato: fscarano@gmail.com

Fátima Branquinho

Licenciada em Biologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tem mestrado em Educação pela Fundação Getúlio Vargas, doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, pós-doutorado no Centre de Sociologie de l'Innovation/École Nationale Supérieure des Mines de Paris e no Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre o Imaginário/CFICH/UFPE. Professora do Departamento de Ciências Sociais e Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e credenciada no Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente – PPGMA/Uerj. Coordena o Grupo de Pesquisa Contribuição da Antropologia das Ciências e das Técnicas para a Educação na linha de pesquisa Construção Social do Meio Ambiente do PPGMA.

Contato: fatima.branquinho@uol.com.br

Francisco Romão Ferreira

Sociólogo, com mestrado em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutorado em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública. Na Universidade do Estado do Rio de Janeiro é Professor Adjunto do Instituto de Nutrição e professor do quadro permanente dos Programas de Pós Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde e Pós Graduação em Comunicação.

Contato: chico.romao@yahoo.com.br

Francisco Sempere Ruiz

Universidad de Granada. Dr. en Sociología, Licenciado en Ciencias Políticas y Máster en Cooperación al desarrollo. He desarrollado gran parte de mi carrera profesional y académica en América Latina.

Contato: tusitalapaco@hotmail.com

Gustavo Arantes Camargo

Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2001. Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2004) e doutor em Filosofia pela mesma universidade (2008). Professor e pesquisador em Filosofia, com ênfase em Ética, Filosofia política e Filosofia da Educação. Atuou como professor substituto na UERJ, nos núcleos FFP e FEBF. Atualmente é Professor Adjunto IV em regime de dedicação exclusiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro em Macaé.

Contato: gustavonhani@gmail.com

Helena de Godoy Bergallo

Doutora e Mestre em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) na área de Ecologia de Mamíferos, Bacharel e Licenciada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora Associada do Instituto de Biologia da UERJ e credenciada nos Programas de Pós-Graduação em Ecologia e Evolução na UERJ (PPGEE/UERJ) e Pós-Graduação em Meio Ambiente (PGMA/UERJ). Coordena o Laboratório de Ecologia de Mamíferos (LEMA), é a atual coordenadora da Rede de Pesquisa em Biodiversidade da Mata Atlântica (PPBio MA) e Coordenadora Científica do Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (CEADS/UERJ).

Contato: nena.bergallo@gmail.com

Joana Macedo

Bióloga e mestre em Ecologia pela UFRJ e doutora em Meio Ambiente pela UERJ. Atuou como pesquisadora no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Atualmente é pós-doutoranda da CAPES vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade da UERJ, pesquisadora do REFAUNA e desenvolve pesquisa sobre os conflitos entre populações humanas e a fauna silvestre.

Contato: joanasm@terra.com.br

José Vicente de Freitas

Doutor em História e Sociedade pela UNESP, Faculdade de Ciências e Letras de Assis/SP. Durante a realização do doutorado, desenvolveu estudos especializados na Universidade Nova de Lisboa (1994) e na Katholieke Universiteit Leuven (1994). Professor Associado IV na Universidade Federal de Rio Grande (FURG), vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e Informação (ICHI). Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (PPGEA) desta universidade desde 1998, vinculado a Linha de Pesquisa Fundamentos da Educação Ambiental. Desenvolve pesquisa e orienta no Mestrado e Doutorado sobre os seguintes temas: - ecotopias, sustentabilidade e governança socioambiental na América Latina; - políticas públicas em Meio Ambiente e Educação Ambiental; - experiências não governamentais em Educação Ambiental; - fundamentos teórico-conceituais da Educação Ambiental; espaços educadores sustentáveis no âmbito do ensino formal. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental (2001-2004). Coordenador do Programa de Educação Ambiental do Porto de Rio Grande

(2005-2018). Integra o Conselho Consultivo da Revista Ambiente e Educação (PPGEA/FURG) e da Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental (PPGEA/FURG).

Contato: jvfreitas45@gmail.com

Julia Horta Nasser

Psicóloga, com Especialização em Neuropsicoterapia Afetivo-Relacional pela Santa Casa de Misericórdia (2009). Mestre em Alimentação, Nutrição e Saúde pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Alimentação, Nutrição e Saúde do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Contato: juliahortanasser@gmail.com

Juliana Barbosa Coitinho

Bacharel em Bioquímica (UFV) e licenciada em Ciências Biológicas (Ifes/UAB), com mestrado e doutorado em Bioquímica pelo Programa de Pós-Graduação em Bioquímica e Imunologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Professora Adjunta no Departamento de Ciências Fisiológicas e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Bioquímica e Farmacologia (PPGBF) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Contato: juliana.b.goncalves@ufes.br

Larissa Escarce Bento Wollz

Psicóloga, mestre em Psicanálise e Doutora em Ciências da Saúde. Professora Adjunta dos cursos de Nutrição e Enfermagem da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ - Campus Macaé, Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Arte e Cultura na Saúde do Instituto Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Psicanalista e Membro Associado da Escola de Psicanálise Corpo Freudiano.

Contato: lwollz@yahoo.com.br

Marco Antônio Gonçalves

Professor Titular de Antropologia do Departamento de Antropologia Cultural do IFCS-UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ (1984 até o presente). Pesquisador do CNPq, Produtividade em Pesquisa desde 1998. Mestre e Doutor em Antropologia Social pelo Programa Pós-Graduação de Antropologia Social do Museu Nacional-UFRJ, orientado por Eduardo Viveiros de Castro (1984-1995). Atua nas áreas de pesquisa sobre Antropologia Visual, Antropologia e

Cinema, Cosmologia, Criação de Mundos Culturais, Etnologia Indígena, Narrativas e Subjetividades. Realizou Pós-Doutorado na Universidade de St Andrews (Escócia) (1996-1997), com supervisão de Joanna Overing. Foi Visiting Scholar Senior, Bolsa Capes, na New York University (2015-2016), com supervisão de Faye Ginsburg. Fez Estágio Senior - Bolsa CNPq, New York University (2018-2019), com supervisão de Faye Ginsburg. Foi professor visitante: Katholieke Universiteit Leuven (Belgica) (1998, 2005), Universidade Complutense de Madrid (2000), Pesquisador Convidado na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris (2006, 2010,2011) colaborando com Carlo Severi, Phillipe Descola e Anne-Christine Taylor. Fez parte do GT de imagem da Associação Brasileira de Antropologia 2006-2008, 2008-2010. Integrou a Comissão de Imagem da da ANPOCS, 2006-2008; 2010-2012. Foi Editor da Revista Brasileira de Ciências Sociais, ANPOCS 2012-2014. Atualmente é Editor da Revista Sociologia & Antropologia, PPGSA-UFRJ.

Contato: marcoatg1960@gmail.com

Maria Inês Paes Ferreira

Possui graduação em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985), doutorado em Ciência e Tecnologia de Polímeros pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994) e Pós-doutorado em Gestão Integrada dos Recursos Naturais pelo Instituto de Pesquisa da Reserva da Biosfera Mount Arrowsmith da Vancouver Island University (como bolsista da CAPES). É professora titular do IF Fluminense e foi Diretora de Inovação, Pesquisa e Extensão do Campus Macaé do IF Fluminense, atuando atualmente como docente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, como Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental do IFFluminense, aonde também atuou como professora dos cursos de Tecnologia na área de Petróleo e de Engenharia de Controle e Automação, exercendo também a função de coordenação do Núcleo de Pesquisa em Petróleo, Energia e Recursos Naturais. Coordenou o Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental do IFFluminense. Tem experiência na área de Engenharia Química, com ênfase em Polímeros, e foco nos seguintes temas: impactos ambientais da produção de petróleo, gestão ambiental e de recursos hídricos, educação ambiental, licenciamento ambiental e impactos ambientais associados, sendo também voluntária da Associação dos Amigos do PARNA Jurubatiba, ex-Presidente da Mesa Diretora da Plenária de Entidades da

Macrorregião Ambiental 5 do Estado do Rio de Janeiro e ex-Subsecretária de Ambiente do Município de Macaé. É representante titular do IFFluminense na Plenária do Comitê de Bacia dos Rios Macaé e das Ostras, ocupando atualmente a função de vice-presidente do supracitado Comitê. Foi representante do IFFluminense no Conselho Consultivo do PARNA Jurubatiba e na Agenda 21 de Macaé.

Contato: ines_paes@yahoo.com.br

Michèle Sato

Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e coordenadora do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA). Tem vivenciado vários contextos relacionados à emergência climática e os grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Pessoalmente, desenvolve pesquisa em arte-educação-ambiental.

michelesato@gmail.com

Paulo Maia

Pesquisador Pós-doutorando do Dpto. de Ciência da Literatura da UFRJ com pesquisa sobre o realismo na representação dos pobres no cinema urbano brasileiro hoje. Doutor em Literatura Comparada (Ciência da Literatura) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011), com a tese: "Sentimento de Travessia: Memória, Monumento e Ruína na Fotografia de Sebastião Salgado". Mestre em Estudos Literários, com a dissertação: "Castelos de Vento: Miragens Literárias em Dario Vellozo e Emiliano Pernetá". Atua, desde 2006, como professor, pesquisador e orientador no programa de pós-graduação UFRJ-Mar do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES/UFRJ), na linha Politécnica em Educação e Trabalho. Coordenou, de 2013 a 2016, o Curso de Formação Técnica em Áudio e Vídeo do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio-RJ, do qual foi professor no período 2010-2016. Desde 2009, também é pesquisador e professor no Grupo de Educação Multimídia (GEM/Letras/UFRJ), de cuja coordenação passou a fazer parte em 2016. Lecionou Teoria Literária e Literatura Comparada na Faculdade de Letras da UFRJ de 2016 a 2018. É professor colaborador do Mestrado Interdisciplinar Profissional do NIDES/UFRJ desde 2016. Atualmente, também participa do Projeto de "Elaboração do Curso Introductory Portuguese Language I" em parceria com a Massey University, que tem por objetivo prestar consultoria Pedagógica nas áreas de Linguística e Literatura do Português do Brasil

para o desenvolvimento do Programa de Português na Massey University.

Contato: paulomacae@gmail.com

Philippe Pomier Layrargues

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Santa Úrsula (1989), especialização em Planejamento e Educação Ambiental pela Universidade Federal Fluminense (1990), mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2003). Trabalhou de agosto de 2003 a julho de 2008 no Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. É Professor Adjunto do curso de Gestão Ambiental da Universidade de Brasília e pesquisador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Educação Ambiental, Ecologia Política e Filosofia da Natureza.

Contato: philippe.layrargues@gmail.com

Rachel Hidalgo

Tem graduação em Comunicação Social - Jornalismo, pela Universidade Católica de Santos (2010), segunda graduação, em andamento, de Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Paulista (2021), mestrado em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2019) e, atualmente, é doutoranda por meio de bolsa CNPq no mesmo programa, com pesquisa direcionada para Educomunicação Socioambiental (2022). Colabora como produtora audiovisual no Laboratório MARÉSS: Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade e integra o Ribombo - Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação e Gestão Ambiental, Mudanças Climáticas e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em áreas litorâneas, desenvolvendo pesquisa sobre zona costeira por meio do suporte audiovisual e fotográfico.

Contato: rachelhidalgomz@gmail.com

Rafael Nogueira Costa

Possui Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005), Mestrado em Engenharia Ambiental pelo Instituto Federal Fluminense (2010) e Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do

Rio de Janeiro (2016). Professor Adjunto na Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculado ao Instituto de Biodiversidade e Sustentabilidade (NUPEM). Orienta pesquisas nos seguintes programas: Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Conservação (PPGCiAC) e Programa de Pós-Graduação Profissional em Ambiente, Sociedade e Desenvolvimento (PP-G-ProASD), ambos na Universidade Federal do Rio de Janeiro em Macaé (RJ). Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos em Educação Ambiental Desde el Sur (GEASur/UNIRIO). Tem experiência na área de Educação e Cinema, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, processos dialógicos de ensino, formação de professores, Educomunicação e divulgação científica.

Contato: rafaelnogueiracosta@gmail.com

Reinaldo Luiz Bozelli

Possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de São Carlos, mestrado em Ecologia e Recursos Naturais também pela Universidade Federal de São Carlos e doutorado em Ecologia e Recursos Naturais pela Universidade Federal de São Carlos e Instituto Max-Planck de Limnologia, em Ploen, Alemanha. Realizou estágio Pós-Doutoral no Instituto de Estudos dos Ecossistemas, em Pallanza, Itália. Foi secretário da Associação Brasileira de Limnologia e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ecologia da UFRJ. Professor Titular do Departamento de Ecologia da UFRJ desde 2012, do qual foi chefe no período de 2014-15. Membro do CA Ecologia-Limnologia do CNPq no período 2015-2019 e coordenador no período 2017-2018. Tem experiência na área de Ecologia, com ênfase em Ecologia de Ecossistemas, atuando principalmente nos seguintes temas: limnologia geral, plâncton, áreas úmidas e recuperação de ambientes aquáticos. Coordena projetos de pesquisa, monitoramento e recuperação de ambientes aquáticos na Amazônia. Também atua junto ao NUPEM/UFRJ em Macaé desenvolvendo pesquisas em ambientes aquáticos da restinga do Norte-Fluminense e projetos de extensão junto a várias escolas da cidade do Rio de Janeiro, estabelecendo efetiva comunicação destas com a universidade através do tema água.

Contato: rbozelli@gmail.com

Robson Loureiro

Professor Associado da Universidade Federal do Espírito Santo. Pós-doutorado em Filosofia - School of Philosophy da

University College Dublin (Irlanda), sob a supervisão do professor Brian OConnor (2013-2014) - bolsa Capes. Pós-doutorado em Filosofia, sob supervisão do professor Dr. Christoph Türcke (HGB, Leipzig, Alemanha - 2018). Doutor em Educação (História e Política) pelo PPGE / UFSC - Brasil (Bolsa Capes). Doutorado Sandwiche (2003-2004) na School of Education e do Department of German da University of Nottingham (Inglaterra, Reino Unido - Bolsa Capes). Mestre em Filosofia da Educação (PPGE / Unimep / SP - Bolsa Capes); Graduado em Filosofia (CCHN / Ufes). Professor em tempo integral (DE) no Centro de Educação (Departamento de Educação, Política e Sociedade - Deos/ Ufes). Integra o corpo docente da Linha de Pesquisa Educação e Linguagens do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE / CE / Ufes) e da Linha de Pesquisa Literatura: Alteridade e Sociedade, do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/Ufes). Áreas de interesse: Humanidades - literatura, cinema, música, teatro, artes plásticas articuladas à Filosofia (ética, estética, filosofia da ciência), Tecnologia, Psicanálise e Educação em diálogo com a Teoria Crítica da Sociedade. Livros organizados: "A Teoria Crítica volta ao cinema" (Edufes, 2018), "A teoria crítica vai ao cinema" (Edufes, 2010). Co-autor de: "Indústria cultural e educação nos tempos pós-modernos (Papyrus, 2003)". Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação, Filosofia e Linguagens do Centro de Educação da Ufes (Nepefil / CE / Ufes).

Contato: robbsonn@uol.com.br

Rosiléia Oliveira de Almeida

Possui Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (1988), mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (1998) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2008). É professora associada do Departamento de Educação II da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde atua no Curso de Licenciatura em Ciências Naturais e nos cursos de Pós-Graduação em Educação (FACED-UFBA) em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA-UEFS) e no Mestrado Profissional em Educação (FACED-UFBA). É membro dos grupos de pesquisa Ensino de Ciências e Matemática (EnCiMa-UFBA) e Ensino, História e Filosofia das Ciências Biológicas (LEFHBio-UFBA). Exerceu o cargo de coordenadora do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais da Faculdade de Educação da UFBA entre 2013 e 2016. Atuou entre 2014-2018 como vice-coordenadora do Programa

de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA/UEFS). Foi membro da Câmara Técnica de Ciências Humanas e Educação da FAPESB (Biênio 2015-2018). Coordenadora da linha Currículo e (In)Formação do Programa de Pós-Graduação em Educação FAGED-UFBA desde julho de 2018. Membro do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Estudos Interdisciplinares e Transdisciplinares em Ecologia e Evolução (INCT IN-TREE). Atua nas áreas de Educação em Ciência e Ensino de Biologia, sendo seus principais temas de interesse: aprendizagem escolar, educação intercultural, educação ambiental, formação de professores e pesquisa colaborativa de inovações educacionais

Contato: roalmeida@ufba.br

Samira Lima da Costa

Foi Professora na Universidade Federal de São Paulo entre 2008 e 2014. Desde 2014 é professora da UFRJ do Departamento de Terapia Ocupacional (FM/CCS) e do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (IP). Atualmente é Docente Associada II. É também professora colaboradora do Programa de Pós Graduação em Educação em Saúde da UNIFESP-BS e do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UnB. Tem atuado, lecionado, orientado e pesquisado sobre as relações entre memória, território, cultura, comunidades e ocupação, com foco nas áreas: Psicossociologia; Ocupações Tradicionais; comunidades em vulnerabilidade social; Terapia Ocupacional Social; Políticas Públicas Sociais; papel social da universidade; Universidade Pluriepistêmica. É autora do livro "Redes Sociais Territoriais", junto com Rosilda Mendes (UNIFESP), pela FAP-Unifesp (2014). É Terapeuta Ocupacional (G); Sanitarista especialista em Saúde Pública (Esp); Mestre em Metodologia de Ensino; Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social e Pós Doutora em Antropologia. É líder do Grupo de Pesquisa Laboratório de Memórias, Territórios e Ocupações: Rastros Sensíveis, DGP/CNPq/UFRJ.

Contato: biasam2000@gmail.com

Sergio Luiz Pereira da Silva

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Mestre e bacharel em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Sociólogo e Fotógrafo, atualmente é professor Associado III da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de

Janeiro - UNIRIO e do Programa de Pós-graduação em Memória Social - PPGMS/UNIRIO. Tem experiência de pesquisa nas áreas: Teoria Sociológica, Memória Social, Cultura Visual e Fotografia Documental. É autor dos livros: *Sociedade da Diferença: formações identitárias e esfera pública na sociedade global*, publicado pela Editora Mauad; *Impressões Sociológicas Interdisciplinares: saberes partilhados e fronteiras do conhecimento*, publicado pela Editorial Acadêmica Espanhola; *O Lugar do Outro: ação comunicativa, representações sociais e identidade*, publicado pela Editora NUPEN/UFRJ e; *Gozo Estético na Cultura Visual: fotografia, memória e alienação social*, publicado pela Editora APPRIS.

Contato: slps2@uol.com.br

Shirley Donizete Prado

Nutricionista, com mestrado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, Doutorado em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Pós-Doutorado em Ciências Humanas na Universidade Federal do Ceará. Ocupa o cargo de Professor Titular no Departamento de Nutrição Social do Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Contato: shirley.donizete.prado@gmail.com

Sônia Cristina Vermelho

Possui graduação em Processamento de Dados pela Universidade Positivo (1993), mestrado em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998) e doutorado em Educação e Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Fez Pós-Doutorado no INESC/Universidade do Porto, Portugal no Laboratório de Sistemas de Informação e Computação Gráfica (2014). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde do Instituto NUTES. As áreas de interesse de pesquisa são: Mídia-Educação, formação para emancipação e autonomia na contemporaneidade, todas elas com base na Teoria crítica social.

Contato: cristina.vermelho@gmail.com

Thiago Cury Luiz

Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), atual coordenador do curso de Jornalismo. É doutor em educação e pesquisador do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA). Tem vivências em comunidades quilombolas, juventudes e transmídia, além das pesquisas relacionadas com a emergência climática.

Contato: thcluiz@gmail.com

Washington Luiz dos Santos Ferreira

Graduação em Oceanologia (1995), Mestrado em Oceanografia Biológica (2004) e Doutorado em Educação Ambiental (2014) pela FURG - Universidade Federal do Rio Grande. Entre Setembro de 2014 e Março de 2017, Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (Interfaces entre História Ambiental e Gerenciamento Costeiro) da UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina. Entre Abril de 2017 e Abril de 2018, Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da UFSC. Entre Setembro de 2018 e Fevereiro de 2019, Estágio (voluntário) de Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Gerenciamento Costeiro, da FURG. Entre Março de 2019 e Fevereiro de 2020, Pós-Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG. Atua principalmente nos seguintes temas: Diagnósticos Socioambientais (macro invertebrados bentônicos, avifauna costeira e marinha, pesca artesanal, ecologia da paisagem); Análise de Impactos e Conflitos Socioambientais; Análise Documental; Divulgação Científica; Interfaces entre a História Ambiental, Justiça Ambiental, Educação Ambiental e Gestão Ambiental; Educação à Distância; Produção de Material Didático e Produção Cultural (livros, histórias em quadrinhos, vídeo documentários e exposições fotográficas).

Contato: chingksw@gmail.com



Av. São José Barreto, 764 - São José do Barreto
CEP: 27.965-045 - Macaé / RJ
Brasil
www.macaeeufrj.br/nupem